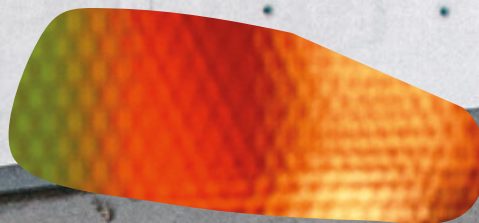


BBM

10

ANOS



UMA

BIBLIOTECA

VIVA

ORGANIZAÇÃO

ALEXANDRE MACCHIONE SAES

HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES

PLÍNIO MARTINS FILHO





BBM

10

ANOS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-reitora Marli Quadros Leite

Pró-reitor adjunto Hussam El Dine Zaher

Biblioteca Brasileira *Guitta e José* **Mindlin**

Diretor Alexandre Macchione Saes

Vice-diretor Hélio de Seixas Guimarães

publicações
BBM

Editor Plínio Martins Filho

Editoras assistentes Graciele Carnevale e Isabella Ferreira

UMA

BIBLIOTECA

VIVA

ORGANIZAÇÃO

ALEXANDRE MACCHIONE SAES HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES PLÍNIO MARTINS FILHO
ENSAIO VISUAL DE **GUSTAVO PIQUEIRA** A PARTIR DE FOTOGRAFIAS DE **KAIQUE XAVIER**

publicações
BBM

Copyright © 2024 by Alexandre Macchione Saes,
Hélio de Seixas Guimarães, Plínio Martins Filho

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, das editoras.

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço de Biblioteca e Documentação da
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP)

BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva / Alexandre Macchione
Saes; Plínio Martins Filho; Hélio de Seixas Guimarães (orgs).
– São Paulo: Publicações BBM, 2024.
468 p. : il. ; 21 x 25,8 cm

ISBN: 978-65-87936-37-6

1. Bibliotecas – História 2. Brasileira 3. Preservação 4. Patrimônio
Bibliográfico 5. Mindlin, José E. I. Organizadores. II. Título.

CDD 027.07981

Bibliotecária: Jeanne B. Lopez, CRB-8/7268

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin
Rua da Biblioteca, 21 – CEP 05508-065
Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil
bbm@usp.br / tel.: (11) 2648-032

*O vírus do amor aos livros é incurável, e eu procuro
inocular esse vírus no maior número possível de pessoas.*

JOSÉ MINDLIN

11 **Apresentação**

17 **Prefácio** Jacques Marcovitch

**I Dez Anos da Biblioteca
Brasiliana Guita e José Mindlin**

25 **O Lugar da BBM no Século XXI**
Alexandre Macchione Saes

35 **Biblioteca Brasiliana Guita e
José Mindlin: Futuro Pretérito
e Pretérito Futuro**
Carlos Zeron

43 **Uma Brasiliana para
o Leitor do Século XXI:
Da Sala de Leitura a um
Projeto Museológico Imponente**
Marisa Midori Deaecto

61 **Um Sonho Quase Impossível**
Rodrigo Mindlin Loeb

II Bibliofilia e Colecionismo

83 **O Mistério de João Antônio
Alves de Carvalho na Bibliofilia
do Século XIX**
Antonio Agenor Briquet de Lemos

95 **Bibliofilia e Sua Recíproca**
Carlos Augusto Calil

103 **O Problema das
Bibliotecas Brasileiras**
Rubens Borba de Moraes

**III A Conservação
do Acervo Bibliográfico**

121 **Conservação de Livros
e o Conservador,
Reflexão em Construção**
Ana Paula Hirata Tanaka

139 **O Legado de Guita Mindlin
e Tereza Brandão no Laboratório
de Restauro do Senai São Paulo**
Cristina Sanches Moraes

151 **Patrimônio Cultural:
Preservação, Salvaguarda e
Conservação de Bens Culturais**
Jayme Spinelli Junior

**IV Estudos Brasileiros:
A Pesquisa com Obras Raras
na BBM**

167 **BBM/USP:
Uma Brasiliana Onde
as Revistas se Encontram**
Ana Luiza Martins

183 **(Re)descobrimo uma Machadiana:
Um Depoimento Sobre
a Pesquisa com Obras Raras**
Hélio de Seixas Guimarães

203 **Atlas dos Viajantes no Brasil:
Uma Experiência Inovadora
de Leitura de Relatos de Viagem**
João Cardoso

215 **Os Arquivos Pessoais na
Biblioteca Brasiliana Guita
e José Mindlin da Universidade
de São Paulo**
José Francisco Guelfi Campos

V Edições na BBM

237 **Publicações BBM**
Plínio Martins Filho

249 **Livros Vivos: Escritas Visuais
nas Publicações BBM**
Gustavo Piqueira

259 **Coleção 3x22**
Pedro Botton

263 **Catálogo das Publicações BBM**

**VI Os Desafios das Bibliotecas
Digitais de Obras Raras**

291 **Um Breve Panorama da
Digitalização de Acervos no Brasil**
Catarina Ianni Segatto

299 **A Digitalização do Acervo Raro
da Fundação Biblioteca Nacional:
Biblioteca Nacional Digital**
Otávio Alexandre J. de Oliveira

**VII Brasilianas
ao Redor do Mundo**

309 **Brasiliana/Brasilianas?
Qual/Quais?**
Antonio Dimas

327 **Uma Hemeroteca de Bolso Viva
e Alegre: O Portal Revistas
de Ideias e Cultura**
Luís Andrade

335 **As Brasilianas Vistas
da França e da BnF**
Maud Lageiste

**VIII O Brasil nos Acervos,
os Acervos no Brasil**

349 **A Experiência do Sesc São Paulo**
Danilo Santos de Miranda

357 **Brasiliana Iconográfica:
A Experiência do IMS**
Julia Kovensky

365 **A Cultura em Processo
de Mudanças Extremas**
José Teixeira Coelho Netto

375 **Uma Biblioteca no *Hic et Nunc***
Jurandy Valença

385 **Mindlin e Guita:
Uma Biblioteca Viva
e Orgânica de Amor ao Brasil**
Fabiano Piúba

IX O Futuro Das Brasilianas

395 **Manual Bibliográfico
de Estudos Brasileiros**
Thiago Lima Nicodemo

415 **Cordas Vocais**
Marco Lucchesi

419 **O Futuro das Brasilianas**
Sônia Salzstein

433 **Por uma Noção Ecológica
de Raridade Bibliográfica**
João Cardoso

443 **A Brasiliana Guita e
José Mindlin na USP**
Alexandre Macchione Saes

457 **Posfácio**
Betty Mindlin

460 **Sobre os Autores**



Apresentação

BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva é uma síntese do seminário de celebração da primeira década de funcionamento da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) na Universidade de São Paulo. Realizado em maio de 2023, reuniu personalidades e instituições fundamentais para a formação da BBM e o desenvolvimento de projetos em suas mais diversas áreas de atuação: bibliofilia, conservação, digitalização, edição, biblioteca digital; pesquisas sobre literatura, história e cultura brasileiras; reflexões sobre o caráter da biblioteca e dos acervos de brasileira no século XXI.

Mais do que um produto resultante da efeméride dos dez anos da BBM, que olha para o passado e celebra suas conquistas e realizações, o livro apresenta os mais importantes feitos e preocupações da instituição nos últimos anos. Entre o generoso ato de doação do casal Guita e José Mindlin, realizado em 2006, e os primeiros dez anos de funcionamento da Biblioteca na Universidade, sua prioridade foi garantir a rotina de funcionamento, estruturar a governança e atender às finalidades de preservação e disseminação irrestrita do acervo, incluindo a promoção dos estudos brasileiros.

Esse é o ponto de partida, que constitui a Parte I do livro *BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva*, e oferece reflexões em torno desta primeira década de existência da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na Universidade de São Paulo. Os artigos de Alexandre Saes, Carlos Zeron, Marisa Midori Deaecto e

Rodrigo Mindlin Loeb iniciam a obra e discutem o sentido e a necessidade de uma biblioteca de livros raros no século XXI, não apenas como uma biblioteca universitária de pesquisa, mas também uma instituição de extensão e de cultura, em que se associam o desafio da preservação ao fundamental projeto de disseminação do conhecimento acumulado neste patrimônio cultural legado à USP pela família Mindlin.

A segunda parte do livro – *Bibliofilia e Coleccionismo* – discorre sobre o papel decisivo de bibliófilos que, como outros retratados nos textos de Antonio Agenor Briquet de Lemos, Carlos Augusto Calil e Rubens Borba de Moraes cumprem papel decisivo de formação de acervos únicos, permeados por interesses particulares, mas com senso de responsabilidade pública.

Os quatro blocos seguintes versam sobre atividades centrais na rotina da BBM, referentes às três finalidades registradas em seu regimento: preservação do acervo, irrestrito acesso ao público e disseminação de estudos brasileiros. Na Parte III – *A Conservação do Acervo Bibliográfico* – Ana Paula Hirata Tanaka, Cristina Sanches Morais e Jayme Spinelli Junior recuperam uma das identidades da biblioteca, o papel de Guita Mindlin na conservação de livros raros. Trata-se de uma merecida homenagem para Guita e sua amiga Tereza Brandão, que tiveram papel decisivo na formação de gerações de conservadoras e conservadores de livros no país.

Nas Partes IV – *Estudos Brasileiros: A Pesquisa com Obras Raras na BBM* – e V – *Publicações BBM* – são apresentadas diversas experiências de pesquisa e projetos desenvolvidos nos últimos anos, na Biblioteca. Por meio de recortes temáticos, da verticalidade de seus estudos, do confronto de teorias, métodos e interpretações, pesquisadores em todo o país estão descobrindo novos temas e possibilidades de compreender a literatura, a história e a cultura brasileira.

Nesse sentido, na Parte IV, Ana Luiza Martins ilumina o enorme potencial de pesquisas com as revistas do acervo; Hélio de Seixas Guimarães explicita a riqueza e as possibilidades de pesquisa com as primeiras edições da coleção, a partir do estudo da Machadiana Mindlin; João Cardoso apresenta o inovador projeto *Atlas dos Viajantes*, que oferece um moderno aparato de pesquisa para um dos tradicionais conjuntos da Biblioteca; e, finalmente, José Francisco Guelfi Campos, discorre sobre os arquivos pessoais da BBM, material ainda a ser explorado por pesquisadores. Por sua vez, na Parte V, Plínio Martins discute o sentido e a importância de um Setor de Publicações para uma biblioteca, e Gustavo Piqueira e Pedro Botton apresentam alguns dos projetos gráficos desenvolvidos para o Setor.

Abordando a disseminação do acervo por um outro viés, os textos de Catarina Ianni Segatto e Otávio Alexandre de Oliveira – presentes na Parte VI, *Os Desafios das Bibliotecas Digitais de Obras Raras* – retomam um dos marcos da origem da BBM: o projeto de digitalização e disponibilização virtual das obras raras. Passados dez anos do lançamento da biblioteca digital, novas questões surgem: 1. Como garantir a preservação digital? 2. Como ampliar o acesso aos documentos digitais? 3. Como estabelecer conexões com outras instituições com acervos digitais?

Mais recentemente, em sintonia com as transformações da sociedade brasileira, materializadas na USP com as políticas afirmativas de democratização do acesso à Universidade; com substanciais conquistas na sociedade em torno do reconhecimento da diversidade das autorias literárias e das narrativas históricas; com as rápidas mudanças tecnológicas, exigindo a contínua reflexão sobre o papel e o sentido das bibliotecas e de seus acervos físicos e digitais; a BBM precisou (re)definir o sentido da Brasileira Mindlin.

Passada a primeira infância e depois de um processo de anos de debates e contribuições, de seminários e estudos, a Biblioteca pode buscar um novo olhar sobre seu papel para a sociedade brasileira, no caminho de construir sua próxima década rumo à maturidade. Um caminho que respeita sua origem, os critérios e concepções que estiveram na base da formação da coleção de Guita e José Mindlin, que sintetiza o esforço de toda uma geração que construiu uma ideia de Brasil no século XX. Mas também uma Biblioteca que deve ser motivada a se conectar com os sentidos e perspectivas que formam a sociedade contemporânea, num diálogo contínuo com os temas e problemas que nos mobilizam nos novos tempos.

Foram essas questões que mobilizaram as três últimas partes do livro. Em *Brasilianas ao Redor do Mundo*, Parte VII da obra, convidamos Antonio Dimas, Luís Andrade e Maud Lageiste para oferecer reflexões sobre acervos nos Estados Unidos, Portugal e França, países em que a BBM mantém suas principais parcerias e desenvolve projetos com outras bibliotecas brasileiras.

Na Parte VIII, *O Brasil nos Acervos*, os *Acervos no Brasil*, estabelecem-se diálogos especialmente relevantes na trajetória da BBM: a parceria com o Sesc, a partir das palavras do saudoso Danilo Santos de Miranda; a colaboração com o Instituto Moreira Salles e o projeto Brasileira Iconográfica, conforme detalhado por Julia Kovensky; a provocativa discussão sobre as transformações dos sentidos da cultura, como mobilizada por José Teixeira Coelho Neto; as transformações produzidas por Jurandy Valença na relação entre o público e a Biblioteca Mário de Andrade; e, finalmente, a generosa mensagem de Fabiano dos Santos Piúba sobre o projeto da Biblioteca Mindlin.

O *Futuro das Brazilianas*, Parte IX, que fecha o livro, conecta reflexões de representantes de instituições que partilham vocações e projetos de futuro sobre preservação, democratização e reflexão dos bens culturais do país. Com textos de Thiago Nicodemo, do Arquivo Público do Estado de São Paulo; de Marco Lucchesi, da Biblioteca Nacional; de Sônia Salzstein, do Instituto de Estudos Brasileiros; e de João Cardoso e Alexandre Saes, da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, as contribuições são inequívocas sobre a necessidade de garantir esforços na representação das identidades salvaguardadas pelas instituições.

“Uma biblioteca que deve ser viva”, como era a máxima de José Mindlin, e que para tanto observa, se conecta e dialoga com as questões que motivam seus leitores atuais e também provocam seus futuros e potenciais leitores. Para inocular

o vírus da leitura é preciso oferecer os meios e também os sentidos da leitura para os jovens leitores em formação.

BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva é um registro da história da Biblioteca e do seu futuro em construção. Uma Biblioteca que continua sua trajetória consciente não só do legado recebido, mas também da responsabilidade de interagir com o horizonte de futuro em formação. Com esta publicação convidamos os leitores a navegar pelo legado deixado por Guita e José Mindlin e também a refletir sobre o futuro das instituições de cultura e das brasileiras.

Os organizadores





Prefácio

Jacques Marcovitch

Universidade de São Paulo

Este livro honrará, de forma permanente, a memória de Guita e José. É uma tradução perfeita do que Mindlin pensava das relações do tempo com a arte e a cultura, sempre olhando para o futuro e mantendo vínculos com a modernidade, seus antecedentes e conceitos atuais. Note-se, principalmente nos conteúdos a seguir, ecoando esta visão transgeracional, o uso recorrente das expressões “biblioteca viva”, enunciada por José, e “biblioteca do futuro”, esta como resultante da outra.

Tudo que se lê nos ensaios desta obra focada sabiamente em três tempos, atende ao que Mindlin deixou escrito em sua autobiografia: “Procurei plantar algumas sementes, sem ter a certeza de chegar a ver todos os frutos, mas assim mesmo acho que valeu a pena”. A eventual dúvida sobre o que se há de colher não impediu a esperançosa sementeira.

Em páginas repletas de ilustrações preciosas e reveladoras, especialistas especulam admiravelmente sobre o papel que cabe à BBM durante o século XXI, além de outros temas relacionados à bibliofilia. As abordagens, visivelmente trabalhadas por exímios conhecedores, fluem numa prosa erudita, porém acessível, refinada, e jamais pedante. O presente, o passado e o futuro das bibliotecas unem-se como se formassem um tempo único, no qual a literatura é tomada como objeto a colecionar, preservar, restaurar, digitalizar e, sobretudo, ler.

Complementam-se os ensaios com o catálogo de publicações da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Isto sugere função inovadora de uma biblioteca editando livros que frequentarão estantes de outras bibliotecas, particulares ou públicas. Eis uma vocação a ser assumida regularmente e tendo a marca BBM como símbolo de inquestionável qualidade editorial.

O décimo aniversário de uma biblioteca pública é muito mais relevante do que o de qualquer outro equipamento urbano. Quando esta biblioteca é a BBM, com um acervo raro, original e diversificado, mesmo comparada a qualquer outra congênere do mundo, o que dizer? A resposta, o leitor encontrará nas páginas seguintes, firmadas por grandes especialistas o assunto.

Em seus textos, organizados com o talento e a competência de Alexandre Macchione Saes, Hélio de Seixas Guimarães e Plínio Martins Filho, evidencia-se que a casa aniversariante guarda, em suas estantes, partes da história e da nossa evolução como pátria. Cada exemplar deste numeroso acervo dá um testemunho de rupturas transformadoras e valores a preservar, temas que orientam todos os títulos e conteúdos veiculados por esta obra.

A leitura dos capítulos, gera a forte sensação de estar descobrindo, por dentro, o que é conhecido apenas em salas de leitura. Visualiza-se o panorama completo de uma grande biblioteca e seus muitos processos de batalha. Avulta, em novo cenário, a riqueza deste conhecimento dedicado aos livros que inclui saberes ou fazeres da gestão e organização das bibliotecas.

Os livros, esses pequenos objetos de papel, tinta e palavras, nos ajudam a compreender o que sabemos. Neles, repousam ideias, valores, afetos e convicções que moldam nossa existência e nos distinguem como seres pensantes; eles nos ensinam o conhecimento de que dispomos para interpretar o mundo e seus mistérios.

É nas bibliotecas, santuários do saber, que a força dos livros se revela em sua plenitude. Uma boa biblioteca, em seu conjunto, é guardiã e testemunha da história do país em que está sediada. Desde a prática de catalogar livros para consulta pública, iniciada na França, esses locais de reflexão e estudos associam-se fortemente ao processo civilizatório, tornando-se possível mensurar a grandeza de uma metrópole pelo número de bibliotecas ofertadas aos seus cidadãos.

Dentre diversas bibliotecas mundiais, temos no Brasil a grandiosa Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin que, mesmo cercada por dezenas de outras grandes e respeitáveis bibliotecas, acumula prestígio e luz própria, ademais de estar instalada em um *campus* universitário que é notoriamente um dos mais conhecidos do Brasil.

A Biblioteca teve sua fundação nas mãos de um adolescente de treze anos, que, com seus magros vinténs de rapaz, comprou de um livreiro a publicação *Discursos sobre a História Universal*, edição de 1740. Dentro de cada colecionador há um leitor voraz, e com Mindlin não era distinto, entretanto, ele possuía um diferencial que o qualificava mais ainda: absorvia os conteúdos em vários idiomas.

Isso o ajudou a formar dentro de si o “sentimento do mundo” – lembrando frase poética de Drummond –; para Mindlin, todos os livros provinham de uma só pátria: a República ou o Império Mundial das Artes. Nessa espécie de país das maravilhas, Mindlin colheu os livros e documentos que dormem nas estantes da BBM e acordam toda vez que recebem em suas páginas o olhar humano.

Com a insuspeição da idade, posso afirmar que o olhar do jovem é mais curioso e, por isso, capaz de descobrir belezas nunca vistas nos livros de uma biblioteca. A partir desse olhar curioso da juventude, Mindlin formou, juntamente com sua esposa Guita – seu braço direito na construção da Brasileira – e com a incansável Cristina Antunes essa Biblioteca que hoje engrandece a cultura brasileira.

Ao pensar em José Mindlin, lembro-me daquele texto do Celso Lafer que diz:

A tradicional sabedoria dos provérbios portugueses diferencia o tempo do falcão e o tempo da coruja. O tempo do falcão é o da rapidez. É este o tempo que nos cerca. O tempo da coruja é o da sabedoria – a sabedoria que nos falta para lidar com a estrutura de possibilidades do tempo no mundo em que estamos inseridos.

As pessoas extraordinárias conseguem combinar o tempo do falcão e o tempo da coruja, o tempo da agilidade e o tempo da sabedoria. E me parece que não há exemplo melhor da conciliação desses dois tempos do que José Mindlin e sua companheira Dona Guita. Eles tiveram a capacidade de conquistar essa segunda vida que estamos reverenciando. E seguramente inspiraram a edição desta obra em mãos do leitor.

Em um de seus incontáveis prefácios, Antonio Candido escreveu, se bem me recordo, que os bons livros não deveriam ter prefácios, tendo em vista que textos prévios retardam o contato do leitor com o pensamento dos autores. Por isso, convém concluir estas considerações preliminares.

Mas falta dizer, e agora definitivamente, que procurei dialogar como um pensamento dominante nesta obra coletiva: conservar, no presente, adotando meios contemporâneos de informação, os acervos do Brasil histórico, para que cheguem intactos, em sua beleza e validade, aos muitos futuros que os aguardam na vida infinita da academia.







O Lugar da BBM no Século XXI

Alexandre Macchione Saes

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

No dia 23 de março de 2013, a abertura da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin ao público marcava a concretização de um generoso gesto da família, com a doação do acervo de Guita e José Mindlin. Dez anos é uma fração da história cujo processo remonta ao início do século XX, e a formação da biblioteca, em si, completa praticamente um século.

Uma biblioteca construída pelo casal Guita e José Mindlin, que em sua casa, na rua Princesa Isabel, preservou possivelmente o maior e mais valioso acervo particular de brasileira no mundo. Brasileira, um conceito, definido pelo amigo do casal, o bibliófilo Rubens Borba de Moraes, que fornecia um roteiro bibliográfico sobre a história e a cultura nacional. Um conceito materializado nesta fantástica biblioteca, que sintetizava uma ideia de Brasil. Uma ideia produzida pela geração modernista brasileira, comprometida com um projeto de futuro para o país, por meio de narrativas e interpretações presentes em nossa literatura e nos clássicos do pensamento social brasileiro; e uma ideia materializada também na formação de instituições centrais na construção do Estado moderno brasileiro, apenas para indicar alguns poucos exemplos: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Biblioteca Mário de Andrade (BMA), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e os museus de São Paulo.



FIG. 1. Casal Guita e José Mindlin na sala da Biblioteca Mindlin, em sua residência, na rua Princesa Isabel. BANCO DE IMAGENS BBM

Entre 2006 e 2013, no espaço de tempo entre o ato de doação e a inauguração da biblioteca, a coleção privada foi se tornando uma instituição pública. Desejo esse manifestado tanto pelo casal Mindlin como por Rubens Borba de Moraes, que legou seu acervo ao casal, compreendendo que teriam cumprido uma jornada como depositários de um patrimônio que deveria encontrar novos horizontes, encontrar espaços para potencializar seu alcance. Nas palavras de José Mindlin, em sua obra *Uma Vida Entre Livros*:

Em relação aos livros, não tenho o fetiche da propriedade. Sinto-me mais como um depositário do que um proprietário, usufruindo, é verdade, o prazer que eles proporcionam, mas visando preservar uma herança do passado, e conservar o que se faz de bom agora, com o propósito de transmitir tudo isso para o futuro¹.

Instituição que nascia com a ambição de se tornar uma referência na preservação e na disseminação de seu acervo, com a formação de uma robusta estrutura material – consolidada em um magnífico edifício – em uma estrutura de governança original para a Universidade de São Paulo (USP) – por meio de uma gestão compartilhada entre membros da universidade, da família e de representantes externos à universidade, tornando seu Conselho Deliberativo um espaço privilegiado para construir projetos e a política da instituição – e com servidores qualificados para manter

¹ José Mindlin, *Uma Vida Entre Livros*, São Paulo, Edusp, 2010, p. 213.

a rotina e a memória dos fluxos e processos da biblioteca, para promover os planos de exteriorização do acervo, como também para formar gerações de estudantes da universidade que, como estagiários e bolsistas, renovam a dinâmica e a vida dos processos e projetos da BBM.

Em suma, nesses dez anos de sua abertura, mas em ao menos quinze anos de história na Universidade de São Paulo, a BBM contou com o trabalho de dirigentes da USP, diretores, membros do Conselho Deliberativo, familiares, Comitê Acadêmico, pesquisadores, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e bolsistas, com o apoio de instituições e parceiros individuais de dentro e fora da universidade, o que nos levou a reapropriar a máxima presente no *ex-libris* de José Mindlin – “Não faço nada sem alegria” –, como extraído de Montaigne, para uma nova versão, agora no plural, “Não fazemos nada sem alegria”, conforme nosso *ex-libris* de comemoração de dez anos.

À frente deste projeto, as diretorias que me antecederam tiveram que lidar com enormes desafios: a construção deste moderno prédio; a formação de projetos



FIG. 2. *Ex-libris* de José Mindlin. *Ex-libris* é uma marca que indica a propriedade de um livro. Geralmente colado na contracapa ou na página de rosto, o *ex-libris* costuma apresentar um brasão, desenho ou logotipo que identifica seu proprietário. BANCO DE IMAGENS BBM



FIG. 3. *Ex-libris* em comemoração aos dez anos da BBM. BANCO DE IMAGENS BBM

ousados, que apontavam para o futuro, com a digitalização e a biblioteca digital; a transformação da BBM num centro de pesquisa e reflexão sobre o livro, sobre a história e a cultura nacional; o estabelecimento de processos e protocolos fundamentais para garantir a comunicação entre os setores, os usuários e os fluxos de trabalho; e a definição de sua vocação, como biblioteca de preservação do passado, mas de centro de pesquisa e promoção da curadoria do conhecimento acumulado, para sua apropriação para o futuro. Passados dez anos, sinto-me privilegiado de assumir uma instituição que conseguiu se estruturar, definiu suas rotinas, consolidou seu ciclo de formação, é reconhecida dentro e fora da USP como uma relevante instituição e pode se colocar novos desafios.

Nesse sentido, preciso fazer uma sincera homenagem àqueles que estiveram à frente deste projeto: saudoso professor István Janscó, Pedro Puntoni, Carlos Guilherme Mota, Sandra Vasconcelos, Giuliana Ragusa, José Nicolau Gregorin (*in memoriam*), Carlos Zeron, Tercio Redondo e Alexandre Moreli. Entre eles, devo um agradecimento especial ao professor Carlos Zeron, com quem compartilhei dez anos de atividades e tive oportunidade de aprender significativamente.

Estendo os agradecimentos para outros dois dirigentes e professores da USP, que cumprem papel importantíssimo para a existência e potência da BBM na universidade. Ao professor Jacques Marcovitch, meu reconhecimento ao cuidado com as instituições da universidade, pois, a despeito de sua densa agenda, sua ativa atuação no Conselho Deliberativo nos ajuda a trilhar com maior segurança as decisões necessárias. E à professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, que como socióloga da cultura, ex-pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária e atual vice-reitora da USP, é uma importante interlocutora para pensar o papel da BBM na sociedade brasileira.

Não tive o prazer de conhecer o casal Guita e José Mindlin, o que sinto muito. Mas por meio de seus filhos, Betty, Diana, Sergio e Sonia, pude apreender a dimensão do espírito público exercido pelo casal. O espaço de convivência do Conselho Deliberativo se ampliou para um espaço de real compartilhamento de ideias e projetos voltados para o bem público, para a sociedade brasileira.

Finalmente, sou muito grato aos servidores da BBM, que dão continuidade aos projetos que se sucedem entre as direções. Somente com eles, e com o apoio e entusiasmo dos estagiários e bolsistas da Universidade de São Paulo, conseguimos realizar os projetos e dar vida ao desejo de José Mindlin. Deixo uma homenagem àquela servidora que hoje não está mais conosco, Cristina Antunes, que certamente era uma das pessoas que mais conhecia e admirava o acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Durante o Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva, pudemos contar com mais de trinta comunicações cujas contribuições equilibraram o olhar para o passado, para homenagens e afetivas lembranças da formação e construção deste singular e exemplar projeto em nossa realidade brasileira; mas também apontaram para o futuro, avaliando as competências adquiridas, as parcerias alicerçadas e os desafios que devemos enfrentar nos próximos anos.

Assim, tivemos a oportunidade de passar por temas que formam a espinha dorsal de constituição da BBM: inspirada na trajetória de José Mindlin, a mesa Bibliofilia e Colecionismo apontou para a relevância da formação de acervos particulares; em uma singela e muito afetiva homenagem à Guita Mindlin, retomamos a centralidade da preservação no país, iluminando o legado deixado por ela e Thereza Brandão na formação de gerações de restauradores; e, olhando para o desafio dos modernos suportes e processos das bibliotecas digitais, refletimos sobre as bibliotecas, a pesquisa e a leitura no século XXI. Como síntese dessas mesas, apresentamos as Pesquisas com Obras Raras na BBM e as Publicações da BBM, isto é, resultados concretos que articulavam a potência da coleção formada por Dr. José, a relevância da preservação tão defendida por Dona Guita e a disseminação facilitada pela biblioteca e os projetos digitais.

Por outro lado, também foi possível reunir instituições que estão entre as mais relevantes brasileiras do país e do mundo, assim como representantes de instituições centrais na defesa da memória e da cultura nacional. Me parece que nos beneficiamos de mais um importante legado de José Mindlin: sua capacidade agregadora, fosse na liderança empresarial ou de projetos voltados para a ciência e cultura, fosse em tornar sua biblioteca um espaço de encontro – de encontro com os livros e entre os amantes dos livros.

Foi uma felicidade contar em nosso evento com a participação dos diretores da Biblioteca Nacional, Instituto de Estudos Brasileiros e Arquivo do Estado de São Paulo para debater o conceito de brasileira. Diálogo ampliado durante o evento, com a presença de instituições voltadas para a preservação de coleções como a da BBM, tais como o Instituto Moreira Salles, a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca Oliveira Lima, a Universidade Nova de Lisboa e a Biblioteca Nacional da França, e com personagens decisivos na formulação de políticas culturais no país, como Danilo Santos Miranda, do Sesc, e Fabiano Piúba, do Ministério da Cultura.

Creio que o diálogo com os parceiros destacados acima será o caminho para enfrentar, nos próximos anos, três desafios que se avizinham no horizonte futuro da BBM:

- Qual é o lugar de uma biblioteca de obras raras no século XXI?
- Como pensar a BBM (e a USP) na sociedade brasileira contemporânea?
- O que devem ser as brasileiras?

O LUGAR DE UMA BIBLIOTECA
DE OBRAS RARAS NO SÉCULO XXI

A BBM nasceu com o desafio da preservação como uma de suas prioridades, conforme está devidamente registrado em seu regimento como finalidade primeira, “de conservar e divulgar o acervo”, facilitando o acesso a estudantes e pesquisadores. Como uma biblioteca de obras raras, a conservação do acervo é condição decisiva para que este esteja disponível para contínua consulta, sem oferecer riscos ao patrimônio, sem apagar nossa memória. Não obstante, a preservação e a conservação do acervo não podem ser produzidas pelo afastamento deste de seu público, como lembra Antonio Cicero em seu poema “Guardar”:

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la, por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado².

E termina o autor com a imagem de que “se guarda um voo de um pássaro, melhor do que um pássaro sem voos”.

Me parece que a máxima “uma biblioteca viva”, de José Mindlin, é uma expressão mais sintética e tão forte quanto o poema de Antonio Cicero. E tem sido a partir desta perspectiva, de garantir o amplo e irrestrito acesso, que a BBM tem produzido suas atividades. Dentro de uma universidade pública, portanto, a dimensão do acesso não pode se distanciar da noção da pesquisa, da produção do conhecimento e da resignificação do próprio acervo.

Por isso, tampouco me parece que a BBM deve caminhar na tentação de se tornar uma biblioteca-museu, de tornar as coleções como artefatos museológicos³, no contexto em que as bibliotecas buscam estratégias para se conectar com velhos e novos usuários. Mais do que um espaço da mediação cultural, da exposição de curiosidade e raridades, quase como os antigos gabinetes de curiosidades, a direção tomada pela BBM foi a de compreender o livro como um meio para o conhecimento, e a pesquisa para interação com a sociedade, como defende o professor Carlos Zeron⁴.

2 Antonio Cicero, *Guardar: Poemas Escolhidos*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1996, p. 337.

3 Definição de Museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2022), não obstante, pode nos oferecer bons caminhos para pensar a questão da representação da sociedade: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleta, conserva, interpreta e exhibe patrimônio tangível e intangível. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem diversidade e sustentabilidade. Eles operam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas para educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento”.

4 “A BBM não aderiu à tentação de transformação da biblioteca em centro cultural: nem híbrida, nem terceiro lugar, nem museal, nem FabLab... sem renunciar essas estratégias de mediação cultural, a BBM optou por definir para si outras responsabilidades e prioridades” (Carlos Zeron, “Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 7/8, p.16, Cotia, Ateliê Editorial, 2019).

Me parece que devemos redobrar essa aposta, reforçando o sentido da doação da Biblioteca Brasileira para uma instituição universitária de ensino, pesquisa e extensão, responsável por parte relevante do conhecimento nacional. É necessário nos mantermos alerta para as novas dinâmicas da produção da pesquisa e de acesso ao conteúdo.

COMO PENSAR A BBM (E A USP)
NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA?

O contexto de criação da BBM era de rápidas transformações tecnológicas, mas também de transformações da própria sociedade brasileira. No país em que vivíamos, entre a doação da biblioteca em 2006 e a inauguração deste prédio em 2013, ainda dominavam as sensações de esperança, do otimismo e futuro.

No âmbito das transformações tecnológicas, o Seminário Mindlin de 2010, O Futuro das Bibliotecas, trazia com grandes expectativas a ideia de novas perspectivas, de novas casas (a arquitetura), novas formas e suportes (os livros digitais), novos olhares e leitores (o acesso irrestrito do livro digital), novas políticas públicas para os acervos digitais.

Sem dúvidas, avançamos muito e construímos importantes competências na direção da segunda finalidade expressa no regimento da BBM, de proporcionar o irrestrito acesso de seu acervo digital ao público em geral. Nesse sentido, sinto que ao longo destes dez anos conseguimos cumprir com o que era almejado por aqueles que apostaram e investiram no projeto, instituições como o BNDES, Petrobras, Ministério da Cultura. Como defendia o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, na inauguração da pedra fundamental do prédio, em dezembro de 2006, a BBM teria como missão se tornar um centro nacional de referência para a pesquisa e reflexão sobre a nossa nação, sobre seus muitos projetos de existência, sobre seus fracassos e ilusões, sobre suas possibilidades.

Nas palavras de Gilberto Gil:

Esta biblioteca tem em seu gene a soma de muitos patrimônios. [...] Esta é uma ocasião na qual podemos olhar as realizações que fazem os sentidos despertarem entre nós e, a partir daí, podemos observar seu desenvolvimento e sua expansão em direção à consciência transformadora que devemos ter em relação ao nosso presente histórico⁵.

A conjuntura carregava o otimismo também sobre a transformação social, com o investimento numa educação inclusiva, de uma cultura como instrumento de consciência crítica, como concluiu o ministro:

5 Gilberto Gil, “Nova Sede do IEB e da Biblioteca Guita e José Mindlin”, *Revista do IEB*, n. 44, pp. 311-312, fev. 2007.

O Ministério da Cultura está voltado para essa biblioteca, disposto a criar, junto com a comunidade universitária e o MEC, um instituto de formação de consciência crítica, que lance luzes sobre a cultura, que afirme sua importância e seu lugar central, como nos dizia o ministro Celso Furtado, no desenvolvimento social e econômico do País. Penso que aqui consolida-se hoje uma das responsabilidades intransferíveis do Estado brasileiro: a missão de fazer com que a cultura e a educação sejam vetores fundamentais de nosso desenvolvimento⁶.

Passados dez anos, se as conquistas são inegáveis, com a democratização do acesso à educação universitária e da ampla difusão do acesso à informação por meio de documentos digitais, a ideia de que os avanços sociais seriam cumulativos e contínuos foi duramente abalada nos últimos anos. Como se a máquina do mundo drummondiana tivesse se aberto para nós, mas repelindo-a, “a treva mais estrita já pousara, sobre a estrada de Minas, pedregosa [...]”

Nesse sentido, o otimismo da transformação tecnológica, nos trouxe hoje para as dúvidas sobre a preservação digital e sobre a abundância da informação digital. Como garantir que nossos patrimônios digitais acompanhem a contínua alteração dos suportes e técnicas de guarda dos acervos? Numa outra dimensão, como garantir que esse conhecimento consiga competir num mercado digital abarrotado de informação?

À universidade cabe uma tarefa difícil e prioritária. De avançar na produção e na disseminação do conteúdo: de romper as barreiras e fronteiras de nosso pequeno universo e garantir que nossos esforços de digitalização e de produção de projetos digitais cheguem aos mais diversos públicos. A curadoria do conhecimento acumulado é tarefa prioritária para romper com a desinformação e projetos de regressão civilizacional.

A transformação da sociedade brasileira, por outro lado, nos leva para o terceiro desafio da BBM, que pode ser tratado no diálogo com nossas parceiras institucionais, os acervos de brasileiras.

BRASILIANA, BRASILIANAS

A preocupação com essa temática não é propriamente nova na BBM, que já realizou o seminário Brasileira, Brasileiras em 2013 e 2022. Conforme os eventos, a ideia de brasileira deve assumir sua especificidade na pluralidade das brasileiras, encontrando ou renovando sua vocação entre esses variados e diversos acervos materiais e digitais; por outro lado, dialogando com o presente, as novas coleções de brasileiras devem refletir as identidades sociais e culturais que extrapolam as fronteiras do conceito original de Rubens Borba de Moraes, idealizado na sociabilidade dos atores que construíram, em meados do século XX, uma ideia de Brasil moderno.

⁶ *Idem, ibidem.*

Assim, entendo que dois caminhos devem ser percorridos para pensarmos a coleção da BBM: 1. Qual é o papel de nossas coleções para a sociedade brasileira?; 2. Qual é o lugar de nossas coleções no universo de outras brasileiras?

Se avançamos, na última década, na direção de promover uma primeira fase da inclusão, por meio da política de reserva de vagas, ainda precisamos avançar na segunda dimensão da inclusão, do pertencimento e da produção dos discursos. Isto é, um espaço para percorrer autoras e autores de movimentos, estilos e lugares da produção literária ofuscados durante a formação do acervo; uma pesquisa que permita amplificar as representações de grupos sociais, raciais e de gênero dentro da biblioteca. Essa é uma proposta para ampliação dos acervos, de continuarmos a obra de personagens como José Mindlin e Rubens Borba de Moraes para percorrer a produção literária, histórica e social do país, mas agora incorporando a diversidade de voz de nossa mais complexa sociedade brasileira.

Numa segunda dimensão, reconhecendo a impossibilidade de uma única instituição se constituir como uma “brasileira ideal”, cabe às nossas instituições buscar ampliar os espaços de interação. Em suma, precisamos aproveitar o contexto de reconstrução das políticas culturais do país para fortalecer as iniciativas já existentes e para expandir projetos que estreitem os laços de nossas instituições. Penso que a formação de uma rede de brasileiras para a troca de experiências, para o compartilhamento de acervos, quem sabe na construção de novos projetos digitais, seja um caminho a ser trilhado por nós. Uma brasileira que busque ser o mais “completa” possível; que abarque a “complexidade” de nossa realidade social; que seja “crítica” para oferecer ideias que reflitam as novas demandas de nossa sociedade.

Esse projeto vai depender do esforço coletivo, da interação entre instituições já consolidadas, com aquelas que ainda precisam ser criadas. Fico feliz de ver o Seminário BBM 10 Anos como um espaço que permitiu que esse debate fosse reiterado, mantendo a chama para que nossos esforços possam convergir num futuro próximo. Viva a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, viva a cultura brasileira.



FIG. 4. Logo comemorativo dos dez anos da BBM.
BANCO DE IMAGENS BBM

A close-up photograph of a book's spine, showing the texture of the paper and the binding. A bright yellow ribbon bookmark is visible, partially obscuring the spine. The lighting is warm, highlighting the natural tones of the paper.

Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: Futuro Pretérito e Pretérito Futuro'

Carlos Zeron

Universidade de São Paulo

35

A Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM-USP) foi criada em janeiro de 2005 e aberta ao público em março de 2013, no campus da Universidade de São Paulo. Sua origem encontra-se na doação de 32 mil títulos de brasiliana feita pela família Mindlin, os quais correspondem a cerca de sessenta mil volumes, grande parte dos quais são obras raras ou especiais. A coleção abrange quatro vertentes temáticas dominantes: assuntos brasileiros, literatura em geral, livros de arte e livros como objeto de arte. Dentro dessas vertentes, às vezes extravasando-as, encontramos também relatos de viajantes, manuscritos, periódicos, mapas, livros científicos, iconografia e livros de artistas. Pois, como dizia José Mindlin, sua biblioteca era “indisciplinada”².

O prédio foi construído especialmente para abrigar o acervo. Isso não é excepcional, mas, tampouco, muito comum. No caso da BBM, o fato de o livro ter antecedido a biblioteca pública permitiu que o programa³ e partido⁴ arquitetônicos

1 Trabalho originalmente publicado na *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 7/8, 2019.

2 José Mindlin, “Introdução”, *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, São Paulo, Edusp, 2013, pp. XIII-XXI.

3 Isto é, as finalidades da arquitetura e as necessidades de natureza funcional a satisfazer.

4 Ou seja, de que maneira, com a utilização de uma técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa.

adotados, assim como as técnicas⁵ e modenaturas⁶, convergissem, todos, para convidar o visitante a interessar-se por este objeto que Juan de la Puente dizia ser o mais próximo ao homem “Entre todas las obras de naturaleza y los efectos del arte, no hay cosa más parecida al hombre que un libro. [...] Si el libro es hijo y imagen de su autor, hombre le podemos llamar [...]”⁷

Revelando essa afinidade por meio de sua arquitetura e das atividades ali desenvolvidas, a BBM visa continuar a propagar o “incurável vírus do amor ao livro”, que seu doador pretendia “inocular no maior número possível de pessoas”⁸.

Assim, as técnicas e modenaturas se traduziram, por exemplo, na apresentação de todos os livros da coleção atrás de vidros, no saguão de entrada, evidenciando não apenas o gesto de doação ao público, mas também emulando a situação em que se encontravam na casa de José Mindlin, sempre à vista e em toda parte.

No térreo, encontram-se ainda uma sala de leitura, a Lampadia/Vitae, de livre acesso e outra onde se realizam colóquios e apresentações musicais, ambas também amplamente envidraçadas, além de uma exposição permanente sobre a vida de José e Guita Mindlin, sobre a formação da extraordinária coleção que reuniram (a qual ainda incorporou o acervo de Rubens Borba de Moraes) e sobre diversos aspectos relacionados à materialidade do livro.

No subsolo, há outra sala de estudos de livre acesso e duas salas de exposições temporárias, onde são expostas obras do acervo conjugadas com outras em qualquer tipo de suporte, trazidas por bibliófilos, curadores e artistas.

O térreo e o embasamento conjugam-se dessa maneira com a rua: são espaços de pertencimento e de apropriação, dos usos públicos e pouco restritos. Dali para cima, contudo, há uma transição: a visão dos livros em três andares de estantes convida à leitura, mas o acesso, desde o térreo, é apenas visual; porque o público não é uniforme, nem tem os mesmos interesses. O primeiro andar da BBM é todo dedicado à pesquisa: uma sala de consulta que possui apenas 24 lugares, metade disso na sala de livros de grandes formatos, e quatorze gabinetes para pesquisadores residentes.

O número relativamente pequeno de assentos para consulta dos livros explica-se por uma das três finalidades principais da BBM: proporcionar acesso irrestrito de seu acervo ao público em geral em formato digital. Assim, a diferença entre o térreo e o embasamento, de um lado, e o primeiro andar, de outro, explica-se pelos modos de apropriação e uso do acervo (os livros da biblioteca digital, por exemplo, podem ser anotados), bem como reproduz as formas em que o livro se apresenta, virtual e

5 Quer dizer, os materiais e os sistemas de construção adotados.

6 Ou comodulação, isto é, as qualidades plásticas da construção.

7 Fr. Juan de la Puente, *La Conveniencia de las dos Monarquías Católicas, la de la Iglesia Romana y la del Imperio Español, y Defensa de la Precedencia de los Reyes Católicos de España a Todos los Reyes del Mundo*, Madrid, en la Imprenta Real, 1612, p.s.n.

8 “O vírus do amor ao livro é incurável, e eu procuro inocular esse vírus no maior número possível de pessoas”: essa frase, ou variações dela, foi muitas vezes repetida por José Mindlin.



FIG. 1. Sala da Biblioteca Mindlin em sua residência, na rua Princesa Isabel. A Biblioteca do casal Mindlin e a Biblioteca de Rubens Borba de Moraes conviviam harmoniosamente, porém, sem se misturarem, pois Mindlin considerava que a “biblioteca transmite a personalidade de quem a formou”. FOTO: LUCIA LOEB MINDLIN

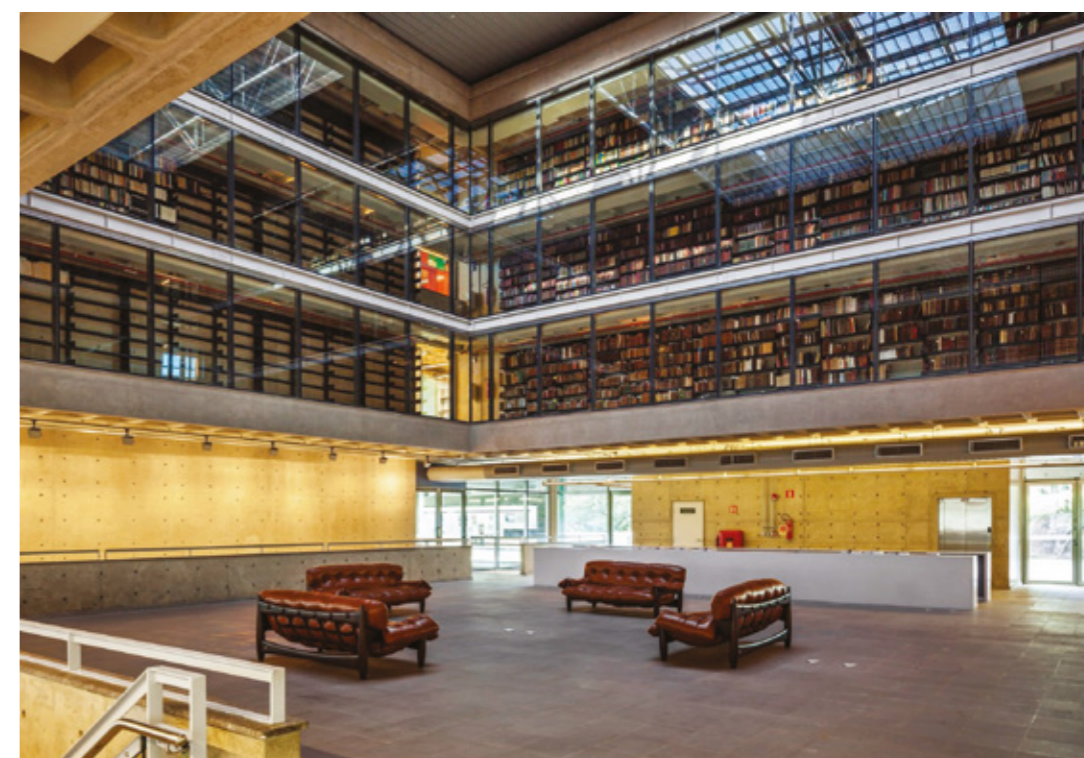


FIG. 2. Saguão de entrada da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. FOTO: NELSON KON

material. Diferença, contudo, que não é separação: as atividades desenvolvidas no térreo e no embasamento são de estímulo a que o público acesse os livros conservados no primeiro andar, assim como de divulgação pública das pesquisas realizadas no acervo. A ligação, sugerida pelas paredes de vidro, dá-se por meio dos colóquios, das exposições, das apresentações musicais, da biblioteca digital e das publicações da BBM (sempre em meios impresso e digital)⁹.

O projeto arquitetônico e acadêmico do Espaço Brasileira, no qual se situa a BBM, reúne também o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e a livraria central da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Por vontade dos doadores, visava-se criar um centro de estudos sobre a história e a cultura brasileiras; é nele que a BBM realiza mais amplamente as suas duas outras finalidades acadêmicas: conservar e divulgar o acervo, facilitando o seu acesso a estudantes e pesquisadores; promover a disseminação de estudos de assuntos brasileiros por meio não apenas de programas e projetos específicos, mas também em parceria com outras instituições.

Assim, a transição do espaço aberto (térreo e embasamento) ao restrito (primeiro andar) termina por se abrir novamente ao público, de maneira irrestrita, por meio de outros espaços e equipamentos, destinados ao acesso à coleção digitalizada (desde os computadores da Sala Lampadia, no térreo, mas em qualquer outro meio conectado à internet, inclusive desde a rede *wi-fi* disponibilizada em todo o Espaço Brasileira) e à publicação do seu acervo e dos resultados de pesquisas em meios impresso e digital. Portanto, há um movimento do uso livre ao uso especializado (curadoria digital, pesquisa, edição), o qual se abre novamente ao uso livre e amplamente disseminado.

O isolamento do público com relação ao acervo é real e aparente, dependendo de como ele se posicionar. O apelo que a biblioteca deve exercer, dizia José Mindlin (citando Montaigne), é pelo prazer. Mas, depois, há mais: o prazer intelectual, que logo encontra a crítica. Nesse sentido, a BBM não aderiu à tentação da transformação da biblioteca em um centro cultural: nem “híbrida”, nem “terceiro lugar”, nem “museal”, nem “FabLab”... Sem renunciar às essas estratégias de mediação cultural¹⁰, a BBM optou por definir para si outras prioridades e responsabilidades: localizada dentro de uma cidade universitária, ela assumiu uma função de curadora da cultura, privilegiando a pesquisa como meio de interação com a sociedade, mais do que a mediação cultural e a visita turística. Em apoio à sua opção principal, ela desenvolve atividades de conservação (cuidando do livro como objeto) e, como foi dito, de digitalização. Pois o livro raro é objeto de cuidado, sobretudo porque é também meio para outros objetos de conhecimento e, então,

9 Mais informações em: <https://www.bbm.usp.br/publicacoes>.

10 De fato, desde o projeto arquitetônico, concebido por Eduardo Luiz Paulo Riesencampf de Almeida e Rodrigo Mindlin Loeb, o Espaço Brasileira foi pensado como um espaço multifuncional (ver Marisa Midori Deaecto, “Uma Brasileira para o Leitor do Século XXI”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 6, pp. 375-390).

de ação social. Trata-se, portanto, de levar os temas dos quais o livro é meio para fora da biblioteca (por meio da divulgação da pesquisa, das exposições, colóquios etc.), sem descuidar do livro como objeto em si (nos laboratórios de conservação e digitalização, mas também nos ateliês e nas salas de exposição).

A identidade da BBM está centrada no conceito de “brasiliana”. A definição técnica dada por Rubens Borba de Moraes¹¹ orienta as políticas de aquisição de acervo, mas se desdobra e se potencializa quando revisitada à luz da disseminação de estudos de assuntos brasileiros. “Como quando do advento da imprensa, há seiscentos anos, a digitalização e a internet desempenham um papel revolucionário na disseminação de conhecimento, assim como o colocando num contexto social e crítico”¹².

Na era da divulgação de conteúdos por meio digital, é pertinente que o pensamento crítico assuma uma função de curadoria, dentro de um sistema democrático que permita acesso irrestrito ao conhecimento e à liberdade de expressão. Assim, a BBM volta-se para o passado tanto quanto para o futuro – conforme sugeri no título desse texto. Seus desafios concernem à integração do “valor de antiguidade” dos seus livros ao seu “valor de atualidade” e ao “valor de uso social”. Isso passa por todas as atividades aqui mencionadas, e ainda pela construção de instrumentos tais como uma plataforma brasileira digital, em associação com outras instituições com acervos de brasileira¹³. Passa também pelo desenvolvimento de projetos próprios, como, por exemplo, aquele que denominamos 3 VEZES 22, o qual articula passado, presente e futuro em torno de temas diretamente concernidos aos estudos brasileiros: com base no acervo da BBM, interrogamos criticamente noções estreitamente vinculadas às datas de 1822, 1922 e 2022, tais como “soberania” e “modernidade”, buscando nos livros o movimento que conduziu da ideologia aos símbolos e, então, aos processos sociais, especialmente em sua dimensão material (o que inclui novamente o livro como objeto).

11 “[...] livros sobre o Brasil, impressos entre 1504 (data do primeiro livro sobre o Brasil) e 1900. Pertencem à Brasileira, igualmente, os livros escritos por brasileiros durante o período colonial (das primeiras manifestações literárias até 1808, data em que se encerra, na realidade, o período colonial e onde se começa a imprimir regularmente entre nós)” (Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 5. ed., São Paulo, Publicações BBM, 2018, pp. 229-230).

12 Lino Guzella e Gerd Folkers, “Universities as Curators of Knowledge”, em Luc E. Weber e Howard Newby (eds.), *The Future of the University in a Polarizing World*, Genebra, Glion Colloquium, 2018, p. 21.

13 A constituição de uma plataforma digital unificada de brasileira é um desafio político e tecnológico para as principais bibliotecas e instituições afins que guardam acervos de brasileira: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Mário de Andrade, Instituto de Estudos Brasileiros, Arquivo Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Real Gabinete Português de Leitura, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Instituto Moreira Salles, Coleção Brasileira Itaú, Biblioteca da Fundação Ema Klabin e, no exterior, Biblioteca Nacional de Portugal, Library of Congress, Brown University (John Carter Brown Library), Catholic University of America (Oliveira Lima Library), Indiana University (Lilly Library), Stanford University (Cecil H. Green Library), Yale University (Latin American Collection), Princeton University (Americana Collection), University of Texas (Benson Latin American Collection), University of California Research Library, British Library (Latin American Collections), Bibliothèque Nationale de France, Bibliothèque Sainte Geneviève, Brasilien-Bibliothek der Robert Bosch GmbH.

Essas opções explicam-se não apenas pela localização da BBM, dentro de uma cidade universitária, mas igualmente pelo momento crucial em que ela nasce: diante das mudanças estruturais bruscas, quando não violentas, resultantes de um processo acelerado de globalização e de seus resultados mal controlados, incluindo a exacerbação dos nacionalismos, voltar a refletir sobre a brasilidade é uma dialética necessária. Dentro desse espírito, a Universidade de São Paulo acolheu a coleção formada pelos acervos de José Mindlin e Rubens Borba de Moraes, colocando-a no seu centro geográfico, de onde alimenta o ensino, a pesquisa, o debate e a crítica. Mais ainda, a digitalização de seu acervo não serve apenas para preservá-lo, mas permite, sobretudo, abri-lo para além das fronteiras da universidade, socializando-o amplamente, assim como o conhecimento produzido a partir dele.

Dessa forma, e por meio da BBM, o conceito mesmo de brasileira vai se redefinindo e atualizando, ajudando o país a se reconhecer nesse mundo em rápida mutação. De resto, queiramos ou não, a questão certamente se colocará em breve, quando lembraremos os duzentos anos da independência do Brasil e os cem anos da Semana de Arte Moderna. Não cabe, contudo, aguardar as efemérides, por mais que o ano de 2022 venha eventualmente a se constituir num poderoso catalisador: a reflexão sobre a identidade e sobre o modo de estar no mundo e de se relacionar com os outros povos e culturas estava colocado para gregos e romanos antigos, para itálicos, ibéricos e neerlandeses modernos, assim como está colocado permanentemente para nós, brasileiros. Como dizia Montaigne: pelo acúmulo de saber que eles contêm, os livros são os mais poderosos instrumentos de que podemos nos servir, para o conhecimento tanto quanto para o deleite.

Projetar e assimilar o futuro não são incompatíveis com a continuidade de boas políticas, contudo. Incorporar conceitos como digitalização, combinação, desintermediação etc. não fazem a história desaparecer. Ao contrário, há sobreposição e desencadeamento de operações dialéticas críticas¹⁴. A dificuldade maior situa-se ao rés do chão, no financiamento: há muito tempo a democracia e a cultura que a sustenta foram, em boa medida, tragadas e subjugadas pelo mercado de bens e informações¹⁵. No âmbito das instituições públicas, isso se reflete não apenas na escassez de recursos essenciais, mas até mesmo na dificuldade política de agregar essas mesmas instituições em torno de ações comuns de interesse público.

Por outro lado, muitos gestores do Estado, ao mesmo tempo em que concedem fabulosas renúncias fiscais e perdões de dívidas, abdicaram de cumprir suas funções de defensores do bem comum e andam mendigando esmolas de empresas,

14 Veja-se, por exemplo, o interessante debate entre José Teixeira Coelho Neto e Carlos Augusto Calil no seminário em homenagem a Guita Mindlin promovido pela BBM, “Rumos Atuais e Futuro da Conservação no Brasil”. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/node/344>.


15 Ver Shoshana Zuboff, *Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, New York, PublicAffairs, 2018.

as quais só as cedem em troca de mais benefícios fiscais e simbólicos (de imagem). Como bem lembrava Robert Darnton, então diretor da Biblioteca de Harvard, as bibliotecas devem promover um bem público, o incentivo ao aprendizado aberto a todos; elas não são empresas.

O interesse destas últimas numa política de digitalização fica evidente na *Book Rights Registry*, por meio da qual a Google assumia o controle comercial sobre milhões de livros: de sete milhões de livros digitalizados antes de novembro de 2008, um milhão eram públicos, um milhão estavam sob direitos autorais, e cinco milhões estavam sob direitos, mas esgotados... os quais a Google pretendia comercializar por meio de “licenças”, designando em contrapartida um (apenas um!) computador para consulta por biblioteca pública, sem direito à impressão a não ser sob pagamento¹⁶. Era uma maneira de acabar com as bibliotecas públicas, com as editoras e mesmo com grandes distribuidores como a Amazon e quaisquer outras livrarias.

É evidente que apenas a noção de utilidade pública, defendida e sustentada por meio de um Estado que de fato represente os interesses da sociedade, pode preservar uma sociedade democrática no que diz respeito ao livre acesso ao conhecimento que ela própria construiu e acumulou. A curadoria digital tem a responsabilidade de assegurar tal acesso ao conhecimento em todas essas circunstâncias, combatendo tanto o analfabetismo digital quanto o seu homólogo, a mercantilização do saber.

16 Robert Darnton, “Google and the Future of Books”, *The New York Review of Books*, 12 de fevereiro de 2009, disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/2009/02/12/google-the-future-of-books/>.



**Uma Brasileira para o Leitor
do Século XXI: Da Sala de Leitura
a um Projeto Museológico Imponente¹**

Marisa Midori Deaecto

Universidade de São Paulo

43

La bibliothèque est ce lieu indispensable où le savoir décanse.

Michel Melot²

ONDE TUDO COMEÇA:
UM JARDIM E UMA BIBLIOTECA

No Brasil, a palavra “brasileira” está tão intimamente relacionada à figura de Guita e José Mindlin que soa redundante apresentá-los. No entanto, como introduzir o assunto, sem pensar na sala ensolarada, com as paredes forradas de belas encadernações e cercada por um delicioso jardim, naquela casa dos livros, situada na rua Princesa Isabel, na cidade de São Paulo? Se tens um jardim e uma biblioteca, diria Cícero... sim, eles tinham tudo! E uma grande alegria que era generosamente compartilhada com seus convivas. José Ephim Mindlin (1914-2010) nasceu em São Paulo, formou-se em Direito, trabalhou como jornalista e criou a indústria Metal Leve. Porém, desde que visitou o primeiro sebo da cidade, aos treze anos, jamais abandonou o hábito da garimpagem, da coleção e da leitura. Nas suas palavras:

1 Trabalho originalmente apresentado na “Giornata Internazionali di Studio Le Biblioteche Anche Come Musei: dal Rinascimento ad Oggi”, Biblioteca Nazionale Centrale di Roma, 16-17 de novembro de 2016. Meus agradecimentos especiais a Rodrigo Mindlin Loeb e Plínio Martins Filho pela cessão de materiais para este artigo.

2 Michel Melot, *La Sagesse du Bibliothécaire*, Paris, L’Eil Neuf, 2004, p. 11 [trad. bras.: *A Sabedoria do Bibliotecário*, São Paulo, Ateliê Editorial/Sesc São Paulo, 2017, Coleção Bibliofilia, 3].

A paixão predominante sempre foi a leitura. Desde a adolescência tinha sempre um livro comigo, aproveitando todos os momentos vagos para a leitura. Aprendi que se pode ler em qualquer lugar, como por exemplo em aulas menos interessantes... Cursei a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, de 1932 a 1936, e muitas vezes me sentava no fundo da sala, enquanto os professores liam monotonamente suas prelações, para aproveitar o tempo lendo grandes obras da literatura nacional³.

Chegou a montar com amigos uma livraria de raridades, que não teve vida longa, tal é a distância entre o amante e o vendedor. A vida do empresário e colecionador também se confunde com a do editor e promotor cultural, sobretudo quando esteve à frente da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, de 1974 a 1976⁴. Mindlin foi eleito para a Academia Paulista de Letras, em 1999 e, em 2006, para a Academia Brasileira de Letras. Suas histórias figuram em diversos livros, escritos por ele mesmo, ou em coletâneas de textos redigidos por amigos e admiradores. Seu maior feito, contudo, foi o de ter se empenhado em todo o processo burocrático, complicado e lento, para a doação de sua biblioteca à Universidade de São Paulo. À sua inestimável coleção brasileira, somaram-se os volumes do amigo Rubens Borba de Moraes (1899-1986):

Sua biblioteca, que nos deixou em testamento, encontra-se em nossa casa, arrumados os livros como estavam em casa dele, e na própria estante original. Existem, naturalmente, muitas duplicatas, mas conservamos a biblioteca intacta, sem misturá-la com a nossa, pois uma biblioteca exprime a personalidade de quem a formou⁵.

Essa história quedaria, todavia, incompleta, se Guita Mindlin (1916-2006) não tomasse algumas breves linhas desta página de apresentação. E não é porque as esposas costumam ser apresentadas como as piores inimigas das bibliotecas domésticas, geralmente cultivadas pelos maridos, o que faz do livro um objeto de litígio na pretensa harmonia familiar⁶. Nada disso! Sua presença vai além do

3 José Mindlin, *No Mundo dos Livros*, São Paulo, Agir, 2009, p. 47.

4 Diante de um regime autoritário, foram difíceis as perspectivas de atuação plena no setor cultural. Alguns de seus projetos, infelizmente inconclusos, teriam deixado uma instituição de promoção cultural sólida no Estado, a exemplo do que se observa na Fapesp, para a área científica. Sobre o assunto, ver José Mindlin, *Uma Vida Entre Livros. Reencontros com o Tempo*, São Paulo, Edusp/Companhia das Letras, 1997, pp. 84-93.

5 *Idem*, p. 113.

6 Em “Mulher de Colecionador”, Rubens Borba de Moraes registra uma história nada incomum, “de um amigo, muito querido que tive e que morreu, não de moléstia do coração, como disseram os médicos, mas de frustração, pelo fato de não poder mais comprar livros, de medo da mulher. O meu pobre amigo só comprava livros pequenos, que podia levar para casa no bolso e escorregar entre os outros sem a mulher perceber” (Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 5. ed., São Paulo, Publicações BBM, 2018, p. 33).

incentivo dado à formação da biblioteca familiar, pois Dona Guita se especializou, num tempo em que esta palavra era desconhecida no setor, no trabalho de preservação e restauro de livros. O primeiro livro restaurado foi um exemplar raríssimo da edição *princeps* de *Marília de Dirceu*, de 1821, doada ao casal em condições bem ruins. O trabalho ganhou fôlego e culminou na criação, em 1988, da Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, por Guita Mindlin e Thereza Brandão Teixeira⁷.

Enfim, tudo começa numa biblioteca cercada por um jardim. O tempo cuidou de acumular experiências, volumes e realizações. Quando esse projeto de vida se converteu em um projeto institucional, transferiu-se para a Universidade de São Paulo algo mais do que livros raros, cujo valor não se questiona. No entanto, as primeiras vivências uspianas já nos permitem avançar um pouco mais em algumas reflexões sobre o sentido da biblioteca na comunidade acadêmica. Talvez as antigas tertúlias na sala de estar e, depois, no conjunto anexo à casa da família Mindlin se aproxime bem da imagem do antigo museu alexandrino, onde o fim de tudo era a sociabilidade criada pela convivência com os livros. Onde a importância de se pensar a arquitetura, a leitura e os programas culturais de forma articulada, pois deve existir uma relação orgânica entre as partes e o todo. E o todo não é apenas uma biblioteca, mas um museu, no sentido original da palavra (do grego *mouseion*, templo das musas), ou um complexo cultural, para usar um termo contemporâneo.

Antes, porém, de avançarmos nesse ponto, algumas palavras são necessárias para situar os múltiplos sentidos atribuídos à ideia de “brasiliana” nas últimas décadas, os quais acompanharam as mudanças do estatuto dos livros e das coleções no curso de dois séculos.

BRASILIANA, BRASILIANAS

A biblioteca brasileira se caracteriza por uma coleção de livros e de documentos – manuscritos e impressos – sobre o Brasil. Uma brasileira clássica contém correspondências, diários, narrativas de viagens, histórias, imagens e mapas produzidos desde a época das Grandes Descobertas até 1900. Ela não incorpora, portanto, outro conjunto formado ao longo do século xx, cuja importância para a história do livro e da edição brasileira está fora de dúvida. É que, por questões de método e respondendo em certo sentido à dinâmica dos livros nos circuitos

7 Segundo José Mindlin, “Não resisto à ideia de dizer que sou testemunha de sua dedicação e do interesse com que se entregou ao assunto durante décadas, procurando conhecer as técnicas desse trabalho e as inovações surgidas a respeito no Brasil e no exterior, e do seu empenho em difundir o mais possível o assunto, buscando contribuir para a formação de bons técnicos, evitando, assim, a aplicação de métodos empíricos e, por vezes, nocivos” (Plínio Martins Filho e J. Guinsburg (orgs.), *A Loucura Mansa de José Mindlin*, São Paulo, Edusp, 2014, p. 32).

da bibliofilia, essas edições mais “recentes” constituem o que Rubens Borba de Moraes denominou “coleção brasileira”⁸.

Os primeiros catálogos especializados surgiram, nesse sentido, a partir do inventário de bibliotecas cuja composição total ou parcial se voltava para materiais que respondiam aos critérios acima expostos. Enquanto as bibliografias resultaram do trabalho de especialistas no sentido de repertoriar livros e documentos, dispersos em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, os quais perfaziam uma brasileira ideal.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a confecção dos primeiros catálogos de obras raras sobre o Brasil remonta ao processo de instalação da Biblioteca Real (logo, Nacional), no contexto de transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1808). Mas foi após a Independência (1822) que o interesse por essas questões do livro ganhou força, refletindo um movimento maior de afirmação das instituições nacionais⁹. Mais tarde, em 1881, era lançada a *Exposição de História do Brasil, Realizada pela Biblioteca Nacional a 2 de Dezembro* (nata-lício do imperador D. Pedro II). A publicação de um guia da exposição constitui o ponto alto de valorização da brasilidade cuja expressão se dá sob a forma de um catálogo bibliográfico¹⁰.

8 Na verdade, veremos que o recorte cronológico muda sensivelmente entre a primeira edição de *Bibliographia Brasiliana* (Amsterdã, 1958) e a segunda (Califórnia e Rio de Janeiro, 1983). Se, na primeira, era explícito o interesse em incorporar as obras impressas durante o século XIX, na segunda, a importância e o caráter raro dessas edições será relativizado, como o autor deixa entrever no “Prefácio”, em passagem citada mais adiante. A distinção que se faz entre a coleção brasileira e a coleção brasileira é explicada nos seguintes termos: “Ao primeiro grupo pertencem os livros sobre o Brasil, impressos entre 1504 (data do primeiro livro sobre o Brasil) e 1900. Pertencem à Brasileira, igualmente, os livros escritos por brasileiros durante o período colonial (das primeiras manifestações literárias até 1808, data em que se encerra, na realidade, o período colonial e onde se começa a imprimir regularmente entre nós). Ao segundo grupo pertencem os livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias. É vasto o período e largo o campo [...]” (Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 5. ed., São Paulo, Publicações BBM, 2018, pp. 164-165).

9 O primeiro catálogo data de 1821, organizado por Frei Antonio de Arrábida, segundo determinação dos *Estatutos da Real Bibliotheca Mandados Ordenar por Sua Magestade* (Rio de Janeiro, Regia Typographia, 1821). Embora os primeiros esforços de consolidação e fomento do antigo acervo trazido de Portugal não traduzem obviamente o interesse particular de constituição de uma biblioteca nos moldes da Brasileira, tal como a concebemos nos dias de hoje, é interessante observar os esforços daqueles primeiros bibliotecários em agregar, a partir de 1811, acervos expressivos de intelectuais brasileiros que atuaram na Colônia e na Metrópole, ou na Europa de modo mais abrangente. Citamos, a título de exemplo, as coleções de Frei José Mariano da Conceição Veloso, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José da Costa e Silva, Conde da Barca, Francisco de Mello e Franco, Francisco Gomes da Silva (o Chalaça), Marquês de Santo Amaro, José Bonifácio de Andrada e Silva... para ficarmos até o ano de 1838. Ver: Gilberto Vilar de Carvalho, *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*, Rio de Janeiro, Irradiação Cultural, 1994, pp. 40-49; *O Bibliotecário do Rei. Trechos Selecionados das Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2007; Lilia Moritz Schwarcz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis. Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

10 Cf. *Guia da Exposição de História do Brasil. Realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1881*, Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias, 1881; João de Saldanha da Gama, *Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, G. Leuzinger & Filhos, 1885.

Nesse primeiro contexto de formação do repertório bibliográfico nacional, merece destaque o papel desempenhado pelos intelectuais reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. No esforço de recuperação de documentos dispersos na Europa, evidenciava-se o conteúdo político de tal empresa: escrever a história da nação. Tornam-se, portanto, de suma importância as pesquisas encaminhadas, entre outros, por Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro Visconde de Porto Seguro (1816-1878), responsável pela sistematização de uma verdadeira *monumentae* brasileira¹¹. Somaram-se a esses primeiros trabalhos novos catálogos e bibliografias que buscaram focar a produção de autores brasileiros ou de títulos sobre o Brasil. Nesse ponto, os dicionários bibliográficos de Innocencio da Silva e de Sacramento Blake figuram como exemplos eloquentes do esforço de mapeamento da produção intelectual luso-brasileira¹².

Cumpra, ainda, ressaltar a contribuição estrangeira, o que faz da “brasileira” uma seção da “americana”¹³. Notemos, enfim, que as bibliografias internacionais dedicadas às coleções americanas ou brasileiras constituem testemunhos importantes do interesse que essas obras despertaram ao longo dos séculos, por parte de leitores e colecionadores, cujas bibliotecas foram protegidas da ação, não raro intempestiva, dos homens e do tempo. Provam-no as raridades bibliográficas dispersas por toda a América e pelo Velho Mundo¹⁴, as quais constituem

11 Além da pesquisa documental nos arquivos internacionais e das traduções que realiza, ele desenvolve o projeto de uma primeira *História Geral do Brasil* (Madrid, Viúva Rodriguez, 1854-1857, 2 vols.). Dentre outros estudos, ver a mais recente contribuição sobre o Visconde de Porto Seguro: *Varnhagen no Caleidoscópio*, org. por Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Raquel Glezer, Rio de Janeiro, Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

12 Cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, 5 vols.; Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1906, 18 vols.

13 Por exemplo, a *Bibliotheca Americana Vetustissima, A Description of Works Relating to America Published Between 1492 and 1551*, New York, Geo. P. Philes, 1866. O volume apresenta uma introdução histórica fabulosa sobre as bibliotecas americanas, assinada por “H. H.” (Henry Harrisse). Mais recentemente a John Carter Brown publicou excelente bibliografia sob o título *Portuguese and Brazilian Rares Books in the John Carter Brown Library (1537-1839). With a Selected of Brazilianiana Printed in Countries Other Than Portugal and Brazil*, compiled and edited by Valeria Gauz, Providence, John Carter Brown Library, 2009. Notemos, nesse caso, que a palavra “brasileira” já foi introduzida no título como forma de qualificar o conteúdo da coleção.

14 Pensando na contribuição francesa, cujas bibliotecas detêm um patrimônio inestimável de títulos sobre o Brasil, citemos dois títulos que tiveram importância no seu tempo: do prestigioso livreiro francês que atuou em São Paulo, no último quartel do século XIX, A. L. Garraux, *Bibliographie Brésilienne. Catalogue des Ouvrages Français et Latins Relatifs au Brésil (1500-1808)*, Paris, Ch. Chadenat; Jablonski, Vogt et Cie., 1898. Uma segunda edição foi publicada, com introdução de Francisco de Assis Barbosa, pela editora José Olympio, em 1962, para celebrar o n. 100 da Coleção Documentos Brasileiros; George Readers, *Bibliographie Franco-brésilienne (1551-1957)*, avec la collaboration de Edson Nery da Fonseca, Rio de Janeiro, INL, 1960.

alvos inquestionáveis de muita cobiça, como se pode observar nos catálogos de antiquários e de leilões internacionais¹⁵.

Não se trata, nos limites do presente texto, de recuperar os catálogos e as bibliografias que se ocuparam dos livros raros sobre o Brasil, mas de assinalar sua relevância para uma primeira definição de brasileira como corpus bibliográfico. Se bem que, como é possível observar nos exemplos citados em nota, o qualificativo “brasileira” não aparece nos títulos, salvo em um caso mais recente¹⁶, o que equivale dizer que a palavra ainda não sintetizava nem uma ideia, nem um conceito.

De fato, a palavra e a ideia serão forjadas após a publicação de *Bibliographia Brasiliana. A Bibliographical Essay on Rare Books on Brazil Published from 1504 to 1900 and Works of Brazilian Authors Published Abroad Before the Independence of Brazil in 1822*, por Rubens Borba de Moraes¹⁷. No “Prefácio” à segunda edição (1983), o autor reitera o significado atribuído ao termo, quando discorre sobre o critério de seleção dos títulos:

Mantive, no entanto, o mesmo objetivo: descrever e comentar livros raros que enfocassem vários aspectos do Brasil, antes, ou imediatamente após a Independência, em 1822. Incorporei os verbetes de minha *Bibliografia Brasileira do Período Colonial* (São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969) e encurtei os comentários. Nesta edição revista, os verbetes relativos aos livros dos séculos XVI, XVII e XVIII tiveram maior destaque do que aqueles das obras publicadas no século XIX, época em que a produção foi intensificada¹⁸. Uma vez que os livros se tornaram mais acessíveis, as publicações desse último período deixaram de encaixar-se numa bibliografia sobre livros raros¹⁹.

15 Ver *Bibliotheca Brasiliensis; Catalogo Annotado de Livros Raros, de Alguns Autographos e Manuscriptos Importantissimos e de Gravuras sobre o Brasil e o Descobrimento da America, 1493-1930* (London, Magg and Bros, 1930). Trata-se de um catálogo impecável, promovido por um antiquário londrino de alto prestígio. Mas a questão não se limita ao levantamento desses catálogos. Há um outro ponto de suma importância. No momento, é preciso assinalar um problema grave que nos aflige, o qual foi apontado com ênfase por um brasileiro, professor Leopoldo Bernucci, da Universidade da Califórnia (Davis), durante o Seminário Internacional Brasileira, Brasilianas, organizado pelo NELE (Núcleo de Estudos do Livro e da Edição), em novembro de 2013. Trata-se do envio (por roubo ou aquisição no mercado negro) de obras raras brasileiras para o exterior. Sem dúvida, a fuga desse patrimônio nacional deve entrar na pauta das bibliotecas e dos bibliógrafos especializados, como se apontou naquela ocasião.

16 Além do exemplo citado da John Carter Brown, que já incorpora o qualificativo “brasileira” na edição de 2006, observa-se atualmente a iniciativa de fixar o termo brasileira em coleções que seguem o mesmo programa. Essa tendência se confirma em duas bibliotecas de vulto: *Brasiliana Itaú. Uma Grande Coleção Dedicada ao Brasil*, org. por Pedro Correa do Lago e Ruy de Sousa e Silva, Rio de Janeiro, Capivara, 2009; *Brasiliana IHGB, 175 Anos*, org. por Pedro Correa do Lago, Rio de Janeiro, Capivara, 2014.

17 Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana. Livros Raros sobre o Brasil Publicados Desde 1504 Até 1900 e Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial*, 3. ed., São Paulo, Edusp/Fapesp, 2010. Edições anteriores: 1. ed., Amsterdam, Colibris, 1958; 2. ed., Los Angeles, UCLA, 1983.

18 O que esteve longe de dirimir seu interesse pela produção oitocentista (cf. Rubens Borba de Moraes e Ana Maria Camargo, *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, São Paulo, Edusp/Kosmos, 1993, 2 vols).

19 Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana. Livros Raros sobre o Brasil Publicados Desde 1504 Até 1900 e Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial*, 3. ed., São Paulo, Edusp/Fapesp, 2010, vol. 1, p. 15.

Também foram descartados *Os Sermões* e as *Cartas de Vieira*, cuja importância para o conhecimento da sociedade colonial brasileira é indiscutível. Estes e outros tantos escritos da mesma natureza podem ser consultados, lembra o autor, no “volume I da notável *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Pe. Serafim Leite”²⁰. Da mesma maneira que foram excluídas, salvo algumas exceções louváveis, outras coleções que perfazem uma brasileira ideal: a cartografia, a iconografia, o conjunto de leis e regimentos relativos ao período colonial. Por certo, um levantamento exaustivo destas referências, tarefa de toda uma vida, senão mais, obrigaria nosso autor a abrir mão do tempo precioso que o levou a dar corpo à *Bibliographia Brasiliana*, com suas descrições precisas e suas excelentes ferramentas de busca.

Brasileira, termo que se tornou tão familiar entre amantes e estudiosos do livro²¹, ultrapassava sua função conceitual no campo da bibliografia. Na perspectiva enunciada por Rubens Borba de Moraes, brasileira se convertia em objeto de estudo²². Cada verbete da bibliografia citada trazia algo mais do que simples informação sobre determinado autor ou obra. Elas constituíam verdadeiras pesquisas editoriais, não raro estudos completos para os quais o autor manjava ferramentas da bibliografia material e da história editorial, ainda pouco difundidas no país. Cumpre ressaltar que essa tendência de “entrelaçar” os conhecimentos da bibliografia e da história passou a ser uma constante em seus estudos²³.

Na atualidade, o conceito “brasileira” confirma sua vocação polissêmica. Aquela matriz geradora, fundada essencialmente na coleção de livros raros, materializou-se sob a forma de uma importante instituição universitária. Fundada em 2013, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin surgiu como um projeto monumental de guarda e preservação de uma coleção bibliográfica particular. A transferência do acervo para a Universidade de São Paulo abriu uma série de debates acerca do espaço que a futura biblioteca viria a ocupar, além de outras questões relacionadas à gestão institucional. No mais, essa mudança de *locus* abria novas perspectivas para o aproveitamento da coleção, o que sem dúvida incidia sobre o conceito de “brasileira” e sua relação com o público. O projeto resultou em um complexo museológico que hoje comporta a biblioteca, salas de leitura, dois espaços para exposições – sendo uma permanente, dedicada aos patronos do acervo, Guita e José Mindlin – um auditório e uma livraria. O conjunto adquire proporções

20 *Idem*, p.16.

21 Coleção Brasileira significou, para muitos leitores, o célebre projeto da Companhia Editora Nacional, sob a direção de Fernando de Azevedo. Lançada em 1931, a coleção atravessou várias gerações, até adentrar nos anos de 1980, embora sem a mesma força dos primeiros tempos.

22 “A história e a bibliografia de livros antigos estão tão intimamente entrelaçadas que, apesar dos meus esforços em sentido contrário, ocasionalmente me vi transpassando limites alheios” (Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana Livros Raros Sobre o Brasil Publicados Desde 1504 Até 1900 e Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial*, 3. ed., São Paulo, Edusp/Fapesp, 2010, vol. 1, p. 17).

23 Sobre a contribuição do autor para a afirmação das pesquisas sobre “brasilianas”, ver Marisa Midori Deaecto, “Duas Brasilianas”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 1, pp. 39-49, 2011.

FIG. 1. Fachada da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.
BANCO DE IMAGENS BBM



ainda mais espetaculares quando somado à outra face do edifício, onde se encontra o Instituto de Estudos Brasileiros²⁴.

Essa nova configuração, que agrega ao conceito de brasiliana aspectos institucionais e espaciais do uso dos livros, sugere algumas considerações acerca da relação sutil que se estabelece entre arquitetura e leitura.

MOUSEÍON:

ENTRE O CONCRETO, O VIDRO E O AÇO

Dentro do Museu [...] a vida não era nada tranquila. “Na populosa terra do Egito”, escarnecia um poeta satírico da época, “são criados uns garatujadores livrescos que se bicam eternamente na gaiola das Musas”. Timão, o filósofo cético a que se devem tais palavras, sabia que em Alexandria – diz ele vagamente “no Egito” – encontrava-se o fabuloso Museu: chama-o de “gaiola das Musas”, referindo-se justamente àquela aparência de pássaros raros, distantes, preciosos, de seus moradores. Deles diz que “são criados”, referindo-se também aos privilégios materiais concedidos pelo rei: o direito às refeições gratuitas, o salário, a isenção de impostos²⁵.

Em 23 de abril de 2002 era inaugurada, sob os auspícios da Unesco, a nova Biblioteca de Alexandria. Ao lançar as bases de um novo centro destinado a

abrigar e preservar a memória das civilizações do mundo, aquela nova instituição erguida com imponência às margens do Mediterrâneo buscava recuperar seu vínculo com um passado brilhante, quando “pássaros raros, distantes, preciosos” fizeram da “populosa terra do Egito” sua morada. Passado e futuro aparecem sintetizados no projeto arquitetônico: “um disco solar inclinado [...] simboliza o nascer do Sol. Elemento que se reveste de um significado particular na mitologia egípcia. É a emergência do farol das ciências e do saber”, observa Ismail Serageldin²⁶. Mas o vínculo com o presente e com o futuro se inscreve na fachada principal do edifício, a qual evoca a imagem de um computador que se multiplica no espelho d’água. A parede colossal de granito, onde foram gravadas letras de 120 alfabetos, convida a refletir sobre o espírito cosmopolita que animou aquele antigo templo.

Infelizmente, os cataclismos que atingiram a biblioteca, na Antiguidade tardia, reduziram seus traços físicos a imagens fugidias, registradas pela literatura. Deve-se a Estrabão (63-20 a.c.) as melhores descrições do sítio e da planta do Museu de Alexandria. Sabemos hoje que a biblioteca não constituía um edifício independente, pois os livros eram depositados em estantes no grande salão do museu, ou nas *bibliothēkai*, na acepção original grega. Donde a confusão metonímica que ativou durante séculos a imaginação das gentes na busca de um palácio dos livros.

Na ausência de uma imagem que tenha fixado o modelo exato daquela biblioteca que o homem destruiu, mas cuja história não se apagou no tempo, toda biblioteca se converteu, por extensão, em uma releitura do museu alexandrino. Vale mesmo notar que alguns exemplares contemporâneos chamam a atenção devido à alusão direta que fazem ao antigo templo. A Biblioteca Municipal de Estocolmo conforma um grande cilindro erguido na porção mais elevada de um parque. A fachada é sóbria, tanto quanto a decoração interna. Relevos de cenas da *Iliada*, dispostos no *hall* de entrada, sugerem a raiz mítica daquele espaço para o transeunte que adentra no salão de leitura. Ali, aguarda-o uma arena forrada de livros e de inscrições monumentais que demarcam as seções temáticas da coleção. O projeto de Gunnar Asplund, de 1928, parece traduzir especialmente a “gaiola das Musas”²⁷, em cujas paredes foram abertas cavidades onde eram depositados os volumes, seguindo a uma ordem de “gênero de autores, anunciados por inscrições adequadas, como as que especificavam as divisões dos Catálogos de Calímaco”²⁸. A ideia dos caixilhos embutidos nas paredes foi levada às últimas consequências no projeto de Max Dudler para a Biblioteca da

24 Cumpre ressaltar que edições bibliográficas recentes confirmam o papel da Universidade de São Paulo no sentido de preservar a memória do livro, particularmente, das coleções raras. É o que observamos nos seguintes catálogos: *Bibliotheca Universitatis. Acervo Bibliográfico da Universidade de São Paulo. Séculos xv e xvi*, São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2000; *Bibliotheca Universitatis. Acervo Bibliográfico da Universidade de São Paulo (Século xvii)*, São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2001, 2 vols.; *Ciência, História e Arte. Obras Raras e Especiais no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo*, org. Nelsita Trimer, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2009.

25 Luciano Canfora, *A Biblioteca Desaparecida*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 39.

26 Ismail Serageldin, *Un Bâtiment de Repère. Réflexions sur l'Architecture de la Bibliothèque Alexandrina*, Alexandria, Bibliotheca Alexandrina, 2007, p. 15.

27 James W. P. Campbell & Will Pryce, *A Biblioteca. Uma História Mundial*, São Paulo, Edições Sesc, 2015, pp. 258-263.

28 Luciano Canfora, *A Biblioteca Desaparecida*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 78.

Humboldt Universität, em Berlim, 2009²⁹. Mas, ali, são os homens que adentram nas cavidades, como liliputianos em busca de conhecimento nos grandes códices modernos³⁰.

São muitos os exemplos que corroboram esta onipresença de Alexandria na arquitetura das bibliotecas. Todavia, parece evidente que elementos estéticos tradicionais e diretamente alusivos não devem comprometer a concepção estrutural e funcional de uma biblioteca. A arquitetura é expressão de valores contemporâneos, da relação do edifício com o meio ambiente e com os homens. Outrossim, ela resulta do emprego de conhecimentos tecnológicos, de técnicas e de materiais disponíveis no seu tempo. Sendo a biblioteca uma construção social, pode-se ler a sua arquitetura pela chave das funções que ela exerce na sociedade.

Nesse ponto, é curioso observar que os arquitetos da nova biblioteca alexandrina não se deixaram seduzir por uma estética passadista³¹. O compromisso com as Musas se manteve, todavia, pelo caráter polivalente da instituição: trata-se de um complexo arquitetônico e cultural que abriga um centro de conferências, um Planetário, onde se instalou o Museu de História Natural e a biblioteca propriamente. Imagens da grande sala de leitura deixam bem claro, aliás, que este compromisso sofreu as releituras do tempo, talvez deixando o espaço consagrado às antigas tertúlias e récitas para as leituras concentradas e o olhar imerso na tela do computador.

De fato, depois da primeira experiência de Alexandria, em 268 a.c., é preciso registrar as múltiplas revoluções pelas quais as mídias passaram, bastando lembrar que a escrita se fixou como o registro por excelência das formas de pensamento (em detrimento do oral). E os antigos volumes deram lugar aos modernos códices. Tal perspectiva gerou a acumulação de mais de dois mil anos de escrita, entre manuscritos e impressos, o que sem dúvida repercutiu sobre os usos dos espaços consagrados não exatamente às tertúlias, mas à leitura. Não mais o *mouseion*, mas a sala de leitura isolada, não raro apartada das *bibliothékai*, ou seja, das estantes. Trata-se de uma tendência observada com maior ou menor

29 James W. P. Campbell & Will Pryce, *A Biblioteca...*, pp. 310-313.

30 Esse sistema de “armazéns” verticais, muito difundidos na Europa e nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, pode ser observado na belíssima Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, projetada por Souza Aguiar e inaugurada em 1910 (cf. *Biblioteca Nacional, 200 Anos. Uma Defesa do Infinito*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2010).

31 O projeto foi escolhido por meio de um concurso internacional promovido pela Unesco. A proposta vencedora foi do escritório norueguês Snøhetta, de Craig Dykers, Christoph Kapeller, Kjetil Thorsen. As obras foram iniciadas em 1995 e tiveram um custo estimado de US\$200.000.000,00. A Biblioteca recebe aproximadamente oitocentos mil visitantes por ano. O edifício foi projetado para acolher vinte milhões de livros. Boa parte do acervo foi formada por doações de todo o mundo, totalizando, hoje perto de duzentos mil exemplares. Contam-se cinquenta mil mapas, dez mil manuscritos raros, cinquenta mil livros impressos raros, além de cinquenta mil fichas de materiais multimídias e audiovisuais.

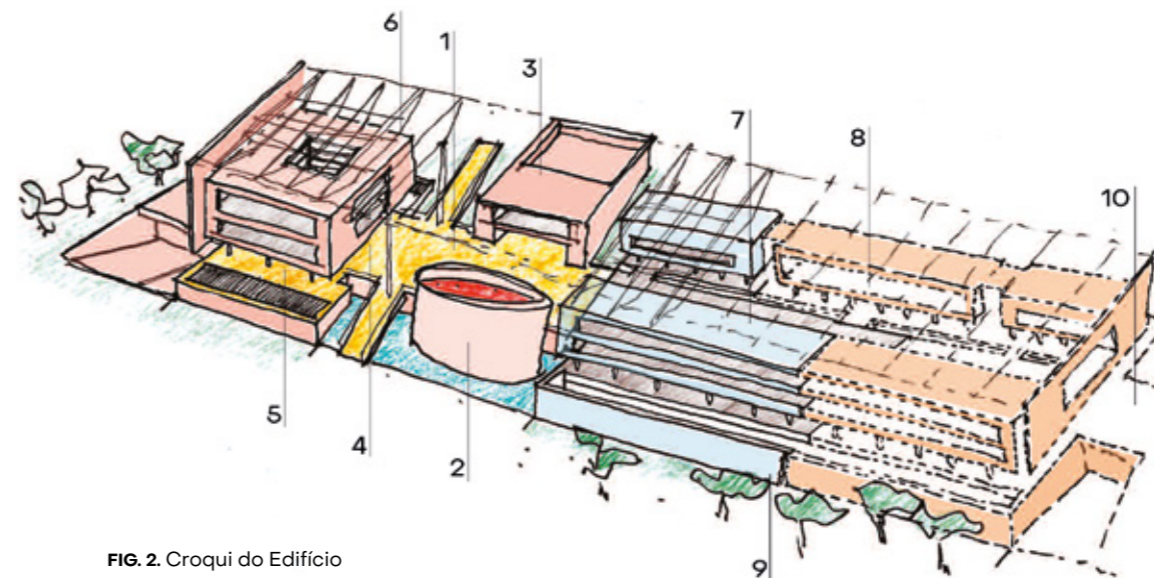


FIG. 2. Croqui do Edifício do Espaço Brasileira USP (ver nota 33). BANCO DE IMAGENS BBM

intensidade em alguns projetos arquitetônicos contemporâneos³². E o modelo da Biblioteca Brasileira, fundada em 2013, ajusta-se bem a essa nova ordem das coisas. O projeto arquitetônico do que hoje se intitula “Espaço Brasileira” foi concebido por Eduardo Riesencampf de Almeida e Rodrigo Mindlin Loeb. Tomando o conjunto em toda a sua extensão, conclui-se que ele foi pensado como um espaço multifuncional que incorpora atividades didáticas e de vivência, pesquisa, conservação e exposição. Divide-se, como se pode observar no esquema da Figura 2, em duas grandes áreas: de um lado, à esquerda, o edifício da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Dividindo o terreno, as áreas de vivência, ou seja, a livraria, com uma sala de exposições no subsolo, a cafeteria no piso superior e, à frente, o grande auditório em círculo. À direita, o edifício destinado ao Instituto de Estudos Brasileiros, onde são ministrados cursos de graduação

32 No pós-guerra, projetos monumentais como os de Henri Labrouste para a Bibliothèqu Sainte-Genève (1844-1850), ou para a Bibliothèqu Nationale (1862-1868), na rue de Richelieu caíram em desuso, em função de uma arquitetura mais austera e funcional. Contudo, nada se compara com o movimento observado a partir da década de 1970, quando se viu uma explosão de novos “projetos de bibliotecas, especialmente nos Estados Unidos. [...] É fácil acreditar que essa época foi dominada pelo Modernismo do tipo exemplificado por Bauhaus e Le Corbusier” (James W. P. Campbell & Will Pryce, *A Biblioteca...*, p. 249). Esta tendência se confirma na atualidade, como apontam as edições de 2012, 2014 e 2016 da Lignes des Bibliothèques Européennes de Recherche (LIBER), as quais promovem um panorama arquitetônico completo das edificações realizadas nos períodos em tela. Na última publicação, destaca-se a nova biblioteca universitária de Freiburg, com sua fachada de vidro espelhado, suas passarelas internas de concreto e suas salas amplas e bem iluminadas (cf. *New Library Buildings in Europe*, edited by Mahuela Svobodová, Praze, Vysoká Skola Chemicko-technologická v Praze Technická, 2016).



FIG. 3. Atrium da Beinecke Rare Book & Manuscript Library, Yale (EUA), 2006.
FOTO: ALEXANDER SLAVTCHEV
BANCO DE IMAGENS BBM

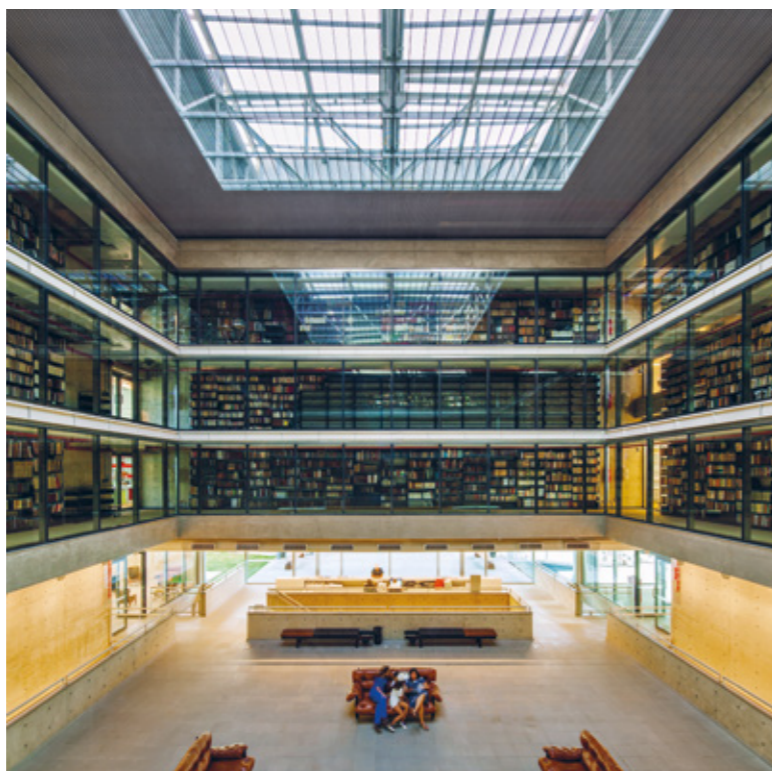


FIG. 4. Átrio da BBM, 2013.
BANCO DE IMAGENS BBM

e pós-graduação, exposições são realizadas e, também, onde se conservam arquivos de autores brasileiros, uma biblioteca prestigiosa e uma hemeroteca não menos importante³³.

E se, como temos afirmado até o momento, todo projeto arquitetônico constitui um fenômeno de transferência cultural a ser investigado, cumpre ressaltar que também os arquitetos brasileiros beberam nas fontes europeias e americanas. Dois projetos saltam aos olhos quando postos lado a lado com o edifício da Biblioteca Brasileira: a Phillips Exeter Academy Library (1965-1971), em New Hampshire (EUA) e a Beinecke Rare Book & Manuscript Library (1960-1963), da Universidade de Yale (Fig. 3).

A primeira é apresentada como “uma referência muito profunda”. Nas palavras de Loeb,

[...] uma das obras-primas do arquiteto Louis Khan (1901-1974) [...] que exhibe o vazio central desenhado pela rigorosa estrutura de concreto aparente com suas aberturas verticais em círculo, revelando os painéis de madeira das estantes de livros, aquecendo o espaço da biblioteca. Nota-se ainda os recintos de consulta brilhantemente concebidos, como células individuais dentro do recinto dos livros, cuja luz natural coada atravessa os espaços³⁴.

Já a Beinecke Rare Book & Manuscript Library, projetada por Gordon Bunschaft (1909-1990), parece traduzir o ideal de onipresença dos livros que toma de assalto todo o edifício. Para completar essa visada no belo exemplar de Yale:

[...] [os] corredores perimetrais de acesso voltados para o espaço intermediário preservam as condições ambientais dos acervos e revelam aos visitantes o conjunto magnífico que constituem. Na base do conjunto, sob a praça pública, as áreas de trabalho e consulta, que desenham um pátio interno, com um jardim de pedras e escultura desenhado por Isamu Noguchi³⁵.

Nos dois exemplares os livros estão ali, moldados entre vidro, aço e concreto, bem perto dos olhos, mas ao mesmo tempo inacessíveis, protegidos da luz solar, das variações do clima e da cobiça devoradora dos homens.

³³ No piso térreo distribuem-se as áreas de vivência e uso coletivo: 1. a praça; 2. o auditório; 3. a livraria; 4. o átrio; 5. a sala de exposição permanente; 6. a sala de estudos e de leitura; 7. o saguão do IEB; 8. espaços para consulta ao arquivo e à biblioteca do IEB; 9. a administração; 10. o terraço. No primeiro pavimento se organizam os acervos, a sala de consulta, grandes formatos, acervos de artes visuais, sala de pesquisa e gabinetes dos pesquisadores. A área administrativa, sala de reuniões, setor de comunicação e as Publicações BBM se organizam no segundo andar.

³⁴ Rodrigo Mindlin Loeb, “Um Sonho Quase Impossível”, *Revista do Livro da Biblioteca Nacional*, n. 55, ano 19, 2015, p. 33.

³⁵ *Idem, ibidem.*

Dentre os princípios que nortearam as linhas arquitetônicas da biblioteca, destacam-se:

- Todo e qualquer espaço de acesso público deve ser dignamente planejado, projetado, construído e mantido.
- A Biblioteca é como um organismo vivo infinito.
- A coleção de obras raras exige ser conservada e preservada; de um lado, os livros demandam controle de condições ambientais, limpeza e conservação permanentes (em alguns casos, restauro), condições adequadas de segurança patrimonial; e, de outro lado, o sentido de sua conservação e preservação depende integralmente da ampla divulgação e acesso, razão pela qual as tecnologias digitais têm papel protagonista.
- Um edifício para abrigar livros de mais de quinhentos anos deve durar pelo menos outros quinhentos anos³⁶.

Na Biblioteca Brasileira os magazines de livros, bem ao gosto *labroustiano*, preenchem três andares encimados por um teto translúcido, coalhado por estruturas de aço. Nela, “os livros desenham o espaço, devem estar presentes no desenho da Biblioteca, intensificando a densidade atmosférica, visual, real e simbólica”³⁷.

A atmosfera dos livros se mantém no interior do átrio, onde foi instalada uma exposição permanente em homenagem aos patronos da instituição. A proposta, no entanto, vai além e configura bem um museu do livro, ou museu “brasiliana”, tendo em vista que a exposição não se fixa exclusivamente na figura da família Mindlin. Pelo contrário, os livros e a construção do edifício protagonizam boa parte de um roteiro muito bem amarrado no lema de Montaigne, que serviu como *ex-libris* para a coleção de José Mindlin e de divisa para uma vida dedicada aos livros: “Não faço nada sem alegria”.

Estas duas imagens, a dos magazines de livros e da grande sala de exposição, contrastam com a da sala de leitura de obras raras, situada no primeiro pavimento, porém, aberta para o pátio externo do edifício, ou “praça coberta”, o que amplifica a sensação de isolamento dos leitores em relação ao acervo exposto na porção interna do edifício. As dimensões da sala de leitura são modestas quando comparadas aos espaços de pesquisa e de administração, onde foram depositados os grandes formatos. Tal conformação diz muito sobre as mudanças observadas na “gaiola das Musas”, uma vez que o espaço de convívio social se deslocou do grande salão onde eram armazenados os livros para áreas marginais do museu, ou seja, nos cafés, no auditório, nas salas de exposições, na praça...³⁸

³⁶ *Idem*, p. 27.

³⁷ *Idem*, *ibidem*.

³⁸ Não tivemos acesso a um quadro estatístico oficial do movimento de consultas feitas à Biblioteca Brasileira, mas a chefe da seção estima em sessenta visitantes mensais, à época da escrita do presente texto, ou seja, em 2017. O que é muito pouco para um projeto de tal envergadura na maior universidade da América Latina, mesmo que se trate de uma biblioteca especializada e voltada para pesquisadores.

Noutro sentido, é possível pensar que as salas de leituras se reduzem quando há a aposta no leitor virtual, na possibilidade de estender os limites da biblioteca para o ambiente sem fronteiras e sem paredes das bibliotecas digitais. Nesse caso, cabe perguntar em que medida o projeto Brasileira Digital atende às expectativas do leitor do século XXI.

UMA BRASILIANA SEM MUROS PARA O LEITOR DO SÉCULO XXI

Se é verdade que o prestígio de um país, ou de uma cidade, ou mesmo de uma universidade pode ser avaliado pela rede de bibliotecas que possui, como observam alguns estudiosos³⁹, é mister refletir sobre o papel dos livros nesse complexo midiático e museológico que se tornou a Biblioteca Brasileira.

Afinal, como notamos anteriormente, a biblioteca propriamente se tornou uma seção do museu, ou do Espaço Brasileira. E tal perspectiva se reflete nas dimensões das áreas internas do edifício. No mais, como vimos no croqui apresentado na seção anterior (Fig. 2), são os espaços destinados às múltiplas atividades coletivas. Os ambientes, tal como se apresentam, definem bem a relação que se estabeleceu, já na origem, entre a biblioteca e o público.

E se o centro das atenções não repousa na leitura presencial, mas no conjunto do acervo e no espaço que o abriga, é mister repensar as funções do *mouseion*. Abandona-se a escrita e retoma-se o valor da palavra. Porém, se esta proposta se confirma, por que a construção de uma biblioteca física?

A questão não se dirige apenas ao projeto Brasileira, tal como ele se apresenta hoje na Universidade de São Paulo, mas a todas as bibliotecas contemporâneas e, particularmente, àquelas que se inserem no ambiente acadêmico. Como buscamos demonstrar no tópico anterior, estas instituições têm investido em edificações de alto padrão, fundadas nos princípios de conservação, preservação e amplo acesso ao livro – e a outros materiais midiáticos que compõem atualmente as bibliotecas ou midiatecas. Ao mesmo tempo, investimentos enormes são destinados à digitalização dos livros, na perspectiva de se abrirem bibliotecas sem muros, nem fronteiras. A Brasileira Digital, nesse aspecto, faz coro com outros projetos nacionais e internacionais o que, aparentemente, contraria a valorização dos espaços físicos. Como lidar com essa tensão?

É preciso assumir que a biblioteca física e a virtual compõem uma mesma realidade e atendem aos propósitos de uma revolução midiática em curso.

³⁹ O exemplo de Alexandria ensina que uma biblioteca nasce, vive e morre. E sua morte, não raro provocada por cataclismos da história dos homens, coloca em alerta uma outra questão atual: o fim do interesse pelos livros, associado ao desinteresse pela vivência nos museus, esvaziam esses espaços e os delegam ao esquecimento. Nesse caso, vale a pena refletir se o esvaziamento e o esquecimento de uma biblioteca significa necessariamente a sua morte (Guillaume de Laubier e Jacques Bosser, *Bibliothèques du Monde*, Paris, Éditions de la Martinière, 2014, p. 10).

Impressos devem ser preservados e as edificações modernas não podem perder de vista as condições necessárias para este fim. Bibliotecas, já o assinalamos, são construções sociais, portanto, sua função de acesso ao público não deve ser ignorada, mesmo que as consultas presenciais tendem a cair em relação às consultas virtuais. Nesse ponto, o bom senso prevalece frente aos modismos. Ou seja, tanto a biblioteca do passado, quanto a do presente se caracteriza pela produção de metadados, ela hierarquiza as informações, o que a torna essencial em um mundo onde as informações, os impressos e os dados não cessam de aumentar. Como afirma Frédéric Barbier:

A biblioteca, tanto como lugar (físico), quanto como recurso (virtual) constitui em si um espaço novo, de ordenamento e de aprendizado em relação a uma infosfera de uma riqueza aterrorizante: de certa maneira, ela filtra os dados e os recursos, ela os organiza e ela restabelece, desse modo, uma certa inteligibilidade em uma paisagem aparentemente caótica⁴⁰.

Tal perspectiva já estava prevista nos fundamentos que definiram o projeto original da Biblioteca Brasileira:

A coleção de obras raras e especiais exige ser conservada e preservada; de um lado, os livros demandam controle de condições ambientais, limpeza e conservação permanentes (em alguns casos, restauro), condições adequadas de segurança física, condições adequadas de segurança patrimonial, e de outro lado, o sentido de sua conservação e preservação depende integralmente da ampla divulgação e acesso, razão pela qual as tecnologias digitais têm papel protagonista⁴¹.

Deve-se, nesse sentido, apostar na arquitetura como um meio de comunicação poderoso⁴², capaz de agregar diferentes saberes, sob a forma de exposições, fóruns, seminários, cursos etc. Ademais, as bibliotecas não podem prescindir de seu papel histórico na produção de conhecimento e os campos de atuação são ilimitados no quadro atual das pesquisas. Experiências concretas, observadas na Biblioteca Brasileira, demonstram que é possível multiplicar práticas cotidianas de pesquisa sob a forma de projetos que dinamizam a instituição e tocam a comunidade. É o que observamos por meio da abertura de editais para pesquisadores,

40 Frédéric Barbier, *Histoire des Bibliothèques. D'Alexandrie aux Bibliothèques Virtuelles*, Paris, Armand Colin, 2013, p. 289 [trad. bras.: *História das Bibliotecas: De Alexandria às Bibliotecas Virtuais*, São Paulo, Edusp, 2023]. Sobre a tensão constante entre a massa informacional das sociedades modernas e os critérios de escolhas entre os profissionais da informação (cf. Luís Milanesi, *Biblioteca*, 3. ed., Cotia-sp, Ateliê Editorial, 2013).

41 Rodrigo Mindlin Loeb, "Um Sonho Quase Impossível", *Revista do Livro da Biblioteca Nacional*, n. 55, ano 19, Rio de Janeiro, 2015, p. 27

42 Anne-Marie Bertrand e Anne Kupiec, *Ouvrages e Volumes. Architecture et Bibliothèques*, avec la collab. de Joseph Belmont, Michel Melot, Daniel Payot, Paris, Éd. du Cercle de la Librairie, 1996.

nas modalidades associados, residentes e visitantes. Ou nas atividades culturais, estruturadas hoje nos seguintes eixos: "Café Acadêmico"; "Colóquios Mindlin"; exposições temáticas; "Música na BBM"; encontros, simpósios, seminários etc.⁴³

Nesse caso, o conceito de "brasileira digital" poderia se expandir para frentes novas que ultrapassem o objetivo estrito da preservação e do livre acesso, como tem feito as bibliotecas de modo geral. Conforme apontamos no tópico anterior, os livros constituem um patrimônio nacional e as bibliotecas especializadas em raridades podem e devem construir uma rede mais articulada e focada nessa noção de bem patrimonial. O que isso significa? Que é o momento de integrar as coleções brasileiras em uma plataforma comum. Tal projeto permitiria não apenas a valorização e salvaguarda dos livros raros, mas um conhecimento mais profundo e sistematizado da bibliografia brasileira, segundo a proposta de Rubens Borba de Moraes. Além disso, uma rede brasileira integrada permitiria ao estudioso, ou ao leitor, uma visão de conjunto do patrimônio bibliográfico brasileiro, sua história e suas idiosincrasias. Tomando o livro como objeto de estudo, tal perspectiva de consulta teria, ademais, muito a acrescentar nas investigações pautadas na bibliografia material, na medida em que essa perspectiva faz prevalecer o princípio irrevogável de que cada livro, ou melhor, cada exemplar de uma biblioteca tem sua personalidade⁴⁴.

Integrar a vida da biblioteca ao museu, eis o grande desafio das instituições de leitura nos dias atuais. Pois, se é certo que a vida de uma biblioteca não pode prescindir das atividades culturais que atraem a comunidade e dinamizam seu acervo, não é menos certo que os livros que compõem este acervo devam constituir peças de um museu vivo e aberto ao público. Além disso, a própria constituição do acervo deve ser tratada como um objeto de investigação permanente. Onde a importância de se conhecer não apenas a história da constituição da biblioteca brasileira, mas também os múltiplos significados do termo brasileira e as diferentes aplicações de seu conteúdo. Pois tanto a palavra quanto o conceito, conforme assinalamos anteriormente, estão em permanente mutação. Falávamos em uma coleção particular, não demoramos a migrar para a noção de *corpus* bibliográfico e daí para a de objeto de estudo. Mas a Brasileira é também um edifício, um complexo arquitetônico e museológico. Ela é hoje um recurso virtual. E o que ela será amanhã?

43 Todas estas ações são publicadas no site da instituição: <https://www.bbm.usp.br>.

44 Temos insistido na importância do modelo adotado na Alemanha, a saber, uma plataforma para todas as bibliotecas do país, da Áustria e da Europa que preservam edições históricas alemãs, entre livros, revistas, jornais, música impressa, mapas e literatura efêmera. O projeto foi dirigido por Bernhard Fabian e pode ser consultado em <http://fabian.sub.uni-goettingen.de/fabian?Home>.



Um Sonho Quase Impossível¹

Rodrigo Mindlin Loeb

Universidade Mackenzie

61

Rodrigo: estes versos falam de um tempo quase arqueológico.

Mas o abraço que te mando é atual e afetuoso.

**Carlos Drummond de Andrade em dedicatória no livro
Esquecer para Lembrar, 1980.**

Como transmitir uma experiência de mais de treze anos que levou à concretização da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, em algumas laudas de um artigo para esta *Revista do Livro*? Bem sabemos que é tarefa impossível. Mas como tarefas e missões impossíveis exercem sobre mim um magnetismo misterioso, aceitei o convite.

Vou iniciar apresentando a Gênese e em seguida os fundamentos norteadores de todo o processo de desenvolvimento, a cronologia e a definição do formato que abriu caminho para realização e inauguração da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, cuja sede integra o projeto nomeado Brasileira USP, que por sua vez abriga ainda a nova sede do Instituto de Estudos Brasileiros, a livraria central da Edusp, uma cafeteria, um auditório e uma sala de exposições, em um complexo cultural dedicado aos assuntos sobre o Brasil.

¹ Publicado originalmente em *Revista do Livro da Biblioteca Nacional*, n. 55, ano 19, 2015, pp. 25-37, Rio de Janeiro.

GÊNESE

Gesto raro: doação do patrimônio particular de Guita e José Mindlin, a inestimável Biblioteca Brasileira, constituída cuidadosa e criteriosamente ao longo de oitenta anos, assegurando sua permanência e livre acesso. Chamado irrecusável.

Instituição que contribuiu para desenvolvimento da arte e cultura no país de forma inédita e especial: a Fundação Vitae/Lampadia, depois de anos de atuação, encerra suas atividades com chave de ouro, doando para o projeto da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin seus recursos finais.

Missão impossível: concepção de um projeto com a definição do programa, da natureza de uma nova instituição de direito privado, que teria que se estruturar e obter os recursos para implantação inicial e para operação, gestão e manutenção nos 99 anos seguintes, pois no 100º ano o patrimônio seria incorporado à Universidade de São Paulo, que cederia o uso de um terreno para seu primeiro centenário.

Primeira e única doação de recursos para o projeto por pessoa física: Guita e José receberam um cheque de cinco mil dólares da Dr. Iêda Siqueira Wiarda, especialista em cultura luso-brasileira da Biblioteca do Congresso dos EUA, assim que ela soube que a empreitada iria se iniciar. O cheque nunca foi sacado.

Fundamentos:

- A Biblioteca é um espaço eminentemente público.
- A Biblioteca não é um depósito ou um cofre de livros.
- Todo e qualquer espaço de acesso público deve ser dignamente planejado, projetado, construído e mantido.
- Todo e qualquer espaço de acesso público deve ser uma referência de qualidade, de excelência.
- Os livros são para as pessoas.
- A coleção de obras raras e especiais exige ser conservada e preservada; de um lado os livros demandam controle de condições ambientais, limpeza e conservação permanentes (em alguns casos restauro), condições adequadas de segurança física, condições adequadas de segurança patrimonial e, de outro lado, o sentido de sua conservação e preservação depende integralmente da ampla divulgação e acesso, razão pela qual as tecnologias digitais têm papel protagonista.
- Os livros desenham o espaço, devem estar presentes no desenho da biblioteca, intensificando a densidade atmosférica, visual, real e simbólica.
- A Biblioteca é como um organismo vivo infinito.
- Um edifício para abrigar livros de mais de quinhentos anos deve durar pelo menos outros quinhentos anos.
- A Universidade é o melhor lugar para manter viva a Biblioteca.
- O edifício público deve ter a melhor construção, mais durável e de manutenção programada e planejada.
- O edifício público deve ter eficiência energética.

- O edifício público não pode ter sistemas que dependam de produtos de reposição importados.
- O edifício da Biblioteca deve ser aberto, deve ter livre acesso às áreas comuns.
- Um edifício para abrigar a Brasileira deve afirmar a brasilidade, a identidade através do olhar para o passado e para o futuro, para conceber o presente, com *design* de excelência e referência.

Formato que abriu caminho para a realização: doação direta do acervo para a Universidade de São Paulo, que em contrapartida cria uma unidade de ensino denominada Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, com dotação orçamentária e funcionários, assegura a construção do edifício projetado para abrigar a coleção doada e a nova sede do Instituto de Estudos Brasileiros em um prazo de três anos e meio e assegura a manutenção permanente das condições de segurança patrimonial e ambiental.

CRONOLOGIA/JORNADA/EPOPEIA:

José Mindlin e Rubens Borba de Moraes consideravam a criação de uma fundação ou instituto para receber as suas Brasilianas desde a década de 1980. Montaram a base de um estatuto e, para garantir a continuidade da ideia, Rubens Borba de Moraes deixou para José Mindlin a sua Brasileira quando faleceu em setembro de 1986. Por ocasião do centenário do nascimento de Rubens, José escreveu em 1999:

Preocupados com o que fazer com os livros depois que passássemos desta vida para melhor (pergunto-me sempre se será mesmo a melhor?), resolvemos unir as bibliotecas, para evitar a dispersão. Isso foi objeto, aliás, de longas conversas e muitas dúvidas, pois ele achava que, se nenhuma biblioteca se dispersasse, novos colecionadores teriam uma vida difícil, uma vez que foi naquelas que se venderam que nós encontramos muitos de nossos livros. Mas mesmo na dúvida, resolvemos não desprezar as nossas, e a dele, que nos deixou em testamento, se encontra aqui em casa, intacta, arrumada como estava na casa dele, e não se misturando com a nossa, pois uma biblioteca transmite a personalidade de quem a formou. E a personalidade de Rubens foi fora de série².

Foi no final de 1999 que José me chamou para um particular, na saleta de sua casa. Me contou que ele e Guita tinham decidido, com a aprovação dos filhos, doar a Biblioteca Brasileira, que incluía a Biblioteca Brasileira do Rubens. Explicou que a Fundação Vitae/Lampadia estava chegando ao fim de suas atividades, pois após a crise financeira da década de 1990, o *endowment* (fundo de investimentos para financiar projetos culturais, neste caso) não continuou

² José Mindlin, "Rubens Borba de Moraes: Um Intelectual Incomum", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 79, n. 192, 1998.

rendendo na mesma proporção que permitia o financiamento dos projetos apoiados e dos programas que desenvolvia. O Conselho da Fundação decidiu manter os projetos e programas e gradualmente consumir o *endowment*, privilegiando uma atuação de maior relevância, mesmo que finita em um horizonte de curto prazo. O projeto da Biblioteca Brasileira seria o fechamento com “chave de ouro” das atividades da Fundação Vitae/Lampadia, dirigida naquele momento por Joseph Oppenheim. Estava se elaborando uma lista dos livros contemplados na Brasileira, e havia um debate acerca da Camoniana e da Lusitânia relacionada à Colônia (luso-brasiliana), consideradas parte de uma zona cinza, e que provavelmente não estariam no conjunto da doação. Sempre insisti que se incluísse esta zona cinza no conjunto, mas sempre respeitei a sabedoria de José e as decisões que tomava. A Brasileira completa é uma coisa absolutamente inestimável e maravilhosa; a Camoniana e a Lusitânia ficaram para alimentar o espírito dos colecionadores.

No mesmo particular, José me disse que ele e Guita decidiram que o projeto arquitetônico ficaria a meu cargo, do arquiteto Eduardo Riesencampf de Almeida e do arquiteto Flávio Mindlin Guimarães, e que se a arquiteta Marina Mindlin Loeb estivesse no Brasil poderia participar também.

Eu, Rodrigo Mindlin Loeb, neto de José e Guita Mindlin, formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, cujo trabalho final de graduação foi um sistema de bibliotecas de arte para São Paulo, baseado nos planos de Mário de Andrade para as Casas de Cultura, cujo material que estava arquivado desde de 1938 encontrei no Arquivo Municipal do Piqueri durante pesquisa de Iniciação Científica sob orientação da professora Maria Cecília França Lourenço, e que teve o arquiteto Eduardo Riesencampf de Almeida como membro da banca de avaliação final, iria fazer parte deste fantástico projeto?! Recém-chegado de Londres após um mestrado em Energia e Meio Ambiente na Architectural Association, minha primeira reação natural foi perguntar ao José se ele não havia considerado a hipótese de um concurso nacional ou até internacional de arquitetura. Ele respondeu energicamente que não era o caso de um concurso, que o tempo a ser consumido com uma empreitada deste tipo era muito longo e que, mesmo que se seguisse esta estrada, não era viável sem os recursos financeiros assegurados, seria apenas mais um projeto no papel. Com o tempo, percebi que José estava certo, pois o que ele estava oferecendo não era simplesmente (o que não quer dizer que seja nem perto de simples) desenvolver um projeto de arquitetura, era o engajamento em uma missão muito complexa e quase “impossível”. Os leitores terão esta compreensão ao acompanhar o relato.

O arquiteto Eduardo Riesencampf de Almeida era membro do Conselho da Fundação Vitae/Lampadia, e ele e sua esposa Franca já tinham desenvolvido uma amizade e um laço muito fortes com Guita e José. Sobrinho do poeta modernista Guilherme de Almeida, arquiteto exímio, de extrema qualidade e rigor, teria sua primeira experiência em um desafio desta natureza.

O arquiteto Flávio Mindlin Guimarães, sobrinho de Guita e José Mindlin, autor do projeto e das obras dos dois belíssimos pavilhões da casa-biblioteca que abrigou a coleção por muitas décadas, filho de tia Esther, era experiente no assunto e conhecedor do acervo.

O contato com a Universidade de São Paulo já havia sido feito, através do então reitor professor Jacques Marcovitch, e seriam apresentados potenciais terrenos para uma cessão de uso por 99 anos.

Em fevereiro de 2000 houve uma reunião de apresentação, por parte da Universidade de São Paulo, dos possíveis terrenos dentro do *campus* para realização do projeto como estava concebido. Após uma apresentação na sala de reuniões da reitoria, um micro-ônibus iria fazer o circuito para poder definir o terreno objeto da cessão de uso. Saímos todos pela garagem da reitoria para aguardar o transporte, que tardou uns dez minutos a chegar. Nesses minutos, José Mindlin ao lado de Jacques Marcovitch, conversando com entusiasmo sobre o projeto, observa o lindo terreno diante de todos, gramado e livre, entre a então reitoria e a Avenida Professor Luciano Gualberto, e pergunta ao reitor se não seria um lugar perfeito para o projeto. Fez-se um silêncio. Sem dúvida não havia melhor opção. O terreno faz parte do projeto estrutural de implantação da USP, como um *cuore* das humanas, e como viemos a saber, estava reservado para implantação da Faculdade de Direito, que renunciou ao terreno uma vez que não pretendia sair das instalações do Largo São Francisco. Fizemos o passeio de micro-ônibus apenas para confirmar a escolha.

A partir deste momento diversas reuniões foram feitas para preparação de um documento de apresentação do projeto para o Conselho Universitário. Preparamos argumentos, justificativas, um histórico da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, o conceito do projeto e a participação da Fundação Vitae/Lampadia, um mapa do *campus* da USP apresentando o terreno com as diretrizes de ocupação. José sugeriu ainda que se buscasse o Instituto de Estudos Brasileiros para propor a sua integração ao projeto. Com o conhecimento do reitor Jacques Marcovitch e do pró-reitor de Cultura e Extensão, professor Adilson Avanci de Abreu, conversamos com o então diretor do IEB, professor Murillo Marx. Houve, ao mesmo tempo que entusiasmo com a ideia, uma resistência por parte de representantes da USP que foram consultados. A resistência se expressou diretamente: nos foi dito que o destino do IEB deveria ser definido pela própria USP, e que estávamos opinando em assunto que não nos dizia respeito.

O que conseguimos no documento que foi aprovado pelo Conselho Universitário foi reservar uma parte do terreno para uma futura possível instalação do IEB. A ideia de um centro multidisciplinar de acervos e pesquisa sobre o Brasil teria que aguardar.

Em março de 2000, fizemos uma reunião na residência de Guita e José, para avançar na concepção e desenho do projeto. Estavam presentes, além de José e de mim, os arquitetos Eduardo Riesencampf de Almeida e Flávio Mindlin Guimarães e Regina Weinberg para ouvir Norman Fiering, diretor da Biblioteca John Carter Brown, que nos transmitiu uma série de reflexões e ideias, entre elas a busca de



FIG. 1. Sala de Leitura da Sainte Geneviève.

FOTO: MARIE-LAN NGUYEN
CREATIVE COMMONS

uma definição geral da primeira missão da Biblioteca – a de colecionar e preservar para o futuro e para posteridade – e do que poderia ser a segunda missão – promover a pesquisa e o acesso. Deu parâmetros numéricos de consulta e espaços necessários, fez perguntas para gerar mais reflexão. Lançou a ideia de um edifício que poderia se estruturar com a possibilidade de expansão em “asas” (*wings*) para permitir a potencial futura comunicação e colaboração com o IEB e eventualmente outras instituições/coleções. Reforçou a importância de uma liderança no processo. Apontou a possibilidade de criação de um Conselho Consultivo e de um Comitê Consultor, além de uma Comissão de Implantação do Projeto e uma Comissão de Trabalho para a etapa de implementação.

Nessa altura, a Comissão Especial para a Institucionalização e Instalação da Biblioteca Guita e José Mindlin na USP (presidida pelo professor Adilson Avanci e formada pelos professores Gil da Costa Marques, Maria Cecília França Lourenço, Murillo Marx, João Alberto Schützer Del Nero e Eugênio Foresti e pelo arquiteto Sérgio Assumpção) já estava trabalhando diligentemente e aprovou os documentos de localização e diretrizes de implantação inicial enviados pelo nosso grupo de trabalho, indicando ainda a adequação do Plano Diretor da Cuaso (Cidade



FIG. 2. Biblioteca Nacional da França, sala oval.

FOTO: POULPY
CREATIVE COMMONS

Universitária Armando de Salles Oliveira) para consolidar a proposta a ser aprovada pelo Conselho Universitário. Estava planejada a apresentação formal do termo de cessão de uso para a sessão de junho de 2000 do Conselho Universitário.

Nós, os arquitetos, começamos a elencar os principais desafios e questões a serem estudadas. Fizemos uma série de reuniões com Guita, Cristina Antunes (bibliotecária da coleção) e José em diversas composições para aprofundarmos as questões relacionadas à conservação, cuidados ambientais e manuseio do acervo. Consultamos referências da Aber (Associação Brasileira de Encadernação e Restauo, fundada por Guita Mindlin e Thereza Brandão, com um grupo de especialistas no assunto), de experiências de outras bibliotecas pelo Brasil e uma documentação muito consistente da Fundação Getty apoiada pela Fundação Vitae/Lampadia. Este estudo foi fundamental para a elaboração dos primeiros esboços e definição de organogramas.

Naturalmente que a leitura espacial de bibliotecas cuja arquitetura consideramos emblemática e que constituem ícones de edifícios desta natureza nos acompanhou durante todo o processo projetual. A Biblioteca Sainte Geneviève (Fig. 1) em Paris (1844-1850), de Henri Labrouste, é um edifício robusto que configura

quase um quarteirão urbano, e o acesso central, clássico, se dá por um vestíbulo a partir do qual as escadas levam ao andar superior, ao grande salão, configurado pelas paredes perimetrais repletas de estantes de livros, que formam o mezanino para criar mais um anel perimetral de estanteria. A luz natural abundante preenche o espaço de forma difusa. As grandes mesas de consulta com a marcação de postos de trabalho, as luminárias para os planos específicos, sugerem a ideia do recinto dentro do recinto. Já a Biblioteca Nacional da França (Fig. 2), em Paris (1862-1868), também de Henri Labrouste, amplia a escala de maneira monumental e busca a circularidade na solução construtiva e de iluminação. A grande sala oval de leitura é espaço emblemático para qualquer biblioteca que foi desenhada depois dela.

O Real Gabinete Português de Leitura (1880-1887), desenhado principalmente por Rafael da Silva e Castro em estilo neomanuelino (Fig. 3), traz em seu interior o espanto da beleza do espaço desenhado pelas estantes de livros, pelos próprios livros e mezaninos, com a luz natural presente de maneira sutil e misteriosa. Segue-se a ele o grande edifício da Biblioteca Nacional (1905-1910), assinado pelo engenheiro Sousa Aguiar, cujo vazio com as estantes em mezaninos intermediários entre pavimentos principais confere monumentalidade e densidade incriveis. A Morgan Library, desenhada em 1903 por Charles McKim, do grande escritório de arquitetura da época em Nova York, McKim Mead & White, abriga de maneira espetacular a Coleção Pierpont Morgan, com escadas de acesso a mezaninos escondidas por trás de trechos de estantes-portas “secretas”, agregando uma atmosfera de mistério ao espaço da biblioteca. Em 2006 foi inaugurada a renovação e ampliação desenhada por Renzo Piano e Beyer Blinder Belle, preservando os espaços do edifício original e criando áreas de atividades e usos públicos, expositivos e administrativos, além de uma ampliação de sua reserva técnica.

A Biblioteca Pública de Estocolmo (1922-1928), projetada por Gunnar Asplund, integra conceitos espaciais da Sainte Geneviève e da Biblioteca Nacional de Labrouste, amplificando o potencial do efeito da luminosidade em espaço de planta circular e grande pé direito, com a parede perimetral repleta de livros (o que é curioso, pois as estantes têm que ser resolvidas em seções lineares para compor uma grande circunferência).

A Beinecke Rare Book & Manuscript Library (1963), de Gordon Bunshaft (Figs. 4 e 5), que foi arquiteto-chefe da Skidmore, Owings & Merrill, é uma joia de edifício. Lapidado com extremo rigor e beleza, resolve o volume do edifício externo com elementos pré-fabricados estruturais em cruz, e painéis de vedação de placas de pedra de pouca espessura, que, ao receberem a incidência da luz, ganham translucidez, revelando seus veios e transmitindo uma luz tênue e extremamente reduzida para o grande vazio interno, preenchido no centro pelo prisma monolítico de vidro transparente, o bloco de livros. Os corredores perimetrais de acesso voltados para o espaço intermediário preservam as condições ambientais dos acervos e revelam aos visitantes o conjunto magnífico que constituem. Na base do conjunto, sob a praça pública, as áreas de trabalho e consulta,



FIG. 3. Sala principal do Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro.
FOTO: MAYUMI ISHIKAWA
CREATIVE COMMONS



FIG. 4. Beinecke
Rare Book &
Manuscript Library.
FOTO: HENRY TROTTER
CREATIVE COMMONS



FIG. 5. Interior
da Beinecke
Rare Book &
Manuscript Library.
FOTO: GUNNAR KLACK
CREATIVE COMMONS

que desenham um pátio interno, com um jardim de pedras e escultura desenhado pelo artista Isamu Noguchi.

Uma das obras-primas do arquiteto Louis Kahn é a Phillips Exeter Academy Library (1965-1971), com o vazio central desenhado pela rigorosa estrutura de concreto aparente com suas aberturas verticais em círculo (Fig. 6), revelando os painéis de madeira das estantes de livros, aquecendo o espaço da biblioteca. Os recintos de consulta brilhantemente concebidos, como células individuais dentro do recinto dos livros, a luz natural que atravessa, coada, os espaços. A obra de Louis Kahn é uma referência muito profunda na arquitetura da Biblioteca Brasileira.

Mais recente, a Biblioteca da Universidade Técnica de Delft (1997), desenhada pelo escritório Mecanoo, explora todas estas expressões da luminosidade e da presença das estantes de livros no desenho e agrega a criação de uma cobertura-jardim como continuidade do *campus*.

Também foi importante nas discussões de projeto o edifício da Menil Collection, desenhado por Renzo Piano. Em especial a qualidade da luz natural e dos elementos que compõem a cobertura.

E foi assim que, nesta imersão no universo das bibliotecas, surgiu o primeiro estudo arquitetônico, com muito debate e reflexão entre Flávio, Eduardo e eu. Um edifício compacto, com a passagem pública livre, atravessando por debaixo do bloco da coleção. Foi a primeira síntese das ideias. O Flávio, infelizmente, não prosseguiu conosco no projeto, pois teve que se ausentar para resolver assuntos de ordem pessoal que iriam absorver totalmente sua atenção.

Sem dúvida nenhuma esteve presente sempre o desejo de que houvessem elementos na arquitetura do novo edifício que remetesse à memória de Guita e José e de sua casa-biblioteca. Em hipótese alguma poderiam ser diretas ou óbvias as referências, e no desenvolvimento do projeto este desejo se concretizou em distintos elementos e cores.

Em paralelo, acompanhei e apoiei um trabalho de avaliação de investimentos necessários para a construção, operação, gestão e manutenção. O objetivo era estabelecer uma meta para captação de um fundo de *endowment* que assegurasse a permanência e continuidade do projeto (no modelo de 99 anos de operação e gestão autônoma). O Marcelo Furtado, amigo da Sônia, filha caçula de Guita e José, ajudou na formatação inicial deste plano. Os números eram desafiadores!

Outra frente de ação se referia aos aspectos jurídicos e estatutários da Fundação Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, que estavam sob a condução e coordenação do Dr. Alcides Jorge Costa, advogado e amigo próximo de José. Foi nesta frente que começaram a surgir entraves que se confirmariam intransponíveis caso fosse mantido o formato do projeto. A doação, ou dotação, da Coleção Biblioteca Brasileira por particulares para uma fundação de direito privado receberia a incidência de impostos calculados sobre o valor avaliado dos bens doados.

Pelo que pude acompanhar, em um determinado momento no Brasil, muita gente constituiu fundações de direito privado para transferir seu patrimônio e estar

isento de tributação. A Receita Federal, identificando esta estratégia, passou a tributar qualquer doação de particulares para entidades privadas indistintamente. Há rumores de que a coleção poderia ter sido regularizada com a Receita Federal em uma oportunidade anterior, e que faltou algo para ser feito que teria auxiliado neste processo. Em todo caso, a questão intransponível que se apresentou era a obrigatoriedade de recolhimento de um valor de tributo sobre a doação que resultava superior ao valor inicial estimado apenas para a construção civil de uma obra especial de aproximadamente sete mil metros quadrados. Muita gente tentou ajudar a resolver a questão, Celso Lafer, Fernando Henrique Cardoso, ninguém se conformava com o entrave.

Logo no início, com o impulso do historiador André Caramuru e de seu amigo amante das artes Luiz Mussnich, elaboramos um projeto para o desenvolvimento de uma Brasileira Digital. Naquela altura os contornos privados da natureza do acervo não permitiram o avanço da ideia, que foi retomada com enfoque distinto mais adiante no desenvolvimento do projeto.

Enquanto se buscava a solução para a captação de recursos financeiros e para os entraves jurídico-tributários, o primeiro estudo arquitetônico aguardava o desenlace para poder prosseguir.

Um amigo de José Mindlin, que apoiou irrestritamente o projeto, um dos responsáveis pelo êxito alcançado, Fernando Moreira Salles, procurou José para apresentar um outro colecionador que em uma oportunidade única havia adquirido uma belíssima Coleção Iconográfica Brasileira e que poderia integrá-la ao projeto. Ele estava disposto a financiar uma parte do projeto e da obra para acomodar e integrar a sua coleção.

Desta maneira surgiu uma segunda versão do projeto, desenhada por mim e pelo Eduardo (Flávio já tinha se afastado), de maior dimensão e com a inclusão da Coleção Iconográfica, e de um setor mais amplo para exposições e eventos, com o objetivo de permitir a realização de diversos programas e atividades na nova sede a ser construída.

Quando esta versão do projeto arquitetônico adquiriu uma forma e consistência, o entrave tributário persistia e dava sinais de ser de fato intransponível. Neste momento, José recebeu e recusou algumas propostas de compra da Coleção Brasileira, e uma oferta da Biblioteca Nacional de criar um setor especial para a coleção dentro de seu acervo.

Foi neste momento que José recebeu o contato do professor István Jancsó, recém-empossado diretor do IEB. István havia localizado o processo na Universidade que alocava uma área anexa ao terreno da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin para instalação do IEB. Tendo conhecimento das dificuldades que a doação estava enfrentando, procurou José e perguntou se ele poderia investigar meios dentro da USP para viabilizar o projeto. Após alguns dias, voltou com uma proposta: a doação seria feita diretamente para a USP, ou seja, de particulares para uma instituição pública, e isto resolvia a questão tributária. Em contrapartida, a USP iria criar uma unidade de ensino, nos moldes da Maria Antônia, que teria dotação orçamentária e funcionários, e o projeto seria desenvolvido integrando o IEB. A USP seria responsável pela



FIG. 6. Interior da Philips Exeter Academy Library. FOTO: GUNNAR KLACK CREATIVE COMMONS

construção da edificação em prazo a ser estabelecido, e seria elaborado um termo de doação. István solicitou à FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) que indicasse um arquiteto para elaborar o programa de necessidades da ala que iria abrigar o IEB, e o programa do IEB foi organizado e produzido pelo arquiteto Milton Braga. A ideia de um centro multidisciplinar de acervos e pesquisa sobre o Brasil estava de volta.

A USP iria custear os projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia através da Fusp (Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo), momento em que se envolveu diretamente no processo o professor Antônio Marcos de Aguirra Massola, o gestor representante da USP que executou o projeto em todos os aspectos administrativos e operacionais; sem ele, nada teria sido possível. Os projetos foram contratados e finalizamos a terceira e definitiva versão arquitetônica.

Em uma das inúmeras reuniões que foram realizadas na sede do IEB, o termo Brasileira USP foi materializado na presença dos arquitetos, de István e José. Muitos encontros com as equipes técnicas do IEB foram feitos para apresentar os desenhos e soluções e esclarecer os elementos indicados no programa de necessidades.

Contamos com diversos colaboradores técnicos e consultorias nesta etapa de projetos. Os aspectos de segurança patrimonial e ambiental eram muito importantes. Tivemos apoio da consultora Rosária Ono para a parte patrimonial, e na parte ambiental conduzi um estudo de diretrizes ambientais e de sustentabilidade

que contou com a participação do consultor Jörg Spangenberg, tendo inclusive elaborado simulações computacionais de microclima no terreno com a implantação do projeto, para prever as condições de temperatura e radiação que seriam enfrentadas.

Em muitos momentos sentimos dificuldades pela ausência de um interlocutor técnico representante do cliente para debater e assumir responsabilidade sobre as decisões. Talvez a questão mais difícil tenha sido a definição do sistema de combate a incêndio. Toda a equipe técnica do IEB foi consultada, mas a decisão final ficou por nossa conta. Definimos que as áreas de acervo seriam já a princípio aquelas com menor probabilidade e menor risco de início de incêndio (com instalações elétricas estritamente necessárias, sem tomadas espalhadas pela planta, em eletrocalhas aparentes, visíveis e de fácil acesso).

A partir desta premissa, avaliamos todos os sistemas disponíveis e viáveis naquele momento. Descartamos o gás carbônico pelo risco que representa aos usuários. Todos os sistemas com outros tipos de gás dependiam de importação, o que significa que se houvesse uma descarga acidental, ou mesmo em virtude de um início de risco, a reposição poderia levar mais de um ano (caso houvesse recursos para compra), e neste período não haveria sistema de combate ativo. Optamos pela água, com sistema que foi desenvolvido na etapa de implantação como *pre-action* com nebulizador e acionamento localizado. Significa que a tubulação que alimenta o sistema fica sem água, evitando riscos de vazamentos, e que apenas após um alarme e verificação real do risco a válvula abre para o acionamento localizado, que não é por inundação, pois haveria o problema de escoamento. Complementam o sistema de combate os detectores de fumaça, as câmeras de monitoramento, os hidrantes e extintores, a visibilidade das áreas de acervo em relação aos espaços públicos.

No final de 2005, com o projeto básico consolidado, o professor István já estava trabalhando na estruturação das bases institucionais do projeto e nas possibilidades de captação de recursos para a construção. Sua relação com Juca Ferreira, assessor direto do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, permitiu que a ideia fosse apresentada e recebesse o apoio irrestrito do Ministério, expresso imediatamente na indicação da possibilidade de captar um recurso extra que a Petrobras havia recém-apurado como potencial para Lei de Incentivo. Com o auxílio da agente cultural Mariah Villas Boas (indicada pelo arquiteto Eduardo Riesencampf de Almeida), elaboramos um projeto de captação que contemplava a primeira etapa de obras. Para aprovação do projeto, apresentei na sede do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em São Paulo todos os projetos básicos e respectivas planilhas. O pedido foi aprovado e os primeiros recursos via Lei Rouanet foram captados (R\$ 2 milhões) no final de 2005 através da Petrobras, que aderiu de maneira incondicional ao projeto, com o entusiasmo de sua equipe de apoio a cultura liderada pelo Luis Carlos do Nascimento, mais uma figura sem a qual dificilmente teríamos conseguido realizar o que foi realizado. Este recurso foi muito importante para que se efetivasse o início da obra.

István constituiu uma Comissão de Implantação, formada inicialmente por ele, eu e Eduardo, Mariah Villas Boas e Antônio Marcos de Aguirra Massola. Em seguida,

o professor Pedro Puntoni foi trazido para o projeto e para este grupo de trabalho por István, como um colaborador e também como responsável pelo desenvolvimento do projeto de digitalização do acervo. Pedro assumiu a coordenação do projeto e foi o diretor interino da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin durante o período de sua criação e constituição.

Enquanto concluíamos o Projeto Executivo de Arquitetura, o termo de doação estava sendo elaborado e negociado. Em linhas gerais, o termo que foi acordado entre as partes considerava o Projeto Brasileira USP como um centro de acervos e pesquisa sobre o Brasil, integrando a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e o Instituto de Estudos Brasileiros, que preservariam autonomia compartilhando a edificação e sua infraestrutura. Guita e José doariam a Coleção Biblioteca Brasileira e a USP, em contrapartida, asseguraria a construção do projeto de arquitetura elaborado para uma edificação única (Biblioteca Brasileira Mindlin e IEB) no prazo de três anos e meio, e seriam mantidas as condições adequadas de guarda e preservação da coleção dali por diante (caso a contrapartida não se efetivasse a doação seria revogada). A data da cerimônia da assinatura do termo de doação foi definida para o dia 17 de maio de 2006. Na véspera da cerimônia, a então reitora, professora Suely Vilela, enviou uma alteração do termo de doação que excluía da contrapartida a construção da ala destinada ao IEB (o que do ponto de vista da arquitetura foi estranho, pois desenhamos uma única e indivisível edificação, e era um prenúncio de obra inacabada, mesmo que ainda nem tivesse começado). Não houve alternativa senão aceitar a alteração, e o termo foi assinado.

Em junho, reunida a Comissão de Implantação, tendo a ampulheta sido virada e com menos de 5% dos recursos necessários para a execução da obra, definiu ser urgente iniciar a aplicação dos recursos obtidos no final de 2005, caso contrário teriam que ser devolvidos. Entendi que esta obra nunca seria realizada se fôssemos aguardar a captação total dos recursos necessários e propus à Comissão de Implantação que eu formasse uma equipe de gerenciamento técnico para executar os serviços de obra que os recursos disponíveis permitissem. Aprovada a sugestão, convidei para fazer parte da equipe o engenheiro Cyro Ruben Álvares Pessoa, de larga experiência na construção, mas aposentado aos 74 anos. Cyro trouxe para a equipe o mestre de obras Sebastião Bueno da Silva, quatro anos mais velho que ele e muito experiente. Convidei também o engenheiro Milton Zeni, e mais tarde foram integrados à equipe o técnico José Rubens Joazeiro e o arquiteto Caio Atílio Dotto. Esta equipe preparou todos os elementos técnicos para a execução de todas as etapas de obra, com o apoio administrativo e financeiro em um primeiro momento da Fusp e dois anos depois da SEF (Superintendência do Espaço Físico da USP). Assim foi planejado o início das obras e marcada a cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental para o dia 7 de dezembro de 2006.

Logo foi montado o barracão da obra, que serviu como escritório da equipe de gerenciamento técnico e apoio para cada etapa da obra que se viabilizava. Com o avanço da captação e entusiasmo da Comissão de Implantação, o barracão foi adaptado e



FIG. 7. Exterior do Espaço Brasiliana: à esquerda, a BBM; ao centro, o auditório István Jancsó; à direita, o IEB.
BANCO DE IMAGENS BBM

abrigou a sede provisória da Biblioteca Guita e José Mindlin, bem como o laboratório de digitalização do acervo, sob a coordenação dos professores István Jancsó e Pedro Puntoni, além de nossa equipe técnica. Até a metade do prazo estabelecido no termo de doação, aplicamos na obra os recursos captados via Lei Rouanet e os recursos semanais do projeto doados pela Fundação Vitae/Lampadia. A reitora parecia reticente em aplicar recursos da USP na obra. Finalmente, quando aprovou o primeiro aporte, condicionou a aplicação apenas à ala da obra destinada a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, e foi neste momento que se criou o descompasso da obra, agregando à tarefa já bastante complexa e desafiadora enormes dificuldades técnicas, gerenciais, construtivas e projetuais. Tivemos que revisar a maior parte dos projetos para se adequarem à execução em duas etapas, menos o de estrutura, pois não havia recursos para contratação de serviços e nem tempo disponível. Seguimos as juntas de dilatação previstas pela engenheira estrutural Heloísa Maringoni, para permitir o faseamento.

Com o avanço e concretização da obra, o apoio e entusiasmo que o projeto já havia recebido do BNDES, representado pelo seu presidente, professor Luciano Coutinho, contaminou toda a equipe do Departamento de Cultura do BNDES, e pudemos desenvolver um projeto para mobiliar e equipar (tecnologia) o edifício



FIG. 8. Interior da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.
BANCO DE IMAGENS BBM

baseado na defesa do *design* brasileiro e do *design* de alta qualidade e desempenho. Recebemos a doação direta dos recursos e acompanhamos preciosamente sua aplicação durante o processo de implantação.

Muitos foram os desafios e em muitos momentos aguardamos a chegada de novos recursos para dar continuidade aos trabalhos. Foi quando o professor João Grandino Rodas assumiu a reitoria que a universidade assegurou os recursos para conclusão da obra civil, a fim de permitir que a coleção fosse transferida para a nova sede.

A obra avançou, mas o prazo estabelecido inicialmente não foi cumprido. José manteve a doação, pois Guita havia falecido. Em seguida, os filhos de Guita e José mantiveram a doação, pois José faleceu antes da conclusão da obra. O professor István Jancsó faleceu um mês depois da morte de José.

Inaugurada a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, concretiza-se o sonho quase impossível, ao mesmo tempo que esta apenas inicia sua atividade. O processo fugiu à lógica de realização de projetos de natureza pública, revelando a importância de um grupo de trabalho transdisciplinar e transgeracional. Caberá ao Conselho da Biblioteca assegurar que os princípios e valores base permaneçam vigentes independente das mudanças nos quadros políticos da Universidade de São Paulo.





TRY O

D. QUIXOTE

PORTINARI · DRUMMIO

OND ♦ PORTINARI

ONN QUIJOTE ♦ DE

APAS, POR

RA

RIC SOB LENT DE SEU FOTOGRAF

AN BR

TES

O Mistério de João Antônio Alves de Carvalho na Bibliofilia do Século XIX¹

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Universidade de Brasília

83

Sua Alteza o príncipe D. Pedro Augusto visitou anteontem a Biblioteca Nacional, onde se demorou do meio-dia às 4 horas da tarde. Sua Alteza examinou por algum tempo os manuscritos e impressos que pertenceram ao Sr. Dr. João Antônio Alves de Carvalho, ocupando-se depois durante três horas em classificar uma interessantíssima série de 26 águas-fortes do famoso gravador holandês Van Ostade.

Diário de Notícias, p. 1, 24 jan. 1887, Rio de Janeiro.

O príncipe, aos 21 anos, formado em engenharia civil pela Politécnica do Rio de Janeiro, apaixonado por mineralogia, não resistiu por muito tempo a visitar a coleção rica de documentos sobre história natural do Brasil, que o avô, D. Pedro II, autorizara que fosse comprada, fazia pouco mais de dois meses: a Brasileira de João Antônio Alves de Carvalho, que custara 25 contos de réis, pagos em três parcelas, de 1886 a 1889. Não era pouco dinheiro. Compare-se com o orçamento total da Biblioteca Nacional previsto para o último ano da quitação dessa compra, que era de 75 contos, e o do Arquivo Público, de 27 contos. Vinte e cinco contos equivaleriam hoje, com base no valor do ouro, a cerca de três milhões de reais.

¹ Comunicação apresentada no Seminário BBM 10 Anos, São Paulo, 16 a 18 de maio de 2023. Agradeço a Raphael Diego Greenhalgh e Cléofas Minari Righetti, da Biblioteca Central da UNB, e ao professor Murilo Bastos da Cunha (UNB), por confirmarem essas informações. A Neide De Sordi, ex-aluna e sempre amiga, por me encaminhar a Gilberto de Souza Cardoso, diretor da Divisão de Gestão de Documentos do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, que, com seus colegas, me propiciaram a consulta aos inventários citados. A Gilda Maria Whitaker Verri, Valeria Gauz e Helena Vilar de Lemos as valiosas sugestões e observações críticas.

E quem foi João Antônio Alves de Carvalho, esse bibliófilo de brasileira que, aos 45 anos, tinha formado um acervo de cerca de dez mil documentos e sobre quem pouco se encontra documentado? Relatarei aqui o que consegui encontrar sobre ele, na esteira da curiosidade pela bibliofilia e os bibliófilos despertada quando conheci Rubens Borba de Moraes².

Era abril de 1968. Fui apresentado a Rubens Borba de Moraes na Universidade de Brasília (UnB). Afável, sorridente, a exuberar memórias, poucas semanas depois acedeu a que nos prontificássemos, junto a Elton Eugenio Volpini, diretor da Biblioteca Central, a selecionar livros estocados numa sala identificada com o letreiro “obras raras”. Livros de Homero Pires, Fernando de Azevedo, Osvaldo de Carvalho, Hildebrando Accioly, Pedro de Almeida Moura, Ricardo Xavier da Silveira e Agripino Grieco. Tinha-se a impressão de que a venda, em alguns casos, fora pelo sistema de “porteira fechada”: levem tudo³.

Passados os anos, encerrada a atividade de professor, comecei a de editor, e logo resolvi reeditar *O Bibliófilo Aprendiz*⁴. E, estimulado por José Mindlin, Cristina Antunes e Ana Maria de Almeida Camargo, retirei do baú do autor o manuscrito de *Testemunha Ocular (Recordações)*. A leitura de *O Bibliófilo* mais a preparação do texto de *Testemunha Ocular* aguçaram a percepção de que existe algo mais na vida dos bibliófilos, além do que está nas linhas das histórias centradas na paixão de cada um.

À procura do tema para celebrar estes dez anos da BBM, lembrei-me que Rubens, em *O Bibliófilo Aprendiz*, falara algo sobre bibliófilos que colaboraram com a Exposição de História do Brasil. Realmente, ele escreveu que “poucos particulares concorreram [para a exposição], salvo s. m. o Imperador, o juntador de livros Ramos Paz, D. Ana [sic] R. de Carvalho, o Barão Homem de Melo e alguns mais”⁵.

2 Curiosidade que explica o interesse por Jerônimo Ferreira das Neves, William Gropp e Jacques Renout, em Antonio Agenor Briquet de Lemos, “Em Busca de Bibliófilos Esquecidos”, *Revista BBM*, n. 2, pp. 35-55, 282-283, jan.-jun. 2020. Uma contribuição à prosopografia de “Brasileiros Ilustres” do mundo dos livros. Ver, por exemplo, os trabalhos do colóquio organizado em 2005 pela École Nationale Supérieure des Sciences de l’Information et des Bibliothèques, da França, coordenado por Frédéric Barbier (<https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/1459-la-prosopographie-des-hommes-du-livre.pdf>). E, em outra área, Bruno Junior Bontempi, “Usos da Prosopografia para a História dos Intelectuais da Educação”, *Educação e Filosofia*, vol. 33, n. 67, pp. 57-82, jan.-abr. 2019.

3 “A Biblioteca Central possui um acervo de grande valor em obras raras. Esta coleção está sendo organizada por dois professores da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica, cuja colaboração espontânea para com a Biblioteca Central devemos salientar. Era um problema que muito nos afligia e que, agora, entregue a dois bibliotecários capacitados que são o professor Rubens Borba de Moraes e o professor Antonio Briquet de Lemos, muito nos tranquiliza”, segundo Elton Eugenio Volpini, Diretor da Biblioteca Central, no seu relatório de 1968 (p. 13). Por essa sala passara a bibliotecária paulista Laura do Val Penteadado, de 1966 a 1967. Depois de 1971, Cláudia Rossi Gonçalves, que ali fez o estágio do curso de biblioteconomia, e, formada, foi contratada. Ela recorria a Rubens Borba, até ele se aposentar em 1973, quando a biblioteca mudou para o prédio de cuja comissão de planejamento foi um dos membros mais atuantes.

4 Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 3. ed., Brasília/Rio de Janeiro, Briquet de Lemos/Casa da Palavra.

5 Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 5. ed., São Paulo, Publicações BBM, 2018, p. 144.

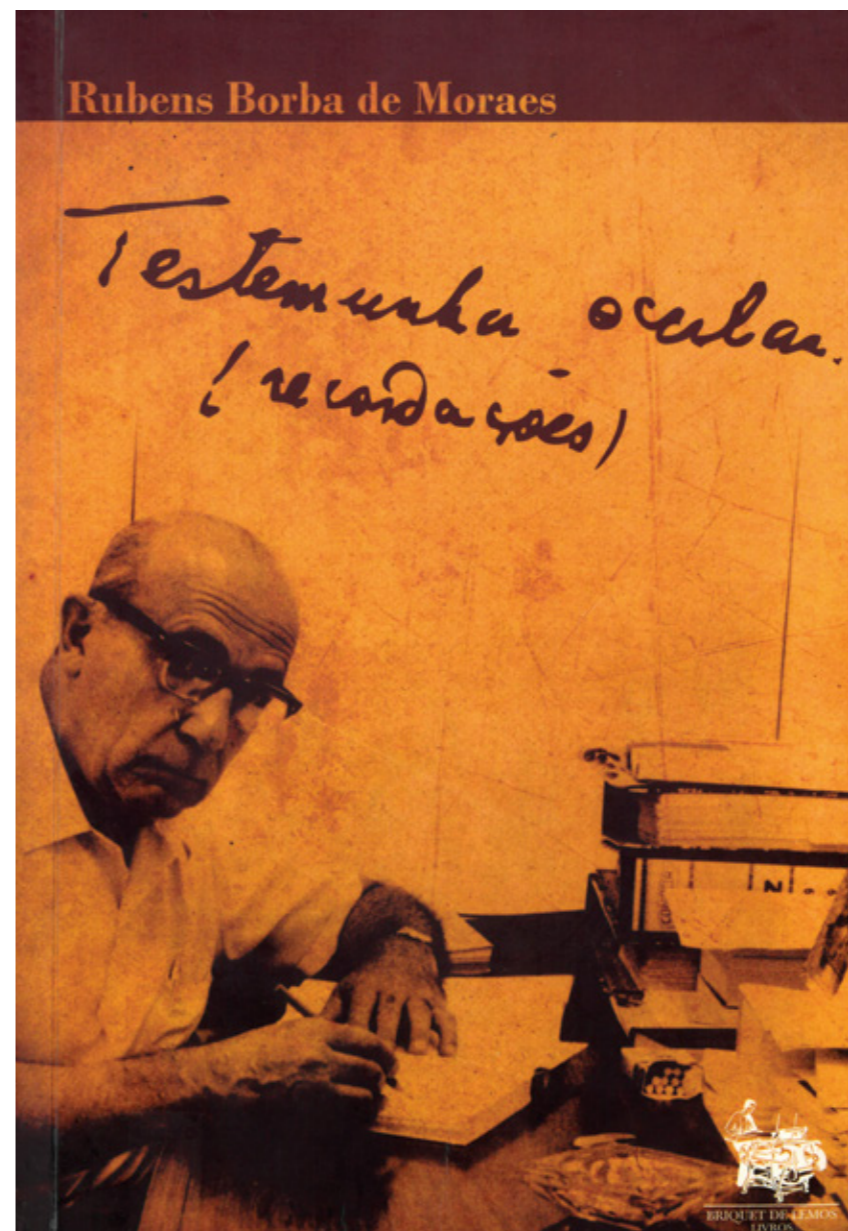


FIG.1. Capa da obra *Testemunha Ocular (Recordações)*, EDITORA BRIQUET DE LEMOS, 2011.

De fato, Ramiz Galvão lamentou a falta de colaboração dos particulares, mas não deixou de consignar “alguns inteligentes amadores, de cujas coleções auferimos livremente e a mãos largas o que nos foi mister”. Seu agradecimento ia do “magnânimo imperante” aos “mais modestos contribuintes, pois que se uniram todos em acorde e nobilíssima cruzada”⁶. Se a Exposição de História do Brasil foi a “execução de um pensamento patriótico” externado pelo Barão Homem de Melo, talvez se possa dizer que o catálogo foi a concretização da sugestão feita, trinta anos antes, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em 16 de fevereiro de 1850, na presença

6 *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 9, pp. 1881-1882., vol. 1, p. vi.

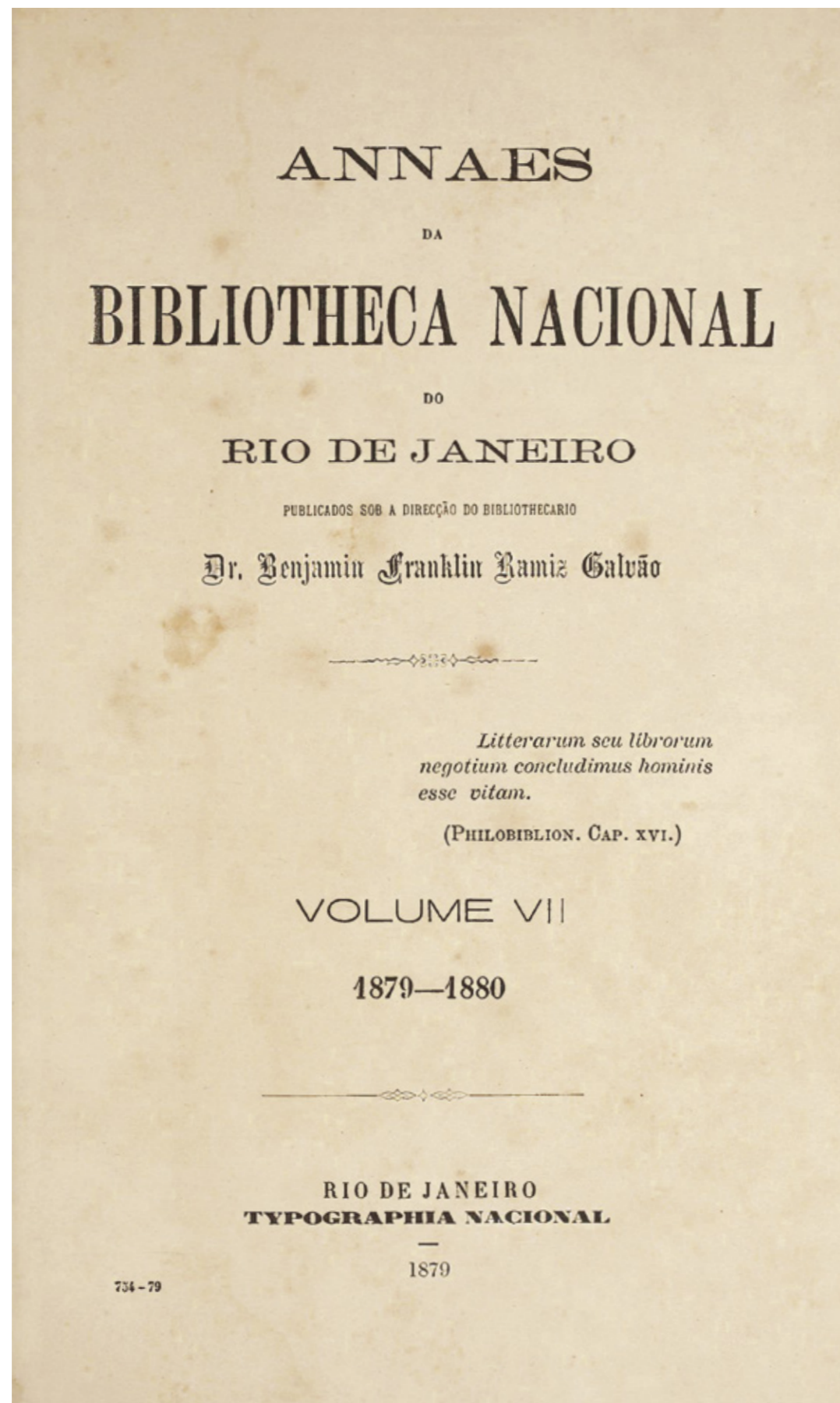


FIG. 2 Folha de rosto dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, 1879. ACERVO BBM

do imperador, pelo secretário Manuel Ferreira Lagos para que o Instituto incumbisse “algum dos seus membros residentes na corte de organizar uma bibliografia brasílica, contendo não só os autores nacionais, mas ainda os de qualquer outra parte do mundo que hajam escrito sobre coisas do Brasil, quer seus trabalhos se achem impressos, quer manuscritos”⁷.

A equipe de Ramiz Galvão, apesar de condições precárias, do pouco tempo e da falta de “amadores inteligentes”, montou no prédio da rua do Passeio um painel literário e iconográfico, com mais de vinte mil documentos⁸ que retratavam o país⁹. O catálogo publicado nos *Anais da Bibliotheca Nacional* (Fig. 2) está acessível *on-line* na Hemeroteca Digital Brasileira, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, e na Biblioteca do Senado Federal. Na Hemeroteca e na BBM a digitalização foi feita a partir dos *Anais da Bibliotheca Nacional*, e, no Senado, a partir da reimpressão fac-similar de 1981 da Editora Universidade de Brasília¹⁰.

No catálogo pesquisei por “Exp.,” que marca a linha do expositor. Anotei os nomes de 110 expositores individuais. Um dos que tiveram mais peças expostas foi Antônia R. [Rosa] de Carvalho, apresentada em *O Bibliófilo Aprendiz* como “D. Ana R. de Carvalho”¹¹. Antônia R. [Rosa] de Carvalho e Joana T. [Teresa] de Carvalho, com 408 e 231 itens, colocavam-se, na contagem que fiz, atrás do imperador e do grande “juntador” que foi Ramos Paz, como o classificara Rubens Borba. Quem eram elas?

O Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Bibliotheca Nacional explica que João Antônio Alves de Carvalho era “coleccionador e bibliófilo”, tendo participado, “através de suas representantes, Joana Antônia [sic] de Carvalho e Antônia de Carvalho, da Exposição de História do Brasil (1881) com inúmeros documentos históricos que, mais tarde, vieram a integrar o acervo da Divisão de Manuscritos”¹², reconhecendo, portanto, que as duas senhoras tinham representado o bibliófilo

7 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. 13, p. 132, 1850.

8 Houve erros na numeração dos itens. O 554 recuou para 454, e o 19288 saltou para 19303, ocorrendo, no cômputo final, um acréscimo de 85 itens, chegando-se ao total de 20422 livros e outros impressos, manuscritos, mapas, moedas, medalhas, vistas e paisagens, retratos, estátuas e pinturas. Paul Otlet, em 1934, disse que documento é a “representação da realidade em forma literária (o *biblion*, o escrito, o texto), gráfica ou plástica (o ícone, a imagem)” (*Tratado de Documentação*, Brasília, Briquet de Lemos, 2018, p. 580).

9 Sobre a exposição e seu curador, ver Ana Paula Sampaio Caldeira, *O Bibliotecário Perfeito: O Historiador Ramiz Galvão na Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 188-226, 2015 (Tese de Doutorado em História). Em livro: Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, p. 390.

10 José Honório Rodrigues, na introdução dessa edição, disse que o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba e William Berrien, deixava a desejar e que “nem continuou, nem completou, nem seguiu o empenho do catálogo deixado para a posteridade por Ramiz Galvão”. Supérfluo dizer que José Honório e Rubens Borba não se bicavam, desde os tempos da Bibliotheca Nacional. Na versão do Senado (1998), Otaciano Nogueira manteve o texto de José Honório, com a correção, necessária e diplomática, ao reconhecer o *Manual Bibliográfico* como um “esforço admirável”.

11 Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 5. ed., p. 144.

12 Eliane Perez (org.), *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, p. 149.

na exposição. Joana Teresa, não Joana Antônia, e Antônia Rosa eram irmãs de João Antônio, e o *Guia de Coleções* não fala do motivo de elas terem representado o irmão, bibliófilo conceituado. Um dos irmãos, Henrique Antônio, citado por Vale Cabral¹³ e por Almeida Nogueira como bibliófilo¹⁴, foi adido na embaixada brasileira em Assunção, e outro, José Antônio, foi cônsul-geral do Paraguai no Rio de Janeiro¹⁵. Há notícias de que Antônia era harpista e se apresentava em recitais; do inventário dela constam “uma harpa, mocho e estante”.

Podemos retroceder nossa história às primeiras décadas do século XIX. O avô do futuro bibliófilo João Antônio foi José Antônio Alves de Carvalho (1776-1850), imigrante português, atacadista de secos e molhados, “negociante opulentíssimo, estimado e respeitado”¹⁶. Uma filha casou-se com Luís Antônio Alves de Carvalho (irmão de José Antônio), que morreu em 1878, tido como negociante e capitalista “honrado e antigo”¹⁷. Viria a ser o pai do bibliófilo. Este nasceu no Rio em 1841. Antônia Rosa de Carvalho (1843-1891) e Joana Teresa Alves de Carvalho (1835-1896) são as irmãs mencionadas no catálogo da exposição. Antônia Rosa ficou solteira, e Joana, que se casou com José Caetano de Paiva Pereira Tavares, alterou o nome para Joana Teresa de Carvalho Tavares.

Em 1852, os rapazes estudavam no Liceu Comercial, na rua das Laranjeiras¹⁸. Dos três irmãos que ingressaram na Academia de Direito de São Paulo, parece que Henrique Antônio foi o único a se formar¹⁹, e está na lista de bacharéis de 1866²⁰. Desde cedo os filhos assumiram os negócios do pai, que, pelas categorias ocupacionais do censo de 1870, o colocariam como comerciante, capitalista e proprietário. João Antônio fez parte do conselho de jurados da Corte, atividade não remunerada, mas que dava prestígio e acesso aos círculos do poder²¹.

13 “Diccionario Bibliographico Brasileiro”, *Gazeta Litteraria*, ano 1, n. 14, p. 280. No catálogo da exposição citam-se como dele as peças 906 e 12 905.

14 José Luís de Almeida Nogueira, *Academia de S. Paulo: Tradições e Reminiscências. Segunda Série*, São Paulo, Vanorden, p. 229: “Estudante regular e rico. Tinha uma rica e escolhida biblioteca, cujos volumes eram todos de encadernação vermelha. Era um bibliófilo, muito preocupado, também, pela estética das suas estantes”.

15 *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, p. 190, 1873.

16 Necrológio no *Jornal do Commercio*, p. 2, 18 de maio de 1850.

17 “Faleceu o velho negociante e capitalista [...] Luís Antônio Alves de Carvalho” (*A Provincia de São Paulo*, p. 1, 13 jun. 1878). “Faleceu na Chácara Cochrane, na Tijuca, às 10 horas da manhã de ontem, o honrado e antigo negociante [...] o Sr. Luís Antônio Alves de Carvalho” (*Jornal do Commercio*, 11 jun. 1878, Rio de Janeiro).

18 *Jornal do Commercio*, p. 3, 19 dez. 1852, Rio de Janeiro.

19 *Dissertações de Alumnos da Faculdade de Direito*, São Paulo, Faculdade de Direito de São Paulo, 1857, vol. 30, 1859, e vol. 88, 1863. [Manuscrito na Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.]

20 Júlio Joaquim Gonçalves Maia, “Lista Geral dos Bacharéis e Doutores Formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentos e Directores Effectivos até 1900”, *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, vol. 8, p. 242, 1900.

21 Cândido de Oliveira Filho, *A Reforma do Jury*, Rio de Janeiro, pp. 18-19, *apud* Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, 2. ed., São Paulo, Alfa-Ômega, pp. 210-211.

Com 33 anos, era reconhecido como colecionista importante por Vale Cabral: “[...] indo eu ontem visitar a copiosa e magnífica coleção de livros relativos ao Brasil pertencente ao Sr. Dr. João Antônio Alves de Carvalho [...] fui surpreendido deparando nesta coleção com uma outra edição do livro de Nuno Marques Pereira!”²²; um “dos nossos mais insignes bibliófilos”²³. Para José Alexandre Teixeira de Melo, “grande amador de livros e de delicado tato para os escolher”²⁴. Para Luís Francisco da Veiga, um dos expositores de 1871, a biblioteca de João Antônio era “opulentíssima de livros e manuscritos brasileiros ou sobre o Brasil [...] (um precioso tesouro)”²⁵.

Em 9 de junho de 1875, Ramiz Galvão enviou ofício ao ministro dos Negócios do Império, solicitando a compra de manuscritos (a “coleção Carvalho”) para a Biblioteca Nacional. A “relação sumária” desses manuscritos tem 43 páginas, é datada de 1886 e relaciona 417 títulos²⁶.

Em 1877, com 32 anos, era solteiro, negociante, e residia na rua do Catete, 182, com renda de seis mil-réis²⁷. Nesse ano vendeu de sua biblioteca 2 889 obras em 3 532 volumes e 1 139 folhetos, que talvez tenha sido a primeira transação com a Biblioteca Nacional, e mais 84 títulos impressos²⁸. Em 1879, vendeu a *Mémoire sur le Brésil*, de Langsdorff (Paris, Denugon, 1820, p. 20), e, em 1883, 774 estampas, sendo 397 retratos, quase todos de brasileiros²⁹.

Vale Cabral registra que dos manuscritos que João Antônio possuía da *Viagem Filosófica*, de cinco ele havia feito cópias “por letra sua”. Os documentos da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira³⁰ e da Inconfidência Mineira reunidos por João Antônio são uma das mais importantes contribuições de um bibliófilo para nossa memória histórica e cultural.

Em dezembro de 1886 ocorreu a venda principal. O governo providenciou a doação extraordinária de 25 contos destinados à compra da “livraria do Dr. João Antônio Alves de Carvalho, grande amador de livros e de delicado tato para os escolher. Acompanhavam-na 401 mapas geográficos e inúmeros manuscritos de incontestável

22 *Diário do Rio de Janeiro*, n. 301, 31 out. 1874, e *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, 1875, p. 39.

23 Vale Cabral em *O Globo*, 1 mar. 1875, e *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, p. 37, 1875.

24 *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 19, p. 228, 1897.

25 *Diário de Pernambuco*, p. 8, 14 dez. 1877, conclusão em 16 dez. 1877, Recife.

26 Eliane Perez (org.), *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*, p. 153.

27 *Diário do Rio de Janeiro*, p. 2, 26 jan. 1877.

28 *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*, p. 150 e *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, 1877, p. 3.

29 *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 11, p. 583, 1883.

30 Alfredo do Vale Cabral e Alexandre Rodrigues Ferreira, “Notícia das Obras Manuscriptas e Inéditas Relativas á Viagem Philosophia [sic] do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas Capitánias do Grão-Pará, Rio-Negro, Matto-Grosso e Cuyabá. (1783-92)”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 3, pp. 54-67, 324-331, 1877. Importante contribuição para a epopeia da documentação da viagem filosófica encontra-se em Ângela Maria Vieira Domingues, “No Trilho da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira: Uma Breve História das suas Coleções e sua Disseminação”, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, vol. 16, n. 3, 2021.

valia”. O diretor da Biblioteca Nacional era José Alexandre Teixeira de Melo, um dos expositores de 1881. Para o ministro dos Negócios do Império tratava-se de uma “bela e rica coleção de manuscritos e impressos [...], a mais importante que no Brasil já possuíram particulares”³¹. A quantia seria paga a José Caetano de Paiva Pereira Tavares, marido de Joana Teresa de Carvalho Tavares, portanto, cunhado de João Antônio, e a Antônia Rosa de Carvalho. O contrato esclarecia que era a coleção que “possuía o Dr. João Antônio Alves de Carvalho, e *que passou a pertencer-lhes*”³². O pagamento de outra parcela foi autorizado em outubro de 1887³³. Em janeiro de 1888 saiu autorização do pagamento de seis contos e 250 mil-réis correspondentes ao resto da segunda e metade da terceira prestação da quantia de 25 contos “pela qual foi vendida a coleção de manuscritos e impressos que pertenceram ao *falecido* Dr. João Alves de Carvalho”³⁴. Em 1888, estava a ser concluída a classificação “dos livros de grande valor que pertenceram ao Dr. João Antônio Alves de Carvalho, os quais se acham em excelente estado de conservação. Esta importante coleção, comprada pela quantia de 25:000\$000, é de cerca de 10 000 exemplares”³⁵.

Para *L'Étoile du Sud*, quinzenário carioca, eram “vários milhares de documentos”, englobando “mil mapas e seis mil documentos originais sobre a história e a geografia do Brasil”³⁶, notícia também veiculada por *The Rio News*³⁷. Em 1893, nova compra de 67 títulos (impressos, manuscritos, estampas e mapas). Dessa compra o diretor exaltava uma obra “raríssima e de elevado custo”, o *Vocabulario de la Lengua Guarani*, de Ruiz de Montoya, impresso em 1722, em Santa María La Mayor³⁸.

Na Biblioteca Nacional há manuscritos catalogados como da autoria de João Antônio: um “catálogo corográfico do Império do Brasil”, de 1867, 113 páginas, e uma “dissertação sobre fatos da história do Brasil: guerra de Pernambuco, tratado de paz de Portugal com a Espanha e a Holanda, povoação interior do Brasil, ataque francês ao Rio de Janeiro”, seis folhas, sem data. Consta um manuscrito de seu tempo de aluno do Liceu Comercial, “exercícios de caligrafia”, de 3 a 28 de setembro de 1852, com seis páginas. E cartas de Antônio Pereira Pinto, sobre discursos de políticos, e de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, restituindo manuscrito de José Custódio de Sá Faria.

Em julho de 1882, com 41 anos, João Antônio casou-se com Maria Leopoldina de Bastos Varela, natural da Bahia. Era o ano seguinte ao da exposição, cujo catálogo

31 *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p. 72; *Gazeta de Notícias*, p. 1, 29 out. 1886.

32 *Gazeta de Notícias*, p. 1, 24 dez. 1886, Rio de Janeiro; grifo meu.

33 *Gazeta de Notícias*, p. 1, 22 out. 1887, Rio de Janeiro.

34 *A Época*, p. 1, 14 jan. 1888, Rio de Janeiro. Também em *Cidade do Rio*, p. 2, 13 jan. 1888, Rio de Janeiro; grifo meu.

35 *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*, Imprensa Nacional, 1889, pp. 70 e 172, Rio de Janeiro.

36 *L'Étoile du Sud*, ano 6, n. 105, p. 2, déc.-jan. 1887, Rio de Janeiro.

37 “The Minister of Empire Has Authorized the Librarian of the National Library to Purchase the Manuscripts, etc., Belonging to the Late Dr. João Antonio Alves de Carvalho. The Price is 25.000\$”, *The Rio News*, p. 4, 5 nov. 1886.

38 *Relatório da Bibliotheca Nacional* [de 1894], p. 16.

ficou carente da informação sobre a propriedade dos tesouros que cedera para o sucesso do grande evento. Em 11 de abril de 1890 seu nome ainda estava no *Jornal do Commercio* como membro do conselho de jurados. Em 8 de setembro de 1891, o casal, irmãos e cunhados convidaram para a missa de sétimo dia da morte de Antônia Rosa de Carvalho³⁹. O que põe em dúvida as notícias anteriores que o davam como morto. É provável que sua morte tenha ocorrido depois de 1891, pois, nesse ano, em 2 de setembro, ele entregou ao cartório o testamento da irmã Antônia Rosa, falecida na véspera. E, em 7 de agosto de 1893, conforme registro n. 825 da 4ª Circunscrição do Rio de Janeiro, ali esteve “o Dr. João Antônio Alves de Carvalho, morador à rua Correia Dutra, número três” para declarar o nascimento de uma criança, natimorta, filha provavelmente de uma criada.

Em 1883, Garnier cedeu a Jerônimo Teixeira Boavista⁴⁰ uma dívida contraída por João Antônio. Diante da inadimplência, o cessionário entrou com ação de execução, que implicou a penhora de bens do casal⁴¹. Isso aconteceu passados quatorze anos de uma ação impetrada por Garnier, um dos livreiros de João Antônio Alves de Carvalho. Em 30 de julho de 1869, a segunda vara comercial do Rio publicou esta notificação: “Ação de dez dias. A B. L. Garnier, Sr. Dr. João Antonio Alves de Carvalho. Condenado o réu”⁴².

Em testamento, de 1890, Antônia Rosa deixou todos os bens à irmã Joana Teresa. Aos demais irmãos deixou um legado de duzentos mil-réis a serem pagos ao longo de seis anos. Nenhum livro aparece no inventário⁴³. A venda em 1886 da livraria, no valor de 25 contos, teria sido uma forma de obter dinheiro para pagar a dívida com B. L. Garnier e preservar o patrimônio imobiliário? Qual processo teria sido adotado para que os livros não fossem penhorados?

Tempos de esplendor e tempos de desesperança. As crises da monarquia, da Guerra do Paraguai, passando pela seca de 1877 até o Encilhamento, levaram à situação descrita por José Caetano, cunhado de João Antônio, em petição de 19 de março de 1892:

[...] considerando o estado grave da crise comercial por que estamos passando a ponto de vários estabelecimentos bancários não poderem continuar e serem forçados à liquidação, acarretando consequências desastrosas que não é possível calcular e prever, pois nem mais descontam, correndo iminente perigo os dinheiros depositados, pois

39 *Jornal do Commercio*, p. 5, 8 set. 1891.

40 Jerônimo Teixeira Boavista (1841-1922), português, comerciante e capitalista. Seu filho Alberto Teixeira Boavista (1881-1940) fundou, em 1924, com Tomás Óscar Pinto da Cunha Saavedra, terceiro barão de Saavedra, a Casa Bancária Boavista, que se tornou em 1927 o Banco Boavista, do qual o neto, Roberto Teixeira Boavista, foi presidente.

41 *Jornal do Commercio*, p. 3, 25 jun. 1883; p. 4, 12 jul. 1883; e p. 4, 27 ago. 1883.

42 *Jornal do Commercio*, p. 4, 3 ago. 1869.

43 “Inventário de Antônia Rosa de Carvalho (f), Inventariante Dr. José Caetano de Paiva Pereira Tavares”, f. 11, 12-24, *passim*. No arquivo do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, Provedoria e Resíduos, n. 531. 1908.

estamos ameaçados de uma catástrofe pior de quantas têm havido, quer por isso a bem de seus direitos e interesses levantar do Banco de Depósitos e Descontos a quantia que aí tem do dito espólio [...].

O inventário dos bens dele, como herdeiro universal da família Alves de Carvalho, alcançou mais de 389 contos, em abril de 1900. Em 1901, o inventário da falência de João Antônio Alves de Carvalho, do qual era inventariante a viúva Maria Leopoldina Varela de Carvalho, teve o julgamento convertido em diligência⁴⁴. A partir daí perdi o rastro de João Antônio. Dele nem mesmo ficou anúncio fúnebre, como os de Henrique Antônio, em 1886, e Antônia Rosa, em 1891⁴⁵.

Em 1908, os bens foram a leilão⁴⁶. Como epílogo, “o velho casarão da família Alves de Carvalho” foi demolido para dar lugar, na década de 1960, à sede da revista *Manchete*⁴⁷. Hoje, um edifício de salas comerciais.

CONCLUSÃO

Essa é uma história em aberto. Como costumam ser histórias que envolvem fortunas, heranças, paixões e loucuras, mesmo mansas, como a bibliofilia. Caberá a cada um abrir outras indagações e chegar a conclusões que pareçam mais apropriadas. Arrisco-me apenas a concluir que, se não fossem as atividades de nossos bibliófilos, que vão dos temas e motivos mais recônditos e extravagantes aos mais triviais e corriqueiros, de manuscritos inéditos e *ex-libris* a folhetos de cordel e histórias em quadrinhos, o patrimônio bibliográfico brasileiro estaria bastante mutilado. Mesmo que, às vezes, desse esforço tenham resultado perdas de outros bens, como aqueles que exibem mais concretude, porém sem a perene subjetividade das criações da mente.

Observação

Dados biográficos coligidos na Hemeroteca Digital Brasileira e em registros cartoriais e paroquiais na base FamilySearch. Estão à disposição dos interessados as listas dos expositores individuais da Exposição de História do Brasil de 1881 e das peças expostas por Antônia Rosa e Joana Alves de Carvalho.

⁴⁴ *Jornal do Brasil*, p. 4, 20 set. 1901.

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, p. 4, 13 nov. 1886; e 8 set. 1891.

⁴⁶ *Idem, ibidem; Inventário de Joana Teresa de Carvalho*, inventariante Herculano Marcos Inglês de Sousa, f. 59, *passim*. Se, em 1860, segundo se estima, um conto de réis equivaleria hoje a cerca de R\$ 120 000,00, pode-se supor, que estamos falando de algo em torno de 46 milhões de reais de 2023.

⁴⁷ Carlos G. Rheingantz, “Um Passeio no Rio Antigo”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. 281, p. 124, 1968.





Bibliofilia e Sua Recíproca

Carlos Augusto Calil

Universidade de São Paulo

95

José Mindlin fez da bibliofilia sua razão de vida. Com paciência e orgulho de caçador, ele exibía pessoalmente ao visitante de sua casa os troféus conquistados na busca interminável pela raridade perseguida nos sebos e buquinistas do país e do exterior. Como dissesse que queria morar numa livraria, transformou sua casa numa livraria particular, dotada do equipamento necessário à máquina de morar.

Possivelmente terá sido o mais bem-sucedido entre os bibliófilos brasileiros, pois não apenas reuniu uma coleção excepcional pela qualidade e quantidade, como soube dar um destino à altura da biblioteca, impedindo a dispersão dos livros ou sua incorporação seletiva a outro conjunto.

O edifício que ele fez construir na Cidade Universitária especialmente para abrigar seus preciosos exemplares é suntuoso e adequado à conservação e à pesquisa, além de portador de valores relevantes no mobiliário escolhido entre o melhor que o *design* brasileiro produziu. Conteúdo e continente se completam e se beneficiam mutuamente numa combinação rara entre as instituições públicas. A passagem do privado ao público se deu sem perda da identidade peculiar do colecionador.

Imprimiu ele marca de autoria em uma atividade geralmente considerada manifestação voluntariosa de posse e desfrute solitário. E o lema que escolheu para o seu *ex-libris* - *Je ne fay rien sans Gayeté* - “Nada faço sem Alegria”, na escrita quincentista de Montaigne, embalou o legado valioso em tonalidade existencial, aliviando a tarefa obsessiva.

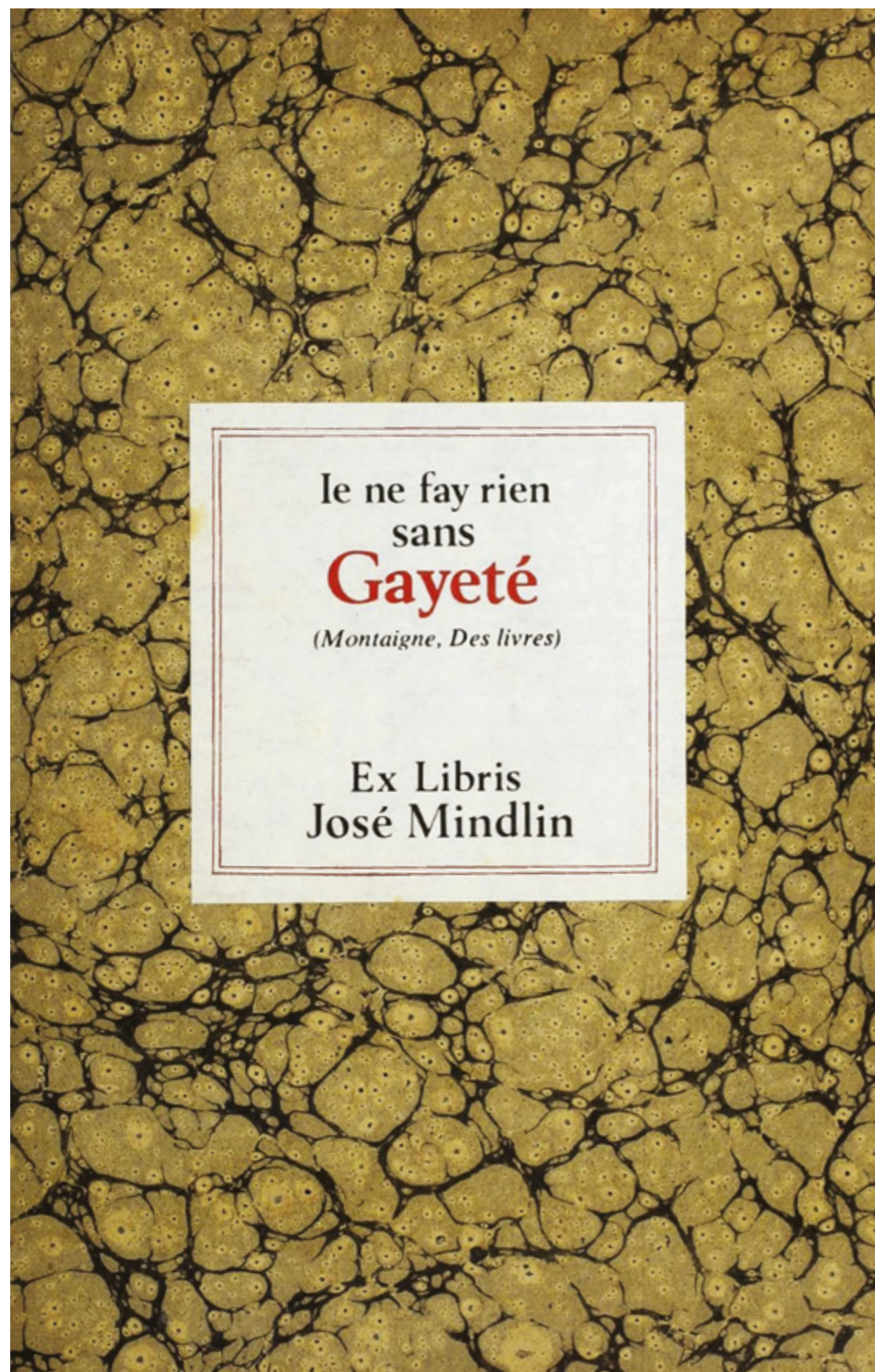


FIG. 1. Imagem do Ex-libris de Mindlin presente no livro *Quincas Borba*, de Machado de Assis. ACERVO BBM

Nessa jornada, José Mindlin contou com a colaboração inabalável de Guita Mindlin – como ele, amorosa dos livros dos quais cuidava com ciência clínica; sem o fervor compartilhado pelo casal, nem Brasileira e nem prédio ambicioso teriam sido erguidos.

Mindlin recebeu estímulo decisivo de um grande bibliófilo que o antecedeu – Rubens Borba de Moraes – introdutor da Biblioteconomia no Brasil, ele mesmo colecionador de mancha, que doou seu patrimônio para dar contorno definitivo ao acervo. Sem herdeiros diretos, RBM pôde encaminhar essa Brasileira notável ao encontro da Coleção Mindlin, o que a valorizou sobremaneira.

Rubens Borba de Moraes era amigo de infância de Mário de Andrade. Com ele, participou da Semana de Arte Moderna, num papel secundário, e a parceria se reanimou quando ambos foram recrutados por Paulo Duarte para a implantação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, em 1935, na administração do prefeito Fábio Prado. Os dois foram responsáveis pela consolidação da Biblioteca Municipal – hoje Biblioteca Mário de Andrade – pelo seu novo prédio em estilo *art déco*, construído na rua da Consolação; pela Biblioteca Circulante, assentada em furgões que estacionavam nos parques públicos; pela primeira biblioteca infantil e pelo planejamento da rede de bibliotecas de bairros.

O autogolpe do Estado Novo conduzido por Getúlio Vargas removeu o prefeito Fábio Prado, substituído pelo professor da Escola Politécnica, o urbanista Prestes Maia. Conservador, de gosto acadêmico e antimodernista, o novo titular do governo da cidade pouca atenção dava à pauta da Cultura, obcecado pela implantação das avenidas de fundo de vale. Interveio reiteradamente no projeto da Biblioteca Municipal, removendo uma segunda torre de guarda de livros, por considerá-la desnecessária, impingindo um pórtico neoclássico fora de escala ao volume geométrico do edifício, que considerava de mau gosto. A tudo isso Rubens Borba de Moraes aturou pacientemente.

Quando Prestes Maia determinou que o *hall* da biblioteca iria abrigar a escultura de uma jovem beldade paulistana – Maria de Lourdes Teixeira da Fonseca, a Lalucha – com um livro nas mãos, representando a Leitura, RBM preparou o revide. Perguntado pelo prefeito qual a epígrafe que saudaria o leitor na entrada desse museu do livro, o diretor saiu-se com o famoso dístico de Dante Alighieri, retirado do “Inferno” de *A Divina Comédia*: “Lasciate ogni speranza voi ch’entrate” (“Abandonai qualquer esperança, vós que entraís”). Foi enfim demitido da direção e obteve a alforria da burocracia municipal¹.

Metódico, objetivo, dotado de espírito científico, planejador de instituições, Rubens Borba de Moraes, o modesto autor de *O Bibliófilo Aprendiz*, foi bibliógrafo, professor, diretor de bibliotecas importantes que ajudou a implantar, como a mencionada Biblioteca Municipal de São Paulo e a Biblioteca das Nações Unidas.

¹ Rubens Borba de Moraes, “Humor e Política na Herança da Semana, Depoimento a Antônio Gonçalves Filho”, *Banco de Dados da Folha*, fev. 1982, São Paulo.

Mário de Andrade era assumidamente bibliófilo, colecionava primeiras edições raras de obras sobre o Brasil e edições de luxo, em papéis especiais e ilustradas por grandes gravadores. Citava entre seus trunfos: a primeira edição da ópera *Il Guarany*, a *Reise in Brasilien* (Fig. 2), de Spix e Martius, a *Voyage Pittoresque dans le Brésil*, de Rugendas (e alguns desenhos originais dele). Dos contemporâneos, preferia as edições de luxo francesas: *Les Algues* (ilustradas por Aleiev); *Siegfried et le Limousin*, de Giraudoux; *Bouddha Vivant*, de Paul Morand, *Les Villes Tentaculaires*, de Verhaeren (com ilustrações de Brangwyn); *Um Amor de Swann* (águas-fortes de Laprade), que considerava uma obra-prima de edição. Tinha ainda livros com gravuras de Picasso, Léger, De Chirico, Dunoyer, Segonzac. Seus papéis preferidos eram o Madagáscar e o Holanda da casa Pannekoek². Vivia endividado com as compras feitas além de suas posses. A biblioteca de Mário continha dezessete mil volumes distribuídos entre artes, literatura, música, história, psicologia, ciências sociais, livros-objeto, livros de arte e de arte gráfica³.

Mário de Andrade tinha o hábito inusual de sempre dispor de dois exemplares quando o livro era autografado. Em carta de 27 de setembro de 1936, dizia ele a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Ainda não recebi seu livro de contos [*Velórios*] que provavelmente chegará hoje. Mas lhe previno com toda a mais despudorada franqueza que não lerei o exemplar e que se a edição não for posta à venda aqui, você terá de me mandar outro, sem dedicatória pra eu ler. Não corto os livros com dedicatórias que prezo, compro outro exemplar pra cortar e ler. E assim farei com o de você⁴.

Paulo Prado possuía livros raros. Blaise Cendrars, em *Bourlinguer* (1948), evoca a Livraria Americana, de Chadenat, no *Quai des Grands Augustins*, em Paris, que Paulo conheceu por influência do tio Eduardo Prado e onde muitas vezes flagrara o chanceler Barão do Rio Branco, enfiado numa atmosfera de fumaça, buscando localizar mapas que melhor determinassem os limites naturais do Brasil. Graças a esse empenho, o Barão venceu todas as disputas internacionais em que o país se envolveu⁵.

Sem a tutela do tio, Paulo Prado voltou à Americana para garimpar exemplares da Brasileira que publicaria com Capistrano de Abreu: a Coleção Para Melhor se Conhecer o Brasil, que lançou edição fac-similar do livro do capuchinho Claude D'Abbeville, a *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*, o *Diário de Navegação de Pero Lopes* etc. Em Londres, visitava regularmente a livraria dos

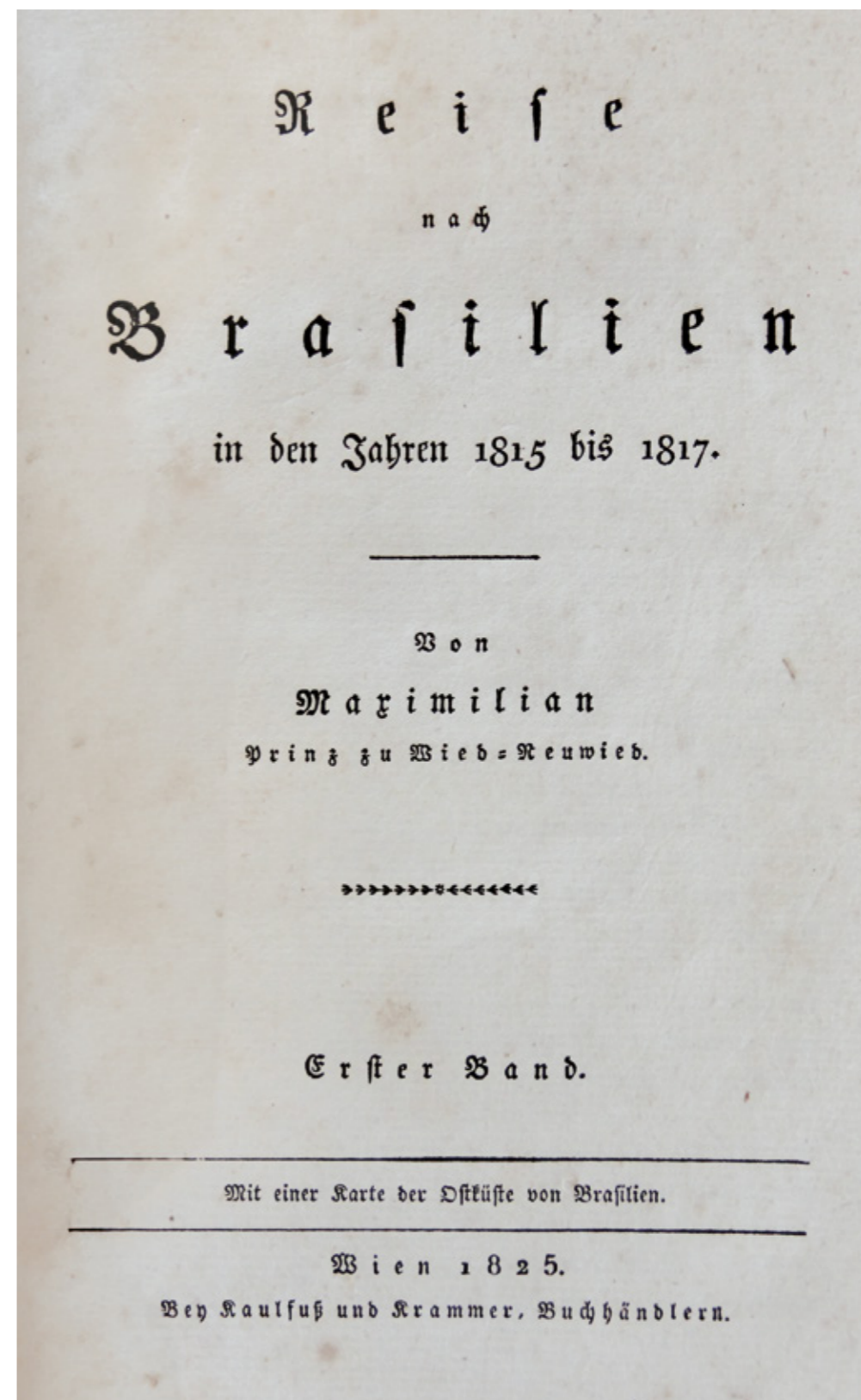
2 Mário de Andrade, "1933 - Resposta ao Inquérito Sobre Mim pra Macaulay", em Telê Porto Ancora Lopez (org.), *Entrevistas e Depoimentos*, p. 39.

3 Mário de Andrade, Marta Rossetti Batista (org.), *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, p. 22.

4 Mário de Andrade, *Cartas de Trabalho*, Lélia Coelho Frota (org.), p. 64.

5 Blaise Cendrars, *Bourlinguer, Obras Completas*, p. 362 e ss.

FIG. 2. Folha de rosto de *Reise in Brasilien*.
ACERVO BBM



Maggs Bros., na Conduit Street, onde acabou por adquirir a carta autógrafa de Anchieta, de 1579. Apesar do custo reduzido, “duzentas libras, o valor de trinta sacas de café”, Paulo Prado encetou uma campanha pública para sensibilizar os fazendeiros ricos seus parentes a participarem da empreitada cívica: “É o documento de família que dá à cidade moderna o atestado de longa ascendência...” A carta acabou doada ao Museu Paulista⁶.

Segundo Sérgio Milliet,

Paulo Prado nunca foi um bibliófilo. Era um leitor apaixonado que gostava de ler seus livros prediletos em belas e boas edições. Como sabia escolher suas leituras, deixou uma biblioteca pequena, mas excelente (hoje incorporada à Biblioteca Municipal). Nunca comprou livros pelo prazer quase patológico, dos bibliófilos ortodoxos, de manuseá-los e contemplá-los apenas, sem os ler. Não é esse, evidentemente, o caso do erudito historiador Yan de Almeida Prado⁷.

João Fernando de Almeida Prado (Yan), outro modernista de primeira hora, tornou-se um bibliófilo militante, cuja obra muito se beneficiou desse seu empenho. Bibliófilos ou não, estiveram envolvidos com livros raros Rubens Borba de Moraes, Mário de Andrade, Paulo Prado, Sérgio Milliet, Yan de Almeida Prado, pelo menos, o que acaba por sugerir um novo tema de pesquisa a ser estimulado na universidade: o fascínio exercido nos modernistas pelos livros antigos.

O belo edifício da Biblioteca Brasileira no *campus* da USP tem duas alas. Numa habita a Biblioteca Guita e José Mindlin, que inclui a de Rubens Borba de Moraes; na outra, a Biblioteca do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros – que abriga as coleções de Mário de Andrade e de Yan de Almeida Prado, entre outras. Graças a José e Guita Mindlin, a privilegiada Universidade de São Paulo acabou por reunir num mesmo local as bibliotecas raras dos modernistas.

Outro gênero de bibliófilo é o leitor. Pouco lembrados pelas políticas públicas, os leitores das bibliotecas aguardam a chegada dos livros novos com sofreguidão. Assim foi em 2001, no Centro Cultural São Paulo, cujos usuários durante oito anos não vislumbraram um único título novo. Quando exemplares doados pelas editoras chegaram, o público silenciosamente correu à mesa que os expunha. De posse de um livro, cada leitor passou a devorá-lo ali mesmo.

O projeto dos ônibus-biblioteca, criado por Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade na prefeitura de São Paulo em 1935, durou até 1942. Foi retomado em 1979, 1989, 1991 e 2008. O espírito da iniciativa continuava o mesmo na formulação de Mário de Andrade: “em vez de esperar pelo público, vai [a biblioteca circulante] em busca do seu público onde estiver”. Estacionados inicialmente nos parques

⁶ Paulo Prado, “Uma Carta de Anchieta”, em Carlos Augusto Calil (org.), *Paulística etc.*, pp. 262-269.

⁷ Sérgio Milliet, “Cendrars e Paulo Prado”, *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 1954, em Alexandre Eulalio e Carlos Augusto Calil, *A Aventura Brasileira de Blaise Cendrars*, São Paulo, Perspectiva, 2001, pp. 452-453.

públicos, os furgões carregados de livros proporcionavam uma “leitura imediata, dando ao *far-niente* uma orientação cultural”⁸.

Em 2008 o projeto foi agraciado com o Prêmio Viva Leitura, oferecido pela Fundação Santillana. Em 2012, a frota da Secretaria Municipal de Cultura já contava com doze ônibus amarelos circulando pela cidade, transportando quatro mil volumes cada um, alcançando 72 pontos da periferia da cidade destituídos de oferta de livros, visitados semanalmente. Esse serviço público beneficiava 330 mil leitores por ano, que retiravam cerca de quinhentos mil livros e os devolviam no prazo de quinze dias⁹. Em 2015, o serviço foi desativado e nunca mais retomado.

Recentemente uma faceta inesperada do amor dos livros foi revelada. Antonio Candido, no autonecrológio “O Pranto dos Livros”, redigido em 1997, imagina a recíproca sentimental da bibliofilia. O seu corpo já sem vida aguarda no caixão a combustão que o reduzirá às cinzas no crematório. Num último esforço de consciência – consciência de defunto – ele pensa nos livros de sua biblioteca que

[...] não de chorar lágrimas invisíveis de papel e de tinta, de cartonagem e percalina, de couro de porco e pelica, de couro da Rússia e marroquim, de pergaminho e pano. Será o pranto mudo dos livros pelo amigo que os amou desde menino¹⁰.

Para consolo do frágil humano, leitor bibliófilo, que desaparece, os livros “de algum modo viverão para sempre”.

⁸ Mário de Andrade, *Me Esqueci Completamente de Mim, Sou um Departamento de Cultura*, org. Flávio Rodrigo Penteadó e Carlos Augusto Calil, São Paulo, Imprensa Oficial, p. 124

⁹ Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. *Bibliotecas Públicas, Ações, Processos e Perspectivas*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, pp. 48-49.

¹⁰ Antonio Candido, “O Pranto dos Livros”, *Piauí*, n. 145, pp. 50-51, out. 2018. Texto escrito em 17 jan. 1997.



O Problema das Bibliotecas Brasileiras¹

Rubens Borba de Moraes

Bibliófilo, bibliógrafo, bibliotecário e ensaísta

103

O meu temperamento de provinciano, avesso a falar e a escrever, mais habituado a agir, quase me fez recusar o convite da Casa do Estudante para fazer esta conferência. “Deitar falação”, numa hora em que o mundo está agindo, só agindo (e tão tragicamente), pareceu-me, a princípio, coisa fútil e desnecessária. Pensando melhor, entretanto, convenci-me de que o fato de estudantes convidarem um simples bibliotecário a dizer-lhes o que pensa sobre bibliotecas é por demais significativo, é como que um índice de quanto esse grave problema preocupa a todos, neste momento.

Não pude, por isso, furtar-me ao convite de vir aqui dizer o que penso, como bibliotecário, sobre a situação atual das nossas bibliotecas. Não vim como um mágico, ou como um curandeiro, trazendo uma fórmula que irá curar todos os males rapidamente. Nem trouxe comigo projetos para resolver problemas no papel. O que pretendo, repito, é simplesmente dizer o que penso como bibliotecário. Falarei sinceramente. Poderei parecer rude e até inábil. Contudo, há verdades que precisam ser ditas, embora quem as diga fique passando por malcriado e intrometido.

¹ Conferência lida no salão de conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 23 de setembro de 1943.

O descaso em que vivem as nossas bibliotecas resulta certamente do fato de não existir, ainda, no brasileiro uma “mentalidade bibliotecária”. Só há muito pouco tempo o problema entrou nas cogitações de nossa gente. Só agora que governo, estudantes, intelectuais, professores e até o “homem da rua” começam a ter consciência da utilidade das bibliotecas. Essa consciência está se fortalecendo, felizmente, o que me leva a crer que a primeira fase da luta pelas bibliotecas está terminando, entre nós. Ninguém mais, de boa-fé, discute a necessidade delas. Há, é verdade, muita confusão, muita ideia falsa, muito conceito errado. Tudo isso é normal. A própria noção da utilidade das bibliotecas progrediu muito devagar através dos tempos.

A MENTALIDADE DO SÉCULO XIX

As bibliotecas públicas são velhas como o mundo. Existiram no tempo de Roma, proliferaram na Renascença. Mas foi, sobretudo, no século XIX que elas se desenvolveram. As ideias democráticas e o choque das ideologias políticas, em meados do século passado, não podiam deixar de se refletir nas bibliotecas. Nessa época, o burguês rico, imbuído de filantropia, com dó dos pobres, não podia deixar de se condoer com a falta de “pão espiritual” em que vivia o trabalhador. Este e outros chavões passaram a constituir uma espécie de propaganda, cujo *slogan* mais em voga era: “Abrir uma biblioteca é como fechar uma prisão”.

Foi o tempo das chamadas bibliotecas populares. Todo o mundo parecia convencido da necessidade de ilustrar o operário, evitando, ao mesmo tempo, que ele se corrompesse com leituras perigosas. Dentro desse espírito, abriram-se bibliotecas públicas por toda parte da Europa. Bibliotecas, note-se bem, cheias de livros de vulgarização científica, romances históricos, clássicos dos que são tidos como boa leitura, manuais de instrução técnica e profissional. Bibliotecas, em suma, munidas de obras escolhidas, “ao alcance do povo”, que a nata intelectual julgava destinadas a instruir ou divertir os operários.

Entretanto, na América, onde jamais existiu uma aristocracia verdadeiramente tradicional, como na Europa, encarou-se o problema de forma muito diversa. Paralelamente ao movimento europeu das bibliotecas populares, desenvolveu-se nos Estados Unidos um movimento bibliotecário, não encabeçado por uma elite humanitária, mas organizado espontaneamente pelo povo. A sua criação não partia de uma aristocracia querendo socorrer um proletariado ignorante, mas do próprio povo, que sentia necessidade de instruir-se, de adquirir uma cultura por meio da qual poderia subir socialmente. As bibliotecas americanas surgiram, como as escolas, não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criadas pelo próprio povo, ávido de leitura, persuadido de que estava adquirindo um instrumento indispensável para a luta pela vida.

As bibliotecas americanas nasciam, pois, sem o erro básico das europeias: a separação de bibliotecas para o povo e bibliotecas para as elites. Elas não eram, ali, doadas por uma classe como uma esmola à outra classe menos favorecida.

Surgiam, como disse, de uma necessidade imprescindível, tal qual o serviço de águas e esgotos ou a luz elétrica em todas as casas. Resultado: enquanto as bibliotecas populares fracassavam na Europa, as bibliotecas *tout court* tomavam um impulso extraordinário na América. E por quê?

Porque nunca houve, nos Estados Unidos, a mentalidade bibliotecária que chamei de humanitária. Uma anedota ilustra muito bem o que quero dizer e mostra o quanto é inconsistente o conceito humanitário em matéria de bibliotecas.

Hoover, o famoso chefe dos “G-Men”, no livro que escreveu sobre os gângsteres, narra um curioso expediente de que se serviu, durante largo tempo, um dos mais famosos salteadores de bancos dos Estados Unidos. Esse cidadão dava os seus assaltos justamente nos dias em que a caixa estava mais abarrotada de dinheiro. Preso, a polícia perguntou ao criminoso como ele conseguia estar sempre tão bem-informado.

– Muito simples – respondeu. – Antes de cada assalto, tinha o cuidado de consultar o balanço dos bancos, no boletim diário da Associação Comercial. Preparo os meus assaltos na biblioteca.

Esta pequena anedota destrói por completo o *slogan* humanitário do século XIX.

Hoje em dia, abrir uma biblioteca não é mais fechar uma prisão. A biblioteca deixou de ser um “hospital de almas” para se tornar simplesmente uma oficina de trabalho, que pode ser utilizada por qualquer cidadão, indiferentemente, até por gângsteres...

É por esta e por outras que penso ser inútil, contraproducente mesmo, fazer propaganda de bibliotecas no sentido de querer com elas, e somente com elas, melhorar a sorte da humanidade.

Na verdade, não devemos discutir mais a necessidade ou não das bibliotecas, como nos longínquos tempos do século XIX. Escrever, falar, discutir sobre a importância e a utilidade das bibliotecas é mastigar verdades à *La Palisse*. Numa palavra, o que precisamos é criar e organizar bibliotecas modernas, equipadas para atender não somente ao povo ou às elites, mas a todo cidadão.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Deixando para trás o ponto pacífico da discussão da importância das bibliotecas, façamos um pequeno histórico do problema no Brasil. Até princípios do século passado, ou, para ser mais exato, até a chegada da família real portuguesa em 1808, as únicas bibliotecas que existiam na Colônia eram as dos conventos. Algumas delas, como as da Ordem Beneditina, eram bastante ricas. As dos jesuítas dispersaram-se após a expulsão dos padres da Companhia, ordenada por Pombal. Como na Europa da Idade Média, foi o convento quem nos ensinou a ler e a estudar. Fora do mundo religioso, esses livros não circulavam e, como na Idade Média, fora dos conventos não havia livros. É verdade que alguns letrados ricos, formados em Coimbra, traziam à terra algumas obras. Mas eram raríssimos.

Com o príncipe regente, porém, vem de Lisboa a célebre coleção de Diogo Barbosa Machado, a qual serviu, como se sabe, de ponto de partida para a Biblioteca Nacional dos nossos dias. Na Bahia, em 1811, o Conde dos Arcos funda a primeira biblioteca pública. Três anos mais tarde, a Biblioteca Real, instalada no Rio de Janeiro, no Hospital dos Terceiros Carmelitas, abre as suas portas à população fluminense. E aqui termina o período medieval das bibliotecas brasileiras.

No Segundo Reinado, não escapamos à influência europeia das bibliotecas populares, que na América do Sul haveria de repercutir, entretanto, mais na Argentina que no Brasil. É a fase das bibliotecas dos liceus literários, das sociedades benéficas, dos gabinetes de leitura. Surge, então, um tipo interessante de benemérito das letras: o barão ou o fazendeiro que queria transformar a sua cidade natal num centro de cultura e de progresso.

Com o empobrecimento dessas cidades, decaem as suas bibliotecas. Ainda se encontram vestígios de algumas em cidades do interior brasileiro, principalmente em São Paulo e no Estado do Rio. Porém, todo esse esforço, resultante de uma época que findou e de uma classe que empobreceu, está hoje perdido. Muitas dessas bibliotecas já não existem mais. Do Gabinete de Leitura de Ubatuba, vi as ruínas do prédio próprio onde funcionou, e um catálogo impresso, faltando páginas, guardado como raridade bibliográfica (e não há dúvida que é), em mãos de um amador. No Estado do Rio veem-se, em algumas salas de prefeituras, restos de livros, representando o que foi outrora a biblioteca do lugar.

Mas se essas bibliotecas decaíram ou desapareceram, em compensação as diretamente sustentadas pelo governo foram crescendo pouco a pouco. A Nacional do Rio aumentou seu acervo com a aquisição de coleções particulares e também em virtude da lei que obriga todo editor a doar-lhe um exemplar de cada obra publicada. As dos ministérios e das faculdades estão adquirindo livros de vez em quando. As estaduais também cresceram. Mais por força das circunstâncias que por iniciativa direta dos respectivos governos.

Não existia, porém, o menor plano que pudesse canalizar uma continuidade de esforços. Todas elas levavam uma vidinha burocrática de repartição que não dá renda. Relegadas em prédios velhos, em salas escuras de secretarias, sem verba, sem pessoal, muitas delas não conseguiam nem sequer preservar o seu acervo. Os bichos as devoravam sossegadamente, sob as vistas de bibliotecários desanimados.

Se isso acontecia, não era por culpa de determinado governo ou pessoa, mas da mentalidade reinante. Biblioteca, nesse tempo, era considerada coisa sem importância, quase luxo. Ninguém via nas bibliotecas um instrumento de trabalho, indispensável a qualquer pessoa.

Essa mentalidade só agora é que se está modificando. Só hoje é que começamos a ter consciência da utilidade das bibliotecas.

Assim é que o panorama que se nos apresenta neste momento é de ruínas a restaurar. Mas a restauração do que existe não basta. É preciso criar novos organismos. Todos nós temos a noção dessa necessidade. Daí vemos surgir, por toda parte,

uma ânsia de fundar bibliotecas, uma fome de leitura, nunca vistas neste Brasil. E fundam-se bibliotecas todos os dias. E todos os dias os jornais clamam pedindo livros para uma nova instituição que se organiza.

Longe de mim a ideia de criticar tão animadora consciência da necessidade de livros. Mas não deixa de assustar essa avalanche desordenada, sem plano, sem método, dispersando esforços e dinheiro. Há urgência de um plano, de uma concentração de energias. Essas reflexões eu as fiz percorrendo muitas dessas novas bibliotecas, criadas num momento de entusiasmo, por particulares cheios de boa vontade, confiadas a leigos, com uma inexperiência assustadora. Não posso deixar de temer que todo esse dinheiro e esse louvável esforço dê em nada dentro de poucos anos, tal qual aconteceu aos gabinetes de leitura dos fins do Segundo Reinado.

A FALTA DE PREPARO TÉCNICO

Mas não sejamos tão pessimistas assim. O panorama de hoje já não é o mesmo de cinquenta anos atrás. Possuímos centenas de bibliotecas públicas, espalhadas pelo país, recebendo o auxílio inestimável do Instituto Nacional do Livro. Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes?

Possuímos, na realidade, uma grande máquina bibliotecária, numerosa e, às vezes, boa. Esta máquina está parada e precisa funcionar.

Segundo o meu modo de ver, o problema não é tanto de fundar novas bibliotecas, mas de reorganizar e remodelar as já existentes. Precisamos recolocar muito parafuso fora do lugar, azeitar as engrenagens, tocar a máquina para frente.

Aqui é que deparamos com um empecilho quase que invencível: a falta de bibliotecários. A máquina continuará imóvel, talvez porque não temos operários em número suficiente para acioná-la.

Se é certo que, de D. João VI até hoje, as bibliotecas cresceram e se multiplicaram neste país (e isso é um bem que ninguém discute e todos reconhecem), também é certo que a técnica bibliotecária pouco evoluiu entre nós (e isso é um mal de que poucos se lembram e nem todos reconhecem). No entanto, é precisamente sob esse aspecto que as nossas bibliotecas estão mais atrasadas.

Até há bem pouco tempo não havia, no Brasil, a profissão de bibliotecário. Em geral, esses cargos eram sempre distribuídos a pessoas que gostavam de ler, a literatos, a jornalistas, a poetas. Ainda nisso, não fomos originais: seguimos o figurino europeu. Essa gente não se preocupava com os problemas técnicos, que colocavam sempre em segundo plano. Os mais ativos procuravam, entretanto, enriquecer as suas instituições com obras de sua predileção. Sendo poeta, comprava livros de poesia. Sendo historiador, obras históricas. E assim por diante.

Formavam-se, em muitos casos, verdadeiras bibliotecas privativas, para uso e gozo exclusivo de seus diretores, que, trancados nos gabinetes, liam gostosamente os seus livros prediletos.

Não quero dizer com isso que não houvesse entre eles funcionários dedicados, animados das melhores intenções, que tudo faziam para aperfeiçoar, a seu modo, o serviço que lhes era entregue, procurando desenvolver no setor que entendia mais útil, ou mais interessante, o acervo das suas bibliotecas.

Por outro lado, os que estavam a par dos progressos técnicos em matéria de biblioteconomia, esses, coitados, esbarravam com um sem-número de dificuldades burocráticas, insuperáveis e intransponíveis.

Contudo, essa preocupação de aperfeiçoamento técnico aparece muito viva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde, já em 1920, se não me engano, foi criado um curso de Biblioteconomia, com o fito de preparar funcionários para aquela casa. O movimento não teve, porém, a menor repercussão fora do Rio. Nada de semelhante se fez nos outros Estados. E o próprio curso da Nacional foi com o tempo envelhecendo, não atingindo mais os objetivos que haviam determinado a sua criação. Após um largo período de marasmo, novos cursos aparecem em São Paulo e, em seguida, no Rio.

Muito se deve ao Dasp (Departamento Administrativo do Serviço Público), que instituiu excelentes cursos, criou a carreira de bibliotecário e fez da sua biblioteca um centro de aperfeiçoamento para todos os que estão ligados a esses problemas.

Mas a existência de escolas para bibliotecários nessas duas cidades apenas, não basta. Temos necessidade de um curso de Biblioteconomia em cada um dos grandes centros culturais do país, nas capitais dos Estados pelo menos.

Só a difusão dos cursos técnicos pode enfrentar, com êxito, a perigosa competição dos leigos. De que adianta fundar uma biblioteca se somos obrigados, fatalmente, a entregá-la a uma pessoa ignorante dos princípios mais rudimentares do ofício e, muitas vezes, incapaz intelectualmente?

Tratemos, pois, de organizar novas escolas de Biblioteconomia, com orientação moderna e com bons professores. Escolas que consigam atrair não só a moça que terminou o curso secundário e precisa de emprego ou o rapaz que fracassou noutras ocupações ainda mais simples, mas também gente com mais consciência do dever a cumprir, com certa base intelectual, que procure aprender uma determinada técnica para depois aplicá-la eficientemente.

Não quero dizer que o bibliotecário deva ser um técnico somente. A preocupação técnica exclusiva é tão prejudicial quanto a sua inexistência. O bibliotecário moderno deve ser um misto de técnico e de intelectual. A sua preocupação principal não deve ser datilografar fichas perfeitas, segundo um código de catalogação, mas conhecer o conteúdo dos livros que possui, ser um guia intelectual do leitor. Muitos bibliotecários esquecem que a principal cousa, na biblioteca, para o leitor, é o livro e não a técnica que se empregou para catalogá-lo e classificá-lo.

O bibliotecário moderno, repito, é um intelectual e um técnico. A cultura, ele a adquire em primeiro lugar, antes de entrar para a escola técnica, na universidade e

fora dela, lendo e estudando os conhecimentos humanos em perpétua transformação. É por isso que julgo um erro colocar à frente das bibliotecas não só eruditos sem preparo técnico, mas também técnicos sem erudição. O meio de remediar esse mal é atrair para as escolas de biblioteconomia o intelectual, o universitário, o estudante que terminou seu curso superior. É dessa matéria-prima que são feitos os verdadeiros bibliotecários. Para a carreira bibliotecária, nova entre nós, cheia de futuro, é preciso atrair o jovem entusiasmado e de boa vontade, que procura, em falta de melhor caminho, essas superlotadas carreiras chamadas, não sei por que, de liberais.

A BUROCRACIA ADMINISTRATIVA

A falta de preparo técnico não é, porém, o nosso único entrave. Bem sei que as dificuldades administrativas têm sido, em quase todos os países, se não o maior, um dos mais sérios empecilhos para a solução do problema. As nossas bibliotecas, como as da Europa, ainda são consideradas repartições públicas, sem a mínima autonomia indispensável a institutos que não podem funcionar nos padrões estabelecidos para os departamentos burocráticos.

Essa organização, no mesmo plano das repartições públicas, consegue, muitas vezes, anular o esforço de um ou outro bibliotecário mais esclarecido, de chefes e serviços responsáveis mais diretamente por esses problemas.

Sob este aspecto seguimos a orientação europeia. Mas isto não é um consolo. Percorrendo as bibliotecas do Velho Continente, verifica-se que, em 90% dos casos, a situação, ali, muito se parece com a nossa. O ambiente técnico é o de 1900, *au temps des équipages*, da Rainha Vitória, d'El Rei D. Carlos.

Quem viaja por certas bibliotecas europeias tem a impressão de andar por um vale de lágrimas. Dos chefes de serviço, só ouve queixas, lamúrias, choradeiras sem fim. Uns mostram goteiras nos tetos e avisam que oficiaram pedindo concertos há dois anos; outros, desculpam-se por ter de obrigar a gente a subir uma vasta escadaria, pois há meses que reclamam o concerto do elevador; outros, ainda, justificam os processos arcaicos de catalogação porque não há meios de conseguir nem o pessoal técnico indispensável nem o aparelhamento para modernizá-los. Na sala de leitura, o consulente espera horas, até que o funcionário encarregado de o atender termine a sua prosinha com o velho porteiro, herói esquecido de uma guerra qualquer, que se queixa que há muito devia ser promovido, mas não tem proteção...

Mudando de um polo a outro, vejamos o que acontece nos Estados Unidos. Prédios excelentes. Acervos de livros escolhidos e modernos. Técnica perfeita. E, maravilha das maravilhas, o bibliotecário entusiasmado com a profissão, mostrando os melhoramentos que está introduzindo no serviço, em proveito do leitor.

O europeu desiludido e o brasileiro desconfiado explicam tudo isso com os dólares dos americanos. Mas um estudo minucioso dos orçamentos da maioria das bibliotecas americanas mostra que elas não nadam em ouro. Muito pelo contrário. Se observarmos com atenção o orçamento da pequena biblioteca típica dos

Estados Unidos, concluímos que o dinheiro de que dispõe é até muito reduzido. Como é que, então, as bibliotecas norte-americanas podem ser melhores que as suas congêneres de outros países?

A meu ver, toda essa diversidade provém do seguinte: as bibliotecas não são consideradas repartições públicas iguais às outras e os bibliotecários são todos técnicos especializados.

Apresso-me em dizer que considero o fato das bibliotecas, mesmo quando recebem seus fundos das rendas públicas, não terem uma organização burocrática, o grande, o extraordinário fator de desenvolvimento das bibliotecas nos Estados Unidos. Elas não ficam envolvidas na rotina, não ficam sujeitas aos “trâmites legais” e ao pavor das responsabilidades.

Não existe carreira bibliotecária nos Estados Unidos, mas emprego em bibliotecas.

O bibliotecário, não sendo um funcionário, não fica acorrentado ao lugar, nunca se torna um pensionista do governo à espera de uma aposentadoria. Pode ser demitido do seu emprego, de acordo com as leis trabalhistas do país, como qualquer empregado de qualquer empresa comercial. Não precisa subir lentamente de posto. Pode, entretanto, mudando de biblioteca, melhorar sua situação. O técnico de valor é procurado e pago de acordo com a sua capacidade pessoal e não de acordo com o cargo que ocupa.

A LIÇÃO NORTE-AMERICANA

Nos Estados Unidos não há uma administração padrão para as bibliotecas. Um depende do governo da cidade, outras do Estado, outras ainda (e numerosíssimas) de fundações particulares, de universidades.

Em geral, a biblioteca americana é superintendida por um *board*, eleito pelo povo ou nomeado pelo prefeito. Desse comitê não faz parte exclusivamente gente entendida em livros. É muitas vezes composto de homens de negócios, de pessoas habituadas a administrar, gente prática, enfim.

Ao *board* compete obter, no orçamento da cidade, a verba geral para a biblioteca. Uma vez obtida essa verba, nomeia o bibliotecário. Este tem plena e ampla autonomia, age sem restrições burocráticas e presta contas mensalmente ao comitê que o controla e o guia. Todos os seus atos (nomeação do pessoal, designação de ordenados, emprego de verba etc.) são rigorosamente controlados.

Os empregados da biblioteca são escolhidos segundo os seus títulos técnicos e culturais e sobretudo mediante as suas qualidades pessoais. Os americanos dão uma importância enorme às qualidades pessoais, independente das outras. Para um chefe de serviço, entrará em conta a sua capacidade de *leadership*, a sua capacidade realizadora; para um empregado que tem de lidar com o público valerá muito a simpatia pessoal, a afabilidade, e assim por diante. Graças a esse método, ninguém espera por um livro e ninguém é recebido com maus modos.

Existe nas bibliotecas americanas uma atmosfera de cordialidade, de amabilidade, de cooperação para com o leitor, que não se encontra igual em outro país. Pedese uma informação sem medo de molestar um funcionário com muitos e muitos anos de rotina. O consulente é sempre atendido com um sorriso amável, por uma pessoa cuja obrigação é servir ao público e que foi selecionada, entre muitas, para esse serviço.

O espírito serviçal pode ser mantido porque o bibliotecário não é um burocrata, mas um empregado, com ordenado variável, segundo seus méritos e esforços, que pode ser aumentado, anualmente, no próprio posto. Os chefes de serviço não percebem a mesma importância pela simples razão de que nem todos possuem as mesmas qualidades técnicas, culturais e pessoais.

Eis, em linhas muito rápidas, o sistema de administração das bibliotecas públicas nos Estados Unidos.

Há defeitos nesse sistema. Os próprios americanos são os primeiros a reconhecerlos. Mas não há dúvida que oferece grandes vantagens. Não permite a burocratização e dá autonomia a um serviço que não pode funcionar direito nos moldes clássicos dos outros serviços públicos. A prova disso está na eficiência maior das bibliotecas americanas em comparação com as europeias.

AS GRANDES REFORMAS BIBLIOTECÁRIAS

Evidentemente, não penso que devam copiar tal e qual o sistema norte-americano e, assim, resolvermos o nosso problema. O Brasil é um país diferente dos Estados Unidos, nossas condições culturais são outras. Devemos, isso sim, tirar da lição estrangeira os ensinamentos que a nossa pouca experiência não pode ainda oferecer.

Para falar com franqueza, as nossas bibliotecas não são nem bibliotecas. São ainda, em geral, depósitos de livros, mais ou menos organizados, bem ou mal conservados. Não têm a função ativa que deviam ter. Os livros estão trancados; poucas bibliotecas brasileiras permitem o livre acesso às estantes. Os catálogos, quando existem, são todos feitos por métodos empíricos e antiquados. As poucas exceções só servem para confirmar a regra geral. A prova está no espanto e na alegria que sente o leitor quando utiliza uma dessas bibliotecas modernas.

Esse estado de coisas precisa acabar. É aí que cabe a intervenção do poder público.

Uma remodelação completa das nossas bibliotecas, é claro, não é problema fácil de se resolver. Mas não é impossível. Problemas muito mais graves foram solucionados com êxito. Alguns deles se tornaram exemplos clássicos, como os da reforma da Biblioteca Nacional de Paris e da Biblioteca do Vaticano.

Examinemos o primeiro deles. A Biblioteca Nacional de Paris, por volta de 1930 e poucos, encontrava-se numa situação lamentável. Instalada num edifício histórico e possuindo um acervo preciosíssimo, dois grandes problemas

desafiavam os técnicos: primeiro, salvar as coleções, atulhadas em estantes poeirentas; segundo, reformar a técnica anacrônica dos serviços.

Atacando o problema de rijo, o governo do Front Populaire entregou a Lucien Cain a terrível e honrosa tarefa. O notável bibliotecário remodelou todo o edifício, sem bulir nas linhas arquitetônicas do antigo Palácio de Mazarino. Limpou e classificou todas as coleções, ganhando com isso quilômetros de estantes. Renovou toda a parte técnica. Ampliou os serviços de informações ao público, indispensáveis, hoje em dia, a uma biblioteca digna desse nome.

A Nacional de Paris passou a oferecer todo o conforto que o leitor merece. Novos e elegantes salões, com ar-condicionado, foram instalados. Os catálogos, remodelados. Funcionários solícitos, inteligentes, cultos, capazes de ajudar o leitor nas suas pesquisas, atendem a um público cada vez maior.

O caso da Vaticana já se apresenta sob outro aspecto. É muito mais importante. Biblioteca secular, incontestavelmente uma das mais ricas do mundo, estava de tal forma desorganizada que era impossível sequer avaliar-se a extensão dos seus tesouros bibliográficos. Frequentemente, aparecia um erudito a descobrir obras de valor na Vaticana cuja existência era, até então, ignorada. Os múltiplos catálogos, registros, inventários, tombos, formados em diversas épocas, atrapalhavam em vez de facilitar a procura dos livros. Além disso, havia o eterno problema da restauração dos livros bichados. E complicando tudo, ainda mais, a necessidade de modernizar as instalações da biblioteca sem o sacrifício da estrutura de um dos mais belos monumentos de arte de todos os tempos, marcado pelo gênio dos artistas do Renascimento.

Pio x, que antes de ser papa fora bibliotecário, intendeu de iniciar a grandiosa empresa. Começou mandando para os Estados Unidos uma turma de sacerdotes estudar Biblioteconomia.

Por seu turno, a Fundação Carnegie pôs à disposição da Santa Sé o dinheiro necessário para levar avante o empreendimento.

O serviço era imenso. Tinha que durar anos. Em fevereiro de 1928 chegava a Roma uma comissão de três ou quatro peritos americanos, para rematar o árduo trabalho iniciado por Pio x, em 1914. Só em 1930 a obra foi terminada.

A Biblioteca do Vaticano é hoje das mais modernas e perfeitas do mundo. As regras técnicas estabelecidas para a sua catalogação, de tão perfeitas, foram adotadas em toda parte.

O CASO BRASILEIRO

Voltando ao caso brasileiro, a remodelação das nossas bibliotecas já se tornou um problema inadiável. Possuímos, espalhado pelo país, um bom número de bibliotecas, algumas com preciosas coleções. Mas ninguém ou muito pouca gente as consulta. Por quê?

A resposta é quase óbvia. Como esperar que elas sejam utilizadas se estão instaladas sem o menor conforto para os leitores; se não possuem catálogos modernos,

que facilitem a procura dos livros; se não têm dinheiro para a compra do que aparece; se não dispõem de pessoal habilitado, capaz de orientar o consulente; se nada fazem para atrair o público?

Repito: possuímos, pelo menos nos centros mais importantes, muita biblioteca. Não há repartição que não tenha, ainda que no papel, a sua biblioteca com o seu respectivo bibliotecário. Antigamente, quando se fundava um novo departamento e se fazia a lotação do pessoal, nunca se esquecia de nomear um bibliotecário. No entusiasmo da instalação, compravam-se uns livros, assinavam-se algumas revistas. Logo depois, esgotada a verba, o bibliotecário passava a exercer outras funções e os livros ficavam dormindo nas estantes. Tudo isso se passava tal qual acontece com certas pessoas que quando constroem uma casa nova não se esquecem de comprar imediatamente uma ceia de Cristo para a sala de jantar e... continuam a levar a mesma vida, quase sempre muito pouco cristã.

Antes de mais nada, o que temos a fazer, portanto, é remodelar o que já existe, é fazer funcionar a máquina enferrujada, suprimir certos depósitos sem utilidade, incorporá-los a verdadeiras bibliotecas ativas, destinadas a servir ao público.

Paralelamente a esse serviço de remodelação, deve-se fundar novos organismos, onde houver falta. Mas tudo isso dentro de um plano de ação definido, a ser desenvolvido metodicamente.

Uma biblioteca a mais não resolve o problema de um centro cultural. Do que necessitamos é de um sistema de bibliotecas, trabalhando em conjunto, mas suprindo as deficiências das outras, cooperando.

Estradas de ferro construídas a esmo nada adiantam para os transportes de um país. O que é útil é uma rede ferroviária. Pois o que precisamos, no nosso caso, é uma rede bibliotecária.

Toda essa organização, é lógico, não se forma em pouco tempo. Mas o que se pode fazer, desde já, é a base, isto é, o plano a ser seguido metodicamente. O problema não é de assustar. Temos o exemplo de vários países que, em momentos de abertura, partindo praticamente do nada, chegaram a produzir artigos em quantidade fabulosa, em poucos anos, seguindo um plano preestabelecido.

Para executar esse plano, para dotar o país de uma rede de bibliotecas, é indispensável que haja técnicos em número suficiente para executá-lo. Não podemos continuar a improvisar bibliotecários, com mocinhas à procura de emprego enquanto não se casam, com as perigosíssimas pessoas que gostam de ler e querem, por força, viver entre os livros.

Por outro lado, as bibliotecas públicas brasileiras não podem continuar a sofrer os males das mudanças de orientação administrativa. Mais que qualquer outro organismo, elas precisam de continuidade de orientação. Quando se pensa que o simples serviço de catalogação de um acervo regular de livros demanda anos de trabalho contínuo e metódico, não se pode deixar de exigir continuidade de orientação técnica e autonomia administrativa para as nossas bibliotecas.

Disse, há pouco, que já tínhamos passado a fase da propaganda; que ninguém mais discute, de boa-fé, a necessidade de bibliotecas. Essa propaganda foi tão grande e tão bem-feita que estamos sofrendo do mal do exagero. Sei que estou fazendo aqui o papel do médico que chama a atenção dos amigos para o perigo de tomar vitamina demais. Mas creio que, se esta prosa não der o resultado (quem sabe esperado?) de convencer um grupo de estudantes a fundar mais uma biblioteca de grêmio, confio que tenha ao menos uma finalidade: atrair alguns dos senhores para uma escola de Biblioteconomia.

É de bibliotecários verdadeiros que o nosso país precisa para resolver o seu problema. De que nos adiantariam escolas sem bons professores, hospitais sem médicos, aviões sem hábeis aviadores?

Resumindo: o que julgo indispensável para resolver nosso problema é, antes de mais nada, bibliotecários verdadeiros, com preparo técnico e cultura à altura do cargo.

Em segundo lugar, uma organização menos burocrática.

E, em terceiro lugar, a reforma radical das bibliotecas que existem e a fundação de novas, dentro de um plano de ação metódico.

Enquanto não tivermos técnicos em número suficiente, devemos importá-los, como está fazendo a Colômbia, que, sem a riqueza bibliográfica que nós temos, possui, entretanto, bibliotecas excelentes.

Enquanto se estabelece um plano e se faz o inquérito preliminar que exige um trabalho de tal natureza, salvemos com urgência os livros que os bichos estão comendo.

É preciso agir e agir com presteza.

O nosso aparelhamento bibliotecário é de tal maneira deficiente, que ousou afirmar com convicção e experiência: as bibliotecas dos Estados Unidos já estão hoje mais bem aparelhadas de material brasileiro que as nossas. Chegamos ao cúmulo de encontrar maiores facilidades para o estudo de assuntos brasileiros em bibliotecas estrangeiras.

Se continuarmos a agir - ou melhor, a não agir - como até hoje, o Brasil não será mais, dentro de poucos anos, um centro de cultura e de estudos brasileiros, mas apenas uma belíssima paisagem.

Evitemos essa desgraça ridícula.









Conservação de Livros e o Conservador, Reflexão em Construção¹

Ana Paula Hirata Tanaka

Conservadora-restauradora

121

travail, opium unique

Richard Sennett

INTRODUÇÃO

O convite para participar da mesa sobre conservação de acervo bibliográfico em homenagem à Dona Guita trouxe à tona ótimas lembranças do início da minha formação profissional na Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (Aber). Eu era estudante de arquitetura na USP e interessada em desenho gráfico quando comecei a pesquisar o objeto livro. Cheguei até a Associação em busca de aulas de encadernação. Ali encontrei grandes mestras que com generosidade compartilharam conhecimento e mostraram uma área que eu desconhecia; uma profissão. Da encadernação descobri a conservação de livros. Assim como tantas e tantos outros colegas que ali iniciaram uma nova etapa profissional, sou uma das “crias” da Aber. Legado de Dona Guita e Dona Thereza Brandão Teixeira, que propiciaram um espaço inclusivo, com sentimento de pertencimento.

¹ Texto baseado em palestra proferida no dia 16 de maio de 2023 na mesa Homenagem a Guita Mindlin: A Conservação do Acervo Bibliográfico, no Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva. Agradeço à BBM, ao diretor Alexandre Macchione Saes e ao vice-diretor Hélio de Seixas Guimarães pelo convite, e à bibliotecária e conservadora Andréia Wojcicki Ruberti pelo convite e pela mediação da mesa. Agradeço ainda a toda a equipe pelo apoio. Foi uma honra e uma alegria participar deste evento comemorativo da instituição na Universidade de São Paulo e, em especial, da homenagem à Dona Guita.

O convite também resultou em um primeiro esboço de tópicos na área de conservação-restauro de livros e preservação de acervos bibliográficos, cujas pesquisas venho acompanhando há aproximadamente doze anos.

É usual me perguntarem as atribuições da minha profissão, conservadora de livros e de papel. As dúvidas surgem mesmo entre colegas da conservação e preservação de acervos ou do patrimônio cultural, histórico e artístico, por conta da ampla variedade de bens móveis (e imóveis) em cada grupo dentro da conservação e as respectivas especificidades de tratamentos. Sem a pretensão de esgotar o tema e muito menos de produzir um manual, pareceu-me apropriado apresentar um panorama da área em que atuo, começando por um esquema sintetizado e parcial de um processo interventivo de conservação-restauro e de conservação de livros.

O entendimento do objeto livro é de rápida apreensão por ser um item que está presente de alguma maneira no cotidiano da maioria das pessoas, ou ao menos por ter seu formato conhecido. Quanto ao papel, refiro aqui aos itens que o tenham como suporte e que encontramos em acervos e coleções, como documentos, manuscritos, impressos, folhetos, cartazes, mapas, cartas etc.

FIG. 1. Mapa em pergaminho.
Laboratório de Conservação.
Norfolk Record Office, Norwich,
Reino Unido (março 2011).
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIG. 2. Encadernação revestida de couro.
Laboratório de Conservação.
Norfolk Record Office, Norwich,
Reino Unido (março 2011).
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA

CONSERVAÇÃO-RESTAURO DE LIVROS: PROCESSO DE TRATAMENTO INTERVENTIVO CURATIVO

Livros são estruturas. Partimos deste conceito para analisá-lo e tratá-lo como um objeto composto por elementos que fazem parte desta estrutura, que não podem ser abordados e trabalhados isoladamente sem que as demais peças do conjunto sejam afetadas. Há que se olhar o todo.

Cada obra é única. Mesmo livros fisicamente idênticos e dentro da mesma coleção podem apresentar estado de conservação e danos diferentes, conforme tenham sido manuseados e guardados. O conservador parte desta perspectiva para avaliar cada obra, seu contexto de utilização e de guarda para propor tratamentos adequados a cada caso.

Optei por apresentar um esquema *parcial* de tratamento interventivo de conservação curativa de um livro hipotético, de maneira ilustrativa, didática, utilizando documentação fotográfica de trabalhos diversos. Executar um tratamento nesta escala requer *planejamento* e *necessidade*. Qualquer ação visando a conservação de um item, seja tratamento interventivo ou preventivo, é baseada no diagnóstico do seu estado de conservação após uma avaliação feita pelo conservador, que pode reavaliar seu diagnóstico ou o próprio tratamento proposto conforme pesquisas ou testes indicarem outros caminhos. Os tratamentos de conservação são baseados na literatura da área e contam também com a experiência e conhecimento do profissional para sugerir as soluções mais adequadas a cada situação. As pesquisas científicas desenvolvidas neste campo usualmente têm a participação de profissionais de setores variados. Além dos conservadores, contribuem para a área cientistas da conservação (físicos, químicos, engenheiros etc.), cientistas da informação (bibliotecários, arquivistas), historiadores, museólogos, biólogos, arquitetos, arqueólogos e outros que possam colaborar com a habilidade requerida para lidar com o item a ser tratado.

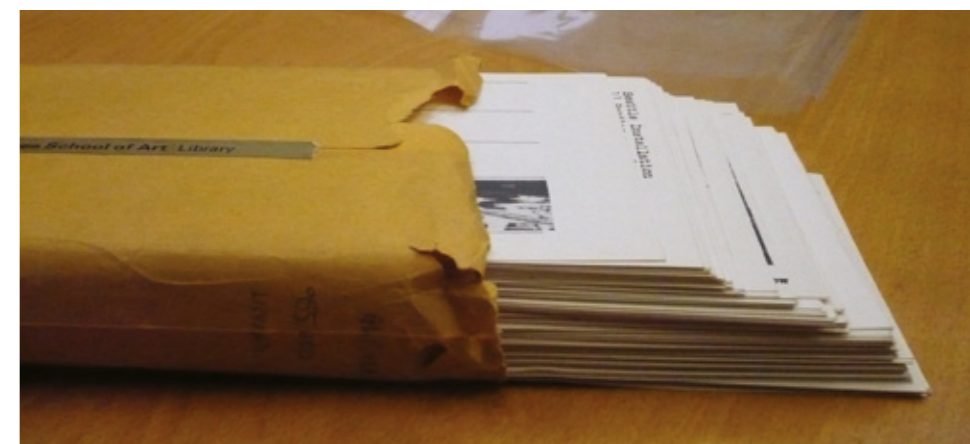
Alguns exemplos da variedade de tipologia e materiais em itens encontrados em acervos bibliográficos. Livros com encadernações diversas, históricas, comerciais, originais de editoras – brochuras em papel, revestidas em couro; originais ou reencadernações; acondicionados soltos em envelopes, costurados, grampeados; mapas em papel.



FIGS. 3-7. Acervos particulares; São Paulo (2015–2022).
FOTOS: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIG. 8. University of the Arts London, Reino Unido (julho–agosto 2011).
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA



O tratamento aquoso de um livro ou qualquer outro item em suporte papel equivale a uma cirurgia se compararmos à medicina. É um procedimento invasivo, não reversível. Remove características do papel, como a encolagem original da fabricação do papel, entre outras alterações. É aplicado quando conservadores, bibliotecários, arquivistas, museólogos, curadores, usualmente os profissionais envolvidos na tomada de decisão de preservação de acervos, chegam à conclusão da sua necessidade e adequação do tratamento.

FIG. 9. Documentação fotográfica: registro documental essencial da obra antes, durante e depois do tratamento. Curso MA Conservation. Camberwell College of Arts / University of the Arts London, Reino Unido (2010-2011). FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIG. 10. Higienização: remoção mecânica criteriosa de sujidades superficiais depositadas sobre os suportes. Sabe-se que há "sujidades" que podem colaborar em diversas pesquisas, como de proveniência, métodos e técnicas de produção. Estágio teórico-prático. Barbáchano y Beny S.A., Espanha (2004-2005). FOTO © BARBÁCHANO Y BENY S.A.



FIG. 11. Desmonte do livro: remoção da costura, separação do miolo e da capa. O mapeamento da costura e dos cadernos é feito concomitantemente ao desmonte. É um registro documental da obra, utilizado também para remontar o livro na mesma sequência de páginas e refazer o tipo de costura, similar à encontrada. Estágio teórico-prático. Barbáchano y Beny S.A., Espanha (2004-2005).

FOTO © BARBÁCHANO Y BENY S.A.



FIG. 12. Tratamento aquoso: na foto, banho em bifólios de livro impresso. Estágio teórico-prático. Barbáchano y Beny S.A., Espanha (2004-2005).

FOTO © BARBÁCHANO Y BENY S.A.



FIG. 13. Pequenos reparos em suporte papel: preenchimento de perdas, reparos de rasgos, vincos, dobras com utilização de papel japonês como os de fibras kozo, gampi, adequado a cada tipo de dano. O adesivo aplicado, como de amido e gelatina, e a sua consistência também dependem do dano e do suporte tratado.

FOTO © BARBÁCHANO Y BENY S.A.





FIGS. 14 A 16. Encadernação: costura, seguindo os mapeamentos levantados anteriormente. Prender as capas, estruturar o papelão (madeira etc.) ao miolo, prendendo os barbantes da costura conforme encontrados antes do desmonte. Bordar os cabeceados, um elemento estrutural e decorativo.

FOTOS 14 E 15: BARBÁCHANO Y BENY S. A.;
FOTO 16: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIGS. 17A E 17B. Reparos de encadernação: estruturais, preenchimento de perdas de suporte do revestimento de couro. Nestas fotos, a coifa da cabeça foi reparada.

FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIG. 18. Acondicionamento: caixa de papelão de qualidade arquivística, um dos acondicionamentos primários. FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA

CONSERVAÇÃO DE LIVROS

Segundo glossário disponibilizado no *site* da associação profissional britânica The Institute of Conservation, o intuito da conservação é preservar e melhorar objetos/ itens para facilitar seu acesso e apreciação pelo público. “Conservação está voltada para as camadas de significância que os objetos/itens adquiriram ao longo do tempo ao invés de reparos visando voltar a um antigo aspecto formal ou aparência ‘como novo’”. As diversas ações realizadas para conservar uma obra, mitigando e reparando danos existentes, incluem “fichamentos/pesquisas, documentação, higienização, estabilização e preservação a longo prazo para administrar mudança ao longo do tempo”².

O acondicionamento de livros é um procedimento de conservação preventiva utilizado notadamente em itens especiais, raros ou de maior fragilidade. A sua utilização em maior escala esbarra em custos para aquisição e/ou produção, além da demanda por mais espaço nos locais de guarda.

² The Institute of Conservation. Disponível em: <https://www.icon.org.uk/resources/caring-for-your-collection/conservation-glossary.html>. Acesso em: 27 jun. 2023. Tradução livre da autora.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSERVADOR-RESTAURADOR DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS³

A conservação de obras abrange pesquisas das áreas de humanas, exatas e biológicas. Idealmente, trabalhamos em conjunto com profissionais de campos diversos ao lidar com o objeto livro e os desdobramentos que a pesquisa material abre. Métodos analíticos de imagem, não invasivos, e de amostras não destrutivos, aplicados com mais frequência em trabalhos de conservação de vários suportes⁴, são utilizados quando queremos identificar pigmentos em partes do livro, por exemplo. Pesquisa em andamento da conservadora Dra. Melissa Tedone, da Winterthur Library, Estados Unidos⁵, vem identificando livros cujos revestimentos apresentam pigmentos que contêm arsênico e outros elementos altamente tóxicos. A presença do elemento venenoso foi confirmada por análise espectroscópica por fluorescência de raios x.

O conservador pesquisa *nos* livros e *com* os livros. A conservação é uma disciplina dinâmica: acompanhamos os desenvolvimentos das pesquisas pela literatura existente para aplicarmos ao trabalho prático. Ao manusear e analisar os livros com a abordagem científica do trabalho de conservação, coletamos informações para colaborar, aprofundar e expandi-las. A conservadora de livros Dra. Theresa Zammitt-Lupi, *head of conservation* das Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade de Graz, Áustria, durante trabalho rotineiro na coleção, descobriu um papiro egípcio do século III a. c. com evidência de uma costura anterior, indicando a possibilidade de o item ter sido parte de livro em formato de códice. A descoberta, anunciada em conferência para imprensa junto com o reitor da universidade em 22 de junho de 2023, pode representar uma mudança na linha do tempo atual da história do livro, já que o fragmento é quatrocentos anos mais velho do que o mais antigo códice conhecido⁶.

³ A formação relatada também cabe para conservadores-restauradores de outros objetos além de livros e papel. Guardadas as especificidades de cada suporte, no que tange à amplitude da formação e da experiência, é similar.

⁴ Estas técnicas vêm sendo aplicadas em pesquisas de conservação de pinturas com mais frequência. No Museu Paulista – USP, o trabalho de restauro do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, liderado pela conservadora Yara Petrella, contou com análises das professoras Marcia Rizzutto (Instituto de Física) e Dalva de Faria (Instituto de Química).

⁵ Poison Book Project. Disponível em: <https://www.winterthur.org/uncovering-undercover-toxins/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁶ “Researching the materiality and context of our objects plays a central role at the Special Collections. If our conservators did not also scientifically engage with the objects on a regular basis, this discovery would never have come about” – Pesquisar a materialidade e o contexto dos nossos objetos ocupa um papel central na [seção] Coleções Especiais. Se nossos conservadores, com frequência, também não se envolvessem cientificamente com os objetos, esta descoberta jamais teria acontecido. Tradução livre da autora. (Thomas Csanády, *Head of Special Collections*, Universidade de Graz. Disponível em: <https://www.uni-graz.at/en/news/grazer-mumienbuch/>. Acesso em: 28 jun. 2023).



FIG. 19. Visita ao curtume inglês William Cowley: profissional chanfrando couro no processo tradicional, e ainda realizado, de fabricação de pergaminhos.
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA

FIG. 20. Conservador da British Library chanfrando couro, durante demonstração de técnicas de reparos de encadernação.
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIG. 21. Visita técnica: modelo de livro feito pela equipe de conservação para fins de pesquisa de um tipo de encadernação histórica encontrada na Coleção do Norfolk Record Office, Inglaterra.
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA

FIG. 22. No mesmo laboratório de conservação, uma demonstração dos diferentes adesivos ali utilizados.
FOTO: ANA PAULA HIRATA TANAKA



FIG. 23. Oficina de pigmentos medievais⁷: preparação de pigmento.
FOTO © BARBÁCHANO Y BENY S.A.

Seguimos os *Códigos de Ética* da profissão e, ao nos afiliarmos a associações profissionais de classe, também subscrevemos seus códigos de conduta. O olhar atento e treinado vale também para a higienização de livros. Aparentemente uma atividade simples e rotineira, se não for realizada com critérios e cuidados, pode literalmente remover evidências que poderiam apoiar pesquisas de proveniência, por exemplo.

Em paralelo à atuação prática diretamente nas obras, o chamado trabalho de bancada, mão na massa, o conservador também atua em conservação preventiva de coleções. Além do já mencionado acondicionamento de obras, o controle ambiental e de pragas são atividades dentro deste escopo de ações aplicadas indiretamente ao objeto, essenciais para a preservação de acervos.

A atuação colaborativa no planejamento das instituições no que tange a suas coleções e acervos junto aos demais colegas bibliotecários, arquivistas, museólogos, arquitetos, engenheiros, curadores, tem sido constante. Especialmente quando envolve construção de espaços, como museus, laboratórios de conservação e demais edifícios relacionados. É um trabalho de equipe que costumo comparar ao que ocorre no setor audiovisual, em que cada profissional colabora complementarmente com sua *expertise* para a realização de um trabalho comum. O edifício é o envoltório último que armazena um acervo. Estes diversos campos do conhecimento e experiências profissionais compõem uma visão holística ao planejar as construções e as intervenções de edificações que guardam coleções.

7 Oficina ministrada pela conservadora Cheryl Porter durante estágio teórico-prático de conservação de livros realizado pela autora sob supervisão da conservadora Ana Beny no seu antigo laboratório Barbáchano y Beny S.A., na Espanha. O estágio foi viabilizado pelo apoio da Aber para obter a bolsa integral da Fundação Vitae.

8 Oficina ministrada pela conservadora Cheryl Porter durante estágio teórico-prático de conservação de livros realizado pela autora sob supervisão da conservadora Ana Beny no seu antigo laboratório Barbáchano y Beny S.A., na Espanha. O estágio foi viabilizado pelo apoio da Aber para obter a bolsa integral da Fundação Vitae.

Aproveitando o marco dado por este evento comemorativo da BBM, segui seu recorte temporal para refletir sobre as pesquisas na área de conservação de livros e preservação de acervos que venho acompanhando nos últimos dez anos. Esta abordagem não pretende ser exaustiva, e sim uma primeira tentativa de listar alguns dos temas que me interessam, que vêm sendo atualizados regularmente e são pertinentes nesta reflexão. Envolvem pesquisas em documentação (digitalização, terminologia, gerenciamento de dados), a materialidade do livro (história da técnica, novos materiais, técnicas aplicadas em conservação) e aspectos filosóficos acerca da atividade de conservação e do conservador. Parte dos temas decorre de questões suscitadas pelos livros que chegam à bancada de trabalho.

- **Documentação:** é essencial o registro preciso de toda a informação de uma obra. Inclusive o estado de conservação e os tratamentos realizados.
- **Digitalização de livros:** processo essencial de acesso e preservação. Para casos em que o livro é repleto de detalhes materiais e estruturais e que a usual digitalização bidimensional voltada para o registro do conteúdo textual não contempla sua totalidade, novos conceitos e técnicas de digitalização vêm trabalhando para documentá-lo como o objeto tridimensional que é¹⁰. Criação de ferramentas aplicáveis à pesquisa digital para deixá-la mais interativa e ampliar recursos visuais¹¹.
- **Materialidade do livro:** pesquisas sobre técnicas de reparos de conservação seguem sendo desenvolvidas e reavaliadas, assim como os materiais aplicados. A biocodologia aparece como instrumento para subsidiar linhas de pesquisa baseadas em materiais utilizados em encadernações¹².

Por fim, a reflexão sobre nossa atuação profissional, o papel e o impacto do trabalho que o conservador realiza. Os exemplos de pesquisas e descobertas

9 Temas caros ficaram de fora desta primeira breve listagem, mas vale registrar: inclusão e diversidade de profissionais na área da conservação vêm sendo debatidas nas associações de classe American Institute for Conservation – AIC e Icon, com resultados promissores; sustentabilidade econômica e ambiental – usos de solventes verdes, aplicação de conceitos de economia circular no cotidiano de instituições e por profissionais independentes.

10 Como pesquisas em andamento do conservador de livros e humanista digital Dr. Alberto Campagnolo e seu livro *Book Conservation and Digitization: The Challenges of Dialogue and Collaboration*, Yorkshire, Arc Humanities Press, 2020.

11 *International Image Interoperability Framework – IIIF*. Disponível em: <https://iiif.io/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

12 Pesquisa da conservadora de livros e professora Dra. Élodie Lévêque, Universidade Paris 1 Panthéon Sorbonne, University of Copenhagen, e da Dra. Sarah Fiddymont, Universidade de Cambridge, no uso de couro de animais selvagens em encadernações carolíngias.



FIG. 24. Material atacado por térmitas, chamado cupim de solo subterrâneo, em um acervo pessoal.

realizadas por conservadores mencionados aqui são frutos de dedicação, treinamento do olhar, conhecimento, experiência adquirida e espaço para que os profissionais pudessem pesquisar e trabalhar os aspectos materiais das coleções.

[...] o papel do conservador como um mediador no processo de tomada de decisão que, no futuro, promete envolver um número ainda maior de partes interessadas distintas [...] ¹³.

[...] o ofício de fazer coisas palpáveis proporciona uma visão sobre as técnicas da experiência que podem moldar nossas relações com os outros. [...] Desafios materiais como trabalhar com resistência ou gerenciar ambiguidade são instrutivos para entender a resistência que as pessoas abrigam umas às outras ou as fronteiras incertas entre as pessoas [...] ¹⁴.

13 “[...] the role of the conservator as a mediator in the decision-making process, which, in the future, promises to involve an even larger number of distinct stakeholders [...]”. Hélia Marçal, “Conservation in an Era of Participation”, *Journal of the Institute of Conservation*, vol. 40, n. 2, 2017. Tradução livre da autora

14 “[...] the craft of making physical things provides insight into the techniques of experience that can shape our dealings with others. [...] Material challenges like working with resistance or managing ambiguity are instructive in understanding the resistance people harbor to one another or the uncertain boundaries between people [...]”. (Richard Sennett, *The Craftsman*, London, Penguin, 2008, p. 289. Tradução livre da autora).

CONCLUSÃO

Ao refletir para elaborar minha contribuição para este seminário, assinaei a parte final do seu texto de abertura “[...] pensar conjuntamente sobre o papel de uma biblioteca brasileira na sociedade brasileira contemporânea”¹⁵. Para pensarmos também sobre o papel do profissional conservador de acervos bibliográficos, acrescento que atuamos *em e para* acervos no Brasil. Na realidade, é uma reflexão que me acompanha desde que comecei a atuar nesta área, com patrimônio cultural e, em especial nos últimos doze anos.

Saúdo com alegria a iniciativa da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em promover este evento incluindo uma mesa sobre conservação de acervos. É maravilhoso que uma instituição de referência como a BBM, dentro da USP, uma universidade pública, siga “[...] dando o devido destaque a esses acervos bibliográficos como lugares de preservação da memória e instrumentos para a reflexão sobre a história e a cultura brasileira [...]”¹⁶. Definitivamente, a instituição colabora e promove o desenvolvimento, aprofundamento e expansão deste debate ao proporcionar espaços como este seminário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHLEY-SMITH, Jonathan. “The Ethics of Doing Nothing”. *Journal of the Institute of Conservation*, vol. 41, n. 2, fev. 2018.
- CÓDIGOS *de Ética do Conservador-Restaurador*. São Paulo, Associação Brasileira de Encadernação e Restauro - ABER, 2013.
- MARÇAL, Hélia. “Conservation in an Era of Participation”. *Journal of the Institute of Conservation*, vol. 40, n. 2, jun. 2017.
- FOOT, Mirjam M. “The Binding Historian and the Book Conservator”. *Studies in the History of Bookbinding*. Aldershot, Scolar Press, 1994.
- SENNETT, Richard. *The Craftsman*. London, Penguin Books, 2008.
- ETHICAL *Guidance*. London, The Institute of Conservation, 2020.
- VIÑAS, Salvador Muñoz. *Contemporary Theory of Conservation*. New York, Routledge, 2011

15 Texto de apresentação do Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva.

16 *Idem*.





O Legado de Guita Mindlin e Tereza Brandão no Laboratório de Restauro do Senai São Paulo¹

Cristina Sanches Morais

Senai Theobaldo de Nigris

139

Os cuidados de preservação dos acervos bibliográficos eram preocupações de Guita Mindlin e Tereza Brandão. Juntas formaram uma parceria e criaram, nos anos 1980, uma instituição que reunia profissionais em torno do livro e suas encadernações, a Aber, Associação Brasileira de Encadernadores e Restauradores. Em São Paulo não existiam cursos para formação nestas áreas, assim, elas foram se aprimorar e trouxeram profissionais renomados de fora do Brasil para ministrarem pequenos cursos aqui. Além disso, mantiveram algumas correspondências com profissionais na Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, América Latina e outros países, geralmente sobre compras de materiais e informações técnicas. Com o tempo, a necessidade de formação em restauração de livros era cada vez maior, a mão de obra qualificada era necessária e escassa; diante desse cenário, Guita Mindlin e Tereza Brandão tentaram arranjar uma forma para iniciar a formação em São Paulo:

[...] é notório constatar o interesse e a preocupação dessa conservadora-restauradora [Guita Mindlin] com a problemática da educação profissional, notadamente no que se referia à desafiadora e imprescindível tarefa de formar profissionais especializados

¹ Texto apresentado no Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva, na mesa “Homenagem a Guita Mindlin: A Conservação do Acervo Bibliográfico”.

para ingressar no mercado de trabalho brasileiro. Portanto, partimos do pressuposto que o estudo dessa bibliografia de referência ofereceu elementos basilares para a formação do primeiro curso de preservação de material gráfico oferecido pela Escola Senai Theobaldo De Nigris, em 1989, ao levarmos em consideração a escassez da literatura científica brasileira concernente ao tema².

Neste primeiro momento, os cursos eram ministrados em dois locais diferentes, divididos entre a sede da Aber, onde era ensinada encadernação e os seus diferentes estilos, e nas dependências da Escola Senai, em que eram ministradas as aulas voltadas para a formação em preservação e conservação-restauração. Com o apoio financeiro da Fundação Vitae de Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social; da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e do Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiram realizar a montagem do laboratório.

Em 1994 foi fundado o laboratório de conservação e restauro nas dependências da Escola Senai Theobaldo De Nigris e Felício Lanzara. Com o objetivo de colaborar com a preservação do patrimônio³, a divulgação do curso ocorria no boca a boca, por cartas ou por panfletos produzidos pelo Senai – e espalhados pelos funcionários do laboratório nas universidades e faculdades próximas aos cursos de História, Letras e Artes. Os candidatos passavam por uma seleção e entrevista, realizada por Dona Guita e Tereza, que analisavam o currículo e a carta de interesse e selecionavam os candidatos de acordo com seus conhecimentos e área de atuação – aqueles que trabalhavam com acervos eram sempre escolhidos. Vários profissionais do Brasil estudaram no Curso de Conservação/Restauração de Documentação Gráfica.

A problemática da formação profissional em preservação, conservação e restauro estaria inicialmente protegida com o curso de formação livre, que se intensificou com o ensino de técnicas e execuções preservacionistas para a salvaguarda dos acervos gráficos.

Em 2004, o Laboratório passou a ser administrado pelo Senai, e sua missão continua sendo a de colaborar com a preservação do patrimônio bibliográfico-documental através da formação de assistentes-técnicos especializados, além da prestação de serviços em preservação, conservação e restauro de alta qualidade. A importância da escolha desta Escola Senai se deve às áreas que ela aborda e sua relação com os acervos documentais.

As Escolas Senai Theobaldo De Nigris e Felício Lanzara e a Faculdade Senai de Tecnologia Gráfica, integradas, concentram-se na formação profissional para a cadeia produtiva da mídia impressa. Esse Centro de Formação Profissional constitui-se, hoje, na mais

2 Aloisio Arnaldo de Castro, "O Arquivo Pessoal de Guita Mindlin: Contribuições para a Historiografia da Conservação-Restauração de Documentos Gráficos no Brasil", *POs: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG*, vol. 11, n. 22, pp. 116-142, 2021.

3 *Proposta Pedagógica Senai Theobaldo De Nigris*, 2016, p. 21.

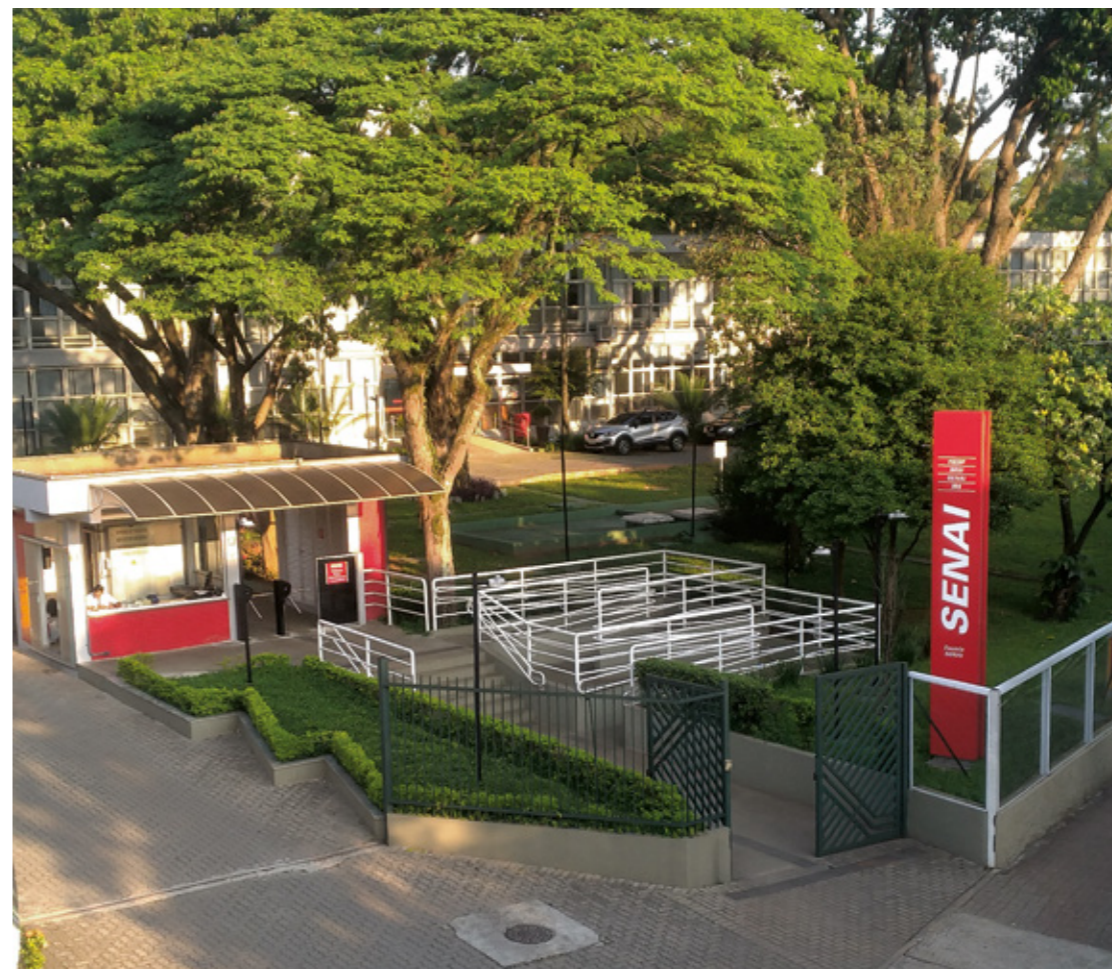


FIG. 1. Fachada principal da Escola Senai Theobaldo De Nigris.

importante instituição de ensino profissionalizante nas áreas de celulose, papel e tecnologia gráfica, no hemisfério sul e é uma das três mais importantes do mundo. Trata-se, ainda, da única instituição no mundo que ensina desde a produção da celulose até o acabamento final dos mais variados tipos de impressos, além de técnicas de conservação e restauro de documentação gráfica. Nenhuma outra instituição de formação profissional tem esse grau de abrangência⁴.

Para entendermos a área de atuação e a importância da continuação deste trabalho, Bojanosky apresenta os locais de formação profissional no Brasil, nos anos 1980.

No Brasil, até muito recentemente, a possibilidade de formação do conservador-restaurador acontecia em instituições estrangeiras ou em alguns poucos cursos locais em nível de especialização ou técnicos. São exemplos o curso de especialização do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) e os cursos de formação técnica ministrados pela Escola Senai Theobaldo de Nigris em parceria

4 *Idem*, p. 5.

com a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (Aber). Muito frequentemente a formação se dava em estágios realizados em ateliês particulares ou em laboratórios de instituições locais detentoras de acervos, em um processo similar ao ensino de ofícios⁵.

O Laboratório de Restauro é um laboratório-escola que se tornou um centro de referência técnico e educativo na área de preservação de acervos em papel. O Curso de Assistente de Conservação e Restauro em Documentos Gráficos foi atualizado e reformulado conforme as necessidades do Senai e da área de conservação e restauro. Nossa atuação em aulas ou no tratamento das obras sempre está voltada para a mínima intervenção no patrimônio cultural, de modo mais conservador, para se manter o que há de original, seguindo um critério mais arqueológico e respeitoso, atendendo às exigências da autenticidade estética, histórica, religiosa ou artística.

Os cursos estão classificados em formação inicial e continuada, podendo ser abertos à comunidade ou realizados sob demanda para empresas. “Neste segundo caso os programas podem ser desenvolvidos e organizados de modo a atender a necessidades específicas”⁶. Os requisitos de entrada variam conforme quatro categorias: iniciação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização, que somadas chegam a 450 horas-aula em cursos, sendo divididas em:

CURSO DE INICIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Preservação de Acervos em Papéis: objetiva o desenvolvimento de competências relativas à avaliação do estado de conservação de acervos e obras em papel. Isso inclui a implementação de medidas corretivas e preventivas de preservação, seguindo procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados no curso são: 1. Norma profissional para preservadores; intervenção de conservação; produtos e materiais. 2. O profissional. 3. Os valores da obra. 4. Segurança no trabalho. 5. Fatores de conservação e degradação de acervos. 6. Matérias-primas: o papel e a tinta. 7. A tinta de impressão. 8. Diagnóstico de acervos em papéis. 9. Higienização de obras e limpeza do ambiente. 10. Proteção e salvaguarda do acervo. Além de duas visitas técnicas com exercício guiado⁷.

⁵ Silvana Bojanosky, *Terminologia em Conservação de Bens Culturais em Papel: Produção de um Glossário para Profissionais em Formação*, Universidade Federal de Pelotas, Dissertação de Doutorado, 2018, p. 19.

⁶ *Proposta Pedagógica Senai Theobaldo De Nigris*, p. 12

⁷ Maria Cristina Sanches Morais, *Restauro e Conservação de Acervos em Papéis. Plano de Curso*, Senai-sp, 2019, pp. 5-9.



FIG. 2. Aulas de salvamento de sinistro, no Laboratório de Restauro Senai.

Recuperação de Materiais Encadernados: visa o desenvolvimento de competências relativas à reparação de danos em livros de uso corrente, por meio de pequenos reparos nas capas e folhas internas, ao aplicar medidas de preservação e conservação, seguindo procedimentos de saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados no curso são: 1. Critérios internacionais de conservação de livros. 2. Terminologia para livros e folhetos. 3. Higienização. 4. Materiais adesivos e papéis. 5. Reparos de papel e 6. Reparos de livros (nas encadernações)⁸.

⁸ Maria Cristina Sanches Morais, *Recuperação de Materiais Encadernados. Plano de Curso*, Senai-sp, 2019, pp. 4-7.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Acondicionamento e Encadernação para Conservação de Acervos em Papéis: tem como objetivo o desenvolvimento de competências relativas à confecção de encadernações e acondicionamentos para conservação de acervos. Isso é realizado por meio da avaliação das dimensões dos originais (documentos e livros), utilizando materiais de qualidade arquivística e seguindo metodologias específicas para a confecção de embalagens de conservação. O curso segue os procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados são: 1. Encadernação para conservação; 2. Tipos de costuras; 3. Acondicionamento; 4. Materiais plásticos para conservação⁹.

Conservação de Livros e Documentos: objetiva o desenvolvimento de competências relativas à avaliação do estado de conservação de acervos, a confecção de encadernações e acondicionamentos para obras em papéis, além da aplicação de métodos e técnicas de conservação com medidas corretivas de conservação e preservação, seguindo procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados no curso são: 1. Critérios internacionais de conservação de livros e documentos; 2. Terminologia para livros, folhetos e documentos; 3. Higienização; 4. Materiais; 5. Reparos de papel; 6. Reparos de livros; 7. Método de trabalho para o miolo; 8. Método de trabalho para capas (tecido ou papel)¹⁰.



FIG. 3. Aula de conservação de livros no Laboratório de Restauro Senai.

9 Luis Carlos Batista Almeida Filho e Debora Dias Leister, *Acondicionamento e Encadernação para Conservação de Acervos em Papéis. Plano de Curso*, 2018, Senai-sp, pp. 4-7.

10 Maria Cristina Sanches Morais, *Conservação de Livros e Documentos. Plano de Curso*, Senai-sp, 2019, pp. 4-7.



FIG. 4. Imagem da disposição dos exercícios finais sobre as mesas.

Fotografia de Registro Documental: capacita o aluno a registrar fotográfica e documentalmente os danos e os tratamentos sofridos por obras e acervos em suporte papel, seguindo procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados no curso são: 1. Preservação; 2. Conservação preventiva; 3. Restauro; 4. Código de ética; 5. Materiais nos acervos; 6. Livro; 7. Causas de deterioração¹¹.

Química para Conservação e Restauro: tem por objetivo o desenvolvimento de competências relativas ao reconhecimento dos processos químicos na recuperação, na degradação, na limpeza, na conservação e no restauro dos acervos em papéis, de acordo com os princípios do código de ética brasileiro, seguindo procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados no curso são: 1. Química aplicada à conservação; 2. Composição dos átomos; 3. Reagente universal; 4. Polímeros; 5. Características de colas e adesivos; 6. Caracterização química dos solventes; 7. Tratamentos aquosos¹².

11 Luis Carlos Batista Almeida Filho e Debora Dias Leister, *Fotografia de Registro Documental. Plano de Curso*, Senai-sp, 2018, pp. 4-7.

12 Luis Carlos Batista Almeida Filho e Debora Dias Leister, *Química para Conservação e Restauro. Plano de Curso*, Senai-sp, 2018, pp. 4-7.

Celulose e Papel Aplicado a Conservação e Restauração: visa o desenvolvimento de competências relativas à identificação dos diferentes tipos de papéis e sua característica por meio de análises químicas, físicas e visuais do produto (da peça) a ser restaurado e/ou conservado. O curso segue os procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados são: 1. Química inorgânica; 2. Química orgânica; 3. Composição da celulose; 4. Formação do papel; 5. Tipos de papéis¹³.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Conservação e Restauo de Acervos em Papéis: aspira ao desenvolvimento de competências relativas à restauração de livros e documentos, por meio de técnicas químicas, confeccionando e reenfibrando papéis, de acordo com procedimentos e normas técnicas de qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho. Os conhecimentos abordados no curso são: 1. Tratamentos aquosos: definições; 2. Caracterização química dos solventes; 3. Tingimento de fibras celulósicas; 4. Tratamento aquoso; 5. Reconstituição manual do suporte; 6. Reconstituição do suporte por reenfibragem; 7. Aplanamento e colagem; 8. Tipos de danos em capas e encadernações (tecido ou papel); 9. Gestão financeira¹⁴.

Formamos vários profissionais que, após o curso, assumiram cargos de chefia em vários departamentos de arquivos históricos, museus, bibliotecas e centros de memória, em diversos estados do país. Logo, estiveram conosco pessoas de regiões como Amazonas, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande Do Sul, Piauí, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiânia, São Paulo e muitas outras. Chegamos a formar cerca de dois mil discentes, e levamos o curso para outras regiões, como Uberlândia, Distrito Federal e Belém.

Vários professores participaram com seus conhecimentos e ampliaram e ilustraram o campo da preservação para os alunos. O curso inicialmente era constituído por vários professores convidados, porém, ao longo do tempo, foram sendo preparados os profissionais e especialistas que assumiram as aulas. No depoimento de Rizio Bruno Sant'Anna: "Posso dizer que aprendi muito com as professoras e com os próprios alunos, que me mostravam novas abordagens e me estimulavam a ampliar meu conhecimento com o manuseio das obras raras"¹⁵.

Ao longo desses 29 anos de existência do Laboratório de Restauo, formamos assistentes especialistas em preservação, conservação e restauo, realizamos vários trabalhos de conservação e restauração em livros e documentos gráficos. Além de

13 Luis Carlos Batista Almeida Filho e Debora Dias Leister, *Celulose e Papel Aplicado a Conservação e Restauo. Plano de Curso*, São Paulo, Senai, 2018, pp. 4-7.

14 Maria Cristina Sanches Morais, *Conservação e Restauo de Acervos em Papéis. Plano de Curso*, Senai-sp, 2019, pp. 4-9.

15 Rizio Bruno Sant'Anna, "O Bibliotecário na Conservação de Livros Raros", *Revista BBM*, vol. 2, p. 96, 2020.



FIG. 5. Aula de restauo de livros e documentos no Laboratório de Restauo Senai.

indiretamente participamos de muitos trabalhos de conclusão de cursos de graduação, em que ex-alunos se utilizam dos conhecimentos e das discussões abordadas no curso. Alguns defenderam as suas teses de graduação, mestrado e doutorado, cada um em suas vivências. Os profissionais do laboratório realizaram estudos científicos, acadêmicos, e também apresentaram trabalhos em congressos, seminários, eventos de conservação no Brasil, Portugal, França, Espanha, Estados Unidos e Chile, com a divulgação de trabalhos de pesquisa, inovação e investigação de pesquisas científicas. Além da organização de simpósios e congressos.

CONCLUSÃO

Podemos garantir que honramos o legado de Guita Mindlin e Tereza Brandão no Laboratório de Restauro do Senai São Paulo, mostrando o amor ao cuidar de livros e documentação gráfica. Levamos com paixão e muita ciência a profissão de restauradores, preservadores e conservadores, e passamos os conhecimentos para muitas outras mãos. Esse projeto vai além das salas de aula, do relacionamento entre alunos e professores. Seguimos compartilhando saberes teóricos, científicos e práticos para a preservação do patrimônio.





Patrimônio Cultural: Preservação, Salvaguarda e Conservação de Bens Culturais

Jayme Spinelli Junior

Fundação Biblioteca Nacional

151

INTRODUÇÃO

No início dos anos 1980, durante o Curso de Pós-Graduação em Arqueologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), surgiram meus primeiros contatos com o estudo da conservação de bens culturais e com os materiais arqueológicos. A partir daí a busca por novos conhecimentos se ampliou, e o ingresso como aluno no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) na Escola de Belas-Artes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1981 foi definitivo para minha formação enquanto profissional nessa área de trabalho, na qual ainda atuo.

O aprendizado foi vasto e intenso como se previa. O campo da conservação de bens culturais apresentou-se em três grandes categorias: pintura de cavalete/óleo sobre tela, pintura policromada/imaginária e papel/livros e documentos. Nesse grande cenário, quis o destino que me dedicasse à área de papel/livros e documentos.

Minha ida para Brasília ocorreu em meados de 1982, com a missão principal de coordenar um grande laboratório de conservação e restauração de livros e documentos no anexo do Ministério da Justiça. Esse laboratório foi criado de forma pioneira, com a intenção de contratar pessoas com deficiência. Esse foi, sem dúvidas, o ponto de partida de um excelente trabalho social e técnico que gerou enorme estabilidade na minha vida profissional enquanto conservador-restaurador na área de papel/livros e documentos.

O retorno para o Rio de Janeiro aconteceu no final de 1984. Nesse mesmo ano, ingressei na Biblioteca Nacional, a convite de sua diretora-geral Célia Ribeiro Zaher. Meu trabalho principal foi chefiar o Laboratório de Restauração e Conservação, que se encontrava em fase de modernização e expansão em decorrência da grande reforma na biblioteca em curso na época. Esse trabalho culminou com a criação do Centro de Conservação e Encadernação (CCE) e do Laboratório de Restauração (LR), que passaram a compor a Coordenadoria de Preservação (COP) da Biblioteca Nacional.

Desde então, e durante os anos que se seguiram, assistimos à ocorrência de inúmeros desastres, guerras e ataques terroristas que destruíram bens culturais públicos e privados em todo o mundo. Esses fatos desencadearam mudanças nas atitudes e atuações dos gestores de grandes coleções documentais.

Além disso, a revolução tecnológica e as mudanças climáticas transformaram por completo a forma como vivemos. Não há mais tempo para improvisos, e os erros custarão mais caro. O caminho é a prática dos ensinamentos do que se convencionou chamar de “conservação preventiva”.

O dito popular “é melhor prevenir do que remediar” nunca esteve tão em voga como neste momento, promovendo conhecimentos e ações proativas no âmbito do que chamamos hoje de gerenciamento de riscos. Novos estudos e mudanças nas práticas deram lugar a ideias e ações para gestões de grandes coleções documentais com foco na prevenção.

Atualmente, as ações de preservação têm sido descritas como uma forma abrangente de atuação, compreendendo as áreas técnicas de conservação preventiva e reparadora, a reformatação, que inclui a reprodução convencional e digital, a fotografia, e a digitalização. A partir do crescimento na produção de informações divulgadas através dos mais diferentes suportes, estimulou-se o desenvolvimento de estudos e pesquisas que geraram o aperfeiçoamento e a execução dos princípios da preservação e da conservação preventiva, vistas como um conjunto de diretrizes e estratégias baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional que contribuem para a permanência e durabilidade dos acervos e dos prédios que os abrigam.

Contudo, para entrarmos no contexto do campo da preservação de bens culturais, vamos voltar no tempo até o início do pensamento sobre o conceito de patrimônio, que nos remete à Europa do século XVIII, principalmente à França pós-revolucionária, a partir de 1789. Naquele momento, o Estado assume, em nome do interesse público, contra toda sorte de vandalismo que vinha ocorrendo, a proteção legal de determinados bens aos quais fora atribuída a capacidade de representarem a nação. Desse modo, o entendimento de patrimônio como um conjunto de bens fundamentais e com características específicas recebe atenção diferenciada quanto aos bens arquitetônicos nacionais, em função das tradições a esses vinculadas, visando a criação do ideal de uma riqueza moral que expressa as riquezas da nação.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca¹, isso vem reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedades de todos os cidadãos a serem utilizadas em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens, contribuindo para a construção do mito de origem de uma nação.

Podemos inferir que um dos grandes *leitmotiven* para essas movimentações, no sentido da criação de leis e de proteção pelo Estado sobre o que se convencionou chamar de bens culturais, foi especialmente a grande inquietude com a ausência de ações de preservação e de salvaguarda. Desse modo, a preservação de bens culturais, por vezes onerosa, complexa e, num certo sentido, até contrária a alguns interesses públicos ou privados, torna-se justificável pelo alcance pedagógico que traz em si, como também alicerça o serviço direcionado à instrução dos cidadãos.

Segundo Fonseca², o imenso panorama da trajetória histórica das ações de preservação do patrimônio desenvolvidas no Brasil pode ser melhor entendido por meio de um quadro cronológico com ênfase em três momentos marcantes no desenvolvimento e evolução dessa política: o primeiro, dito heroico, se inicia nos anos 1930 com o anteprojeto da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e vai até 1967, com o término da gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade; o segundo, chamado intermediário, se estende de 1967 a 1979, período em que o Sphan luta para adaptar-se às novas demandas políticas nacionais e internacionais, interagindo com instituições federais que já atuavam no campo da preservação; e o terceiro, dito moderno, se refere ao período da gestão de Aloísio Magalhães, de 1979 a 1982.

SOBRE A HISTÓRIA DO PAPEL

No transcorrer da história da humanidade, a invenção da escrita talvez tenha sido a conquista mais significativa, já que possibilitou o acúmulo do saber humano. Nesse cenário, o livro tem servido de memória enquanto elemento vital, como testemunho portátil e de informação para a elaboração e fixação do conhecimento. Por vezes, é difícil imaginar uma época em que esse constante acúmulo de conhecimento venha a ser interrompido, mas há sinais claros de que nossa memória coletiva está sendo gradualmente destruída.

Chama a atenção o colapso gradual da qualidade da matéria-prima, o papel, no qual enormes quantidades de livros vêm sendo impressos desde a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, por volta de 1450, o que consiste tanto em causa quanto em efeito da maior disponibilidade ao uso do papel. Inicialmente, esse suporte tinha excelente qualidade como produto da combinação de trapos de linho,

1 Maria Cecília Londres Fonseca, *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc-Iphan.

2 *Idem*.

da ausência de substâncias químicas, do mínimo processamento mecânico e da abundância de água limpa, possibilitando assim milhares de livros que ainda hoje se encontram em excelente estado de conservação, e são conhecidos como livros raros impressos em papel de trapo.

Assim sendo, à medida que aumentou a demanda da impressão de livros, a qualidade do papel começou a decair, em decorrência principalmente da falta de matérias-primas consideradas puras, dos avanços da tecnologia e do crescente uso de substâncias químicas para acelerar o seu processo de fabricação.

A deterioração da qualidade do papel se deu de forma lenta, porém, em meados do século XIX, mais precisamente a partir de 1850, se acelerou. Teve início o uso de fibras vegetais consideradas impuras – surge a fibra de celulose da madeira. Esse fato trouxe novo alento aos produtores, porém, em curto prazo, descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são curtas e retêm grande quantidade de uma substância resinosa chamada lignina. Tais fibras, quando não são quimicamente purificadas, ou seja, quando não se remove completamente essa substância, com o passar do tempo, tornam-se agentes agressores, conferindo ao papel características de acidez, que o enfraquece.

Certamente, a descoberta e a adoção do papel permanente/alcalino para a impressão de livros, já em uso em diversos países, como resultante da combinação do prático com o científico, ressaltam que as pesquisas para a conservação de livros e documentos devem ser sempre interdisciplinares. No Brasil já encontramos papéis e cartões alcalinos para diversos usos, porém ainda é necessária uma ampla conscientização dos livreiros e das editoras para o uso pleno desse novo tipo de papel, com vistas à sua permanência e durabilidade para o futuro.

SOBRE A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E A CONSERVAÇÃO REPARADORA

A preservação e a salvaguarda de acervos bibliográficos e documentais são vistas, de modo geral, como uma grande “capa protetora” que engloba todas as ações técnico-científicas destinadas a essa finalidade, trazendo em si um sentido amplo e abrangente. Estende-se desde ações executadas para a manutenção das condições físicas à permanência e durabilidade dos acervos e dos edifícios, até escolhas sobre o melhor meio para uma possível reformatação de documentos (microfilmagem ou digitalização), no caso de necessidade de transferência de informações. Desse modo, devemos estar atentos para o conhecimento do uso das novas técnicas provenientes dos avanços do saber humano em relação à preservação e à salvaguarda do patrimônio cultural.

A conservação preventiva reúne alguns aspectos como: controle e manutenção das condições ambientais relacionadas à umidade relativa, à temperatura e à emissão de luz; nível de poluição do ar nas áreas de guarda; limpeza das áreas destinadas à guarda de acervos contra possíveis ataques de agentes biológicos;



FIG. 1. Original de livro em processo de higienização.
FONTE: LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DA BBM/USP

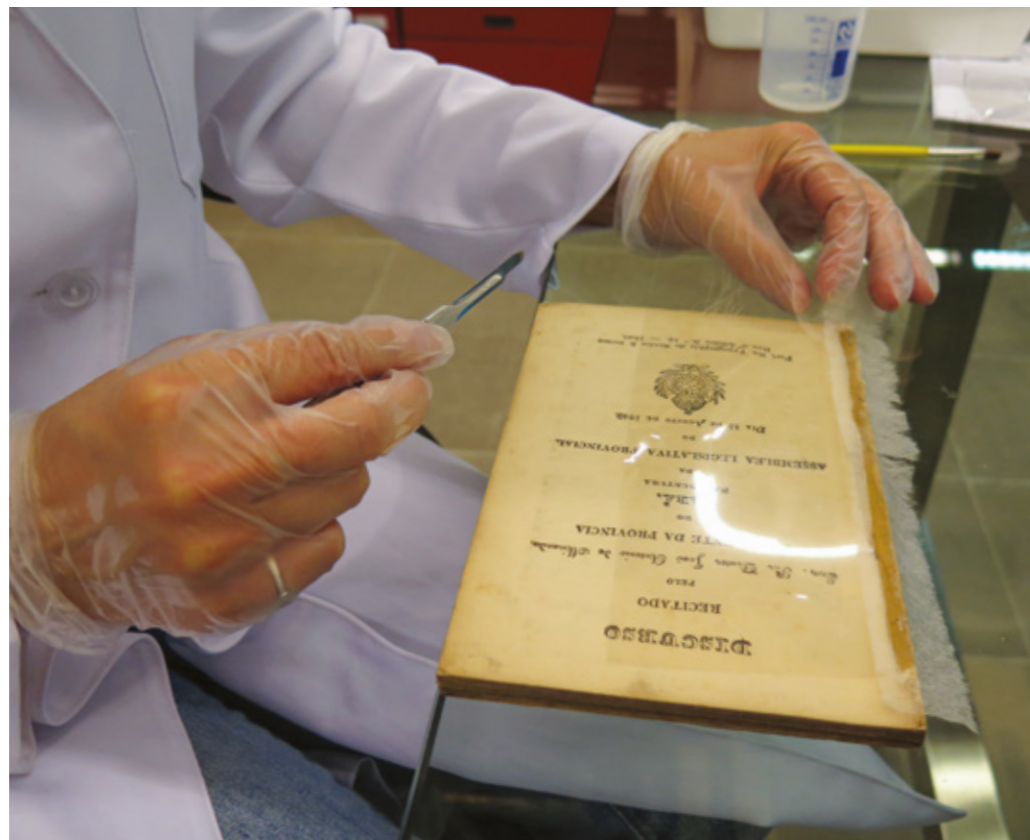


FIG. 2. Uma das etapas da conservação interventiva (restauro).

FONTE: LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DA BBM/USP

FIG. 3. Os danos mais comuns são os rasgos dos documentos e as perdas de partes dos suportes originais, como de encadernações, sendo as mais recorrentes a perda da lombada ou de partes dela e também de capas das obras.

FONTE: LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DA BBM/USP



formas adequadas de armazenamentos; escolha correta de materiais adotados para o acondicionamento de obras; atenção quanto ao correto manuseio de obras; higienização dos acervos; análise e gerenciamento de riscos capazes de atingir o acervo e o edifício; e normas para cessão de obras destinadas a exposições nacionais e internacionais. Tudo com o objetivo de retardar ao máximo qualquer tipo de degradação dos documentos.

Nesse contexto, tem grande importância o procedimento técnico de higienização dos acervos, que pode ser executado com o auxílio da mesa de higienização, manualmente, com o uso de aspirador de pó, lupa e algum instrumento de ponta, além de pó de borracha ralada. O termo higienização, incorporado ao jargão técnico da conservação preventiva, descreve as ações de eliminação de sujidades generalizadas que se encontram sobre as obras, como poeira e partículas sólidas, e remoção de elementos estranhos à estrutura física do papel, como grampos e cliques de metal, objetivando, entre outros fins, a permanência estética e estrutural das obras. Também contribui como um grande raio x de todo o acervo, na medida em que cada obra, estante, mapoteca e armário onde os acervos estão armazenados são submetidos a ações de limpeza a seco, com o uso de um pano limpo e álcool gel ou líquido.

A conservação reparadora já apresenta características intervencionistas na estrutura dos suportes dos documentos, porém com um nível de aprofundamento específico. E forma um elenco de procedimentos técnicos direcionados à recuperação de alguns livros e documentos (gravuras, mapas, partituras musicais, cartas manuscritas etc.) deteriorados no decorrer de sua vida útil e, na maioria das vezes, danos resultantes de manuseio, acondicionamento e armazenamento inadequados.

Dentre esses danos, os mais comuns são os rasgos nos documentos e as perdas de partes dos suportes originais e das encadernações, sendo as mais comuns a perda da lombada ou de partes dela e também de capas das obras.

Assim, reparos emergenciais são executados seguindo todos os critérios técnicos das boas práticas de conservação, tais como: remendos, enxertos, obturações, consolidação de capas e reestruturação de lombadas de livros com vistas à recuperação da encadernação. O objetivo é sempre o retorno mais breve possível dos livros e documentos ao convívio com os usuários. Desse modo, seguimos empenhados em manter o acervo vivo e pronto para consulta, executando atividades por vezes simples, mas que explicitam nossa postura na direção da preservação.

SOBRE A SALVAGUARDA

Em sua definição mais comum, a palavra salvaguarda refere-se a um mal a ser evitado, e por isso salvaguardar é assegurar a ausência de riscos e inferir a previsibilidade de um futuro mais promissor. Desse modo, o termo denota uma relação entre a segurança e o risco, que pode ser natural ou humano, uma catástrofe física, um sinistro, tanto quanto uma ação humana inadequada pode se tornar uma ameaça ao homem.

Dessa maneira, a salvaguarda é vista como um bem comum e deve ser amplamente divulgada e garantida por meio de um conjunto de convenções sociais. Adotamos o entendimento de salvaguarda como um conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais a uma instituição cultural, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, das coleções e dos usuários.

Na história da salvaguarda de livros e documentos, observa-se que a destruição voluntária de obras tem causado o desaparecimento de cerca de 60% delas. Os 40% restantes devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, tempestades tropicais etc.), a ação de agentes biológicos (como o ataque de traças, brocas, cupins etc.), as mudanças culturais (como, por exemplo, a extinção de uma língua) e também a qualidade dos materiais de fabrico de livros e documentos (a presença de ácidos nos papéis do século XIX tem destruído milhões de obras). É difícil conviver com essas questões, porém o certo é que, neste momento, enquanto você lê este texto, pelo menos um livro ou um documento está desaparecendo para sempre.

Assim sendo, a salvaguarda toma proporções totais em uma instituição cultural, abrangendo o conjunto do prédio e o seu acervo, a área física ao seu redor, as diversas formas de acesso, os funcionários, os usuários e a administração. E, por fim, determina as ações precisas e pontuais que irão possibilitar desempenhos técnicos e adequados à permanência de uma trajetória tranquila e sadia para todos.

SOBRE A AVALIAÇÃO DE RISCOS

Já há um consenso entre os conservadores-restauradores e os profissionais que trabalham em instituições culturais de que na maioria dos casos os chamados riscos de acidentes e desastres podem ser minimizados, reduzidos ou ainda totalmente eliminados se a instituição tiver e implantar um programa amplo de emergências. Esse programa deve ser ao mesmo tempo específico e sistemático e compreendido por todas as pessoas que trabalham, pesquisam ou simplesmente visitam a instituição.

O objetivo principal do programa de emergências deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para *reconhecermos* (com o estabelecimento do contexto por meio de levantamento de dados e informações relevantes sobre todas as áreas que compõem a instituição cultural, promovendo assim uma avaliação quantitativa e qualitativa na distribuição de valor das coleções, identificando de forma abrangente todos os riscos para a instituição); *prevenirmos* (com a elaboração de análise quantitativa da grandeza dos riscos identificados com vistas à priorização de ações e medidas preventivas); e *respondermos* (com a elaboração e implantação de um plano eficiente de tratamentos dos riscos) com uma precisão efetiva para todas as emergências, ou seja, para situações críticas, acontecimentos perigosos ou fortuitos e os acidentes que porventura ocorram.

Desse modo, a identificação dos riscos que podem ocorrer em uma instituição deve ser tratada com grande atenção, possibilitando o reconhecimento dos problemas, das consequências e da extensão dos danos que podem vir a atingir um determinado acervo.

Descrevemos, nesse contexto, os agentes de riscos, seus efeitos e como danificam sobremaneira os acervos bibliográficos e documentais, e seus edifícios:

1. **Forças físicas:** ocasionam danos decorrentes de explosões no edifício e de armazenamento errado de obras em estantes e mapotecas, gerando choques, vibrações, tensões, compressões, abrasões, deformações, rompimentos etc.
2. **Atos criminosos:** como furto, roubo e vandalismo, que causam o desaparecimento de itens de coleções, ocasionam mutilações de partes de documentos, desfigurações de obras e por vezes danos ao edifício da instituição.
3. **Fogo:** sem dúvidas, o pior desastre que pode acontecer a uma instituição cultural. Pode causar a queima total ou parcial do edifício, gerando grande quantidade de fuligem, deformações estruturais em itens do acervo e partes do edifício.
4. **Água:** pode atingir o edifício e os acervos por meio de infiltrações, vazamentos, chuvas torrenciais, telhados com goteiras e produzir danos como deformações, manchas generalizadas, enfraquecimento e desintegração de obras.
5. **Pragas:** geram danos por meio da proliferação de microrganismos (fungos, bactérias), insetos, roedores, aves (pombos, por exemplo) e morcegos. Ações que resultam em perfurações, manchas, defecação e o enfraquecimento de partes dos documentos.
6. **Poluentes:** acarretam danos em consequência do acúmulo de poeira e partículas sólidas e dos demais elementos estranhos presentes na poluição do ar sobre os livros e documentos, ocasionando também corrosões, manchas e descolorações.
7. **Iluminação, radiação ultravioleta (UV) e infravermelho (IV):** danos causados por exposição prolongada, direta ou indireta, à luz natural ou artificial, ocasionando esmaecimento, descoloração, enfraquecimento, amarelecimento e escurecimento de livros e documentos.
8. **Temperatura elevada, baixa ou em constantes variações:** acelera a deterioração por reações químicas, como enfraquecimento e fraturas dos materiais que compõem os documentos.
9. **Umidade relativa incorreta, baixa ou em constantes variações:** possibilita o surgimento de microrganismos, deformações, manchas e enfraquecimento dos suportes de obras.
10. **Dissociação:** leva à perda do item, causada pela incapacidade permanente ou temporária de associá-lo às suas informações básicas, gerando seu desaparecimento dentro de um acervo.

A identificação dos agentes de riscos pode também se dar a partir das duas grandes categorias que os explicam: *riscos externos*, relacionados aos fenômenos naturais, às condições meteorológicas, à poluição atmosférica, à situação geográfica

e social da área urbana no entorno do edifício da instituição; e *riscos internos*, originários de falhas nas condições estruturais e arquitetônicas do edifício – instalações elétricas, materiais inflamáveis, canalização de água, instalações sanitárias e refeitórios problemáticos –, relacionados à vigilância aos visitantes, usuários e funcionários, como também a todos os objetos que entram e saem do edifício da instituição.

Registramos também outro aspecto de grande importância no campo da salvaguarda, que está relacionado à biossegurança, intrinsecamente ligada ao ambiente, à higiene e à segurança do trabalho e ainda diz respeito, numa avaliação de agentes de deterioração, àqueles relacionados aos *riscos químicos* (o contato com substâncias tóxicas, como solventes em geral, e outros produtos utilizados em limpeza de ambientes laboratoriais), aos *riscos biológicos* (relacionados aos microrganismos e insetos em geral) e aos *riscos físicos* (que nesse caso dizem respeito ao campo ergonômico, que trata da otimização das condições de trabalho humano por meio de métodos da tecnologia e do desenho industrial).

SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCOS

A captação de recursos financeiros para a gestão da conservação preventiva em edifícios que abrigam instituições culturais é na maioria das vezes um grande problema enfrentado por aqueles que têm essa grande responsabilidade, e frequentemente se traduz como uma tarefa hercúlea. Contudo, é de vital importância todo o apoio estratégico e financeiro dispensado pelos dirigentes de instituições ao chamado plano de riscos, que entre seus objetivos distingue a proteção da vida humana como fator de importância máxima.

SOBRE O PLANEJAMENTO E A PREVENÇÃO DE DESASTRES

Não devemos esquecer que um desastre pode ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer espaço da instituição. Um plano de prevenção de desastres deve ser visto como um contra-ataque ao desastre. É estatisticamente anunciado que a maior frequência de desastres em instituições culturais está relacionada ao fogo e à água, esses vilões que nos roubam o sossego e provocam grandes estragos em uma instituição cultural. Então, o responsável pela área onde pode acontecer o desastre deve fazer um pedido de socorro imediato ao responsável pela equipe dos agentes de manutenção e administração, à equipe da brigada de incêndio civil, à equipe de conservadores-restauradores e à equipe de vigilantes e guardas da instituição. Uma lista com os nomes e telefones deve ser preparada e largamente divulgada na instituição. Outra ação proativa determinante é a existência de um *kit* de materiais disponíveis ao uso em caso de emergências por ação de água, que deve constar de folhas de papel mata-borrão, pano de chão, latas de lixo, aparelhos desumidificadores, ventiladores, extensões elétricas, tesouras, fitas-crepe, álcool gel ou líquido. Como também os itens que compõem os EPIS, equipamentos de proteção

individual, tais como: máscara KSN – peça semifacial filtrante (aprovada pelo Inmetro) CA 10578 20.02 PFF 2-S; óculos de segurança e proteção Danny – Fênix – DA 14.500 – CA 9.722 ISO 9002 – com lente antirrisco; guarda-pó descartável da Dupont – Tychem – tamanho único e de manga comprida; luvas de vinil, caixa com cem unidades; e touca sanfonada descartável para proteção do cabelo – PP. 20.

Enfim, para que o planejamento de prevenção de desastres tenha êxito garantido, deve-se, em primeiro lugar, contar com o aval estratégico e operacional do corpo diretor e administrativo da instituição, com a cumplicidade e a parceria dos funcionários e de todos com papéis de apoio na instituição. Além disso, são os princípios de solidariedade e de cidadania que devem ser aplicados, assim como a concepção geral da corresponsabilidade dos indivíduos enquanto cidadãos à frente dos perigos que os ameaçam. E, diante de um quadro contemporâneo de limitação da disponibilidade de recursos para questões culturais, torna-se inexorável nossa compreensão quanto à preservação de nossos bens culturais para as sociedades que virão.



IV

**Estudos brasileiros:
a pesquisa com
obras raras na BBM**



2

7



BBM/USP: Uma Brasileira Onde as Revistas se Encontram

Ana Luiza Martins

*Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Artístico e Arqueológico de São Paulo*

167

*Há segmentos da Biblioteca que, sozinhos,
dariam margem a um estudo e descrição específicos [...].
Um deles é o dos periódicos, uma das minhas manias.*

José Mindlin¹

Em dicionários tradicionais e na informação digital, as definições do termo bibliófilo circunscrevem-se ao colecionador de livros e/ou leitor compulsivo e amante de livros.

Para iniciar, retomamos ao dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, no qual a BIBLIOFILIA (grego: *biblion*, livro, e *philia*, amor) consiste na arte de colecionar livros, tendo em vista circunstâncias especiais ligadas a sua publicação. No entanto, são essas duas palavras, “circunstâncias” e “especiais”, que mais despertam dúvida e mais oferecem lugar a divagação. Já o termo BIBLIÓFILO não dá margem a outras especulações, definido hoje em dia nos dicionários digitais como “coleccionador ou amador de livros”, conforme o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*.

¹ José Mindlin, *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Fundação Biblioteca Nacional, 2005, vol. 1, p. 201.

Nesse sentido, a BBM/USP, que guarda a extraordinária coleção de obras raras do exemplar bibliófilo José Mindlin (São Paulo, 1914 - 2010), com cerca de 32 mil títulos e sessenta mil exemplares, figura como um dos mais expressivos monumentos da bibliofilia brasileira. Acrescida da caracterização de tratar-se de uma “brasileira”, conforme sempre se distinguiram suas aquisições bibliófilas, centradas em obras relacionadas ao Brasil, sempre objetivadas por José Mindlin.

Com relação a essa sua “loucura mansa” – conforme ele próprio denominava sua entrega ao cultivo e aquisição de livros raros – Mindlin admitiu que o bibliófilo “que pensava em ser na vida apenas um leitor metódico [ao se dedicar ao escrutínio de Obras Raras] está irremediavelmente perdido”², pois os segmentos de seu interesse enveredaram por segmentos diversos.

Contudo, a despeito das tantas exaltações relativas ao acervo de “livros” da BBM/USP, registra-se a ausência de um diferencial imprescindível nesse conjunto: a presença de títulos de periódicos raríssimos (jornais e revistas), que surpreendem, seja pela segmentação temática diversa, seja pela heterogeneidade geográfica e pela disparidade temporal.

Tanto que, em sua obra modestamente intitulada *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, inseriu um capítulo sob o título “Periódicos”, no qual admite ser o gênero “uma de suas manias”, que demandou muito esforço e persistência para se satisfazer.

Logo, cabe esse diferencial único a Mindlin – o bibliófilo apaixonado por jornais e revistas –, que se distingue dos tradicionais bibliófilos do Brasil, que pouco se interessaram pelo gênero fosse por sua aparente fragilidade física, fosse por registrar aparentemente tão só o instante, ou mesmo pela dificuldade da localização de coleções completas. Segundo o bibliófilo, “[...] Lá na mocidade me impressionava o desenvolvimento dos jornais e revistas poucos anos depois da introdução da imprensa. Proliferaram obscuros jornais diários e semanais o período de 1820 a 1840, nas várias províncias, mas principalmente no Rio, e em Salvador e Recife”³.

Aventamos, porém, que, para além dessa alegada razão de interesse por periódicos antigos, o interesse também derivou e/ou se acentuou em razão do apego de sua geração ao modernismo, visto que as revistas editadas a partir da balizadora *Klaxon: Mensário de Arte Moderna* (Figs. 1 e 2), traduzindo os valores do grupo que encetou a Semana de 22, propiciaram-lhe o contato direto com aquela produção. E tão efetiva foi sua admiração e apoio aos remanescentes de revistas ditas modernistas que acabou por reproduzir algumas delas em fac-símiles, a exemplo de *Verde*, periódico mensal de arte e cultura do grupo artístico mineiro Movimento Verde (Figs. 3 e 4). Editado na cidade de Cataguases, circulou de setembro de 1927 a janeiro de 1928 e em maio de 1929; em 1978, foi reeditado por Mindlin, por meio de sua

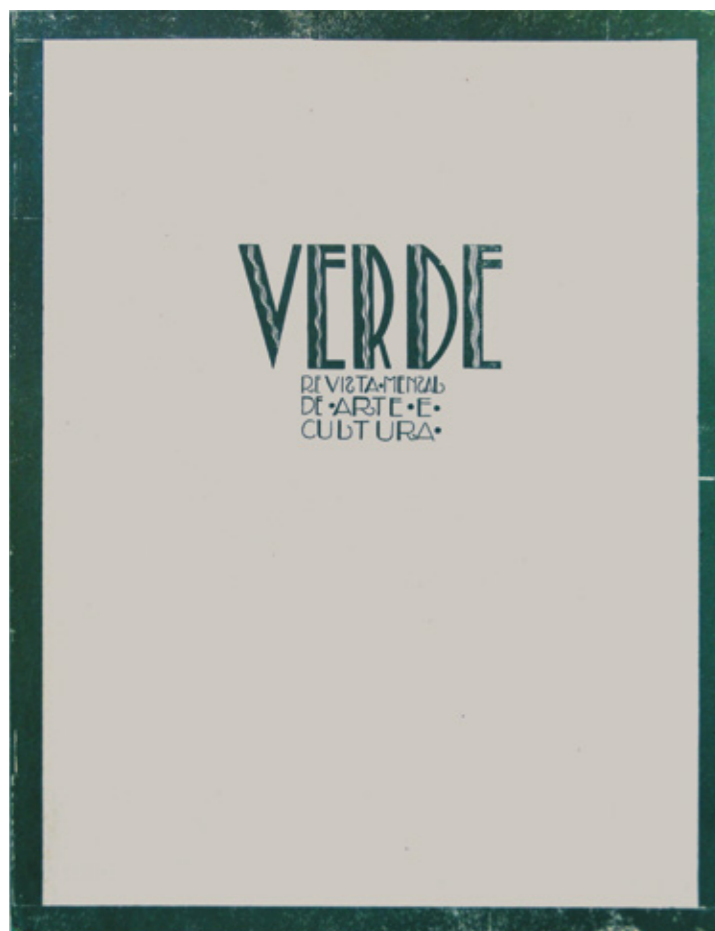
2 José Mindlin, *Uma Vida Entre Livros*, São Paulo, Edusp, 2008, pp. 15-16.

3 José Mindlin, *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Fundação Biblioteca Nacional, 2005, p. 201.



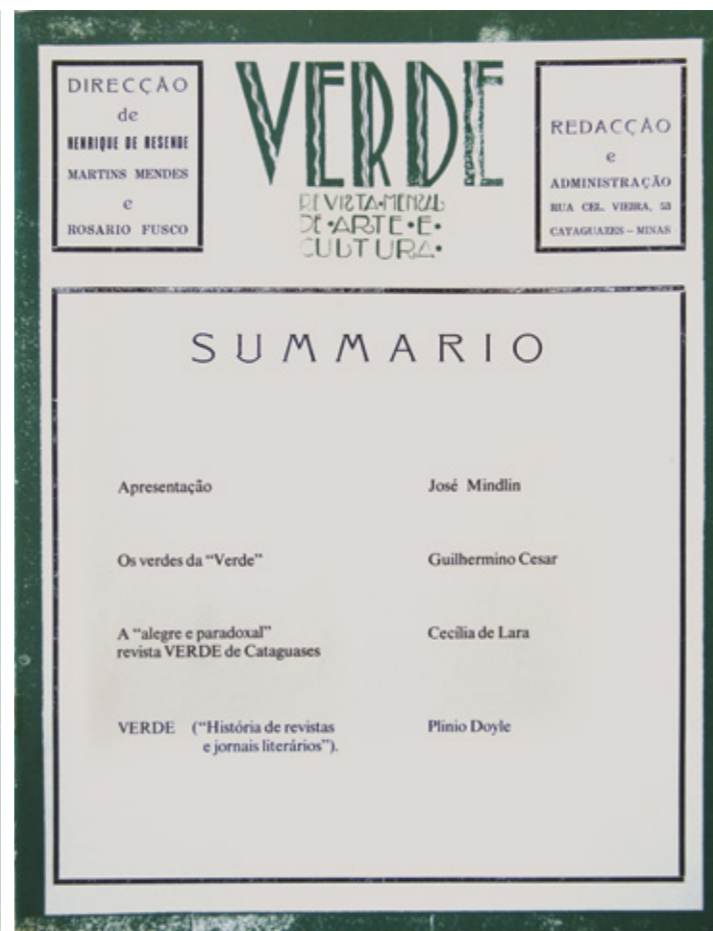
FIGS. 1 E 2. Revista *Klaxon*, primeiro periódico dedicado à propagação das ideias dos modernistas em 1922.

ACERVO BBM



FIGS. 3 E 4. Revista Verde, periódico mensal de arte e cultura; circulou de setembro de 1927 a janeiro de 1928, e em maio de 1929.

ACERVO BBM



empresa Metal Leve. Observem desde já a peculiaridade de um industrial valer-se de sua empresa – líder na indústria brasileira de autopeças – divulgando um impresso bibliográfico de caráter cultural.

Certo que alguns bibliófilos não foram infensos a títulos excepcionais do gênero periódico, a exemplo de Rubens Borba de Moraes (Araraquara, 1899 – Bragança Paulista, 1986), que se orgulhava de possuir um raro exemplar da primeira revista do Brasil, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, criada em 1812, em Salvador; assim como a segunda revista, igualmente rara e disputada, *O Patriota* (Fig. 5), editada no Rio de Janeiro por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, circulando entre janeiro de 1813 até dezembro de 1814. Ambas atualmente se encontram no acervo da BBM/USP, pois como é sabido, boa parte dele é constituído pela Brasiliana de Rubens Borba de Moraes, amigo longo e interlocutor constante de Mindlin.

Não se pode esquecer também a peculiaridade do bibliófilo carioca Plínio Doyle (Rio de Janeiro, 1906 – Rio de Janeiro, 2000), que, ao longo de sessenta anos de persistente pesquisa, reuniu 25 mil livros e 1788 títulos de periódicos, alguns de extrema raridade, acervo vendido em 1989 para a Casa de Rui Barbosa. Essa, por sua vez, editou um catálogo relacionando os 1788 títulos de periódicos, que também podem ser consultados na base de dados da coleção de periódicos de Plínio Doyle.

Logo, que se registre desde já – o que é pouco mencionado – que a BBM/USP vai muito além de uma excepcional biblioteca de livros e manuscritos raros, mas abriga considerável coletânea de títulos periódicos que a colocam entre as mais ricas do mundo referentes a essa tipologia de impresso, à espera de consulentes de perfis vários.

A descoberta desse manancial de fontes num só local – delícia do historiador – revelou a necessidade de acentuar a divulgação do achado, uma vez que o estudo de periódicos, hoje tão em voga e interdisciplinar, vem sendo trabalhado desde os anos de 1960, nem sempre metodologicamente, mas utilizando-o como fonte para temas diversos.

Ainda em 1914, a riqueza dos títulos para a história de São Paulo levou o historiador Affonso Antonio de Freitas (1868-1930) a estampar na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (Fig. 6) “o rol mais exaustivo possível, dos impressos periódicos que circularam em terras paulistas, desde os seus primórdios, que remontam ao ano de 1823, até a época de sua publicação” (Fig. 7). O volume, que soma mais de oitocentas páginas, bem explicita a preocupação de dar a conhecer a trajetória da imprensa, por meio do inventário de seus títulos, sem maiores preocupações de cunho analítico, bem ao gosto da época. Tal esforço pode ser remetido à tradição, inaugurada por Lafayette de Toledo, jornalista que, em 1894, divulgou na imprensa um primeiro levantamento paulista, reproduzido com correções quatro anos depois nas páginas da revista do IHGSP, sob o título “Imprensa Paulista, Memória Histórica”, compreendendo o período 1827-1896⁴.

4 Cf. Tania Regina de Luca, “A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus Primórdios em 1823 até 1914”, *Biblioteca Digital Unesp*, s.d. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/collections/ad9b93ca-54e1-4d-94-a070-94e2765de1e0>. Acesso em 12 out. 2023.



FIG. 5. O Patriota, primeiro jornal literário publicado no Rio de Janeiro. ACERVO BBM

Igualmente balizador da importância das revistas é o registro de 1966 de Nelson Werneck Sodré, que inseriu em sua clássica *História da Imprensa no Brasil* um capítulo sobre revistas, contudo, sem trabalhá-las metodologicamente, apenas citando-as. Mas já era um começo.

Em 1976, Plínio Doyle publicava 76 *Histórias de Revistas e Jornais Literários* (Rio de Janeiro, MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa), ampliando a análise.

Quanto à análise metodológica de revistas, essa se deu a partir de 1965, no IEB/USP, por iniciativa do professor Aderaldo Castelo, atento às questões do campo literário⁵. No conjunto de grupo significativo de estudiosos e periódicos específicos,

5 Da produção do IEB, tem-se, entre outros, Roselis Oliveira de Napoli, *Lanterna Verde e o Modernismo*, São Paulo, IEB/USP, 1970; Cecília de Lara, *Nova Cruzada*, São Paulo, IEB/USP, 1971; Neusa Pinsard Caccese, *Festa: Contribuição para o Estudo do Modernismo*, São Paulo, IEB/USP, 1977; Maria Eugênia Boaventura, *Movimento Brasileiro. Contribuição ao Estudo do Modernismo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1978; Antonio Dimas, *Rosa Cruz, Contribuição ao Estudo do Simbolismo*, São Paulo, IEB/USP, 1980; Maria Lúcia Fernandes Guelfi, *Novíssima: Estética e Ideologia na Década de Vinte*, São Paulo, IEB/USP, 1987.

e ampliando o registro literário, destaca-se o trabalho de Antonio Dimas, editado em 1983, sob o título de *Tempos Eufóricos*. Ali ele analisou a emblemática, poderosa e ricamente ilustrada revista *Kosmos* (1904-1920), do Rio de Janeiro, trazendo suas mensagens subliminares e revelando-a indiretamente como porta voz alvissareira do governo de Rodrigues Alves (Guaratinguetá, 1848 – Rio de Janeiro, 1919), quinto presidente do Brasil, entre 15 de novembro de 1902 e 15 de novembro de 1906.

Recuperando nomes de autores inaugurais, especializados no trato específico de uma revista individualizada, cabe destaque, na perspectiva metodológica, não só a contribuição de Antonio Dimas, mas também o trabalho de Cândido Moreira Rodrigues, *A Ordem, Uma Revista de Intelectuais Católicos. 1934-1945*, de 2005⁶, e a análise de Heloisa Pontes, *Destinos Mistos: Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo. 1940-1968*⁷, publicada em 1998; não obstante essa focar, particularmente, o ideário e posições de uma geração cultural, fez da revista *Clima*, editada pelo grupo, fonte e matéria de importante reflexão.

No ano seguinte, 1999, a historiografia das revistas como fonte e objeto é enriquecida com o trabalho clássico de Tania de Luca, *Revista do Brasil. Um Diagnóstico para a (N)ação*, no qual também a revista é usada como fonte para apreender o Brasil que se construía com a República, visão do grupo egresso, com vários nomes dos quadros do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Assim, em 2001, sob o título *Revistas em Revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1889-1922)*, lancei meu doutorado sobre as revistas da Primeira República, inspirada e desafiada pelos títulos pregressos. Para tal, me vali do acervo da então “Biblioteca do Mindlin”, ainda sediada em seu domicílio na rua Princesa Isabel, 445, no Brooklin. Nesse trabalho procurei situar a importância da revista como *fonte e objeto*, com um propósito específico: recuperar a imagem da cidade de São Paulo, construída por meio das revistas como o símbolo da capital progressista do país.

Cabe destacar que a revista como fonte da história política foi eleita para análises pormenorizadas, especialmente pelo grupo do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro. Na sequência, tem-se os pesquisadores da Casa de Rui Barbosa, que enveredam pela história da caricatura – talvez o “texto” mais contundente daquele periodismo voltado para um país de analfabetos –, momento em que o humor se enriqueceu como fonte de pesquisa e temática em nosso periodismo.

Em 2006, como corolário do uso de revistas como fonte e objeto, tem-se a obra de Marco Morel, *História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder*⁸

6 Cândido Moreira Rodrigues, *A Ordem, Uma Revista de Intelectuais Católicos. 1934-1945*, Belo Horizonte/São Paulo, Autêntica/Fapesp, 2005.

7 Heloisa Pontes, *Destinos Mistos: Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo. 1940-1968*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

8 *História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder*, Rio de Janeiro, Faperj, 2006.

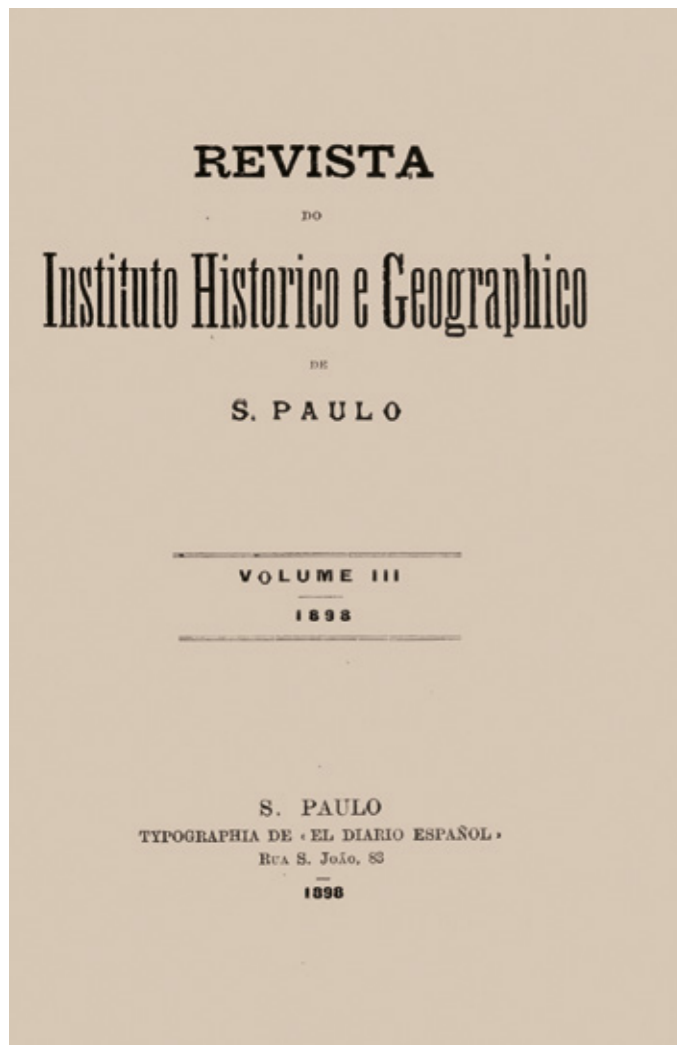


FIG. 6. Folha de rosto da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1898). ACERVO BBM

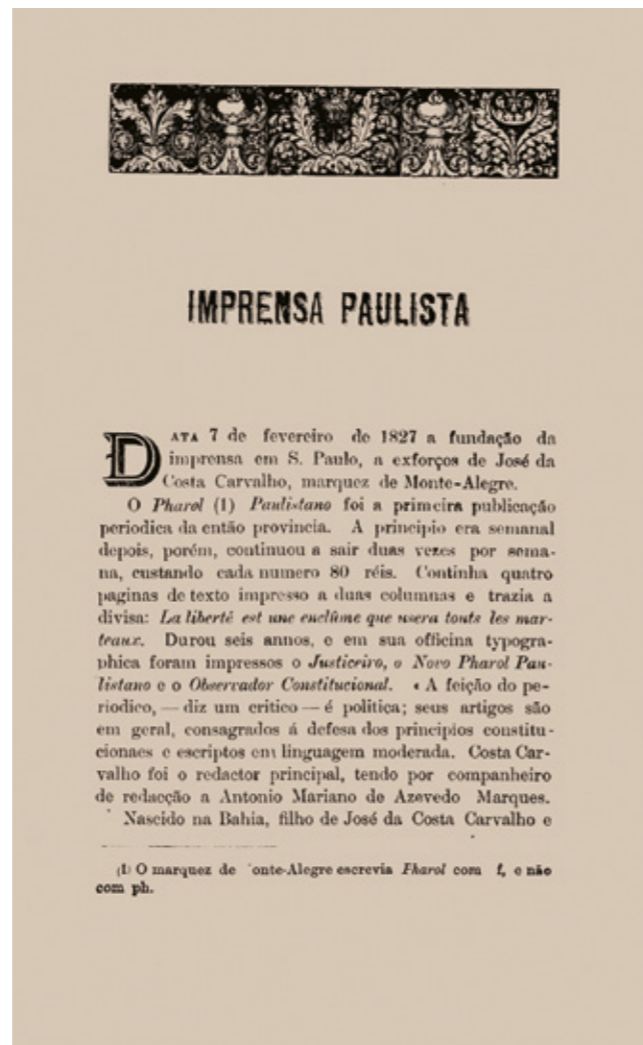


FIG. 7. Artigo da revista que contém os periódicos que circularam em São Paulo de 1827 até 1896. ACERVO BBM

A partir desses trabalhos, independente de terem sido fontes de inspiração e/ou estímulo, mas como instrumento festejado pela Nova História, a revista passou a ser estudada em amplo espectro, em seus conteúdos, formas e cores, e hoje a produção de estudos acadêmicos sobre a temática é incomensurável.

Por volta de 2018, ao realizar pesquisa sistemática no acervo da BBM/USP, na qualidade de pesquisadora residente no programa de pós-doutorado da instituição, com vistas a identificar e caracterizar as temáticas das revistas periódicas ali presentes, já estava ciente de alguns títulos da Casa. Todavia, foi surpreendente, no levantamento discriminado, a revelação da imensa quantidade de exemplares raros. Era uma enormidade de títulos, impossíveis de serem sistematizados no breve espaço de tempo que nos cabia.

Observamos que a totalidade das publicações – muito embora *nem sempre representadas por coleções completas* – resultava em síntese preciosa da história das revistas do Brasil e mesmo de revistas estrangeiras, no que toca aos aspectos mais conhecidos que caracterizam esse gênero periódico, quais sejam: o conteúdo de vanguarda, os aspectos formais inovadores, suas representações de momentos decisivos da história nacional e as mediações com publicações no exterior.

Ficou claro, frente à variada segmentação do acervo de revistas da BBM/USP, que seus títulos resultavam em síntese da história do periodismo “revista” no Brasil.

Face a essa importância, sob a gestão do professor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, foi realizado o seminário Revistas no Brasil: O Acervo da BBM/USP e a Produção Inusitada das Revistas Cariocas, Capixabas e Curitibanas, na sede da instituição, em 21 de maio de 2019. O objetivo era atentar para a importância da coletânea de títulos ali concentrados, assim como alargar o significado do gênero desse impresso no Brasil⁹.

Ainda sob a gestão de Ribeiro Zeron, o repertório revisteiro da BBM/USP também resultou em interesse de estudo para a Universidade Nova de Lisboa, parceria proposta pelo convite do professor Luís Crespo Andrade, acrescido do trabalho dos pesquisadores Tania de Luca, Antonio Dimas, Leticia Pedruzzi Fonseca e Ana Luiza Martins, voltado para um propósito: resgatar publicações que se tornaram ícones do movimento modernista das décadas de 1920/1930.

Já na gestão do professor Alexandre Macchione Saes, em razão do Centenário da Semana de Arte Moderna, a colaboração entre a BBM e o Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa resultou em evento com mesas de debates compostas pelos autores do projeto e por especialistas convidados, que versaram sobre o legado das revistas cem anos após seu lançamento. Alexandre Macchione Saes menciona que a BBM/USP pode participar oferecendo a digitalização de seis revistas brasileiras, acrescentando: “Tivemos uma cuidadosa curadoria sobre um material bastante rico da nossa história brasileira. Mais do que o material digital, o portal oferece um caminho para pesquisadores e interessados ingressarem no ambiente modernista”.

E mais, segundo a explicação do coordenador, Luís Crespo de Andrade, “o mapeamento sistemático do teor de cada revista representa um poderoso instrumento hermenêutico e heurístico quer para os investigadores quer para o público em geral. Reúne os dispersos de um mesmo autor (mesmo quando recorre a pseudônimo), define tábuas de assuntos, constelações conceptuais e dados de recepção”.

Diante da impossibilidade de discriminar os quase mil títulos, convém dar a palavra ao colecionador desse acervo fabuloso, na introdução do mencionado capítulo “Periódicos”. Nele, o leitor já poderá aquilatar as trajetórias vivenciadas para

9 Seminário Revistas no Brasil, sob coordenação da pesquisadora Ana Luiza Martins, apresentação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron e da Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto e participação das Profa. Dra. Leticia Pedruzzi Fonseca (Ufes), Profa. Dra. Tania Regina de Luca (Unesp/CNPq) e Profa. Dra. Rosane Kaminski (UFPR). Agradeço ao Prof. Dr. Plínio Martins Filho, editor da *Revista BBM*, a inclusão dos textos do seminário em número próximo.

a aquisição de alguns dos exemplares presentes na “inDisciplinada” biblioteca de Guita e José Mindlin.

Concentrei meu interesse no século XIX, principalmente na primeira metade – embora haja na segunda metade publicações de excelente nível –, e na primeira metade do século XX. Posso dizer que venci muitos desafios, alguns exigidos com muita paciência e perseverança.

Um bom exemplo é uma coleção de 25 jornais antigos, principalmente pernambucanos, todos raríssimos, formando um conjunto único no Brasil, que segundo apurou o erudito bibliógrafo Leonardo Dantas, pertenceu a Alfredo de Carvalho, um dos mais ilustres historiadores do Nordeste no século XIX, e que depois ficou em poder da família de outro importante pesquisador. Vi esse conjunto pela primeira vez por volta de 1970, mas não consegui comprá-lo porque a família hesitava em vendê-lo. Tornei a vê-lo em fins da década de 1970 e princípio de 1980, mas acabei desistindo, embora sempre conservando a pontinha de interesse e esperança que a gente nunca perde. Pois acontece que, neste ano, tive notícia que o conjunto tinha sido vendido a uma instituição, mais interessada na pesquisa de conteúdo do que na raridade dos originais. Pus-me em campo, naturalmente, e consegui a coleção depois de mais de trinta anos, comprando os originais e a instituição ficando com os microfilmes dos mesmos¹⁰.

Para não frustrar o leitor, seguem aqui alguns poucos títulos, de extremo significado para o gênero, seja pela revolução técnica demonstrada na arte gráfica, seja pelos textos preciosos de nossos literatos, ou mesmo pelo registro de documentos históricos decisivos de nosso passado. São linhagens de revistas, de segmentação relativamente difusa – daí os tantos subtítulos de *Variedades* – que, *grosso modo*, a partir da virada do século XIX para o XX, mais especialmente na Primeira República, vão conhecer proliferação e avanços, traduzindo – desde que devidamente decodificadas – aspectos inusitados do processo histórico brasileiro. Lembramos, porém, que nem todos os títulos citados guardam suas coleções completas.

Num olhar de lince sobre nosso passado gráfico e editorial, com data inaugural em 1808¹¹, quando da vinda da Corte para o Brasil, algumas surpresas. A começar pela qualificada produção da Imprensa Régia – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, sua primeira publicação em setembro de 1808, anunciava: “se fazem [...] todas as obras pertencentes ao Offício de Livreiro, tudo por preços commodos: e se apara papel a 120 reis a Resma”¹².

10 José Mindlin, *Destaques da Biblioteca InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, São Paulo, Edusp, 2013, pp. 201-234.

11 Antes da Imprensa Régia, a única tentativa editorial historicamente comprovada foi de Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, em 1747, frustrada pela apreensão da tipografia e deportação do tipógrafo para Lisboa (cf. José Mindlin, *O Livro no Brasil: Bibliotecas e Tipografias*, São Paulo, 1990, p. 1 (*mimeo*)).

12 Anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 2 nov. 1808 (Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro. 1808-1822*, São Paulo, Edusp/Kosmos, vol. 1, p. XII. Ver ainda Ernesto de Senna, “A Imprensa Régia”, *RHGS*, vol. XIII, 1911.

Acrescente-se outra raridade, o *Correio Brasiliense ou Armazem Literario* (Londres, 1808-1822), coleção completa que Mindlin emprestou para ser fac-similada pela Imprensa Oficial do Estado.

Só da Bahia, da primeira metade do século XIX, encontram-se, em sequência cronológica:

1821

Diario Constitucional. Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho.

Idade d’Ouro do Brasil. Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho.

1822

Semanario Civico. Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho

Sentinela Bahiense. Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho.

1824

Grito da Razão. Bahia, Typographia da Viuva Serva, e Carvalho.

1829

A Massa de Hercules Defronte do Periodico – O Baiano. Bahia, Typographia da Viuva Serva e Filhos.

1831

O Investigador Brasileiro. Bahia, Typographia do Orgão da Lei, 1831.

O PEREIRA. Bahia, Typographia da Viuva Serva e Filhos.

1837

O Aristarco. Periodico Político e Litterario. Bahia, Typographia do Correio Mercantil, de M.L. Velloso e Comp.

1846

O Crepusculo. Periódico Instructivo e Moral do Instituto Litterario da Bahia. Bahia, Typographia de Epifanio Pedroza, Typographia do Correio Mercantil.

1850

A Epocha Litteraria. Periodico Scientifico, Litterario, Histórico, de Belas Artes Redigido por uma Sociedade e debaixo dos Auspícios do Exmo. Sr. Visconde da Pedra Branca. Bahia, Typographia de Carlos Poggetti.

O Medico do Povo. Bahia, Typographia de Manoel Feliciano Sepulveda.

Essas edições periódicas conheceram ondas de emergência geográfica cronologicamente diversas, com algumas províncias e/ou estados destacando-se em determinados momentos. Por tratar-se de produto de centros urbanos, aconteceram inicialmente

nas capitais do país, de forte tradição rural. Logo, cabe a rápida menção de alguns títulos fora do Norte/Nordeste, que podem ser assim lembrados no acervo da BBM/USP.

1833 – 1833

Revista da Sociedade Filomática. [Editada em São Paulo, onde há uma imensidão de títulos, por conta das revistas dos acadêmicos da Faculdade de Direito. Assim como ocorre em Pernambuco, pois há várias revistas produzidas pela Faculdade de Direito do Recife].

1839

Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro.

1855 – 1980

Revista Brasileira. Jornal de Sciencias, Letras e Artes. Rio de Janeiro.

1860 – 1875

Semana Illustrada. Rio de Janeiro. [Semanal, fundada por Henrique Fleiuss, teve no seu quadro de colaboradores personalidades como Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, Flumen Junius].

1895 – 1896

A Cigarra. Rio de Janeiro.

1896 – 1897

A Bruxa. Rio de Janeiro.

Ainda do século XIX, só em Pernambuco, circularam as ilustradas: *Revista Illustrada* (1866); *O Diabo a Quatro* (1875); *O João Fernandes* (1886); *A Exposição* (1877); *O Tamoyo* (1890).

Já com relação a títulos do século XX, encontramos na BBM/USP:

1902 – 1954

O Malho. [Primeira publicação brasileira a substituir a pedra litográfica por placa de zinco, da qual participaram J. Carlos, Angelo Agostini, Lobão, Crispim do Amaral, Guimarães Passos, L. Peixoto, Leônidas de Freitas e, mais tarde, Raul, Kalixto, Nássara. Com foco na vida política, por volta de 1930 combateu a Aliança Liberal, razão pela qual a redação foi empastelada, a sede incendiada e a publicação impedida de circular por um breve período].

1904 – 1907

Arara. Semanário Crítico e Humorístico. São Paulo. [Heloisa Faria Cruz informa no livro *Papel e Tinta* que esta é uma das publicações pioneiras em inserir anúncios em meio ao conteúdo editorial].

1907 – 1958

Fon! Fon! Rio de Janeiro. [Segundo Maria Cecília Zannon, um registro da vida mundana no Rio de Janeiro da Belle Époque, trazendo costumes e notícias do cotidiano, com ilustrações de Di Cavalcanti, Nair de Tefé, J. Carlos, Raul Pederneiras, K. Lixto].

1907 – 1958

Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro.

Exemplares diversos dos anos de 1930/1940 também podem ser encontrados na BBM/USP, não obstante a ditadura e a forte censura por meio da atuação do DIP, impressos de um dos momentos mais profícuos do periodismo “engajado”, capciosamente lançado sob as vistas e com “beneplácito” de Vargas, em geral no Rio de Janeiro, a exemplo de:

1938 – 1944

Diretrizes. Rio de Janeiro.

1941 – 1945

Cultura Política. Rio de Janeiro.

1937-1946

Dom Casmurro. Rio de Janeiro.

1941-1945

Revista Acadêmica. Rio de Janeiro, R. A. Editora.

1930-1939.

Boletim de Ariel. Mensario Critico-Bibliographico Letras Artes Sciencias. Rio de Janeiro.

1947-1948

Problemas. Revista Mensal de Cultura e Política. Rio de Janeiro. Editor: Carlos Marighella.

1950 – 1962

Anhemi. São Paulo, Paulo Duarte.

Entre as mais recentes, tem-se:

1973 – 1989

Revista Código, São Paulo. [Fundada por Erthos Albino de Souza].

1986 - 1992

Revista Bric A Brac. [Na qual Mindlin participou, ao lado de Augusto de Campos, Manoel de Barros, Arnaldo Antunes, Antônio Risério].

Não bastassem as surpresas com tantos títulos raros, eis que ali se encontra - aliás, uma das preferidas de José Mindlin - a coleção completa da revista *Tico-Tico*, de 1905, considerada a primeira revista em quadrinhos do nosso país, com tiragem inicial de onze mil exemplares. Em alguns números, a tiragem chegou a cem mil exemplares.



FIG. 8. Revista *O Tico-Tico* de 1905, primeira revista em quadrinhos do Brasil. ACERVO BBM

Excepcional, igualmente, a presença da primeira edição da obra fundamental para o estudo da arte gráfica, em várias dimensões, a presença do periódico francês satírico *La Caricature*, publicado semanalmente e distribuído em Paris entre 1830 e 1843 durante a Monarquia de Julho. Fundada e dirigida por Louis Philipon, contou com a participação de Honoré de Balzac e de Honoré Daumier.

Isso posto, embora longe de registrar o imenso catálogo de periódicos da BBM/ USP, espero que as obras mencionadas agucem a curiosidade do pesquisador, que encontrará no espaço qualificado dessa impecável Brasileira inúmeros caminhos para pesquisas de teor vário.



**(Re)descobrimo uma Machadiana:
Um Depoimento Sobre
a Pesquisa com Obras Raras**

Hélio de Seixas Guimarães

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

183

Até a preparação para este evento de comemoração dos 10 anos da BBM, nunca havia parado para pensar especificamente sobre o que é a pesquisa com obras raras. Efetivamente nunca planejei que um dia faria isso nem formulei para mim mesmo um gosto por livros e documentos em função da raridade deles. Entretanto, percebo agora que o gosto pela pesquisa acabou me levando muitas vezes ao trabalho com obras raras, em vários arquivos e bibliotecas, tais como a Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro e de Lisboa, o Arquivo da Academia Brasileira de Letras e o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, a Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública de Nova York, a Bancroft Library, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, assim como as seções de obras raras dos *campi* de Los Angeles e Santa Barbara da Universidade da Califórnia.

Um traço comum a esses lugares é o cuidado no manuseio dos materiais – às vezes o uso de luvas, de suportes para sustentação dos livros, de pequenos pesos para manter os livros abertos sem forçar suas lombadas, a importância da higienização das mãos antes e depois do manuseio dos materiais – e também as restrições de acesso, que em geral incluem agendamento prévio e justificativa para a consulta, horários mais limitados do que o do acesso às obras gerais, a limitação no número de itens consultados a cada visita ou do uso de materiais e equipamentos nas salas de consulta. É de fato um trabalho de pesquisa cercado de protocolos específicos e

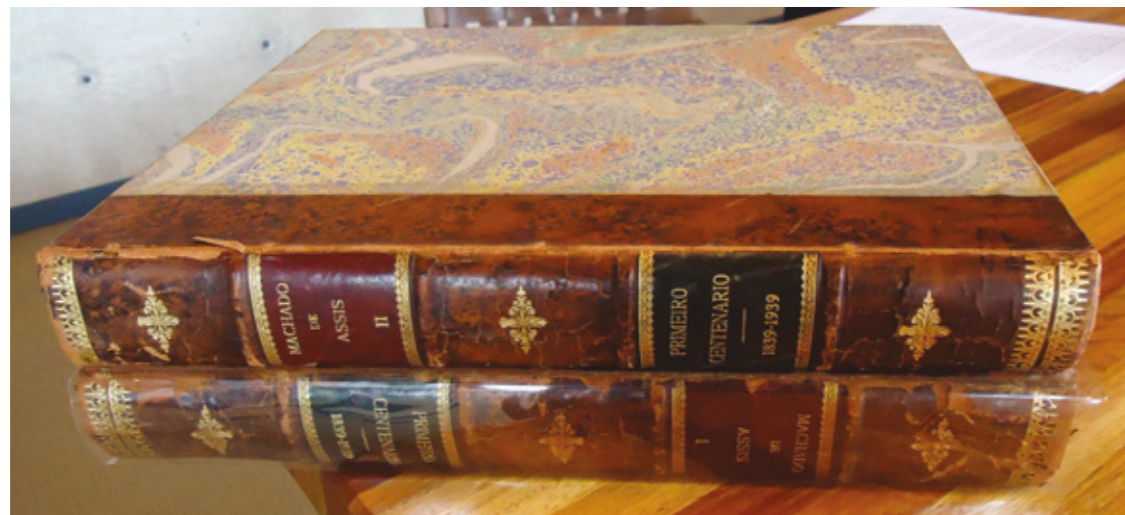


FIG. 1. Dois tomos do *Primeiro Centenário: 1839 – 1939*.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

mais ritualizado do que a consulta com materiais não raros e quase sempre está associado ao trabalho silencioso e concentrado – o tempo é curto, os arquivos em geral são vastos e a curiosidade do pesquisador, imensa.

Claro que as restrições e dificuldades em geral estão associadas a grandes compensações, como o prazer da descoberta de livros e documentos especiais, que podem abrir novas frentes de pesquisa ou trazer novas formas de pensar questões que até então pareciam ser amplamente conhecidas.

Para tratar das possibilidades e das compensações da pesquisa com obras raras, vou me concentrar no trabalho desenvolvido na Coleção Mindlin, que conheci no final dos anos 1990, ainda na casa da rua Princesa Isabel, no bairro do Brooklin, e com a qual comecei a conviver mais de perto em 2015, quando me tornei pesquisador associado da BBM, no primeiro edital de residência em pesquisa aberto pela Biblioteca.

Trata-se, portanto, de um depoimento, cujo objetivo é apresentar as potencialidades de pesquisa e produção de conhecimento que vejo numa coleção como esta. Vou tratar de um viés específico e de uma vertente importante da coleção, que é a da literatura e, mais especificamente, das primeiras edições de livros de autores e autoras brasileiras do século XIX. Com isso, espero mostrar um pouco do que há neste acervo extraordinário e quem sabe despertar o interesse em outros pesquisadores pela pesquisa nesta ou em outra coleção de obras raras.

Em 2015, quando comecei a desenvolver o trabalho aqui, eu estava interessado em estudar a recepção de Machado de Assis por seus pares, saber como ele foi lido por outros escritores. Eu já havia trabalhado com a recepção crítica de Machado de Assis e queria conhecer melhor o impacto que o aparecimento de um escritor tão singular, em grande medida tão diferente e tão potente, teve sobre aqueles com quem conviveu e sobre os que o sucederam. Tratava-se de entender melhor

como ele se tornou uma figura ao mesmo tempo admirada e incômoda para seus contemporâneos e para os seus “pósteros”. Carlos Drummond de Andrade, num primeiro momento, se refere a ele como “entrave à obra de renovação da cultura geral”; Mário de Andrade fala em um escritor que desperta admiração, mas não amor; Aníbal Machado fala em “fantasma”, fantasma camarada, mas fantasma; e o epíteto de Bruxo do Cosme Velho é sugestivo da inquietação criada pela figura de Machado.

Eu sabia que a Coleção Mindlin tinha um caderno de recortes produzido com materiais publicados por ocasião do centenário da morte de Machado, em 1939, com textos publicados em jornais e revistas, muitos deles de grandes autores (Figs. 1-3).

Comecei a levantar esse material na BBM com a Ieda Lebensztayn, que fez um pós-doutorado aqui, e fui ao Rio para um pós-doutorado no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde está guardada a coleção de cadernos de recortes de Plínio Doyle – outro grande colecionador, uma espécie de par carioca do Mindlin –, que reuniu um imenso manancial de materiais sobre a recepção literária de Machado de Assis numa coleção com mais de trinta cadernos de recortes. Essa pesquisa foi a base do projeto *Escritor por Escritor – Machado de Assis Segundo Seus Pares*, que resultou em dois volumes publicados pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, com textos de dezenas de autores e autoras sobre Machado produzidos em um século, de 1908, data de sua morte, a 2008.



FIG. 2. Folha de rosto da publicação comemorativa com recortes de artigos sobre Machado de Assis.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

FIG. 3. Artigo sobre Machado de Assis redigido pela escritora Júlia Lopes de Almeida ao jornal *O Paiz*. FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA ACERVO BBM



Resultou também em um volume de escritos de Carlos Drummond de Andrade sobre Machado, que saiu pela editora Três Estrelas e tem como título uma frase do próprio Drummond, em que ele sintetiza sua relação amorosa e difícil com Machado: *Amor Nenhum Dispensa uma Gota de Ácido*.

Pois bem. Uma coleção de obras raras tem seus encantos e seus desígnios, no sentido de que ela pode conduzir o pesquisador a caminhos que não são aqueles que planejava. Eu vim buscar os textos de escritores sobre Machado, pensando especialmente no que os modernistas presentes no acervo haviam escrito sobre ele, e acabei deparando com o próprio Machado, que até então eu achava que conhecia muito bem.

Ocorre que ao lidar com mais frequência com os materiais presentes no acervo, comecei a perceber a real dimensão da machadiana presente aqui, que complementa as grandes machadianas do Rio de Janeiro, como as da Academia, da Biblioteca Nacional e da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Também comecei a ter uma ideia melhor da longevidade e da diversidade da obra. Em geral pensamos e estudamos Machado como autor de alguns romances, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, e de uns dez, doze contos, que se tornaram antológicos. Mas ele de fato produziu escritos nos vários gêneros praticados no século XIX – poesia, crítica literária, teatro, crônica, conto, romance, correspondência –, o que inclui livros com títulos muito pouco conhecidos e pouco lidos mesmo por quem frequenta a obra de Machado de Assis há muitos anos: peças como *Desencantos* e *Os Deuses de Casaca*, livros de poemas como *Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas*, coletâneas de textos como *Histórias da Meia-Noite* e *Páginas Recolhidas*, das quais conhecemos um outro texto, mas aos quais raramente prestamos atenção como conjuntos que resultam de escolhas do autor.

Além de guardar praticamente todas as edições dos livros publicados durante o seu período de vida, ou seja, desde o livro de estreia, de 1861, até o *Memorial de Aires*, publicado no ano de sua morte, em 1908, a coleção guarda também jornais e

revistas nos quais Machado publicou pela primeira vez a grande maioria dos seus textos antes de recolhê-los em livro.

Quando fizemos a exposição desse material em 2018 – o plural aqui não é majestático, era uma equipe mesmo, formada por pós-doutorandos, alunos de Iniciação Científica, mestrado e doutorado –, a disposição em vitrines e expositores (Figs. 4 e 5) criou uma outra ideia sobre a trajetória de Machado de Assis, que se perde de vista quando o lemos de forma esporádica, um pouco segmentada, em livros e em edições modernas, que em geral privilegiam a produção pós-*Brás Cubas* ou dividem a produção em gêneros.



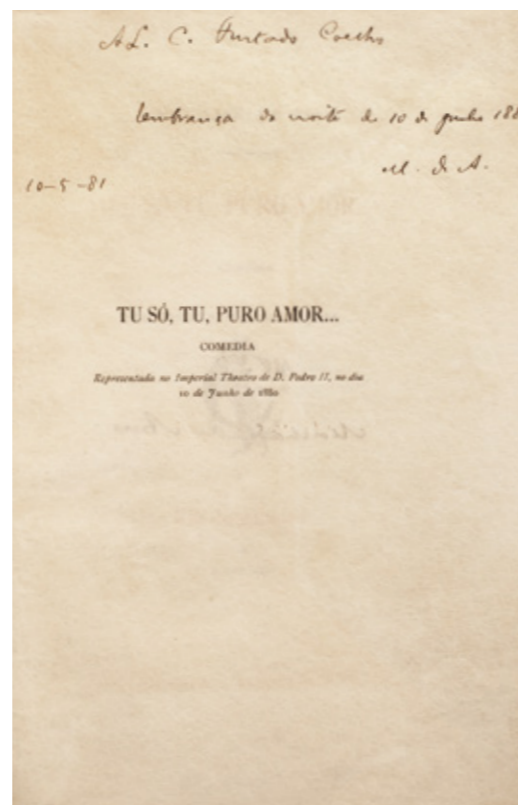
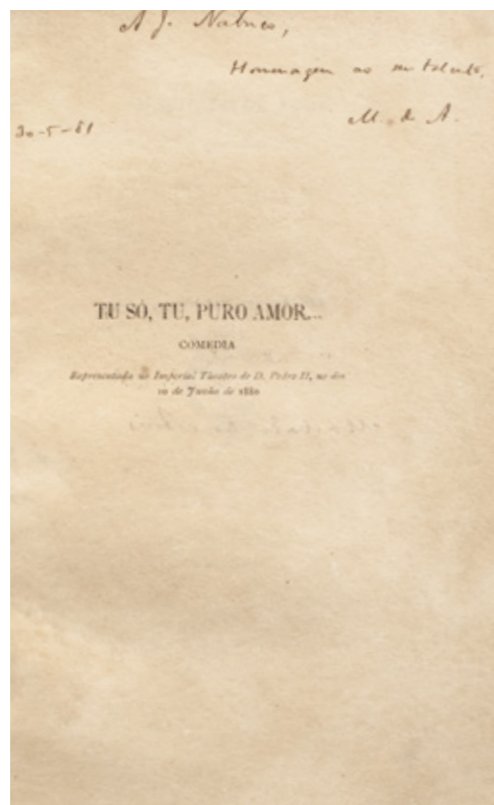
FIG. 4 E 5. Vitrines e expositores com a trajetória de Machado de Assis por meio de suas obras. FOTOS: MUJICA BANCO DE IMAGENS BBM

FIG. 6. Falsa folha de rosto da obra *Tu Só, Tu, Puro Amor...* com dedicatória de Machado de Assis a Furtado Coelho.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

FIG. 7. Falsa folha de rosto da obra *Tu Só, Tu, Puro Amor...* com dedicatória de Machado de Assis a Joaquim Nabuco.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM



Eu me lembro que a Cristina Antunes, que conhecia essa coleção como ninguém, ficou espantada quando viu o conjunto e me disse que provavelmente o próprio José Mindlin nunca tenha tido a visão do conjunto.

O que a BBM contém e a exposição mostrava é a própria dinâmica da produção da obra.

Em geral ela vai do periódico ao livro, passagem na qual está implicada a seleção feita pelo próprio autor daquilo que ele considera que devia ficar registrado no formato mais perene e consagrador do livro. Essa é uma frente de pesquisa importante nos estudos machadianos, que ganhou muita força nas últimas décadas, e que procura compreender o escritor em situação, no diálogo muito direto com seus potenciais leitores nas páginas dos jornais e revistas que frequentou intensamente ao longo de toda a carreira.

Ainda pensando no processo de constituição desse autor que em geral conhecemos em sua forma encadernada e a partir das obras-primas, eu me lembro do espanto de várias pessoas, entre as quais me incluo, ao perceber que *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é o 14º dos 25 livros publicado por Machado de Assis. Antes dele, publicou treze livros; depois dele, outros onze. Ou seja, as *Memórias Póstumas* não são ponto de partida e nem de chegada, como a gente costuma pensar. Houve um longo percurso, de vinte anos, que inclui quatro livros de teatro, três de poesia, dois de contos e quatro romances, além de tudo o que ficou nas páginas de jornais e revistas.

Foi um aprendizado e tanto até que o escritor formasse um repertório, dominasse técnicas de escrita, construísse uma autoridade autoral de modo a conquistar um lugar dentro do ambiente literário que lhe permitisse escrever e lançar um livro tão audacioso como *Brás Cubas*. Eu fui me dando conta disso no contato direto com os livros e na leitura deles, em ordem cronológica de publicação.

A partir da exposição, em conversa com o editor Flávio Moura, surgiu a ideia de reeditar a obra de Machado de Assis livro a livro, numa coleção que desse a dimensão do processo de formação do escritor e valorizasse esse processo, e não apenas os grandes resultados a que chegou em suas obras-primas. A Todavia conseguiu apoio do Itaú Cultural, e isso resultou na coleção com 26 livros (os 25 que publicou em vida com a assinatura Machado de Assis na capa, mais um volume extra, *Terras*).

Também me espantei ao perceber que no mesmo ano das *Memórias Póstumas* ele publicava uma peça, *Tu Só, Tu, Puro Amor*, que escreveu para o evento comemorativo do tricentenário da morte de Luís de Camões, realizado no Rio de Janeiro em 1880, um assunto e uma situação que, pelo menos aparentemente, não poderiam ser mais tradicionais e convencionais.

Mas não é só a completude do conjunto conservado na BBM que surpreende. Porque não se trata apenas de uma coleção completa dos livros de Machado de Assis, ou das primeiras edições dos livros que Machado de Assis publicou em vida – o que não seria e não é pouco –, e sim de uma coleção formada por exemplares muito especiais também por aquilo que encontramos no interior deles.

Há, por exemplo, dois exemplares da peça já mencionada, *Tu Só, Tu, Puro Amor*.

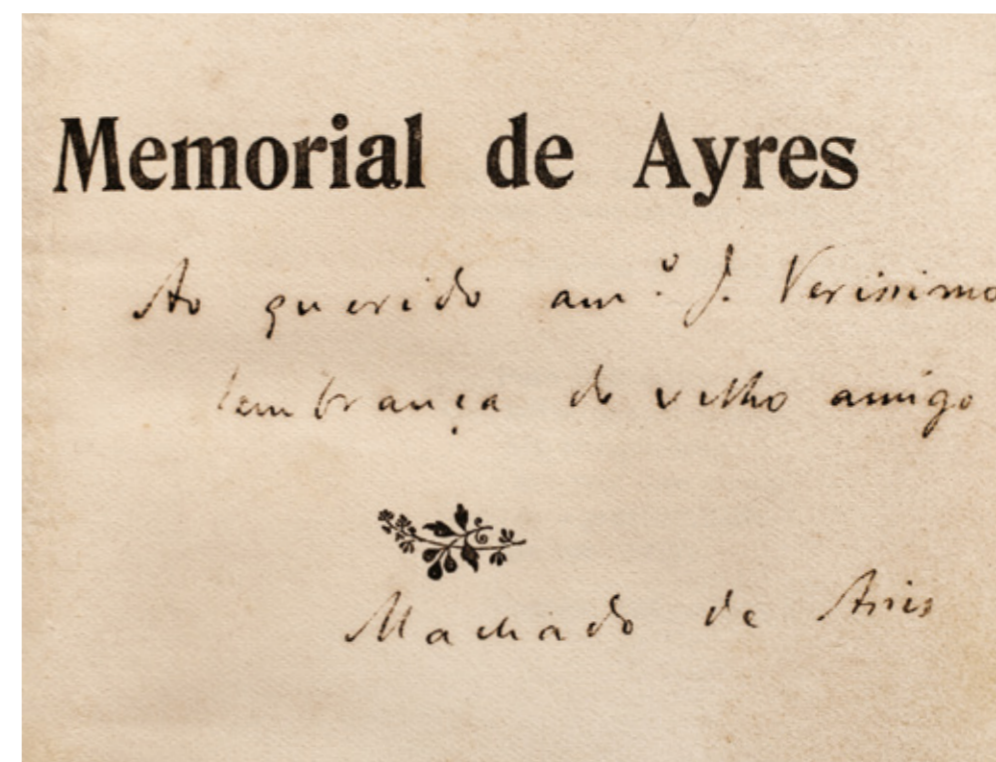
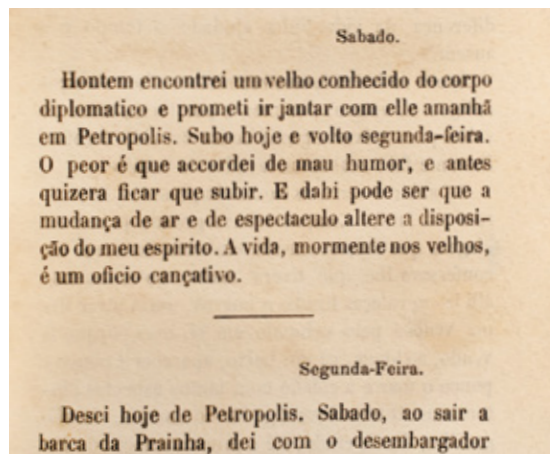


FIG. 8. *Memorial de Ayres* com dedicatória de Machado de Assis a José Veríssimo, na folha de rosto.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM



FIGS. 9 E 10. Marcas presentes no livro *Memorial de Ayres* pertencente a José Veríssimo.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

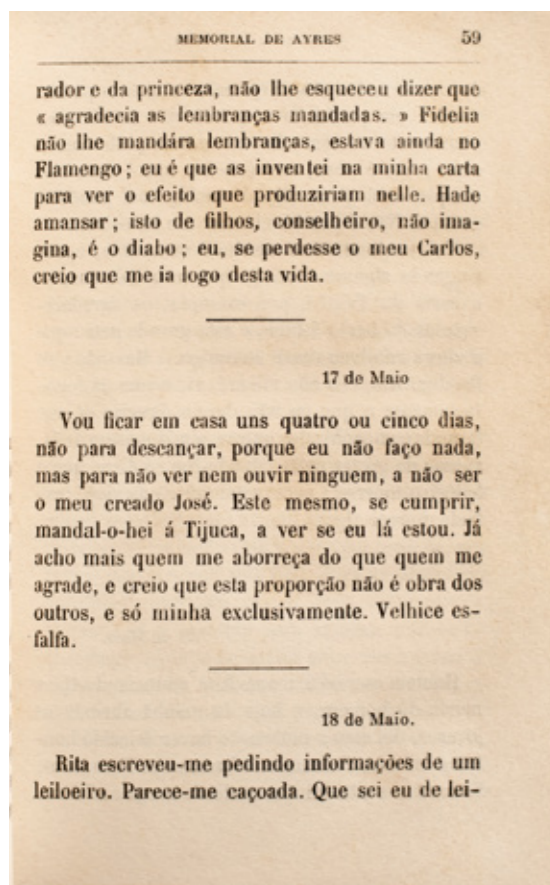
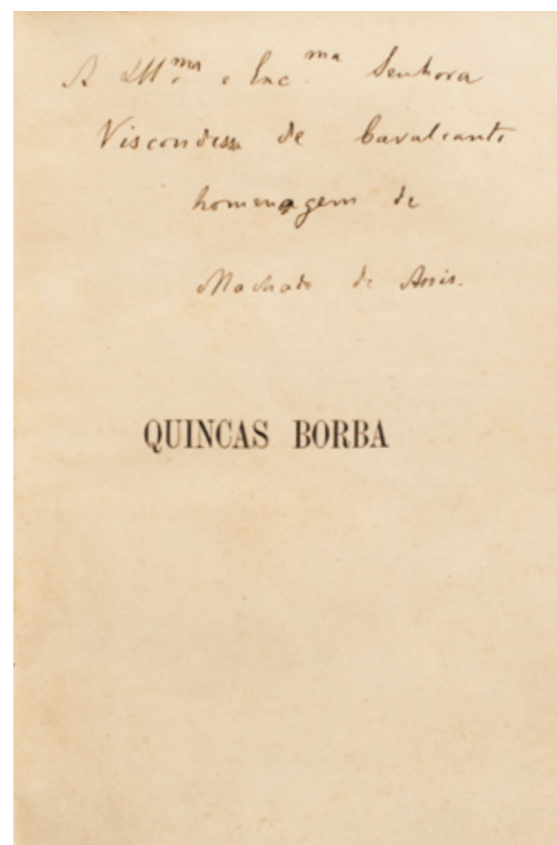


FIG. 11. Falsa folha de rosto da obra *Quincas Borba* com dedicatória de Machado de Assis a sua leitora Viscondessa de Cavalcanti.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM



No evento camoniano de 1880, Joaquim Nabuco fez o discurso de homenagem a Camões, e a peça de Machado foi encenada tendo o então famosíssimo ator Furtado Coelho no papel de Camões. A coleção da BBM tem tanto o exemplar que Machado dedicou a Furtado Coelho (Fig. 6) como aquele dedicado a Joaquim Nabuco (Fig. 7). Ou seja, são exemplares que guardam inscrições materiais das três figuras centrais daquelas comemorações: Nabuco, Furtado Coelho e Machado de Assis.

Outro exemplo: a BBM tem nada menos que quatro exemplares do *Memorial de Aires*. Um deles é dedicado a José Veríssimo (Fig. 8), escritor, crítico e historiador da literatura, que foi muito amigo de Machado de Assis. Veríssimo escreveu e publicou uma resenha sobre o *Memorial* logo depois que o romance começou a circular, em julho de 1908. Nesse exemplar da BBM, há marcas e grifos de passagens, em azul, que coincidem com trechos citados por Veríssimo na sua recensão crítica (Figs. 9 e 10). Isso leva a crer que foi exatamente esse o exemplar que, em carta a Machado, Veríssimo disse ter ido buscar na livraria Garnier e utilizou para escrever um texto que faz parte da história das leituras da obra de Machado de Assis.

Nos exemplares, são muitas marcas autógrafas, como uma dedicatória raríssima a uma leitora de Machado de Assis, a Viscondessa de Cavalcanti (Fig. 11), testemunhos de relações pessoais e profissionais do escritor, que nos permitem pensar sobre dinâmicas da vida e da sociabilidade literária e cultural do século XIX e início do XX.

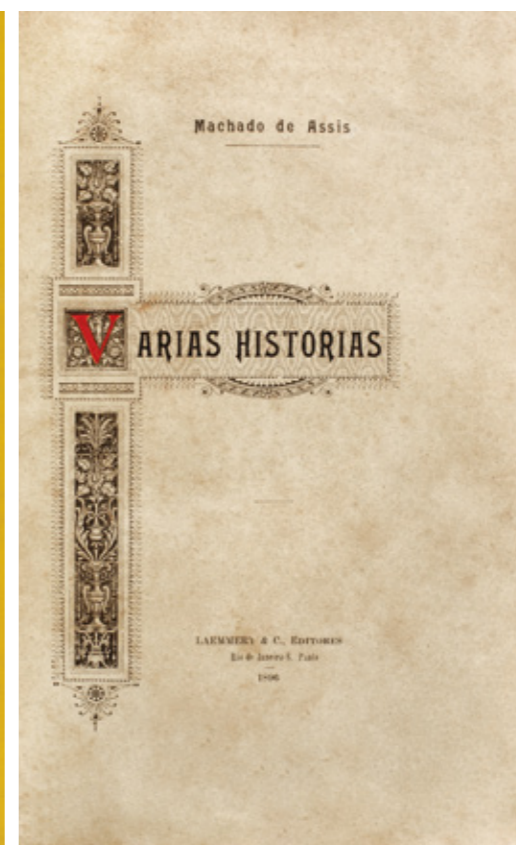
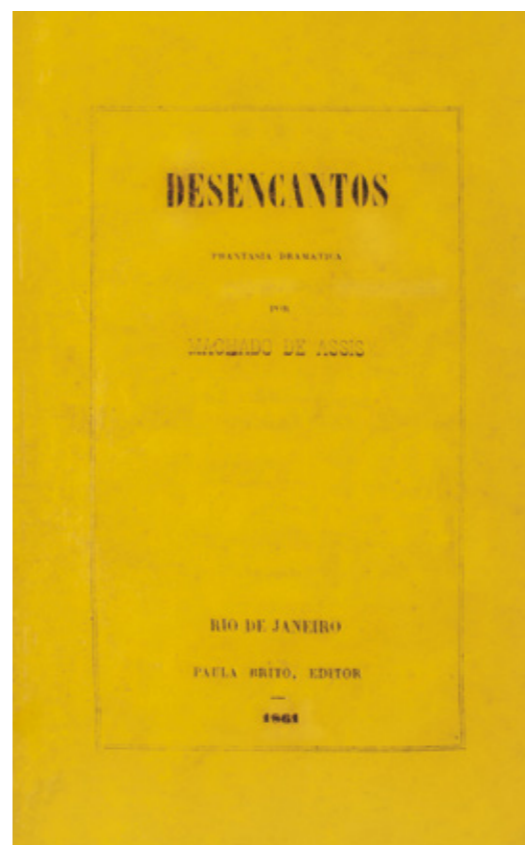


FIG. 12. Folha de rosto da obra *Desencantos*, editada por Paula Brito.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

FIG. 13. Obra *Desencantos*, editada por Laemmert.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

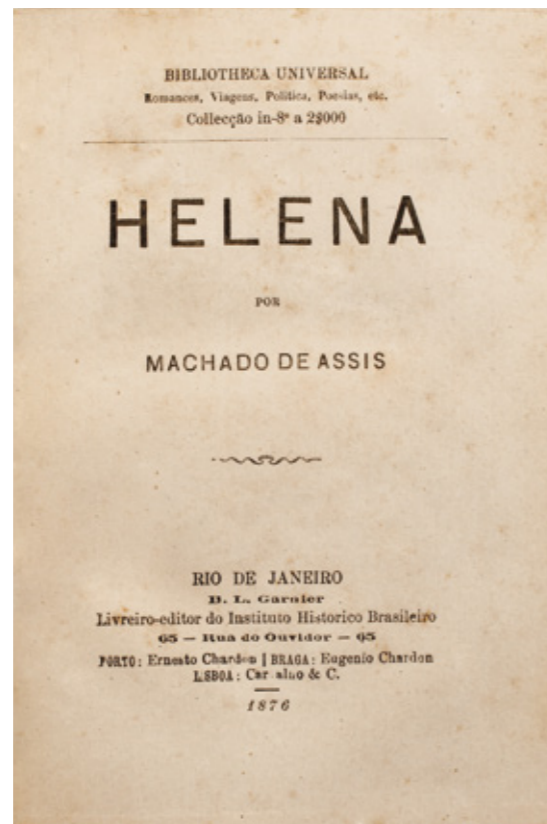
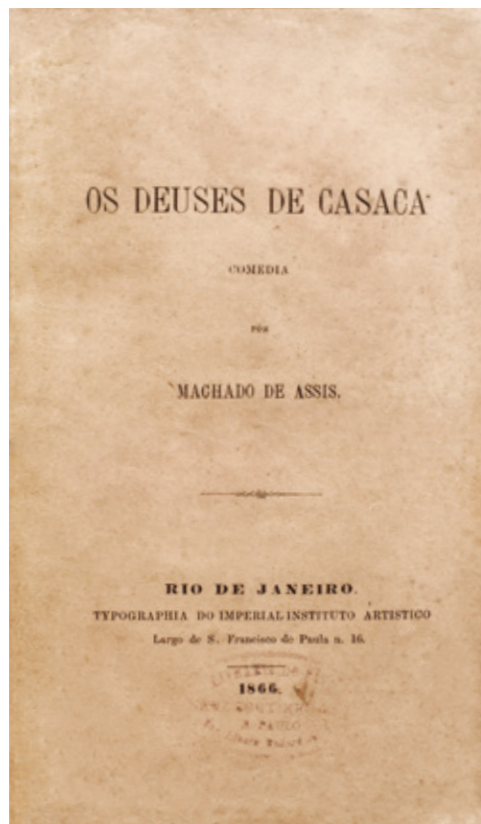


FIG. 14. Folha de rosto da obra *Os Deuses de Casaca*, impressa pela Tipografia do Imperial Instituto Artístico.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

FIG. 15. Folha de rosto da obra *Helena*, coeditada por B. L. Garnier e Editora Chardon, do Porto.

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

Os exemplares mostram, por exemplo, como os livros de Machado de Assis participam de uma história editorial e tipográfica que vai muito além dos irmãos Garnier, passando por outros editores e tipógrafos como Paula Brito (Fig. 12), Laemmert (Fig. 13), e tipografias, como a dos jornais *O Cruzeiro* e *O Globo*, da Tipografia do Imperial Instituto Artístico e de uma coedição de *Helena* da editora B. L. Garnier com a editora Chardon, do Porto, em Portugal. Mostram também como as marcas de prestígio do escritor vão sendo agregadas aos livros. Isso é visível pela qualidade em geral crescente das edições, perceptíveis no acabamento gráfico, tipo de papel e encadernações.

Observe-se a simplicidade da edição dos primeiros livros, *Desencantos* (Fig. 12) e *Os Deuses de Casaca* (Fig. 14), em comparação com as de *Helena* (Fig. 15) e *Várias Histórias*, muito mais elaboradas. Acompanhando os livros, vemos a certa altura, ao lado da folha de rosto, a lista dos livros já publicados, que indicam o incremento do pecúlio literário do escritor (Figs. 16 a 18).

Vemos também seus livros, primeiramente associados a jornais e tipografias, passarem a compor coleções intituladas Biblioteca Teatral, Biblioteca Universal (Fig. 15), até a menção que a partir de 1897 acompanha o nome de Machado de Assis, quase como um sobrenome – “da Academia Brasileira” (Fig. 19), uma marca inequívoca de sua consagração em vida.

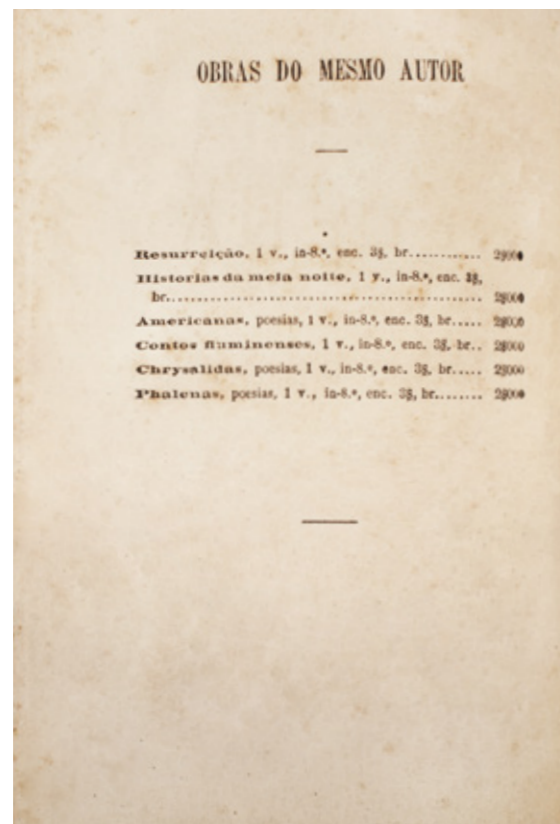


FIG. 16. Relação das obras de Machado de Assis publicadas pela B. L. Garnier (até 1876).

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

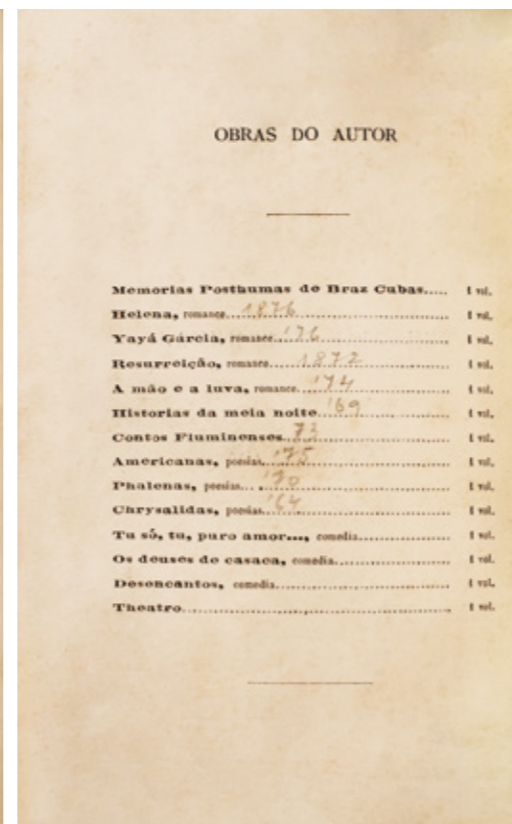


FIG. 17. Obras de Machado de Assis publicadas pela Typographia Nacional (até 1881).

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

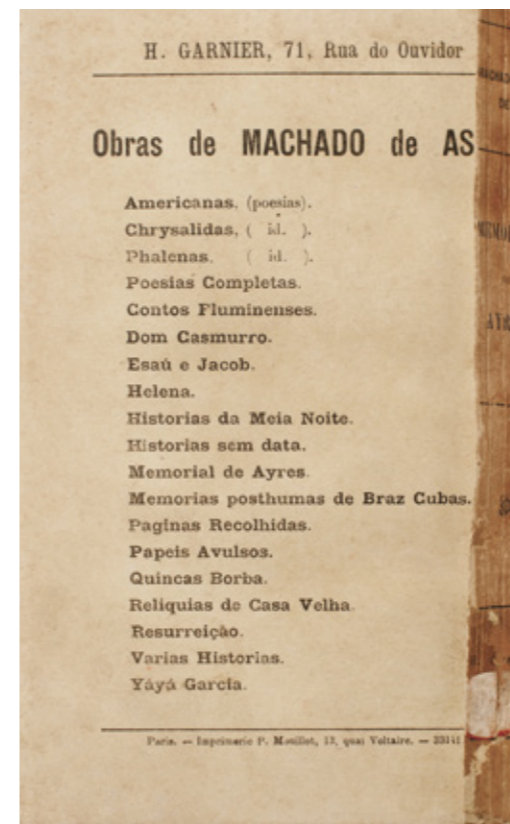


FIG. 18. Relação das obras de Machado de Assis publicadas por H. Garnier (até 1888).

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

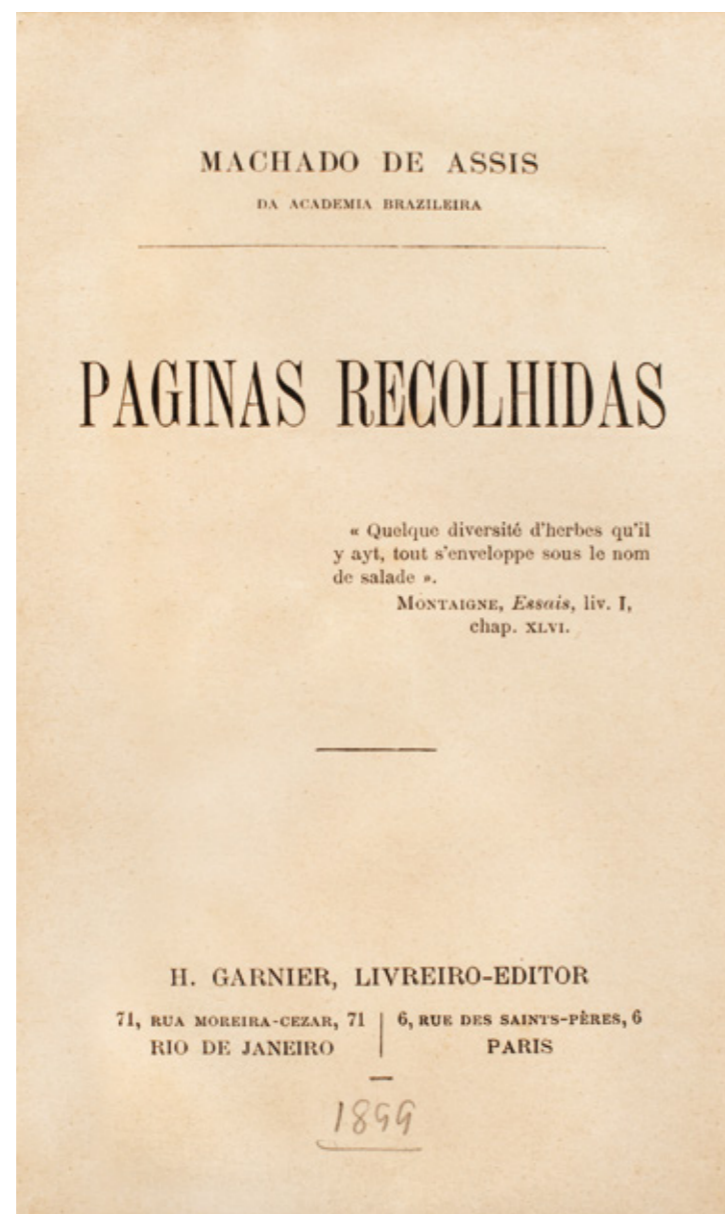


FIG. 19. Folha de rosto da obra *Páginas Recolhidas*, com destaque para a expressão "da Academia Brasileira" logo abaixo do nome de Machado de Assis.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM



FIG. 20. *Ex-libris* de Rubens Borba de Moraes e de José Mindlin, na contraguarda e na folha de guarda da encadernação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

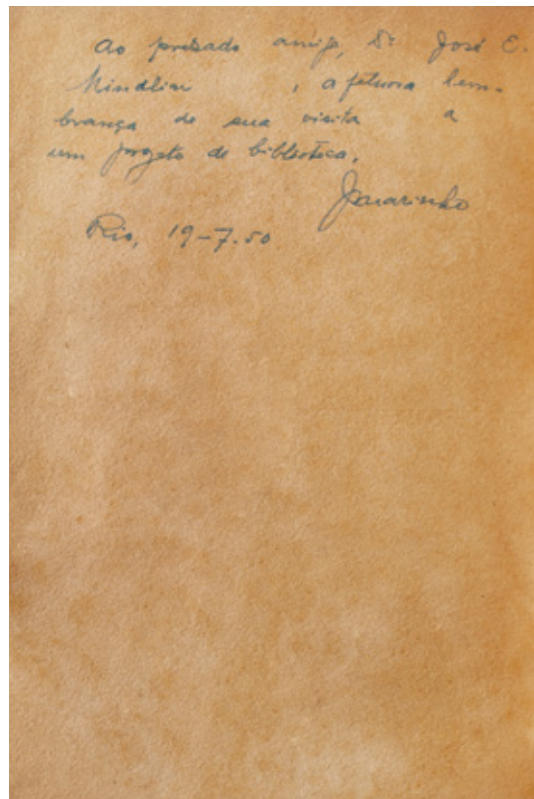


FIG. 21. Verso da folha de guarda de *Desencanto* com uma dedicatória de J. Marinho a José Mindlin.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

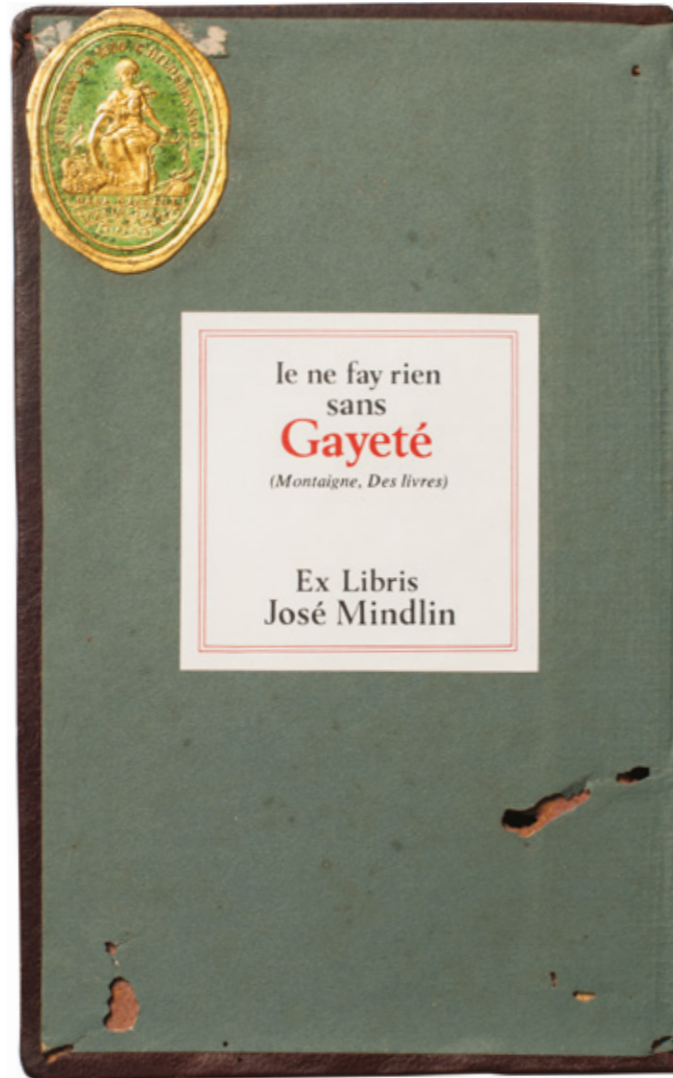
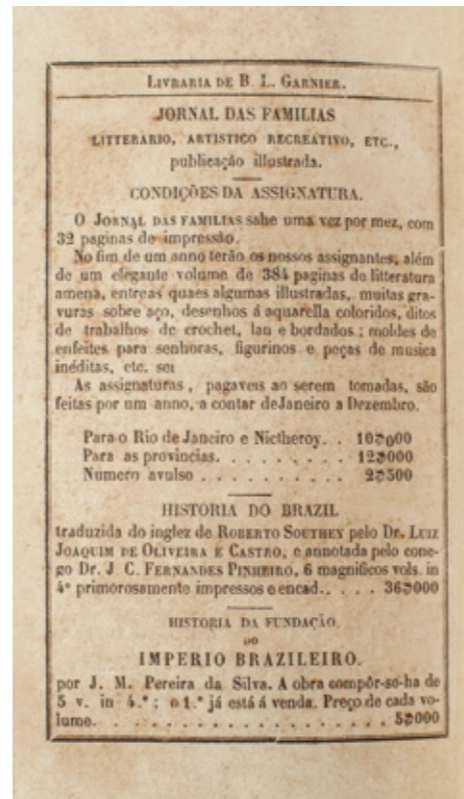


FIG. 22. Selo da livraria Casa Garraux na contraguarda de *Esau e Jacó*.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

FIG. 23. Chancela da livraria J. Leite no anterrosto de *Desencantos*.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM



FIGS. 24A, 24B E 24C Catálogo da livraria B. L. Garnier.
FOTOS: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

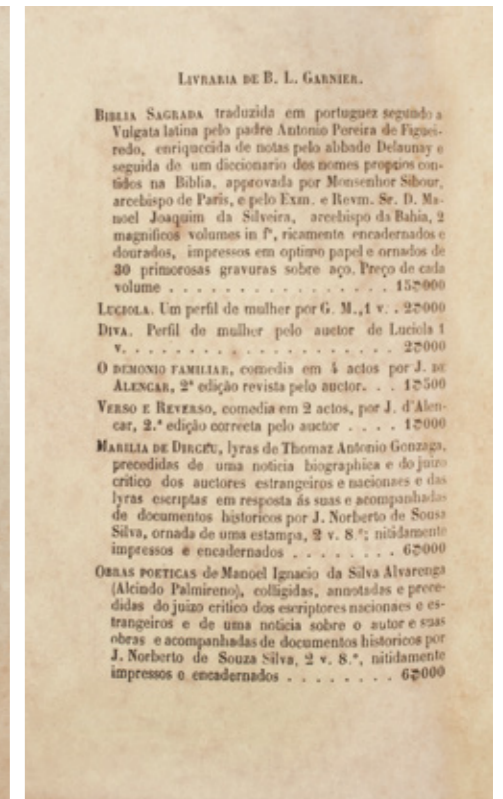
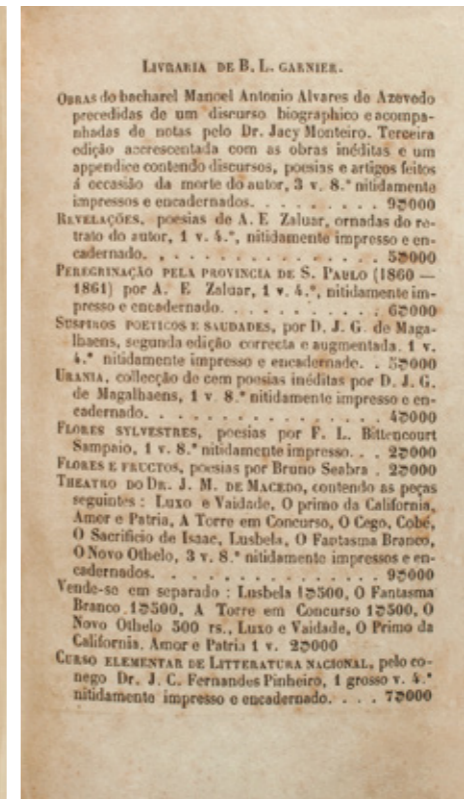


FIG. 25. Catálogo da livraria H. Garnier.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

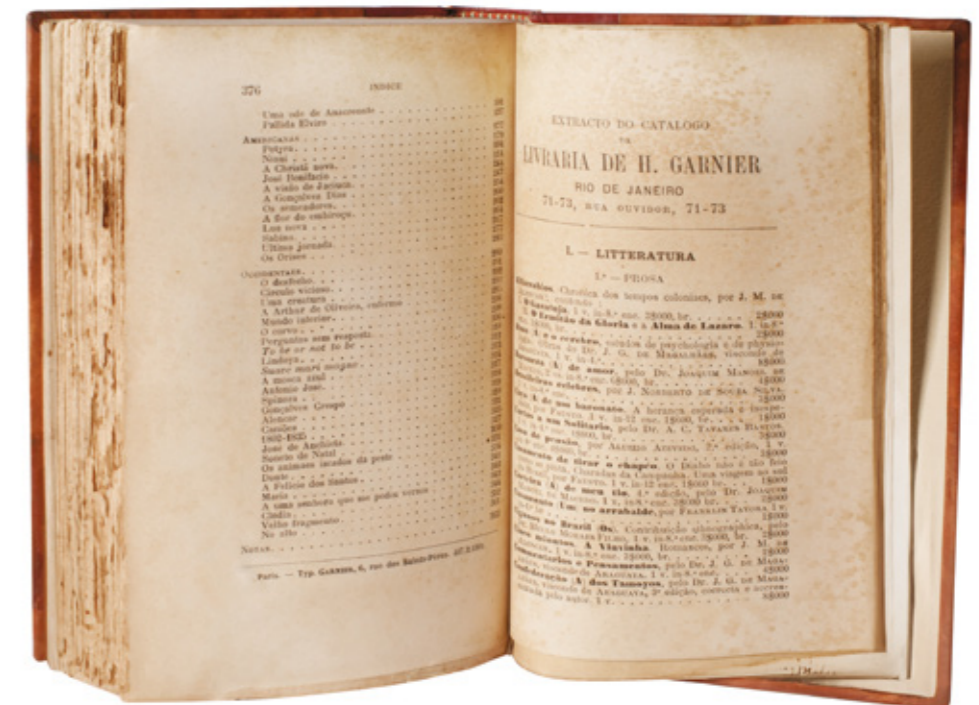


FIG. 26. Valor pago pelo exemplar de *Quincas Borba*. (100,00 cruzeiros novos).

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

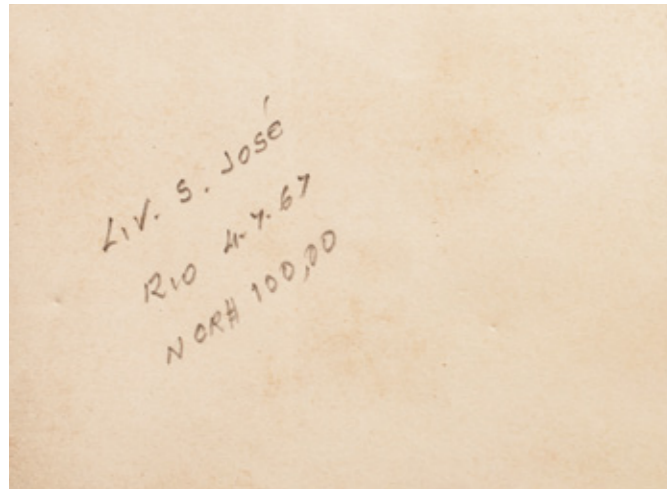


FIG. 27. Detalhes do verso da guarda da encadernação de *Memorial de Aires*. Características distintas do exemplar: não possui colofão, possivelmente uma primeira edição, visto que a segunda edição traz a informação "Typographia Garnier".

FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

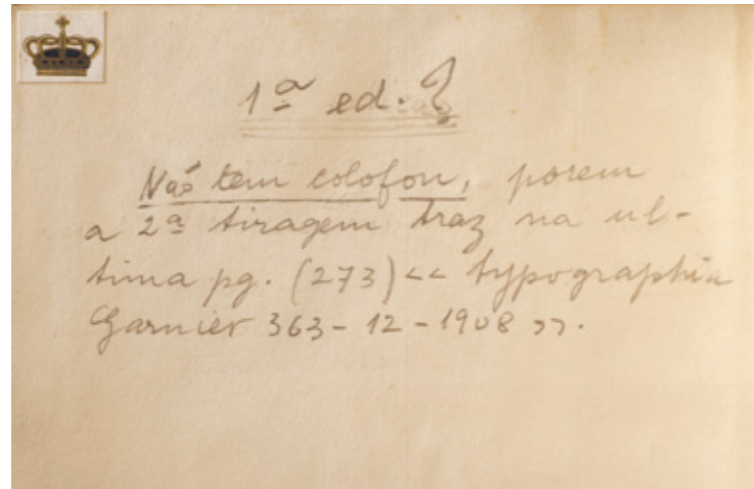


FIG. 28, 29, 30, 31. Detalhes das encadernações luxuosas das obras *Queda que as Mulheres Têm para os Tolos*, *Desencantos*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

FOTOS: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM



Também vemos o valor postumamente associado às obras e a cada exemplar observando marcas de procedência e propriedade, nos *ex-libris* (Fig. 20), em doações feitas a José Mindlin (Fig. 21), em selos de livrarias pelas quais passaram (Fig. 22 e 23).

Em alguns casos há anexação de catálogo dessas livrarias, que permitem compreender o contexto editorial e livreiro em que os livros de Machado de Assis foram produzidos e circularam (Fig. 24 e 25). Há também anotações sobre os valores pagos (Fig. 26) e sobre as características distintas daquela edição ou daquele exemplar (Fig. 27).

O apuro das encadernações em geral feitas pelos colecionadores mostra visualmente o valor simbólico – e também material – de cada exemplar (Figs. 28, 29, 30, 31).

Ou seja, estamos de fato diante de uma coleção que contém várias histórias. Esse é o título escolhido para a exposição virtual¹, na qual esses livros, publicados entre 1861 e 1908, estão à mostra. Por meio desses livros publicados num período de quase cinquenta anos, e das marcas que trazem acumuladas durante sua existência de mais de um século, pode-se conhecer melhor não só parte importante da história da literatura brasileira, mas também um pouco da história editorial, gráfica, da imprensa, da sociabilidade literária e também da prática colecionista, que foi o que permitiu que eles terminassem reunidos na BBM.

No caso da coleção Mindlin, o que impressiona é a qualidade dos exemplares e a densidade do conjunto, a quantidade de informação reunida nele. A formação de uma coleção desse tipo demanda não só recursos materiais e tempo, mas uma rede de relações e um acúmulo de conhecimento sobre a importância de cada um dos objetos colecionados.

¹ Disponível no site da BBM: <https://machadodeassis.bbm.usp.br>

Certamente não é por mero acaso que a coleção tem os exemplares com as dedicatórias que têm, ou que haja na coleção exemplares de uma mesma edição, mas com configurações diferentes.

Esse é o caso de um recém-descoberto exemplar da edição de 1896 das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* que contém o “Prólogo da Terceira Edição” (Fig. 32), que não aparece em nenhum dos outros exemplares até hoje conhecidos, que pertencem a coleções do Rio de Janeiro. Quando a Comissão Machado de Assis fez a edição crítica do romance no final da década de 1950, eles não conseguiram nenhum exemplar com esse prólogo, localizado aqui na BBM e incluído no livro-catálogo *Primeiras Edições de Machado de Assis na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*.

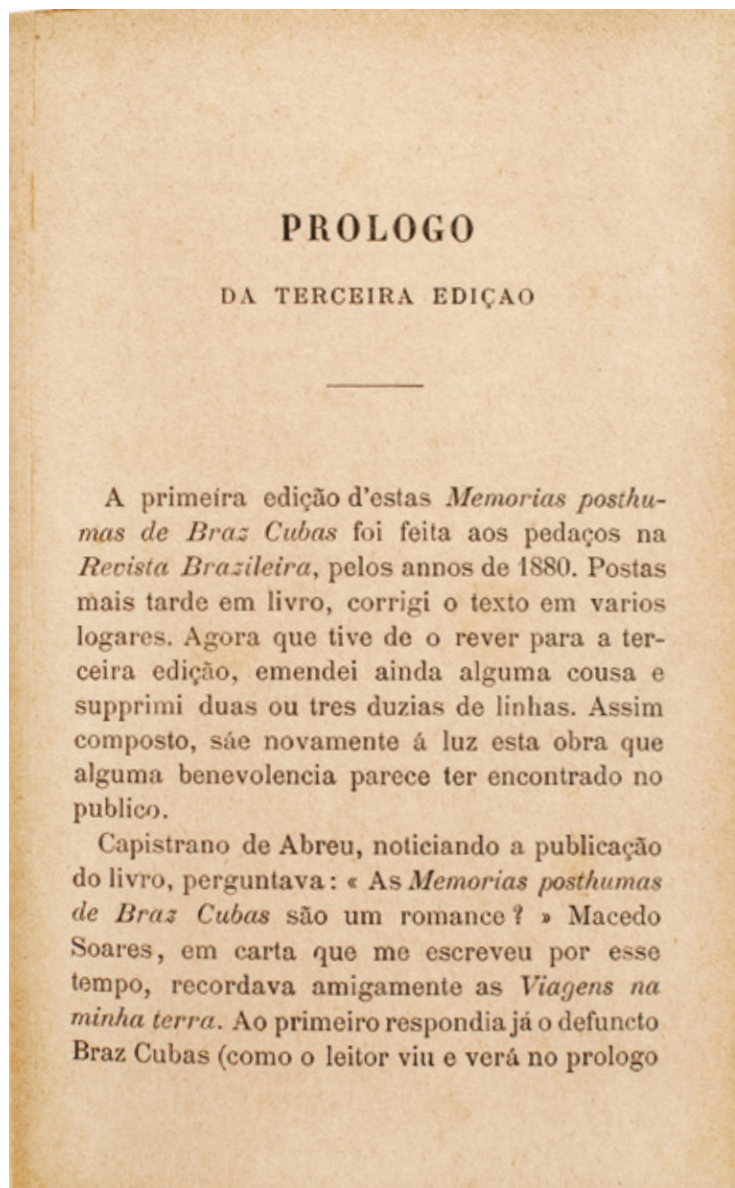


FIG. 32. “Prólogo da Terceira Edição” da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.
FOTO: WAGNER SOUZA E SILVA
ACERVO BBM

Isso mostra que nem todos os livros de uma mesma edição são iguais. O que faz pensar no potencial de novos conhecimentos que poderão surgir a partir da integração dos vários acervos de obras raras digitalizadas e de projetos colaborativos da BBM com outras brasileiras do Brasil e do exterior.

Espero que este breve depoimento possa servir de incentivo para novas e novos pesquisadores se lançarem à pesquisa no Acervo da BBM. E que o trabalho feito com um conjunto específico de livros possa se expandir para outros autores, obras, períodos e assuntos, de modo a revelar o enorme potencial de conhecimento contido nesta coleção formada e doada à USP pelo casal Guita e José Mindlin.



Atlas dos Viajantes no Brasil: Uma Experiência Inovadora de Leitura de Relatos de Viagem

João Cardoso

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

203

INTRODUÇÃO

O *Atlas dos Viajantes no Brasil*¹ é uma plataforma interativa que usa uma base cartográfica digital para organizar, relacionar e divulgar relatos de viagem do Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP). O objetivo principal do projeto foi criar uma ferramenta que promovesse uma nova maneira de ler e interpretar os relatos de viagem presentes no Acervo. Para isso, o ponto de partida foi o encontro de duas formas tradicionais de organização da informação: o atlas e a enciclopédia. Neste texto, apresentarei um panorama sobre a elaboração do *Atlas* e discutirei as principais questões que a envolveram.

Inicialmente, darei um breve informe sobre o contexto institucional que propiciou sua criação, em seguida, detalharei os elementos mais importantes da concepção e execução do projeto e, finalmente, explicitarei as razões pelas quais a plataforma pode ser considerada uma iniciativa inovadora no campo de diálogo entre humanidades e tecnologias digitais. Apesar do profundo ancoramento do *Atlas* nas tecnologias de informação, minhas reflexões enfocam mais os elementos conceituais do projeto do que os procedimentos tecnológicos necessários à sua execução.

1 Disponível em: <https://viajantes.bbm.usp.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

OPORTUNIDADE DE DESENVOLVER UM PROJETO INOVADOR

O projeto *Atlas dos Viajantes no Brasil* começou a tomar forma em 2017, em razão da disponibilidade de recursos oriundos de um patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à BBM. A demanda, bastante geral, era desenvolver possibilidades de ampliar o acesso ao acervo por meio de tecnologias da informação. A trajetória da biblioteca nesse domínio já estava consolidada, pois desde 2009 a BBM mantém uma biblioteca digital, que disponibiliza virtualmente cerca de quatro mil itens de seu acervo. As ambições de um novo projeto na frente virtual não se aliavam tanto às formas mais tradicionais de constituição de repositórios digitais quanto à experimentação de novas possibilidades de relacionamento entre um acervo de livros raros sobre o Brasil e ferramentas digitais.

Após dois anos de trabalho, a plataforma foi lançada em novembro de 2019. Na primeira etapa do projeto, foram disponibilizadas as obras de oito viajantes. Ao longo de 2020, foi executada a segunda etapa, que resultou na publicação de mais dez relatos. Além de ampliar a oferta de conteúdo, nessa etapa também buscamos aprimorar os métodos e processos de produção dos mapas e de seus conteúdos, visando dar mais precisão às informações disponibilizadas pelo *Atlas*. Se para a execução da primeira etapa do projeto foi fundamental o apoio do BNDES, a segunda etapa foi viabilizada pelo 5º Edital Santander/USP/Fusp de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão. O conteúdo do *Atlas* também foi ampliado por meio de parcerias da BBM com o Instituto Hercule Florence e com a professora Camila Loureiro Dias (IFCH/Unicamp). Essas parcerias não apenas resultaram na publicação de duas obras na plataforma como concretizaram o potencial do projeto de estabelecer uma rede capaz de articular instituições e pesquisadores em torno de ações que buscam desenvolver novas ferramentas de organização, relacionamento e divulgação de acervos patrimoniais em formato digital.

O projeto foi uma obra coletiva e não teria existido sem o trabalho de muitas pessoas. Cito, em primeiro lugar, Ian Chaves, geógrafo que participou de todas as etapas do projeto e teve papel fundamental na criação da plataforma. Gostaria também de agradecer as contribuições e incentivos dos professores Alexandre Macchione Saes, Alexandre Moreli, Carlos Alberto Zeron e Iris Kantor. Enfim, estudantes de graduação de diversos cursos da USP também contribuíram com a criação do *Atlas*. Entre eles estão Alice Santana de Lima, Maria Carolina Freitas de Azevedo, Rafaél Antônio Cruz e Thayna Mesquita. Enfim, ao meu colega Francisco Ribeiro Pereira agradeço pelo suporte tecnológico ao longo desses anos de existência da plataforma.

DOS LIVROS AOS MAPAS

Para iniciar as experimentações com as possibilidades de relacionamento entre um acervo de livros raros e ferramentas digitais, era preciso entender as características e potencialidades da coleção. Os relatos produzidos por viajantes brasileiros

e estrangeiros entre o século XVI e início do XX constituem um dos conjuntos temáticos mais importantes do acervo da BBM. Uma das razões dessa importância é a instabilidade de seus limites formais e temáticos, que deriva do fato de que viagens podem ser empreendidas por pessoas com formações e interesses variados – naturalistas, missionários, escritores, administradores coloniais, entre tantas outras possibilidades – que percorrem locais com características igualmente variadas em termos sociais, ecológicos, econômicos, culturais etc. – ambientes urbanos, rurais e naturais, habitados por populações humanas e não humanas que se relacionam entre si e com os outros – de maneiras específicas. Isso significa que o conjunto de relatos de viagens que a BBM guarda em seu acervo forma uma verdadeira enciclopédia sobre o Brasil.

Contudo, essa natureza enciclopédica (a instabilidade de limites temáticos) existe sob uma forma contingente (a instabilidade de limites formais), isto é, temas relacionados à economia, por exemplo, podem ser encontrados em determinado relato de maneira mais ou menos pontual, mais ou menos sistematizada e fundamentada, em conjunção com temas sociais e/ou políticos e/ou naturais etc. Os arranjos dependem da formação e dos interesses do viajante, dos locais que ele percorreu, do tempo de permanência nos locais, das pessoas que encontrou... Seja como for, há nesses livros informações muito importantes, que podem interessar a públicos variados: pesquisadores nas áreas de biologia, história, antropologia, arquitetura, turismo; professores e estudantes dos ensinos fundamental e médio; pessoas simplesmente interessadas em conhecer aspectos do Brasil dos séculos anteriores.

Esse diagnóstico contrastava com a percepção de que a maioria dos relatos de viajantes eram pouco conhecidos, sobretudo por seu potencial informativo enciclopédico, às vezes até mesmo por pesquisadores especializados. Essa foi a primeira conclusão do estudo das características e potencialidades do acervo: os relatos de viagem da BBM são muito valiosos por suas informações, mas pouco conhecidos por seus públicos potenciais. Cobia, portanto, sistematizar essa massa enciclopédica de informações, e a realização da tarefa era duplamente compatível com a oportunidade aberta: a sistematização era mais fácil de ser realizada com recursos tecnológicos, e o meio digital oferecia uma perspectiva de alcançar públicos mais amplos.

Tendo dado esse primeiro passo, era preciso definir a maneira de sistematizar os conteúdos enciclopédicos dos relatos de viagem. Uma característica fundamental desse gênero continha a resposta. Toda viagem implica deslocamento no espaço (e por conseguinte no tempo), de forma que o que a fundamenta está necessariamente presente no relato que a representa. Relatos de viagem são, pois, narrativas baseadas em deslocamentos no tempo e no espaço, que associam informações às diferentes etapas espacotemporais do deslocamento. Isso quer dizer que relatos de viagem podem ser mapeados – não por acaso, todo mapa pressupõe uma viagem para levantamento de dados a serem representados cartograficamente.

Definido o tipo documental, a tarefa seguinte foi selecionar os relatos que integrariam a plataforma. O principal critério de seleção foi o de diversidade, que se

manifesta nos espaços percorridos, nos tempos históricos das viagens, nos pontos de vista e nacionalidades dos viajantes, nos temas abordados. O Quadro 1 oferece uma síntese dessas diversidades. Feita a seleção, era preciso tratar os textos dos relatos selecionados, de maneira a possibilitar tanto a elaboração de mapas quanto a estruturação de uma enciclopédia. Quanto ao primeiro ponto, o tratamento consistiu em identificar os elementos relacionados ao deslocamento do viajante (referências espaciais, topônimos principalmente, e cronológicas, como datas e estações do ano), e, quanto ao segundo ponto, em atribuir temas às passagens com conteúdos informativos sobre uma localidade mais ou menos precisa e identificável. Assim, pode-se dizer, de maneira bastante simplificadora, que as passagens mais narrativas dos relatos forneciam os elementos sobre o deslocamento espaçotemporal do viajante, e as passagens mais descritivas forneciam os elementos enciclopédicos. Evidentemente, as fronteiras entre modos narrativo e descritivo não são estanques, mas algum esquematismo era necessário para segmentar elementos discretos e transferir as informações contidas num relato para um formato novo, o banco de dados.

QUADRO 1. Síntese das viagens atualmente disponíveis no *Atlas dos Viajantes no Brasil*

VIAJANTE	PAÍS DE ORIGEM	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	PERÍODO DA VIAGEM	REGIÕES PERCORRIDAS	ETAPA DO PROJETO
Luís D'Alincourt	Portugal	Engenheiro	Anos 1820	Sudeste, Centro-Oeste e Norte	Segunda (2021)
Mário de Andrade	Brasil	Escritor	Anos 1920	Sudeste, Nordeste e Norte	Segunda (2021)
Robert Avé-Lallemant	Alemanha	Médico	Anos 1850	Sul e Sudeste	Primeira (2019)
Teresa da Baviera	Alemanha	Naturalista	Anos 1880	Sudeste	Segunda (2021)
Fernão Cardim	Portugal	Missionário	Anos 1580	Sudeste e Nordeste	Segunda (2021)
Charles-Marie de la Condamine	França	Cientista	Anos 1740	Norte	Primeira (2019)
Hercule Florence	França	Artista	Anos 1820	Sudeste, Centro-Oeste e Norte	Parceria Instituto Hercule Florence (2020)

Samuel Fritz	República Tcheca	Missionário	Anos 1680-1690	Norte	Parceria Profa. Dra. Camila Loureiro Dias (2022)
George Gardner	Reino Unido	Naturalista	Anos 1830-1840	Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste	Segunda (2021)
Maria Graham	Reino Unido	Escritora	Anos 1820	Sudeste e Nordeste	Primeira (2019)
Daniel Kidder	Estados Unidos	Missionário	Anos 1830	Sudeste, Nordeste e Norte	Primeira (2019)
Henry Koster	Reino Unido	Fazendeiro	Anos 1810	Nordeste	Segunda (2021)
John Mawe	Reino Unido	Comerciante	Anos 1800	Sul e Sudeste	Primeira (2019)
Joaquim Almeida Leite de Moraes	Brasil	Político	Anos 1880	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte	Primeira (2019)
Theodore Roosevelt	Estados Unidos	Político	Anos 1910	Sudeste, Centro-Oeste e Norte	Segunda (2021)
Auguste de Saint-Hilaire	França	Naturalista	Anos 1820	Sul	Segunda (2021)
Francisco Xavier Ribeiro Sampaio	Portugal	Político	Anos 1770	Norte	Primeira (2019)
Teodoro Sampaio	Brasil	Engenheiro	Anos 1870	Sudeste e Nordeste	Segunda (2021)
Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius	Alemanha	Naturalistas	Anos 1810-1820	Sudeste, Nordeste e Norte	Primeira (2019)
Karl von den Steinen	Alemanha	Etnólogo	Anos 1880	Centro-Oeste e Norte	Segunda (2021)

Mantendo essa distinção esquemática entre modos narrativo e descritivo, o primeiro modo deu os referentes espaçotemporais necessários à definição de uma série ordenada de coordenadas geográficas. No banco de dados, cada par de coordenadas foi relacionado à passagem descritiva correspondente. Um exemplo: em setembro de 1807, o comerciante inglês John Mawe chegou à Ilha de Santa Catarina, vindo de Montevidéu:

Ao entrar no Porto de Santa Catarina, pelo norte, passamos por várias ilhas, numa das quais, a oeste da entrada, erguia-se o poderoso Forte de Santa Cruz. Depois de navegarmos poucas milhas em água rasa, fundeamos numa passagem estreita, guardada por dois fortes, e que forma o porto. Do ancoradouro ou, melhor, do lugar de desembarque, no alto de um declive verdejante, com cerca de duzentas jardas, a cidade oferece bela vista e a perspectiva é nobremente coroada pela sua linda catedral. O verde está entremeadado de laranjeiras oferecendo agradável espetáculo. Assim que entramos na cidade, distinguimos, no aspecto geral e nas maneiras dos habitantes, superioridade acentuada sobre os que deixáramos. As casas são bem construídas, com dois ou três andares, assoalhadas de madeira, jardins tratados, apresentando excelente vegetação e flores. A cidade possui várias ruas e conta de cinco a seis mil habitantes. É um porto livre. A ilha produz arroz, milho, mandioca, café de ótima qualidade, laranjas, talvez as melhores do mundo, e uma variedade de outros frutos. Também açúcar e índigo, mas em pequenas quantidades. Profusão das mais belas flores atesta a amenidade do seu clima. A rosa e o jasmim florescem o ano todo².

Foi possível atribuir um par de coordenadas dentro dos limites da Ilha de Santa Catarina a essa passagem do relato de Mawe, em razão dos referentes espaciais presentes no texto. O texto também permitiu ordenar esse par entre um ponto anterior, localizado em Montevideú, e um ponto subsequente, a Vila de São José. Avançando sistematicamente nessa operação, as entradas do banco de dados relacionadas à viagem de Mawe davam as informações necessárias à elaboração de um mapa do percurso do viajante inglês. Aos pontos que formavam esse percurso estavam relacionadas informações sobre temas diversos. O parágrafo citado sobre a Ilha de Santa Catarina, exemplo do modo descritivo, dá uma dimensão dessa diversidade. Nele estão características paisagísticas e um sumário perfil urbanístico, demográfico e econômico da cidade. A estrutura do banco de dados permitia organizar essa variedade temática em função de assuntos abrangentes – Sociedade, Política, Natureza, Economia, Cultura, Ciência e Tecnologia e Vida Cotidiana –, que, por sua vez, eram subdivididos em categorias temáticas mais específicas. O assunto Economia, por exemplo, divide-se nos temas Agropecuária, Comércio, Trabalho, Extrativismo e Indústria. Por meio do banco de dados, atlas e enciclopédia emergiam paralelamente. Além desses dois grandes eixos, o banco de dados atribui a cada entrada outras informações contextuais, tais como a ocupação do viajante e seu país de origem. As Figuras 1 e 2 exemplificam a estrutura do banco de dados.

Note-se que, nessa etapa, o trabalho consistia na decomposição do fluxo narrativo em unidades que atendiam às demandas da estrutura do banco de dados, local em que os fragmentos gerados ganhavam uma nova síntese. Isso quer dizer que houve uma transformação dos relatos, que passaram de um contínuo narrativo-descritivo a um descontínuo de um modelo de banco de dados. Essa descontinuidade,

FIG. 1. Banco de dados do *Atlas dos Viajantes no Brasil* (cadastro de temas).

FIG. 2. Banco de dados do *Atlas dos Viajantes no Brasil* (cadastro geral).

2 John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1978, p. 52.

contudo, é a responsável por mediar uma lógica narrativa textual e uma lógica narrativa cartográfica, ou seja, duas formas de continuidade. Embora ambas expressem um deslocamento no tempo e no espaço, a maneira como elas o fazem têm desdobramentos diversos.

NOVAS FORMAS DE LER RELATOS DE VIAGEM

A maneira como foi elaborado o banco de dados do *Atlas dos Viajantes no Brasil* confere-lhe uma dupla dimensão. Em primeiro lugar, como vimos, ele resgata a continuidade narrativa característica dos relatos de viagem. Isso se dá porque um conjunto de referentes espaciais e cronológicos, que balizam as narrativas textuais, serviram de base para a definição de uma série ordenada de pares de coordenadas geográficas. A passagem do descontínuo do banco para o contínuo cartográfico se deu por meio de recursos semióticos que são próprios da linguagem cartográfica. No *Atlas*, ícones de bandeiras e linhas coloridas são os elementos visuais salientes sobre um fundo de mapa de código aberto (OpenStreetMap), cujas posições foram definidas pelo trabalho de georreferenciamento. Inscritos sobre a superfície cartográfica, esses ícones e linhas são a tradução em mapa dos elementos textuais narrativos dos relatos, que foram analisados e sistematizados por meio do banco de dados. Os elementos fragmentados pelas demandas do banco de dados são possíveis de se reordenar graças às propriedades desse mesmo banco. Contudo, essa nova continuidade narrativa é bastante diferente da existente nas fontes textuais de partida. Por um lado, ela é uma simplificação extrema de um fluxo narrativo textual, pois transforma tudo em linhas e pontos ordenados. Por outro lado, essa simplificação é o que permite engendrar múltiplas reconfigurações das traduções cartográficas das narrativas originais. Essa é a segunda dimensão da estrutura do banco de dados do *Atlas*: as amplas possibilidades de reordenar os elementos cartográficos de partida. São essas possibilidades que dão à plataforma seu caráter efetivamente inovador, e por isso convém encerrar o texto com seu detalhamento.

A página inicial do *Atlas dos Viajantes no Brasil* apresenta o conjunto das viagens disponíveis na plataforma. Cada conjunto de linhas e bandeiras, identificado por suas distintas cores, corresponde ao conjunto obra-autor. Do livro ao mapa, as delimitações desse conjunto à primeira vista se mantêm. Mas basta aumentar a escala do mapa para ver as fronteiras se desfazerem: as linhas e pontos se cruzam e se sobrepõem, convidando o leitor a saltar de um ponto para outro, de uma obra para outra. Se outro leitor acionar os filtros disponíveis – assuntos, temas, limites cronológicos, nacionalidade do viajante etc. –, ele verá uma nova configuração de linhas e pontos sobre o fundo de mapa. Saltando de arranjo em arranjo, podem aparecer pontos relacionados ao tema alimentação, ou a viajantes naturalistas, ou àqueles que passaram por Minas Gerais. A cada nova interação, uma nova configuração, isto é, um novo mapa. E a cada novo mapa, uma oportunidade de notar relações reveladoras, de produzir novos conhecimentos a partir das informações

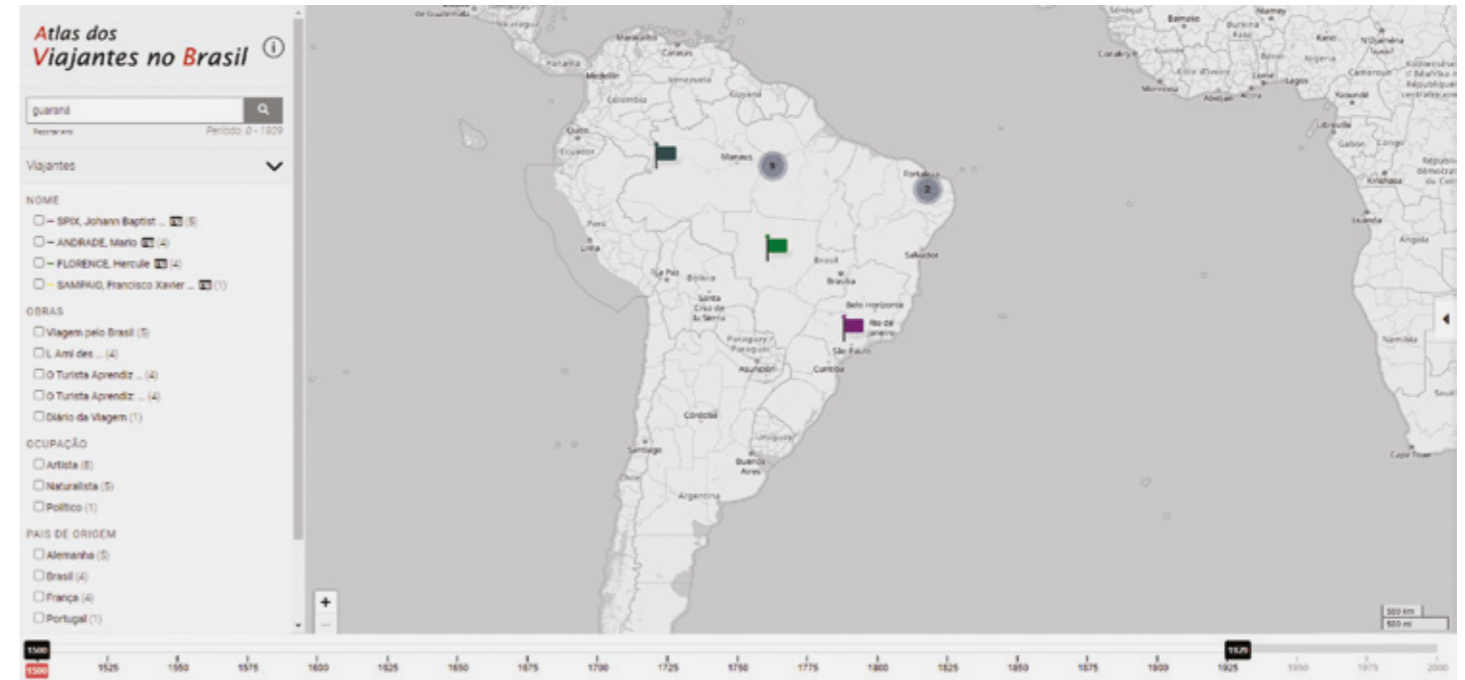


FIG. 3. Página inicial do *Atlas dos Viajantes no Brasil*.

disponíveis. A abertura do *Atlas dos Viajantes no Brasil* a uma infinidade de apropriações se concretizou, desde seu lançamento, nos interesses que ele tem despertado em áreas como turismo, botânica, arqueologia e urbanismo. Desde o início, essa foi a aposta do projeto: propor uma ferramenta variada em suas possibilidades de uso que harmonizasse com a variedade constitutiva dos relatos de viagem.

O valor fundamental do *Atlas dos Viajantes no Brasil* consiste nessa possibilidade de produzir inúmeras relações, de situar os segmentos narrativos de partida (traduzida cartograficamente pelo banco de dados) em outros arranjos, que poderão contar outras histórias, desconhecidas dos próprios viajantes presentes no *Atlas* e das próprias pessoas que o conceberam. Além de atlas e enciclopédia, a plataforma é também uma biblioteca que permite rever limites canônicos, tais como obra e autor, para fazer surgir outros, à escolha do leitor. Embora não seja possível explorar esse aspecto aqui, é preciso lembrar que a maioria dos relatos de viagem foi produzida em contextos coloniais bastante violentos em termos sociais, políticos, epistemológicos etc. e tinha por pressuposto a superioridade do viajante sobre pessoas, seres e locais visitados. Essa constatação não invalida as informações produzidas, mas lembra que é preciso lê-las com olhos críticos. A estruturação do *Atlas* foi também um experimento que buscou abrir as narrativas de viagem a leituras que se valem de textos produzidos em contextos coloniais, sem, no entanto, corroborá-los.

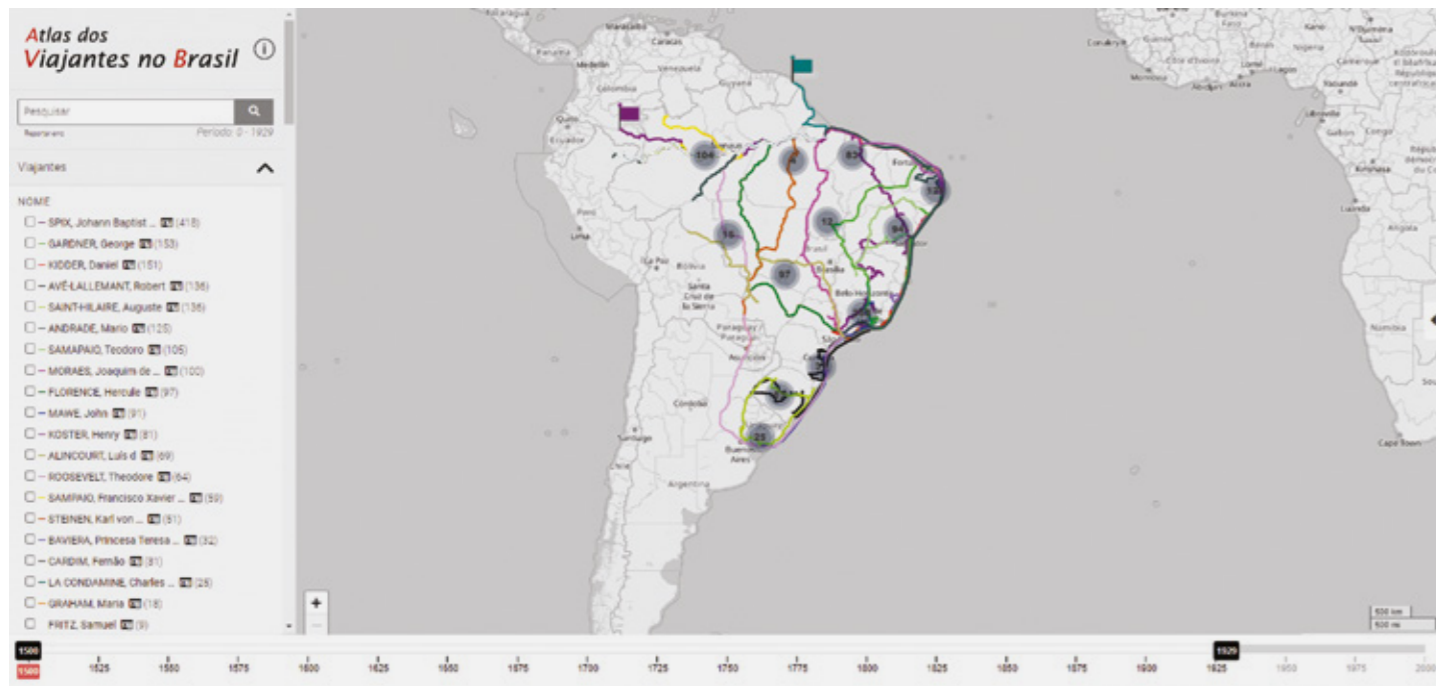


FIG. 4. O guaraná no *Atlas dos Viajantes no Brasil*.

Para fechar, dou um exemplo dessa potencialidade partindo da maior abertura disponível pelo *Atlas dos Viajantes no Brasil*: digitar um termo na caixa de busca para ver onde ele aparece no mapa. Escolho a palavra guaraná. Aparecem catorze pontos, em lugares diferentes do mapa. A maior concentração (dez pontos) ocorre na região amazônica, de onde a planta guaraná (*Paullinia cupana*) é originária. Investigando um pouco mais, vemos cinco pontos concentrados entre os baixos cursos dos rios Madeira e Tapajós. Descobrimos pela descrição de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, de 1774, sobre o Canal Uraiaá, que o guaraná é a bebida dos maués (ou sateré-mawé): “Os maués são famosos pela fábrica da célebre bebida Guaraná, frigidíssima que já se usa na Europa, e em que se tem conhecido algumas virtudes”³. Em 1820, não longe dali, na Missão dos Maués (atual município de Maués), os naturalistas alemães Spix e Martius descreveram os usos tradicionais da bebida: “Quando morre o tuxaua, ou outro membro da sua família, os índios se impõem igualmente um mês de jejum; então, só tomam guaraná, água e formigas”⁴.

Em Belém, os mesmos viajantes citaram o guaraná como um dos produtos amazônicos que cruzavam o oceano rumo à Europa. Item de uma rede de comércio, o *Atlas* também aponta o guaraná em Porto Feliz, nas margens do Rio Tietê. O produto chegava aí após uma viagem fluvial que atravessava o centro do

3 Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, *Diário da Viagem*, Lisboa, Typografia da Academia, 1825, p. 5.

4 Johann B. von Spix e Carl F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil*, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1978, p. 280.

Brasil e ligava a Amazônia e os centros urbanos ao sudeste. A viagem de Hercule Florence, na década de 1820, registrou pontos intermediários dessa viagem do guaraná. Um século mais tarde, em 1929, Mário de Andrade podia se refrescar do calor de Catolé da Rocha, no sertão da Paraíba, com a bebida dos maués já industrializada. “Toda a gente se move, cordial, pra descobrir alguma garrafa de guaraná pra nós. Não há. Acabou no leilão. Caímos na cerveja”⁵.



**Os Arquivos Pessoais na Biblioteca
Brasileira Guita e José Mindlin
da Universidade de São Paulo**

José Francisco Guelfi Campos
Universidade Federal de Minas Gerais

215

Contribuir com um texto neste volume, organizado em celebração aos primeiros dez anos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM), é algo que me traz uma alegria especial. Do ponto de vista profissional, a passagem pelo Setor de Arquivo da BBM me proporcionou uma oportunidade valiosa de adensar minha compreensão sobre os arquivos pessoais no que diz respeito tanto às suas características peculiares quanto aos inúmeros desafios por eles impostos à teoria e à prática arquivísticas. No plano acadêmico, as situações que vivenciei trabalhando com os arquivos custodiados pela BBM contribuíram de maneira decisiva para dar à minha pesquisa de doutorado um contorno mais definido.

Quando ingressei na BBM, em 2014, eu estava iniciando o curso de doutorado e minha intenção, àquela altura, era pesquisar a tipologia documental nos arquivos pessoais, tema que nunca saiu do espectro dos meus interesses intelectuais. Foi enfrentando o volumoso conjunto de recortes de jornal existente no Arquivo de Rubens Borba de Moraes que pude, finalmente, delimitar meu objeto de investigação e direcionar meu interesse pela tipologia documental para os fragmentos de conteúdos publicados na imprensa diária, usualmente tão abundantes no interior dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos, dando corpo e espessura a um projeto que, anos depois, resultou em tese defendida junto ao Programa

de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP¹.

Contudo, não pretendo abordar a questão dos recortes de jornal ou os resultados de minha pesquisa de doutorado, mas, sim, apresentar o Acervo do Setor de Arquivo da BBM. Para além de uma magnífica coleção bibliográfica, cujo potencial para a pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento ficou patente nas várias mesas que compuseram a programação do Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva, o impulso colecionador do casal Guita e José Mindlin os levou a constituir um acervo de natureza arquivística rico e multifacetado. Assim, espero oferecer uma visão panorâmica deste importante acervo e revisitar, em linhas muito gerais, minha experiência à frente do trabalho de descrição dos arquivos de Zila da Costa Mamede e Rubens Borba de Moraes. À luz da dinâmica peculiar que presidiu a reunião dos conjuntos documentais que integram o acervo, sugiro, num encerramento provisório, dois desdobramentos teóricos e metodológicos de um problema que julgo interessante para contestar o caráter supostamente estruturante de dois conceitos centrais da teoria arquivística, buscando demonstrar que o potencial dos arquivos sob custódia da BBM para a pesquisa especializada pode ir muito além da riqueza do conteúdo dos documentos que os compõem.

DIAGNÓSTICO DO ACERVO

Além da extensa biblioteca doada pelo casal Mindlin à Universidade de São Paulo, o Acervo² da BBM é composto por volumoso conjunto de material de natureza diversa, cujas características formais e as circunstâncias de acumulação lhes conferem os atributos típicos dos documentos de arquivo. A primeira fase do trabalho que desenvolvi no Setor de Arquivo da BBM, entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, consistiu no diagnóstico do acervo de natureza arquivística.

De antemão, sabia-se que boa parte do material correspondia ao arquivo pessoal de José Mindlin. Sabia-se, também, da existência de conjuntos documentais de titularidade atribuída a outras pessoas, isto porque os documentos já se encontravam mais ou menos separados, segundo a lógica com que eram armazenados na residência do casal Mindlin. Contudo, a situação predominante era de acondicionamento desordenado dos documentos, que, àquela altura, ainda se encontravam nos invólucros (caixas de papelão, pastas suspensas, sacolas e sacos plásticos) em que haviam sido transportados para o edifício localizado na Cidade Universitária.

1 José Francisco Guelfi Campos, *Recortes de Jornal: Da Prática Social aos Arquivos*, Universidade de São Paulo, 2018, Dissertação de Doutorado.

2 Tradicionalmente, o conceito de acervo remete à “totalidade dos documentos conservados num arquivo” (cf. Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (coord.), *Dicionário de Terminologia Arquivística*, São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, p. 18).

Nesse sentido, a proposta inicial de meu trabalho consistiu no reconhecimento preliminar dos conjuntos documentais depositados no Setor de Arquivo, com o objetivo de dotar a instituição de diagnóstico que possibilitasse o planejamento de ações ligadas à conservação e à preservação do acervo, bem como sugerir metodologia de arranjo e descrição documental³ fundamentada nos princípios preconizados pela teoria arquivística, com vistas a possibilitar o acesso aos documentos e assegurar o cumprimento pleno da função social dos arquivos, qual seja, servir à pesquisa especializada e ao público em geral. Era preciso, portanto, reunir dados mais consistentes a respeito da composição daqueles vários conjuntos documentais, conhecer suas procedências, mensurar suas extensões, verificar o estado de conservação em que se encontravam, bem como obter informações, ainda que resumidas, a respeito da biografia de seus titulares. Sem dúvida, a maior dificuldade, nesta etapa do trabalho, foi a sistematização de dados a respeito do histórico da custódia de cada um dos conjuntos documentais, para o que contei com a ajuda valiosa de Cristina Antunes, então curadora da BBM/USP, que, durante décadas, trabalhou ao lado de Guita e José Mindlin e acompanhou a formação da biblioteca do casal.

Como os conjuntos documentais se encontravam dispersos pelos três módulos de estantes deslizantes instalados na reserva técnica, foi preciso, de saída, elaborar um mapa do depósito, com o intuito de representar graficamente a localização de cada conjunto e de planejar a racionalização do uso do espaço de armazenamento. A partir do mapeamento, foi possível promover a reunião física dos conjuntos segundo suas titularidades e planejar ações de acondicionamento dos documentos, visando à otimização do uso do espaço disponível.

Para reunir os dados necessários à identificação sumária dos conjuntos documentais, elaborei uma planilha eletrônica composta dos seguintes campos:

- **Titular:** nome completo da pessoa a quem se atribuiu originalmente a titularidade de cada conjunto documental.
- **Localização:** código das estantes e prateleiras em que os documentos se encontravam depositados, no interior dos corredores e módulos de armários deslizantes.
- **Conteúdo:** identificação sumária das espécies documentais mais recorrentes, bem como das atividades a que se relacionavam.
- **Datas-limite:** década de produção do documento mais antigo e do mais recente no conjunto.
- **Gêneros:** configuração assumida pelos documentos de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo (audiovisual, iconográfico, sonoro, textual).

3 ARRANJO: “Denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes”; DESCRIÇÃO: “Conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa” (*Idem*, pp. 25 e 36).

- **Suportes:** materiais nos quais os documentos foram produzidos (couro, disco óptico, filme, fita magnética, madeira, metal, papel, papel emulsionado, papel jornal, plástico, tecido, vinil).
- **Extensão:** medida aproximada do conjunto documental, em metros lineares.
- **Acondicionamento:** tipos de invólucros utilizados no armazenamento dos documentos.
- **Conservação:** classificação do estado geral de conservação dos documentos (bom, regular, ruim), segundo o nível de comprometimento dos suportes e da legibilidade do conteúdo.
- **Custódia:** circunstâncias da acumulação dos documentos pelo titular, da transferência de propriedade para José Mindlin e/ou da incorporação ao acervo da BBM.
- **Biografia:** dados biográficos do titular do conjunto documental.

Ainda nesta fase, os documentos foram acondicionados em invólucros padronizados, confeccionados em material adequado para a preservação em longo prazo. Assim, foi possível redimensionar a alocação dos conjuntos documentais no interior dos armários deslizantes, segundo os diferentes formatos dos invólucros, racionalizando a ocupação do espaço disponível, o que levou, também, à atualização dos mapas da reserva técnica. Os dados levantados no reconhecimento preliminar permitiram caracterizar, de forma panorâmica, os diferentes conjuntos documentais, subsidiando o planejamento de ações estratégicas de conservação e preservação e a definição de critérios norteadores para o arranjo e descrição dos documentos.

UMA VISÃO PANORÂMICA DO ACERVO

Multifacetado, o acervo arquivístico da BBM reúne conjuntos documentais de natureza pessoal ligados, principalmente, aos universos da literatura, da história, da geografia e das artes plásticas, de interesse para a pesquisa nos mais diversos campos disciplinares. Constitui-se de onze diferentes agrupamentos documentais, os quais hesito em classificar como “arquivos” ou “coleções”, tendo em vista que as circunstâncias de seleção e aquisição podem ter resultado em descaracterização dos conjuntos, no que se refere à manutenção dos laços orgânicos entre os documentos que os compõem.

Do núcleo original, ou seja, aquele transportado da residência do casal Mindlin para o edifício da BBM, constam os conjuntos de titularidade atribuída a Cunha de Leiradella, Erthos Albino de Souza, Francisco de Assis Barbosa, Guita Mindlin, João Etienne Arreguy Filho, José Mindlin, Rubens Borba de Moraes, Vicente do Rego Monteiro e Zila da Costa Mamede. Além deles, o Setor de Arquivo custodia também o próprio Arquivo da Biblioteca, institucionalizada como unidade da USP, e uma parcela do arquivo do professor István Jancsó, seu primeiro diretor. A seguir, como forma de apresentar, ainda que de maneira muito panorâmica, a composição e o potencial do acervo arquivístico da BBM, resumo informações básicas a respeito dos conjuntos documentais de natureza pessoal que o integram:



FIG. 1. *O Longo Tempo de Eduardo da Cunha Júnior*, 1987. ACERVO BBM



FIG. 2. *Código*, 1974, revista brasileira de vanguarda fundada por Erthos Albino de Souza juntamente com o também poeta Antonio Risério. Circulou até 1989. ACERVO BBM

Cunha de Leiradella (Póvoa de Lanhoso, 1934). Escritor português, radicado no Brasil do final da década de 1950 até o ano de 2003. Participou da fundação do Teatro Universitário Católico do Rio de Janeiro e do Sindicato de Escritores do Estado de Minas Gerais, do qual foi presidente. Destacam-se, em sua obra, os romances *O Longo Tempo de Eduardo da Cunha Júnior* (Fig. 1) (Prêmio Fernando Chinaglia, 1981, e Prêmio do Instituto Nacional do Livro, 1988) e *Apenas Questão de Método* (Prêmio Caminho de Literatura Policial, 1999). O conjunto é composto de originais anotados de seus romances, contos, peças de teatro e roteiros para a televisão, além de cartas, certificados de premiação e programas de espetáculos. Datas-limite: décadas 1970-2000; extensão: 1,3 m aproximadamente; documentos textuais.

Erthos Albino de Souza (Ubá, 1932 – Juiz de Fora, 2000). Poeta concretista e artista gráfico, foi um dos primeiros a utilizar o computador na composição visual de seus poemas. Editou a revista *Código* (Fig. 2) e, como pesquisador, colaborou com Augusto e Haroldo de Campos na edição de *ReVisão de Sousândrade*, *Re-Visão de Kilkerry* e *Pagu: Vida-Obra*. O conjunto é composto, majoritariamente, por cartas recebidas e recortes de jornal que retratam os interesses intelectuais do titular e sua estreita ligação com representantes do movimento concretista, bem como o processo de elaboração, edição e divulgação de *Código* e de outras publicações ligadas à vanguarda concretista. Datas-limite: décadas 1960-1990; extensão: dois mil itens documentais aproximadamente documentos iconográficos e textuais; organizado.

Francisco de Assis Barbosa (Guaratinguetá, 1914 – Rio de Janeiro, 1991). Advogado, jornalista e professor. Atuou em diversos jornais e revistas, entre os quais *A Noite*, *Diretrizes* e *Última Hora*, e dirigiu a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Fig. 3). Com Manuel Bandeira e outros colaboradores, fundou a Associação Brasileira de Escritores. Foi assessor de documentação do presidente Juscelino Kubitschek, procurador do Estado da Guanabara e vice-presidente da Fundação Padre Anchieta. Lecionou no ensino superior, tendo sido professor visitante na University of Wisconsin. Em 1970, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 1977, passou a compor a diretoria da Fundação Casa de Rui Barbosa. O conjunto reúne correspondência (cartas, bilhetes e telegramas) representativa de sua malha de relacionamentos familiar e social, agendas de compromissos, apontamentos, cadernos de recortes, certificados, contratos, diários, diplomas, poemas, placas e medalhas de homenagem, roteiros de aula, além de coletânea de documentos sobre Lima Barreto, composta por fotografias, diplomas e os originais manuscritos de *A Nova Califórnia*. Datas-limite: décadas 1880-1990; extensão: 5,5 m aproximadamente; documentos iconográficos, textuais e objetos.

Guita Mindlin (São Paulo, 1916-2006). Graduada em Direito, especialista em conservação e restauro de papel. Partilhando do interesse de José Mindlin pelos livros, frequentou cursos e eventos sobre conservação e restauro no Brasil e no exterior, dedicando-se à preservação da biblioteca do casal. Com Tereza Brandão Teixeira, fundou a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (Aber), sediada em



FIG. 3. Capa da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 358-361, 1988. ACERVO BBM



FIG. 4. Guita Mindlin em seu laboratório de conservação e restauro. FOTO: LUCIA MINDLIN LOEB BANCO DE IMAGENS BBM

São Paulo. O conjunto, caracterizado como parcela de seu arquivo pessoal, é formado por extensa coletânea de periódicos e boletins informativos publicados por instituições internacionais de conservação e restauro de papel, apostilas dos cursos que frequentou, cadernos de apontamentos em que registrou procedimentos de encadernação e restauro, prospectos e catálogos de fornecedores especializados, programas de eventos, fotografias, relatórios e cartas relacionadas às suas atividades como presidente da Aber, além de amostras de trabalhos de tipógrafos e ilustradores alemães, italianos e suíços do século XVI. Datas-limite: décadas: 1980-2000; extensão: 3734 itens documentais; documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e textuais; organizado.

István Jancsó (Miskolc, Hungria, 1938 – São Paulo, 2010). Historiador formado na Universidade de São Paulo, instituição em que ingressou na docência em 1964, a convite do catedrático Eduardo de Oliveira França. Em 1966, mudou-se para Salvador, onde lecionou no Curso de História da Universidade Federal da Bahia. Foi, também, professor na Université de Nantes entre 1971 e 1972, período em que esteve exilado na França. Voltou a lecionar na USP em 1989, tendo sido diretor do Instituto de Estudos Brasileiros e o primeiro diretor da BBM. O conjunto reflete suas atividades como docente e pesquisador, além de aspectos da vida privada, por meio de apontamentos, artigos, atas de reunião, cartas, bilhetes, telegramas, certificados,



FIG. 5. István Jancsó.
BANCO DE IMAGENS BBM

FIG. 6. Capa do livro
Dia e Noite, 1947.
ACERVO BIBLIOTECA FLORESTAN
FERNANDES (FFLCH/USP)



diplomas, dissertações e teses, entrevistas, memoriais, noticiário, projetos de pesquisa, relatórios e reproduções de fontes (datadas desde o século XVI) que utilizou em suas pesquisas. Datas-limite: décadas: 1960-2010; extensão: 5 m aproximadamente; documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e textuais.

João Etienne Arreguy Filho (Caratinga, 1918 – Belo Horizonte, 1997). Ator, diretor de teatro, jornalista e professor. Graduado em Direito, trabalhou como redator de *O Diário* e foi, também, poeta, cronista, tradutor e crítico literário e teatral. Dirigiu a Escola de Arte Dramática da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também lecionou. Publicou, entre outras obras, *Dia e Noite* (Fig. 6), *As Desesperanças* e *Os Tristes*. Foi secretário de Alceu Amoroso Lima, tendo organizado a edição de sua correspondência com Jackson de Figueiredo, outro importante representante da intelectualidade católica no Brasil. O conjunto espelha as atividades profissionais e aspectos da vida privada do titular, sendo composto, entre outros documentos, por artigos de sua autoria sobre cinema; literatura e teatro; poemas; bilhetes, cartas, cartões e telegramas trocados com familiares, amigos e colaboradores; diários íntimos; diários de viagem; cadernos de apontamentos; noticiário e livros de controle de despesas, além de coletâneas de artigos de autoria de Alceu Amoroso Lima e de Otto Lara Resende, do jornal *Mensagem* e das revistas *Festa*, *Surto*, *Vida e Revista Acadêmica*. Compreende, ainda, a correspondência de Alceu Amoroso Lima e os originais da edição de *Dez Cartas de Alceu Amoroso Lima, Precedidas de Confissões de um Secretário*. Datas-limite: décadas 1920-1990; extensão: 3 m aproximadamente; documentos sonoros e textuais.

José Mindlin (São Paulo, 1914 – 2010). Advogado, empresário, bibliófilo. Graduou-se em Direito em 1936 e, em 1950, fundou a Metal Leve S.A., cuja presidência ocupou até 1996. Foi secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Foi, também, professor honorário da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e recebeu o título de doutor *honoris causa* da Brown University e de outras universidades. Foi laureado, em 1998, com o Prêmio Juca Pato e, no ano seguinte, eleito para a Academia Paulista de Letras. Em 2006, sucedeu a Josué Montello na cadeira de número 29 da Academia Brasileira de Letras. O arquivo reflete as atividades profissionais, aspectos da vida privada, os relacionamentos sociais e familiares e os interesses intelectuais do titular. É composto de sua correspondência mantida com artistas, escritores, intelectuais, livreiros e representantes de órgãos públicos, bibliotecas, instituições culturais e universidades no Brasil e no exterior, agendas, artigos, diplomas, entrevistas, fotografias, medalhas, noticiário, reportagens fotográficas, troféus e documentos relacionados à gestão da Metal Leve, além de coletâneas de documentos relacionados à história e à literatura, datados do século XVI em diante, entre as quais encontram-se a correspondência de Casimiro de Abreu, Guimarães Rosa, William Douglas Christie, Yan de Almeida Prado e Condessa de Barral,



FIG. 7. José Mindlin.
BANCO DE IMAGENS BBM

além de inúmeros originais literários, coletâneas de crônicas de Carlos Drummond de Andrade e de Cecília Meireles, gravuras e cartões-postais. Datas-limite: décadas 1910-2000; extensão: 36 m aproximadamente; documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros, textuais e objetos.

Rubens Borba de Moraes (Araraquara, 1899 – Bragança Paulista, 1986). Bibliotecário, professor, bibliófilo. Formado em Letras pela Université de Genève, lecionou em cursos de Biblioteconomia em diversas instituições no Brasil e no exterior. Dirigiu a Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo), a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), o Centro de Informação da Organização das Nações Unidas (Paris) e a Biblioteca da ONU (Nova York). Publicou, entre outras obras, *O Bibliófilo Aprendiz*, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial* e, em colaboração com Ana Maria de Almeida Camargo, *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. O conjunto se caracteriza como parcela do arquivo pessoal do titular e é composto de bilhetes, cartas, cartões e telegramas que refletem seus relacionamentos sociais e profissionais, apontamentos, catálogos, certificados, convites, diplomas, entrevistas, *ex-libris*, fichas, fotografias, noticiário, relatórios, roteiros de aula, além dos originais do livro de memórias de Paulo Duarte, das edições do



FIG. 8. Rubens Borba de Moraes.
BANCO DE IMAGENS BBM

Diário de Viagem ao Brasil, de Maria Graham, e da *Narrativa de Viagem do Pacífico ao Atlântico Através dos Andes e nas Províncias Setentrionais do Peru e Descendo pelo Amazonas*, de Henry Lester Maw. Constam também os manuscritos de *Bibliografia Brasileira do Período Colonial* e *Bibliografia da Imprensa Régia*, originais datilografados e anotados de suas memórias e coletânea de jornais do período da Revolução Constitucionalista de 1932. Datas-limite: 1562-1993; extensão: 6 659 itens documentais; documentos iconográficos, textuais e objetos; organizado; dispõe de instrumento de pesquisa⁴.

Vicente do Rego Monteiro (Recife, 1899 – 1970). Artista plástico e poeta. Participou do movimento modernista, tendo exposto oito obras na Semana de Arte Moderna de 1922. Na década de 1940, fundou a editora La Presse à Bras. Lecionou na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco e no Instituto Central de Artes da Universidade de Brasília. Publicou *Poemas de Bolso* (Fig. 9) e *Broussais la Charité*, pelo qual recebeu o prêmio Guillaume Apollinaire, em 1960. A coleção

⁴ José Francisco Guelfi Campos, *Rubens Borba de Moraes: Inventário*, São Paulo, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, 2024.

é composta por artigos, catálogos de exposições, fotografias, noticiário, programas radiofônicos, prospectos e entrevistas concedidas pelo titular a respeito de sua participação nos salões de poesia e pintura. Datas-limite: dec. 1940-2000; extensão: 0,5 m. aprox.; documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e textuais.

Zila da Costa Mamede (Picuí, 1928 – Natal, 1985). Bibliotecária e poetisa. Dirigiu, entre 1954 e 1962, a Biblioteca do Instituto de Educação do Rio Grande do Norte e foi bibliotecária do Serviço de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fez cursos na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e nos Estados Unidos. Exerceu também o jornalismo, como correspondente de *O Globo* na Europa, cobrindo o 1º Congresso Mundial dos Dirigentes da Juventude Operária Católica. Publicou os livros *Rosa de Pedra* (1953) (Fig. 10), *Salinas* (1958), *O Arado* (1959), *Exercício da Palavra* (1975), *Navegos* (1978), *A Herança* (1984). Seu estudo sobre a vida e a obra do historiador Câmara Cascudo, publicado em 1970, e *Civil Geometria: Bibliografia Crítica, Analítica e Anotada de João Cabral de Melo Neto, 1942-1982*, publicado postumamente, tornaram-se obras de referência e a consagraram como pesquisadora. Os documentos se referem, em sua quase totalidade, ao desenvolvimento da pesquisa realizada pela titular sobre a obra de João Cabral de Melo Neto, com destaque para a extensa correspondência mantida com colaboradores no Brasil e no exterior, além de notícias, resenhas e reportagens publicados na grande imprensa, apontamentos e artigos sobre o poeta pernambucano. Aspectos da vida privada e da produção poética de Zila Mamede se refletem em cartas e bilhetes trocados com amigos e familiares. Datas-limite: 1934-1985; extensão: 2 305 itens documentais; documentos iconográficos e textuais; organizado; dispõe de instrumento de pesquisa⁵.

TRATAMENTO DOCUMENTAL:
OS CASOS DE ZILA MAMEDE
E RUBENS BORBA DE MORAES

Assim como as instituições, as pessoas também produzem arquivos. Não se trata, como supõem alguns, de um capricho, mas de um processo natural e sedimentar, necessário e não raro obrigatório, que acompanha de maneira progressiva o curso dos eventos vivenciados e das atividades rotineiras executadas pelos indivíduos. Neste sentido, os arquivos espelham seus titulares, na medida em que os documentos, dotados da força testemunhal que lhes é congênita, são capazes de refletir seus contextos originários, intimamente ligados à trajetória de quem os acumulou.

Credenciados como fontes relevantes para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, antes mesmo de gozarem de reconhecimento no campo da Arquivologia, os arquivos pessoais podem ostentar características incomuns: seus contornos

⁵ José Francisco Guelfi Campos, *Arquivo Zila Mamede: Inventário*, São Paulo, Publicações BBM, 2017.

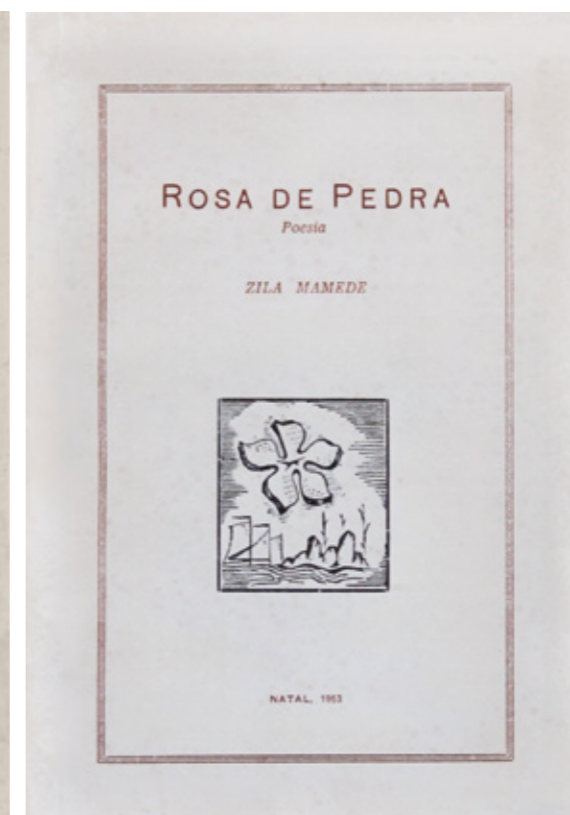


FIG. 9. Capa de *Poemas de Bolso*, de Vicente do Rego Monteiro. ACERVO BBM

FIG. 10. Capa de *Rosa de Pedra* (1953), de Zila Mamede. ACERVO BBM

fluidos, muitas vezes indefinidos, e a ampla gama de espécies e formatos documentais inusitados colocam em xeque, a todo o momento, os princípios da teoria arquivística tradicional.

Se, por um lado, as dificuldades inerentes ao tratamento documental levaram à propagação de estratégias de arranjo baseadas na seriação dos documentos segundo temas ou assuntos; por outro, o caráter peculiar dos arquivos de pessoas tem dado margem a especulações curiosas a respeito da lógica que preside sua acumulação. É bem verdade que sua natureza nem sempre tem sido bem compreendida, tanto por quem os utiliza como fontes de pesquisa quanto por parte dos profissionais da área. Há quem afirme que os arquivos pessoais sejam albergues de uma memória dotada de singularidade⁶; outros preferem considerá-los construtos intencionalmente arquitetados, visando à monumentalização de seus criadores ou à constituição de um “legado” para a posteridade⁷. Também não falta quem prefira compreender o arquivo como narrativa, como “escrita de si”⁸. Trata-se, com efeito, de pontos de vista que não se podem sonegar aos usuários, mas

⁶ Joana Escobedo, “Los Caminos de la Memoria: Archivos Personales”, em *Seminario de Archivos Personales*, 26 a 28 de mayo de 2004, Madrid, Biblioteca Nacional, 2006, pp. 55-79.

⁷ Luciana Quillet Heymann, *O Lugar do Arquivo: A Construção do Legado de Darcy Ribeiro*, Rio de Janeiro, Contra Capa/Faperj, 2012.

⁸ Sue McKemmish, “Evidence of Me”, *The Australian Library Journal*, vol. 45, n. 3, pp. 174-187, 1996.

convém aos profissionais e estudiosos dos arquivos discuti-los em perspectiva crítica, com base nos princípios que caracterizam a arquivística como campo disciplinar e dotam de especificidade o seu objeto.

Foi preciso que Ana Maria Camargo recorresse ao pleonasma para exprimir a condição essencial dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos: “arquivos pessoais são arquivos”⁹. A afirmação, aparentemente óbvia, tem efeito poderoso: ao asseverar o estatuto dos arquivos pessoais, reafirma seu caráter orgânico e, com isso, reconhece que são passíveis de tratamento ancorado nos princípios que regem a teoria arquivística. O principal deles, o princípio da proveniência, fixa a identidade do conjunto documental em relação ao seu produtor. A relação umbilical entre os documentos e as atividades desempenhadas por quem os acumula permite compreender o atributo fundamental dos arquivos, que os distingue de outros tipos de material com os quais são, no senso comum, usualmente identificados (as coleções das bibliotecas e dos museus): a organicidade, definida por Heloísa Bellotto como “o ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo”¹⁰, força que atrela os documentos entre si e os vincula às funções e atividades exercidas pela entidade que os acumulou, oferecendo a chave para a identificação dos contextos originários dos documentos.

No que tange aos arquivos pessoais, concorrem, como elementos da contextualização, tanto as atividades rotineiras desempenhadas pelos indivíduos quanto os eventos esporádicos por eles vivenciados. Conhecer o contexto originário, ou seja, a razão primeira pela qual os documentos foram acumulados, é, portanto, fundamental para a manutenção de sua capacidade especular e para a delimitação das questões a serem formuladas pelos usuários, algo que a arquivista alemã Angelika Menne-Haritz expressou com exemplar clareza ao afirmar que os arquivos não devem ser lidos, mas compreendidos¹¹.

Como bem definiu Camargo, “os documentos de arquivo não se definem por si, nem têm existência autônoma”¹². Operar no circuito fechado que se estabelece entre o documento e seu contexto originário, deixando de lado as projeções e reservas de sentido que podem ser destiladas de seu conteúdo e buscando responder às perguntas sobre como, quando e por que os documentos foram acumulados, constitui o ponto central da chamada abordagem contextual dos arquivos pessoais¹³, método

9 Ana Maria de Almeida Camargo, “Arquivos Pessoais São Arquivos”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 45, n. 2, pp. 26-39, 2009.

10 Heloísa Liberalli Bellotto, *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 253.

11 Angelika Menne-Haritz, “Access: The Reformulation of an Archival Paradigm”, *Archival Science*, n. 1, pp. 57-82, 2001.

12 Ana Maria de Almeida Camargo, “Arquivos Não Falam”, em Lúcia Maria Velloso de Oliveira e Eliane Vasconcellos (org.), *Arquivos Pessoais e Cultura*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2015, pp. 11-13.

13 Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, *Tempo e Circunstância: A Abordagem Contextual dos Arquivos Pessoais*, São Paulo, IFHC, 2007.

em que se fundamentou a abordagem que empreguei no tratamento dos arquivos de Zila da Costa Mamede e de Rubens Borba de Moraes¹⁴. Em linhas gerais, o procedimento de descrição desses dois conjuntos documentais compreendeu as seguintes etapas:

- Pesquisa preliminar sobre a vida do titular, com consulta a biografias, currículo profissional, entrevistas e outras fontes, resultando na elaboração de uma cronologia composta pelo registro de eventos pontuais e atividades rotineiras.
- Reconhecimento preliminar do conjunto documental, com o intuito de identificar os suportes, gêneros e espécies documentais, além de mensurar a extensão do conjunto e verificar o estado geral de conservação dos documentos.
- Estabelecimento de código de localização (notação) para cada item documental.
- Remessa dos documentos para o Laboratório de Conservação Preventiva Guita Mindlin, responsável pela higienização mecânica, pequenos reparos em suportes danificados e produção de soluções de acondicionamento.
- Descrição das unidades documentais em planilha eletrônica padronizada, contemplando: *elementos formais*: tipo documental, suporte, técnica de registro, idioma, número de folhas e itens, data e local de produção; *elementos contextuais*: entidades envolvidas na produção ou tramitação do documento, atividade ou evento que deu origem ao documento, local e data do evento, além de descritores (nomes de pessoas ou instituições que, apesar de não estarem diretamente relacionadas à produção do documento, podem auxiliar sua recuperação).
- Acondicionamento definitivo dos documentos já descritos.
- Alimentação da cronologia, remetendo os documentos aos eventos nela consignados.

A identificação dos itens documentais se fez acompanhar de estudo tão minucioso quanto fosse possível empreender da biografia do titular do arquivo, de modo a identificar os eventos por ele vivenciados ao longo de sua trajetória, bem como as atividades rotineiras a que se dedicou. Tal esforço resultou na construção de uma cronologia, que cumpre a função de representar a relação entre os documentos e seus contextos originários ao sabor da passagem do tempo. Tendo em vista o grau

14 O trabalho de organização e descrição desses dois arquivos foi realizado por mim entre 2014 e 2016. Posteriormente, acompanhei e orientei o trabalho de tratamento do arquivo de Guita Mindlin, também desenvolvido na chave da abordagem contextual pelos estagiários José Victor das Neves, Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto. Já o conjunto documental de titularidade atribuída a Erthos Albino de Souza, tendo em vista suas características, derivadas da seleção a que foi submetido quando de sua aquisição por José Mindlin, foi objeto de experiência inovadora, desenvolvida por Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto, sob orientação da professora Ana Maria de Almeida Camargo, em que se empregou um método de descrição capaz de articulá-lo ao acervo bibliográfico da BBM-USP. Para um relato desses casos, ver Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto, “Notas sobre a Abordagem Contextual em Arquivos Pessoais: A Documentação de Guita Mindlin e Erthos Albino de Souza”, em José Francisco Guelfi Campos (org.), *Arquivos Pessoais: Experiências e Perspectivas*, São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2019, pp. 128-143.

de minúcia da pesquisa, as cronologias de Zila Mamede e Rubens Borba de Moraes chegaram a exceder o potencial informativo dos próprios arquivos, evidenciando, assim, suas lacunas e silêncios ao registrar eventos para os quais não havia resíduo documental.

O resultado final dessas duas experiências foi a elaboração de inventários cuja estrutura difere dos modelos consagrados de instrumentos descritivos. Nelas, a cronologia, representando os eventos ao longo da vida do titular e as séries documentais a eles relacionadas, constitui a espinha dorsal do instrumento, articulada a um índice-glossário que sistematiza e define os tipos de eventos, tomados como categorias classificatórias, consignados na cronologia. Ambos os inventários contam também com índices e glossários adicionais que facilitam a recuperação de nomes de pessoas, instituições e títulos de publicações e possibilitam a sondagem do potencial informativo das séries documentais, estabelecidas segundo o critério tipológico.

UM PROBLEMA INTERESSANTE

José Mindlin, naturalmente, acumulou seu próprio arquivo, cujos documentos consistem em subprodutos de suas atividades rotineiras e testemunham, em larga medida, a formação e a gestão da magnífica biblioteca mantida por ele e sua esposa, Dona Guita. Contudo, o impulso colecionador do casal ia muito além do material bibliográfico, levando-os a reunir também parcelas de arquivos de outras pessoas, em resposta aos seus interesses intelectuais. Esta situação inusitada, a de “coleccionar arquivos”, que parece indicar uma contradição, se considerarmos que justapõe dois conceitos radicalmente opostos segundo a teoria arquivística tradicional (“coleção” e “arquivo”), introduz uma pergunta instigante: em que medida esses conjuntos documentais não poderiam ser entendidos como uma coisa só e, deste modo, articulados num projeto descritivo único?

A partir desta pergunta, vislumbro dois desdobramentos teóricos e metodológicos. Numa perspectiva mais conservadora, o arquivo de José Mindlin assumiria condição central, justificada por sua extensão e consistência, e em torno dele orbitariam os demais conjuntos documentais, com suas titularidades preservadas e abordados em sua individualidade, os quais, ainda assim, poderiam ser referenciados no inventário do arquivo de Mindlin, tendo em vista que a aquisição de cada conjunto constituiria, na chave da abordagem contextual, um evento em sua trajetória de vida. Outra possibilidade, mais radical, seria conferir centralidade ao colecionismo, entendido como uma atividade rotineira do casal, e implicaria abdicar da condição supostamente estruturante dos conceitos de “arquivo” e “coleção”, concebendo um agrupamento nuclear representado pelas figuras de Guita e José Mindlin, ao qual seriam incorporados os documentos dos demais conjuntos, dissolvendo-se a separação por titularidade, sem abrir mão, contudo, de demarcar a origem de cada item documental, isto é, sua proveniência, em campo específico

da ficha descritiva¹⁵, o que possibilitaria obter, a um só tempo, tanto uma visão de conjunto do acervo do casal quanto a reconstituição – neste caso, virtual – da individualidade dos conjuntos que, antes, definiam-se por titularidades diversas.

Na esteira desse exercício de contestação dos conceitos centrais da teoria arquivística, poderíamos ir ainda mais longe, chegando ao limite de questionar até que ponto, no caso de Guita e José Mindlin, arquivo e biblioteca deveriam constituir entidades distintas, desarticuladas no plano do projeto descritivo. Se me proponho a levantar esses questionamentos, não me arrisco, contudo, a cogitar respostas. Prefiro, à guisa de um encerramento provisório, deixá-los no ar, na expectativa de que possam iluminar, em alguma medida, a extensão do potencial do acervo da BBM para a pesquisa no campo da Arquivologia.

¹⁵ Exemplo interessante desta opção metodológica pode ser encontrado no relato da experiência de descrição do arquivo de Cláudia Wonder, custodiado pelo Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo. Ver: Ana Maria de Almeida Camargo, “Arquivos Pessoais no Mundo LGBTQ+: O Caso Cláudia Wonder”, em *Memórias del XIII Congreso de Archivología del Mercosur*, 21-25 de octubre de 2019, Montevideo, Impo, 2021, pp. 450-455.







Publicações BBM

Plínio Martins Filho

Universidade de São Paulo

237

O melhor lugar do mundo é uma biblioteca.

José Mindlin

Afinal, por que uma biblioteca deve ter um setor de publicações?

A BBM, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, é o feliz resultado da doação feita pelo casal Guita e José Mindlin de seu acervo composto por cerca de 32 mil títulos, que correspondem a aproximadamente sessenta mil volumes, cujo conteúdo – sobre o Brasil ou escrito e/ou publicado por brasileiros – é importante para a compreensão da história e cultura do país. A decisão de doar a biblioteca tomou forma a partir das conversas de Guita e José Mindlin com sua família e amigos mais próximos, e, aos poucos, o acervo do casal percorreu um caminho bastante próprio até se transformar em uma biblioteca da Universidade de São Paulo. O projeto coletivo somente foi possível a partir da atuação de José Mindlin no ambiente empresarial, em instituições públicas, mas especialmente por suas iniciativas em defesa da preservação do patrimônio nacional.

As publicações, o tornar público em suas mais variadas formas, são atividades fundamentais da BBM. Entre as finalidades da Biblioteca, estabelecidas em seu Regimento, há uma ênfase na importância em dar acesso do que se guarda e se produz nela a estudantes, pesquisadores e ao público geral, assim como de promover a disseminação de estudos de assuntos brasileiros por meio de programas, bolsas e projetos específicos. Um desses projetos é justamente as Publicações BBM.

Editar livros não deixa de ser uma homenagem ao que José Mindlin mais gostava e não raro asseverava: “Para falar de livro qualquer tempo é pouco”. Nestas poucas páginas, pretendo mostrar o que as Publicações BBM já produziram nestes dez anos.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar como cheguei à BBM. Ao longo de meu percurso profissional, um dos períodos mais emblemáticos foi minha passagem pela Editora da Universidade de São Paulo, a Edusp, onde atuei durante 26 anos seguidos. Após esse período, decidi permanecer na Universidade somente como professor do curso de Editoração, na Escola de Comunicações e Artes. Foi então que Jacques Marcovitch, antigo reitor da USP e membro do Conselho Deliberativo da BBM, convidou-me para integrar a Biblioteca. Não me especificou o que eu deveria fazer, apenas indagou: “Você quer ir para Biblioteca?” Respon-di: “Claro! Onde existem livros ou em qualquer lugar que tenha livros eu me sinto bem”. Aceitei sem questionar qual seria de fato minha função. Ao chegar à BBM, a principal pergunta que me fazia era: o que eu vou fazer na Biblioteca?

Sempre que viajo para o exterior, o que mais me fascina é visitar livrarias, principalmente as livrarias das bibliotecas – como a da Biblioteca Nacional da França – e consultar, pesquisar e adquirir aqueles livros publicados pela própria biblioteca. Na minha carreira de editor, além de fazer livros, sempre considerei essencial a criação de uma bibliografia sobre o livro; concluí, portanto, que a melhor forma de produzi-la seria criar um setor de publicações na própria Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Foi então que decidi elaborar a proposta de criação das Publicações BBM, contemplando as diretrizes do que publicar, como publicar, para quem publicar.

A primeira pergunta foi: Como concretizar este projeto? Quem executará os passos da produção editorial? Cheguei à conclusão de que era possível produzir as obras com o trabalho de uma pequena equipe, sobretudo porque a Biblioteca oferece os livros e todo o material necessário para suas publicações. Aceitei, então, o desafio de estruturar as Publicações BBM. Diante de toda experiência – trabalho com livros há mais de cinquenta anos e já passei por várias editoras, como a Editora Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo (Edusp); Com-Arte – Editora Laboratório do Curso de Editoração e Ateliê Editorial – estabeleci uma política editorial que pudesse mostrar e divulgar o que é a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Qual seria, portanto, a política editorial adotada para ter um texto produzido pelas Publicações BBM?

A primeira necessidade deveria ser a formação de bibliografia a respeito do livro, a publicação de livros sobre livros a partir do acervo e das pesquisas realizadas na Biblioteca, bem como formar pessoas que de fato gostem do fazer editorial e encarem este processo de produção como uma atividade eminentemente prazerosa e coletiva. É claro que isso encerra em si uma série de dificuldades para além do editar. Disso decorre a questão crucial: o que fazer com uma publicação depois de pronta? Os passos que se seguem apresentam alguns gargalos que devem ser enfrentados para possibilitar a viabilidade da obra, sua divulgação e distribuição até chegar ao seu destino final: o leitor. Sempre acreditei que um bom projeto

encontra condições e viabilidade para sua realização, além da possibilidade de agregar o trabalho dos diferentes profissionais envolvidos na produção do livro.

A solução editorial encontrada para a publicação de pesquisas e dos seminários produzidos a partir do acervo da Biblioteca surgiu com o projeto de uma revista, a *Revista da BBM*, carro-chefe de divulgação da própria Biblioteca.

A edição de revistas acadêmicas tem suas particularidades e desafios, dentre os quais a emissão de pareceres, aprovação para publicação, além da burocracia acadêmica intrínseca à natureza do periódico. Para facilitar estas e outras questões foi criado um Conselho Editorial que, além da função editorial, também se torna responsável pela qualidade acadêmica dos textos nela publicados.

Além dos desafios acadêmicos, havia ainda a questão da estrutura necessária para a publicação da *Revista da BBM*. Face à configuração enxuta da Biblioteca, a melhor alternativa foi possibilitar e incentivar o trabalho de alunos de cursos da área de humanidades, em especial, do curso de Editoração da ECA-USP. Trata-se de oportunidade ímpar para a formação e vivência na produção editorial e que carrega em si o desafio de criar nos alunos a maturidade profissional necessária para o andamento dos projetos de cada publicação. Uma das linhas-mestras de minha atuação profissional, tanto como editor quanto docente, é exatamente o prazer de poder trabalhar com pessoas que realmente querem aprender. Neste aspecto, é fundamental a disposição da BBM em aceitar o trabalho supervisionado de estagiários, com vistas à formação de profissionais realmente engajados e dedicados à produção de livros, em todas as suas dimensões.

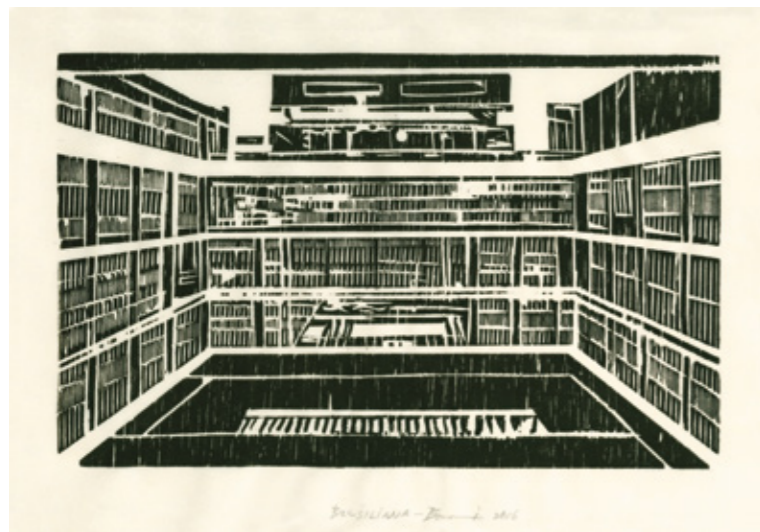
Grande parte do trabalho editorial das Publicações BBM é feita por alunos: revisão, preparação, digitação, diagramação reproduções de imagens etc. Em algumas publicações, é claro, o estagiário ainda não tem o preparo e a maturidade para desenvolver projetos mais sofisticados. Para esses casos recorre-se a profissionais do livro, como Gustavo Piqueira – um dos mais premiados *designers* gráficos do Brasil, com mais de mil prêmios recebidos – que, à frente da Casa Rex, esteve desde o início ao lado da Biblioteca como parceiro fundamental na consecução dos objetivos das Publicações BBM.

Um dos projetos que contam com a parceria de Gustavo Piqueira é a *Revista da BBM*, pois fazia-se necessário um *design* gráfico experiente e inovador. O premiado *designer* prontamente aceitou o convite da BBM. Porém, nem tudo foram flores: numa instituição da dimensão da Universidade de São Paulo, os desafios de ordem prática e burocrática impuseram algumas questões: Como e quando pagar um profissional externo à Universidade? Qual o melhor preço? Foi então que, numa atitude de grandeza e amizade que extrapola o aspecto meramente profissional, Gustavo Piqueira aceitou criar o projeto gráfico graciosamente. Uma parceria que rende bons frutos até hoje, possibilitando aos estagiários a vivência prática de todo o processo editorial e a inspiração advinda do seu trabalho profissional.

Superada a fase de produção, o próximo gargalo que se apresenta é a impressão. Novamente, a BBM foi agraciada com a generosidade e o espírito de parceria da Gráfica Santa Marta na impressão do primeiro número e da Lis Gráfica no segundo.

Sobre a Lis Gráfica, cabe destacar sua colaboração com a Com-Arte. Graças à filosofia de seus diretores Adelino Ferreira e Leonardo Guimarães Ferreira, de que o apoio a uma editora laboratório é parte fundamental na formação de novos editores, a Com-Arte consegue produzir seus livros e proporcionar aprendizado aos alunos.

Diante do oferecimento da impressão por parte da gráfica, e da feitura do projeto por Gustavo Piqueira, os dois primeiros números da *Revista BBM* foram publicados e pudemos dar continuidade ao projeto, elaborando os dois números seguintes. É importante ressaltar o trabalho inovador de Gustavo Piqueira à frente não somente do projeto da *Revista da BBM* como também em *O Bibliófilo Aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes; *As Bibliotecas de Maria Bonomi* (Figs. 1A e 1B), de Marisa Midori Deaecto; *Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará* (Figs. 2A, 2B e 2C), de Hercule Florence. Os projetos destes títulos são apresentados por Gustavo Piqueira no capítulo “Livros Vivos - Escritas Visuais nas Publicações BBM”, deste volume (pp. 249).



Imagens presentes em
As Bibliotecas de Maria Bonomi.

FIG. 1A. Xilografia da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

FIG. 1B. Xilografia da Biblioteca Nacional da França



Ilustrações do livro *Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará*

FIG. 2A. Destaque de (*Pseudobombax* sp., Dugand) sobre borda de mata em Diamantino, 1828.

COLEÇÃO ARQUIVO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS (SÃO PETERSBURGO)



FIG. 2B. Cainca ou cipó-cruz (*Chiococca alba* (L.), Hitchc.), 1828.

FIG. 2C. Sem título. Igreja Nossa Senhora de Santana do Sacramento em Chapada dos Guimarães, 1827.

As obras editadas pelas Publicações BBM são, em sua maioria, trabalhos desenvolvidos e selecionados pela própria Biblioteca e, claro, são editadas com a consciência de que carregam o nome de uma instituição que é referência sobre o livro. É imperativo, portanto, que estas obras representem bem editorialmente a instituição que as produz. Tudo o que se faz na universidade deve, de alguma forma, estar à altura do estado da arte cultural da própria universidade. Não se pode fazer um livro apenas porque é mais barato, ou para compor currículo. Nesse aspecto, recorro uma vez mais a José Mindlin, que sabiamente afirmava que “fazer um livro bem-feito, um livro bonito, não é mais caro do que o livro mal feito”. Desde então, essa é a premissa básica das Publicações BBM.

Se tomarmos por base as publicações das grandes bibliotecas mundo afora, o primeiro fato que nos salta aos olhos e nos distancia da realidade daquelas instituições são os montantes de recursos financeiros destinados aos seus respectivos setores editoriais. Dentro das nossas possibilidades, temos a obrigação e o dever de mostrar a dimensão do seu acervo e a qualidade do que os pesquisadores produzem na Biblioteca. Aqui permito-me recorrer a Mallarmé que dizia que “o mundo é feito para acabar em um belo livro”¹. Assim, ao vislumbrar que cada projeto vai terminar em uma obra memorável, a BBM assegura que esta eternize o pensamento e os momentos de reflexão e, ao publicá-la, tem em mente que o livro deve também estar à altura desse pensamento.

A BBM é uma instituição viva e atenta às transformações e às temáticas de seu tempo e suas publicações refletem esse pensamento. Isso está presente na COLEÇÃO 3x22, nascida a partir da ideia de apresentar os anos de 1822, 1922 e 2022 numa linha do tempo contendo todos os períodos compreendidos nos dois séculos abarcados pela coleção, cujos pontos de partida foram Independência do Brasil, Semana de Arte Moderna de 1922 e Bicentenário da Independência do Brasil. Trata-se de um projeto gráfico desenvolvido por Pedro Botton, aluno do curso de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que, mais adiante, exporá seu processo criativo na Coleção 3x22 (pp. 259).

As Publicações BBM ainda estão em fase de implantação e amadurecimento de seus projetos e processos editoriais, portanto, têm pela frente um longo e promissor caminho. Esta trajetória deverá seguir em sintonia com o processo de digitalização do acervo da BBM, que garantirá ao público geral o acesso irrestrito por meio da rede de computadores. No entanto, diferentemente do patrimônio da Biblioteca, composto por exemplares raros e que exigem condições específicas de manuseio e preservação, as Publicações BBM encontram território fértil para sua circulação em formato físico que, a exemplo das grandes bibliotecas do mundo desenvolvido, é o que melhor representa e dá visibilidade aos trabalhos produzidos. O site da Biblioteca, nesse sentido, oferece em formato digital não apenas os números da *Revista*

¹ "le monde est fait pour aboutir à un beau livre". Stéphane Mallarmé, *Correspondance (1854-1898)*, França, Editions Gallimard, 2019.

da BBM, mas todas as suas publicações. Para os livros impressos, as Publicações BBM contam com a rede de distribuição de livrarias e sistema de vendas *on-line* da Edusp.

Ao mencionar a Edusp, é imperioso ressaltar a importância das parcerias e coedições para o sucesso dos livros das Publicações BBM. Com a Edusp foi possível editar, por exemplo, o *Dicionário da Independência do Brasil*, organizado por Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira e João Paulo Pimenta, a obra mais densa e completa sobre o episódio, representando as ideias e as interpretações de nossa geração sobre a Independência, e *A Impressão nas Missões Jesuítas do Paraguai: Século XVIII* (Figs. 3A e 3B), de Fernanda Verissimo, ambos com projeto gráfico de dois ex-alunos do curso de Editoração: Ricardo Assis e Tainá Nunes Costa.



Imagens presentes no livro
A Impressão nas Missões Jesuítas do Paraguai: Século XVIII

FIG 3A. Xilogravura representando a “boca do inferno” encontrada em uma das mais elaboradas gravuras da edição guarani de *De la Diferencia Entre lo Temporal y lo Eterno* [...]. Impresso na redução de Loreto, em 1705. Biblioteca E. Peña.

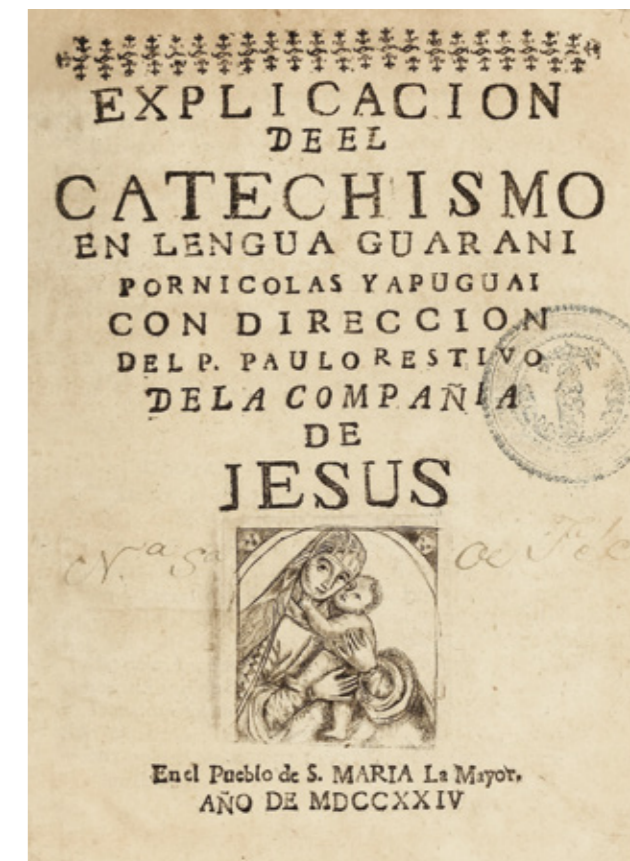


FIG. 3B. Primeiro livro de autoria de um indígena, Nicolas Yapuguay, esta *Explicacion de el Catechismo* tem títulos em espanhol e textos em guarani.
ACERVO JCB

Especial atenção merece a parceria da BBM com as Edições Sesc, reconhecidas pela promoção da educação, da cultura e das artes, além do cuidado com a produção editorial. Esta parceria teve como frutos os seguintes títulos: *Antonio Candido – Afeto e Convicção*, de Laura de Mello e Souza, Carlos Augusto Calil e Max Gimenes; *Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil*, de Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa; *Semana de Vinte e Dois – Olhares Críticos*, Marcos Antonio de Moraes; *Modernismo: O Lado Oposto e Outros Lados*, Elias Thomé Saliba; *Palavras para Walnice*, Antonio Dimas e Ligia Chiappini; *São Paulo na Disputa pelo Passado: O Monumento à Independência de Ettore Ximenes*, Michelli Cristine Scapol Monteiro; *Um Boxeur na Arena: Oswald de Andrade e as Artes Visuais no Brasil (1915-1945)*, Thiago Gil Virava; e *Independência – Memória e Historiografia*, Wilma Peres Costa e Têlio Cravo.

Além disso, dada a raridade do acervo e suas condições especiais de preservação e de conservação, as Publicações BBM estão desenvolvendo e estruturando os projetos para publicação de fac-similes de obras originais de comprovado relevo e importância, seja no momento histórico, seja na formação da identidade cultural do Brasil, com vistas a sua ampla divulgação com esmerada qualidade editorial.

Projetos temáticos que tratam da história do Brasil em suas diferentes dimensões, cujos registros podem ser encontrados nos livros reunidos por José Mindlin ao longo de sua vida, merecem destaque no rol das publicações: *São Paulo e os Pioneiros: Novos Encontros*, de Jacques Marcovitch e Maria Cristina Oliveira Bruno; *História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil: Novas Perspectivas*, de Henrique Antonio Ré, Laurent Azevedo Marques de Saes e Gustavo Velloso; *O Descobrimento do Brasil e Outros Ensaios*, de Oliveira Lima, organizado por André Heráclio do Rêgo; e *A Cerâmica do Povo Paiteer Suruí de Rondônia: Continuidade e Mudança Cultural*, de Jean-Jacques Vidal.

Com as Publicações BBM gostaríamos de realçar o fato de que, além de editar essas obras, queremos reverenciar a memória de José Mindlin e a paixão que ele tinha pelos livros. A cada nova publicação, penso se ele realmente estaria feliz com o que a Biblioteca, que leva seu nome, está fazendo. Nesse sentido, não poderia deixar de relacionar os títulos que tratam de Livros sobre Livros, fundamentais para a construção da bibliografia de uma Biblioteca: *Glossário Visual de Conservação: Um Guia de Danos Comuns em Papéis e Livros*, de Camila Zanon Paglione; *Arquivo Zila Mamede: Inventário*, de José Francisco Guelfi Campos; *As Bibliotecas de Maria Bonomi*, de Marisa Midori Deaecto; *Rubens Borba de Moraes: Anotações de um Bibliófilo*, de Cristina Antunes; *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português Antônio Tavares de Carvalho*, organização de Plínio Martins Filho; *O Bibliófilo Aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes; *Caio Graco e a Editora Brasileira*, de Sandra Reimão e Gisela Creni; *Livros Infantis Velhos & Esquecidos* (Figs. 4A e 4B), de Gabriela Pellegrino Soares e Patricia Tavares Raffaini; *Primeiras Edições de Machado de Assis na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*, de Hélio de Seixas Guimarães, Ieda Lebensztayn e Luciana Antoini Schoeps.



Ilustrações da obra *Livros Infantis Velhos & Esquecidos*

FIG. 4A. Seis cromos de *Contos Seletos das Mil e Uma Noites*, 1882 e 1908.

FORTE: BN E BBM

FIG. 4B. Trade card do livro *Gulliver*. J. P. Coats.

FORTE: ACERVO MAGNO SILVEIRA



Voltando o olhar para o futuro, certamente a BBM é um imenso território a ser explorado e que fornece os caminhos e elementos necessários para o entendimento da formação e consolidação do Brasil como nação. Essa era a premissa de José Mindlin ao conceber sua Brasiliana. Nesse sentido, a Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin criou o programa Residência BBM, com o objetivo de promover amplo acesso ao seu acervo para o desenvolvimento de projetos cujo resultado seja a publicação de livros que lançam luz e novos olhares sobre a realidade cultural brasileira a partir de recortes temáticos da coleção. Assim, dentre os projetos contemplados no programa, três deles já foram concluídos por Gustavo Piqueira e entregues para a publicação: *Nasce um País*; *Cacofonia à Brasileira: Um Olhar Sobre o Brasil Pitoresco de Victor Frond e Cromografias*.

Finalmente, gostaria de agradecer e registrar nominalmente os estagiários ou bolsistas do Curso de Editoração, e de outras áreas, que participaram dessa aventura inicial do processo de criação das Publicações BBM e até hoje mantêm viva essa chama. São pessoas que estão vivenciando o livro, vivendo essa magia que é trabalhar numa Biblioteca e nela fazer livros: Amanda Fujii, Bruna Xavier Martins, Brunna Carielo, Camila de Souza Gonçalves, Clara Lana, Cláudia Alejandra Sarmiento – uma imigrante venezuelana –, Davi Bertholdo Santos, Gabriela Favaretto, Isabella Silva Teixeira, Isac Araújo dos Santos, Letícia Pinheiro, Luiz Hideki Sakaguti, Manoel Davi Carneiro, Marcela Ribeiro, Millena Santana, Mirela de Andrade Cavalcante, Pedro Tajiki Salles e Raira Cortes. São pessoas com quem divido o prazer de fazer livros e que querem aprender e viver intensamente o dia a dia do livro. Esse trabalho foi e está sendo possível graças ao apoio de Carlos Zeron e Alexandre Macchione Saes.

Desejo intensamente que minha experiência como editor sirva de alguma forma como inspiração àqueles que tenham o desejo genuíno de continuar e preservar a ideia de José Mindlin que sempre dizia que “gostaria de inocular o vírus do amor ao livro e à leitura ao maior número possível de pessoas”. Eu acrescentaria: “gostaria de inocular nos editores e leitores o vírus do prazer do livro bem feito, do livro esteticamente belo, no qual o leitor se sintam bem e confortável”.





Livros Vivos: Escritas Visuais nas Publicações BBM

Gustavo Piqueira

Casa Rex

249

As obras editadas sob o selo das Publicações BBM fazem, inevitavelmente, referência ao acervo e às ações da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. São, de forma direta ou indireta, aquilo que se convencionou chamar de livros sobre livros. O dado, apesar de óbvio, sempre se impôs como o ponto central em torno do qual busquei estruturar meu trabalho quando fui convidado a colaborar em alguns desses projetos como *designer* gráfico. Em termos práticos, independentemente do conteúdo específico de cada livro, isso se refletiu no estabelecimento de dois eixos conceituais bem definidos. Ambos, a meu ver, essenciais e complementares.

O primeiro deles, um indisfarçado respeito pela matéria constitutiva da obra em questão que, via de regra, já carrega consigo algum grau de visualidade, seja em termos mais diretos – o conteúdo visual existente em edições anteriores, por exemplo –, seja em termos da contextualização espaço-temporal que o discurso gráfico pode acrescentar enquanto paratexto. Nesse sentido, creio ser sempre fundamental respeitar essas condições preexistentes, sejam elas quais forem, pois, tentar ignorá-las ou mesmo diminuir sua importância provocaria um empobrecimento do volume final, num achatamento de suas camadas.

Por outro lado, edições fac-similares à parte, não me parecem muito relevantes as meras reproduções de linguagens do passado – pouco importando se motivadas por preguiça, por exagerada reverência ou pelo oportunismo que mira o ávido



FIG. 1A, 1B E 1C. Livro *Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará*, 2023.



mercado da nostalgia. Afinal, se estamos lançando uma publicação hoje, ela está sendo feita para o mundo presente. Está sendo impressa porque acreditamos que de algum modo ela tenha ressonância com o agora. Em função disso, penso ser fundamental, a despeito do quão antigo e do quão sagrado seja o material original constituinte de uma publicação, que ela externe, via linguagem visual, sua contemporaneidade. E, assim, sinalize sem margem de dúvidas tratar-se de um livro para os nossos tempos.

Essa ambivalência, essa combinação de objetivos – respeitar o passado, incluir o presente – pode ser articulada de diversas maneiras, modulada em diversos graus de intensidade. É fundamental que seja assim, aliás. Que não haja um procedimento preestabelecido. Pois quem ditará as possibilidades de mistura serão os ingredientes à mão: cada tema estende suas perspectivas, estabelece seus limites e nos guia por caminhos únicos.

Como, por exemplo, a edição lançada em 2023 do registro feito pelo polímata francês Hercule Florence da Expedição Langsdorff, que atravessou boa parte do território brasileiro entre 1825 e 1829, uma coedição da BBM com o IHF, Instituto Hercule Florence, a *Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará* (Fig. 1A, 1B, 1C). Aqui, a opção foi organizar a diagramação de um modo bastante clássico – quase aquilo que se convencionou denominar de “*design invisível*” –, para que o projeto gráfico interferisse o mínimo possível no contato do leitor com o conteúdo, composto pelo diário de Florence em textos e desenhos. Afinal, era fundamental manter o trânsito entre as referências visuais e textuais o mais desobstruído possível, a fim de preservar o espírito de integração entre ambas, algo inerente a qualquer diário. Até mesmo a única opção de *design* um pouco menos recatada, o uso da caligrafia de Florence para a titulação dos “capítulos”, não foge à regra de ter o conteúdo original como linha mestra.

A materialidade do volume seguiu pela mesma linha, com a escolha recaindo em um grande formato quadrado, 30x30 cm aproximadamente, em capa dura, protegido por uma luva rígida. Tudo não apenas para possibilitar a reprodução dos belos desenhos do francês sem limitações de espaço, mas também para conferir à edição uma dimensão simbólica de obra clássica, dada sua indiscutível condição de fonte primária de um importante testemunho do período. Porém, uma vez que o *design* do conteúdo e da materialidade da obra asseguravam o respeito ao original escrito há quase duzentos anos, coube ao projeto gráfico da luva e da capa equilibrar o resultado final, puxando o livro para os dias atuais.

Na luva, a solução tipográfica preenche integralmente a área disponível, frente e verso. As cores, porém, desprendem-se de organizar a leitura e estruturam uma vista aérea semi-abstrata de um rio e de sua margem, vagando livremente num eixo vertical, a despeito da horizontalidade de informação textual. E, se os dois lados da luva trazem exatamente a mesma composição tipográfica, as cores não parecem se preocupar com isso e serpenteiam de modos distintos entre eles.



FIG. 2. Livro
O Bibliófilo Aprendiz, 2019.

Já na capa do livro em si, o mesmo princípio de abstração de um curso fluvial é construído com matéria-prima diversa: fragmentos dos desenhos e da caligrafia de Florence, enquadrados em tiras de largura variável, são justapostos, criando uma padronagem que se espalha da capa pelas guardas até as páginas iniciais do livro, promovendo a integração entre capa e miolo e também oferecendo ao leitor uma espécie de entrada poética na viagem fluvial. Luva e capa podem trazer abordagens gráficas pouco ortodoxas, é fato. No entanto, vale ressaltar que o fazem sem a necessidade de recorrer a elementos externos: tomam como matéria de trabalho o original de Florence e o reelaboram. Estamos, afinal, no território dos livros sobre livros.

Um princípio semelhante foi aplicado à capa da edição especial de *O Bibliófilo Aprendiz* (Fig. 2), o célebre tratado informal de bibliofilia escrito por Rubens Borba de Moraes, talvez o grande responsável pela grandeza do acervo da BBM depois do casal que dá nome à instituição. Se o acabamento em capa dura revestida com tecido e a tipografia serifada sinalizam respeito e reverência, a transformação do plano da capa numa espécie de telescópio mirando corpos celestes tipográficos – do qual fazem parte algumas letras do título, subtítulo e autor – garante a autonomia da edição lançada em 2019.

Para a *Revista BBM* (Fig. 3A-D), por outro lado, não era possível criar um projeto gráfico com particularidades tão definidas, fossem elas rios, céus ou qualquer outra coisa. Cores, fontes, *grids* e grafismos precisavam apresentar altos índices de neutralidade para abarcar sem conflitos a diversidade – conceitual e material – dos



FIG. 3A, 3B, 3C E 3D.
As Revistas BBM.





FIG. 4. Livro *As Bibliotecas de Maria Bonomi*, 2017.



artigos que compõem cada edição, assim como o tema central, variável de um número da revista para outro. Desse modo, as decisões gráficas terminaram por se basear mais em parâmetros funcionais do que em articulações visuais *sui generis*. De qualquer modo, essa predominância funcional tentou não se tornar sinônimo de frieza ao vir permeada por escolhas tipográficas, cromáticas e iconográficas que, mais uma vez, visam aliar passado e presente, sempre se referenciando em elementos vinculados à história do livro.

Já *As Bibliotecas de Maria Bonomi*, livro escrito por Marisa Midori Deaecto e publicado em 2017 (Fig. 4), que funciona como uma espécie de catálogo da exposição realizada por Maria Bonomi na BBM, contendo 23 xilografuras retratando, pelos olhos e entalhes da grande artista, célebres bibliotecas ao redor do mundo – a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin entre elas –, a ideia foi um pouco diferente, apesar de seguir circunscrita à mesma visão do que deve ser uma Publicação BBM: sem se furtar à reprodução integral das gravuras, o livro escapa da gramática rígida e pouco saborosa dos catálogos de artes visuais para falar, mais uma vez, de assuntos relativos a seu próprio universo. Para isso, cada gravura vem acompanhada de uma reprodução fotográfica frente e verso de sua matriz de madeira. Por meio de um sistema de dobra das páginas, gravura e matriz dialogam e oferecem ao leitor uma proposta lúdica de manipulação, na qual ele é convidado a reproduzir o movimento de impressão, “carimbando” a madeira no papel.

Tal proposta não apenas enriquece as possibilidades de leitura do livro enquanto objeto mas, acima de tudo, acrescenta à dimensão narrativa novas camadas que acessam tecnologia e história do livro: um recurso contemporâneo de produção gráfica simulando o método ancestral de impressão. A matriz e o produto final colocados lado a lado, indissociáveis. O processo tornado narrativa. Esse é o tipo de acréscimo que, creio eu, se constitui em uma das mais interessantes possibilidades a serem exploradas em publicações de instituições como a BBM.

E é nesse sentido que encaixo *Oito Viagens ao Brasil* (Fig. 5A e 5B), um projeto meu – desta vez não apenas em termos de projeto gráfico, mas uma obra integralmente de minha autoria – coeditado pela BBM com a WMF Martins Fontes, também de 2017. A caixa, contendo oito volumes, mistura livremente história, ficção, literatura, artes visuais, iconografia histórica e materialidade do livro. Para cada livro, um tipo diferente de escrita – pois considero a grafia de imagens também um modo de escrita –, tomando como ponto de partida um inseguro (e fictício) organizador que busca realizar uma obra “de peso” ao redor da narrativa do alemão Hans Staden, autor do primeiro livro sobre o Brasil, publicado em 1557. *A História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América, Desconhecida Antes e Depois de Jesus Cristo nas Terras de Hessen Até os Dois Últimos Anos, Visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a Conheceu por Experiência Própria e Agora a Traz a Público com Essa Impressão* seria, com o passar dos séculos, sensatamente rebatizada com títulos mais breves, dos quais *Duas Viagens ao Brasil* talvez seja o mais popular.

Na narrativa, Staden – ou quem quer que de fato tenha escrito a obra supostamente autobiográfica – relata os meses vividos como prisioneiro de tupinambás antropófagos na costa sudeste brasileira. Partindo de suas xilogravuras – das originais e das inúmeras reinterpretações subsequentes, às quais tive acesso graças ao acervo da BBM –, *Oito Viagens ao Brasil* apresenta e discute o complexo amálgama de indústria, arte e códigos culturais vigentes que deu origem à criação da imagem do Brasil quase concomitantemente à consolidação dos parâmetros da cultura impressa.

Além disso, suas misturas de ficção com história e de linguagem visual com escrita funcionam como uma espécie de demonstração prática das possibilidades de ocupação do suporte impresso: dentro da caixa, encontramos um livro-objeto completamente rasgado; um volume trazendo uma narrativa visual com colagens sobre fotografias oficiais de presidentes e imperadores do Brasil; personagens fictícias que discutem entre si através dos diversos volumes; textos originais de Hans Staden ilustrados por fotografias contemporâneas (e nada charmosas) de Ubatuba; xilogravuras da primeira edição de Staden emoldurando um texto ficcional contemporâneo e uma história em quadrinhos pra lá de amadora, entre outras coisas. É um projeto no qual se buscou radicalizar o acesso às múltiplas dimensões do livro. Narrativas, históricas e simbólicas. A despeito de seu caráter não acadêmico.

Algo que, apesar de em menor escala, também busquei fazer em *Clichês Brasileiros*, publicado pela Ateliê Editorial em 2013. Não é oficialmente uma Publicação BBM, mas sua presença neste artigo é plenamente justificável, não só por compartilhar das mesmas ambições de *Oito Viagens ao Brasil*, tomando a cultura gráfica do livro como eixo central de uma narrativa extremamente não canônica – neste caso, a utilização de antigos clichês tipográficos como glifos constitutivos de uma narrativa visual –, mas porque a obra foi originalmente concebida para o simpósio Livros e Universidades, promovido pela USP, um dos primeiros (senão o primeiro) eventos sediados no auditório da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Ambos, *Oito Viagens ao Brasil* e *Clichês Brasileiros*, buscam realçar o livro como objeto ativo, em circulação, e levar essa potencialidade às últimas consequências. E, pessoalmente, acredito que quanto mais produções híbridas como essas – e por “como essas” entendo que formadas por misturas completamente distintas dessas – forem possíveis de se realizar num espaço como a BBM, mais conseguiremos reforçar a ideia de que os livros, assim como os espaços onde eles habitam, se constituem num dos maiores símbolos da vida humana enquanto experiência coletiva.



FIG. 5A E 5B. Livro *Oito Viagens ao Brasil*, 2017.





Coleção 3x22

Pedro Botton

Editoração da ECA/USP

A COLEÇÃO 3X22, projeto que surgiu a partir do Bicentenário da Independência do Brasil, trazia como obras integrantes, as teses: *Anarquistas e Servis: Uma Análise dos Projetos Políticos de Rio de Janeiro de 1824 a 1826*, Arthur Reis; *No Calidoscópio da Diplomacia: Formação da Monarquia Constitucional e o Reconhecimento da Independência e do Império do Brasil de 1822 a 1827*, Guilherme de Paula Costa Santos; *Politização do Tempo: Temporalização dos Discursos Políticos no Processo de Independência do Brasil (1820-1822)*, Rafael Fanni; *Esculpindo para o Ministério: Arte e Política no Estado Novo*, Marina Mazze Cerchiaro; *O Dilema Cosmopolita versus Nacional nas Vanguardas Latino-americanas: Uma Comparação entre a Revista da Antropofagia e a Martín Ferro (1924-1929)*, Helaine Nolasco Queiroz; e *Do Ceticismo aos Extremos: Cultura Intelectual Brasileira nos Escritos de Tristão de Athayde*, Thiago Lenine.

A partir de tão variada produção, o projeto gráfico desenvolvido para a COLEÇÃO 3X22 partiu da ideia de apresentar os anos de 1822, 1922 e 2022 em sequência, colocando-os em um mesmo universo. No entanto, como a História não é formada por datas isoladas, mas sim por uma continuidade, desenhamos uma linha do tempo contendo todos os anos compreendidos nos dois séculos abarcados pela coleção.

Paralelamente à ideia de cronologia, dedicamos particular atenção à disposição do título das obras. Compreendemos que o subtítulo das teses apresentava

valor semelhante ao próprio título das mesmas e, portanto, buscamos uma diagramação que diminuísse a hierarquia usual entre título e subtítulo.

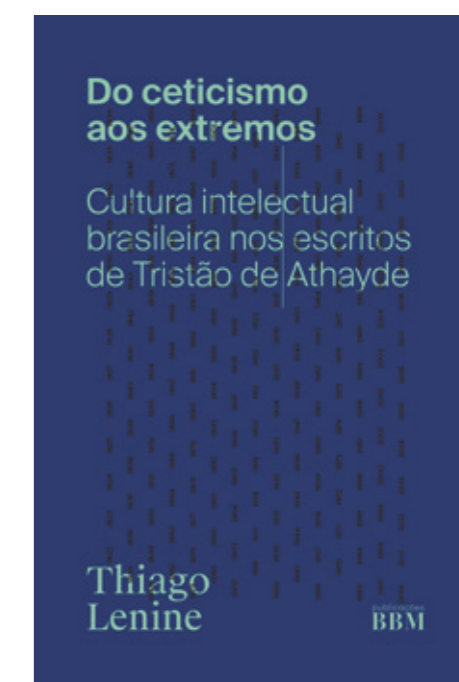
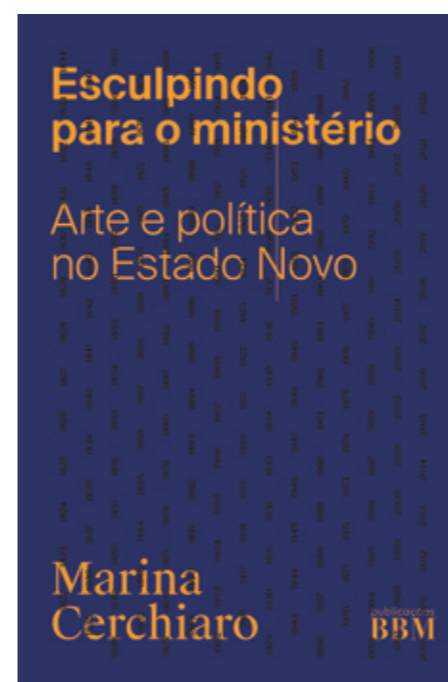
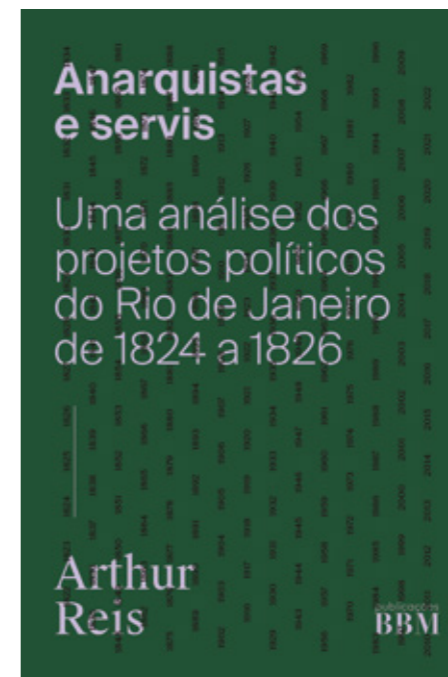
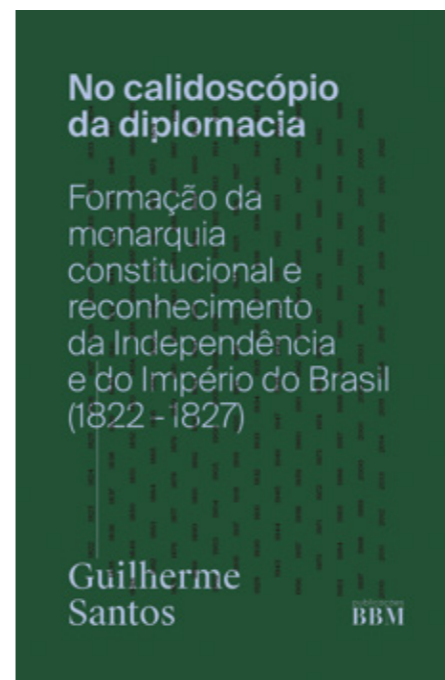
O projeto gráfico proposto surge então do encontro e da sobreposição entre essas duas vontades: a de elaborar uma linha do tempo que vai de 1822 a 2022, ao mesmo tempo em que destaca os títulos, subtítulos e autores das teses selecionadas. Com o objetivo de diferenciar os livros que tratam de 1822 daqueles que tratam de 1922, foram escolhidas duas cores específicas para cada século: verde para as teses que tratam do século XIX; e azul para as que tratam do século XX. Na linha do tempo, os anos abordados em cada tese publicada na coleção recebe um sublinhado, o que torna possível a localização – dentro desses dois séculos de história – de qual período a obra trata, além de conferir um sutil elemento gráfico único para cada capa.

As teses selecionadas para compor a coleção variam bastante tanto na extensão quanto no conteúdo editorial, o que nos levou a projetar dois formatos distintos dentro da mesma coleção: 14 × 21 cm, para as obras de menor extensão e com poucas imagens; e 17 × 26 cm, para as teses com maior quantidade de páginas e de ilustrações.

Na busca por uma estética sóbria e atemporal, a família tipográfica escolhida para este projeto foi a Suisse, desenvolvida em 2019 pelo escritório Swiss Typefaces, composta por três versões: sem serifa, chamada de International, nos tons Light e SemiBold; a serifada de texto, que recebe o nome de Works; e a serifada moderna, a Suisse Neue. No entanto, para o volume maior de texto presente no miolo dos livros, escolhemos a tipografia Spectral, por apresentar uma gama de recursos de composição mais completa, como versaltes, variantes de numerais e maior diversidade de diacríticos, tornando-a, portanto, uma fonte mais versátil para um conteúdo diverso.

O projeto gráfico da capa também se desdobra no miolo dos livros, por meio das tipologias utilizadas, porém sem o uso das cores, o que confere uniformidade e padronização entre os títulos da coleção. Para as aberturas de capítulos, buscamos um equilíbrio entre o destaque, a partir do uso dos espaços vazios, e a diagramação da mancha de texto com um bom aproveitamento da página ao mesmo tempo em que se foi garantida a legibilidade e clareza para o conteúdo das obras.

O projeto desenvolvido tem, portanto, a intenção de lidar com os conceitos da dimensão temporal compreendida, com a sobreposição de dados e com o destaque tipográfico dos títulos, subtítulos e autores publicados nesta coleção literalmente histórica.



Catálogo das Publicações BBM (2017 – 2024)

Glossário Visual de Conservação: Um Guia de Danos Comuns em Papéis e Livros

Autora: Camila Zanon Paglione
ISBN: 978-85-62587-27-6
Ano de publicação: 2017
Número de páginas: 96
Dimensões: 11,5 x 11,5 cm



O livro *Glossário Visual de Conservação: Um Guia de Danos Comuns em Papéis e Livros* é produto de pesquisa de Camila Zanon Paglione, durante seu período de dedicação ao Laboratório de Conservação e Restauro da BBM. A autora fez um levantamento sintético dos danos em livros e documentos com o objetivo de criar um glossário e auxiliar o trabalho dos conservadores e restauradores.

Arquivo Zila Mamede: Inventário

Autor: José Francisco Guelfi Campos
ISBN: 978-85-62587-23-8
Ano de publicação: 2017
Número de páginas: 136
Dimensões: 16 x 16 cm



Com a publicação do inventário do arquivo de Zila Mamede (1928-1985), a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo deu início à difusão dos fundos e coleções que custodia, para além de seu rico acervo bibliográfico.

Por suas dimensões reduzidas, que não comprometem, contudo, sua representatividade e seu potencial informativo, o arquivo da bibliotecária, pesquisadora e poetisa Zila da Costa Mamede foi escolhido para ser o primeiro a ser descrito e disponibilizado para a consulta, em experiência-piloto que teve por objetivo consolidar metodologia específica para o tratamento de arquivos de natureza pessoal a ser aplicada aos demais conjuntos documentais.

As Bibliotecas de Maria Bonomi

Autora: Marisa Midori Deaecto
ISBN: 978-85-6258-725-2
Ano de publicação: 2017
Número de páginas: 64
Dimensões: 25 x 20 cm



Convidada para ilustrar o sexto número da revista *Livro*, do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição – USP, 2017, a artista plástica Maria Bonomi produziu 23 xilogravuras das mais proeminentes bibliotecas do mundo, desde a antiga Biblioteca Marciana (1564) à jovem Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (2013). As xilogravuras da artista, com suas matrizes e impressões, resultaram na exposição *A Revista Livro e as Bibliotecas de Maria Bonomi*, realizada na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

A partir das gravuras, Marisa Midori Deaecto compôs um histórico conciso e profícuo a respeito de cada uma das 23 bibliotecas, as quais são percorridas em seus diversos aspectos: as condições de fundação, os percalços históricos, a formação e a relevância do acervo, os projetos arquitetônicos e a edificação dessas construções monumentais dedicadas ao livro e responsáveis por conservar o conhecimento, a cultura, a memória e a história das civilizações humanas.

Rubens Borba de Moraes: Anotações de um Bibliófilo

Autora: Cristina Antunes
ISBN: 978-85-62587-28-3
Ano de publicação: 2017
Número de páginas: 136
Dimensões: 18 x 25 cm



Pensando no importante papel desempenhado pelo bibliotecário, bibliófilo, bibliógrafo, historiador, professor e pesquisador Rubens Borba de Moraes (1899-1986) no universo da bibliografia brasileira, o livro *Rubens Borba de Moraes: Anotações de um Bibliófilo*, de Cristina Antunes, reúne o conjunto das notas manuscritas por ele nos livros que constituem sua biblioteca – hoje parte integrante da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin –, a partir do levantamento, registro e transcrição de toda a marginalia presente nas referidas obras, na forma de anotações feitas no próprio livro, ou notas manuscritas em papéis avulsos, recortes de jornais, recortes de catálogos e notas de venda emitidas por livreiros.

Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português Antônio Tavares de Carvalho

Organizador: Plínio Martins Filho
ISBN: 978-85-62587-30-6
Ano de publicação: 2018
Número de páginas: 544
Dimensões: 16 x 23 cm



Por meio deste conjunto de cartas trocadas com o livreiro português Antônio Tavares de Carvalho, o leitor poderá acompanhar parte significativa da formação da Biblioteca Brasileira de Rubens Borba de Moraes – integrada hoje à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin –, bem como a crescente empatia entre ambos. Com a erudição aliada à peculiar clareza, sem pedantismo e sem falsa modéstia, discorre Borba de Moraes sobre a importância de cada obra desejada, adquirida ou não, traçando um amplo painel dos interesses que nortearam o colecionador e o estudioso que foi.

O Bibliófilo Aprendiz

Autor: Rubens Borba de Moraes
ISBN: 978-85-62587-29-0
Ano de publicação: 2018
Número de páginas: 296
Dimensões: 17 x 25,5 cm



Nova edição de *O Bibliófilo Aprendiz*, de Rubens Borba de Moraes, um dos maiores pesquisadores, bibliotecários e bibliófilos brasileiros. O livro é indispensável para a formação profissional e humanística de bibliotecários, bibliógrafos, bibliólogos, bibliófilos, arquivistas, organizadores de acervos, colecionadores de livros raros e entusiastas do mundo dos livros. Procurou-se, nesta reedição, atender a um desejo, expressado inúmeras vezes em sua correspondência com o livreiro Antônio Tavares de Carvalho, de ter esta obra editada no que ele chamava “uma edição de luxo”.

Caio Graco Prado e a Editora Brasiliense

Organizadoras: Sandra Reimão e Gisela Creni
ISBN: 978-65-87936-09-3
Ano de publicação: 2020
Número de páginas: 116
Dimensões: 15,5 x 22,5 cm



Na década de 1980, a editora Brasiliense promoveu uma revolução no mercado editorial brasileiro com o lançamento da Coleção Primeiros Passos, que, em livros de formato e preço reduzido, publicava textos sobre grandes questões: O Que é... Socialismo, Anarquismo, Literatura, Ideologia, História. O sucesso foi imediato: os jovens brasileiros vivendo em um país em processo de redemocratização, buscavam o conhecimento como uma forma de poder participar do novo país em construção.

À Primeiros Passos somaram-se outras coleções de sucesso, como Tudo é História, Cantadas Literárias e Encanto Radical, que também passaram a fazer parte das estantes dos jovens universitários. Este livro apresenta a trajetória de Caio Graco enquanto editor à frente da Brasiliense.

São Paulo e os Pioneiros: Novos Encontros

Coordenadores: Jacques Marcovitch, Maria Cristina Oliveira Bruno
ISBN: 978-65-87963-07-9
Ano de publicação: 2020
Número de páginas: 116
Dimensões: 20 x 25 cm



São Paulo e os Pioneiros: Novos Encontros nasce da exposição de mesmo nome realizada em 2019 no Palácio dos Campos Elíseos. Com o professor Jacques Marcovitch e a pesquisadora museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno como coordenadores, a obra reúne textos, narrativas e imagens que retratam a trajetória dos pioneiros paulistas, bem como o cenário econômico, político e cultural enfrentado por eles no passado, até os desafios do presente.

História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil: Novas Perspectivas

Organizadores: Henrique Antonio Ré,
 Laurent Azevedo Marques de Saes
 e Gustavo Velloso
ISBN: 978-65-87936-06-2
Ano de publicação: 2020
Número de páginas: 336
Dimensões: 14 x 21 cm



Realizado em maio de 2018, no Departamento de História da Universidade de São Paulo, o seminário História e Historiografia do Trabalho Escravo no Brasil contou com a participação de estudiosos de múltiplas vertentes e universidades brasileiras. O objetivo foi aproveitar a efeméride dos 130 anos da aprovação da Lei Áurea, que extinguiu oficialmente a escravidão no Brasil, para debater os avanços e êxitos, bem como os impasses e as dificuldades da historiografia produzida desde então sobre a escravidão e sua abolição em nosso país. Reunindo contribuições de alguns participantes do evento, este livro é, em primeiro lugar, uma amostra das questões fundamentais que norteiam hoje as pesquisas sobre a escravidão no Brasil. É, também, uma tentativa de apontar certos impasses historiográficos e delimitar os campos que ainda necessitam ser melhor investigados.

O Descobrimento do Brasil e Outros Ensaios

Coordenadores: André Heráclio do Rêgo
ISBN: 978-65-87936-05-5
Ano de publicação: 2021
Número de páginas: 352
Dimensões: 16 x 23 cm



Manuel de Oliveira Lima é autor de uma obra vasta e multidisciplinar que marcou e influenciou as gerações de cientistas sociais e historiadores que o sucederam, sendo o ponto de partida da historiografia brasileira mais decisiva no século xx. Com efeito, sua obra deu forma e sentido a matrizes histórico-culturais que definiriam a própria existência do Brasil como nação e do brasileiro como povo.

Seu legado, dessa forma, deve ser reavaliado, dando-se relevo ao caráter interpretativo de sua obra que, ademais do profundo domínio da informação documental, primava pela capacidade de dar sentido aos fatos, bem como de perceber a força explicativa dos contextos históricos internacionais. Esta é a proposta do presente volume.

Antonio Candido: Afeto e Convicção

Organizadores: Laura de Mello e Souza, Carlos Augusto Calil, Max Gimenes *et al.*
ISBN: 978-65-86111-14-9
Ano de publicação: 2021
Número de páginas: 184
Dimensões: 16 x 23 cm
Editora: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



Fruto do seminário Afeto e Convicção: Uma Homenagem a Antonio Candido de Mello e Souza, realizado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc em homenagem aos cem anos desse grande intelectual, este livro registra um conjunto inédito e multifacetado de visões sobre o legado de Candido, enfatizando sua atuação como um mestre dotado de profundo senso ético e social, formador de gerações de críticos e professores. Dividido em três partes que abordam sua vida no convívio íntimo e na conduta como homem público, o livro conta com textos de Adélia Bezerra de Meneses, Carlos Augusto Calil, João Cezar de Castro Rocha, Laura de Mello e Souza, Leandro Garcia Rodrigues, Luiz Carlos Jackson, Alejandro Blanco, Marcos Antonio de Moraes, Maria Augusta Fonseca, Max Gimenes, Norma Goldstein, Paulo Vannuchi, Rodrigo Ramassote, Telê Ancona Lopez e Walnice Nogueira Galvão.

Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil

Organizadores: Alexandre Macchione Saes e Alexandre de Freitas Barbosa
ISBN: 978-65-87936-03-1
Ano de publicação: 2021
Número de páginas: 466
Dimensões: 16 x 23 cm
Editora: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



Esta coletânea reúne artigos produzidos a partir do seminário Celso Furtado e os 60 Anos de *Formação Econômica do Brasil*, realizado no Sesc, em novembro de 2019, sobre a obra, originalmente publicada em 1959, que se transformou em clássico da literatura econômica e social do país. Os textos refletem a diversidade de diálogos possíveis a partir dos campos mais diversos: da história econômica e social, da economia, da sociologia e da cultura. Mesmo passadas seis décadas, a (re)leitura de *Formação Econômica do Brasil* continua a oferecer um amplo manancial de temas e pesquisas sobre o Brasil do passado, do presente e do futuro.

A Cerâmica do Povo Paiter Suruí de Rondônia: Continuidade e Mudança Cultural (1970-2010)

Autor: Jean-Jacques Armand Vidal
ISBN: 978-65-87936-04-8
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 160
Dimensões: 18 x 25,5 cm



Esta obra é o resultado de um trabalho de campo sobre a cerâmica elaborada pelo povo Paiter Suruí de Rondônia. A investigação se fez através de levantamento etnográfico, registro fotográfico e vídeo dos procedimentos utilizados por esse povo para fabricar suas peças, verificando a localização da matéria-prima, procedimentos de extração desse material, possíveis temperos agregados à argila, técnicas de modelagem, queima, tratamento de superfície e função utilitária e ritualística das peças, com ênfase nas relações sociais envolvidas nesse processo.

Livros Infantis Velhos e Esquecidos

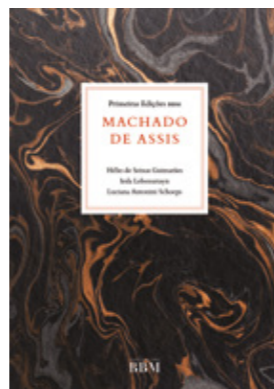
Organizadoras: Gabriela Pellegrino Soares e Patricia Tavares Raffaini
ISBN: 978-65-87936-18-5
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 288
Dimensões: 20 x 27,5 cm



Ao longo da segunda metade do século XIX, os livros especialmente destinados ao público infantil conquistaram espaço em meio ao movimento de expansão das editoras europeias. Antologias de contos de fadas, obras literárias “adultas” adaptadas para crianças, livros escritos e ilustrados segundo o que se considerava adequado para a jovem audiência, explorando caminhos para encantá-la e, não raro, também educá-la. Coleções em formatos diferentes e livros avulsos que integravam a seção infantil dos catálogos das livrarias ganhavam capas atraentes, gravuras coloridas, tipos de fácil leitura enquadrados em delicadas molduras. Com a colaboração de autoras e autores convidados, a obra explora os repertórios literários e imaginários que se apresentavam às crianças e aos adolescentes leitores e ouvintes no Brasil de meados do século XIX a meados do século XX.

Primeiras Edições de Machado de Assis na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

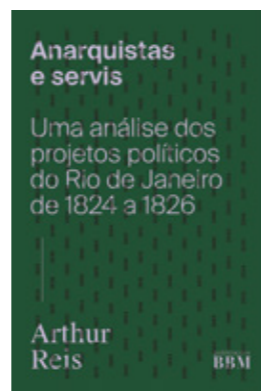
Organizadores: Hélio de Seixas Guimarães, Ieda Lebensztayn e Luciana Antonini Schoeps
ISBN: 978-65-87936-08-6
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 256
Dimensões: 18 x 25,5 cm



Se “a alegria é a prova dos nove”, como escreveu Oswald de Andrade em famoso manifesto, ela é também a marca dos livros reunidos ao longo de décadas pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa, Guita. “Je ne fais rien sans gayeté” (Não faço nada sem alegria) é a frase de Michel de Montaigne inscrita nos *ex-libris* que acompanham cada exemplar das 49 raridades reunidas na Machadiana da BBM, guardada na Universidade de São Paulo. Neste livro-catálogo fartamente ilustrado e documentado, cada exemplar é apresentado ao leitor em detalhe. O conjunto revela a diversidade e a longevidade da trajetória de Machado de Assis, que compreende obras-primas como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, e títulos hoje pouco conhecidos, que surpreenderão e alegrarão qualquer amante da literatura e dos livros.

Anarquistas e Servis: Uma Análise dos Projetos Políticos do Rio de Janeiro de 1824 a 1826

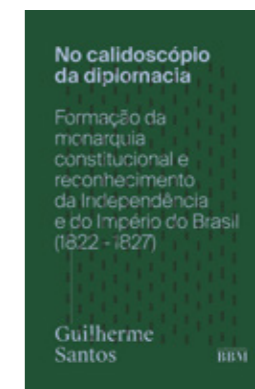
Autor: Arthur Reis
ISBN: 978-65-87936-10-9
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 304
Dimensões: 14 x 21 cm



Trata-se de importante contribuição sobre a história da imprensa e da política no Brasil, reconstituindo as trajetórias políticas e as redes de sociabilidade de dois influentes grupos de jornalistas da época, alcunhados pejorativamente de “anarquistas” e “servis”. Uma característica marcante dos embates políticos que travavam, como mostra vividamente Arthur Ferreira Reis, foi a “guerra de palavras” entre estes missivistas, que era pródiga em xingamentos mútuos e ataques pessoais. Mas o livro vai além, valendo-se de autores da “virada linguística” na historiografia para analisar como um novo vocabulário político se formava e se disseminava pela sociedade naquele período fascinante de alargamento da política e de implementação de um governo relativamente representativo.

No Calidoscópico da Diplomacia: Formação da Monarquia Constitucional e Reconhecimento da Independência e do Império do Brasil de 1822 a 1827

Autor: Guilherme de Paula Costa Santos
ISBN: 978-65-87936-11-6
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 464
Dimensões: 17 x 26 cm



As negociações diplomáticas para o reconhecimento da Independência e do Império do Brasil constituem o tema central deste livro. Fruto de uma tese de doutoramento, a obra busca compreender as tratativas diplomáticas em torno da Independência a partir das vicissitudes e fragilidades políticas vivenciadas pelo governo de D. Pedro I no Rio de Janeiro.

Pela confrontação de fontes diplomáticas produzidas em diferentes partes do Atlântico – Rio de Janeiro, Lisboa e Londres – a obra delineia a difícil trilha percorrida pelos agentes do gabinete de D. Pedro na Europa que buscavam a todo custo o reconhecimento internacional do governo do Rio. Entretanto, questões discutidas nas mesas internacionais apresentaram-se muitas vezes como rastilho de pólvora nos debates políticos do Brasil.

Politização do Tempo: Temporalização dos Discursos Políticos no Processo de Independência do Brasil (1820-1822)

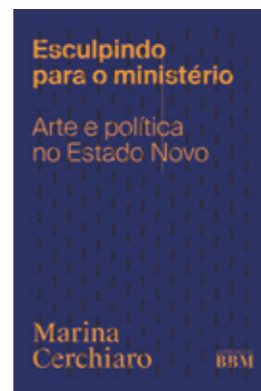
Autor: Rafael Fanni
ISBN: 978-65-87936-13-0
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 336
Dimensões: 14 x 21 cm



Este livro analisa a configuração de formas discursivas no Rio de Janeiro à época da Independência do Brasil (1820-1822). Com base na imprensa periódica e panfletária do período, investiga o processo de temporalização de discursos políticos e suas implicações nas relações entre as experiências do tempo histórico e a consecução da mudança política. Para tanto, se volta para o estudo de conceitos, linguagens, metáforas e expressões conformadoras de uma tessitura linguística na qual o tempo histórico era o eixo de performances discursivas atuantes no processo de Independência. Assim, a partir dos elementos em questão, defende a tese de que a temporalização dos discursos políticos se articula, bem como se retroalimenta, de uma nova dinâmica histórica, na qual, entre fins do século XVIII e início do século XIX, um espaço de experiência revolucionário moderno vinha sendo formado.

**Esculpindo para o Ministério:
Arte e Política no Estado Novo**

Autora: Marina Mazze Cerchiaro
ISBN: 978-65-87936-19-2
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 488
Dimensões: 14 x 21 cm

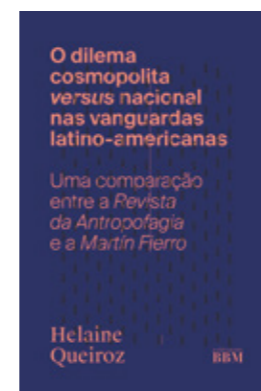


Nessa obra, Marina Cerchiaro desvela a intrincada relação entre arte e política ao abordar questões de gênero, étnicas e raciais com o intento de explicar como se construiu o projeto de identidade nacional em um dos períodos mais controversos da história brasileira

Recorrendo a uma rica seriação de fontes, reconstrói a trama, que inclui políticos, artistas e intelectuais e desvela como as esculturas destinadas ao Ministério da Educação e saúde criado pelo Estado varguista objetificam relações intrincadas entre teorias raciais, arte e política, evidenciando as tensões presentes nas encomendas, diretrizes e soluções plásticas. A obra de arte deixa de ser a expressão da singularidade de um artista para tornar-se a materialização de disputas e negociações entre os agentes, que possuíam formas específicas de conceber o país e o povo brasileiro.

**O Dilema Cosmopolita Versus Nacional
nas Vanguardas Latino-americanas:
Uma Comparação entre a Revista da Antropofagia
e a Martín Fierro (1924–1929)**

Autor: Helaine Nolasco Queiroz
ISBN: 978-65-87936-13-0
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 496
Dimensões: 17 x 26 cm

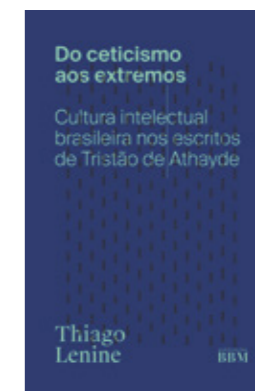


Este livro realiza uma análise comparativa entre duas revistas vanguardistas da década de 1920: a argentina *Martín Fierro* e a brasileira *Revista de Antropofagia*. Buscando semelhanças e diferenças entre os dois periódicos, a historiadora Helaine Queiroz se depara com o que considera um dilema latino-americano: a tensão entre olhares ao mesmo tempo valorizadores da insularidade nacional e voltados para o estrangeiro.

Examinando características como tamanho, número de páginas, cabeçalho, periodicidade, preço, distribuição, tiragem e imagens, a autora traça as relações entre elementos paratextuais, contextuais e textuais nas duas revistas, percebendo-as como espaços dinâmicos de circulação e interseção de discursos altamente significativos para o estudo da história latino-americana.

**Do Ceticismo aos Extremos:
Cultura Intelectual Brasileira
nos Escritos de Tristão de Athayde
(1916-1928)**

Autor: Thiago Lenine T. Tolentino
ISBN: 978-65-87936-14-7
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 824
Dimensões: 17 x 26 cm



Neste livro, o leitor encontra exposta a produção crítica de Tristão de Athayde entre 1916 e 1928, e também a exposição de pressupostos teórico-ideológicos, categorias e conceitos analíticos, autores, obras literárias e outras, mobilizados por Tristão na escrita dos artigos críticos. A sequência cronológica da exposição é continuamente interrompida pela discussão de circunstâncias históricas e dos sistemas de representação da questão tratada por Tristão. Simultaneamente, Thiago situa historicamente o discurso referido, constituindo uma memória das condições passadas de produção do discurso analisado e seu autor, o grupo de interesse ao qual ele pertencia, sua posição política etc.

**Dicionário da Independência
do Brasil: História, Memória
e Historiografia**

Organizadores: Cecília Helena de Salles
Oliveira e João Paulo Pimenta
ISBN: 978-65-87936-22-2
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 1040
Dimensões: 18 x 25,5 cm
Coedição: Edusp



O Dicionário da Independência do Brasil é a obra mais densa e completa sobre o episódio, representando as ideias e as interpretações de nossa geração sobre a Independência. Uma síntese das contribuições das últimas décadas, que ilumina o papel de um diversificado rol de personagens, de eventos e de localidades neste processo político. Um evento descortinado em toda a sua complexidade, explicitando os diversos projetos de Brasil em disputa no passado. *O Dicionário da Independência do Brasil* oferece, desta forma, não só o estado da arte do conhecimento histórico sobre o tema, como também defende, ao aceitar a história do país por meio do confronto das narrativas canônicas com as renegadas, um projeto de país democrático, plural e mais justo, de uma Independência de uma nação que ainda precisa se completar como tal.

A Impressão nas Missões Jesuítas do Paraguai: Século XVIII

Autora: Fernanda Verissimo
ISBN: 978-65-87936-01-7
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 288
Dimensões: 18 x 25,5 cm
Coedição: Edusp



A Impressão nas Missões Jesuítas do Paraguai é livro raro, síntese de uma produção bibliográfica rica e variada, produto de uma pesquisa intensa e inédita. Se a escritura indígena, como aponta a autora, “não é apenas vista como meio de ensinar as doutrinas aos neófitos [...] [mas] como garantia de memória” – lembremos de Plínio, o Velho, para quem o pergaminho “era essencial para o desenvolvimento da civilização, ao menos para fixar suas lembranças” – podemos pensar, de modo análogo, que um trabalho de pesquisa como este, que se coloca ao público, tem a nobre tarefa de preservar a memória das reduções jesuítas por meio de seus livros.

Semana de Vinte e Dois: Olhares Críticos

Organizador: Marcos Antonio de Moraes
ISBN: 978-65-87936-00-0
Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 276
Dimensões: 16 x 23 cm
Coedição: Edições Sesc



Depois de um século de polêmicas e balanços, esta coletânea traz ensaios escritos por especialistas nas áreas de literatura, sociologia, história, cinema e cultura brasileira a fim de reavaliar criticamente o legado da Semana de Arte Moderna de 1922, sob múltiplos ângulos interpretativos, organizados a partir de conceituações e instrumentos analíticos atualizados, e, sobretudo, do distanciamento crítico, aberto pela passagem do tempo. Nesse sentido, os dezesseis estudos ora reunidos ampliam o impacto que a Semana teve e preserva, ainda hoje, na cultura e na sociedade brasileiras.

Releituras do Modernismo: O Legado de 1922 na Cultura Brasileira

Organizador: Ivan Marques
ISBN: 978-65-87936-20-8
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 192
Dimensões: 14 x 21 cm

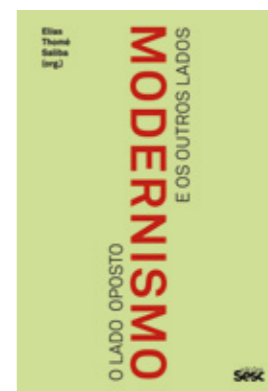


Projeto de caráter construtivo e utópico, de enorme repercussão na cultura brasileira, o Modernismo jamais deixou de ser também um movimento irônico, irreverente e destruidor. Na época rumorosa da Semana de Arte Moderna, concentrou-se nas letras, na música erudita e nas artes visuais. Nas décadas seguintes, porém, o leque foi bastante ampliado com a irrupção de uma série de movimentos artísticos e culturais.

O substantivo *releituras* assume, portanto, dupla significação. Por um lado, refere-se aos acontecimentos que constituíram revisões e desdobramentos do Modernismo de 1922 e que nos permitem refletir sobre a atualidade, em diversos setores, da herança modernista. Por outro lado, o termo também alude às perspectivas multifacetadas que os textos apresentam, iluminando de várias maneiras a compreensão dos desafios enfrentados pela cultura moderna no país.

Modernismo: O Lado Oposto e os Outros Lados

Organizador: Elias Thomé Saliba
ISBN: 978-65-87936-15-4
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 552
Dimensões: 16 x 23 cm
Editores: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



O centenário modernista brasileiro identificou-se de tal forma com a paisagem cultural do Brasil que tornou irreconhecíveis muitos daqueles discursos, registros, imagens, trajetórias e lugares que confrontaram as estratégias de exaltação dos cânones modernistas. Escritos por especialistas altamente qualificados, os capítulos deste livro procuram redescobrir alguns dos, ainda hoje, irreconhecíveis outros lados do modernismo, mapeando temas como leitores, literatura popular, literatura infantil, humor gráfico, fauna, natureza, monumentos, derivas regionais e ruínas. Uma cartografia das margens do Modernismo para servir de estímulo auspicioso para a centenária efeméride de 1922 e de reflexão crítica para questões ainda bastante atuais da cultura brasileira.

**Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia
pelas Províncias de São Paulo,
Mato Grosso e Grão-Pará**

Autor: Hercule Florence
ISBN: 978-65-87936-26-0
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 256
Dimensões: 31 x 24 cm
Coedição: Instituto Hercule Florence

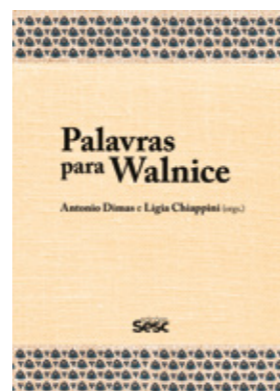


Esta cuidadosa edição, vencedora do prêmio Abeu (Associação Brasileira de Editoras Universitárias) na categoria Projeto Gráfico, apresenta a tradução para o português da obra de Hercule Florence (1804-1879), *L'Ami des Arts Livré à Lui-même. Recherche et Découvertes sur Différents Sujets Nouveaux*, na qual esse artista, viajante e inventor, revisitou sua viagem com a Expedição Langsdorff (1825-1829) pelo interior do Brasil.

Em *Viagem Fluvial do Tietê à Amazônia pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará* foi possível reunir e acrescentar muitas das imagens produzidas por Hercule e enviadas à Rússia (hoje depositadas na Academia de Ciências de São Petersburgo), além de, claro, os próprios desenhos que constam em seu manuscrito. A obra conta ainda com um detalhado mapa do percurso feito no século XIX, indicando o local desses pontos atualmente, bem como as datas em que Hercule e demais viajantes ali estiveram no passado.

**Palavras
para Walnice**

Organizadores: Antonio Dimas e Ligia Chiappini
ISBN: 978-65-87936-23-9
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 392
Dimensões: 16 x 23 cm
Editora: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



Uma das vozes brasileiras mais potentes na análise e na crítica às artes nacionais e internacionais, a professora emérita Walnice Nogueira Galvão é uma das grandes representantes do profícuo – e ainda pouco reconhecido – legado feminino no desenvolvimento científico do país. Referência quando se trata dos escritores João Guimarães Rosa e Euclides da Cunha e nos estudos de gênero, a intelectual também se sobressai como autora, pesquisadora e figura política que luta por uma sociedade mais justa. Este livro-homenagem, com contribuições de diversos nomes ilustres do Brasil e do exterior, traz testemunhos, impressões, lembranças e releituras, celebrando uma história de vida dedicada ao ensino, à pesquisa, à educação e à produção e difusão do conhecimento.

**São Paulo na Disputa pelo Passado:
O Monumento à Independência
de Ettore Ximenes**

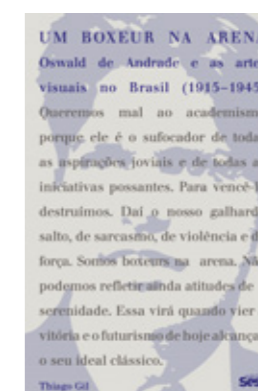
Organizadora: Michelli Cristine Scapol Monteiro
ISBN: 978-65-87936-28-4
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 404
Dimensões: 17 x 26 cm
Editora: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



O livro analisa o processo de estabelecimento do Monumento à Independência como “lugar de memória” da emancipação política brasileira. Criado no contexto das comemorações do centenário da Independência, o monumento tornou-se elemento central dos festejos paulistas e revelou-se como um projeto de afirmação da cidade de São Paulo como centro simbólico do país, num embate evidente com a cidade do Rio de Janeiro na criação de uma história oficial brasileira. A trajetória dessa obra é reconstituída, desde as primeiras intenções de edificação de um monumento no Ipiranga, ocorridas no período imperial brasileiro, até a inauguração do que ali se fez, em 1923.

**Um Boxeur na Arena: Oswald de Andrade
e as Artes Visuais no Brasil (1915-1945)**

Autor: Thiago Gil Virava
ISBN: 978-65-87936-24-6
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 480
Dimensões: 17 x 26 cm
Editora: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



A obra investiga as artes visuais na experiência intelectual e criativa do poeta e escritor modernista Oswald de Andrade. São analisados não apenas seus textos sobre arte, mas também a presença das artes visuais nos livros de poesia *Pau Brasil* e *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia*, assim como nos romances *Os Condenados* e *Marco Zero*. Também são discutidas as relações do escritor com artistas brasileiros e estrangeiros, além de sua participação em situações importantes das artes visuais no país, como a Semana de Arte Moderna. De fato, o livro interessa não apenas por demonstrar o quanto as artes visuais foram fundamentais para que Oswald de Andrade estruturasse seu pensamento enquanto crítico, poeta e romancista, mas também por inserir nessa reflexão o papel que os trabalhos de sua esposa, Tarsila do Amaral, tiveram para sua efetiva realização.

Independência: Memória e Historiografia

Organizadores: Wilma Peres Costa, Têlio Cravo
ISBN: 978-65-87936-25-3
Ano de publicação: 2023
Número de páginas: 412
Dimensões: 18 x 25 cm
Editora: Edições Sesc
Apoio: Publicações BBM



Esta coletânea de ensaios apresenta perspectivas que fogem das análises comuns sobre os processos que levaram à Independência do Brasil e suscita novos olhares acerca do tema. Divididos em quatro partes – “Sobre o Futuro de uma Memória”, “Narrativas, Conexões e Imagens”, “Territórios em Movimento” e “Fronteiras da Cidadania na Formação da Nação” –, os artigos discutem as comemorações da Independência em perspectiva histórica, o lugar dessas comemorações na memória social, as continuidades e rupturas da formação da nação brasileira e as representações, vozes e lutas das minorias no desenho dessa nova ordem nacional.

BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva

Organizadores: Plínio Martins Filho,
 Alexandre Macchione Saes, Hélio de Seixas Guimarães
ISBN: 978-65-87936-37-6
Ano de publicação: 2024
Número de páginas: 468
Dimensões: 21 x 25,8 cm



BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva é uma síntese do seminário de celebração da primeira década de funcionamento da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) na Universidade de São Paulo. Realizado em maio de 2023, reuniu personalidades e instituições fundamentais para a formação da BBM e o desenvolvimento de projetos em suas mais diversas áreas de atuação: bibliofilia, conservação, digitalização, biblioteca digital; pesquisas sobre literatura, história e cultura brasileiras; reflexões sobre o caráter da biblioteca e dos acervos de brasileira no século XXI.

Nasce um País

Autor: Gustavo Piqueira
ISBN: 978-65-87936-31-4
Ano de publicação: 2024
Número de páginas: 112
Dimensões: 21 x 27 cm



Narrativa visual-tipográfica escrita exclusivamente com fragmentos de anúncios publicados em revistas brasileiras durante as duas primeiras décadas da República, de 1889 a 1910. Uma obra ficcional cômica, se não fosse tão trágica, em torno dos valores de progresso materializados nos produtos e serviços oferecidos para o consumo da elite letrada do Brasil de então.

Cacofonia à Brasileira: Um Olhar Sobre o Brasil Pitoresco de Victor Frond

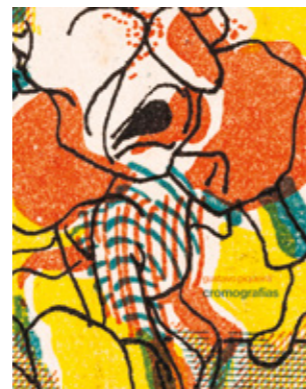
Autor: Gustavo Piqueira
ISBN: 978-65-87936-30-7
Ano de publicação: 2024
Número de páginas: 96
Dimensões: 21 x 27 cm



Ensaio iconográfico que busca estabelecer uma perspectiva de análise sobre o Brasil Pitoresco de Victor Frond, acessando a obra não apenas como pioneira no uso da fotografia (trata-se, afinal, do primeiro livro ilustrado a partir de fotografias a ser impresso no Brasil), mas também como fruto de um momento de transição tanto da imagem que se projetava do país quanto da produção iconográfica, já que as matrizes fotográficas produzidas por Frond precisaram ser transformadas em litogravuras para serem impressas em livro, e essa particularidade, mais do que mera curiosidade técnica, talvez tenha sido a grande responsável pelo inquietante resultado final da obra publicada em 1861.

Cromografias

Autor: Gustavo Piqueira
ISBN: 978-65-87936-34-5
Ano de publicação: 2024
Número de páginas: 160
Dimensões: 21 x 27 cm



Livro que toma como objeto o primeiro ano da revista *O Tico-Tico*, 1905, e traz um olhar microscópico sobre as diversas maneiras encontradas para se reproduzir imagens coloridas num período no qual ainda não havia uma tecnologia consolidada para tal. Num primeiro momento, o livro se estrutura como um livro de artista por meio de uma narrativa não-linear composta por uma sequência de imagens abstratas. O ensaio no caderno final, porém, revela tratarem-se de reproduções ultra ampliadas de quadrinhos fotografados das páginas da revista, além de apresentar um breve panorama da busca pela impressão a cores desde Gutenberg e seus tipos móveis, no século xv.

Tópicos em Historiografia da Linguística

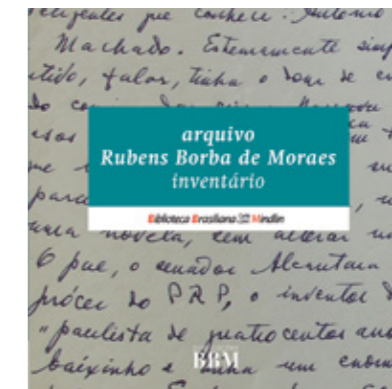
Organizadoras: Marli Quadros Leite, Cíntia Cardoso de Siqueira e Maria Mercedes Saraiva Hackerott
ISBN: 978-65-87936-33-8
Ano de publicação: 2024
Número de páginas: 244
Obra Digital



O livro *Tópicos em Historiografia da Linguística: das Práticas Linguísticas à Meta-historiografia* é uma coletânea de estudos promovida pelo Grupo de Trabalho de Historiografia da Linguística Brasileira da ANPOLL. Este e-book, composto por dez pesquisas desenvolvidas por acadêmicos de nove universidades brasileiras, está dividido em duas partes. A primeira, "Estudos Gramaticográficos", apresenta seis pesquisas sobre a evolução do conhecimento linguístico ao longo do tempo. A segunda parte, "Estudos Meta-historiográficos", reúne quatro estudos críticos que avaliam discursos historiográficos e refletem sobre os aspectos teóricos e metodológicos da Historiografia Linguística.

Arquivo Rubens Borba de Moraes: Inventário

Autor: José Francisco Guelfi Campos
ISBN: 978-65-87936-32-1
Ano de Publicação: 2024
Número de páginas: 170
Dimensões: 16 x 16



Bibliotecário, professor universitário e pesquisador erudito, Rubens Borba de Moraes foi um multifacetado personagem brasileiro. No presente arquivo, composto por uma série de itens documentais, organizados em paralelo ao estudo da biografia de seu titular, foi possível representar os eventos vividos por ele e os múltiplos papéis sociais que desempenhou ao longo de sua trajetória. O resultado deste trabalho foi uma cronologia que norteia a descrição das séries documentais e relaciona os documentos aos eventos que lhes deram origem.

Compêndio da Gramática Nacional

Autora: Marli Quadros Leite
ISBN: 978-65-87936-36-9
Ano de Publicação: 2024
Número de páginas: 256
Dimensões: 16 x 23



A presente obra apresenta uma análise detalhada das edições de 1835, 1846 e 1873 do livro *Compêndio da Grammatica da Lingua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, evidenciando as alterações e desenvolvimentos que o autor realizou ao longo do tempo.

Ao combinar as diferentes edições do *Compêndio*, a autora demonstra como Coruja adaptou sua obra às necessidades pedagógicas da época, refletindo uma evolução na apresentação da gramática. O texto original é enriquecido por notas de rodapé, correções e comentários da autora, que ajudam o leitor a compreender as mudanças e acréscimos introduzidos ao longo das edições. Ao final da obra, há uma reprodução fac-similar do *Compêndio* de 1835.

Coleção Província Cisplatina: Catálogo

Autoras: Heloísa Liberalli Belloto
e Odete Ernestina Pereira
Ano de Publicação: 2024
ISBN: 978-65-87936-27-7
Número de páginas: 184
Dimensões: 16 x 16



A *Coleção Província Cisplatina* é o resultado de parte da documentação gerada pelos administradores da Província Cisplatina, palco de intensas disputas políticas no início do século XIX. Composta por mais de 170 volumes de documentos, em sua maioria manuscritos, compõem-se de bandos, ofícios, cartas e outros documentos diversos que ajudam a compreender os meandros da vida política da região à época.

Com a organização desta documentação na forma de um catálogo e a disponibilização de seu conteúdo em sua biblioteca digital, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin busca cumprir seu papel de garantir e ampliar o acesso de seu acervo a pesquisadores, tanto do Brasil quanto do exterior.

REVISTAS

Revista BBM, n.1

Ano de publicação: 2018
Número de páginas: 188
Dimensões: 18 x 26 cm
ISSN: 2595-5802



Neste primeiro número, o destaque é o dossiê *Viajantes*, com textos dedicados aos relatos de visitantes que chegaram ao Brasil com a corte portuguesa, no século XIX, como os franceses Jean-Baptiste Debret, Charles Ribeyrolles e Auguste de Saint-Hilaire, ou ainda os alemães Friedrich Wilhelm Sieber, Georg Freyreiss e Friedrich Sellow, que revelam impressões sobre a descoberta do novo território.

A revista traz ainda as seções “Raros e Raríssimos”, que se debruça sobre o romance *Frida Meyer*, de Vivaldo Coaracy, para tratar da sociabilidade feminina nos anos 1920 em Porto Alegre, “Memória”, que presta homenagem ao bibliófilo José Mindlin, e “Publicações BBM”, sobre a invenção das “brasilianas” no século 20 e a contribuição do bibliófilo Rubens Borba de Moraes para a coleção de Guita e José Mindlin, além da resenha do livro *As Oito Viagens ao Brasil*, de Gustavo Piqueira.

Revista BBM, n.2

Ano de publicação: 2020
Número de páginas: 312
Dimensões: 18 x 26 cm
ISSN: 2595-5802



Neste segundo número, o destaque é o dossiê *Bibliofilia: Circuitos e Memórias*, que visa ampliar o debate relativo a questões inerentes aos campos da memória e da preservação do patrimônio cultural, artístico e científico do Brasil. Há também uma seção inteira dedicada ao evento em homenagem a Guita Mindlin: *Rumos Atuais e Futuro da Conservação no Brasil*, que abrange experiências pessoais nos campos da preservação, salvaguarda e procedimentos de conservação de bens culturais.

A revista traz ainda as seções “Raros e Raríssimos”, que se debruça sobre a importância do manuscrito seiscentista *Saudades de Lúcia e Armindo*. “Estudos BBM” examina a edição de 1873 do poema de Bento Teixeira, *Prosopopeia* (1601); “Publicações BBM”, aborda a apresentação da quinta edição de *O Bibliófilo Aprendiz*, escrita por Claudio Giordano, além da resenha do livro *Bibliotecas de Maria Bonomi*, por Gustavo Piqueira; e “Memória” presta homenagem à curadora Cristina Antunes.

Revista BBM, n.3

Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 352
Dimensões: 18 x 26 cm
ISSN: 2595-5802



Neste terceiro número, o destaque é o dossiê *Revistas do Brasil*, levantado e organizado pela pesquisadora Ana Luiza Martins, que inclui mais de mil títulos, desde pioneiros, como a revista *Variedades*, (1812), até publicações recentes como a *Piauí*.

“Estudos BBM” traz uma pesquisa sobre as traduções e a circulação internacional de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; “Gralhas, Pastéis e Afins”, trata de uma das erratas mais famosas da Literatura Brasileira, aquela de Valentim Magalhães em *Flor de Sangue*. Há ainda a resenha do livro *Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil*, escrito por Alexandre Saes e Alexandre Barbosa; e na seção “Memória” Rubens Borba de Moraes faz uma radiografia da situação das bibliotecas brasileiras na década de 1940, e José Mindlin traça perfil profissional ao escrever sobre o amigo Rubens Borba de Moraes.

Revista BBM, n.4

Ano de publicação: 2022
Número de páginas: 325
Dimensões: 18 x 26 cm
ISSN: 2595-5802



Neste quarto número, o destaque é o dossiê *Acervos e Práticas de Conhecimento: Saber e Histórias da Antropologia*, fruto do colóquio homônimo, que debate os efeitos das reflexões sobre os arquivos da Antropologia para a reimaginação de suas histórias e práticas.

A seção “Estudos BBM” nos insere no ambiente modernista através de diferentes dimensões: da crítica literária, das ilustrações, e da formação de um acervo bibliográfico fundamental para o estudo das artes brasileiras. “Memória” apresenta a trajetória do brasileiro Ludwig Lauerhass, cuja carreira na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) legou não somente importantes estudos sobre o Brasil, mas também a formação de um relevante acervo latino-americano na instituição.







Um Breve Panorama da Digitalização de Acervos no Brasil

Catarina Ianni Segatto

Universidade de São Paulo

291

A digitalização de acervos avançou em algumas instituições culturais brasileiras. Exemplo disso é a própria Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM). A Biblioteca foi inaugurada em 2013, mas o projeto Brasiliana já havia sido iniciado em 2005, pensado para abrigar a Coleção Brasiliana, doada por José Mindlin, e, em 2009, foi disponibilizada a primeira versão da Biblioteca Brasileira Digital da BBM¹. Em 2017, havia mais de três mil itens – livros, periódicos, manuscritos, folhetos, entre outros – de seu acervo na Biblioteca Digital, incluindo obras raras².

Ainda que instituições relevantes no contexto nacional tenham avançado em relação à digitalização de seus acervos, o processo ainda é heterogêneo no país. Ademais, a própria disponibilização dos acervos para o público, inclusive pela internet, é ainda um desafio.

Este texto busca contribuir para o debate a partir da construção de um breve panorama da digitalização de acervos no país e dos desafios que permanecem nesse processo, dando ênfase às bibliotecas. Para isso, são apresentados os dados da pesquisa

1 Rodrigo M. Garcia, “Desenvolvimento da Nova Biblioteca Digital da Biblioteca Brasileira USP: Relato de Experiência”, *PRAGMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, vol. 16, pp. 111-126, 2019.

2 Rodrigo M. Garcia, “3 000 Livros Raros da Biblioteca Brasileira da USP Estão Disponíveis para Download”, *Jornal da USP*, 13 jul. 2017; L. Kiyomura, “Os Livros Raros do Acervo da Brasiliana Já Estão no Ar”, *Jornal da USP*, 14 jul. 2017.

TIC Cultura 2022, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). A pesquisa contou com uma amostra final de 1 966 entrevistas com gestores de diferentes instituições culturais brasileiras – arquivos, bens tombados, bibliotecas, cinemas, museus, pontos de cultura e teatros.

AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS BRASILEIRAS E O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

As bibliotecas são os equipamentos culturais mais bem distribuídos no território nacional: quando da realização da pesquisa TIC Cultura 2022, 34% estavam sediadas na região Nordeste, 24% na região Sudeste, 24% na região Sul, 9% na região Centro-Oeste e 8% na região Norte. Ainda assim apresentam certa concentração regional, que é ainda mais evidente no caso dos demais equipamentos.

As bibliotecas constituem-se, majoritariamente, como públicas municipais (95%), sendo apenas 3% públicas estaduais, como a BBM. No caso das outras instituições conhecidas como LAMS (Libraries, Archives and Museums – Bibliotecas, Arquivos e Museus), também prevalecem instituições públicas, mas há maior heterogeneidade entre elas. Os arquivos são, em sua maioria, públicos, mas 29% são federais, 24% estaduais e 33% municipais. Entre os museus, prevalecem os públicos, divididos entre municipais (38%) e estaduais (16%), mas há um grupo importante de museus privados sem fins lucrativos (28%). Dada sua estrutura pública, as bibliotecas contam com recursos municipais (84%). No caso dos museus e arquivos, a maior parte dos recursos também é governamental, mas está mais distribuída entre as esferas federal, estadual e municipal.

Prevalecem bibliotecas de pequeno porte, já que 90% delas dispõem do trabalho remunerado de uma a nove pessoas, e apenas 8% de mais de dez pessoas. E não contam com um número expressivo de voluntários (76% não contam com voluntários). Nos arquivos e museus, há maior variação. Entre os arquivos, em 44%, há de uma a nove pessoas remuneradas, em 38%, de dez a cinquenta, e em 14%, mais de cinquenta. Já em 10%, não há nenhuma pessoa remunerada, em 61%, há entre uma e nove, e em 24%, entre dez e cinquenta.

Os equipamentos culturais apresentam avanços em relação à infraestrutura de TIC, ou sejam, ao acesso à internet e dispositivos, como computadores e celulares, mas os resultados da pesquisa mostram que esse cenário é heterogêneo no país e que os equipamentos ainda enfrentam desafios na presença *on-line* e na construção de capacidades em tecnologia da informação (TI).

As proporções de uso de computadores e de celulares pelas bibliotecas estão entre as mais baixas: 79% delas usaram computador nos doze meses anteriores à realização da pesquisa e 48% usaram celular. Entre os museus, 86% usaram computador e 70% celular, e, entre os arquivos, as proporções são maiores, já que 100% usaram computador e 76% celular. Quando analisada a origem dos dispositivos (de propriedade

da organização ou pessoal), observaram-se maiores proporções de uso de computadores de propriedade da organização e pessoais no caso dos celulares.

O uso da internet também não está universalizado entre todos os tipos de equipamentos, incluindo as bibliotecas, na medida em que 76% delas usaram a internet (frente a 83% dos museus e 98% dos arquivos). A presença de *wi-fi* nos equipamentos é ainda inferior ao uso de internet, estando presente em 67% das bibliotecas, 72% dos arquivos e 67% dos museus.

O uso de computadores e da internet pelos equipamentos não significou a oferta desses recursos para o público. Apenas 6% das bibliotecas disponibilizaram computador para o público e 28% forneceram *wi-fi*. Justamente por sua distribuição no território, as bibliotecas poderiam funcionar como espaços de implementação de políticas e iniciativas de inclusão digital. No entanto, observa-se, pelos resultados supracitados, que esse potencial não é efetivado, o que não é distinto nos museus, visto que 15% deles disponibilizaram computador para o público e 40%, *wi-fi*. O cenário é um pouco melhor no caso dos arquivos, em que 61% deles disponibilizaram computador para o público e 50%, *wi-fi*.

A presença na internet por meio de *websites* e redes sociais também não está amplamente disseminada. Ainda que seja uma dimensão central para alcançar uma audiência maior e mais diversa, como públicos mais jovens e grupos minoritários³, as bibliotecas têm uma presença restrita em *websites* próprios (3%) ou de terceiros (13%), como os das prefeituras aos quais estão vinculados. Essa presença é maior em arquivos (60% estavam presentes na internet por meio de *website* próprio e 21% de terceiros) e em museus (37% estavam presentes na internet por meio de *website* próprio e 24% de terceiros).

A presença em redes sociais é maior do que em *websites*: 34% das bibliotecas, 63% dos arquivos e 56% dos museus tinham perfil próprio em alguma plataforma ou rede social *on-line*. Em todos os casos, o Facebook foi a rede social mais utilizada, seguida de Instagram, TikTok ou Flickr e WhatsApp ou Telegram.

A DIGITALIZAÇÃO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS

A digitalização de acervos inclui a conversão de materiais, como papéis, fotografias e objetos, para formato digital, ou seja, a criação de um objeto digital⁴. A literatura

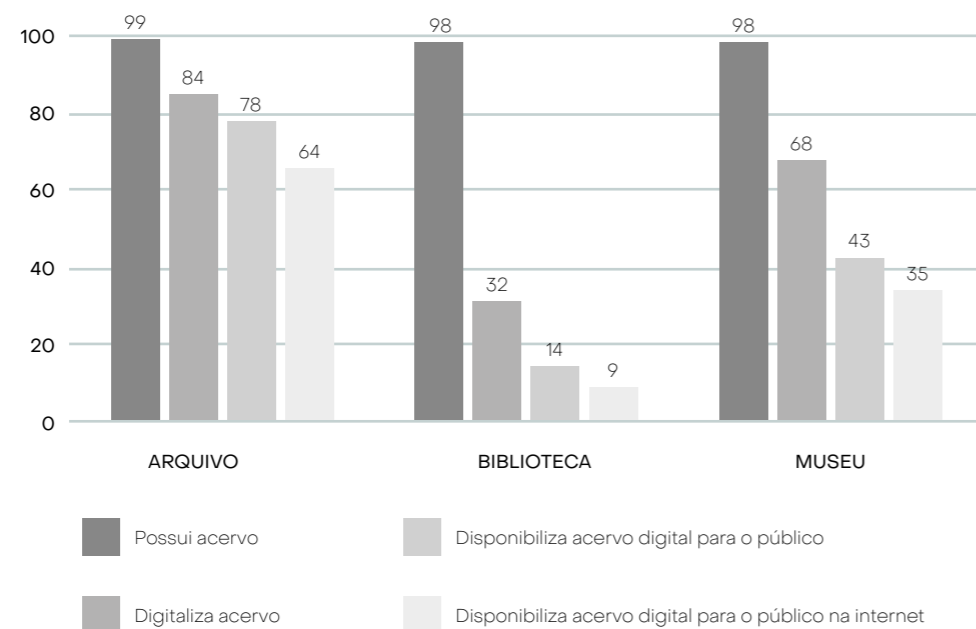
3 Bjarki Valtýsson e Nanna Holdgaard, “The Museum as a Charged Space: The Duality of Digital Museum Communication”, em Kirsten Drotner, Vince Dziekan, Ross Parry e Kim Christian Schröder (eds.), *The Routledge Handbook of Museums, Media and Communication*, London, Routledge, 2018; Bjarki Valtýsson, Ulrika Kjellman e Ragnar Audunson, “The Impact of Digitalization on LAMS”, em Casper Hvenegaard Rasmussen, Kerstin Rydbeck e H. Larsen (eds.), *Libraries, Archives, and Museums in Transition*, London, Routledge, 2022, pp. 117-129.

4 Peter J. Astle e Adrienne Muir, “Digitization and Preservation in Public Libraries and Archives”, *Journal of Librarianship and Information Science*, vol. 34, n. 2, pp. 67-79, 2002.

aponta que a digitalização é central para apoiar a gestão, assegurar a preservação do patrimônio com segurança e, quando disponíveis para o público, disseminar e ampliar o acesso a bens culturais e fomentar a economia do conhecimento em geral⁵. No caso das bibliotecas, estudos demonstram que a digitalização reduz a intermediação, permitindo uso, reúso e, conseqüentemente, cocriação, inclusive ampliando o uso de tecnologias digitais por determinadas comunidades⁶.

A maioria dos equipamentos possuía acervos, mas as proporções diminuem no caso de sua digitalização, disponibilização para o público e na sua disponibilização na internet, como mostra o Gráfico 1. No caso das bibliotecas, enquanto 98% delas possuíam acervos, apenas 32% digitalizavam parte de seu acervo, 14% o disponibilizavam para o público e 9% o disponibilizavam para o público na internet.

GRÁFICO 1. Presença, digitalização e disponibilização de acervo em arquivos, bibliotecas e museus. Total por tipo de equipamentos culturais (%).
FONTE: NIC.BR, 2023.



5 Dalton Lopes Martins e Calíope Víctor Spíndola de Miranda Dias, "Acervos Digitais: Perspectivas, Desafios e Oportunidades para as Instituições de Memória no Brasil", *Panorama Setorial da Internet*, vol. 11, n. 3, 2019; Bjarki Valtýsson, Ulrika Kjellman e R. Audunson, "The Impact of Digitalization on LAMS"; Harry Verwayen, Martijn Arnoldus Kennisland e Peter B. Kaufman, "The Problem of the Yellow Milkmaid: A Business Model Perspective on Open Metadata", *Europeana Whitepaper*, vol. 2, pp. 1-25, 2011.

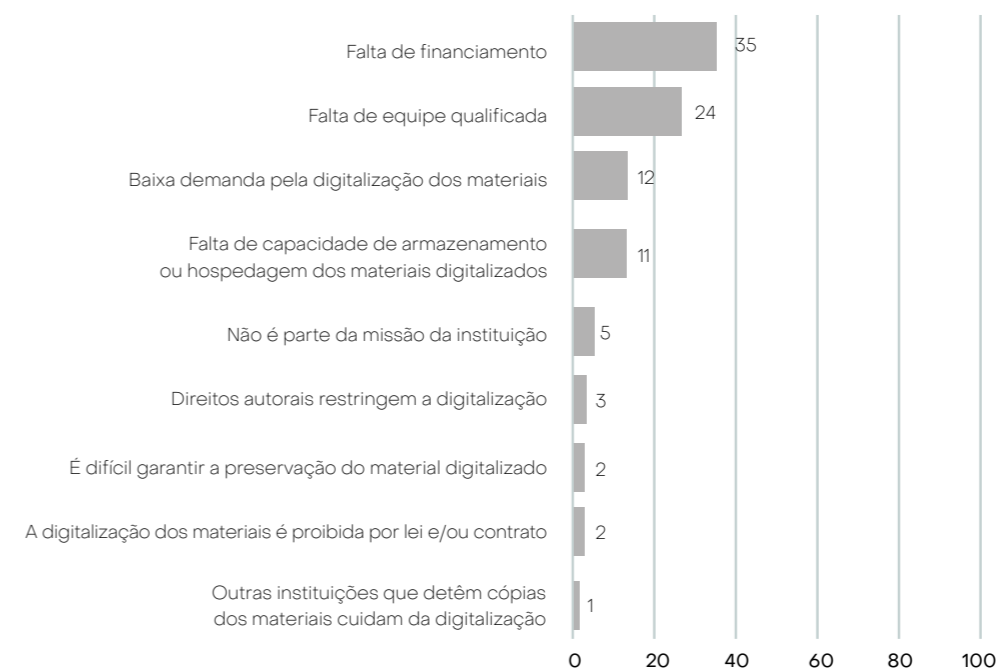
6 Maria Luísa Lucas, "Digitization, Return, and Circulation of Sound Recordings Among the Bora in the Colombian Amazon", *Journal de la Société des Américanistes*, vol. 106, n. 2, pp. 151-176, 2020.

Nas bibliotecas, foi mais comum a digitalização de livros, revistas ou jornais (23%), enquanto, nos arquivos, foi a digitalização de documentos oficiais históricos ou registros arquivísticos (70%), manuscritos (57%), fotografias, cartazes, mapas ou partituras (53%) e livros, revistas ou jornais (51%) e, nos museus, de desenhos, pinturas ou gravuras (29%).

Na medida em que a digitalização é maior que a disponibilização, é possível apontar que as instituições parecem ter avançado mais em preservar os acervos do que aumentar o acesso a eles. Também se observa que os arquivos parecem estar mais à frente nesse processo, o que pode indicar que maior infraestrutura e presença na internet e maiores capacidades em TI têm efeitos ou estão associadas a níveis mais elevados de digitalização e disponibilização para o público no ambiente virtual.

Outro ponto que merece destaque é que o crescimento na digitalização de acervos foi reduzido ou inexistente, indicando que o contexto da pandemia não necessariamente impulsionou um aumento. Isso porque os equipamentos apontam que a falta de financiamento é o principal desafio à digitalização, o que se constituiu também como um efeito da pandemia, já que esta provocou uma crise no setor⁷. Também foram mencionadas a ausência de equipe qualificada e a falta de armazenamento ou hospedagem dos materiais digitalizados como outros desafios enfrentados na digitalização.

GRÁFICO 2. Principais desafios na digitalização de acervos pelas bibliotecas. Total de bibliotecas (%).
FONTE: NIC.BR, 2023.



7 Unesco et al., *Evaluación del Impacto del Covid-19 en las Industrias Culturales y Creativas*, Montevideo/New York/Madrid/Buenos Aires, Unesco/BID/Segib/OEI/Mercosul, 2022.

Observa-se que os direitos autorais não foram mencionados como restrições à digitalização. Isso pode ser explicado, por um lado, porque a falta de financiamento é um problema que impede os equipamentos de iniciarem esses processos. Por outro, porque prevalecem itens em condição de domínio público, protegidos por direitos autorais controlados pela instituição e disponíveis por licença de uso aberta.

Os equipamentos podem disponibilizar o catálogo do acervo na internet, o que foi feito por 17% das bibliotecas, 47% dos arquivos e 21% dos museus. Há também acervos de materiais já criados no formato digital, que estavam presentes em 9% das bibliotecas, 67% dos arquivos e 43% dos museus.

A disponibilização dos acervos para o público na internet é fundamental para a difusão e a ampliação do acesso à cultura, especialmente considerando o contexto brasileiro de concentração de equipamentos culturais em algumas regiões e cidades. A disponibilização no ambiente virtual tem um potencial de alcance de públicos que não frequentam essas instituições e que são residentes de locais em que não há uma variedade de equipamentos culturais.

Apesar disso, a disponibilização de acervos digitalizados ocorreu frequentemente no local de funcionamento da instituição, o que foi mencionado por 9% das bibliotecas, 66% dos arquivos e 33% dos museus. A disponibilização *on-line* foi menos frequente: 1% das bibliotecas, 43% dos arquivos e 19% dos museus disponibilizaram o acervo digital no *website* da instituição; 6% das bibliotecas, 31% dos arquivos e 25% dos museus nas plataformas ou redes sociais em que estão presentes; 3% das bibliotecas, 31% dos arquivos e 16% dos museus em repositórios digitais; e 4% das bibliotecas, 17% dos arquivos e 16% dos museus em *websites* de outras instituições.

Na discussão sobre os acervos, também é importante a compreensão de sua forma de organização. Conforme aponta a literatura, os métodos de organização afetam a disponibilização, gestão e interoperabilidade das bases de dados e informações⁸. No que se refere ao uso de *software* específicos, 21% das bibliotecas, 68% dos arquivos e 47% dos museus usaram *software* de armazenamento de arquivos digitais; e 46 das bibliotecas, 62% dos arquivos e 41% dos museus usaram *software* de catalogação de acervos. No caso das bibliotecas, 26% utilizaram repositórios digitais, 35% pacote Microsoft Office ou *software* equivalentes e 22% *software* de gestão de banco de dados para a catalogação de seus acervos.

As LAMs foram as instituições que utilizaram em maiores proporções as regras de catalogação, o padrão de metadados para descrição dos materiais e linguagem padronizada para organização temática dos objetos, como glossário, taxonomia ou vocabulário. Metade das bibliotecas utilizou as regras de catalogação, cerca de metade dos arquivos (48%) usou padrão de metadados para descrição dos objetos e próximo de metade dos museus (43%) fez uso de linguagem padronizada.

8 Dalton Lopes Martins e Calíope Víctor Spíndola de Miranda Dias, "Acervos Digitais: Perspectivas, Desafios e Oportunidades para as Instituições de Memória no Brasil", *Panorama Setorial da Internet*, vol. 11, n. 3, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental celebrar a existência de instituições culturais como a BBM. Em um país tão desigual como o Brasil, em que o acesso à cultura é desigualmente distribuído no território e somente é acessado por grupos específicos da população, é de alta relevância o papel da BBM na ampliação do acesso por meio da realização de diversas ações, incluindo a digitalização de acervos e a disponibilização para o público na internet. No entanto, essa não é a realidade do país todo. A digitalização de acervos é heterogênea e pode avançar entre as instituições culturais, mas é ainda mais importante que a disponibilização dos acervos digitais na internet avance.

Considerando um cenário em que os efeitos da pandemia, com a paralisação das atividades e a diminuição de receitas, ocorreram em um contexto de mudanças no setor cultural brasileiro, com o enfraquecimento da coordenação nacional da política, seria fundamental que estratégias e políticas de fortalecimento das instituições culturais brasileiras fossem adotadas nos próximos anos. Avanços na preservação de acervos e na ampliação do acesso por meio de sua digitalização e disponibilização *on-line* precisam de um esforço do governo federal, coordenado com os diferentes níveis de governos e instituições não estatais.



**A Digitalização do Acervo Raro
da Fundação Biblioteca Nacional:
Biblioteca Nacional Digital**

Otávio Alexandre J. de Oliveira
Biblioteca Nacional Digital

A digitalização de acervos históricos e raros tem se mostrado uma prática fundamental para preservar e difundir a memória cultural de um país. No Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) tem desempenhado um papel importante nesse processo, por meio da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

Lançado em 2006, o portal conta com milhões de documentos digitalizados, proporcionando acesso e enriquecendo as possibilidades de pesquisa e informação. A BNDigital teve início com a disponibilização de três mil itens, oriundos de projetos temáticos de digitalização realizados desde 1998. No ano seguinte, implementou seu primeiro projeto colaborativo, a Rede da Memória Virtual Brasileira, que se constituiu como uma rede agregadora de acervos digitais custodiados por instituições de memória, guarda e preservação do patrimônio cultural brasileiro, de natureza pública ou privada, composta por um portal de conteúdos vinculado a um repositório digital colaborativo ora hospedado pela Biblioteca Nacional e gerenciado pela equipe da Coordenação da BNDigital. Desde então, a BNDigital se desenvolveu, ganhando destaque e ampliando sua atuação, incluindo iniciativas como o Portal França-Brasil, lançado em 2009, a Hemeroteca Digital Brasileira, em 2012, a Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB), a Brasiliana Fotográfica, em 2015, bem como a aprovação da Política de Preservação Digital da FBN em 2020.

Os objetivos da BNDigital são diversos e abrangentes. Um dos principais é a disseminação da memória cultural brasileira, buscando diversificar o público e enriquecer as possibilidades de acesso e uso das coleções da Biblioteca Nacional, independentemente da localização geográfica. Além disso, a BNDigital visa ser uma fonte de excelência para a informação e a pesquisa, auxiliando na salvaguarda do acervo original da Biblioteca Nacional.

Para alcançar esses objetivos, a BNDigital realiza diversas atividades a saber: digitalização do acervo é uma das principais, permitindo a preservação da informação por meio de sua disseminação. A produção e a gestão de conteúdos são atividades complementares que potencializam o alcance do acervo digital, com textos inéditos relacionados ao acervo, disponibilizados através de artigos, dossiês temáticos e exposições virtuais no *site* da BNDigital. A gestão de programas e de inovação cumpre o papel de manter seus recursos e ferramentas atualizados, além de administrar seus repositórios digitais, projetos que integram acervos de outras instituições e as Brasileiras. A Política de Preservação Digital (2020) consolidou as práticas nesse campo, ensejando em 2021 a constituição da Comissão Permanente de Preservação Digital, com a atribuição de implementar a política e elaborar um plano de preservação.

Apesar de essa atividade ter sido inicialmente capitaneada pela BNDigital, ela é fundamental para a instituição como um todo, sendo um processo transversal e estratégico para a FBN. Além disso, participamos de redes de preservação digital, como a Rede Cariniana de preservação do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e a Rede Brasileira de Repositórios Digitais – Rede Sudeste. Na atividade de atendimento aos usuários, a equipe da BNDigital trabalha com o público interno e externo com a reprodução de acervo.

A atual estrutura organizacional, atualizada em 2023, representa as funções desempenhadas pela BNDigital. Além da Coordenação da Biblioteca Nacional Digital e do Laboratório de Digitalização, foram criados o Núcleo de Gestão da Informação e o Setor de Gestão de Programas e Inovação. Essa estrutura permite uma atuação eficiente e coordenada para alcançar os resultados esperados.

E os resultados alcançados pelo BNDigital são notáveis. Até o momento, mais de 2,9 milhões de documentos foram digitalizados, totalizando mais de 41 milhões de páginas. Esses números têm gerado um amplo alcance, com mais de 89 milhões de visualizações em 2021, 90 milhões em 2022 e 29 milhões até abril de 2023. Além disso, a BNDigital estabeleceu parcerias com mais de cinquenta instituições em programas colaborativos. No papel de produtora e difusora de conteúdo, já são 903 artigos e 24 dossiês publicados e 32 exposições divulgadas. Convém destacar reproduções e transcrições de documentos, assim como artigos, ensaios, resenhas e pequenos históricos, oferecendo uma visão abrangente e contextualizada do acervo. Os dossiês são conteúdos originais compostos por texto e imagens, abrangendo diversos temas relacionados à história, memória e cultura nacional. Já as exposições virtuais ocorrem simultaneamente às exposições presenciais, replicando e, muitas vezes, ampliando os itens em exibição.

Embora tenhamos obtido resultados positivos, enfrentamos o desafio de digitalizar o extenso – de certa forma, imensurável – acervo da FBN.

Com o objetivo de acelerar e aprimorar a digitalização sistemática de seu acervo, a FBN lançou em 2021 o Plano de Ação para Digitalização do Acervo Raro, com o intuito de estabelecer critérios claros e metas bem-definidas para a digitalização do acervo nos anos de 2022 e 2023.

Uma das principais diretrizes do plano é dar prioridade à digitalização das obras produzidas entre os séculos XI e XV. Dentre as obras selecionadas para esse processo de digitalização, destacam-se aquelas que fazem parte do acervo de manuscritos e incunábulo sob custódia da Biblioteca Nacional.

Essas preciosidades representam um patrimônio cultural único, cuja digitalização permitirá um acesso mais amplo e democrático ao conhecimento contido em suas páginas. A digitalização desses documentos permitirá não apenas a preservação de seu conteúdo original, mas também possibilitará que estudiosos, pesquisadores e amantes da cultura tenham a oportunidade de explorar esses tesouros de forma virtual, sem a necessidade de manuseio direto, preservando assim sua integridade física.

A Biblioteca Nacional reconhece a importância dessa iniciativa de digitalização e está empenhada em alcançar as metas estabelecidas no plano. Com a digitalização, a instituição visa democratizar o acesso ao conhecimento, promovendo a disseminação da cultura e preservando a memória coletiva de nosso país. Através desse esforço, a Biblioteca Nacional se mantém como um centro de referência e excelência, contribuindo para a pesquisa acadêmica, o desenvolvimento cultural e a valorização do patrimônio histórico brasileiro.

Um dos destaques do projeto é a digitalização dos incunábulo, que são os primeiros livros impressos no período entre 1450 e 1500. Essas obras possuem um valor histórico e cultural incomparável. A Biblioteca Nacional possui em sua coleção 216 títulos de incunábulo. Dentre os quais, por exemplo, a Bíblia de Gutenberg, ou de Mogúncia, de 1462, umas das preciosidades da Biblioteca Nacional.

A coleção de incunábulo foi formada a partir do acervo da Livraria de D. José, substituindo a da Real Biblioteca, destruída pelo terremoto de 1755. Ela foi ampliada entre 1770 e 1773, graças à generosa doação do bibliófilo Diogo Barbosa Machado. Outro momento crucial na expansão da coleção ocorreu com a proscrição dos jesuítas. Nesse período, parte do acervo do Colégio Jesuíta de Todos os Santos, localizado na ilha de São Miguel dos Açores, foi incorporada à coleção de incunábulo da FBN. Essa aquisição adicionou ainda mais diversidade e valor às preciosidades literárias já existentes. Em 1807, com a mudança da corte portuguesa para o Brasil, a FBN teve a oportunidade de incorporar a coleção da Livraria da Casa do Infantado. Esse evento marcante trouxe uma grande quantidade de obras para enriquecer ainda mais o acervo de incunábulo da Biblioteca.

Para realizar a digitalização dos incunábulo, o fluxo de trabalho segue algumas etapas. Primeiro, é feito um levantamento preliminar para identificar os itens



FIG. 1. Catálogo sobre a *Biblia de Gutenberg*.
ACERVO BBM



já digitalizados, a partir de originais e de microfilmes. As obras microfilmadas são substituídas por novas digitalizações, desta vez a partir dos originais. A seleção do material a ser digitalizado baseia-se em nosso *Catálogo de Incunábulo da Biblioteca Nacional* e na avaliação preliminar da Coordenação de Preservação, caso seja necessária alguma intervenção de restauro. Em seguida, o material é digitalizado e publicado, permitindo o acesso gratuito pelo *site* da BNDigital (bndigital.bn.gov.br). Até o momento, 205 incunábulo foram digitalizados, totalizando 63 276 páginas.

Apesar dos resultados expressivos, a digitalização de acervos raros e históricos enfrenta desafios importantes. Um dos principais é garantir a segurança digital por meio de atualizações contínuas de *software* e dispor de um armazenamento confiável e seguro para esses tesouros digitais. A segurança contínua é fundamental para prevenir invasões de *hackers*. Além disso, é importante investir em infraestrutura de armazenamento, com sistemas modernos de *backup*.

Outro ponto fundamental é definir estratégias para garantir a sustentabilidade do programa de digitalização. A otimização do processo de digitalização, um desafio, proporciona maior rapidez e qualidade na disponibilização do vasto acervo da FBN.

Em resumo, a digitalização de acervos raros da Fundação Biblioteca Nacional por meio da BNDigital tem contribuído significativamente para a preservação e difusão da memória cultural brasileira. Com milhões de documentos digitalizados e uma ampla gama de atividades realizadas, a BNDigital tem se consolidado como uma fonte de excelência para a informação e pesquisa, diversificando o público e enriquecendo as possibilidades de acesso e uso das coleções da Biblioteca Nacional.







Brasileira/Brasileiras? Qual/Quais?

Antonio Dimas

Universidade de São Paulo

309

Há duas questões que me preocupam e têm-me ocorrido nos últimos anos como pesquisador de cultura brasileira em arquivos, hemerotecas e bibliotecas no Brasil e no estrangeiro: como localizar, registrar e divulgar acervos específicos, bibliográficos ou documentais, que digam respeito direto à vitalidade cultural do Brasil? Como reuni-los, abrigá-los e organizá-los num mesmo *site*, numa mesma plataforma, pertença ela a uma instituição acadêmica ou a um consórcio de congêneres? Como concentrar o maior número possível de informações documentais sobre o Brasil, espalhados aqui e ali, de acesso mais fácil, hoje em dia, por meio da informática?

Não penso, de antemão, em repertórios bibliográficos éditos, hoje dispersos, mas ainda alcançáveis em estudos específicos. A título de exemplo, lembraria alguns, pouco mais que dez, de áreas afins e misturados de propósito, publicados ao longo dos anos:

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro. Viajantes e Autores Estrangeiros. 1531-1900*. 2. ed. aum. e rev. Rio de Janeiro, Seec, 1980.

BERRIEN, William & MORAES, Rubens Borba de. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.

DIAS, Cícero. *Catalogue du Fonds Ferdinand Denis*. Pref. Américo Jacobina Lacombe. Paris, Bibliothèque Sainte-Geneviève/Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, 1972.

KOPPEL, Susanne. *Biblioteca Brasileira da Robert Bosch GmbH*. Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1992.

MAMEDE, Zila. *Civil Geometria. Bibliografia Crítica, Analítica e Anotada de João Cabral de Melo Neto, 1942-1982*. São Paulo, Nobel/Edusp/INL/Vitae/Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1987.

MASSA, Jean-Michel. *Bibliographie Descriptive, Analytique et Critique de Machado de Assis, 1957-1958*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1965.

MELO Neto, João Cabral de. *O Arquivo das Índias e o Brasil: Documentos para a História do Brasil Existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*. Pref. José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1966.

MELLO, Maria Lúcia H. L. de; SAMPAIO Neto, José Augusto V.; SERRÃO, Magaly de B. M. & URURAHY, Vanda M. B. *Canudos. Subsídios para a sua Reavaliação Histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Monteiro Aranha S. A., 1986.

MORAES, Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial. Catálogo Comentado das Obras dos Autores Nascidos no Brasil Publicadas antes de 1808*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

NEVES, Fernanda Ivo. *Fontes para o Estudo da História do Nordeste*. Recife, Fundarpe, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *As Fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

SODRÉ, Néelson Werneck. *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SOUSA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1955.

WEINHARDT, Marilene. *O Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo: 1956-67*. Brasília, INL, 1987.

Além de agrupar esse tipo de repertório, seria temeridade exagerada pensarmos em digitalizá-lo, colocando-o *on-line* para acesso amplo e irrestrito? Quanto aos acervos documentais, espalhados em incontáveis lugares, seria temeridade também elencá-los, pelo menos? Como incentivar novas gerações de pesquisadores a vasculharem essas obras de referência insubstituíveis, para que nos tragam perspectivas novas sobre nosso percurso cultural, não importa se indiscretas e até mesmo heterodoxas; se alinhadas ou não com metodologias datadas?

Se, por um lado, a comunicação informatizada facilitou, sem dúvida, o acesso a fontes remotas ou, antes, inatingíveis, não é menos verdade que uma parcela significativa dos jovens universitários, hoje em dia, acredita que, se não estiver na tela, o documento não existe. Em palavras menos suaves e macias, murmura-se que “se não estiver no Google, nem adianta buscar. Não há como”.

Para debelar essa atitude falaciosa e acomodatória, devíamos pensar numa plataforma generosa e dinâmica, criada e mantida por instituições acadêmicas nacionais e estrangeiras que dela quisessem participar. Uma espécie de portal – ambicioso, reconheço! – em movimento constante, capaz de absorver e abrigar informações as mais diversificadas sobre este país de memória tão maltratada.

Em matéria de repertório extenso, suponho que a coleta e a organização desse tipo de bibliografia, nacional e/ou regional, não seja tão áspera, desde que equipes se organizem de forma setorizada. Caso isso seja possível, dá-se um passo largo em direção a um tipo de Brasileira, acredito.

Um outro passo, tão importante quanto esse, seria no sentido de se expandir o conceito de Brasileira, indo muito além da produção bibliográfica em livro.

Neste caso, o resultado da busca – e sua conseqüente referência – se daria no domínio das cartas, bilhetes, telegramas, recortes de jornal e de revista, cartões de visita, do documento epistolográfico, das cadernetas, anotações, dos rascunhos, diagramas, esboços e rabiscos ou de qualquer outro tipo de documentação resultante das pesquisas de campo, de preferência. Não tem a menor importância a duração da convivência de seu autor ou autora com o nosso país. Se curta ou prolongada, se contínua ou intermitente, se movida por interesses intelectuais ou de outra natureza. O que importa é a observação externa, aliada à interna, como forma de melhor elaborarmos e modelarmos nossa imagem, em tentativa segura de escaparmos da euforia, do pessimismo ou da autocomiseração.

Na terminologia acadêmica norte-americana, *papers* designam, em geral, a documentação coletada por professores e pesquisadores que se dedicaram a determinados assuntos, ao longo de sua vida profissional e que, dentro dela, alcançaram certo grau de notoriedade e de autoridade intelectual. Neste caso, é de suma importância o acesso a esse tipo de documentação crua, sem sua elaboração final, como forma de apreensão da percepção alheia. Tivéssemos acesso a esse tipo de material, independente de ter sido produzido por figuras, importantes ou não, de qualquer canto do mundo – fossem elas acadêmicos, empresários, industriais, artistas, diplomatas, banqueiros, jornalistas, editores, engenheiros, médicos, advogados, viajantes etc. – que, em algum momento de suas vidas, quando não a vida inteira, dedicaram-se a este país, talvez se tornaria mais consistente nossa autocrítica. Em tempos muito anteriores à informática, foram esses profissionais que atuaram como verdadeiros *links* humanos entre o Brasil e o estrangeiro, movidos pelo interesse profissional, patrocinado ou privado. Foram eles que trocaram o conforto do seu entorno para cumprir, com maior ou menos eficácia, a função de informar outras comunidades das peculiaridades da nossa, funcionando como verdadeiros tradutores culturais, de competência e alcance desigual.

A título de mero exemplo, lembro alguns nomes norte-americanos que se tornaram relevantes por seu contato com o Brasil. Recente ou não, fundo ou não, prolongado ou não, o que interessa é que esse contato nos devolve uma visão externa, necessária sempre em termos de reajuste de imagem:

- Charles Boxer¹
- Donald Pierson²
- Elizabet Bishop³
- J. Casper Branner⁴
- Nelson Rockefeller⁵
- Ralph Della Cava⁶
- Richard Morse⁷
- Thomas Skidmore⁸
- William Berrien⁹.

Sem nenhum intuito hierárquico, nem de nacionalidade, vêm-me à lembrança, de modo bem aleatório, os arquivos pessoais e profissionais de homens e mulheres que pelas mais diversas razões conviveram e convivem com o Brasil, nas últimas décadas, por tempo largo ou curto, intenso ou esporádico, à distância ou de perto, proposital ou acidental, e sobre ele têm deixado seu testemunho. Nomes do porte de Alice Raillard, Frédéric Mauro, Georges Boisvert, Gilles Lapouge, Jacques Leenhardt, Jean Michel Massa, Katia Mattoso, Lévi-Strauss, Pierre Rivas, Pierre Verger, Roger Bastide, no território francês. Ou de Alfred & Blanche Knopf, Barbara Shelby, C. Sprague Smith, Charles Boxer, Donald D. Pierson, Frank Tannembaum, J. Casper Branner, John Gledson, Kenneth Maxwell, Leslie Bethell, Lewis Hanke, Mary Karasch, Ralph Della Cava, T. Lynn Smith, Waldo Frank e William Berrien, no âmbito da língua inglesa. Entre os alemães, não se pode esquecer de nomes como os de Berthold Zilly, Curt Meyer Clason, Günter Lorenz e Jens Hentschke,

1 Disponível em: <https://catalogue.nla.gov.au/Record/300541>
https://webapp1.dlib.indiana.edu/findingaids/view?doc.view=entire_text&docId=InU-Li-VAE1168. Acesso em: 05 dez. 2023.

2 Disponível em: <http://aspace.lib.uiowa.edu/repositories/2/resources/297>. Acesso em: 05 dez. 2023.

3 Disponível em: https://www.vassar.edu/specialcollections/collections/manuscripts/findingaids/bishop_elizabeth.html. Acesso em: 05 dez. 2023.

4 Disponível em: https://oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/tf6z09n904/entire_text/. Acesso em: 05 dez. 2023.

5 Disponível em: <https://dimes.rockarch.org/collections/SpbciyuUHTUYMCEFW5X6XQ>. Acesso em: 05 dez. 2023.

6 Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/collections/rdc>. Acesso em: 05 dez. 2023.

7 Disponível em: <https://archives.yale.edu/repositories/12/resources/3737>. Acesso em: 05 dez. 2023.

8 Disponível em: <https://library.brown.edu/collatoz/info.php?id=465>. Acesso em: 05 dez. 2023.

9 Disponível em: <https://diglib.amphilsoc.org/islandora/object/william-berrien-correspondence-folder-11-1940-1956#page/7/mode/1up>. Acesso em: 05 dez. 2023.

na área de História do Brasil. Nesta vertente, acrescenta-se ainda o nome de René E. Gertz, da PUC-RS, que coletou e comentou um rol extenso da produção acadêmica alemã dedicada à cultura brasileira, em dois artigos generosos: “A História do Brasil na Alemanha (1980-1994)” e “Quem Escreve sobre a História do Brasil na Alemanha?”¹⁰ Do universo italiano cumpre lembrar Edoardo Bizzarri, Ettore Finazzi-Agrò, Giovanni Ricciardi, Giulia Lanciani, Giuseppe Ungaretti, Luciana Stegagno-Picchio, Roberto Vecchi, Ruggero Jacobbi, Silvano Peloso e outros, por exemplo. De terras portuguesas difícil não trazer à tona nomes como os de Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Jorge de Sena, Rodrigues Lapa, Urbano Tavares Rodrigues, o clã dos Saraiva ou de incontáveis exilados antissalazaristas, que por aqui se abrigaram e reforçaram nossos laços lusofônicos.

Se quisermos ir mais além das simples menções aleatórias e ingressar, portanto, em um universo bibliográfico que se ocupou, de modo decisivo, dos brasilianistas norte-americanos e europeus, pode-se recuar com certa segurança para os anos ‘70 e ‘80, quando começam a aparecer os primeiros inventários sobre o assunto, no Brasil.

Ainda que restrito ao meio acadêmico, é de Dulce Helena A. P. Ramos uma dissertação de mestrado, intitulada *Levantamento das Pesquisas sobre Assuntos Brasileiros Feitas em Universidades Americanas (1960-1970)* e publicada pela *Revista de História* da USP, em jul.-set. 1974¹¹. Nas 25 páginas deste artigo, repletas de listas, quadros, tabela, gráficos e tratamento bibliométrico, Dulce Ramos arrolou 182 teses no total, assim distribuídas: História (49), Economia (65), Sociologia (27), Literatura (27) e Política (23).

É de 1974, também, um artigo de Carl A. Hanson, publicado na revista *The Americas*: “Dissertations on Luso-Brazilian Topics; A Bibliography of Dissertations Completed in the United States, Great Britain and Canada, 1892-1970”¹². São trinta páginas valiosas destinadas aos “readers interested in doctoral studies on Spain of Hispanic America”, em momento ainda meio difuso em termos de fronteiras nacionais. Porém, os quase 450 títulos alistados por Carl A. Hanson são prova convincente de que começávamos a ser objeto de interesse.

Nesse mesmo ano de 1974, levantamento parecido efetuei na biblioteca central da University of Illinois, em Urbana-Champaign, onde atuava como Fulbright Fellow, junto ao Spanish and Portuguese Department. Nessa ocasião, fazendo meu noviciado junto às facilidades de pesquisa daquelas bibliotecas, conheci o catálogo do *Dissertation Abstracts International*, publicado pela Xerox University Microfilms. Ao me familiarizar, pouco a pouco, com aquele elenco enorme, fui

10 Disponível em: <https://renegertz.com/artigos>. Acesso em: 16 out. 2023.

11 Dulce Helena A. P. Ramos, “Levantamento das Pesquisas sobre Assuntos Brasileiros Feitas em Universidades Americanas (1960-1970)”, *Revista de História*, ano 25, vol. 49, n. 99, pp. 281-308, jul.-set. 1974.

12 Carl A. Hanson, “Dissertations on Luso-Brazilian Topics; A Bibliography of Dissertations Completed in the United States, Great Britain and Canada, 1892-1970”, *The Americas*, vol. 30, n. 3, jan. 1974.

assimilando seu alcance como instrumental bibliográfico junto aos nossos cursos de pós-graduação que se erguiam naquele então. Convencido de sua utilidade, separei boa parte do meu tempo semanal para recortar, montar e xerografar a listagem dos preciosos resumos das teses relativas tão somente à cultura brasileira, defendidas desde os anos '30, sobretudo. Essa tarefa rendeu-me, veja-se o quadro abaixo, cerca de 470 resumos:

Administração	10
Antropologia	22
Arqueologia	2
Biografia	2
Comunicação	7
Economia	107
Educação	26
Filosofia	1
Geografia	22
História	91
Linguística	23
Literatura	48
Música	2
Política	51
Psicologia	3
Religião	6
Serviço Social	1
Teatro	5
TOTAL	470

Em conversas contínuas com os colegas Andrés Avellaneda, Merlin Foster, Milton Azevedo e Richard Preto-Rodas, do Departamento de Espanhol e Português do *campus* de Urbana-Champaign, que acolheram esta investigação com entusiasmo, ficou-me claro que o valor maior dessa coleta de dados residia exatamente na transcrição dos resumos, uma vez que são eles que bem definem o

campo pesquisado, muito mais que a simples menção à tese. Com eles na bagagem de volta, deles me valho até hoje, uma vez que seu formato não interessou a nenhum editor.

Em 1976, dois outros textos curtos surgiram a respeito do assunto. De José Marques de Melo saiu, pela *Revista de Cultura Vozes*, uma listagem de 244 doutoramentos defendidos entre 1964 e 1973 nas áreas de Administração (16), Antropologia (15), Comunicação (12), Economia (53), Educação (16), História (60), Linguística (6), Literatura (21), Política (25) e Sociologia (20). A base desta listagem, explicava o autor, foi também o *Dissertation Abstracts International*¹³.

De José Honório Rodrigues saiu, pela mesma *Revista de História* da USP, em 1976, um artigo com o título de “Os Estudos Brasileiros e os ‘Brazilianists’”, recolhido, anos depois, em seu *História Combatente*, publicado em 1982. Neste caso, dava-se um salto adiante, ampliando-se a moldura, porque o historiador carioca foi além do levantamento e contextualizou os estudos sobre o Brasil nos limites da Europa e da Ásia. Mas não só isso. Em gesto oportuno, José Honório cuidou das origens da nova onda norte-americana de *brasilianistas*, bem como alertou para a diferença de condições de trabalho em arquivos europeus e norte-americanos. Na sua opinião, a corrida espacial dos anos 50/60 foi um dos fatores que favoreceu o desenvolvimento dos estudos sobre o Brasil:

Foi em 1960 que se gerou o impulso que favoreceu a formação, na década de 1960/1970, de cerca de 600 *brazilianists*. O lançamento do Sputnik (1958) abalou os Estados Unidos, e quando John F. Kennedy subiu ao poder, promoveu a reforma da educação, e nela se considerou crítico o conhecimento do português, o que significava o estudo do Brasil em todos os seus aspectos, históricos, políticos, econômicos e sociais¹⁴.

E quanto às condições de trabalho em arquivos e biblioteca no estrangeiro, José Honório alertava, com base em sua experiência pessoal, para a diferença de acesso às fontes, naquela época, entre Europa e Estados Unidos:

Com os anos, alargou-se a rede de estudos latino-americanos na França e são várias as Universidades que oferecem cursos sobre a América Latina e o Brasil. Em 1954, criou-se o Instituto de Altos Estudos sobre a América Latina, ligado à Universidade de Paris; ele funciona como um centro de ensino, de pesquisa e de documentação. Tal como na Inglaterra, nem as bibliotecas nem os arquivos oferecem condições ideais de trabalho, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e no Canadá. A Biblioteca Nacional de Paris, assim como o Museu Britânico, funciona muito mal, cria enormes

¹³ José Marques de Melo, “Estudos Brasileiros em Universidades dos EUA”, *Revista de Cultura Vozes* (Separata), ano 76, vol. 70, n. 4, pp. 287-293, maio 1976.

¹⁴ José Honório Rodrigues, “Os Estudos Brasileiros e os ‘Brazilianists’”, *História Combatente*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 56.

dificuldades de acesso, exige apresentação da Embaixada ou consular, o que dificulta o trabalho de todos e não oferece facilidades de serviço de microfilmagem. As bibliotecas latino-europeias e hispano-americanas em geral na França são modelos do que não devia ser o funcionamento de uma biblioteca¹⁵.

Foi nos anos '80, portanto, que começaram a aparecer estudos mais consistentes em torno dos *brazilianists*, dado que a presença deles no Brasil, sobretudo daqueles/as que se ocupavam de Antropologia, Economia/Administração, História, Política e Sociologia, começava a chamar a atenção. Talvez porque a experiência amarga da ditadura recém-instalada em '64 tornasse-os suspeitos, quase que associados, de modo automático, às agências governamentais norte-americanas. Nascidos entre 1930 e 1940, esses jovens estudantes, em sua grande maioria, vinham para pesquisa de campo que lhes fornecesse dados para seus doutoramentos em construção, alguns dos quais se tornaram referências obrigatórias na área, arrefecidas as desconfianças.

Em 1984, José Carlos Sebe Bom Meihy já demonstrava interesse pelo assunto, ao publicar sua *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico: Os Brazilianistas* (São Paulo, Brasiliense) e um artigo na *Revista USP*, em julho de 1986: "A Visita ao Velho Senhor". Em 1989, saía o 1º volume de pesquisa coordenada por Sergio Miceli: *História das Ciências Sociais no Brasil*. Sua 2ª edição, revista e corrigida, saiu em 2001¹⁶. A massa de informações colaterais destes dois volumes faz deles presença obrigatória neste tópico, sempre que abordado.

Não fosse isso suficiente, cabe lembrar que, no 1º volume, Fernanda Arêas Peixoto assinou um artigo que se ocupa da contribuição estrangeira para as nossas Ciências Sociais: "Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras, 1930-1960". No 2º volume da *História das Ciências Sociais no Brasil*, publicado apenas em 1995, Heloisa Pontes deu sequência à colaboração estrangeira, através de seu artigo "Brasil com Z. A Produção Estrangeira sobre o País, Editada Aqui, sob a Forma de Livro, entre 1930 e 1938"¹⁷.

Mas foi na década de '90 que surgiram, entre nós, duas publicações de maior consistência e que registravam, de forma pioneira, o alcance e a amplitude do assunto: *A Desilusão Americana* (1990), de Sergio Miceli, e *A Colônia Brazilianista* (1990), de José Carlos Sebe Bom Meihy.

De natureza, estrutura e porte bem diferentes entre si, esses dois livros funcionam como reconhecimento público, a meu ver, de uma nova leva de estudiosos estrangeiros voltados para o Brasil, de procedência outra que não a francesa. Depois da criação da USP, em 1934, na qual a colaboração francesa, italiana e alemã foi

15 *Idem*, p. 72.

16 Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, 2. ed. rev. e corr., São Paulo, Sumaré (1. ed. 1989).

17 Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Sumaré/Fapesp.

de maior importância em setores diversos, começava a surgir, bem depois da Segunda Guerra, a presença norte-americana, ainda que de outra natureza e envolta em controvérsia, não de todo sanada até hoje.

No seu livro repleto de argumentos numéricos e bem-equipado com tabelas e quadros, Sergio Miceli demonstra a atuação incisiva de agências de fomento norte-americanas – Fundação Ford, Fulbright, Guggenheim – no sentido de nos enviar jovens pós-graduandos aptos para a pesquisa de campo, bem como de receber nossos estudantes ávidos pela vivência acadêmica nos EUA. Neste trânsito recíproco, de humor variável, Sergio Miceli aponta para as tensões subjacentes a uma troca que não se faz de forma necessariamente pacífica e equânime, ainda que respeitosa e rendosa, para ambos os lados. Em discurso tenso e nada concessivo, modelado por parágrafos longos e compactos, *A Desilusão Americana* sinaliza sua rota logo no início, quando recorre, já na sua epígrafe, à *Ilusão Americana* (1893), de Eduardo Prado. Sem se dobrar, no entanto, ao pessimismo do autor francófilo, Sergio Miceli desenha um perfil sociológico rigoroso da contribuição norte-americana às Ciências Sociais brasileiras, e constata que:

[...] os brazilianistas configuram um segmento de uma especialidade – o latino-americanista – que foi tomando feição no processo de expansão dos estudos latino-americanos no contexto mais amplo de emergência das chamadas *area studies* implantadas no sistema acadêmico norte-americano, em parte como resposta institucional às demandas por acompanhamento e *expertise* das agências governamentais e privadas no segundo pós-guerra¹⁸.

De natureza completamente diferente é o livro de José Carlos Sebe Bom Meihy, que se pôs em campo, ao longo de muitos anos, e ouviu mais de quarenta depoimentos. Em seu formato final, *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*, publicado em 1990, é volume sumarento, com cerca de quinhentas páginas. Nelas não são os documentos que falam, mas as pessoas diretamente envolvidas nesse processo de construção do conhecimento. Ao ouvi-las, José Carlos Sebe valeu-se das técnicas da História Oral, que permitiram a ele recompor um panorama diversificado, múltiplo e atento às mais diferentes tendências historiográficas e interesses temáticos. O quadro geral que se desenha, então, resulta da experiência concreta, na qual o modelo teórico, se houver, emerge com discreção. Isso, no plano intelectual, porque, no plano pessoal, o que vem misturado com a fala é a origem familiar, a carreira escolar, o meio social e a curiosidade intelectual de quem depõe, indiferente à sua imagem profissional e, portanto, mais à vontade para dissertar sobre seu próprio currículo, de modo menos itemizado e mais discursivo.

18 Sergio Miceli, *A Desilusão Americana: Relações Acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*, São Paulo, Sumaré, p. 57.

São depoimentos que expõem dúvidas, certezas provisórias, impasses, desejos, erros, arbítrios, vontades, frustrações, idiosincrasias, desalentos. Em suma, a construção da formação desde seu começo, e até mesmo uma desconfiança de acerto quanto ao rumo tomado, sem mencionar, é claro, a inserção universitária de cada um/a. Não se trata de retrato acabado de quem escolheu, como profissão, o ensino e a pesquisa da Política, da Sociologia, da História, da Literatura, da Língua, da Antropologia ou da Música.

Nascidos entre 1905 e 1960, esses colegas de ofício formaram novas gerações e cativaram clientela jovem, em mercado altamente competitivo, dentro do qual o Brasil ainda tem escassa prioridade até hoje, seja por causa de nosso desempenho internacional acanhado e errático, seja porque pouco se empenham nossas mais altas instâncias governamentais no sentido de garantir um mínimo de incisão institucional decisiva e ordenada nas universidades estrangeiras.

Foi graças à geração nascida nas décadas de 1930 e 1940 – que frequentou a universidade norte-americana nas duas décadas seguintes – que se avolumou a atenção acadêmica dos EUA sobre nós, de modo concentrado e sistemático. Essa geração não só viveu o aguçamento da Guerra Fria e o clima de contracultura na juventude, como foi apanhada de surpresa também pela Revolução Cubana e pelo acirramento do conflito com o Vietnã nos *campi* americanos. Espaço onde, não nos esqueçamos, vivia-se o rescaldo dos 35 meses do governo Kennedy, entre 1961 e 1963, insuflados, anos depois, de forma estrepitosa, pelos protestos raciais, iniciados com as três grandes marchas entre Selma e Montgomery, no Alabama, nos primeiros meses de 1965.

Foi nesta atmosfera de diversionismo político e ideológico, pontilhado de alternativas que desmanchavam o comodismo e o otimismo em que haviam sido criados, depois da vitória aliada, que esses jovens começaram a se perguntar sobre nossas particularidades e a nos ver como países distintos, dotados de traços específicos e muito longe da uniformidade confortável em que nos haviam colocado, o que lhes era bastante confortável também. Por trás desse questionamento, a necessidade de abrir o leque acadêmico de opções na carreira, bem como o interesse inegável das esferas governamentais sobre os rumos prováveis da reviravolta cubana – que contava com certo público cativo abaixo do Rio Grande – foram os ingredientes formadores desse caldo de cultura intelectual que lhes abriu uma América Latina bem diferente daquela que haviam herdado dos pais e dos avós. Muito além dos planos governamentais, da generosidade da burra pública ou da avidez corporativa, o grande combustível que movia essa máquina era a sede juvenil. “[Eu] era jovem e me bastava conhecer o mundo...”¹⁹. Com esta fórmula sumária, Charles Perrone, um dos depoentes de *A Colônia Brazilianista*, abreviou sua experiência e dispensou páginas e páginas de especulação acadêmica.

19 Charles Perrone, em José Carlos Sebe Bom Meihy, *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*, São Paulo, Nova Stella, 1990, p. 448.

Foi neste livro panorâmico e polifônico que José Carlos Sebe recolheu mais de quarenta depoimentos, ouvindo várias gerações de *scholars*, nascidas ao longo do último século e dedicadas a diversas áreas: História, Política, Literatura, Língua, Antropologia, Sociologia, Etnomusicologia etc. À diversidade politonal das vozes corresponde a variedade de conhecimentos invocados, o que forma leque convidativo para a apreensão dessa congêrie atraente. Foi essa amplitude geracional que permitiu ao autor sintetizar em dois grandes blocos a natureza e o alcance de tais pesquisas, cravando, com discreta pontaria, a virada cubana, de 1959, como marco cronológico indiscutível. Depois de Fidel Castro, a América Latina, em suas múltiplas peculiaridades e reentrâncias, instigaria os norte-americanos a nos enxergarem de forma menos plana, menos pitoresca, menos exótica e menos cenográfica, enfim. Depois de 1960, insinua José Carlos Sebe, foi a nossa temporalidade que começou a pesar mais que a nossa visualidade:

Antes dos anos 1960, explica-nos o historiador paulista, podia-se dizer que a atração pelo Brasil se revestia mais do caráter de curiosidade acadêmica, de mero conhecimento do outro, que de um projeto integrado de estudos. Predominantemente, eram os antropólogos que vinham para desenvolver microestudos, integrados na tradição intelectual de seu país de origem. O Brasil, poder-se-ia dizer, era quase que apenas um cenário, um campo exótico para as pesquisas. Passada a primeira fase, a do brasilianismo histórico, os novos estudos foram se caracterizando por serem especializados e de caráter macro-histórico²⁰.

Depois de *A Colônia Brazilianista*, foi a vez de Marshal C. Eakin e Paulo Roberto de Almeida se encarregarem de converter em livro o resultado de ações diplomáticas encabeçadas por Rubens Antonio Barbosa, nosso embaixador em Washington, D. C., entre 1999 e 2004. É dos três a autoria de *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*, publicado em 2002. Na “Apresentação” do livro, Rubens Antonio Barbosa esclarece que um de seus intuitos, à testa da embaixada, foi o de “manter um intenso processo de interação com a comunidade acadêmica dos Estados Unidos como forma de não apenas impulsionar os estudos brasileiros no país como também de expandir a cooperação intelectual entre essa comunidade e sua contraparte brasileira”²¹.

Além de uma bibliografia extensa no final do livro, capaz de bem situar o leitor no universo da produção acadêmica dos brasilianistas norte-americanos, cabe destacar outros dois componentes importantes dessa obra. De um lado, seu conteúdo assinado por autores e por especialistas de renome como Ann Hartness,

20 José Carlos Sebe Bom Meihy, *A Colônia Brazilianista*, p. 43.

21 Rubens Antonio Barbosa, Paulo Roberto Almeida e Marshall C. Eakin, *O Brasil dos Brazilianistas: Um Guia dos Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, p. 15.

Carmen C. Tesser, Cyrus B. Dawsey III, Janet Chernela, José Neistein, Judy Bieber, K. David Jackson, Robert M. Levine, Theodore R. Young, Werner Baer e outros, que se encarregam dos mais diversos ensaios de caráter histórico e bibliográfico. Dois deles se particularizam, porque ultrapassam o âmbito da academia norte-americana e alcançam o outro lado do Atlântico.

Leslie Bethell, por exemplo, escreve sobre “A Contribuição Britânica para Estudo do Brasil” e Edward A. Riedinger traça cuidadoso paralelo, embora curto, a respeito do “Desenvolvimento Comparado do Estudo do Brasil nos Estados Unidos e na França”. A colocação estratégica desse artigo no final do livro pode ser interpretada como convite dissimulado à expansão do assunto para outros países, o que tira o Brasil, portanto, da esfera única do território norte-americano, uma vez que nada impede nossa inclusão na pauta de outros recantos acadêmicos no estrangeiro. Para isso, bastam a nossa vontade, a nossa determinação, sem nos esquecermos, no entanto, de que raramente se pode contar com o interesse do governo federal nas questões relativas à divulgação séria e sistemática de nossa cultura no exterior. Aos olhos de nossos governantes, com exceções muito raras, isto é matéria supérflua e de somenos.

Em agosto de 2012, pouco antes do falecimento da historiadora Emília Viotti da Costa, em 2017, parte de seus colegas norte-americanos prestaram-lhe homenagem pública em seminário realizado em São Paulo, nas dependências do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Dois anos depois dessa homenagem, em 2014, James Green, da Brown University, e Haike R. K. da Silva, Diretora do Departamento de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESE, encarregaram-se da publicação digital de *Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*.

Cobrando um espectro amplo e variado, os jovens dedicados à produção historiográfica de então, brasileiros e norte-americanos, excursionaram pelos temas os mais diversos, segundo explicação inicial de James Green, um dos idealizadores do simpósio. De acordo com ele, o objetivo da reunião internacional era o de

[...] organizar um simpósio internacional para homenagear Emília Viotti da Costa e reconhecer a sua importância, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, como historiadora e mentora. Resolvemos convidar pesquisadores norte-americanos, que trabalhavam sobre São Paulo, e os seus pares brasileiros, para incentivar o intercâmbio e diálogo sobre as obras produzidas por eles²².

Assim é que desse esforço coletivo, decorrente de verdadeira parceria internacional, resultou um conjunto de comunicações, que embaralhou escravidão com cultura *pop*, sistema bancário com miragem cinematográfica, cultura do café com memorialismo familiar, em saudável convivência, dilatada no tempo.

²² James Green, “Prefácio”, *Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares. Uma Homenagem a Emília Viotti da Costa*, São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014, p. 9.

Anne G. Hanley, por exemplo, ocupou-se do desenvolvimento do nosso sistema bancário correndo rente à expansão da cultura cafeeira; Rafael Marquese analisou particularidades do trabalho escravo.

Em plano menos nobre, do ponto de vista de alguns historiadores mais tensos, Ana Carolina Maciel deteve-se no fascínio das atrizes brasileiras, aquelas dos anos ‘50, pelo *star system* hollywoodiano, em seu estudo sobre “Stars, Pin-ups e It Girls!” Ou James Woodard, que, voltado para a História Cultural, desenterrou um livro de crônicas da autoria de Pascoal Melantônio: *Geração Coca-Cola* (1957). Segundo Woodard, este pequeno conjunto de crônicas, publicadas em jornal paulistano na década de 1950, poderia ser tomado como marco ficcional da americanização brasileira a partir dos anos ‘50.

Mais próximos de nós, Natan Z. Tzvi e Dária Jaremtchuk trouxeram duas dimensões opostas desse arco cultural em que tentavam conviver, não sem estretecimentos recíprocos, brasileiros e norte-americanos. Em “Trânsitos e Política:

FIG. 1. *Geração Coca-Cola*, 1959.

ACERVO AD



Artistas Brasileiros em Nova Iorque durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil”, por exemplo, Dária Jaremtchuk discorreu, ainda que de modo sumário, sobre os impasses, angústias e hesitações que tomavam conta dos artistas plásticos brasileiros e latino-americanos, quase sempre politizados, diante da visibilidade mundial que as galerias e museus nova-iorquinos até hoje oferecem. Em terreno menos glamuroso e menos cintilante, por outro lado, Natan Z. Tzvi foi ao chão de fábrica para reconstruir o percurso de uma operária, cerne de sua tese sobre os anos ‘70. Nessa década, garante-nos o estudioso, “a imagem que os trabalhadores tinham de si próprios como atores públicos e consumidores ampliou, tornou-se mais complexa. Nesse tempo, o apoio a estratégias de confronto ao regime militar aumentou em comunidades operárias em toda São Paulo”²³.

Mais para o final do livro, afastando-se bastante do período convulsionado pela presunção dos militares afoitos, duas historiadoras experientes, uma americana e uma outra brasileira, unem as pontas desta temporalidade brasileira sobressaltada: Barbara Weinstein e Maria Ligia Prado.

A primeira, professora de História na *New York University* e conhecida entre nossos historiadores por seus trabalhos sobre gênero, industrialização, classe média, fusão étnica e extrativismo da borracha, recuperou o *Álbum de Família 1932*, publicado em 1954, como “Contribuição da Livraria Martins Editora às Comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo”. E, ao recuperá-lo, colocou-o frente a frente com os festejos relativos ao Jubileu de Prata da Revolução Constitucionalista, realizados em 1957. Ao confrontar o cinquentenário da Revolução de 1932 com as festas do IV Centenário de São Paulo, realizadas em 1954, explica a historiadora, seu intuito era o de avaliar o “significado do movimento constitucionalista no contexto dos anos 50”²⁴.

Maria Ligia Prado, por sua vez, encerrou a homenagem, detendo-se na “Contribuição de Emília Viotti da Costa para a Historiografia de Estudos sobre a Escravidão e o Trabalho”, segmentado em duas partes.

Na primeira, Maria Ligia Prado destaca o salto que Emília Viotti deu, coagida pelo exílio. Ao incluir a Guiana Inglesa na moldura sul-americana, a historiadora alargava a noção de América do Sul, diluindo a hegemonia ibérica deste continente. Na segunda parte, materializou-se de maneira editorial esse salto, quando Emília Viotti passou a dirigir uma coleção da Unesp dedicada à América Latina. Para Maria Ligia Prado, essa coleção teve o grande mérito de “alcançar um público mais amplo de estudantes, professores do ensino médio e fundamental e [de] difundir o conhecimento dos grandes temas da História da América Latina. Também contribui[u] para pensar o Brasil no quadro ampliado do continente”²⁵.

23 Natan Z. Tzvi, *Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*, p. 115.

24 Barbara Weinstein, *Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*, p. 132.

25 Maria Ligia Prado, “Contribuição de Emília Viotti da Costa para a Historiografia de Estudos sobre a Escravidão e o Trabalho”, *Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*, p. 152.

Ao provocar a voz dos brasilianistas, em 1990, José Carlos Sebe conferiu individualidade e peso específico às motivações dos colegas norte-americanos, na época vistos com reserva, para dizer de modo elegante. Nesse mesmo ano, Sergio Miceli sugeria os motivos dessa reserva, ao investigar a fonte que alimentava os “fluxos de recursos, de especialistas e de valores, que sustentavam as bases materiais e institucionais”²⁶ sobre as quais se apoiava a troca desse conhecimento específico. Doze anos depois, em 2002, Rubens Antonio Barbosa, Marshall C. Eakin e Paulo Roberto de Almeida adensaram essa visão ao construir um elenco de estudiosos, que se permitiu não só reconstituir seu próprio caminho, como também exibi-lo em sua diversidade temática e epistemológica.

Em 2014, graças à iniciativa de James Green, arredondou-se o círculo: o tributo a Emília Viotti da Costa deixava clara sua contribuição para o rumo dos estudos sobre o Brasil, dentro do contexto acadêmico norte-americano. Tratava-se, pois, da inserção de um ponto de vista metodológico diferenciado dentro de uma universidade de proa no território norte-americano. Ao se tornar professora titular em Yale, Emília Viotti levava para aquele *campus* a formação intelectual alcançada em território, até então, reservado apenas para observação e pesquisa.

Um certo consenso existe entre os que se dedicam à historicidade desse percurso trilhado pela universidade norte-americana em torno dos estudos brasileiros e latino-americanos. De acordo com os estudiosos do assunto, teria sido a Revolução Cubana de 1959 o grande *turning point*, o marco da virada desse trajeto. Ao descerem de *Sierra Maestra*, os parceiros de Fidel Castro tomaram a ilha de vez, mas os reflexos desse acontecimento não se limitaram tão somente a ela. Espriaram-se e impuseram nova percepção entre as partes. De janeiro de 1959 em diante, a configuração mental e política das Américas passava por revisão, desmanchava-se uma suposta unidade e formas sociais alternativas se erguiam e se impunham, mesmo que com muito custo.

No prefácio que escreveu para o livro em homenagem a Emília Viotti, James Green equaciona bem o problema. Ainda que um pouco longa, vale a pena a transcrição:

Vários estudiosos da produção intelectual dos brasilianistas têm se referido à geração dos anos 60 e 70 como os filhos de Fidel. A Revolução Cubana provocou um grande influxo de dinheiro e recursos do governo norte-americano ao mundo acadêmico para responder às seguintes perguntas: o que deu errado na América Latina? Como podemos evitar uma outra Cuba? Um ano antes de Fidel tomar o poder, Juscelino Kubitschek propôs a implementação da Operação Panamericana, com financiamento massivo para eliminar a pobreza e fomentar o desenvolvimento na América Latina. Washington simplesmente ignorou a proposta. No entanto, dois anos depois, com Fidel instalado em Havana, a administração Kennedy entrou em pânico e tomou a

26 Sergio Miceli, *A Desilusão Americana*, p. 10.

ofensiva. O governo norte-americano desenvolveu e expandiu a ideia de JK ao propor a Aliança pelo Progresso – com todos os seus programas adjuntos como o dos Peace Corps – e o aumento da ajuda militar. A ampliação de financiamento para os programas de Estudos Latino-Americanos nas universidades estadunidenses foi uma iniciativa colateral.

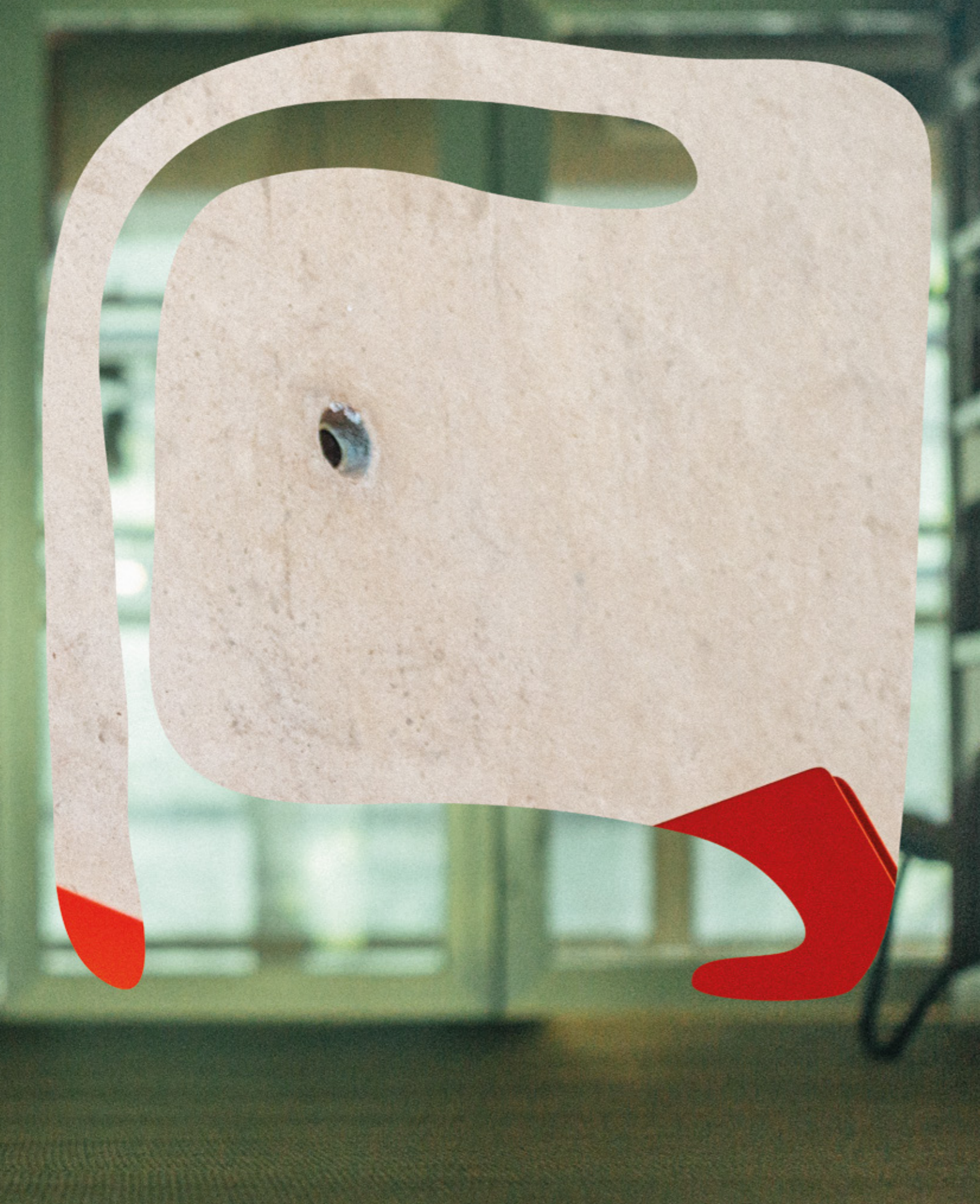
Os recursos dirigidos para o estudo da América Latina foram essenciais para os estudos brasileiros nos Estados Unidos. As bolsas e o interesse crescente em “nossos vizinhos ao sul” permitiram aos acadêmicos norte-americanos estudar o português, passar um ano de trabalho intensivo nos arquivos no Brasil, e voltar com material para uma tese de doutorado e eventualmente um livro²⁷.

Tudo indica que já está superada a divisão inicial, aventada, mais uma vez por James Green, quando disse que “muitos estudantes e professores brasileiros consideravam a produção acadêmica norte-americana como pragmática, empírica e estreita, e a francesa como teórica e ampla”. A continuar assim, perdemos todos. Falta-nos ainda fôlego para escolha tão decisiva, em terra onde a miscigenação, não apenas étnica, tem sido marca constante. Respeitadas as nossas idiossincrasias e as nossas peculiaridades, que venham todos, sem soluções pre-determinadas, no entanto.

Bibliografia a respeito é o que não falta, como se vê. O que nos faz falta é sistematizar o repertório já construído, reunindo-o num banco de dados de acesso fácil, eficiente e dinâmico, sempre sujeito às alterações determinadas pelo tempo. O desafio é amplo, mas não inexecutável.

²⁷ James Green, “Prefácio”, *Brasileiros e Brazilianistas: Novas Gerações, Novos Olhares*, pp. 9-10.





**Uma Hemeroteca de Bolso Viva e Alegre:
O Portal Revistas de Ideias e Cultura**

Luís Andrade

Universidade Nova de Lisboa

327

Comemorar o décimo aniversário da inauguração da biblioteca de Guita e José Mindlin na sua morada atual é motivo de grande regozijo, quer pelo valor inestimável dos seus fundos bibliográficos e documentais, colocados à disposição de todos os interessados, quer pela confirmação própria de que as grandes obras de cultura têm uma capacidade quase ilimitada de se reinventarem, ao mesmo tempo que recriam a alma humanista que conferem aos mortais.

Ao longo desses dez anos, existiram diversos momentos particularmente felizes, dentre os quais ressalto a colaboração entre o Seminário Livre de História das Ideias, do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, e a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo, patrocinado pelas reitorias respectivas, em meados de 2020, de que resultou o portal com as seis revistas modernistas mais correntemente associadas à Semana de Arte Moderna de São Paulo, apresentado em finais de junho de 2022.

O programa de trabalhos iniciado com este acordo inscreve-se numa nova transferência, já não do deslocamento da residência acolhedora da família Mindlin, no bairro do Brooklin, em São Paulo – tantas vezes celebrada por estudiosos da cultura brasileira, como Ana Luiza Martins, – para sua magnífica sede atual, mas, agora, desta última para os domínios atópicos da ubiquidade digital, proporcionados pelo acesso aberto e universal ao seu acervo de revistas de ideias e cultura brasileiras do século xx.

Nesta transposição do mundo físico para o universo virtual, é de fazer relevar tanto o pleno respeito pelo lastro intelectual do legado Mindlin quanto a inovação que permite usufruir o patrimônio bibliográfico reunido em condições, antes, inimagináveis.

Uma hemeroteca digital de bolso, a partir das coleções reunidas por José Mindlin, é, em si mesma, uma forma de ampliar a vida da biblioteca que tem o seu nome para além de qualquer limite, de um modo necessariamente alegre e efusivo quer para quem tem a satisfação de proporcionar o compartilhamento da riqueza da cultura brasileira, quer para aqueles que passam a aceder aos periódicos semanais do século xx de forma franca, e, assim, libertam-se do enredo labiríntico da leitura presencial de fontes raras e truncadas.

Na origem do Portal Revistas de Ideias e Cultura – Brasil (br.revistasdeideias.net) encontramos, pois, tanto uma sequência substantiva quanto uma novidade que se quer venturosa.

A continuidade remota está espelhada no conjunto vasto de periódicos que José Mindlin coligiu, porque a tecedura da cultura da sua época ocorreu, no Brasil, e um pouco por todo o mundo, nas páginas das publicações regulares em que os homens de letras trouxeram expressões originais de pensamento, sensibilidade e ação aos dias que passaram a moldar.

Estes tempos eufóricos, segundo Antonio Dimas, foram dias da *gaieté* irradiada pelos periódicos locais, nacionais e cosmopolitas que consubstanciavam o esplendor dos rasgos modernos em todos os aspectos da vida: das letras à política, dos trens à moda, da publicidade à *jazz band*.

Pela associação entre imagem e texto, pela rapsódia de temas e registos, pela atenção a públicos muito variados, as revistas distinguiram-se pela sua capacidade de sedução através do estímulo vital que resultava de cada um sentir o lado bom da vida ao ser tocado pelo sopro da novidade e pela fragrância de promessas latentes e emancipatórias.

Entre o mundo físico da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, doada à USP, e uma hemeroteca digital de bolso, consultável num celular, encontramos ainda a passagem de um testemunho próximo e concreto, pois os títulos dos primeiros *websites* publicados são os mesmos que tinham sido objeto da reprodução fac-similada *Revistas do Modernismo 1922-1929*, de responsabilidade de Pedro Puntoni e Samuel Titan Jr., e que agora passaram a conhecer, a partir exatamente das mesmas coleções, uma reprodução informática.

A continuidade fica ainda reiterada pelo programa de trabalhos acordado, e se mostra convergente com o aturado e original labor de disponibilização digital do acervo Mindlin, há muito encetado.

A par da sua radicação no legado Mindlin, tanto documental como intelectual, o Portal RIC-Brasil procura trazer consigo as vantagens próprias das publicações digitais, que não representam a simples transposição do suporte de papel para o domínio informático, mas implicam um conjunto vasto de metamorfoses que

acabam por alterar o cerne próprio da recuperação, leitura, estudo, valorização e divulgação das coleções consideradas.

A mutação digital impõe a transfiguração geral das práticas da era analógica, pois os seus efeitos passaram a fazer-se sentir, embora de forma mais ou menos furtiva, tanto no conjunto dos procedimentos metodológicos correntes quanto nas exigências colocadas às instituições. Todos o testemunhamos, por experiência própria, nos mais variados domínios do quotidiano.

É à luz deste pressuposto geral que o programa de publicação de *websites* de revistas de ideias e cultura, dirigido no Brasil por Tania Regina de Luca, pretende facultar a consulta aberta e ubíqua das principais revistas modernistas brasileiras segundo o estado da arte da edição digital.

O atributo mais ostensivo desta publicação *on-line* consiste em franquear o acesso universal aos órgãos de imprensa que fizeram e refizeram as letras, as artes, o pensamento, a sensibilidade e o gosto comuns. Às numerosas edições fac-símile, publicadas ao longo de décadas, que relevam do mesmo interesse, junta-se, agora, a resposta digital, necessariamente mais lata, e, a seu modo, inequivocamente democrática.

Uma segunda qualidade fundamental do Portal consiste na reconstituição das coleções completas de cada revista, graças à reunião de exemplares com diferente proveniência. Não se cumpre, por esta via, o desígnio de completar as coleções detidas pela BBM, destacado por Ana Maria Camargo como uma incumbência maior, mas providencia-se uma solução frequentemente viável, tão mais significativa quanto as faltas neste domínio se mostram no Brasil mais vulgares do que são noutras paragens.

Uma terceira faculdade dos *websites* do programa editorial em curso consiste na possibilidade de consulta do teor das revistas a partir de oito índices: autor singular, autor coletivo, assunto, conceito, nome singular citado, nome coletivo citado, obra citada e nome geográfico. Esta funcionalidade resulta da construção de bancos de dados que registam a informação contida em cada uma das peças, textuais ou gráficas, impressas na publicação, de acordo com critérios de biblioteconomia consolidados (bloco de campos 600 da norma Unimarc). A pesquisa proporcionada por estes índices permite transitar diretamente para a listagem do item considerado e desta última para os artigos elencados. Esta abordagem está disponível para cada revista singular, por agregação discricionária entre títulos ou no conjunto da base de dados, em pesquisa simples ou em pesquisa cruzada.

Um quarto contributo dirige-se à boa compreensão da revista reproduzida. Reside na inclusão de dois estudos introdutórios originais, que versam o significado histórico e cultural do título, assim como as suas vicissitudes editoriais. Estas apresentações são acompanhadas pelo destaque dado, na própria barra de navegação, às proclamações programáticas do periódico e pelas polémicas que atravessaram as suas páginas, acessíveis no conjunto das suas réplicas, mesmo quando algumas das suas peças conheceram a estampa noutras publicações.

Resta salientar a inclusão, em cada *website*, de um *dossier* – designado *magasin* – que possibilita a compreensão do percurso e do contexto dos títulos publicados. Reúne documentos, nomeadamente, correspondência, separatas e receções na imprensa; testemunhos de autores e de leitores; estudos, em e como bibliografia; e mapas com a localização de lugares como redações, tipografias e outros espaços da vida comum.

Fica por referir, ainda, a inclusão de alguns levantamentos estatísticos, na seção “em números”, que permitem ao leitor ter uma visão de conjunto dos bancos de dados, ao mesmo tempo que deixa assinalada a intenção de desenvolver a sua análise qualitativa, com o propósito de vir a facultar ferramentas que permitam navegar nos *websites* e obter respostas às questões que lhe queiram colocar.

Num plano da edição gráfica, é de notar o esforço feito para conferir o ambiente alegre e sugestivo das revistas ao conjunto do Portal. Sem decalque ou mimetismo, evoca-se a graciosidade de uma estética que associa texto, ilustração e paginação, em detrimento da aridez sóbria das listagens arquivísticas.

Como talvez seja de concluir, a metodologia e os procedimentos desenvolvidos alteram a quase totalidade dos parâmetros de reconstituição, reprodução, valorização e leitura das fontes culturais consideradas.

Caso se transite das observações bibliográficas para o foro próprio da pesquisa, os *websites* publicados distinguem-se pelo seu merecimento heurístico e hermenêutico, mesmo nos seus usos mais elementares, assentes no simples cruzamento de autores, conceitos, assuntos e nomes citados. Ao mesmo tempo, evidenciam que a reprodução da fonte e o seu estudo se cruzam permanentemente entre si, desde logo porque recorrem a *thesauri* e a outros vocabulários controlados próprios.

O trabalho de autoria releva, pois, nestas publicações, o que justifica que cada uma tenha um especialista como editor, bem como um curador, que muitas das vezes coincidem, pois não estamos perante produtos pretéritos, dados e definitivos, mas, antes, face a objetos sujeitos a metadescrição, a aditamento e a revisão tanto científicos quanto técnicos e funcionais.

A este propósito, não deixa de se mostrar curioso que na gênese deste programa ambicioso de mapear órgãos da cultura contemporânea se encontre uma convergência de vontades semelhante àquela que presidiu à fundação de muitas revistas, resultantes da sensação de que só uma obra comum e sequencial permitiria dar forma ao desejo inequívoco de ganhar voz e definir caminho próprio em matéria tida por relevante.

A liderança acadêmica no Portal de estudiosos da imprensa cultural tão reputados como Ana Luíza Martins, Tania Regina de Luca e Antonio Dimas no Portal corrobora esta impressão de replicação quase isomórfica do objeto estudado na condição coletiva dos especialistas que o abordam. A este elenco prestigiado, juntaram-se académicos de mérito firmado, como Letícia Pedruzzi Fonseca e Ana Maria Formoso Cardoso e Silva, bem como um conjunto de pesquisadoras muito jovens, Luciana Francisco, Helen de Oliveira e Natália Zampella, mas invulgarmente proficientes.

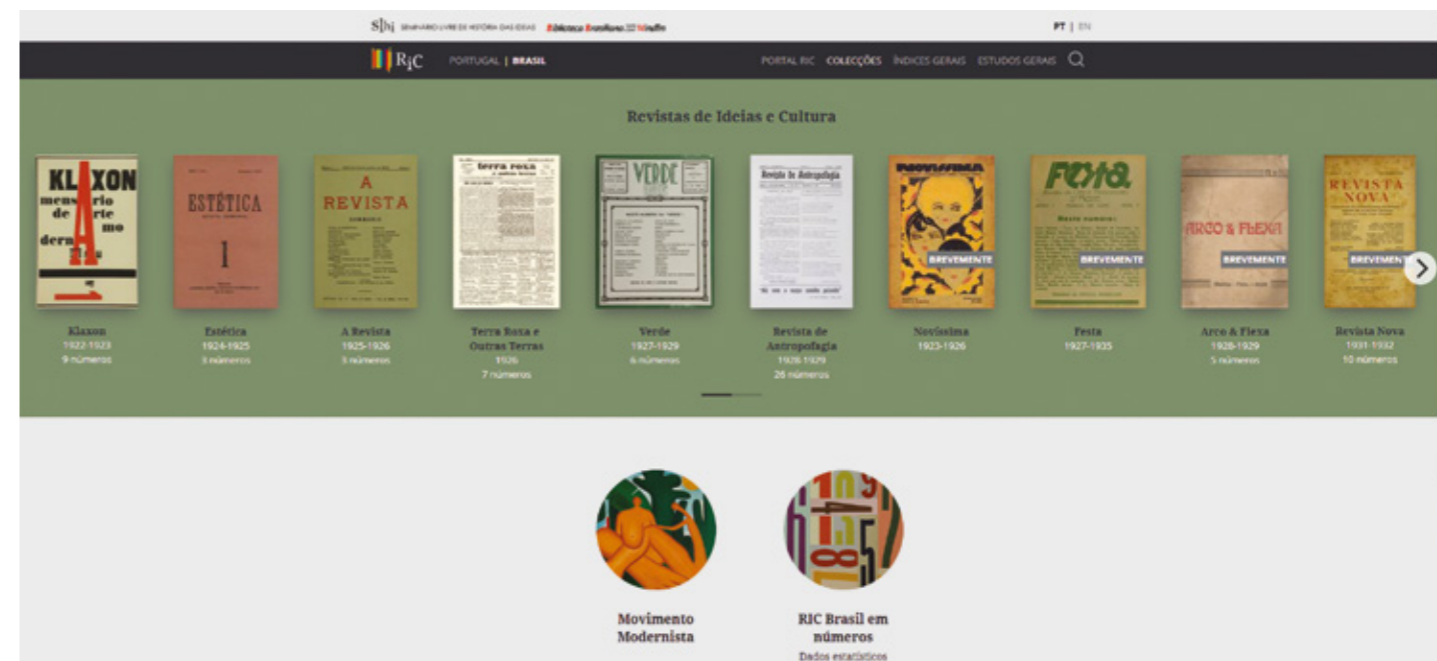


FIG. 1. Página inicial do site <https://br.revistasdeideias.net/pt-pt/>

O enquadramento conceitual, o modelo editorial e o suporte técnico do programa de publicações em curso são da responsabilidade do Seminário Livre de História das Ideias do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

Do labor conjunto já desenvolvido resultou a publicação dos *websites* *Klaxon* (1922-1923), *Estética* (1924-1925), *A Revista* (1925-1926), *Terra Roxa e Outras Terras* (1926), *Verde* (1927-1929) e *Revista de Antropofagia* (1928-1929), apresentados na Biblioteca Brasileira Mindlin em junho de 2022. Em preparação, encontram-se mais seis *websites* de revistas modernistas, *Revista Nova* (1931-1932), *Novíssima* (1923-1926), *Festa* (1927-1928, 1934-1935), *Clima* (1941-1944) *Arco & Flexa* (1928-1929) e *Mauricéia* (1923-1924), a publicar em 2024.

O concerto de vontades convergentes patente neste programa de trabalhos expõe um dos traços mais relevantes da era informática: o reconhecimento de que só um amplo espírito colaborativo que aproxime instituições e pesquisadores permite responder aos desafios do universo digital.

Tomemos por exemplo o problema da reconstituição de séries integrais, que foi vincado, por Ana Maria Camargo – “o importante é termos aquilo que permita completar o que falta” – e por Miguel Arellano – “o problema é agregar obras raras, coligar acervos de obras raras que permitam coleções completas”.

Como é sabido, esta limitação bibliográfica maior tanto pode dar lugar à tentativa de supressão das ausências pela via incerta da aquisição dos exemplares em falta, quanto ao esforço de diferentes instituições no sentido de contribuírem com os seus espécimes para uma publicação digital conjunta.

Se cada instituição de interesse público se cingir a cuidar unicamente da divulgação do acervo que constitui o seu patrimônio particular acaba por se afastar, no contexto digital atual, da obrigação de defesa e zelo eficientes do bem comum.

O espírito colaborativo é, pois, uma exigência dos tempos, e a possibilidade de constituição de uma hemeroteca digital ubíqua com coleções integrais, conteúdos mapeados e referências contextuais uma das suas expressões culturais de monta.

Esta solução não desmerece nem o valor dos fundos próprios nem a preservação dos seus exemplares, mas comporta, pelo contrário, tanto a valorização intrínseca ao estudo e publicitação criteriosa das obras reproduzidas quanto novas condições de conservação dos espécimes físicos.

Uma biblioteca viva é, sobretudo, uma biblioteca que reinventa, diversifica e reforça as relações que estabelece com os leitores, necessariamente em conformidade com o devir das circunstâncias. Foi assim em 2005, quando a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin foi criada, voltou, igualmente, a acontecer em 2013, quando se mudou para o edifício que a alberga e assim se acredita que continue a ocorrer, como decerto um próximo seminário comemorativo, e prospetivo, irá assinalar.

De perene fica o lema *je ne fay rien sans gayeté*, que José Mindlin recebeu de Michel de Montaigne e se encarregou de transmitir pela palavra e pelo exemplo a todos aqueles que descobrem a fruição refletida da vida e do mundo nas sessenta mil obras escolhidas criteriosamente, em que se incluem numerosas revistas, que ele e a sua família entregaram à Universidade de São Paulo e, através desta, a própria comunidade.

Em resumo: *allons-y!*





As Brasilianas Vistas da França e da BnF

Maud Lageiste

Biblioteca Nacional da França

335

ACERVO FERDINAND DENIS – BIBLIOTHÈQUE SAINTE-GENEVIÈVE (BSG)¹

Para entender o contexto histórico da constituição do acervo, é preciso salientar a importância da circulação dos homens (Ferdinand Denis) e das mulheres (Nísia Floresta), mais que dos livros, entre Europa e Brasil para a circulação dos saberes nas primeiras décadas do século XIX, o que demonstrou Sébastien Rozeaux no Seminário Brasiliana, *Brasilianas*, em 2022. Nísia Floresta (1810-1885), escritora brasileira, feminista, viajou pela Europa nos anos 1840 e permaneceu em Paris na década seguinte, onde assistiu ao seminário de Auguste Comte e conheceu Victor Hugo, Alexandre Dumas, entre outros. Participou então dos intercâmbios culturais entre os dois países, numa perspectiva comparatista.

Ferdinand Denis (1789-1890) viajou pelo Brasil entre 1816 e 1819, com o objetivo de fazer fortuna. Seu olhar foi além da busca pelo exotismo dos povos indígenas, da fauna e da flora. Escreveu dez livros sobre o Brasil, publicados a partir de 1822 e, desde então, foi considerado como o pai dos estudos brasileiros na França. A partir de 1838, foi funcionário da Bibliothèque Sainte-Geneviève, que depois

¹ O histórico do acervo foi feito em francês por Nathalie Rollet-Bricklin, responsável pelo Departamento da Reserva da BSG. Disponível em: https://www.bsg.univ-paris3.fr/iguana/www.main.cls?surl=fonds_reserve_denis. Acesso em: 11 out. 2023.

administraria entre 1865 e 1883. Foi um grande colecionador de livros e objetos brasileiros. Manteve uma correspondência e vínculos intelectuais com o imperador Pedro II e com vários escritores, como José de Alencar.

Quando faleceu, em 1890, parte de sua biblioteca foi vendida, mas cerca de dois mil itens (livros, jornais, correspondências, notas de trabalho, edições antigas...) passaram a integrar o Acervo da Bibliothèque Sainte-Geneviève. O pintor Cícero Dias fez o primeiro registro da coleção em 1972. Em 2012, o acervo foi inscrito no registro *Memória do Mundo para América Latina e Caribe*, fruto de parceria entre a Unesco e o Instituto de Estudos Brasileiros, e uma parte foi digitalizada em 2015-2016, em colaboração com a BnF.

ACERVO RAYMOND-CANTEL – CRLA
(CENTRE DE RECHERCHES LATINO-AMÉRICAINES
ARCHIVES) DA UNIVERSIDADE DE POITIERS

Raymond Cantel (1914-1986) foi professor de espanhol, doutor em Letras (português), decano honorário da Faculdade de Letras de Poitiers e diretor honorário do Instituto de Estudos Luso-Brasileiros da Sorbonne-Nouvelle. Viajou pelo Brasil entre 1959 e o início dos anos 1980, e ali coletou folhetos de cordel.

Essa coleção foi digitalizada e ocerizada graças ao projeto Corpus/Cordel de 2010, dirigido por Michel Riaudel e Sandra Teixeira, do CRLA-Archives, e por Paulo Iumatti, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), em parceria com Nolwen Clément-Huet, do serviço de informática da Universidade de Poitiers.

A Biblioteca Virtual Cordel está disponível *on-line* desde 2014, com 4 249 documentos, sendo a maioria folhetos brasileiros².

COLEÇÕES DE EXCELÊNCIA DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS (COLL-EX): ACERVOS DAS BIBLIOTECAS
DE PARIS SORBONNE-NOUVELLE ET DE BORDEAUX-MONTAIGNE

O selo Coleções de Excelência do grupo de interesse científico CollEx-Persée é um esquema nacional para promover recursos documentais para pesquisadores.

A coleção em língua portuguesa da Université Sorbonne Nouvelle é uma referência para a literatura lusófona na França devido à sua riqueza e à idade de seu acervo, sendo a herdeira direta da coleção de estudos portugueses da Universidade de Paris, que existe desde 1922³. Os autores modernistas brasileiros deixaram sua marca na coleção por meio de dedicatórias e primeiras edições que cederam

² Disponível em: <https://cordel.edel.univ-poitiers.fr/> Acesso em: 11 out. 2023.

³ Disponível em: <https://www.collexpersee.eu/acteur/bibliotheque-sorbonne-nouvelle-langue-litterature-et-civilisations-du-monde-lusophone/>. Acesso em: 28. Jun. 2024.

em suas viagens a Paris. A biblioteca possui a segunda coleção mais importante de folhetos de cordel na França.

Existe também um acervo do mesmo selo na Biblioteca de Letras e Ciências Humanas na Universidade de Bordeaux-Montaigne, fornecendo documentação científica e fontes para pesquisas sobre idiomas, literaturas e civilizações dos mundos ibéricos não europeus – América Latina, Caribe e África de língua portuguesa⁴.

ACERVO DA BIBLIOTECA
PARIS SORBONNE NOUVELLE

A segunda coleção mais importante de folhetos de cordel na França é conservada nessa biblioteca universitária parisiense, dentro de uma coleção constituída a partir de 1922, com a cadeira de estudos portugueses⁵.

ACERVO DO MUSEU NACIONAL
DE HISTÓRIA NATURAL (MNHN), PARIS

O museu possui vários documentos consagrados aos intercâmbios institucionais com o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; entre outros, as contribuições de Auguste de Saint-Hilaire e doações do Brasil à França, ainda não digitalizadas⁶.

ACERVO DA BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE
GULBENKIAN EM PARIS (TEXTO DA EQUIPE DE 2024 :
CRISTINA COSTA, ANA PAULA JORGE, ISABEL DE BARROS)

A Biblioteca Gulbenkian da Fundação Calouste Gulbenkian – Delegação na França é uma instituição única no domínio das bibliotecas de acervos de língua portuguesa na França devido à riqueza e natureza das suas coleções e ao desempenho na valorização e preservação do seu patrimônio.

Instalada na Casa de Portugal, na Cité Internationale Universitaire de Paris, a Biblioteca Gulbenkian possui atualmente um acervo geral de cerca de 63 000 documentos constituindo um dos mais importantes núcleos de estudos de cultura portuguesa nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, das Artes Plásticas e Performativas e da Cultura Contemporânea. As suas coleções refletem a diversidade das

⁴ Disponível em: <https://www.collexpersee.eu/acteur/universite-bordeaux-montaigne-service-commun-de-la-documentation-les-ameriques/>. Acesso em: 28. Jun. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.dbu.univ-paris3.fr/collections-bsn/collections-d-excellence> Acesso em: 11 out. 2023.

⁶ Disponível em: <http://www.calames.abes.fr/pub/mnhn.aspx#resultats?fullText=rio%20de%20janeiro&typeIndex=sujet&typeIndex2=sujet&gff=0&opDate=sup&langue=0&technique=0&tri=pertinence&listEtab=751059807&tri=pertinence&from=1> Acesso em: 11 out. 2023.

fontes da língua e da cultura portuguesas em países como Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Índia, Macau e Timor.

A Biblioteca Gulbenkian detém um acervo brasileiro de uma grande dimensão patrimonial e de um grande valor histórico devido à forma como foi criado e à sua importância documental. A coleção destaca-se pela amplitude e riqueza do seu acervo e pela antiguidade dos documentos que contém. O acervo foi constituído através de aquisições e doações de ilustres professores, investigadores, escritores e artistas brasileiros, franceses e portugueses, como Solange Parvaux, Frédéric Mauro, Lamartine Bião Oberg, entre outros.

Deste continente de saberes emergem várias áreas, dentre as quais se destacam uma coleção de Literatura composta por 2 202 volumes de autores clássicos do século XVI até à atualidade, bem como coleções de Ciências Sociais e Humanas, 919 volumes, de História, 650 volumes, seguidas de Estudos Literários, 427 volumes, Literatura traduzida, 419 volumes e Arte, 296 volumes, além de obras de referência como dicionários e enciclopédias. Destaca-se ainda uma preciosa coleção de folhetos de Literatura de Cordel com cerca de 470 títulos.

No que diz respeito à Coleção Patrimonial, a Biblioteca possui um acervo de 66 exemplares, distribuídos entre os séculos XVII e XIX, sendo a maioria do século XIX e pertencentes a vários domínios do saber. O mais antigo, com data de 1641 não é um original, seguindo-se um do ano de 1663 e dois do século XVIII (1755 e 1766). Quanto às publicações em série, a Biblioteca detém uma coleção de 21 títulos de periódicos brasileiros, com 340 exemplares, abarcando igualmente várias áreas do saber, sendo, no entanto, a maioria pertencente ao domínio da Literatura.

Além das coleções impressas, os utentes poderão consultar no *site* da Fundação Calouste Gulbenkian – Delegação em França, uma página dedicada ao arquivo dos eventos organizados e realizados pela Biblioteca em torno da cultura brasileira.

Construir e valorizar uma coleção implica apresentar ao público a sua oferta. Em 2025 assistiremos às celebrações das estreitas relações culturais entre o Brasil e a França através de um vasto leque de acontecimentos marcantes. A Biblioteca participará nesta homenagem, continuando a promover o seu acervo brasileiro, realizando eventos, encontros, apresentações de livros e fomentando um maior diálogo entre autores, investigadores e editores, realçando deste modo o interesse da Biblioteca Gulbenkian pelas instituições brasileiras e francesas.

ACERVOS DA BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA (BNF)

Na BNF, a língua portuguesa é a décima mais presente no acervo, com cerca de 77 mil documentos no catálogo geral em 2023.

A constituição do acervo literário em português começa no século XIX, então reunido em um acervo mais amplo sobre a América Latina, com livros também em espanhol. Houve várias doações ao longo dos séculos.

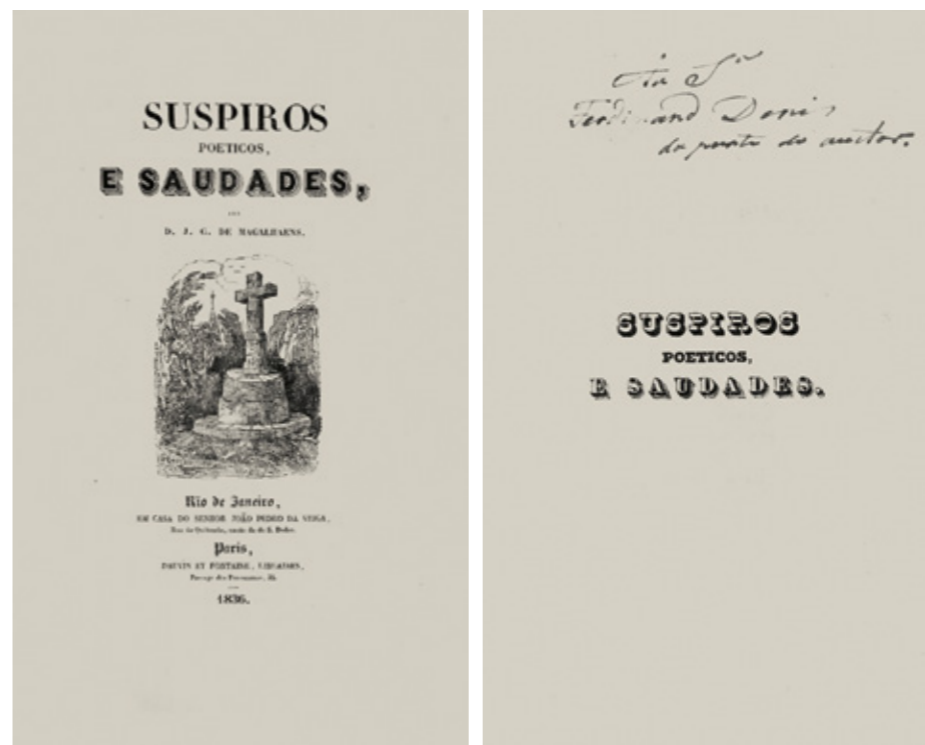


FIG. 1. Folha de rosto da obra *Suspiros Poéticos e Saudades* publicada em Paris, em português, 1836. ACERVO BBM

FIG. 2. Dedicatória de Gonçalves de Magalhães a Ferdinand Denis, 1836. ACERVO BBM

A presença de brasileiros e as relações intelectuais entre os dois países permitem a criação de revistas literárias em português na França do século XIX. Assim, em 1836, foi lançada a *Nitheroy, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*, “tudo pelo Brasil e para o Brasil”, por estudantes e jovens brasileiros, entre os quais Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre. Outras se seguem em 1843, como a *Lanterna Mágica*, primeiro periódico ilustrado com caricaturas, e a *Minerva Brasiliense*, fundada por Manuel de Porto-Alegre como resposta a uma polémica nascida na *Revue des Deux Mondes*, para lutar contra os preconceitos exóticos persistentes. De fato, nessa revista francesa, o Brasil está no centro das atenções, entre 1830 e 1880, com mais de quarenta artigos. Em 1849, é fundada a revista *Guanabara*. Também se publicaram obras brasileiras em Paris, em português, como *Suspiros Poéticos e Saudades*, de José de Magalhães (Fig. 1 e 2).

A Proclamação da República brasileira em 1889 não teve efeitos na chegada de livros brasileiros nas coleções da BNF, e seu número aumentou regularmente durante o século XX.

No fim do século XIX, emerge um mercado do livro brasileiro em Portugal, com as edições Chardron no Porto, que logo se expande pela Europa. Na França, as edições Garnier, que existem em ambos os lados do oceano, dão aos leitores franceses acesso a algumas traduções dos textos de Machado de Assis no começo do século XX, por exemplo, *Mémoires Posthumes de Braz Cubas*, publicadas por Garnier Frères em 1911⁷.

7 Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k855564b> Acesso em: 11 out. 2023.

Nos anos 1980, um balanço dos impressos brasileiros na BnF foi feito por um pesquisador da Universidade de Austin, Texas, William Vernon Jackson, no estudo *Resources for Brazilian Studies at the Bibliothèque Nationale* (1980, disponível na Library of Congress e na BnF). Foi escrito depois do 23º Seminário sobre as Aquisições da Latin American Library, que ocorreu em Londres em julho de 1978, no qual foi salientada a necessidade de se ter mais informações sobre os documentos da BnF que tratam da América Latina⁸.

O estudo conclui que é difícil, ou mesmo impossível, saber quantos documentos tratam do Brasil nas coleções da BnF. Destacam-se 1 400 volumes classificados como história brasileira, com a referência Px, que em 1980 não era alimentada havia quarenta anos. A avaliação qualitativa das coleções também parece complexa. Sublinha-se uma coleção de qualidade das publicações francesas consagradas ao Brasil, quase exaustiva graças ao depósito legal, na qual as relações franco-brasileiras (políticas, econômicas e culturais) são bem estudadas. O autor observa enfim que o acervo é rico (especialmente nas ciências sociais e nas humanidades, com mais limitações em ciências puras e aplicadas) porém não exaustivo, e que precisaria de mais esforços para atingir o nível das bibliotecas estadunidenses. Também que não existe referenciamento para conhecer o tamanho e a qualidade das bibliotecas universitárias francesas.

Com a abertura da sede François-Mitterrand, mais ampla, no fim dos anos 1990, foi criado um posto de responsável das coleções de literatura de expressão portuguesa, com um orçamento para adquirir uma parte da produção editorial brasileira e participar ao programa de digitalização das coleções.

Em 2009, foi criado o *site* França-Brasil para valorizar as coleções digitalizadas da BnF. Nos anos 2010, a coleção cresceu graças às doações dos professores universitários Jean-Michel Massa, especialista de Machado de Assis, e Pierre Rivas, com documentos sobre o pintor Vicente do Rêgo Monteiro, revistas de vanguarda artística e documentos dos anos 1950, entre outros. Tudo isso contribui para dar mais visibilidade à seção brasileira das coleções da BnF⁹.

É importante lembrar que existem documentos “brasileiros” de várias naturezas, presentes em acervos maiores, como o do cartógrafo e geógrafo do Rei Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville (1697-1782), no Departamento Cartes et Plans. Um acervo de 10 500 mapas, gravados e manuscritos, dos séculos XVI-XVIII, que entraram na Biblioteca Real ao seu falecimento¹⁰.

Da mesma forma, existem temas brasileiros na coleção de fotografias da Société de Géographie de Paris, em depósito na BnF, por exemplo, algumas fotos de Molteni, como o trabalhador de mina na zona do Contestado entre Brasil e França¹¹ (Fig. 3).

8 Disponível em: <http://ark.bnf.fr/ark:/12148/cb36672522v> Acesso em: 11 out. 2023.

9 Disponível em: <https://journals.openedition.org/histoiremesure/896#tocto1n3> Acesso em: 11 out. 2023.

10 Disponível em: <https://histoirebnf.hypotheses.org/418> Acesso em: 11 out. 2023.

11 Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59647993> Acesso em: 11 out. 2023.



FIG. 3. Trabalhador de mina na zona do Contestado entre Brasil e França, 1897.

FOTO: MOLTENI
ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA (GALLICA.BNFFR)

Já na coleção de fotografias contemporâneas, destaca-se um acervo importante, com diversas impressões de fotógrafos como Sebastião Salgado, Miguel Rio Branco, Carlos Freire (que vive em Paris), Regina Vater... Graças a Ricardo Fernandes, galerista e intermediário entre os doadores (fotógrafos e colecionadores) e a BnF, foi possível adquirir várias impressões de grandes fotógrafos, com temáticas variadas (paisagens urbanas, naturais, fotografia experimental...) para mostrar a vitalidade da produção contemporânea e sair dos clichês do exotismo¹².

SITE FRANÇA-BRASIL DA BnF¹³

Histórico do projeto

O *site* França-Brasil nasceu no dia 13 de novembro de 2009, como evento de encerramento do ano da França no Brasil (21 de abril - 15 de novembro, lançado por Lula e Sarkozy), no Rio de Janeiro. Foi inaugurado conjuntamente pela Biblioteca Nacional da França e pela Fundação Biblioteca Nacional (depois do encontro entre Muniz Sodré e Bruno Racine, em 2007). Resulta do programa de digitalização elaborado pelas duas instituições com um conjunto de documentos representativos da história das relações entre França e Brasil (Fig. 4), do século XVI até meados do século XX (mapas e fotografias, textos impressos e desenhos). Esse *site* pretende contribuir com as pesquisas sobre os dois países, pois a BnF tem por missão histórica dirigir programas de pesquisas relacionados com o seu patrimônio. Essa missão, reafirmada no decreto da criação da BnF de 3 de janeiro de 1994, é um

12 Disponível em: https://multimedia-ext.bnf.fr/Chroniques/Chroniques_91.pdf Acesso em: 11 out. 2023.

13 Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/> Acesso em: 11 out. 2023.



FIG. 4. Vista de Rio de Janeiro: Tomada da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, RJ: Typ. Universal de Laemmert, 1847. Artista: Alfred Martinet. ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

vetor importante da sua fama. Com o objetivo de coordenar a política científica e de pesquisa, a BNF tem, desde 1977, um conselho científico. A pesquisa trata das coleções da biblioteca, porém tem muitas vezes uma dimensão nacional ou até internacional, graças a uma rede de parceiros públicos e privados.

Desde 2018, o *site* França-Brasil, refundido, faz parte da Coleção Patrimônios Compartilhados, que ilustra os laços que unem a França, através das coleções de sua biblioteca nacional, ao mundo inteiro. Foi primeiro hospedado na BNB, e agora na BNF. Representa um trabalho importante e bilíngue de valorização, com cerca de sessenta artigos de 42 especialistas dos dois países (em uma média de cinco novos artigos publicados por ano), além de mais de dois mil documentos disponíveis. O Conselho científico do *site* é composto pelos professores Ilda Mendes dos Santos e Michel Riaudel; sua responsável científica é Maud Lageiste, que sucedeu Régine Piersanti em 2021. Na Fundação Biblioteca Nacional, convém salientar o papel fundamental de Angela Monteiro Bettencourt e, agora, de Otávio Alexandre de Oliveira.

Houve uma integração progressiva de novos parceiros: a Bibliothèque Sainte-Geneviève (2016), para o acervo Ferdinand-Denis, a rede Manioc de Bibliotecas das Antilhas e da Guiana (2016-2017) e, mais recentemente, a BBM (2019).

Em 2022, foram mais de catorze mil visitas, por mais de doze mil visitantes, e cerca de 28 800 páginas consultadas. As ferramentas do *site* são o anuário dos colaboradores, a bibliografia geral e a possibilidade de rever os dois colóquios disponíveis *on-line* em francês: Colóquio BNF Indianidade e Indianismo (2011) e Colóquio BNF/EHESS O Momento 1816 das Ciências e das Artes (2016).

Quadro de conteúdos

Momentos-Chave: relata a presença física da França no Brasil, com a fragilidade do estabelecimento europeu e os conflitos territoriais: 1. As repercussões das

mudanças no Velho Mundo. 2. Novas ideias sobre a legitimidade do poder. 3. Vanguardas e desenvolvimento das universidades. 4. Momentos decisivos, das lógicas coloniais até os anos 1950.

Correntes Transatlânticas: trata do conhecimento do mundo americano com o intermédio dos religiosos, dos marinheiros, dos cientistas, dos livros e dos viajantes do século XIX.

Literatura e Circulação das Ideias: aborda a presença simbólica da França no Brasil, com o acesso à independência deste, que leva o país a construir grandes relatos nacionais nas letras e nas artes; e de como o Brasil se torna fonte de curiosidade e de elaborações imaginárias na França.

Artes, Ciências e Técnicas: mostra como a nova nação brasileira atraiu talentos diversos e deu luz a inventores geniais (por exemplo, na fotografia, arquitetura, engenharia, urbanismo e nova cartografia).

AS RÉSIDENCE CULTURE

A BNF e a BBM firmaram um acordo de cooperação que prevê, por exemplo, a troca de documentos digitais entre a Gallica e a BBM Digital. No âmbito dessa cooperação, em 2020 e 2021 a BNF recebeu um funcionário da BBM, João Cardoso, por meio do programa *Résidence Culture*, mantido pelo Ministério da Cultura da França. O objetivo do programa é proporcionar uma vivência e uma colaboração de profissionais estrangeiros em instituições culturais francesas. No período em que esteve na BNF, João Cardoso contribuiu principalmente com o levantamento de temas e documentos para futuras ações de valorização do *site* França-Brasil, fortalecendo a cooperação entre a BBM e a BNF.

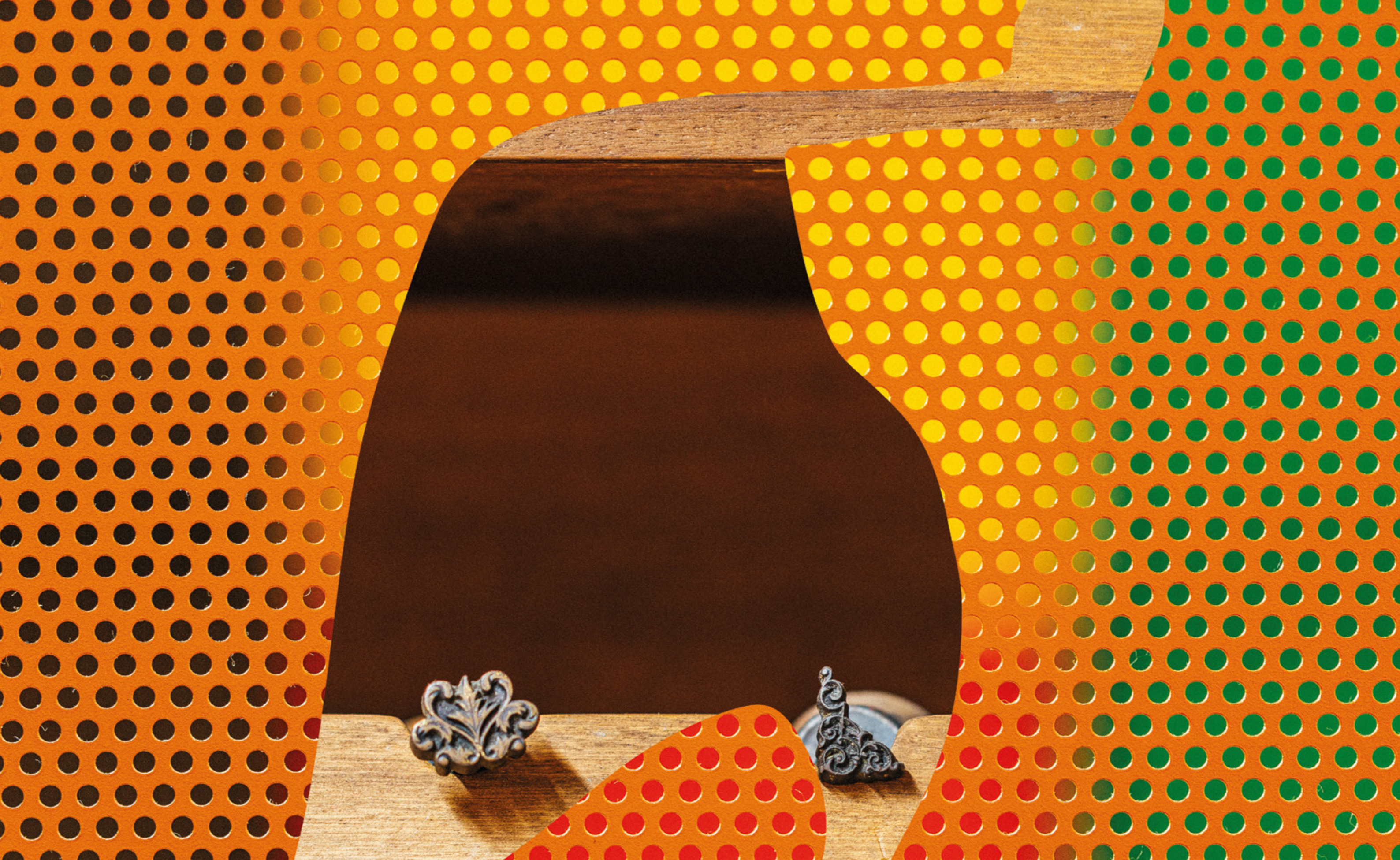
Essa residência permitiu também a elaboração de publicações de João Cardoso no *site* França-Brasil (“O Brasil Pitoresco de Victor Frond e de Charles Ribeyrolles”¹⁴) e no *blog* Gallica (“Entre faits et légendes, la cartographie du fleuve Amazone du XVII^e au XVIII^e siècle”¹⁵), bem como a constituição de listas de documentos para digitalizar. Também rendeu novos olhares sobre o *site* França-Brasil e troca de informações profissionais: descoberta recíproca das instituições, técnicas de conservação e preservação dos acervos, valorização dos conteúdos digitais, como o *Atlas dos Viajantes no Brasil*, da BBM.

No âmbito do programa *Résidence Culture*, foram também acolhidos pela BNF os profissionais brasileiros Irinei Jones Corrêa, pesquisador sênior da FBN, em 2008-2009, e Angela Monteiro Bettencourt, coordenadora da Biblioteca Digital Nacional (BDN) da BNB, em maio 2018.

¹⁴ Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/o-brasil-pittoresco-article> Acesso em: 28 jun. 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/blog/12012022/entre-faits-et-legendes-la-cartographie-du-fleuve-amazone-du-xvii-e-au-xviii-e-siecle?mode=desktop> Acesso em: 28 jun. 2024.







A Experiência do Sesc São Paulo¹

Danilo Santos de Miranda

SESC - São Paulo

349

APRESENTAÇÃO

Na condição de gestor do Sesc e de membro do conselho deliberativo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) entre março de 2016 e abril de 2020, instituições cuja vocação socioeducativa tem como alguns de seus valores o exercício da cidadania, o estímulo à reflexão e a preservação crítica da memória, gostaria de propor alguns apontamentos.

Eles versam sobre a gestão dos acervos e suas estratégias de difusão, bem como o papel desempenhado pelas instituições mantenedoras de acervos, neste caso a BBM e o Sesc São Paulo, na formulação de projetos que permitam uma compreensão mais aprofundada de nossa sociedade.

Divido a minha exposição em duas partes: na primeira, intitulada “O Brasil nos Acervos”, recorro à ideia de “brasileira” para abordar a importância da preservação e da disseminação dos diversos registros da história e cultura brasileira; na segunda, que tem por título “Os Acervos no Brasil”, faço um breve relato acerca de algumas experiências do Sesc São Paulo na área da preservação da memória e da difusão de acervos.

¹ Texto baseado em palestra proferida no dia 18 de maio de 2023, na mesa “Brasil nos Acervos, os Acervos no Brasil”, no Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva.

O BRASIL NOS ACERVOS

Em linhas gerais, entende-se por “brasiliana” um acervo composto por livros que têm o Brasil como tema, produzidos entre os séculos XVI e final do século XIX, e por obras de autores brasileiros impressas no exterior até 1808. Essa definição, proposta pelo historiador e bibliófilo Rubens Borba de Moraes, foi ampliada com o passar dos anos, e para além de representar uma coleção, ganhou, também, o *status* de campo de estudos².

As diversas coleções de brasileiras, mantidas por instituições brasileiras e estrangeiras, e as várias combinações possíveis dentro de uma mesma coleção, permitem compreendê-las como polissêmicas e plurais. Trata-se, portanto, de um conjunto de valor material e simbólico inestimável, que é fundamental para pensar e escrever sobre o Brasil. Isso nos faz refletir sobre a dimensão socioeducativa das brasileiras, que abarca processos complexos e delicados como a preservação, a difusão e a pesquisa.

A formação e a manutenção de uma biblioteca brasileira demandam práticas de gestão e preservação empreendidas por profissionais de diferentes áreas. Envolvem desde a prospecção até a guarda, passando pela identificação, a reunião, a organização e a conservação, amparados numa consistente política de aquisição e incorporação de documentos. Esses registros, formados por relatos de viajantes, panfletos, periódicos, imagens, mapas, obras raras, primeiras edições, manuscritos, entre outros itens, hoje estão acessíveis graças a tais esforços.

A difusão das brasileiras, por meio de exposições, publicações e projetos de digitalização, possibilita o acesso e a pesquisa, contribuindo para as mais variadas leituras e interpretações acerca do Brasil. O estudo dessas obras permite conhecer povos, paisagens, lugares, saberes, manifestações, linguagens, costumes e itinerários que se dispõem a explicar as origens e o aspecto diverso de nossa cultura.

A valorização das coisas e gentes do Brasil fomentada por esses acervos pode servir de inspiração para que outras instituições trilhem caminhos semelhantes. Participar desse seminário em comemoração aos dez anos da BBM, num espaço que representa, como poucos no país, a ideia de “brasiliana” – a ponto de adotá-la em seu próprio nome –, me permite enfatizar a relevância desse lugar. Não por acaso, o Sesc e a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin mantêm há anos diálogos constantes, a partir do empenho que nos une: colaborar para o desenvolvimento das pessoas por intermédio de uma leitura profunda de nosso país.

OS ACERVOS NO BRASIL

Tomando, então, como premissa as características de uma brasileira, pontuo aqui alguns aspectos da experiência desenvolvida pelo Sesc São Paulo na constituição

² Acerca da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, conferir os artigos: “Uma Brasileira para o Leitor do Século XXI”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, vol. 6, pp. 375-390 e Thiago Lima Nicodemo, “A Invenção das ‘Brasileiras’ no Século XX: Alguns Capítulos da História da Coleção Guita e José Mindlin”, *Revista BBM*, vol. 1, n. 1, pp. 135-143, 2018.

e gestão de acervos, em especial aqueles que incluem representações do Brasil. Cito três iniciativas como forma de exemplificar as estratégias de preservação e difusão empreendidas pela instituição nesse campo.

Acervo Sesc de Artes

Formado por obras de diferentes matizes estéticas e oriundas de variados períodos, o Acervo Sesc de Arte, coleção permanente da instituição, conta com mais de 2 200 obras, incorporadas por meio de aquisição ou doação. Figuram nesse conjunto os trabalhos de artistas como Tomie Ohtake, Carlito Carvalhosa, Anna Bella Geiger, Nelson Leirner, Claudia Andujar, Mestre Molina, Adriana Varejão, Geraldo de Barros, Carmela Gross, entre outros. Práticas de conservação e restauro são realizadas de forma preventiva e continuada, no intuito de garantir a salvaguarda e a qualidade de exibição e fruição do acervo.

Expostas em sua maioria nas Unidades do Sesc, para além de compor um patrimônio de artes visuais, serve também como suporte para ações socioeducativas e de mediação; bem como são frequentemente emprestadas para outras instituições, a fim de constituírem mostras de diversas curadorias. Por ser especializada em artistas brasileiros, este acervo oferece um rico painel da diversidade de imaginários que compõem nosso quadro cultural.

**Centro de Pesquisa Teatral (CPT_SESC)
e Acervo Pessoal do Diretor Antunes Filho**

Criado pelo Sesc em 1982, com o objetivo de promover a formação de atores e técnicos comprometidos com a criatividade e a reflexão acerca do fazer teatral, o Centro de Pesquisa Teatral, que até 2019 esteve sob a direção de Antunes Filho, oferece cursos, oficinas e espetáculos marcados por experimentações estéticas e pelo desenvolvimento de um método apoiado em estudos e técnicas de interpretação. Toda essa produção conta com diversos registros, como programas, prospectos, cartazes, matérias de jornais, fotografias, vídeos e figurinos dos espetáculos, que contribuem para conhecer diferentes aspectos da trajetória do CPT ao longo dessas quatro décadas.

Por representar um desafio a que nos propusemos desde 2010, num campo de atuação ainda pouco desenvolvido no país, gostaria de detalhar o tratamento do acervo de indumentária, caracterizado pelos trajes e acessórios utilizados em cena. É importante ressaltar que seu tratamento demanda metodologia específica, que envolve os seguintes passos:

- a compreensão do contexto de produção, por meio da pesquisa em material iconográfico e audiovisual;
- a identificação e o agrupamento dos figurinos por espetáculos;
- a recomposição de peças de vestuário eventualmente dissociadas;
- o inventário, acompanhado de um diagnóstico do estado de conservação, que consiste na quantificação e na observação dos danos e necessidades de intervenção;

- a higienização e os reparos, conduzidos por especialistas, respeitando, por exemplo, as técnicas e o material de confecção;
- a sistematização das informações a partir da catalogação;
- o acondicionamento e a guarda em reserva técnica em condições apropriadas.

As etapas de higienização e reparo dos figurinos foram realizadas por profissionais com passagem anterior pelo CPT, como cenógrafos e figurinistas, que trouxeram sua *expertise* e contato com os bastidores do grupo para a realização do trabalho. Esses trajes e acessórios foram fotografados no palco do Teatro Anchieta, e parte desses registros está disponível na internet, na plataforma do Sesc Digital, nas Coleções e Acervos Históricos CPT_SESC, no formato de exposições virtuais, contendo também outros documentos acerca dos espetáculos, no intuito de divulgar e difundir o acervo para o público.

Soma-se a esse conjunto, o acervo pessoal de Antunes Filho, cedido em comodato pela família, composto por documentos diversos e por uma biblioteca formada por quase oito mil títulos – tendo alguns deles dedicatórias, que servem de indícios de suas relações pessoais e de sociabilidade, e anotações feitas pelo diretor nas margens. Juntos representam material importante para o estudo da história do teatro brasileiro.

Nomes como Luís Melo, Giulia Gam, Lee Taylor, Marcos de Oliveira – além de Laura Cardoso e Raul Cortez, como convidados – passaram pelo CPT em espetáculos reconhecidos pelo público e pela crítica. Cito as montagens de *Macunaíma*, *Nelson 2 Rodrigues*, *A Hora e Vez de Augusto Matraga*, *Vereda da Salvação*, *Policarpo Quaresma*, *A Pedra do Reino*, baseados, respectivamente, nas obras de Mário de Andrade, Nelson Rodrigues, Guimarães Rosa, Jorge Andrade, Lima Barreto e Ariano Suassuna, como exemplos de textos de autores nacionais, para além dos textos consagrados de Shakespeare e das tragédias.

O profundo interesse pela nossa cultura, observada não apenas nas adaptações da literatura brasileira aos palcos, mas também na crença de um teatro concebido a partir de referências locais, aliada à incorporação de elementos da filosofia oriental na constituição do seu método, conferem um traço de singularidade à brasilidade de Antunes Filho³.

Projeto Relicário

Por fim, cito uma ação recente: o projeto Relicário, dedicado à difusão de registros audiovisuais do acervo da instituição, que contou com o lançamento, em formato digital, da gravação de um *show* do icônico cantor e compositor João Gilberto, realizado em 1998, no Sesc Vila Mariana, e inclui no repertório uma música até então inédita. Trata-se do primeiro de uma série de lançamentos que conectam o campo musical com a valorização da memória cultural brasileira.

3 Sebastião Milaré, *Hierofania: O Teatro Segundo Antunes Filho*, São Paulo, Edições Sesc, 2010.

Na impossibilidade de reproduzir ou alcançar eventos do passado tal como aconteceram, os historiadores voltam a sua atenção aos registros, por vezes lacunares e imperfeitos, de épocas anteriores, a partir de questões propostas no presente, para atender a demandas e inquietações da sociedade na contemporaneidade. Desse modo, o que se entende por memória ganha contornos móveis, nada estanques, permeados pela subjetividade de quem se propõe a analisar o passado para compreender os tempos atuais, evidenciando, assim, a ideia de uma (re)construção constante da memória⁴.

Consciente dessas questões e tendo a memória como um dos valores que balizam sua presença na sociedade, o Sesc São Paulo, na ocasião da comemoração dos sessenta anos, criou seu centro de memórias, o Sesc Memórias⁵. Esse programa tem por objetivo reunir, organizar, preservar e difundir os documentos históricos da instituição, referentes às diferentes áreas de atuação – alimentação, atividades físicas e esportivas, saúde, dança, teatro, música, turismo, meio ambiente e ações voltadas aos idosos, jovens e crianças – que caracterizam sua programação, destinada, prioritariamente, aos trabalhadores do setor do comércio e serviços. De interesse público, essa documentação está disponível para consulta e pesquisa por parte dos funcionários do Sesc, acadêmicos, jornalistas, gestores e produtores culturais e demais interessados em conhecer aspectos da trajetória longa da entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O PORVIR DAS BRASILIANAS

Sem a pretensão de colocar um ponto final no assunto, gostaria de elencar algumas questões que se fazem presentes nesse primeiro quarto do século XXI e despontam como desafios para as instituições mantenedoras de acervos.

A primeira diz respeito aos dilemas oriundos da gestão e preservação de documentos em ambiente digital. As dificuldades decorrentes da fragilidade dos suportes e da obsolescência de *hardwares* e *softwares*, provocadas pelas mudanças tecnológicas, são tópicos debatidos por bibliotecas, arquivos e museus. A definição de normas e padrões de armazenamento e compartilhamento, que garantam a integridade e a autenticidade dos documentos, de forma a assegurar o acesso contínuo à informação em meio digital, faz-se urgente⁶.

4 Ulpiano T. B. de Menezes, “A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 34, pp. 9-23, 1992.

5 Danilo S. Miranda (org.), *Memória e Cultura: A Importância da Memória na Formação Cultural Humana*, São Paulo, Edições Sesc, 2007; Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, *Centros de Memória: Uma Proposta de Definição*, São Paulo, Edições Sesc, 2015.

6 A bibliografia acerca do assunto é vasta, o que indica a preocupação crescente com o tema. Utilizo aqui a referência: Humberto C. Innarelli, “Preservação Digital e seus Dez Mandamentos”, em V. B. Santos, Humberto C. Innarelli e R. T. B. Sousa (org.), *Arquivística: Temas Contemporâneos: Classificação, Preservação Digital, Gestão do Conhecimento*, 3. ed., Distrito Federal, Senac, 2009.

A segunda faz menção às possibilidades de ampliação do que se compreende por “brasiliana”, a partir do acréscimo de obras que abarquem um recorte temporal maior, incluindo documentos produzidos nos séculos xx e xxi, ou de registros em diferentes formatos, inscritos em outros suportes, para além do papel e da cultura escrita⁷. Refiro-me tanto a essa produção digital que cerca nosso cotidiano – e põe em xeque, inclusive, o que se convencionou chamar de “suporte” – quanto aos bens materiais e imateriais dos povos originários e dos territórios periféricos.

Evidentemente, toda revisão de conceitos e práticas deve ser feita a partir de reflexões e debates, para que se possam incorporar as demandas e expectativas de diferentes grupos, sem perder de vista a razão da existência das brasileiras, isto é, entender o Brasil. Desse modo, quem sabe, no futuro, será possível pensar nos acervos do Sesc como parte de uma brasileira, ou mesmo uma “Brasileira Sesc”.

A terceira está relacionada ao caráter educativo, geralmente associado às ações de difusão, mas que perpassa outros setores, como a gestão e a preservação, podendo reverberar na dinâmica entre instituição e comunidade. Do prédio que abriga os documentos às medidas de salvaguarda e gerenciamento de riscos, do horário de funcionamento aos espaços para atendimento ao público, do material utilizado na mediação à capacitação permanente do corpo técnico, da transparência nos processos ao planejamento do trabalho, enfim, de uma série de princípios e rotinas que demandam constante reflexão acerca de suas próprias práticas e modos de fazer.

Para concluir, retomo a ideia de uma biblioteca viva, dinâmica, disposta a acompanhar as transformações da sociedade, defendida por Guita e José Mindlin. Seu acervo compreende parte significativa do patrimônio cultural do país. Um legado composto por livros e documentos. Formar e manter um acervo histórico e bibliográfico pode contribuir para entender mazelas e virtudes do Brasil, mas contém também um aprendizado acerca do papel desempenhado pela valorização da memória e dos bens culturais – materiais ou imateriais – na afirmação da cidadania e do direito à cultura como práticas.

Um lugar, portanto, que contribui para estabelecer pontes entre passado e presente. Isso acontece quando, ao tornar público o acesso a seu acervo, ou na promoção de discussões públicas, procura formular perguntas e oferecer respostas que convergem para a construção e/ou manutenção de identidades, da noção de pertencimento – em suma, daquilo que nos define e nos faz brasileiros.

Que essa noção de brasilidade, ao invés de nos amarrar a um conceito estático, seja tão viva e dinâmica quanto a biblioteca dos sonhos de Guita e José Mindlin. Afinal, uma das vocações dos lugares que transpiram cultura é ensejar movimentos rumo a um futuro mais diverso e igualitário.

⁷ Acerca dessa importante discussão, conferir Christina Queiroz, “Bibliotecas Brasileiras Buscam Atualizar Acervos”, *Pesquisa Fapesp*, edição 317, julho de 2022.





Brasileira Iconográfica: A Experiência do IMS

Julia Kovensky

Instituto Moreira Salles

357

A criação da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, na Universidade de São Paulo, foi um farol para nós do Instituto Moreira Salles e para mim em particular. Naquele momento, apesar das tradicionais dificuldades que o mundo dos acervos sempre enfrentou, experimentávamos um período promissor. As discussões sobre cultura digital estavam em alta, alavancadas ao longo de anos pela atuação de um Ministério de Cultura comprometido com o assunto, que viu nas novas ferramentas que surgiam com ela uma chance real de democratizar o acesso à informação. Isso era muito inspirador para quem, como eu, tinha todo interesse em enxergar um futuro profissional nesse campo.

A Mindlin surgia como um espaço alinhado a esse movimento. Onde, além de manter o histórico comprometimento com a formação de seu acervo bibliográfico e com o trabalho de conservadores e pesquisadores, passou a abrigar e a estimular discussões em muitas frentes, que iam da digitalização de obras e documentos ao uso de *software* livre para sua catalogação e difusão *on-line*. Ali se misturavam os universos público e privado e submetiam-se discussões que estavam candentes em políticas públicas à erudição de pesquisadores acadêmicos.

De fato, estávamos vivendo um momento de busca por novos caminhos e estratégias, que permitia que pessoas com diferentes vivências e repertórios se encontrassem em um mesmo ambiente. Lembro minha grata surpresa quando

reencontrei pessoas com as quais tinha participado do movimento de rádios livres na faculdade e soube que estavam trabalhando no laboratório de desenvolvimento da plataforma de catalogação e difusão do acervo, que, depois da robô de digitalização Maria Bonita, recebeu o lindo nome de Corisco.

Quando começamos a planejar a disponibilização *on-line* do acervo do Instituto Moreira Salles, naturalmente, a experiência da Mindlin era uma referência. Naquele momento, assim como outras instituições, como o Instituto Hercule Florence, nos juntamos à equipe da Mindlin e criamos, com a ajuda da Corisco, uma base experimental com o acervo de Iconografia do IMS.

Aquela primeira base não seguiu adiante, depois acabamos optando por outro caminho, mas nada foi perdido, a estruturação das informações e, principalmente, o exercício de trabalhar em um projeto colaborativo, encontrando pontos e linguagens comuns entre equipes de diferentes instituições, foi fundamental para preparar, a nós no IMS, para os desafios que passaríamos a encarar nos anos seguintes.

O Instituto Moreira Salles é uma instituição singular na paisagem cultural brasileira. Tem um vasto acervo distribuído em quatro assuntos principais: fotografia, em mais larga escala, música, literatura e iconografia. De Pixinguinha a Carlos Drummond de Andrade, de Marc Ferrez a Claudia Andujar, são centenas de titulares e autores com arquivos e coleções que reúnem a mais variada gama de objetos, documentos e obras de arte.

Todo o acervo do IMS é voltado para a cultura brasileira, portanto cada uma dessas frentes poderia ser tema de discussão nesta mesa, no entanto, vou me ater à área que batizamos de Iconografia, que está sob minha coordenação. Acho importante contar um pouco de como se deu sua formação para que entendamos como o Brasil vai parar dentro dos acervos.

A área de iconografia do IMS se dedica à pesquisa, à conservação e à difusão de um acervo sobre a cultura gráfica brasileira. Reúne desenhos, gravuras e arquivos pessoais de artistas gráficos, que ajudam a formar um panorama sobre a história da imagem impressa no Brasil.

Sua criação se deu em 2008, quando o IMS adquiriu a Coleção Martha e Erico Stickel (Fig. 1), uma Brasileira composta por cerca de 1 500 obras, realizadas em sua maioria por artistas e naturalistas europeus, que retrataram aspectos do Brasil a partir de viagens feitas por eles ou de relatos que ouviram. Entre os mais de duzentos autores presentes nessa coleção – pintores, desenhistas, gravadores e editores – encontram-se nomes caros a estudiosos da iconografia nacional, como Rugendas, Debret, Briggs, Cicéri, Martinet, Von Martius, entre outros, e autores menos conhecidos, como Marguerite Tollemache e Franz Joseph Frühbeck, que permitem ampliar os estudos sobre o período.

A essa coleção se juntaram outros conjuntos, que já existiam na instituição, mas que então passavam a ser reunidos em uma área dedicada a seu estudo e preservação. Eram também registros iconográficos do Brasil do século XVII ao XIX. Entre eles, aquarelas de Franz Keller, as aguadas do pintor e militante dinamarquês



FIG. 1. Charles Othon Frederic Jean-Baptiste de Clarac, *Forêt Vierge du Brésil*, c.1822, Coleção Martha e Erico Stickel. ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Harro-Harring e os desenhos do inglês Charles Landseer. As obras de Landseer, acrescidas de alguns desenhos atribuídos ao pintor inglês William John Burchell, compõem o *Highcliffe Album*, um conjunto que reúne uma documentação visual rara e de extrema beleza com representações em desenho e aquarela de paisagens, arquitetura e costumes do Brasil imperial.

A riqueza das obras que compõem essas coleções não se limita ao valor estético ou artístico que elas certamente têm. Essas imagens, que muitas vezes circulavam em publicações, periódicos, *souvenirs* ou folhetos, faziam parte da vida cotidiana de quem as consumia e abarcam desde registros científicos até desenhos amadores realizados em diários íntimos e pessoais. Elas ofereciam a seu observador na época, e continuam oferecendo, um discurso sobre como era o Brasil e o que acontecia dentro de seu território. E esse, como todo discurso, pode ser analisado, compreendido e questionado.

Em 2013, passamos por uma grande virada na área de iconografia do IMS: recebemos por meio de um contrato de comodato o acervo de Millôr Fernandes e, com ele, expandimos o trabalho para acervos do século XX. De grandes proporções, a obra gráfica de Millôr conta com mais de oito mil desenhos originais, um conjunto de volumes encadernados com toda sua produção publicada e seu arquivo pessoal. Mas, muito mais do que titular de um número significativo de obras e documentos, Millôr foi um autor que analisou criticamente a vida cotidiana nacional nos principais jornais e revistas ao longo de sete décadas, e por meio dos seus guardados é possível acompanhar a política, os costumes e as contradições tanto de seu autor quanto de um país que, como ele dizia, tem um enorme passado pela frente.

A chegada desse acervo ampliou e modificou profundamente a atuação do departamento de iconografia, conceitualmente, mas também tecnicamente. Nossa abordagem, que até então era apenas museológica, catalogando item a item, como obras de arte, começou a parecer insuficiente. Recorremos então à arquivologia e sua metodologia de descrição na tentativa de compreender melhor as relações entre os documentos e seus contextos de produção. Passamos a contar com novos colaboradores, e abriu-se caminho para a incorporação de outros arquivos e coleções, como a de J. Carlos, responsável pelas ilustrações das principais publicações cariocas das décadas de 1920, 1930 e 1940 (Fig. 2). E mais tarde da chargista Hilde Weber, bem como do cartunista Claudius e do caricaturista Cássio Loredano. Estes dois últimos, vivos e atuantes, acompanham de perto o trabalho que fazemos com seus arquivos.

Atualmente, temos duas linhas de trabalho que organizam nossos projetos de pesquisa e norteiam a formação de nosso acervo: uma brasileira, voltada para a iconografia brasileira produzida até o final do século XIX, e outra voltada para a imprensa ilustrada, com arquivos e coleções de artistas gráficos que atuaram ao longo do século XX.



FIG. 2. José Carlos de Brito Cunha (J. Carlos), *Para Todos...*, 1927. Coleção Eduardo Augusto de Brito e Cunha. ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Uma das nossas principais missões é dar vazão a esse enorme conjunto de obras e documentos, tornando-os acessíveis ao público geral e a pesquisadores. Para isso criamos diversas estratégias. As exposições e as publicações são, sem dúvida, as mais noticiadas e as que permitem que o grande público tenha um contato privilegiado com os originais, mas é no meio digital que conseguimos atingir um maior número de pessoas.

E isso nos aproximou novamente da Biblioteca Mindlin.

Em 2017 nos juntamos a outras três grandes instituições: a Biblioteca Nacional, a Pinacoteca do Estado de São Paulo e o Itaú Cultural, e criamos o portal *Brasiliana Iconográfica*. A intenção com a criação do portal, além de ampliar o acesso aos acervos, era contornar uma limitação intrínseca às coleções brasileiras: reunir obras de um mesmo autor, assunto, ou período que, por pertencerem a diferentes instituições, dificilmente poderiam ser vistas juntas.

Por uma série de motivos, é comum que, ao longo do tempo, conjuntos se dissociem e tenhamos acesso apenas a uma parte do arranjo original. Muitas das publicações características das coleções brasileiras eram comercializadas em fascículos, colecionadas e eventualmente encadernadas. Essa natureza fragmentada colaborou para que muitos conjuntos chegassem incompletos ou que mais tarde fossem intencionalmente divididos para serem comercializados estampa a estampa, com a intenção de alcançar um maior valor. Assim, livros são desencadernados e imagens são vendidas desacompanhadas do texto, de maneira avulsa, ou em pequenos conjuntos, e a obra vai se desintegrando. Isso ocorre em muitas coleções e acaba gerando uma visão limitada sobre a produção de um autor ou sobre uma determinada obra.

A *Brasiliana Iconográfica* é, portanto, uma plataforma digital que pretende reunir em um mesmo espaço obras de instituições públicas e privadas, brasileiras ou estrangeiras, alinhadas a um recorte temático temporal. No final de 2022, tivemos a honra de passar a contar com a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin como parceira no projeto, e obras de seu acervo já podem ser vistas no *site*.

A experiência com esse projeto é bastante significativa, na minha opinião, para entender como as coleções brasileiras podem, ou não, ser instrumentos fundamentais para a preservação do patrimônio histórico e cultural do país. Por mais ricos e completos que sejam, os acervos só cumprem essa função se forem acessíveis ao público, e para isso é necessária uma enorme vontade política por parte da instituição que os detém. Além dos fundamentais recursos para o processamento dos acervos – nome que damos ao processo que envolve, *grosso modo*, a conservação, a catalogação e a digitalização de obras e documentos –, é preciso estar convencido do compromisso que se assume com a sociedade quando se opta por adquirir bens de interesse público. E a partir daí não medir esforços para contornar os obstáculos que certamente começarão a surgir. Sejam eles de ordem administrativa, jurídica, tecnológica.

No IMS, por exemplo, há muitos anos discutíamos a possibilidade de nos alinharmos a iniciativas tomadas por outras instituições, no Brasil e no mundo, e



FIG. 3. Chegada ao abrigo de Superagui, que fica do lado do norte da Baía de Paranaguá. Imagem presente na obra¹ Hans Staden.

ACERVO BRASILIANA ICONOGRÁFICA

FIG. 4. Aprisionamento de Hans Staden, na Ilha de Santo Amaro, “pelos tupinambás e a sua passagem pelo canal, em frente a Bertioga, de pé na canoa e orando. Da fortaleza são disparados dois grandes tiros”. Imagem presente na obra² Hans Staden.

ACERVO BRASILIANA ICONOGRÁFICA

disponibilizar, da maneira mais livre possível, arquivos em alta definição de obras em domínio público. Isso finalmente aconteceu em 2023, quando conseguimos um consenso e implantamos um botão de *download* na base *on-line* do acervo, para que as pessoas baixem sozinhas e sem complicações as obras de que precisarem.

1 Vans Staden, *Warhaftig Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschfresser Leuthen, in der Newenwelt America gelegen, vor und nach Christi geburt im Land zü Hessen unbekant, biss uff dise ij. nechst vergangene jar, Da sie Hans Staden von Homberg auss Hessen durch sein eygne erfahrung erkant, und yetzo durch den truck an tag gibt. Dedicirt dem Durchleuchtigen Hochgebornen herzn H. Philipsen Landtgraff zü Hessen, Graff zu Catzenelnbogen, Dietz, Ziegenhain und Nidda, seinem G. H. Mit eyner vorrede D. Joh. Dryandri, genant Eychman, Ordinarij Professoris Medici zü Marpurck. Inhalt des Büchlins volget nach den Vorreden*, 1525-1576, p. 34

2 *Idem*, p. 54

Quando começamos a trabalhar na construção da Brasileira Iconográfica, tivemos que fazer uma série de opções: do recorte curatorial que proporíamos ao modelo de gestão que adotaríamos, passando por soluções tecnológicas e de rateio de custos. E assim como lá atrás, em 2013, quando tivemos a experiência de montar uma base experimental usando a Corisco, foi fundamental encontrar denominadores comuns que nos permitissem integrar acervos que vinham de instituições diferentes, com suas culturas institucionais, seus padrões próprios, suas bagagens e experiências pessoais.

Ao pensar no vocabulário controlado que adotaríamos, por exemplo, ao invés de adotarmos um tesouro já existente, ou buscar termos muito específicos, optamos por trabalhar com categorias abrangentes, como períodos históricos, divisões regionais e assuntos que, apesar de estarem em constante revisão, sejam consenso entre todas as instituições. Mas esses processos de convergência exigem muito mais do que adotar um ou outro padrão de metadados; é necessário fazer concessões e entender onde é possível flexibilizar. Esse exercício diplomático, por mais cansativo que seja, é fundamental para a construção de um projeto coletivo.

Também é preciso quebrar a cabeça pensando em como se relacionar melhor com o público. Na Brasileira Iconográfica, além do acesso às obras, a ideia era criar um espaço de reflexão e debate reunindo, por exemplo, textos de especialistas convidados que, a partir de seus temas de pesquisa, propusessem uma curadoria digital, com as imagens presentes no portal.

Para atrair um público amplo e não especialista, publicamos, a cada quinze dias, pequenos artigos que celebram efemérides, informam a respeito de um determinado artista, período, ou tema, e nos quais tentamos relacionar as obras a questões contemporâneas. Assim, já se discutiu como era a assistência de saúde no Brasil muito antes do SUS, a permanente superlotação nas prisões desde o século XVIII, a dívida que temos com os povos indígenas por conta do ciclo da mandioca, ou ainda, como se dava o aleitamento materno no período escravista.

Atualmente estamos trabalhando na tradução do material já existente no *site* para o inglês. E quem sabe mais para frente consigamos traduzi-lo também para o espanhol.

Esse debate certamente não se encerra aqui. Convido a todos a explorar a Brasileira Iconográfica, os *sites* do IMS, e a nos procurarem para falar sobre eles sempre que quiserem, afinal, são acervos que dizem respeito a todos nós.



A Cultura em Processo de Mudanças Extremas

José Teixeira Coelho Netto

Universidade de São Paulo

365

Tomo como uma obrigação fazer publicamente uma homenagem muito pequena ao casal Guita e José Mindlin. Um casal que eu não consigo dividir, se penso na Guita penso no José, e vice-versa. Extremamente importantes para a cultura do país e desta cidade, dando um exemplo de desapego enorme. Acho que todos sabem que a biblioteca de ambos poderia ter ido para os Estados Unidos, como foram outras coleções de arte do Brasil. Não faço nenhuma crítica àquelas que se foram, porque sabemos, com provas, que estão sendo muito bem servidas lá fora e que estão servindo. Mas o casal Mindlin insistiu em deixar a biblioteca aqui, e a USP recebeu este dom imenso.

Carlos Augusto Calil elencou algumas qualidades da Guita, que poderiam ser também do José, e eu acrescentaria mais uma: a do humor. Estive presente à sessão de assinatura, não me lembro se do acordo de intenções entre o casal e a USP para a criação desta biblioteca, ou se já de fato do próprio acordo final. Naquela ocasião, José fez um discurso curto, que ficou gravado na minha memória. Ele disse que estava assinando apenas um contrato de comodato, de cessão temporária da coleção para USP por algo como noventa anos, findos os quais ele voltaria para ver como estava a coleção. Se estivesse bem, assinaria a doação final... Eu espero que a minha participação ajude José a se convencer de que ela está em boa casa.

Não sendo um especialista em conservação, nem em bibliotecas, apesar de ter vivido a maior parte da minha vida universitária em um departamento que se dedica a isso, entendi que minha apresentação poderia derivar de um grupo de estudos que atualmente coordeno no Instituto de Estudos Avançados, grupo que se volta para as culturas computacionais, que já estão à nossa volta. A reflexão que farei tem uma marca muito prospectiva. Não se volta para trás, não é retrospectiva. O papel prospectivo é o que cabe à ciência. A ciência é o instrumento do conhecimento humano capaz de antecipar as questões que aparecerão daqui a pouco. Lembro-me, dos meus estudos do colégio, da Tabela Periódica de Mendeleiev, tabela de elementos químicos que possuía espaços vazios reservados aos elementos que ali deveriam figurar, mas ainda não haviam sido identificados, embora a teoria dissesse que ali, naquelas casas vazias, deveriam estar.

Naquele momento em que eu estudava a Tabela de Mendeleiev, ela era um queijo suíço, com um monte de espaços vazios e apenas alguns tantos elementos químicos. Recentemente, revi a Tabela, e ela está completamente lotada, não tem vaga para mais ninguém. Esse é o sinal mais forte da presença de um procedimento científico. Ciência é a capacidade humana de prever o que vai acontecer, e de organizar-se para enfrentar o que vai acontecer. No nosso campo das Humanidades é um pouco de soberba, de arrogância, dizer que temos condições de praticar esse tipo de ciência. Mas temos que tentar, com o que está à nossa disposição.

O grupo de estudos dedicado às culturas computacionais tem exatamente essa preocupação: estudar o que já está aqui e ver o que podemos extrair disso de modo a nos prepararmos, na universidade, para renovar cursos e linhas de pesquisa e não ficar o tempo todo olhando apenas para o passado.

Estudar as culturas computacionais hoje é uma tarefa de Sísifo. Há dezenas, centenas de casos de culturas computacionais, cada um com suas propriedades, efeitos e modos de participação. Fazer apenas uma lista do que existe não é ciência. A lista, no máximo, é um estado juvenil da ciência. Alguém é capaz de ver o que está acontecendo, de elencar aquilo que observa. Já está bem, mas não basta, é preciso transformar essa lista em algo que permita ver o quadro geral de uma maneira realmente germinadora.

O que permite isso é a detecção de uma estrutura orgânica daquilo que se está estudando. E assim foi que me dediquei a tentar encontrar uma estrutura das culturas computacionais, daquelas que estão aqui agora e das que possam vir pela frente. Um colega físico, que faz parte do nosso grupo, tem um problema com a palavra “estrutura”. Ele a considera uma palavra muito complicada, apesar de todos esses anos do estruturalismo, que causaram uma grande mudança na abordagem da antropologia e da cultura em geral. Então, em homenagem ao colega físico e para evitar problemas maiores, prefiro usar aqui a palavra “narrativa”. O que eu vou fazer é uma narrativa de alguns traços dessas culturas computacionais, dos quais selecionei aqueles que têm mais relação com o tema das bibliotecas, da conservação, da leitura, mesmo que não os trate diretamente.



FIG. 1. Casal José e Guita Mindlin, responsáveis pela doação de acervo contendo 32,2 mil títulos que correspondem a 60 mil volumes.
BANCO DE IMAGENS BBM

Identifiquei cerca de vinte desses traços, mas vou abordar aqui apenas alguns que considero mais significativos. O que proponho é um exercício intelectual, pois este é um trabalho em progresso, ainda não é um livro ou uma tese final.

A cultura computacional é, basicamente, automação. Cada vez mais presente em todos os aspectos da nossa vida, a automação tem um aspecto muito peculiar, ao meu entender um de seus efeitos mais agudos: o afastamento do ser humano de todas as atividades com as quais estava envolvido. De praticamente todas elas. Não se trata apenas do motorista de táxi, que daqui a pouco será colocado de lado porque os carros se conduzirão a si mesmos, mas também do professor universitário, do bibliotecário, eventualmente mesmo de um restaurador. A automação está acelerando violentamente a substituição do ser humano pela máquina. É o que acontece nas montadoras de veículos, por exemplo. Hoje as atividades da cultura empregam mais gente no Brasil que a indústria automobilística.

Tenho alguns dados particularmente preocupantes. Cinco pessoas ainda são necessárias para que o Walmart venda um milhão de dólares em produtos. A Amazon, por ter se automatizado num grau elevado, emprega uma pessoa a cada milhão de dólares em produtos vendidos. E o problema é que a Amazon está cada vez mais

vendendo os mesmos produtos que o Walmart. A Amazon comprou a cadeia de supermercados americana Whole Foods, rede de lojas diferenciadas, lojas *boutiques* como se diz hoje. E fico imaginando o que acontecerá quando a Amazon, além de tudo que já vende, instalar-se também nos supermercados. Penso no que pode acontecer em termos de eliminação de vagas de trabalho, algo que já ocorre em São Paulo, na medida em que serão dispensados funcionários que orientam os consumidores, que cobram pela venda: em breve, o consumidor pagará ele mesmo pelo que estiver comprando, exemplo claro de como a cultura computacional vai tirar o homem de circulação.

Um estudo recente da Universidade de Oxford prevê que num período entre cinco e dez anos 47% dos empregos atuais vão desaparecer. Os nossos empregos, na universidade, estão dentro desses 47%? E 47% é uma estimativa conservadora, pois dados mais atuais falam em 50%: a diferença parece pequena, mas se estivermos envolvidos nesses 3% a mais, a situação fica complicada, não é mesmo? A automação crescente é uma realidade, inclusive em nossa área de atuação profissional.

Outro traço, fortemente ligado às questões de conservação, é o da impermanência. Em outras palavras, o desaparecimento da matéria, a virtualidade extremada. Todos nós sabemos como o *hardware*, o próprio equipamento, não só o *software*, muda. Comecei minha carreira acadêmica pouco antes do aparecimento dos *floppy disks* maleáveis. Tenho centenas deles em casa, com os quais não posso fazer mais nada. O próximo passo foi o disquete pequeno. Idem. Depois, o CD. Idem. Agora tenho um *pendrive*, como todo mundo tem. Qual a durabilidade disso? Qual a durabilidade da informação nele contida?

Antes do computador, eu escrevia à máquina – não sou do tempo em que se escrevia à mão – e produzia aquilo que recebia o nome de originais. Não existe mais o original, no sentido físico do termo. O escritor contemporâneo, quando esgota seu veio de criação e nada mais tem a vender, não mais pode considerar vender seus originais, como fazia o escritor moderno e os que o antecederam e que escreveram, todos, à mão. O que o escritor contemporâneo tem ou teria para vender é uma coisa anônima, sem cheiro, sem gosto, sem nada, sem consistência, sem materialidade: ele não tem nada, tem um arquivo digital que não traz as marcas de suas correções, nem a do copo de vinho que talvez tenha pousado sobre uma página, nem mesmo vestígios de seu DNA que impregnaram o papel onde escreveu. Essa é a impermanência, outra narrativa das culturas computacionais, ao lado da automação.

Uma terceira narrativa das culturas computacionais é a desintermediação. Em choque frontal com a área da universidade, de bibliotecas e do ensino. No século passado, por volta dos anos 1980, eu costumava dizer que a era dos explicadores estava acabando. Aquele era o último século dos explicadores, que eu não chamava de intelectuais, porque talvez na segunda metade do século XX os intelectuais já estivessem... desaparecendo. O momento dos intelectuais foi até a primeira metade do século XX, depois, tenho a impressão de que sobraram apenas os explicadores. Mas também os explicadores estão sumindo e vão sumir. O que nós temos hoje é,

efetivamente, uma situação tal em que todos aqueles que ficavam entre a fonte (da informação, do conhecimento) e o receptor estão desaparecendo e sendo substituídos pela máquina.

Há centenas de exemplos disso. Vamos começar pelo livro. Cito a série de livros de E. L. James, *Cinquenta Tons de Cinza*, porque ela é um exemplo perfeito da queda quase irreversível do processo de mediação que foi a produção do livro até bem recentemente. Essa autora escreveu o livro no computador, colocou-o na internet e fez um sucesso estrondoso por conta própria. Só depois uma editora apareceu e fez um contrato para imprimir o livro. Depois vieram os filmes e tudo mais. Nesse caso, todas as intermediações entre o escritor e o leitor foram, no mínimo, condensadas.

Cada uma das quatro fases do sistema de produção cultural – produção, distribuição, troca (geralmente, na nossa sociedade, requerendo o dinheiro) e uso efetivo do bem produzido – tem seus problemas. Como produzir e, se for o caso, quais são os subsídios para a produção; como distribuir; como ter acesso ao bem produzido; e, uma vez tendo o livro na mão, como de fato apropriar-se daquele livro, tornar aquele conhecimento subjetivo e incorporá-lo.

Antes, quando alguém queria escrever um livro, precisava vencer uma primeira barreira, a da edição. O editor era (e continua sendo) o primeiro e grande crítico literário: “Seu livro eu aceito, seu livro eu não aceito”. Hoje o autor não precisa mais passar por esse crivo. Depois de publicado, o livro precisava ser distribuído. Fisicamente. Como distribuir um livro no Brasil, com as pouquíssimas livrarias que existem, e que existem cada vez menos? Agora, não há mais esse problema, pois, a distribuição é feita pelo próprio computador e quase todo mundo tem um computador ou tem acesso a um. Às 11 h 59 min eu leio em um jornal digital estrangeiro que saiu um livro fantástico da minha área, às 11 h 59 min 30s eu faço o pedido do livro e pago por ele, à meia-noite o livro está comigo, às 0h 1 min já estou lendo. A etapa de intermediação da distribuição sumiu. A troca é hoje amplamente facilitada desde que você tenha algum dinheiro.

Há uma tendência, por enquanto, de que o livro digital custe um pouco menos do que o impresso, o que daqui a pouco talvez se altere. Mas a antiga cadeia de intermediação tende a desaparecer. Idem no cinema. Antigamente você filmava, revelava o filme e o transformava em uma película em seguida acondicionada em latas; as latas tinham que ser postas no caminhão, o caminhão levava até a distribuidora – se ela aceitasse –, que entregava aos cinemas – se eles aceitassem. Isso acabou. Você grava o filme (não há mais uma fita física), coloca o filme diretamente na internet e o distribui para uma rede de cinemas. A intermediação está desaparecendo.

A detenção de uma fonte de informação pelos explicadores também está desaparecendo. Se você está conversando com amigos e tem uma dúvida sobre qual foi o ano em que algo foi feito, quem fez o quê, você tira do bolso ou da bolsa o celular e resolve o problema. A intermediação sumiu de quase todos os aspectos. Até mesmo do diagnóstico médico. Há máquinas que fazem diagnósticos completos. O Dr. House, da série de televisão homônima, vai perder o emprego – e nós, o filme em que ele

aparece... Não mais se requer, a rigor, um ser humano para fazer um diagnóstico: a máquina faz isso, e ela pode inclusive operá-lo. A desintermediação é outra das narrativas centrais do novo tipo de cultura que estamos vivendo.

Há também a individuação. Sobretudo no século xx, o grande século de difusão, de cultura de massa etc., tudo o que nós fizemos foi trabalhar para – como dizem as empresas de *marketing* e publicidade – segmentos da sociedade. A ideia de segmentos está desaparecendo, porque é possível, hoje, atender, tocar, acionar as pessoas individualmente. Ainda que não tenha sido o determinante, um dos fatores que contribuiu para a eleição de Donald Trump foi o fato de duas empresas terem, uma, 240 milhões, e outra, duzentos milhões de perfis de norte-americanos cujas preferências passaram a conhecer e com os quais podiam falar diretamente, um a um. Obviamente em algum momento esses dois números não se somam, se sobrepõem, mas a quantidade de pessoas é incrível. Essa quantidade enorme de informação possibilitou que nos dias finais da campanha, Trump comprasse todo o tempo disponível no YouTube e veiculasse anúncios específicos para lotes reduzidos de pessoas. Você não ia votar no Trump porque ele é racista? Tem um vídeo para isso. Porque ele é contra o Estado? Tem um vídeo para isso. Nós nunca encontramos antes essa situação.

A individuação se espalha para outros campos, em alguns países mais do que outros, conforme o grau de sofisticação ou modernização tecnológica. Pense, por exemplo, no caso das roupas. Aqui no Brasil nós ainda compramos roupas em três ou quatro tamanhos. Pequeno, médio, grande e extragrande. Nos Estados Unidos, você entra numa loja de roupas e encontra três ou quatro medidas de cintura que se combinam com três ou quatro comprimentos de perna, de tal forma que é praticamente impossível você sair da loja sem uma calça que sirva. A menos que você esteja completamente fora do quadro – mas aí é problema seu, não da loja. E não há ninguém para fazer a bainha da calça ou do paletó, porque há um tamanho de paletó para você. Mas isso é pouco: daqui a dois ou três anos a loja fará na hora o terno para você. Não sei se é possível imprimir um terno em 3D, mas sei que é possível imprimir um coração, então deve ser possível imprimir uma calça.

Como isso pode se projetar no campo da cultura? Antes, nós, escritores, diretores, produtores de filmes, fazíamos filmes para segmentos definidos. Não vou dizer nem predizer que o segmento irá desaparecer. Mas é claro que podemos prever, como possibilidade, produtos culturais para *o um*, para um indivíduo. Podemos aqui abrir um parêntese para falar de coisas das quais não se deve falar; mas, o fato é que um livro bom, de alta literatura, que realmente valha alguma coisa, não foi feito para um público, foi feito para o próprio escritor, para *o um*. Ele faz aquele livro porque precisa daquele livro, que está descobrindo enquanto o escreve.

Vamos citar *Finnegans Wake*, que James Joyce levou 21 anos para escrever, ou mesmo *Ulisses*, que consumiu catorze anos de sua vida. Vocês que já leram *Ulisses* sabem que é difícil, e vocês que já tentaram ler *Finnegans Wake* e não conseguiram, sabem que essa é uma missão quase impossível. James Joyce o leu. Haroldo de Campos também, ele que traduziu *um* capítulo do *Finnegans Wake*... O fato é que

um livro bom é para o autor, para o um. Não é impossível que daqui a um tempo possamos fazer livros e filmes para um.

Quando falei da desintermediação, esqueci de mencionar o exemplo da Netflix, com todas suas consequências sociais – estou falando de convivência na sociedade, não de ideologia propriamente. Lembro-me que íamos em quatro, cinco amigos ver *La Dolce Vita* no Cine Coral, na Sete de Abril. E depois íamos para um bar discutir o filme. Agora eu vejo *La Dolce Vita*, ou equivalente, à meia-noite, em casa, sozinho, enquanto meu amigo está vendo outro filme ou nada. Isso é um exemplo de desintermediação e individuação. O filme apenas para você ainda não existe¹, mas você é senhor do seu tempo e do seu consumo cultural. Qual é a consequência disso no campo das bibliotecas, por exemplo?

A unificabilidade é outra narrativa extremamente relevante das culturas computacionais. Tudo converge para o um. A espécie humana, até agora, existiu por causa da diferenciação. Nós estamos aqui por conta disso. Eu não sou da área, mas sei que aquelas bactérias foram se diferenciando, e aqui estamos nós. E depois fomos nos diferenciando em termos de sociedade. Em 2005, a diversidade tornou-se um valor defendido pela ONU, pela Unesco, estamos vivendo esse processo. Mas as culturas computacionais tendem à unificação.

Pensem em coisas muito simples: vamos supor que você pertença à fatia ainda relativamente restrita dos que têm um carro. Até pouco tempo atrás, você precisava ter um telefone, um tocadour de fita, um relógio, um gravador pequeno e um GPS. Hoje todos os cinco ou mais aparatos diferentes estão reunidos no celular. A propensão das culturas computacionais é fazer tudo convergir para uma coisa só e tudo tornar indissociável. As consequências políticas e ideológicas disso são enormes, além das existenciais, das quais cada um de nós já tem uma ideia pois já está vivendo isso.

O Estado quer sempre ser um, como sabem aqueles que viram filmes de Jean-Luc Godard. É mais fácil governar se todos os duzentos milhões pensarem e consumirem as mesmas coisas. Esperava-se que isso se tornaria mais difícil com a internet, que ela levaria a democracia para todos os lados. Mas vejam o que está acontecendo com a China, que dá belos exemplos de como é possível, sim, controlar a internet, inclusive com a cumplicidade da Google, que, muito interessada no mercado chinês, está se dobrando às exigências censórias de seu governo, que já tem a possibilidade de bloquear o Facebook, o Twitter e tudo aquilo que não quiser. Então, o que vai convergir para a unificabilidade, e quem vai controlar tudo isso?

Falemos da combinatoriedade. No campo das culturas computacionais, quase tudo pode ser combinado com quase tudo, por critérios os mais diferentes e imprevisíveis. Por exemplo, o sistema de armazenamento de livros da Amazon não segue, até onde sei, os sistemas tradicionais da biblioteconomia. Os bibliotecários podem

¹ Faço a revisão deste artigo em fevereiro de 2019, e o episódio *Bandersnatch*, na Netflix, da série *Black Mirror*, já é um filme quase individual, quase para o um, uma vez que o *Bandersnatch* que vejo pode não ser aquele que *você viu*...

classificar livros por autores, assuntos etc. Já a Amazon estoca livros pela frequência com que eles são comprados e se são comprados juntos, aos pares ou trios, ou não. E não, não se trata de poupar o tempo da pessoa que vai buscar esses livros no estoque, porque é o computador que os busca. Isso, no começo, era chamado de lógica caótica. Meu amigo físico tem chiliques quando conversamos sobre isso. A lógica caótica é aquela que não nos é acessível, cuja chave nos parece fora de alcance – ilógica.

A Amazon também estoca livros pelo tamanho, o que é muito mais racional em termos de espaço. Eu tenho esse problema em casa e adoto essa solução há tempos, meus livros já são há muito estocados por tamanho, não por nenhuma lógica, mas pelas condições físicas da minha estante: neste espaço cabem os livros maiores, neste outro os de bolso, e assim vai. O caos se instala, não acho mais nada. Mas a Amazon, com computadores, acha... Não imaginava que a Amazon copiaria meu sistema patenteado!

Então, estamos nós preparados para uma situação em que quase tudo pode ser combinado com quase tudo e de muitos modos, senão de qualquer modo? Quase tudo pode ser representado pela lógica digital enquanto ela continuar vigorando: o quântico já bate à porta, mas ninguém sabe ainda muito bem como funciona, ninguém conseguiu criar uma máquina quântica confiável², muito menos economicamente acessível. Na lógica digital, tudo pode ser traduzido para zeros e uns. Traduzo um livro em uma sucessão de zeros e uns, assim como uma música, um quadro. Aquilo que antes era chamado, na melhor das hipóteses, de correspondência entre as artes, encontrou agora um modo físico de expressar-se.

Havia um ramo da filosofia estética que tratava disso: a literatura pode conversar com a música? A música pode conversar com a arquitetura? O filósofo Étienne Souriau, por exemplo, se dedicou a isso. Mas com a lógica digital, tudo se corresponde com tudo. Eu posso transformar um livro em zeros e uns e ver os desenhos formados.

Nós ainda vivemos em um mundo de compartimentos herdados do Iluminismo do século XVIII. A separação em gavetas foi um grande avanço da humanidade, quando comparado àquilo que havia antes, a convergência de tudo para o um, nos séculos anteriores, para a Igreja. Não havia arte nem ciência, e sim a arte e a ciência que cabiam à religião. Tudo era uma coisa só, algo que o Iluminismo separou: a arte passa a correr aqui, nesta trilha, a ciência por aquela, a religião por aquela outra. Pois estamos entrando em um outro período, em que as coisas tendem outra vez a recombinar-se num só. E combinando-se, tendem a convergir³. Como isso pode se refletir nas bibliotecas?

Há também a possibilidade de duplicação. Walter Benjamin escreveu o livro que se transformou em uma Bíblia para todos os estudantes de estética, filosofia,

2 Em fevereiro de 2019, já há alguns à venda.

3 Só que, como no conto de Borges “Pierre Ménard, Autor de Quijote”, a recombinação nunca reproduz o mesmo sentido anterior...

sociologia, *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*. Acabamos de entrar definitivamente na época da reprodutibilidade, na época da Grande Reprodutibilidade, tudo pode ser reproduzido. O caráter de coisa única, portanto de coisa valiosa porque única, desapareceu. Posso fazer uma réplica da *Monalisa* em todos os aspectos, inclusive sensoriais. A ideia da originalidade e do valor do único desaparece totalmente. O livro raro, a partir de um determinado momento, não existe mais. A ideia da obra rara, única, singular, não existirá mais. Nossos valores serão alterados em relação a isso.

Para terminar abruptamente essa lista, que de fato continua, posso pensar também em um tema que andou muito em voga nos anos 1970, 1980, sobretudo com Michel Foucault e Roland Barthes, o tema da “morte do autor”. O anonimato, ou a indiferenciação da fonte. Que é autoria? Autoria é acesso à informação? Capacidade de produção? Capacidade de edição?

Aliás, a editabilidade é também uma outra propriedade das culturas computacionais. Hoje você pode editar até mesmo seu DNA. Bem recentemente, uma cientista foi capaz de encontrar um meio de cortar um pedacinho minúsculo de DNA e trocá-lo por outros. Mas voltemos à autoria. O teorema que eu gostaria de ver provado um dia é o seguinte: à medida que se aumentam o acesso à informação, a capacidade de edição e a capacidade de produção, a autoria tende a desaparecer. A indiferenciação tende a aumentar. Sei que o termo “anonimato” é radical, mas ele tende a se instalar. E com o anonimato, a obra cultural, o livro, o filme para um tendem a se tornar realidade.

Escolhi aqui alguns dos vetores da cultura computacional. As mudanças que representam já estão acontecendo e não estamos percebendo. Ou não estamos querendo perceber. Nós não queremos perceber, por exemplo, que o professor está com seus dias contados. Tradutor já não há mais, a rigor. Ou desaparecerá amanhã pela manhã. Se você quiser traduzir um texto do inglês, o tradutor do Google é suficiente, basta apenas alterar talvez 10% ou 20% do resultado dado pela máquina. Ele não traduz bem francês ou italiano, mas inglês sim, bastante bem, pelo menos o inglês simples. O tradutor está desaparecendo. Estou radicalizando, mas não muito. O professor também está sumindo, assim como o condutor de veículos.

São essas pequenas narrativas, comuns a todo um espectro das culturas computacionais, que deveriam nos alertar para aquilo que vai se instalar e para nos convocar a uma renovação de nossas perspectivas e de nosso modo de trabalho. Isso quer dizer que a biblioteca vai se extinguir amanhã, no fim do ano, daqui a cinco anos? Não, pois a preservação, de alguma maneira, supõe-se, continuará existindo. Como a preservação e a conservação podem dar-se, se serão alterados os conceitos de raridade e autoria? Essa era a contribuição⁴, se o for, que podia fazer para esta mesa de debates.

4 A palestra aqui transcrita, pronunciada na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, foi um embrião para o livro de José Teixeira Coelho Neto, *eCultura, A Utopia Final: Inteligência Artificial e Humanidades*, Editora Iluminuras, 2021.



Uma Biblioteca no *Hic et Nunc*

Jurandy Valença

Biblioteca Mário de Andrade

375

Começo minha reflexão com uma pergunta. Como assegurar a fundamental importância das bibliotecas nos tempos atuais? Por que ainda precisamos delas e por que são essenciais em meio ao tsunami de informações que nos atravessa todo dia, a todo momento, por intermédio das mais diversas interfaces? Ainda mais pensando em seus “órgãos vitais”, seu acervo múltiplo e histórico no qual o tempo e o conhecimento se materializam em uma Torre de Babel que, como em Gênesis 11, na Bíblia, “no mundo todo havia apenas uma língua, um só modo de falar. [...] por isso foi chamada Babel, ali o Senhor confundiu a língua de todo o mundo. Dali o Senhor os espalhou por toda a terra”.

E essa “língua” espalhada pela terra, agora muitas, forma desde então o que reforço nas palavras do grande editor, erudito e crítico italiano Roberto Calasso (1941-2021), registradas em sua coleção de ensaios *Como Organizar uma Biblioteca*: “as bibliotecas são mais como organismos vivos do que como catálogos”. Repito: organismos vivos. Mais que tudo, são as pessoas que fazem uma biblioteca e seu acervo existirem. Ser consultada, decifrada, desbravada, ser cais e ser farol.

Uma biblioteca, lembrando do curta-metragem *Toda a Memória do Mundo* (1956) de Alain Resnais sobre a Biblioteca Nacional da França, deve guardar, além do seu acervo, dos seus livros, a memória do mundo materializada nesse objeto que, metafisicamente, lembrando Borges em “A Biblioteca de Babel”, é o seu eixo, o cerne do universo.

O TEMPLO MUNDO

Ainda há no imaginário popular a ideia de que a biblioteca é um lugar sagrado, reservado para poucos. Mas mesmo mantendo a sua aura de “templo silencioso” para estudo, pesquisas e leituras, ela pode e deve se desdobrar em muito mais. Afinal de contas, o acervo – seja de uma biblioteca ou um museu, por exemplo – não é algo morto, para ser apenas estudado, pesquisado. É para ser usado, vivido, redescoberto por outros meios e linguagens, criar novas conexões, relações. Uma biblioteca deve dispor de vários mecanismos atrativos voltados à comunidade leitora, mediante ações de dinamização junto ao público, como oficinas, feiras culturais, projetos de leitura, exposições, saraus, *slams*, performances, música, teatro, cinema, enfim, atravessá-la com outras “línguas”, linguagens além da literatura em si.

Uma biblioteca (e aqui sempre me refiro, também, ao acervo), seja ela pública ou privada, é de suma importância em uma cidade, pois, além da disseminação da informação, exerce um papel social determinante para a inclusão dos indivíduos e comunidades na cultura. Ela desempenha seus vários papéis, que se completam: educacional, cultural, informacional, local de encontro e de lazer, de recreação, de eventos, entre outros, sempre alinhados à sua missão fundamental. Mas, mais do que tudo, ela tem que ser viva. Pulsar como pulsa a cidade. E, mais do que tudo, no *hic et nunc*¹.

A BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

A Biblioteca Mário de Andrade é a maior biblioteca do Estado e a segunda maior do país, quase centenária, que em 2025 completa cem anos da sua criação na rua 7 de Setembro, pertinho de onde se localiza hoje, no prédio *art déco* icônico da arquitetura no Brasil, projeto do francês Jacques Pilon. Desde o começo da minha gestão na instituição, em outubro de 2021, pouco tempo depois do período da pandemia, o seu público aumentou em cerca de 1 500%; um número significativo que se deve – além da volta à “normalidade”, com o retorno presencial da população – a todas essas mudanças engendradas com as atividades que, embora tenham o livro e literatura como eixo, são atravessadas por outras linguagens. Sempre pensando em aproximar cada vez mais suas quatro supervisões, que são os pilares da Mário: Ação Cultural, Acervo, Atendimento e Gestão e Planejamento.

Seu primeiro pilar engendra o processo de ação cultural, no qual pressupõe que as pessoas, a comunidade, a cidade participem de atividades culturais com a maior diversidade possível. E, assim, vivenciem múltiplas experiências que poderão potencializar o seu conhecimento. Essa supervisão é fundamental para que a função cultural se materialize na democratização da informação. Desse modo, ela coloca em foco a função educativa para a formação, acompanhada de outras ações. Não podemos deixar de lembrar que as bibliotecas públicas servem



FIG. 1. Biblioteca Mário de Andrade.

FOTO: SYLVIA MASINI / DIVULGAÇÃO

também como apoio aos alunos do ensino formal, ensino médio e fundamental, para a educação de jovens e adultos, sempre seguindo sua premissa principal, de ser uma instituição que incentiva a prática de leitura, sendo um alicerce da educação formal.

As outras supervisões/pilares, tão ou mais importantes que a primeira, como a de Acervo e de Atendimento – respectivamente com as suas políticas de aquisições sempre levando em conta a bibliodiversidade; e a outra considerando cada vez mais um atendimento mais humanitário – fazem a ponte entre o público e a biblioteca. Fazendo com que a instituição seja um lugar acolhedor, de pertencimento, promovendo ao munícipe acesso ao seu conteúdo, ao conhecimento. (Re)criando sempre um espaço no qual pessoas de diversas etnias, idades, religiões, orientações sexuais, profissões, vertentes políticas, também possam compor o “acervo” dessa biblioteca, que aproxima a comunidade e enriquece muito a percepção sobre o outro, rompendo os preconceitos e promovendo o respeito e a tolerância.

E entre elas, permeando-as, está o “motor”, o “grande olho” que faz com que a biblioteca opere em sua plenitude. A Supervisão de Gestão e Planejamento que, entre outras funções, contribui para a instrumentalização do seu corpo técnico. Cuidando desde o planejamento estratégico, até as compras de bens de consumo,

1 Do latim, “aqui e agora”. [N. da E.]

passando pelas ações de comunicação institucional (interna e externa), a que engendra e acompanha licitações; até cuidar da zeladoria e a gestão das equipes terceirizadas de manutenção, jardinagem, limpeza, vigilância e bombeiros.

A BIBLIOTECA, UM INFINITO - ATLAS MNEMOSYNE

Não posso deixar de lembrar de Aby Warburg (1866-1929), um historiador da arte e criador de uma famosa biblioteca em sua Hamburgo natal, que, com a ascensão do nazismo em 1933, foi transferida para Londres. Ela deu origem ao Instituto Warburg, uma entidade de referência internacional que reúne milhares de volumes e que estabeleceu regras radicais na biblioteconomia ao adotar o princípio organizador do “bom vizinho”. Que me lembra, mais uma vez, quando Calasso dizia que “a melhor ordem, para os livros, só pode ser plural. Não só isso, mas deve ser ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica: geológica (por camadas sucessivas), histórica (por fases, caprichos), funcional (ligada ao uso cotidiano num determinado momento), maquina (alfabética, linguística, temática)”.

Em sua obra seminal, o *Atlas Mnemosyne* (seu nome deriva da deusa grega da memória, Mnemósina), Warburg desenvolveu uma rede iconológica muito particular e peculiar, composta de imagens que ele idealizou, montou parcialmente e deixou inacabada ao morrer, e que reúne 63 painéis. Até recentemente, no final de 2020, só eram conhecidas fotografias em preto e branco deles. Desde o final da década de 1920 os estudiosos e pesquisadores apenas tinham acesso à obra através das fotos que ele mandava fazer quando um painel ficava pronto, para em seguida desmontá-lo e arquivá-lo.

Ele criou princípios inéditos de como operar os mecanismos da memória, da natureza arquivística deste acervo que abriga imagens da arte e da cultura. Em sua busca infinita por arquivar imagens e pensamentos, reflete, na sua investigação incessante e complexa, sobre o pensamento visual e suas possibilidades relacionais, aparentemente improváveis e infinitas. Warburg opera por intermédio da psicologia da imagem, da sua subjetividade. Seu *Atlas* promove novas articulações, (re)montagens cognitivas e visuais em uma discussão dialógica por meio de novas perspectivas e outros significados e símbolos.

Warburg deixa como legado uma outra Torre de Babel, ou uma nova Biblioteca de Alexandria, movida, construída por cada um dos seus milhares de livros, os tijolos para erguer essa obra monumental. Quiçá a biblioteca de hoje espelhe/reflita esse *Atlas*? Quiçá não seja um simulacro de uma nova/outra realidade? Um palimpsesto de camadas de conhecimentos, histórias.

GERAÇÕES X, Y, Z, ALPHA, BETA, GAMA...

Diante do exposto, nesse futuro que é um presente contínuo (como também é o passado), como vamos lidar com as gerações que estão por vir? O desafio é revelar

cada vez mais com assertividade a relevância das bibliotecas para as gerações vindouras. Lembrando das anteriores, a x, a y, a z e a atual, Alpha. Cada uma com suas respectivas características. Nas últimas sete décadas houve inúmeras mudanças geracionais no mundo. Desde a geração x, que abarca quem nasceu entre meados da década de 1960 e início da de 1980. Anos libertários e também de cerceamento de direitos coletivos, tanto na América do Norte quanto na América Latina. Mas a “nova revolução” foi marcada pela geração y, os *millennials*. Aquela nascida entre o começo da década de 1980 e meados da década seguinte, na qual o mundo digital, a tecnologia, se impõe no cotidiano, época em que ocorre a migração do mundo analógico para o digital.

A partir de 1995 quem assume o protagonismo é a geração z, também conhecidos como os *centennials*, que nasceram em plena mudança de século, marcados pelo advento da internet, praticamente com um *tablet* e/ou um *smartphone* nas mãos. Sob o domínio das tecnologias, mediados pelo mundo digital, onde livros parecem obsoletos, quase desconhecidos, e onde o Google é seu “deus”. A geração atual, os que nasceram depois de 2010, é classificada como a geração Alpha. E imagino que as seguintes serão nomeadas de Beta, Gama e por aí vai.

Visto que a capacidade de atenção e concentração da maioria das pessoas foi reduzida, pois nas últimas duas décadas têm sido bombardeadas com a hiperexposição às telas dos celulares, computadores, *tablets* etc., como sequestrar sua atenção? Como lidar com esse Narciso contemporâneo e com o *Black Mirror* de todo dia? O espelho-lago onde todos nós nos debruçamos e rolamos com os mesmos dedos que folheiam as páginas de um livro?

A POLÍTICA DE ACERVO

“Política de Acervo” é um termo amplo e muito utilizado por instituições de guarda de documentos, mas que tem como objetivo principal o seu desenvolvimento, conservação e preservação. Ela garante, por intermédio de aquisições e do desenvolvimento do acervo, que as coleções serão continuadas, renovadas e disponibilizadas de acordo com o propósito da instituição. Construindo, assim, subsídios para a sua própria história. Tendo como norteador o seu *Manual de Normas e Procedimentos*, sua Gestão Documental, a finalidade é sempre a mesma: normatizar e estabelecer diretrizes para a gestão do acervo, além de engendrar o processo de recolhimento, arquivamento e gestão das informações compiladas.

Há diversas Políticas de Acervo adotadas para bibliotecas, arquivos, centro de memórias ou museus, e é ela que garante (ou deveria garantir) a continuidade do processo de seu acondicionamento, catalogação, identificação e indexação, a sua organização, mesmo com uma mudança de equipe, abrangendo toda a especificidade daquele conjunto de documentos.

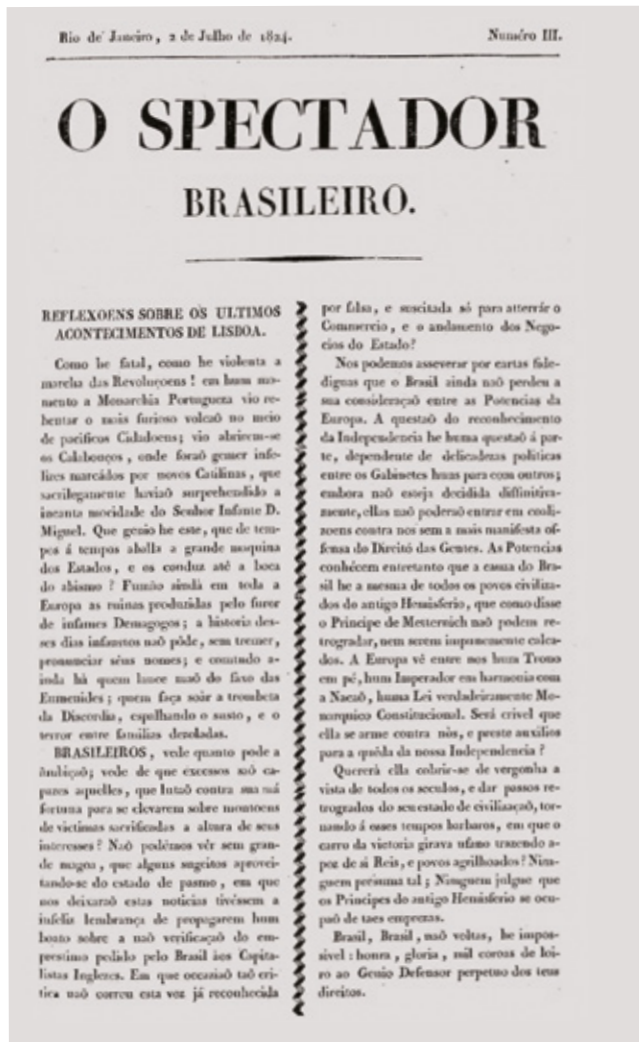
A BRASILIANA NA MÁRIO

A Coleção Brasileira Félix Pacheco é formada de livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive) – e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808. A Biblioteca Mário de Andrade abriga as Coleções Paulo Prado e a Félix Pacheco, que foi descrita em 1969 no *Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Municipal*, e que contém 4600 títulos dos livros mais importantes do acervo da instituição.

Mais de uma década depois, um *Suplemento* foi impresso em 1980, com outros 1200 títulos. Cerca de 33 mil obras raras já foram catalogadas na base de dados *on-line* da BMA, e cerca de duzentos livros, em sua maioria da Coleção Félix Pacheco, foram digitalizados e disponibilizados também virtualmente. Em setembro

FIG. 2A E 2B. Jornal *O Spectador Brasileiro*, n. 3, 1924. É possível localizar, ao final da última página, o nome e endereço da casa impressora (“Typographia de Plancher, impressor-livreiro de sua magestade imperial”).

ACERVO BN DIGITAL



de 2013, a BMA recebeu uma generosa e importante doação do bibliófilo Pedro Corrêa do Lago, com a parte final da Coleção Félix Pacheco que havia ficado com a sua família, sobre o editor, livreiro e tipógrafo francês Pierre René François Plancher de La Noé (1779-1844).

Este pequeno acervo, de 142 volumes, reúne algumas das obras impressas por Plancher ainda em Paris, até 1822. Já no Rio de Janeiro, ele editou o jornal *O Spectador Brasileiro* (Fig. 2A e 2B) e, em 1827, comprou o *Diário Mercantil*, que transformou no *Jornal do Commercio*. Várias destas obras estão descritas no catálogo *Plancheriana*, de 1930, e em outros trabalhos de Pacheco sobre o editor, que representam um importante trabalho sobre o início da imprensa no Brasil. O acervo ficou em posse da família por quase cem anos, tendo sido comprado por Corrêa do Lago na década de 1990 e doado à Biblioteca Mário de Andrade para ser reunido à sua coleção original.

Atualmente a Mário abriga diversas coleções importantes como a da Biblioteca da Câmara Municipal, da Biblioteca do Estado, de Félix Pacheco (7078 obras em 16328 volumes), Paulo Prado, Antonio Baptista Pereira, Pirajá da Silva, Francisco Carvalho Franco, José Pereira Matos, Antonio de Paula Souza, Otto Maria Carpeaux, Alceu Maynard Araújo, José Perez, Paulo Duarte, Massao Ohno e Rubem Amaral Jr.

Em seu Acervo de Obras Raras e Especiais, reúne volumes de livros raros distribuídos pelos seguintes períodos históricos:

- Século xv: 9
- Século xvi: 189
- Século xvii: 581
- Século xviii: 1 000
- Século xix: 5 700 (entre brasileiros e estrangeiros)
- Século xx: 18 500

O ACERVO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS

Criado em 1946 por Rubens Borba de Moraes, o acervo reúne cerca de 56 mil livros catalogados *on-line* no Alexandria (Sistema Gerenciador de Bibliotecas); entre mais de oito mil exemplares de periódicos e 3500 outros documentos, incluindo manuscritos, álbuns de fotografias originais, gravuras, desenhos, cartões postais, folhetos de literatura de cordel e moedas do século XVIII. Seu exemplar mais antigo é a *Summa Theologica Moralis* de Santo Antonino, de 1477; incunábulo (livros dos primórdios da tipografia, ainda muito artesanais, impressos entre 1450 e 1500, que carregam em si características do nascimento da imprensa); obras importantes dos séculos XVI e XVII, como as primeiras descrições geográficas impressas do mundo; os livros ilustrados dos primeiros viajantes que retrataram o Brasil; periódicos publicados na França e na Alemanha, entre 1613 e 1750; a edição original de 1754 da *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert; e os trabalhos de poetas inconfidentes mineiros publicados em Lisboa por volta de 1790, considerados as





FIG. 3. Praça coberta do Espaço Brasiliana: Livraria João Alexandre Barbosa e Auditório István Jancsó, e o IEB ao fundo.

BANCO DE IMAGENS BBM

primeiras obras literárias importantes de autores brasileiros. Do século XVIII, destaque para as obras dos naturalistas Spix e Martius e dos artistas Debret e Rugendas; e, do século XX, livros de arte originais, principalmente franceses, como o *Jazz*, de Henri Matisse; *Cirque*, de Fernand Léger; e *La Prose du Transsibérien*, de Blaise Cendrars e Sonia Delaunay, que estão entre os mais belos e estimados livros de artistas existentes no mundo.

O ACERVO SÃO AS PESSOAS

Uma biblioteca requer a delicada densidade do algodão, um tempo alargado, prolongado para a sua fruição, que requer profundidade e não superficialidade. Parafraseando o bibliotecário e professor americano David Lanke, precisamos esperar sempre mais das bibliotecas e de seus profissionais. Ela não é, pela própria definição reducionista dos dicionários, apenas uma coleção de livros abrigada em um local ou edifício; não. Ela deve ser percebida pela sociedade como algo mais. O conceito de biblioteca deveria ser revisitado, incluindo nele sua verdadeira razão de ser: as pessoas.





**Mindlin e Guita:
Uma Biblioteca Viva e Orgânica de Amor ao Brasil**

Fabiano Piúba

Ministério da Cultura

385

*Nunca me considerei o dono desta biblioteca. Eu e Guita
éramos os guardiães destes livros que são um bem público.*

José Mindlin

Jorge Luis Borges imaginou a biblioteca como um paraíso. Talvez, essa seja a imagem de pensamento que mais traduz a metáfora de um ideal de biblioteca. Uma espécie de paraíso. Se quisermos nos manter ainda à referência bíblica, a biblioteca pode ser também imaginada como uma Torre de Babel: um lugar onde habita um universo de idiomas, línguas e linguagens. Para mim, sempre foi um labirinto paradisíaco. Mas, a imagem mais bonita vem da filosofia africana de que “cada pessoa é uma biblioteca”.

Pois bem, numa conjugação casada, José Mindlin e Guita é uma biblioteca. Ou, para conjugar o verbo de maneira mais adequada, Mindlin e Guita são bibliotecas. Uma biblioteca viva e orgânica que foi pensada, composta, formada, conformada, organizada, sistematizada, encantada pelo tempo de uma história de amor. O amor entre uma mulher e um homem e o amor pelos livros. Então, podemos dizer também que cada pessoa é um livro. Mindlin e Guita são livros. E livros que nos habitam por aqui nesta biblioteca. Ponho-me a imaginar que cada livro foi tocado, restaurado, conservado, visitado e, principalmente lido pelos dois. Ou seja,

foram habitados por eles. Percebem? Os livros aqui são habitados por Mindlin e Guita. Se Borges – ele de novo – nos diz que o livro é a obra substancial criada pelo autor, podemos afirmar que a obra substancial de Mindlin e Guita foi e é a Biblioteca Brasileira.

Gosto de pensar a cultura como um saber/fazer comum. Portanto, solidário e comunitário. Tudo o que sabemos, sabemos entre todos e para todos. A cultura é um bem comum. É um bem e serviço público. Portanto, nada mais belo e digno do que a percepção de Mindlin de que esta biblioteca é um bem público e comum. Este ato ético e estético, político e social é uma prática de cidadania.

Se eles foram guardiões – e ainda o são porque seus espíritos habitam este lugar – a USP é hoje e sempre a grande guardiã deste acervo, desta biblioteca brasileira e brasileira que guarda e difunde uma “extraordinária coleção sobre o Brasil”. Nela encontramos os quatro campos de saber de como a Biblioteca está organizada em suas iniciativas: 1. Estudos Brasileiros; 2. História do Livro e da Leitura; 3. Tecnologia do Conhecimento e Humanidades Digitais; e 4. Preservação, Conservação e Restauração do Livro e do Papel. Cada campo deste é um mundo de exploração e navegação, de estudo e pesquisa, de leitura e de escrita, de investigação e fonte para construção de conhecimentos do e sobre o Brasil.

A biblioteca é um lugar de democratização do acesso ao livro, à leitura, à informação e ao conhecimento. Como dínamo cultural é um centro de criação, difusão, formação, interação e de conexão artística e cultural. Porém, a biblioteca é também tempo e história. Portanto, memória e patrimônio cultural. Ambiente para pesquisa, reflexão, produção do conhecimento e de interpretações de mundos, países, cidades. Uma espécie, para lembrar Caetano Veloso, de “o canto de um povo de um lugar”. Pois bem, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin é um acervo histórico, cultural e político (todo acervo é político) do Brasil. Ela canta um povo e um lugar. Uma biblioteca guardiã, responsável pela salvaguarda não só de uma memória e patrimônio cultural, mas de um acervo que é água e é fonte para compreensão, reflexão, interpretação, construção e invenção de um país na perspectiva de como ele pode ser mais justo, solidário, humano, sustentável, diverso e mais bonito aqui, agora e no futuro.

Antes de concluir, quero compartilhar uma breve história pessoal que tive com Mindlin, creio que no ano de 2006. Ele e o então governador do Ceará, Dr. Lúcio Alcântara, eram grandes amigos e bibliófilos. Mindlin participou da Bienal do Livro do Ceará em 2004, e, em 2006, de um encontro nacional de bibliófilos em Fortaleza, à época da gestão da secretária estadual da cultura Cláudia Leitão. Foi quando o conheci, pois eu trabalhava na Secult Ceará como coordenador de Políticas de Livros e Acervos e cabia a mim também coordenar a Bienal do Livro.

O fato é que Mindlin possuía os manuscritos do livro *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e minha missão era desenvolver um projeto para publicação fac-similar da obra da escritora cearense. Mindlin me recebeu em sua casa por volta das 15 h, tomamos um café demorado em sua sala de estar e depois seguimos para sua fabulosa biblioteca. Garoava em São Paulo e o jardim estava um tanto molhado.

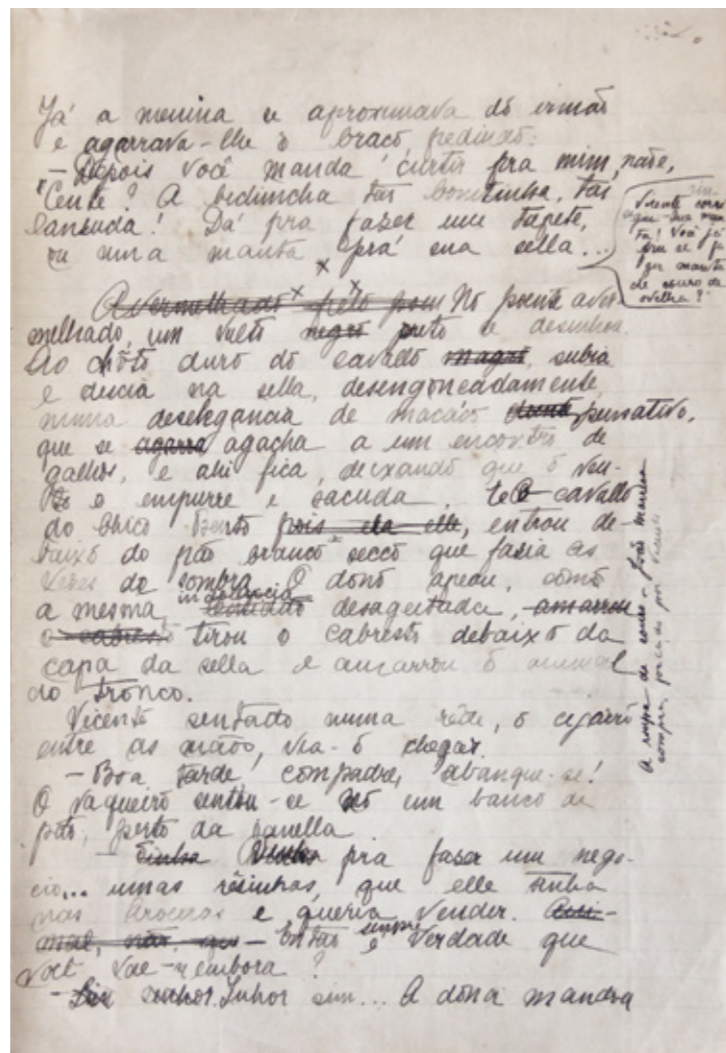
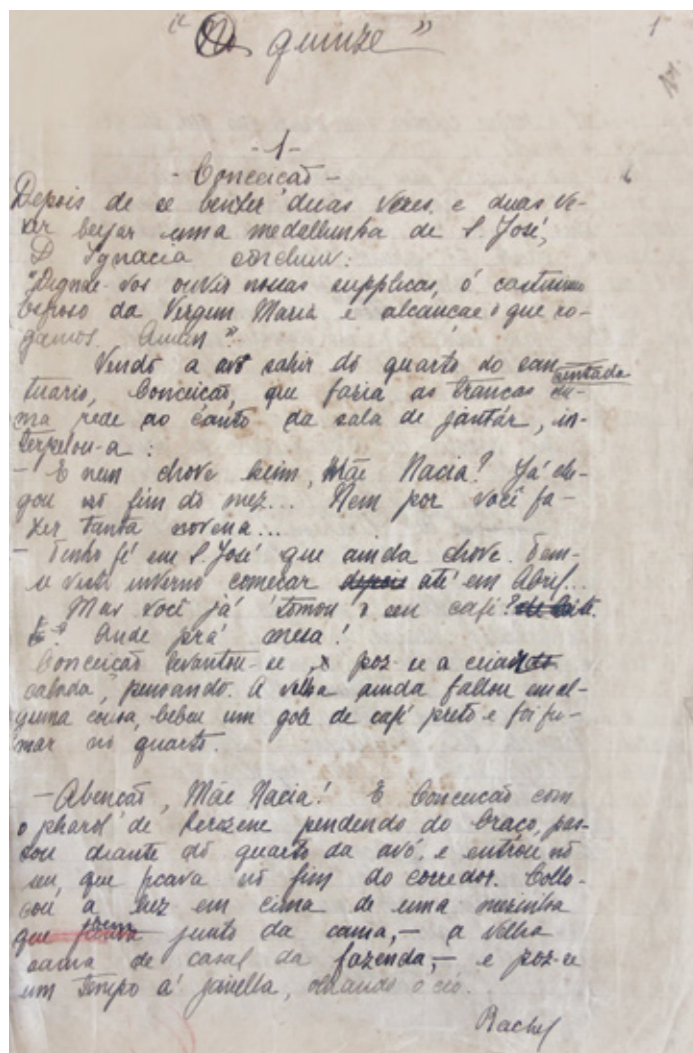


FIGS. 1 E 2. Capa e frontispício da primeira edição da obra *Grande Sertão: Veredas*, impressa por José Olympio. ACERVO BBM

Um belo caminho de pedras se fazia da porta da sala até a biblioteca, que ficava numa extremidade do jardim. Naquele tempo, ele já era um senhor na casa dos noventa anos, um senhor bem firme e autônomo. Mas eu tive o cuidado de o acompanhar coladinho nele, com receio de um escorrego que pudesse provocar uma queda. Pois bem, ele escorregou e tive o tempo de segurá-lo para não cair e bater a cabeça na pedra. Ele olhou bem fundo em meus olhos, agradeceu, e seguimos o caminho como se nada tivesse acontecido. E, ao entrarmos na biblioteca, senti a frase de Borges fazer todo o sentido. O grande momento seria chegarmos aos manuscritos de *O Quinze*. Mas antes disso, passeamos por toda a biblioteca como se estivéssemos em *El Jardín de Senderos que se Bifurcan*.

Guardo em mim dois momentos inesquecíveis. Mindlin pôs sobre uma mesa três ou quatro originais datilografados de *Grande Sertão: Veredas*. Em cada edição uma versão modificada, riscada, acrescentada, substituída, colada, sobreposta pelas mãos de Guimarães Rosa. Mindlin nos contou que a cada versão devolvida para uma leitura final do Rosa, o mesmo fazia complementações, cortes, ajustes, colagens e infinitas revisões entregues e conversadas com o José Olympio, até que o grande editor já não o devolveu mais e encaminhou para impressão (Figs. 1 e 2). Eu via e ouvia aquela história, contada enquanto José Mindlin folheava aqueles originais. Meus olhos de trinta e poucos anos brilhavam enquanto meu corpo tremia com meu espírito em êxtase.

O ápice foi quando ele abriu uma pasta e folheou *O Quinze* de Rachel de Queiroz com uma letra juvenil guarnecida de tempo, beleza e originalidade (Figs. 3 e 4).



FIGS. 3 E 4. Manuscrito
da obra O Quinze.
ACERVO BBM

Nesta hora não me contive e, emocionado, abracei o Mindlin e o agradei como um cidadão cearense brasileiro por ele ser o guardião daquele patrimônio cultural que era sua biblioteca, e lhe agradei como um leitor. Pois é isso que sou. É isso que somos: leitores. Só há bibliotecas e livros porque há leitores. Leitores existentes, em formação e a serem formados. Estamos aqui por este sentido e sentimento, desenvolvendo políticas de livro, leitura e bibliotecas, democratizando o acesso ao livro, fomentando a produção do conhecimento e promovendo a formação de leitores críticos, inventivos, autônomos e livres. Promovendo a cultura do livro, esta missão tão nobre realizada com amor, inteligência, generosidade e espíritos cidadãos de Guita e José Mindlin.

Então, viva a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin! Vivam seus dez anos e o tempo de eternidade que há de vir. Viva Dona Guita! Viva Seu José Mindlin! E viva o Brasil que voltou com o Ministério da Cultura e a Secretaria de Formação, Livro e Leitura para a retomada do Plano Nacional de Livro e Leitura! O MinC teve um papel institucional na fundação desta biblioteca, e podem continuar contando conosco. Pensemos as parcerias!





MOI
ES
UITES

MEMOIR
DES
JESUITES

MEMOIR
DES
JESUITES

MEMOIR
DES
JESUITES

M
J

EM
ES
UIT

TOM II

TOM III

TOM IV

TOM

TOM V





**Manual Bibliográfico
de Estudos Brasileiros**

Thiago Lima Nicodemo

Arquivo Público do Estado de São Paulo

395

O *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, publicado em 1949, pela Editora Souza, apresentou-se como uma empreitada fracassada, principalmente por ter sido imaginado para circular no mundo anos antes, por volta de 1943¹. A defasagem de seis anos de um instrumento de pesquisa que tem por uma das funções principais a atualização, já é em si um motivo que atesta este fracasso. Somado a isso, o projeto, originalmente concebido como *Handbook of Brazilian Studies*, com financiamento generoso de instituições como o American Council of Learned Societies e a Rockefeller Foundation, deveria ter tido circulação muito mais ampla do que de fato teve, pois fora originalmente concebido como uma edição bilíngue, com colaborações de especialistas em assuntos brasileiros pelo mundo e que daria continuidade ao projeto monumental do *Handbook of Latin American Studies*, começado em 1935 por iniciativa de Lewis Hanke.

Isso não significa que o *Manual Bibliográfico* seja um trabalho sem importância. Muito pelo contrário, neste texto procurarei mostrar que a obra é uma espécie de termômetro privilegiado de mudanças na produção de conhecimento no Brasil, muitas delas aceleradas pela dinamização de trocas e intercâmbios internacionais, entre fins da década de 1930 e início da década seguinte. Para isso, este artigo

¹ Wilson Martins, *A Palavra Escrita: História do Livro, da Imprensa e da Biblioteca: Com um Capítulo Referente à Propriedade Literária*, São Paulo, Ática, 2002.

mobilizará documentação original até hoje inédita, contida no Fundo Rubens Borba de Moraes da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, em cruzamento com outros fundos de intelectuais e instituições que participaram do projeto.

A ideia do *Handbook* começa a tomar forma no segundo semestre de 1939, em uma viagem de Borba de Moraes aos Estados Unidos, durante seu período de estágio em bibliotecas norte-americanas. Conta Borba de Moraes, em entrevista concedida na década de 1980, que a ideia surgiu em um Congresso Latino-Americano de História, em conversa com Gilberto Freyre, com a finalidade de “resolver o problema insolúvel para os eruditos americanos que estudam o Brasil, ou seja: uma bibliografia. Eles não tinham nada em que se basear, não havia bibliografia, brasileira ou estrangeira, sobre o Brasil”². Ainda segundo o depoimento de Borba de Moraes, no próprio congresso foi votada uma verba para realizar o trabalho (da Sociedade dos Eruditos Americanos, ou seja, American Council of Learned Societies) e desde já ele havia se “encarregado da execução do projeto”³. Berrien e Borba de Moraes haviam se encontrado em Ann Arbor para discutir o plano da obra⁴.

Assim que volta ao Brasil, no final de setembro de 1939, Borba retoma a conversa e lhe faz uma remessa de livros recentemente publicados no país, especialmente por José Olympio (“José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e outros”)⁵; procurando formas de aproximar-se do professor norte-americano, ele propõe que Berrien escrevesse em *O Estado de S. Paulo* uma série de artigos sobre “literatura americana moderna”⁶, como uma forma de ajudar a introduzi-lo ao público brasileiro. Antes de entrar nos detalhes da organização do *Handbook*, procurarei melhor investigar o contexto de aproximação entre intelectuais norte-americanos e brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial.

A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS BRASILEIROS: CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DURANTE E LOGO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A concepção do trabalho intelectual em termos disciplinares e, em certo sentido, sobre a autonomia das profissões intelectuais no Brasil das décadas de 1930 e 1940, certamente deve algo ao estreitamento das relações políticas e culturais Brasil-Estados Unidos. O contexto é de afirmação dos interesses estratégicos e políticos norte-americanos⁷, considerando que, nesse período, o Brasil ganhou importância na

2 Rubens Borba de Moraes, *Depoimento de Rubens Borba de Moraes*, n. 2. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, 1987, p. 46.

3 *Idem, ibidem*.

4 Carta de Rubens Borba de Moraes a William Berrien, São Paulo, 31.10.1939. BBM-USP, p. 1.

5 *Idem, ibidem*.

6 *Idem, ibidem*.

7 M. Berger, *Under Northern Eyes: Latin American Studies and U.S. Hegemony in the Americas, 1898-1990*, Bloomington, Indiana University Press, 1995, p. 48. Ver, também, Antonio Pedro Tota, *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra Mundial*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

política externa do governo do presidente Franklin Roosevelt. Deve-se pensar que a relação não é apenas de mão única e, por isso, proponho um olhar mais cuidadoso, considerando, particularmente, como o crescente interesse sobre o Brasil ensejou oportunidades para que os próprios brasileiros internacionalizassem suas agendas de trabalho. Tenho trabalhado particularmente com as figuras de Lewis Hanke e William Berrien, que atuando em nome da Hispanic Foundation, criada em 1939 e ligada a Library of Congress⁸, da Rockefeller Foundation e do Council of Learned Societies, convidaram intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda⁹, Gilberto Freyre¹⁰, Rubens Borba de Moraes e José Honório Rodrigues, sem contar Erico Ve- rissimo (que não foi convidado por Hanke, mas se insere no mesmo contexto).

Mesmo sendo um caso à parte, porque já havia morado nos Estados Unidos, Freyre estabelece novos contatos e consegue negociar a publicação, pela prestigiosa editora Alfred Knopf, da tradução de *Casa-Grande & Senzala*, além da coletânea das conferências proferidas nas universidades de Harvard e Indiana (que ganharam o título de *Brazil: An Interpretation*)¹¹. Sérgio Buarque foi aos Estados Unidos em 1941, passando pelas universidades do Wyoming, Chicago e Columbia, além das bibliotecas do Congresso (Library of Congress) e a municipal de Nova York (New York Public Library). A circulação internacional de Freyre e de Buarque lhes garantiram, ainda, algum espaço na Europa do pós-Guerra, seja em comissões da recém-fundada Unesco, seja pelo reconhecimento de pares, como os historiadores franceses Fernand Braudel e Lucien Febvre¹².

Por sua vez, José Honório Rodrigues viajou aos EUA em 1943 e 1944, quando também visitou a Library of Congress e assistiu ao curso de Introdução aos Estudos

8 “Hispanic Foundation of the Library of Congress”. *Hispania*, vol. 23, n. 3, pp. 256-262, 1940.

9 Nos Estados Unidos, Sérgio Buarque proferiu palestras na Universidade do Wyoming, participou de uma mesa-redonda na Universidade de Chicago e teve passagem pela Universidade de Columbia. Além disso, frequentou as bibliotecas Nacional em Washington e a municipal de Nova York. O contexto de fortalecimento das instâncias de produção de conhecimento nos Estados Unidos certamente chamou a atenção do intelectual brasileiro. Lewis Hanke, muito provavelmente, ocupou um papel tutelar em sua visita, apresentando a Sérgio Buarque bibliotecas e arquivos.

10 Ainda em 1939, Lewis Hanke publicou um artigo dedicado à vida e à obra do autor com versões em inglês, *Quarterly Journal of Inter-American Relations*, e em espanhol, na *Revista Hispánica Moderna* da Universidade de Columbia. Lewis Hanke, “Gilberto Freyre: Brazilian Social Historian”, *Quarterly Journal of Inter-American Relations*, vol. 1, n. 3, jul.; “Gilberto Freyre: Historiador Social Brasileño”, *Revista Hispánica Moderna*, año v, n. 2, New York, Casa de las Españas, abr. 1939.

11 Gilberto Freyre, *Brazil: An Interpretation*, 1st ed., New York, A.A. Knopf, 1945.

12 Textos produzidos, por exemplo, por Sérgio Buarque de Holanda para alguns destes congressos e conferências foram posteriormente incorporados em *Caminhos e Fronteiras* (1957). Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, 3. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 11; “As Técnicas Rurais no Brasil Durante o Século XVIII”, em: *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, s.n., out. 1950, Washington D.C., *Anais...* Nashville, The Vanderbilt University Press, 1953, pp. 260-266; jul. 1951. Texto que originou a série de artigos: “Algumas Técnicas Rurais no Brasil Colonial I, II, III” na revista *Anhembi*, ano I, vol. IV, n. 10, pp. 16-25, set. 1951; ano II, vol. V, n. 14, pp. 266-285, jan. 1952. Da conferência na Sorbonne resultou a publicação na revista dos *Annales* do artigo intitulado “Au Brésil Colonial: Les Civilisations du Miel”, que aparece reescrito como o capítulo 3: “A Cera e o Mel”, em *Caminhos e Fronteiras*.

Históricos na Universidade de Columbia, ministrado por Charles A. Cole. As viagens redirecionaram as preocupações de José Honório com relação às condições estruturais da pesquisa e do ensino em Ciências Humanas no Brasil, de modo particular, em relação ao ensino de história. André de Lemos Freixo demonstra como são justamente os primeiros artigos de jornal e relatórios em que Rodrigues relata a experiência nos EUA que estão na base de sua reflexão sobre Teoria da História e História da Historiografia no Brasil, a começar por *Teoria da História do Brasil*, de 1949¹³; obra que pode ser entendida como um manual para a introdução aos estudos históricos na universidade.

Este despertar para as condições profissionais de pesquisadores e professores, ocorrido no contato com os Estados Unidos do pós-Guerra, não foi exclusivo para a área de história. Uma grande atenção foi dada para o desenvolvimento de acervos, arquivos e bibliotecas, que cresciam no Brasil naquele momento. Não é por acaso que tanto Sérgio Buarque quanto José Honório trabalhavam no então recém-fundado Instituto Nacional do Livro, e Rubens Borba de Moraes havia se transferido da Biblioteca Municipal de São Paulo para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (por volta do segundo semestre de 1943).

Rubens Borba de Moraes foi figura fundamental de mediação entre os interesses brasileiros e norte-americanos e, assim como ocorreu com Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, voltou comprometido com um programa de especialização e profissionalização da sua área de atuação. Muito próximo de Mário de Andrade e de Sérgio Buarque desde os tempos de Semana de Arte Moderna, teve participação decisiva como gestor do setor de bibliotecas do Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938) e como diretor da Biblioteca Municipal.

Em 1940 é convidado por Lewis Hanke, da Hispanic Foundation da Library of Congress, e por William Berrien a editar, ao lado deste último, o projeto de um *Handbook of Brazilian Studies*. A missão era repetir, mesmo que em menor escala, o sucesso da Coleção Handbook of Latin American Studies, editada desde 1936 por Lewis Hanke e, desde 1938, sediada na Library of Congress. Assim como Rodrigues na Teoria da História e Historiografia, Borba foi precursor dos estudos superiores em Biblioteconomia no Brasil, tendo formado várias gerações e contribuído com a profissionalização do campo. José Honório já havia chamado atenção para a importância da publicação de manuais de referência, já que pensava nesses próprios termos para a área de história. Essa prática se consolidava nos Estados Unidos, na época. Para citar um exemplo, o *New Criticism* esteve em processo de luta pela sedimentação da disciplina dos “English Studies” na década de 1930¹⁴.

13 André de Lemos Freixo, “Ousadia e Redenção: O Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues”, *História da Historiografia*, n. 11, pp. 144-145, abr. 2013.

14 Graças, em especial, ao sucesso editorial dos seus principais manuais, como *The New Criticism*, de John Crowe Ranson, publicado em 1941 e dedicado ao estudo do método crítico de T. S. Eliot, I. A. Richards e Yvor Winters, e *Understanding Poetry*, de 1938, um manual de análise de poesia dedicado a estudantes universitários, e seguido de *Understanding Fiction*, 1943, e *Understanding Drama*, 1945). Cf. Mark Jancovich, *The Cultural Politics of the New Criticism*, Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1993, p. 12.

“NAMORO INTERESSADO”: O PLANO DO HANDBOOK

Em correspondência para Borba de Moraes, Berrien, a partir de sugestão de Lewis Hanke, alerta para a necessidade de formulação de um “plano” que fosse submetido ao Committee on Latin American Studies do American Council of Learned Societies, que se reuniria em janeiro de 1940¹⁵. Na mesma carta, Berrien reforça a ideia que Borba de Moraes deveria ser o editor-chefe da obra, seguida por uma comissão organizadora que incluiria, além do próprio Rubens, ele, [Gilberto] Freyre e [Robert] Smith; ideia que logo é rechaçada pelo próprio comitê, que sugere o formato definitivo: um editor em português, Borba, e um editor em inglês, Berrien¹⁶.

Neste primeiro esboço, realizado na reunião de Berrien com Hanke, a distribuição dos artigos e seções ficaria da seguinte forma: 1. Arte: Robert Smith; 2. Literatura: Prudente de Moraes (ensaio e crítica), O. Montenegro (romance e conto), Manuel Bandeira (poesia); 3. História: Freyre, Percy A. Martin, Serafim Leite; 4. Direito (“Leyes”): Plínio Barreto; 5. Educação: Lourenço Filho; 6. Linguística: Antenor Nascentes, Mário Marroquim; 7. Antropologia: Argeu Ramos, Eloisa Alberto Torres; 8. Folclore: Mário de Andrade; 9. Música: Luiz Heitor Corrêa de Azevedo; 10. Economia: Roberto Simonsen; Handman, Olympio Guilherme; 11. Livros de viajantes: Borba de Moraes, Robert Smith, Miss. Sullivan; 12. Geografia: Deffontaines, James.

Berrien também recomenda “um artigo sobre arquivos, não só brasileiros, mas também europeus (especialmente de Portugal e Holanda) onde haja materiais de importância sobre o Brasil”, escrito por [Luiz Camillo de] Oliveira Neto; bem como um “artigo sobre a história do jornalismo e algumas indicações sobre as principais revistas, periódicos etc.”¹⁷. Além disso, o professor norte-americano ainda imagina outros breves artigos, “um sobre mapas históricos, por exemplo”; e complementa: “em geral, as seções principais contariam com um ensaio de umas quarenta a sessenta páginas cada um sobre o campo específico em questão, seguido de uma bibliografia fundamentada e crítica”¹⁸. A estimativa é que o livro tivesse cerca de oitocentas páginas, e os ensaios fossem bilíngues.

Em resposta, em novembro de 1939, Borba concordou com os nomes de Smith e Freyre como coorganizadores. Propõe revisão em alguns nomes de colaboradores em “tempo oportuno” e avalia de forma bastante positiva a seção sobre “periódicos” e “arquivos nacionais e estrangeiros”¹⁹ (esta última seção acaba não

15 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Evanston, Illinois. 31.10.1939. BBM 1.497.9, p. 1.

16 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Washington D. C. 3.5.1940. BBM 1.498.4, p. 1.

17 *Idem, ibidem*.

18 *Idem, ibidem*.

19 Carta de Rubens Borba de Moraes a William Berrien, São Paulo. 17.11.1939. BBM 1.498.1, p. 2. Apesar de achar difícil encontrar alguém capaz de escrever este texto, pois: “toda a gente sabe que Lisboa, Haya, Amsterdam, Sevilla e Paris (um pouco) estão cheias de coisas sobre o Brasil. Mas salvo umas explorações feitas por José Hygino, na Holanda, Serafim Leite, nos arquivos da Sociedade de Jesus e Taunay (por cartas), em Sevilla e Lisboa, tudo está por fazer. É indispensável, entretanto, reunir o que se sabe e abrir o campo para pesquisadores futuros”.

ocorrendo na versão final, publicada em 1949, como *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, e é substituída por uma seção sobre “Os Holandeses no Brasil”, de responsabilidade de José Honório Rodrigues)²⁰. Aventa também a possibilidade de que a obra fosse publicada no Brasil, para diminuir os custos de produção (já que a contraparte brasileira seria arcar com esses mesmos custos), mas lembra que seria fundamental que a obra fosse publicada “em inglês inteirinha” já que, “entre nós”, “o meio intelectual é pequeno” e o português “é um verdadeiro túmulo”²¹.

A recomendação do Committee of Latin American Studies vem em carta de Berrien a Borba, de maio de 1940, que reforça a ideia de que o livro fosse bilíngue, dependendo da nacionalidade do editor de seção²². Em seguida, sugere os editores de seção, em Arte: 1. Robert Smith, Rodrigo M. F. de Andrade, Lúcio Costa; 2. Antropologia: Arthur Ramos, Eloisa Alberto Torres; 3. Linguística: Antenor Nascentes, Mario Marroquim; 4. Literatura: a. Crítica literária e ensaio: Prudente de Moraes, Augusto Meyer, Moysés Vellinha, Sérgio Buarque de Holanda, b. Poesia: Manuel Bandeira, c. Romance, conto: O. Montenegro, Augusto Meyer, d. Biografia: Eloy Pontes, Augusto Meyer; 5. Música: Luiz-Heitor Corrêa de Azevedo; 6. Folclore: Mário de Andrade; 7. História: Gilberto Freyre, S. Buarque de Holanda, Percy A. Martin, Serafim Leite; 8. Economia: Roberto Simonsen, Olímpio Guilherme; 9. Educação: Lourenço Filho; 10. Geografia: Preston James, Pierre Deffontaines; 11. Direito: Plínio Barreto; 12. Livros de viajantes: Rubens Borba de Moraes, Robert C. Smith²³.

Borba, em resposta, concorda com todos os nomes com exceção da partição de Augusto Meyer na subseção de crítica e ensaio (porque “é muito preguiçoso”, propõe que o próprio Berrien coeditasse a seção; Meyer é mantido na subseção de biografia)²⁴ e de Serafim Leite (porque está muito ocupado com a elaboração da *História da Companhia de Jesus no Brasil*)²⁵; em “música”, que se incluísse Oneyda Alvarenga e, em “geografia”, substituísse Deffontaines (fora do Brasil, dirigindo o Instituto Francês de Madrid) por Pierre Monbeig, então professor da Universidade de São Paulo; a troca em “direito” de Plínio Barreto por Sílvio Portugal, o que de fato ocorreu na versão final; por fim, que a seção de “livros de

20 José Honório Rodrigues, “Os Holandeses no Brasil”, em Rubens Borba Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, 1949. pp. 527-591.

21 Carta de Rubens Borba de Moraes a William Berrien, São Paulo. 17.11.1939. BBM 1.498.1, p. 2.

22 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Washington D.C. 3.5.1940. BBM 1.498.4, p. 1.

23 *Idem*. Carta escrita em espanhol (tradução do autor).

24 Carta de Rubens Borba de Moraes a William Berrien, São Paulo. 24.5.1940. BBM 1.498.5, p. 1. A carta diz: “O Lewis Hanke, editor do Handbook of Latin America, diretor da Hispanic Foundation está aqui em S. Paulo e vai para o Rio amanhã. Ele estará aí no hotel Glória, 4a.feira. Quer muito ver V., o Mario e o Meyer. Eu te peço o favor de telefonar a ele (ele deve chegar pelas 3 horas da tarde) e levá-lo ao Instituto do Livro. V. sabe que o Hanke é hoje um dos homens mais cotados nos Est.Un. nesses negócios de relações com o Brasil. Precisamos tratar bem dele. Conto com V. para isso”.

25 *Idem*, p. 2.

viagem” fosse incorporada em “história”, plano que foi executado e mantido no *Manual Bibliográfico*²⁶.

Talvez seja possível dizer que as sugestões de Rubens Borba, no primeiro projeto do *Handbook*, acabam por aumentar o peso do grupo egresso da Semana de 1922, especificamente o que circulava em torno de Mário de Andrade e do recém-desarticulado projeto do Departamento de Cultura Municipal. No momento em que Borba de Moraes concebia o projeto com Berrien, esse grupo fixava bases no Rio de Janeiro, em cargos diretos, vinculados ao Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema e secretariado por Carlos Drummond de Andrade. É nesse contexto que deve ser entendida a vinda de Lewis Hanke a São Paulo e ao Rio de Janeiro, em maio de 1940²⁷.

Berrien esteve em São Paulo e no Rio de Janeiro no final de abril e início de maio de 1941²⁸. A correspondência trocada entre os dois evidencia de forma clara o desenvolvimento de uma relação fraternal, bem como uma aproximação pessoal do norte-americano com o grupo de amigos, em sua maioria, paulistas, de Borba de Moraes²⁹. As cartas de Berrien parecem até exagerar nas demonstrações de afeto; ao mesmo tempo, mostram uma ansiedade para uma aproximação e também deixam escapar certa falta de familiaridade da parte de Berrien com os códigos e protocolos sociais brasileiros. Em suas palavras,

Estou com muitas saudades de São Paulo. Estou muito agradecido aos seus amigos de lá. Por favor, diga para o Mário [de Andrade], Rubem [Braga], Flávio [de Carvalho], Oswald [de Andrade], Noné [sic], Nonê, Oswald de Andrade Filho], Edgar [Cavalheiro] e a todos meus bons amigos lá, que eu os apreço demais. Um grande abraço para você e para Evangelina, do seu devoto... Bill³⁰.

No início da década de 1940, Berrien se transferiu da Universidade de Northwestern para a Universidade do Wyoming, uma das primeiras a ter um Instituto de Estudos Latino-Americanos³¹, e com apoio do mesmo American Council of Learned Societies prometeu um “treinamento intensivo em espanhol e português”³². Para ajudar com o trabalho, Berrien convida outra figura-chave do grupo paulista, Paulo Duarte, que morava nos Estados Unidos graças a uma bolsa do

26 Rubens Borba de Moraes, “Viagens”, em Rubens Borba Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, 1949, pp. 591-627.

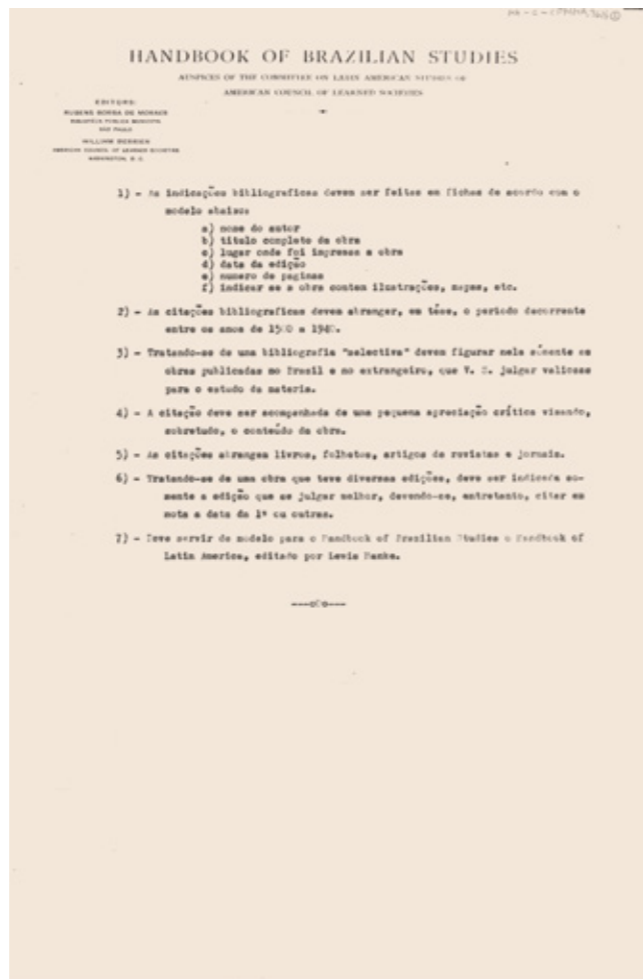
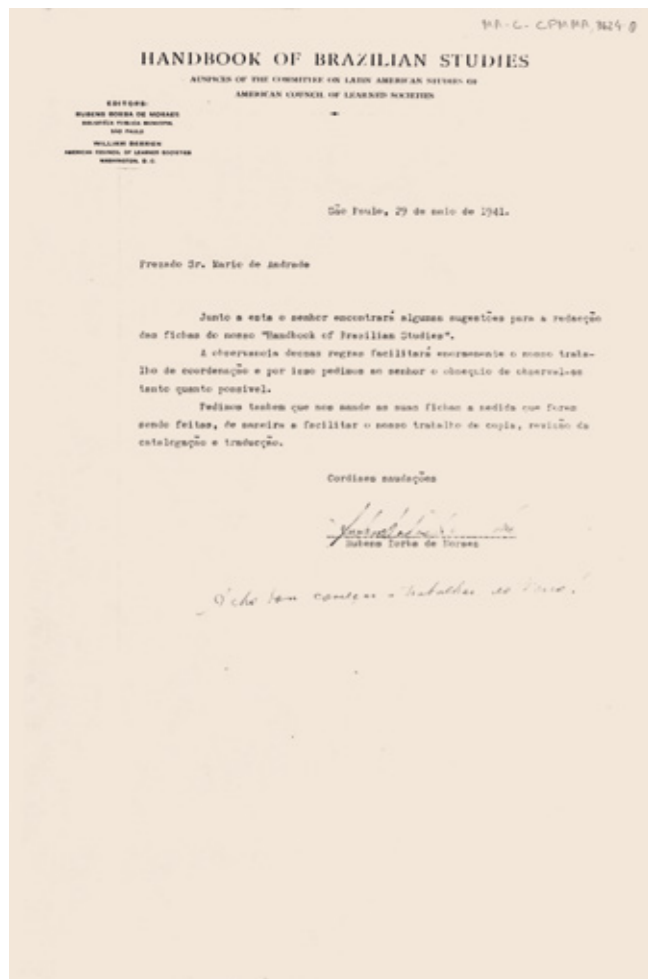
27 Carta de Rubens Borba de Moraes a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 26.6.1940. Siarq/Unicamp - Cp 44 P6.

28 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Buenos Aires, Argentina. 21.04.1941. BBM 1.499.4. 29 *Idem, ibidem*.

30 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Laramie Wyoming. 28.07.1941. BBM 1.499.3, p. 2.

31 *Idem, ibidem*.

32 *Idem, ibidem*.



FIGS. 1 E 2. Anexo de carta de Rubens Borba de Moraes a Mário de Andrade, São Paulo, SP, 29.05.1941. Arquivo IEB-USP. Contém as especificações dos textos e fichas bibliográficas para o *Handbook of Brazilian Studies*. ACERVO BBM

MOMA – Museu de Arte Moderna de Nova York. Neste mesmo contexto, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade são convidados pela Divisão Cultural do Departamento de Estado para visitar os Estados Unidos, por intermédio de Berrien e Hanke.

Mário de Andrade recusa o convite, desconfiando do “namoro interessado” (entre EUA e Brasil)³³ e Sérgio Buarque de Holanda aceita, permanecendo por três anos e proferindo palestras em três universidades (incluindo uma visita de quatro

33 Carta de William Berrien a Mário de Andrade, Washington, D.C., 05.12.1941. Arquivo IEB-USP. Convite a Mário de Andrade para participar de conferência sobre os estudos a respeito do negro, promovida pela American Council of Learned Societies.

dias a Wyoming, com Paulo Duarte e Berrien, além das universidades de Chicago e Columbia)³⁴, sem contar uma visita à Lewis Hanke na Biblioteca do Congresso³⁵.

Logo após retornar, Berrien escreve a Borba lhe anunciando o “envio”, em setembro ou outubro, de três estudantes norte-americanos para ajudar nos trabalhos do *Handbook* até o fim do ano acadêmico de 1941-1942³⁶: Frank Hennlethwaite, Hubert Mate e Earl Thomas (fato que não se comprova na documentação posterior).

O CASO GILBERTO FREYRE

Essa construção de afinidades não se fazia apenas estreitando os laços, mas também pelo afastamento e eventual cultivo de inimizades. Isso envolve particularmente a relação entre Gilberto Freyre, os paulistas e os norte-americanos. O caso narrado a seguir é interessante, pois revela episódios pouco conhecidos dessas trajetórias cruzadas, já que sabemos mais sobre o começo e o fim desses laços – na década de 1920, quando Freyre se aproximou de Sérgio Buarque de Holanda, na época da edição da revista *Estética*³⁷, e do rechaço sistemático das ideias de Freyre por parte de certa ciência social da USP, na década de 1950 – do que sobre o rico período entre as décadas de 1930 e 1940, em que Freyre, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Rubens Borba de Moraes, dentre outros, conviveram muito intensamente. Também ajuda a entender melhor detalhes concretos de como a divulgação da cultura brasileira ocorria nos Estados Unidos no agitado início dos anos 1940.

Trabalhando com Berrien em Lemaire, graças à articulação de Borba de Moraes³⁸, na Universidade do Wyoming, Paulo Duarte contou em carta a Mário de Andrade, de agosto de 1941, que Berrien comprara trinta exemplares do recém-publicado

34 Uma carta de Paulo Duarte a Mário de Andrade, esclarece que Sérgio Buarque de Holanda passou quatro dias em Lemaire, no Wyoming. Carta de Paulo Duarte a Mário de Andrade, Lemaire, Wyoming, 07.07.1941. Arquivo IEB-USP, p. 1.

35 Carta de Paulo Duarte a Sérgio Buarque de Holanda, Nova York, 18.07.1941. Arquivo Paulo Duarte/ Ce-dae/IEL/Unicamp.

36 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Laramie Wyoming, 28.07.1941. BBM 1.499.3, p. 1

37 Thiago Lima Nicodemo, *Estética: A Afirmação dos Caminhos do Modernismo*, disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/879>>.

38 Em carta a Mário de Andrade, Duarte explica como foi parar no “sertão” norte-americano, “a coisa foi assim. Um dia um americano da nossa marca me telefonou. O Rubens me tinha apresentado a ele por procuração. Foi assim que conheci o Berrien. Encontramo-nos pela primeira vez assim como rei antigo que vai conhecer a noiva já casado. Vimo-nos e amamo-nos e ele me convida em Lemaire, em plenos Montes Rochosos. Três dias de viagem, um estirão louco até vencer os quase quatro mil quilômetros que separam New York dos meus amores e das minhas lutas da pátria dos *cowboys*. Foi assim que se viveiros [?] todinhas plantadas porque isso aqui é um campo largo como a França, e uma universidade encantadora, cujos edifícios foram feitos de acordo com a ideia de um arquiteto francês e com granito dos ditos Rochosos. Foi escolhida para este curso de verão organizado pelo Berrien justamente porque aqui não existe verão, como o Sérgio [Buarque de Holanda] viu, nós vimos e vocês também verão” (Carta de Paulo Duarte a Mário de Andrade, Lemaire, Wyoming, 07.07.1941. Arquivo IEB-USP, p. 1).

*O Mundo que o Português Criou*³⁹. Duarte se dispôs a trabalhar com o livro em sala de aula, já que poderia ser “um bom exercício de português, porque o autor escreve bem brasileiro e o assunto era brasileiro também”⁴⁰, mas observa uma série de incongruências na obra que evidenciaram a “desonestidade mental” de Freyre: em primeiro lugar, porque não havia nada de sociológico ou científico na premissa de “agradar Portugal” (considerando o agravante de que as conferências foram concebidas e proferidas para o público português). Em seguida, avalia que Freyre prometia na obra uma precisão conceitual no trato “antropológico” da palavra “cultura”, mas o texto demonstrava larga incongruência e imprecisão conceitual no uso dos termos “cultura” e “civilização”⁴¹, que gerava certa inaptidão da teoria de Freyre para lidar com a diversidade regional brasileira e seus processos próprios de adaptação/assimilação (cita, como exemplo, os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina)⁴².

Não custa lembrar que Freyre havia sido cogitado como um dos editores do *Handbook*, e, nas primeiras cartas entre Berrien e Borba de Moraes, aparece como um conselheiro fundamental do professor norte-americano. Meses depois, em 1941, Freyre viajou aos Estados Unidos para proferir conferências nas universidades de Harvard e Indiana. Graças à mediação de Lewis Hanke, Freyre negociou com o prestigioso editor Alfred Knopf a tradução de *Casa-Grande & Senzala* e a quase imediata publicação das suas conferências em Indiana, sob o título de *Brazil: An Interpretation*⁴³.

Apesar da influência de Freyre ter diminuído entre a concepção e a efetiva confecção do *Handbook*, a relação entre ele e Borba de Moraes sempre se manteve cordial. A rica correspondência de autoria de Gilberto Freyre enviada a Rubens Borba de Moraes permite entender melhor esta relação. Borba de Moraes, por exemplo, chega a convidar Freyre para organizar uma das edições de viajantes da série “brasileira”, editada pela Livraria Martins (a de Saint-Hilaire)⁴⁴. Gilberto Freyre recusou o convite, mas manteve uma conversa bastante regular sobre as edições da Martins, na medida em que saíam, com poucas referências ao projeto do *Handbook*, apenas quando o assunto é o encontro com Berrien ou Hanke. O fato

39 Logo que retornou a Nova York, em 1942, Duarte realizou uma série semanal de oito palestras sobre “livros brasileiros” pela rádio, na estação NBC. Sabemos pouco sobre isso, com exceção de poucos comentários em cartas para Mário de Andrade. Arquivo IEB-USP.

40 Carta de Paulo Duarte a Mário de Andrade, Lamare, Wyoming, 21.08.1941, p. 1. Arquivo IEB-USP, p. 1.

41 *Idem*. Mesmo argumento que Sérgio Buarque de Holanda utilizará em série de 1951 a respeito da publicação da segunda edição de *Sobrados e Mocambos*. Sérgio Buarque de Holanda, *Tentativas de Mitologia*, São Paulo, Perspectiva, 1979, pp. 99-110. A série de artigos foi originalmente publicada nas páginas do *Diário Carioca*, 4, 13 e 18 de novembro de 1951, sob o título de, respectivamente, “Sociedade Patriarcal I”, “Sociedade Patriarcal II”, “Sociedade Patriarcal, Conclusão”.

42 *Idem*, p. 2. Arquivo IEB-USP.

43 Gilberto Freyre, *Brazil: An Interpretation*, 1st ed., New York, A.A. Knopf, 1945.

44 Carta de Gilberto Freyre a Rubens Borba de Moraes. Recife, PE, 12.06.1940. BBM-USP, RBM 1.512.6.

é que Freyre não havia sequer definido como iria colaborar, talvez justamente pelo excesso de compromissos que acumulou em 1941. Tanto é verdade que Berrien, numa outra visita ao Brasil, em outubro de 1942, comentou em correspondência a Borba que:

Gilberto disse que ainda tinha interesse em colaborar e que assumiria qualquer seção que tivesse sobrado; se assim for, poderíamos lhe dar a seção do século XX, embora eu deva tender a questionar a objetividade dele ao julgar o trabalho de outros historiadores vivos⁴⁵.

Por volta de abril de 1943, Borba pedia notícias depois de um período de “silêncio”. Freyre ainda não havia entregue a sua parte do *Handbook*, que àquela altura já havia sido definida como “período republicano”⁴⁶. Para acelerar, Borba envia, poucos meses depois, em junho, as fichas de história, elaboradas com a ajuda de Alice Canabrava⁴⁷, parte do trabalho que deveria ser do próprio Freyre, para que ele apenas as editasse e pudesse se concentrar na elaboração do texto crítico⁴⁸. Borba pede que Freyre acelere, e entregue o material em quarenta dias, até setembro, pois “o *Handbook* está no fim, graças a Deus”⁴⁹.

O QUE DEU ERRADO NO PROJETO DO HANDBOOK OF BRAZILIAN STUDIES?

No fim de 1942, muita coisa ainda parecia desorganizada no *front* fluminense. Essa é a impressão que transmite a carta de Berrien para Borba, enviada do Rio de Janeiro em outubro daquele ano; sendo que, observa Berrien, poucos colaboradores do Rio de Janeiro sequer haviam recebido “uma série concreta de instruções ou limitações que os guiassem no seu trabalho, inclusive algumas delas eram vagas a respeito do que deveria ser feito”⁵⁰. Além de Gilberto Freyre, ainda não havia sido definido qual período Sérgio Buarque de Holanda trataria em seu texto crítico, “Sérgio diz que você nunca falou para ele qual período você queria que ele fizesse [...] então, se você não discordar, podemos dar o século XIX para Sérgio”⁵¹.

A Fundação Rockefeller, por intermédio do próprio Berrien, havia liberado financiamento para a criação de uma Escola de Biblioteconomia (e de um projeto

45 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 03.10.1942, p. 1. BBM-USP, RBM 1.502.1.

46 Carta de Rubens Borba de Moraes a Gilberto Freyre. São Paulo, 07.04.1943. BBM-USP, RBM 1.513.6.

47 Segundo esclarece nota de abertura da seção de “História – República, de Gilberto Freyre”. Gilberto Freyre, “República”, em Rubens Borba Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, p. 447.

48 Carta de Rubens Borba de Moraes a Gilberto Freyre. São Paulo, 08.07.1943. BBM-USP, RBM 1.513.8.

49 *Idem, ibidem*

50 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro, 03.10.1942, p. 1. BBM-USP, RBM 1.502.1.

51 *Idem, ibidem*.

de publicações no valor de cem contos por dois anos)⁵² vinculada à Escola Livre de Sociologia e Política, a partir do embrião dos cursos desenhados nos tempos da gestão Mário de Andrade do Departamento de Cultura. Borba de Moraes, responsável pelo projeto de “mover”, “instalar” e “organizar” a nova escola teria, na visão de Berrien, menos tempo para o *Handbook*. Por isso, ele propõe a contratação de Francisco de Assis Barbosa para um trabalho de período integral como gerente, ou agente executivo, capaz de responder rapidamente aos editores da seção, supervisionar o material que chega, preparar os materiais, e cobrar os que estão atrasados⁵³. Barbosa de fato trabalhou no projeto ao longo do ano de 1942 (e talvez 1943), mas todos os sinais apontavam para um atraso sério no plano de publicar a obra no ano seguinte, em 1943.

Além do problema dos atrasos e dos vários compromissos paralelos que os próprios editores acumulavam, uma das questões mais sensíveis para concretizar o *Handbook* era o da edição, mais especificamente, dos custos de edição e de distribuição da obra. O acordo inicial, não só com Berrien, mas com a própria agência financiadora, era de que os brasileiros assumissem os custos da publicação e os norte-americanos ficassem com a parte mais cara, que era o financiamento da produção de uma obra coletiva tão abrangente⁵⁴. Nas palavras de Borba de Moraes, “[...] eu e o Gilberto Freyre concordamos com isso, porque de fato o Brasil podia pagar isso. Eu era o diretor da Biblioteca Nacional” [*sic.*; o convite do Ministro Capanema vem apenas em 1943, e Borba assume a direção da BN só em 1944]⁵⁵.

De fato, na carta escrita por Berrien quando esteve no Brasil, em outubro de 1942, há registro de uma conversa com Sérgio Buarque de Holanda, então chefe do Setor de Publicações do Instituto Nacional do Livro e um dos editores da seção de história do *Handbook*, para que a instituição assumisse, em parte ou totalmente, a edição da obra⁵⁶.

Como o *Manual* estava pronto, consultei o Rodrigo [de Mello Franco], o Mário de Andrade e o Drummond, para que a Biblioteca Nacional publicasse aquilo. Todos acharam que não havia dúvida nenhuma, pois se a Biblioteca publicava os Anais! Publicava documentos históricos! Devia publicar o *Manual*, que era uma coisa básica para cultura brasileira. Mande então os originais para a Imprensa Oficial [*sic.* Instituto Nacional do Livro]⁵⁷.

52 *Idem*, p. 3. O valor é liberado pela Rockefeller Foundation em novembro de 1942, pelo diretor da divisão de humanidades (Ciro Berlinck, Carta de Ciro Berlinck para William Berrien. São Paulo, 16.11.1942. BBM-USP, RBM 1.502.5).

53 *Idem*, p. 2.

54 *Depoimento de Rubens Borba de Moraes*, n. 2, p.46. BBM-USP, RBM 1.621.2.

55 *Idem*, p. 46.

56 Carta de William Berrien a Rubens Borba de Moraes, Rio de Janeiro, 03/10/1942, p. 2. BBM-USP, RBM 1.502.1.

57 *Depoimento de Rubens Borba de Moraes*, n. 2, pp. 46-47. BBM-USP, RBM 1.621.2.

No final, Rubens Borba de Moraes atribui a Josué Montello, seu sucessor na direção da Biblioteca Nacional, em 1946, o abandono do projeto, sob a desconfiança de que Borba estava utilizando os recursos públicos para publicação de material de seu interesse privado⁵⁸. Uma vez abandonado o projeto, a solução acabou sendo publicar a obra, já em processo de desatualização, por uma editora “microscópica”⁵⁹, a Gráfica Editora Souza, do Rio de Janeiro, em 1949. O que não fica claro no depoimento de Borba de Moraes, colhido em 1982, quase quarenta anos depois do acontecido, é que se a obra estava pronta já em 1943, na época em que se transferiu para a Biblioteca Nacional⁶⁰, por que ainda em finais de 1946, quando deixou a Biblioteca Nacional, a publicação não havia ocorrido?⁶¹

MUDANÇAS DE PARADIGMAS DISCIPLINARES:

O CONHECIMENTO HISTÓRICO UNIVERSITÁRIO NO *MANUAL*⁶²

Rubens Borba, assim como muitos outros de seus colegas colaboradores, nunca perdeu de vista que o *Handbook* representaria uma contribuição importante para, no plano internacional, sedimentar a área dos “estudos brasileiros”, e, no plano nacional, intensificar o processo de profissionalização e disciplinarização que se colocava com o aparecimento das universidades. Seu pensamento era que não existia no Brasil, senão entre algumas pessoas, “mentalidade de organização do trabalho intelectual”⁶³, mas com a aproximação dos Estados Unidos, “a cousa toda muda, como diz um samba célebre!”⁶⁴ Ainda em suas palavras, dirigidas a Berrien:

Eu sempre disse que um volume desse gênero é extremamente difícil de se fazer para o Brasil. É um trabalho colossal. Você, que conhece tão bem nossas cousas, sabe o que é desbravar a bibliografia brasileira. Mas é preciso fazer. Não há remédio.

58 *Idem*, p. 47.

59 *Idem*, *ibidem*.

60 Uma carta de Rubens Borba de Moraes para Manuel Bandeira de 30 de junho de 1943, comentava que o convite para trabalhar no Ministério do Trabalho já havia sido concretizado e que ele estava na expectativa para se mudar ao Rio de Janeiro. Junto com a mesma carta, Borba envia um cheque para remunerar Bandeira pela sua contribuição ao *Handbook*. Carta de Rubens Borba de Moraes a Manuel Bandeira. São Paulo, 30.06.1943. BBM-USP, RBM 1550.7. Pouco depois, o Ministro Capanema insiste para que Borba de Moraes fosse trabalhar na Biblioteca Nacional, com vistas a assumir a direção da instituição assim que ocorresse a aposentadoria do então diretor Rodolfo Garcia.

61 Berrien esteve no Rio no segundo semestre de 1944, mas há poucos registros na correspondência de Rubens Borba a respeito dessa visita (Carta de Mário de Andrade a Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 27.06.1944. Arquivo IEB-USP).

62 Parte dessa reflexão foi aprofundada e estendida e será publicada na obra: *Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira 1870-1970*, no prelo pela editora FGV (Rio de Janeiro), em coautoria com Pedro Afonso Cristovão dos Santos e Mateus Pereira.

63 Carta de Rubens Borba de Moraes a William Berrien, São Paulo. 17.11.1939. BBM 1.498.1, p. 4.

64 *Idem*, *ibidem*.

Não é possível continuarmos nessa situação. Não existe um guia, uma bibliografia, uma obra desse gênero no Brasil. O *Handbook* do Hanke é a única modernamente feita. Chegamos ao ponto dos nossos estudiosos serem obrigados a utilizar catálogos de bibliófilos, como o de J. C. Rodrigues, para a história do Brasil. A maior dificuldade para os estudiosos do Brasil é a falta de obras de referência. Não há. O estudioso brasileiro precisa ser detetive⁶⁵.

A obra pode ser encarada como termômetro de uma mudança estrutural importante na produção de conhecimento no Brasil, marcada por uma valorização da especialização disciplinar e do conhecimento produzido no âmbito da universidade. No início, na década de 1930, a expectativa ainda era ver o intelectual como uma espécie de artesão “da identidade nacional, encarregado da elaboração de narrativas capazes de recuperar a genealogia da nação e de reunir os brasileiros em torno de um passado comum em um ímpeto de estudar o Brasil enquanto problema”⁶⁶, valorizando, como sugere Fábio Franzini (apoiado em comentário de José Honório Rodrigues a respeito do esgotamento da ideia de “brasílica” na década de 1950), os estudos especializados, profissionais, que estabelecem pontes críticas entre os impasses do presente e o estudo do passado⁶⁷. Em finais da década de 1930 e durante a década de 1940 o horizonte se alterava para um senso de atualidade, a biblioteca “brasílica” então deveria

[...] estabelecer um padrão cognitivo científico para a compreensão e releitura do Brasil, o qual pudesse ser uma espécie de bússola para orientar o correto e

65 *Idem*, p. 3.

66 “Assim é que em 1933 são publicados, praticamente em bloco, os livros de Oliveira Vianna, *A Evolução do Povo Brasileiro*, em segunda edição, e pela primeira vez na Brasílica; e as primeiras edições de *À Margem da História do Brasil*, de Vicente Licínio Cardoso, *História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon, e *A Escravidão Negra*, de Evaristo de Moraes. É interessante ver esses homens – que se auto-denominam historiadores alguns, e que, na sua totalidade, são reconhecidos como tal no interior da subsérie história da Brasílica, também pelo Instituto Histórico e Geográfico que acolhe muitos deles entre seus membros, e pela posteridade – às voltas com a história” (*idem*, p. 48).

67 Enquanto corriam os anos 1930 e 1940 e o país vivia grandes transformações, tanto materiais quanto mentais, no sentido de sua modernização, a Documentos Brasileiros se constituiu, também, como marco de uma intelectualidade também em mudança. Em fins da década de 1950, porém, já era possível sentir que sua fórmula dava sinais de esgotamento. Em texto de 1958, o historiador José Honório Rodrigues notava, de modo genérico, que as coleções dedicadas ao exame do Brasil “tinham o dever de provocar um pensamento mais pragmatista, em que o presente, com seus problemas e temas, fosse o foco em que se projetasse a luz do passado”. No entanto, continuava ele, a “história historizante, história puramente descritiva, história clássica como um relógio de repetição”, havia tomado de assalto tais “brasílicas”, que teriam passado “a debater os mesmos problemas e a discutir as mesmas teses, apenas porque o especialismo erudito descobrirá mais uma miúda novidade ou uma palavra diferente da mesma personagem” (Fábio Franzini, “Escrever Textos, Editar Livros, Fazer História: A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1960)”, *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, vol. 5, n. 9, 2013. pp. 24-45). Ver também Gisele Venancio, “Brasílica Segunda Fase: Percurso Editorial de Uma Coleção Que Sintetiza o Brasil (1956-1993)”, em Eliana Regina de Freitas Dutra (org.), *O Brasil em Dois Tempos*, Belo Horizonte, Autêntica, 2013, pp. 109-126.

eficiente caminho na procura de alternativas viáveis para a sua modernidade cultural e econômica⁶⁸.

Essa sensação de atualidade, de presença dos impasses históricos do Brasil no presente, foi discutida por Caio Prado Jr. em seu texto intitulado “Segundo Reinado”, publicado no *Manual Bibliográfico*. Para ele, o século XIX seria o “período mais interessante da evolução brasileira”, já que representa a transição entre o passado colonial e o presente moderno. A dificuldade em abordar o assunto constatada na escassa bibliografia se devia sobretudo a isso, à atualidade e à complexidade desse processo em que “uma civilização moderna e que se emparelha à dos povos mais desenvolvidos da atualidade” convive com “formas antiquadas que sobraram da colônia”⁶⁹. Evidentemente, a ideia se entrelaça com o próprio “Sentido da Colonização”, tal como expresso em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942⁷⁰. É emblemático que o mesmo texto apareça publicado quatro anos depois, como um dos ensaios que compõem a edição de 1953 do *Evolução Política do Brasil e Outros Ensaios*, com o título de *Historiografia do Segundo Império*.

Algo muito semelhante defende Gilberto Freyre, em sua apresentação à seção de história do “Brasil República”. Em tom bastante pessoal, o autor esclarece não ser especialista “em nenhuma das épocas políticas em que se divida a História do Brasil”, pois seu critério é o viés “histórico-sociológico de estudo de tendências, tipos e instituições sociais e de cultura (nem sempre coincidentes, em seu desenvolvimento, com as épocas ou os períodos políticos do desenvolvimento de um povo)”, em detrimento de um critério político e cronológico, e completa: “Só assim se explica que aceitemos a responsabilidade de escrever a introdução para a bibliografia do material relativo à história do período republicano do desenvolvimento brasileiro: de 1889 aos nossos dias”⁷¹. Seu principal objeto dentro deste espectro, o “patriarcado agrário e escravocrata”, teria oficialmente morrido antes mesmo do início da República, com a abolição da escravatura. Mas acrescenta que:

68 Eliana Dutra, “História e Historiadores na Coleção Brasílica. O Presentismo como Perspectiva?”, *O Brasil em Dois Tempos: História, Pensamento Social e Tempo Presente*, Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p.43. Para um “contexto” mais amplo e outros projetos editoriais cf., entre outros, Tania Regina de Luca, *Leituras, Projetos e (Re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)*, 1. ed., São Paulo, Editora Unesp, 2011; Tania Regina de Luca, *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*, 1. ed, São Paulo, Editora Unesp, 1999.

69 Caio Prado Jr., “Segundo Reinado”, em Rubens Borba de Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949, p. 434. Texto publicado posteriormente na edição de 1953 de *Evolução Política do Brasil*. Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pp. 210-211.

70 Paulo Teixeira Iumatti, “O Percurso Para o ‘Sentido da Colonização’ e a Dinâmica da Historiografia Brasileira nas Primeiras Décadas do Século XX”, em Manuel Correia de Andrade, *Redescoberto o Brasil*, Recife, Universidade Federal do Recife, 2005, pp. 1-2.

71 Gilberto Freyre, “República”, em Rubens Borba de Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949, p. 447.

[...] sociologicamente, não morreu. [...] Várias sobrevivências patriarcais ainda hoje convivem com o brasileiro das áreas mais marcadas pelo longo domínio do patriarcado escravocrata – agrário ou mesmo pastoril – e menos afetadas pela imigração neoeuropeia (italiana, alemã, polonesa etc.) ou japonesa; ou pela industrialização e urbanização da economia, da vida social e da cultura⁷².

O sentido da atualidade do passado se entrelaçava com os objetivos da especialização e da profissionalização, afinal, era necessário precisão na descrição do estado corrente da arte, retrato analítico da conjuntura presente. Assim, Caio Prado complementa sua bibliografia com um anexo sobre “assuntos especiais”⁷³ (no final da seção de história), com recortes que já flertam com a especialização temática em história, tais como, “escravidão africana – tráfico – abolição”, “indígenas – legislação – estatuto jurídico e social”, “igreja – clero – ordens religiosas”, “história econômica – estatística”, “história constitucional, administrativa, jurídica – limites interprovinciais”.

Contrastando com a sobriedade e objetividade adotada por Sérgio Buarque em seu texto no *Manual*, Mário de Andrade, em texto póstumo sobre o “Folclore”, anuncia as insuficiências de Sílvio Romero, apontando que seus defeitos “são mais propriamente defeitos da época e também da não especialização”⁷⁴. O mal maior é que Romero foi largamente seguido por escritores e jornalistas em sua época, pois eram indivíduos desprovidos de qualquer conhecimento técnico. Isso deu origem a uma orientação deplorável de folcloristas mais ou menos improvisados, “descritores deficientes e levianos dos nossos costumes tradicionais”⁷⁵.

Fazia-se “imprescindível” uma abordagem “nova de Folclore”, verdadeiramente “científica”, capaz de dar conta da especificidade da noção “para os povos de civilização e cultura recentemente importada e histórica, como os da nossa América”⁷⁶. O amadorismo só começou a ser superado na década de 1930, quando se entra numa fase “monográfica” capitaneada pelo Departamento de Cultura de São Paulo (1935), o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (1937) e de iniciativas como as de Arthur Ramos, Luís da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Esse ambiente criou condições propícias para o desenvolvimento de revistas, como a *Revista do Arquivo Municipal* (de São Paulo), o *Boletim da Sociedade de Etnologia e Folclore*, a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*; bem como impulsionou expedições de coleta de material e análise feitas em cooperação entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros (tais como Claude e Dinah Levi-Strauss). Enfim, nas palavras de Mário de Andrade:

⁷² *Idem*, p. 448.

⁷³ Rubens Borba de Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, pp. 628-637.

⁷⁴ Mário de Andrade, “Folclore”, em Rubens Borba de Moraes e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, p. 287.

⁷⁵ *Idem*, p. 288.

⁷⁶ *Idem*, p. 298.

E esta é a situação dos estudos de folclore no Brasil. Iniciado nas inseguranças metodológicas do século passado, em grande parte ele foi substituído pelo encanto e curiosidade das artes populares e o amadorismo tomou posse dele, fazendo sem nenhum critério colheitas de finalidade antológica, destinadas a mostrar a poesia, o canto, os provérbios e a anedótica populares. É o que prova abundantemente a bibliografia. E com isso o folclore estava (e por muitas partes ainda está) arriscado a ser compreendido, menos como ciência e mais como um ramo da literatura, destinado a divertir o público com a criação lírica e os dizeres esquisitos do povo. [...]

Mas aos poucos veio se acentuando naturalmente uma orientação mais técnica que se sentiu na necessidade de humildemente abandonar o ideal das grandes obras de conjunto, e se dedicar a pesquisas e estudos particulares, de caráter monográfico. Enfim o estudo do folclore no Brasil adquiria consciência do seu trabalho preliminar, verificando que as obras de síntese, ou que se pretendem tais, com raríssimas exceções, são prematuras e em grande parte derivadas do gosto nacional pela adivinhação. Esta mudança está sendo auxiliada e firmada pelas cátedras de estudos afins, principalmente de sociologia, existentes nas universidades do país, as instituições oficiais de cultura que abrangem os estudos da tradição, bem como por sociedades de antropologia, de geografia, de história, de sociologia e mesmo diretamente de folclore que vão se organizando aos poucos por todo o país, conscientes das necessidades de policiar e defender a seriedade dos estudos mais ou menos comuns. Esta intenção de policiamento assim como a sugestão insistente a que os estudiosos nacionais se dediquem a trabalhos de caráter monográfico, é visível nestas sociedades conscientes do seu papel orientador⁷⁷.

Assim, uma análise crítica do presente vai orientando o passado, configurando elementos fundamentais de um regime de verdade amparado no surgimento de novas instituições, sobretudo em um discurso de legitimação desses fazeres⁷⁸. O diagnóstico de Mário de Andrade para o folclore lembra o que os historiadores vinham fazendo para sua disciplina desde o fim do século XIX: a ênfase na necessidade de monografias, em oposição às grandes sínteses.

Esses elementos são indicativos do papel do *Handbook/Manual* como uma importante peça no processo de especialização e disciplinarização do conhecimento universitário no Brasil. Nascido no contexto da política da boa vizinhança e, portanto, de uma agenda norte-americana de aproximação com a América Latina, o projeto foi pouco a pouco nacionalizado, ou melhor, adaptado à realidade e às disputas político-institucionais de grupos de intelectuais brasileiros. Mas as aspirações, tanto as que não passaram de projetos quanto aquelas que de fato se concretizaram, não podem ser consideradas apenas como um “reflexo” de certas

⁷⁷ *Idem*, p. 295.

⁷⁸ Eliana Dutra, “História e Historiadores na Coleção Brasileira, O Presentismo como Perspectiva?”, *O Brasil em Dois Tempos: História, Pensamento Social e Tempo Presente*, Belo Horizonte, Autêntica, 2013, pp. 66-67.

mudanças na forma de conceber o conhecimento e de instrumentalizá-lo em políticas de acervo e preservação.

O que elas representam são interesses e certa visão de cultura de um conjunto de homens, certa história em comum que ia se construindo naqueles anos conturbados: muitos deles militantes na década de 1920 do modernismo “paulista” da semana de 1922, desde o início articulado com a cena fluminense, somado a representantes de algumas vertentes, também modernistas, de outras regiões do Brasil como Pernambuco e Minas Gerais; radicados na capital da República na décadas de 1930 e 1940, encarregados de cargos diretivos em instituições culturais ligadas ao Estado Novo, em particular após a curta experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1938), talvez a primeira e única instituição a abrigá-los a todos; procuram aproveitar as oportunidades abertas pela aproximação do Brasil com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial; e, por fim, os que já não haviam aposentado ou perdido a vida, presentes na década de 1960 no processo de sedimentação da universidade brasileira.

Muito além de um termômetro ou “reflexo”, o *Manual* representa uma das primeiras tentativas de criação de uma memória ou identidade disciplinar ligada ao discurso da universidade incipiente e do crescente discurso em prol da especialização das disciplinas nas ciências humanas. O seu insucesso se deveu justamente ao fato de que não tenha jamais servido a seu fim último, como um verdadeiro “manual”, como um guia para o estudo do Brasil dentro de um plano especializado. A sua divisão, no entanto, deixa transparecer uma organização entre disciplinas: arte, história, geografia, economia, direito; que hoje nos é familiar e óbvia, mas que foi historicamente constituída na educação do nosso olhar para os itens fundamentais na compreensão do Brasil; assim como deixa transparecer um desejo de articulação de um passado, dos livros importantes para o conhecimento da unidade que então conhecemos como Brasil, tais como os relatos de viajantes, com o quadro crescente e desejado de monografias que vinham cada vez mais rapidamente sendo publicadas nas coleções “brasilianas”. Essa articulação que pautou diversas outras iniciativas a partir de então, seja de produção de livros orientados para o público na universidade, tais como o *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenado na década de 1960 por Sérgio Buarque de Holanda, seja pela própria iniciativa de criação do Instituto de Estudos Brasileiros, da qual, como hoje sabemos, Rubens Borba de Moraes também fez parte⁷⁹.

Pioneiro no processo de disciplinarização da biblioteconomia e da ciência da informação no Brasil, Rubens Borba de Moraes foi certamente um dos protagonistas deste que, apesar de tantas diferenças, hoje podemos chamar de grupo, na medida em que se evidenciam as semelhanças em suas trajetórias e também as

⁷⁹ Thiago Lima Nicodemo; Pedro Afonso Santos e Mateus Henrique Pereira, “Como se Deve Escrever e Ensinar História do Brasil Depois da Universidade? Instituições, Novos Agentes e Mercado Editorial”, *Uma Introdução à Historiografia Brasileira 1870-1970*, Rio de Janeiro, FGV, 2018.

convergências de iniciativas na política cultural para um projeto de nação. Deve-se, além disso, levar em conta sua importante militância no “modernismo” paulista da década de 1920, sua atividade em cargos diretivos em bibliotecas importantes brasileiras, a Biblioteca Nacional e a Municipal de São Paulo, sua circulação internacional, como mediador cultural nas relações Brasil-Estados Unidos e, posteriormente, em cargos diretivos nas Nações Unidas, na sua militância na universidade brasileira na década de 1960, como professor da Universidade de Brasília e na sua silenciosa, mas importante contribuição para os acervos da Universidade de São Paulo.



Cordas Vocais¹

Marco Lucchesi

Fundação Biblioteca Nacional

415

Uma nova melodia, um coro moderno de um Palestrina, ou mais intensa, como o de Bach. Música fractal, complexa, cuja diversidade não cessa de crescer, mas cuja escala, de autossimilaridade assegura as formas de percebê-la e registrá-la.

Uma brasileira, em termos gerais, não é um fator estático, absoluto, que partilhe de uma herança fechada ou imutável.

Brasileiras são múltiplas e distintas, dependem de um ponto de partida, perspectiva e metacrítica, de uma clara política de desenvolvimento das coleções.

Uma assinatura que corresponde, até certo ponto, a uma variável histórica e ideológica, tão logo o colecionador se interrogue diante de uma coleção, cuja complexidade adquire espessura cronológica, inescapável tônus epocal, interrogação, ou perplexidade, na média e longa duração braudeliana. As vértebras da coleção sustentam uma história dos conceitos.

Não apenas a descoberta de novos livros, documentos, folhetins (a partir, digamos, do Projeto Resgate Barão do Rio Branco), ou de uma rede sensível, dialógica, entre arquivos e bibliotecas mundo afora.

Não apenas a descoberta, mas o cronotopo de quem constrói a coleção: novas perguntas, outras sensibilidades que demarcam a política das coleções, numa

¹ Texto inicialmente oral, transcrito e completamente revisto pelo autor.

determinada quadra histórica. A construção do olhar e a paciência, em sua estrita disciplina.

As conformidades criam modelagens. Uma brasileira cresce, em termos de suportes e tecnologias. Novas plasticidades, sem perder o núcleo duro, conceitual, visada ou gradiente. Avalista de uma instância capaz de contemplar a unidade no coração do múltiplo. Em síntese, talvez, a ficção da *unitotalidade*.

Podemos considerar a forma virtual, a obra rara, de um futuro recente (agora), nos desafios da preservação e manutenção do mundo virtual, especialmente as variáveis natodigitais. Assim como as mídias sociais, de extrema relevância, memória fluida, incidental, que não podemos perder, como as nuances de interação, *likes*, respostas, contraditas. O histórico e o sistêmico.

Outra questão fascinante: a ressurgência das línguas originárias, praticadas em nosso país, de que resulta o número crescente de gramáticas e livros bilíngues. Além do corte espaço-temporal, apontado acima, conjuguemos, por igual, uma sintaxe antropológica, enquanto pressuposto de uma nova brasileira. Passamos de Couto de Magalhães a Krenak, do objeto para o sujeito, do estranhamento ao lugar de fala.

Um corte étnico a multiplicar-se, inclusive, nos textos produzidos em terras quilombolas, ribeirinhas, jornais e boletins, além do fascinante repertório iconográfico.

Esse tem sido o nosso percurso no Brasil, antes e depois da pandemia. Agora mesmo, a convite do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal), coordenamos a tradução da Constituição Federal para o nheengatu. Primeiro passo da admirável conquista, democrática e republicana, a partir dos direitos linguísticos fundamentais. Uma brasileira plurilíngue, como deve ser, em nosso vasto território.

Essa foi a razão pela qual a Biblioteca Nacional criou o prêmio Akuli, voltado às iniciativas de fixação de um *epos* flutuante, trânsito da história oral para a dimensão escrita, cantos e línguas que não podem se perder, entre povos originários, de matriz afro-brasileira e ribeirinhos. Ao visitá-los, percebemos a nostalgia da origem, do resgate.

Por outro lado, a emergência, nos documentos da Ifla (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), a dialética entre documento e monumento, demanda irreversível da bibliodiversidade, contemplando projetos *samizdat*, em tiragem reduzida, folhetos e outras formas de vida breve.

A brasileira guarda uma vocação especular, a nostalgia do Todo, a fome pantagruélica, *more geometrico* ordenada, espelho generoso, capaz de abranger um corte transfinito, cordas vocais, novas e antigas.

Polifonia de uma construção, *in fieri* e inacabada, que bem traduza a soma das leituras do país.





O Futuro das Brazilianas

Sônia Salzstein

Universidade de São Paulo

419

O trabalho de reflexão a que se lança o Seminário BBM 10 Anos¹, propondo que nos debruçemos, entre outras questões, sobre “o futuro das Brazilianas”, enfrenta hoje uma questão urgente que se impõe a todos nós, gestores dessas coleções. É preciso repensarmos o horizonte intelectual que informou a constituição dos acervos sob nossa responsabilidade, perscrutar criticamente esse horizonte, identificando os vieses, as premissas que marcaram a formação desses acervos, sondando novas estratégias de incentivo à pesquisa e testando novos contextos interpretativos para eles. Isto é, creio que temos de repensar nossos acervos a partir de novas exigências epistemológicas; as noções de cultura brasileira, e as ideias de nacionalidade que lhes serviram de lastro, por exemplo, transformaram-se radicalmente no país ao longo das últimas duas décadas – um *ethos* nacional, enfim, parece hoje muito distante de nós. Este, como se sabe, historicamente contribuiu para fixar a fisionomia a partir da qual esses acervos se tornaram conhecidos no país e internacionalmente – a ideia de uma “cultura brasileira”.

Noções longamente compartilhadas em torno desse *ethos* brasileiro, e que haviam orientado a formação de nossas coleções, mostrando-se ademais tão

¹ Texto apresentado em palestra proferida no dia 17 de maio de 2023 na mesa “O Futuro das Brazilianas”, no Seminário BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva.

presentes na arte e na cultura que se fez no país no século passado – em especial na canção popular – parecem cada vez mais infirmadas por uma realidade social duramente conflagrada. Esta, revelando tantas fraturas, dá a ver um cenário muito distante daquele que tínhamos entre os anos 1930 e 1960, quando o projeto de constituição das Brasileiras se punha na ordem do dia. Essas iniciativas vinham à tona, além disso iluminadas pelo horizonte de emancipação e autocompreensão que historicamente envolvia, no Brasil, gerações de intelectuais empenhados em oferecer uma visão crítica e prospectiva do país no mundo contemporâneo, em superar o pesado fardo de nosso passado colonial e as iníquas estruturas sociais e econômicas que se haviam conformado à luz de processos de modernização tardia. Creio que não se pode pensar no futuro das Brasileiras sem associar a história de nossas coleções a essa experiência intelectual.

Os princípios que nortearam a constituição das coleções versando sobre a formação brasileira – enraizados na ideia da *formação* e da nacionalidade – revelam-se, desse modo, na berlinda, tanto quanto a imaginação estética e política de um Brasil moderno e emancipado. É preciso, portanto, começar por interrogar as ideias de nacionalidade e as figuras de totalidade que lastrearam a construção de nossas Brasileiras. Nunca como hoje, enfim, a sociedade brasileira se mostrou tão dividida, de sorte que parece tremendamente distante a imaginação estética de uma cultura nascida do solo comum – como aquela que nos acalentou durante boa parte do século xx. Por outro lado, uma constelação de novos temas e interesses agora se impõe à compreensão do país, e, muitas vezes, eles parecem resistir aos âmbitos disciplinares que tradicionalmente alimentaram as Brasileiras.

Minha área de atuação sendo a das artes plásticas, apresento, a seguir, algumas considerações baseadas, principalmente, na experiência que adquiri nesse campo; é preciso levar em conta que a arte moderna brasileira, refiro-me, em particular, àquela que veio à tona durante o século xx – até, digamos, a década de 1970 – foi profundamente marcada por representações culturais da nacionalidade, e é pouco provável que elas possam responder aos anseios da nova imaginação cultural que se vê emergindo no país (ou das tantas novas imaginações culturais que aí pressionam para vir à tona). Fique bem entendido: não me interessa aqui examinar o nacionalismo, propriamente, mas a centralidade que a reflexão sobre o Brasil revelou em tantas obras de cinema, teatro, literatura, música e artes plásticas realizadas no século passado, sobretudo entre os anos 1960 e 1970, justamente quando a produção artística mais inquieta do período realizou uma espécie de tabula rasa da tradição política nacional-popular.

Por certo, caberá levar em conta o modo negativo, sob o qual essas representações às vezes compareceram na produção artística e intelectual mais inquieta do século passado, mormente aquela que emergiu nos anos que medeiam entre as décadas de 1960 e 1970, conforme disse há pouco. O golpe civil-militar de 1964, como se sabe, terá contribuído crucialmente para o desencantamento das visões essencialistas da nacionalidade que haviam marcado o debate brasileiro na

primeira metade do século. Na produção artística pós-golpe essas visões se manifestavam, por assim dizer, *destotalizadas*, às vezes beirando o informe, como no caso de Hélio Oiticica ou Artur Barrio, ou ainda submetidas a procedimentos de colagem, montagem, com o recurso à paródia e à citação, como se vê nas obras de Antonio Dias e Rubens Gerchman.

Tal processo de dessublimação alcançou momentos culminantes no tipo de pessimismo anárquico – de notável efeito crítico – no chamado cinema experimental da época, nos filmes de Júlio Bressane e Rogério Sganzerla (nos quais as alegorias da nacionalidade mostram-se transtornadas, viradas do avesso²). Ainda assim, tal fenômeno de dessublimação das figuras da nacionalidade nem de longe permitiria entrever a reviravolta na compreensão da sociedade brasileira que desponta em meio à agudização dos problemas nacionais nas últimas décadas. Tal reviravolta por certo afeta profundamente a política de gestão das Brasileiras.

O termo Brasileira, como se sabe, adquiriu sentido técnico e conceitual mais estrito em iniciativas sobretudo do campo editorial, durante os anos 1930, quando passou a designar o patrimônio bibliográfico sobre a formação brasileira a partir do século xvi, nas mais diversas áreas do conhecimento. Não parece ter sido por acaso que, no momento mesmo em que o termo encontrava sua acepção “aplicada” e mais estrita na empreitada dos bibliófilos, a gama de temas que ele descortinava ganhava tranco no debate brasileiro. Nesse ambiente logo se precipitava, junto a uma notável consolidação cultural, o processo de institucionalização do campo de estudos ao qual cabia a tarefa de um acerto de contas com o país marcado pelo estigma do atraso e pelo sentimento do descompasso com o mundo industrializado.

Exemplo marcante desse processo de institucionalização e disseminação de um complexo de temas brasileiros – ligados ao passado colonial, às desigualdades sociais, à dependência e ao atraso, aos efeitos persistentes do legado escravocrata na moderna sociedade brasileira – é o surgimento, nesse período, de um universo diversificado (e com cargas ideológicas variadas) de imagens da nacionalidade, imagens-síntese do país. Ressaltava, nessas imagens, a preocupação de seus artífices ou patrocinadores em providenciar coesão e unidade ao cenário de uma sociedade notoriamente dividida pela iniquidade social e pela segregação da população negra. Para além da propaganda oficial que vicejou na era Vargas, visando fixar as figuras de uma nacionalidade triunfante, não se poderão desconsiderar as imagens complexas

² Para uma análise primorosa da espécie de decomposição da matéria nacional nas imagens que apresentam os jovens realizadores da geração pós-cinema novo ver Ismail Xavier, *Alegorias do Subdesenvolvimento. Cinema Novo/Tropicalismo/Cinema Marginal*, São Paulo, Cosac Naify, 2012.

da nacionalidade que surgiram na arte, na literatura, na arquitetura e numa emergente cultura popular urbana, plenamente moderna, a brotar nas principais capitais do país (dela são exemplos: o trabalho gráfico da ilustração e da caricatura de sátira política da imprensa diária, os ornamentos dos desfiles carnavalescos, o samba carioca começando a se ver difundido na nascente indústria fonográfica etc.)

Embora muito dessa visualidade – genuinamente moderna e popular – não raro tivesse sido convocada para fazer coro com as imagens sem fissuras da agenda nacionalista oficial, de modo algum pode ser a ela igualada. Essas imagens, diferentemente da pura propaganda, se enraízam na tradição artística moderna brasileira e formam uma rica matéria crítica, que bem ou mal dá notícias da aspiração cultural a uma unidade imaginária de país, cujas fraturas, ademais, não deixavam de vir à superfície, frequentemente à revelia de seus autores, que eventualmente podiam, inclusive, se ver cercados pelo privilégio do patronato oficial e de benesses auspiciadas pelo convívio com a elite.

De fato, imagens variadas de uma “modernidade nacional” estiveram presentes – e de modo estridente – no modernismo dos anos 1920, principalmente nas pinturas de Tarsila do Amaral e na escrita de Oswald de Andrade, embora a mensagem da nacionalidade nessas obras estivesse longe de alcançar o processo de generalização e institucionalização que ocorreria na década subsequente, sob a pressão política e social dos acontecimentos e da centralidade das iniciativas oficiais no campo da cultura.

Como tantos autores já notaram³, os estratagemas formais e estilísticos da pintura dos chamados período pau-brasil e antropófago da artista e, sobretudo, da poesia dos anos 1920 e também presentes na escrita do *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade (Fig. 1), revelariam muito do passado senhorial e da sociedade escravista que marcavam a biografia de seus autores. Mas mesmo nestas obras, à luz dos evidentes signos de privilégio que elas não conseguem dissimular, desponta uma experiência estética reveladora, irredutível à pura ideologia; e nesta também se depositam, junto aos materiais, por assim dizer, “programáticos” do nacionalismo da elite intelectual paulista, elementos que ingressaram sorratamente nas obras, que terão escapado ao controle de seus criadores, vindos à luz à contrapelo. Os vieses de gênero, raça e classe que se engastam, por exemplo, na matéria formal de *A Negra* (Fig. 2), que Tarsila pintou em Paris, em 1923, de modo algum diminuem o interesse da pintura; pelo contrário, a análise percuciente da materialidade da obra mostrará que os aspectos disjuntivos da sociedade brasileira talvez nunca tivessem sido enunciados com tanta limpidez e de maneira tão franca – como brutal – na arte brasileira.

³ Destaco dois textos de Vinícius Dantas, dentre os que, junto a uma implacável sociologia do modernismo paulista, oferecem análise detida das obras propriamente ditas: “A Poesia de Oswald de Andrade”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 30, pp. 191-203, jul. 1991; e “Entre a Negra e a Mata Virgem”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 45, pp. 100-116, jul. 1996.



FIG. 1. Capa da obra *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) Ilustração de Tarsila do Amaral. ACERVO BBM

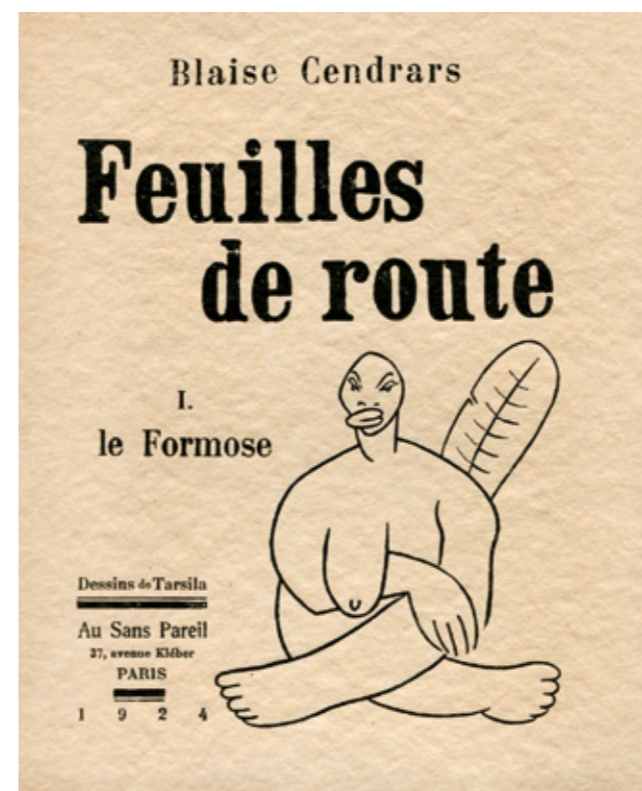


FIG. 2. Capa da obra *Feuilles de Route*, de Blaise Cendrars (1924), com a ilustração de *A Negra*, por Tarsila do Amaral. ACERVO BBM

Numa bela análise do poema “Mário de Andrade Desce aos Infernos”, presente em *A Rosa do Povo* (Fig. 3), que Carlos Drummond de Andrade escrevera entre 1943 e 1945, a crítica Iumna Maria Simon sintetiza a importância do modernismo dos anos 1920, situando com finura a modernidade desencantada do poeta, sua visão melancólica do movimento. Segundo a autora, o poema que Drummond dedicara ao escritor paulista era “[...] um elogio fúnebre da figura de Mário de Andrade no movimento modernista e de sua perseverança em totalizar todas as experiências de Brasil, em captar ecumenicamente a presença social e cultural das vozes do país”. A autora oferece uma análise lúcida do legado dos anos 1920, ao notar que, para Drummond, “a morte de Mário é nesse poema um ponto de inflexão, ou maturidade de um longo processo de esclarecimento sobre a lógica das dependências do progresso e sobre a capacidade de o país mestiço, saído da escravidão, se integrar ou resistir aos rumos do capitalismo”. Iumna prossegue, notando que a morte do amigo propiciara a Drummond “reconsiderar o projeto e a realização modernistas, seu alcance e legado”, a “rosa do povo” drummondiana sendo “o modernismo”, “a metáfora do abrir-se e despetalar-se da rosa” marcando “o projeto e o fim de uma época [...]”⁴. Seja como for, o reconhecimento da dissimulada posição de mando em tantas das imagens totalizantes da nacionalidade presentes na obra de Tarsila (ou de Oswald) não isentará, absolutamente, o confronto com a dimensão estética emancipadora para a qual as obras puderam apontar.

Como disse certa vez Celso Furtado, numa conferência proferida em 1984 e sintomaticamente intitulada *Que Somos?*: “a descoberta, casual ou buscada do país real pelas elites é certamente o traço mais saliente do processo cultural brasileiro do século atual”⁵; não por acaso, o termo “bovarismo cultural” aparece frequentemente nos comentários do autor, designando um traço característico dessas elites. Sem embargo dos interesses políticos e econômicos que envolvem a pugna nacionalista na história brasileira, uma “questão nacional” (que historicamente nem sempre esteve ancorada num programa político) constitui uma linha de força poderosa na arte e na cultura modernas surgidas no país no século XX e é, por consequência, objeto de análise crucial para a compreensão do processo cultural brasileiro pelo menos até a década de 1970 (a formação das *Brasilianas* por certo esteve embebida nessa agenda e não escapará ao enfrentamento das questões de raça e classe que ela escamoteia...). Não haverá, de todo modo, fraude nas imagens do Brasil idílico das paisagens de Guignard, nas quais o enleio da visão com a “comunidade originária” que a modernização parecia dissolver acabará sempre afastado por uma névoa espessa, a desfazer toda promessa de acesso ao passado virtuoso da “brasilidade”.

4 Iumna Maria Simon, “O Mundo em Chamas e o País Inconcluso”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 103, nov. 2015, pp. 182-183.

5 Celso Furtado, “Que Somos?”, em Rosa Freire d’Aguiar Furtado (org.), *Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2012, pp. 29-41.

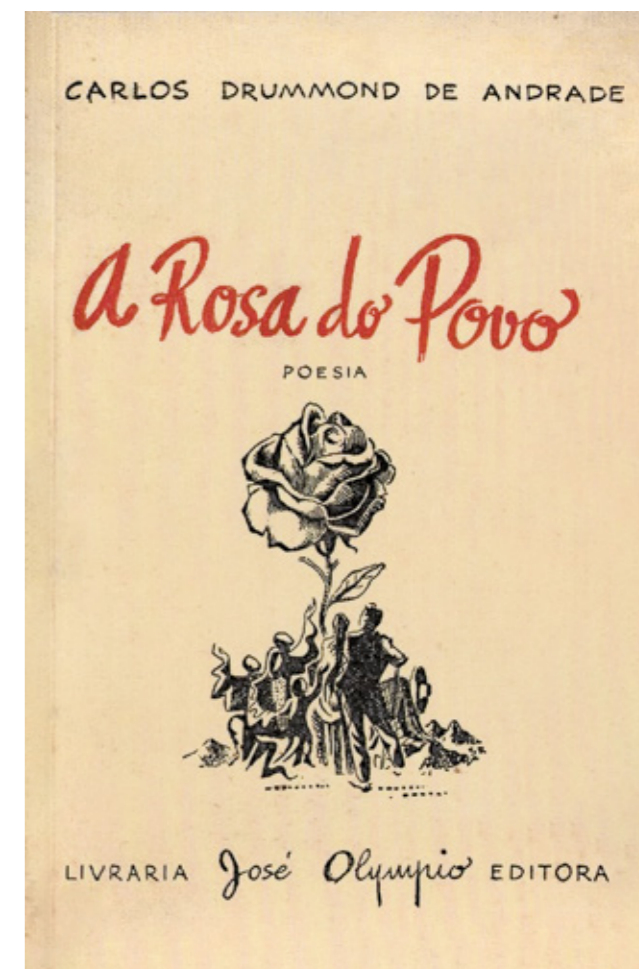


FIG. 3. Capa do livro *A Rosa do Povo*, 1945. ACERVO BBM

Mesmo que o entorno mundano ideologicamente saturado do oficialismo nacionalista tenha assediado a vida do artista entre os anos 1930 e 1960, e que o nome de Guignard tivesse sido propalado como um dos arautos da modernidade “autenticamente” brasileira, cabe examinar sua obra a contrapelo desses discursos, de modo a permitir que a obra fale por si mesma. Não há como ignorar – a propósito – que um mundo separa o difuso sentimento de nacionalidade nas obras de Guignard e, digamos, o hercúleo programa nacionalista de Candido Portinari, ambos desfrutando de prestígio e simpatias oficialistas no período mencionado – embora a esse respeito a posição superlativa de Portinari seja indisputável.

Conforme se disse há pouco, foi a partir dos anos 1930 que se generalizou e institucionalizou toda uma família de imagens da nacionalidade, a arte e a cultura em geral tendo sido seus repositórios privilegiados. Junto à criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936, a partir de projeto de Mário de Andrade, desencadeara-se um processo que sinalizava um fenômeno cultural mais fundo, que era a aspiração, então manifestando-se de maneira difusa e generalizada no país, a uma “memória nacional”; esta reclamava ser coligida (pois no

país “condenado ao moderno”, como dissera Mário Pedrosa, esta não era autoevidente...). Não fora ponto dado sem nó a viagem às cidades mineiras que os modernistas paulistas empreendem em 1924, à busca de uma memória “autenticamente brasileira”, e o barroco mineiro nos providenciava uma inestimável “origem”. O brasilianista Jeffrey Needell apontou, bem a propósito, referências proustianas em Gilberto Freyre, não sem antes ter devidamente observado o tanto de soluções de compromisso de que seria portadora a noção da “memória brasileira” presente nas formulações freyrianas (à diferença abismal, aliás, da “memória involuntária” que emerge na literatura proustiana).

Needell cita trecho do primeiro prefácio com que Freyre apresenta o seu *Casa-Grande & Senzala* (Fig. 4) – no qual fica evidente que a invocação da memória proustiana estava de fato embebida na nostalgia de uma infância senhorial que a Revolução de 30 viera lhe sequestrar:

A história social da casa grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma cousa de introspecção proustiana [...]. Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o *tempo perdido*⁶.

Gilberto Freyre, como se sabe, era parte de uma geração que tomou a si a tarefa de compreender o Brasil (os chamados “intérpretes do Brasil”, tal como propôs Antonio Candido), da qual são exemplares, como é bem sabido, além da obra do autor pernambucano (com a mencionada *Casa-Grande & Senzala*, de 1933), os estudos de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, de 1936), e Caio Prado Jr. (*Evolução Política do Brasil*, de 1933). Não obstante as tradições intelectuais contrastantes desses autores, e o fato de que Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado se inserissem no contrafluxo das imagens idílicas dominantes da nacionalidade, ainda assim os três autores revelam o compromisso de sua geração com um “destino nacional”. A ideia mesma de que a nação brasileira não se completara radicalizava-se numa tradição crítica aguerrida pelos meados do século xx, nas obras de autores como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Antonio Candido.

6 Reproduzo aqui o trecho – que recolho da edição brasileira da obra – em versão ligeiramente mais extensa do que a registrada por Jeffrey Needell: Gilberto Freyre, “Prefácio à 1ª Edição”, *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, 17. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. xxv. Cf. Jeffrey D. Needell, “Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre’s Oeuvre”, *The American Historical Review*, vol. 100, n. 1, 1995, pp. 51-77

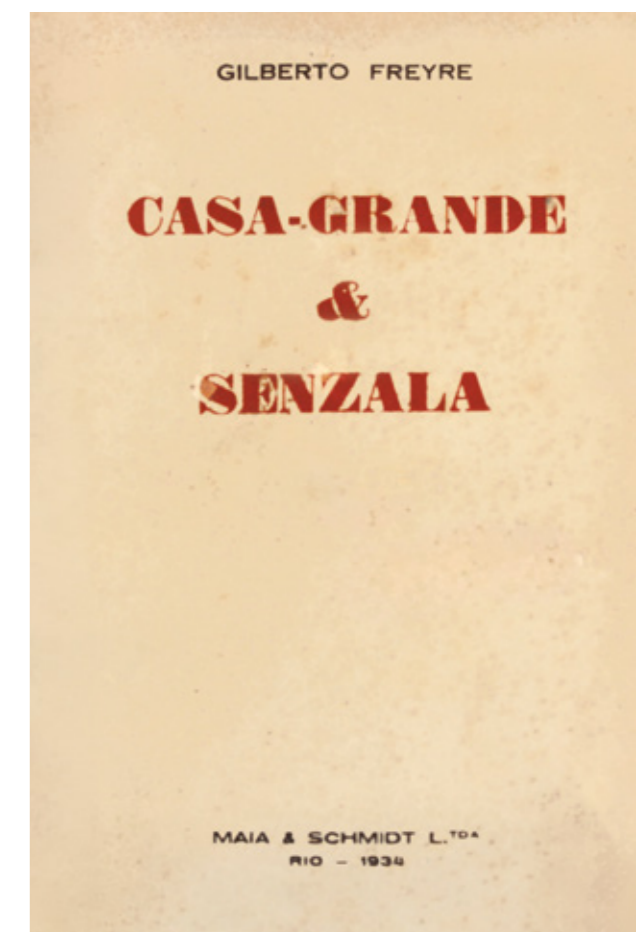


FIG. 4. Capa da obra *Casa-Grande & Senzala* (1934).
ACERVO BBM

A imagem totalizante da nacionalidade via-se suplantada pela visão problemática da formação falhada, que se impunha como objeto privilegiado de (auto)exame ao pensamento brasileiro; o tema da nacionalidade “incompleta” agudizava-se na arte e na literatura, sempre premida por mais um ciclo de modernização; uma expectativa, todavia, fraturada a partir do golpe de 1964. Seja como iniciativa voltada à sistematização do patrimônio bibliográfico sobre o Brasil, seja como manifestação de uma onipresente inquietação intelectual que indaga a formação brasileira, entendo que o horizonte de ideias que nos anos 1930 conduziu ao projeto das Brasilianas precipitou uma linha de força notável na história cultural da modernidade brasileira, da qual resultaram (e continuam resultando) estudos referenciais sobre a sociedade brasileira. O tom desses estudos, não por acaso, revelaria rumos cada vez mais sombrios nas décadas finais do século xx.

Sob a égide do capitalismo financeirizado, novos ciclos de modernização se impuseram ao país nas últimas décadas (incapazes, por certo, de despertar a verve estética e política que historicamente os caracterizara na imaginação brasileira),

sem que o século XXI tivesse voltado a acenar com o horizonte emancipador que a arte e a cultura acalentaram por momentos notáveis no século passado. É “conveniente distinguir entre modernização e modernidade”, afirmava o cientista político chileno Norbert Lechner, em estudo sobre o “atraso” latino-americano, entendendo-se por “modernização o desenvolvimento da racionalidade instrumental, em contraposição à modernidade enquanto racionalidade normativa”⁷. Lechner argumentava que,

[...] enquanto a modernidade aponta para a autodeterminação política e para a autonomia moral, a modernização refere-se à previsibilidade e ao controle dos processos sociais e naturais. A relação entre ambas contém uma tensão inexorável que caracteriza a época moderna, incluindo o debate sobre a pós-modernidade. [...] A questão de fundo é se modernidade e modernização são compatíveis⁸.

Cabe, portanto, perguntar, como fez o autor chileno: modernidade e modernização serão compatíveis? Resta-nos a certeza da histórica persistência dos “problemas brasileiros”, e a constatação do sentimento disseminado a que chegávamos, no fim do século XX, na arte, na literatura, na produção de intelectuais, a um só tempo de perplexidade e expectativa, sobre o tipo de sociedade que havíamos forjado como “nação moderna”. E, ainda acompanhando Lechner, no mesmo artigo, impõe-se

[...] reconhecer o fato de que a exclusão de um terço da população [da América Latina], produto da modernização, é e será a realidade de nossos países. Não existe atualmente alternativa para a dinâmica da modernização e isso implica abandonar uma dupla ilusão: considerar a marginalização como um obstáculo ao desenvolvimento e, a partir daí, fazer de sua solução um objetivo político. Pelo contrário, como vimos, a exclusão social transforma-se em momento estrutural próprio da integração transnacional, e torna inviável uma política de desenvolvimento com equidade⁹.

Quero passar à parte final de minha apresentação buscando atinar com perspectivas para além do pessimismo que ecoa nas palavras de Lechner, e a partir de agora retornando ao tema proposto. Cabe indagar: não terá mais do que chegado a hora de revermos as ideias de Brasil, as figuras de nacionalidade que na modernidade brasileira, sobretudo a partir da década de 1930, motivaram bibliófilos e colecionadores a cultivarem suas coleções Brasilianas – ao menos as que começavam a ser publicamente reconhecidas sob essa designação? Não estou sugerindo uma reflexão histórica ou filológica do termo “Brasiliana” estou propondo que de

7 Norbert Lechner, “A Modernidade e a Modernização São Compatíveis? O Desafio da Democracia Latino-Americana”, *Lua Nova*, n. 21, set. 1990, pp. 73-74.

8 *Idem*, p. 74.

9 *Idem*, p. 82.

lá para cá parece restar pouco do *ethos* de uma cultura brasileira compartilhada da qual terão resultado os projetos de criação de tantas Brasilianas. Há uma multiplicidade de experiências culturais hoje em curso no país, e elas dão notícias de mudanças radicais na maneira como os brasileiros se autocompreendem; essas mudanças permitiram que viessem à tona e se pusessem na agenda dos “problemas brasileiros” ou dos “estudos brasileiros” questões de classe, gênero e raça historicamente invisibilizadas na conformação da sociedade brasileira, as quais a custo se deixariam explicar à luz dos critérios epistemológicos que informaram as modernas Brasilianas no século XX.

Não obstante os vieses ideológicos, havia, certamente, alguma ideia de Brasil acalentando o projeto político da elite culta da qual provinha Rubens Borba de Moraes (cuja coleção redundou em importante núcleo da BBM), ou, mais precisamente, da geração de intelectuais paulistas daquele período, comprometidos com a ideia de uma modernidade nacional, como também havia uma ideia de Brasil subjacente à criação do próprio IEB, em 1962. Sabemos que essa imaginação – e a dimensão emancipadora de que foi, muitas vezes, portadora – há muito feneceu. Como corolário da tarefa de revisão da ideia de Brasil que nos anos 1930 moveu a formação de muitas das coleções Brasilianas, e que mais tarde precipitou a transferência delas para instituições públicas de pesquisa, não seria o caso perguntarmos se já não é tempo de confrontarmos, não apenas o ambiente de ideias que nutriu a constituição das Brasilianas modernas – banhadas no nacionalismo dos anos 1930 –, mas também a fortuna crítica que no século passado vicejou numa espécie de interface com as Brasilianas, isto é, essa fortuna crítica que nasceu do esforço de pensar o Brasil, e que resultou em estudos referenciais sobre a dependência, o subdesenvolvimento, a desigualdade, em autores, por exemplo, como Celso Furtado, Florestan Fernandes e Paul Singer?

Estou sugerindo, enfim, que parece ter chegado a hora de rever, à luz dos problemas que se põem, hoje, à sociedade brasileira, a imensa e longa fortuna crítica que essas coleções fizeram ressoar ao longo do século XX. Estou longe de negligenciar a importância dessa produção crítica, que hoje é referência indispensável a quem quer que se interesse pela discussão do legado do colonialismo nas sociedades contemporâneas e dos problemas da modernização tardia em países como o Brasil. Mas não posso deixar de conjecturar que o Brasil das últimas duas décadas se põe a anos-luz do país que emergiu como principal objeto de interesse para aquelas gerações de artistas, escritores e intelectuais, mesmo aquelas que já encontraram um contexto urbano e modernizado a partir dos meados do século XX e, pouco depois, o país já tragado pelo projeto da modernização autoritária da ditadura civil militar.

Estou sugerindo, enfim, que desde meados da década de 2010 (sem poder aqui me aprofundar, tomemos como um possível divisor de águas as massivas manifestações que tomaram as ruas brasileiras em junho de 2013) nos defrontamos com um país radicalmente diverso daquele que instigou a geração de intelectuais

como Antonio Candido, Celso Furtado ou Paul Singer, esses titulares de importantes acervos no IEB. Parece-me, portanto, que é mais do que chegada a hora de propormos novas agendas às coleções Brasileiras, e é provável que a partir delas venhamos a pensar o Brasil em termos muito diversos daqueles à luz dos quais historicamente o abordaram gerações de artistas, escritores e intelectuais. A questão do racismo, tão internalizado quanto invisibilizado na sociedade brasileira, em suas estruturas institucionais, jurídicas, legislativas, as desigualdades sociais fomentadas e agravadas em razão do racismo e da desigualdade de gênero estão, sem dúvida, no centro desta nova agenda. Precisamos providenciar formas novas e mais efetivas de acesso e pesquisa a nossas coleções, precisamos ao mesmo tempo trabalhar pela formação de uma nova geração de intelectuais negros, que inclua a presença decisiva de mulheres, e que possa propor novos olhares a nossas coleções Brasileiras, que possa fazer perguntas que até aqui não foram feitas, que não quisemos ou não conseguimos fazer. O mesmo se pode dizer em relação à tarefa de contribuir para a formação acadêmica de alto nível de jovens indígenas que desejem seguir a carreira, e que certamente estarão empenhados em rever os cânones europeus fixados no relato do encontro com os povos originários, tal como aparece em nossas Brasileiras.

Isso implica não apenas a formulação de ações decisivas no que diz respeito às políticas de acesso e formação que devem nutrir e lastrear nossas coleções, mas também, possivelmente, na revisão da ideia que se consagrou do que seja Brasileira, isto é, cabe perguntar: que categorias de objetos e que escopo temporal poderiam ainda se ver incluídos na categoria “Brasileira”, tal como se apresenta atualmente? Imagino que muitos objetos que passam a reclamar nossa atenção hoje talvez não se vejam contemplados nessa categoria. Do ponto de vista dos gestores dessas coleções, as agendas que mencionei há pouco parecem exigir a criação de novas linhas de atuação. Resumirei aqui apenas alguns problemas principais, aos quais nossas coleções não podem permanecer alheias:

1. Como melhorar o modo como se gere e disponibiliza a informação, como também a qualidade da informação, em face desse manancial estratégico que mantemos em nossas coleções? É preciso melhorar o acesso, disponibilizar os dados de forma mais inteligente, integrada, sobretudo quando os acervos trazem tipologias diversas. É urgente pensar em novas formas de gestão de dados, que possam oferecer o objeto central de interesse do consultante interconectado a um contexto mais rico de informações, capaz de associar objetos a distantes.
2. Como resistir às demandas de massificação da informação? Para uma instituição como o IEB, torna-se um problema o interesse de grande parte dos que nos procuram – sobretudo instituições de arte e cultura e editoras – sempre endereçado às mesmas imagens de obras célebres mantidas em nossos acervos, reforçando mitologias e algo como uma fetichização dessas obras de arte. É um tipo de demanda que advém basicamente do chamado mundo da cultura e do entretenimento, e que em geral redonda

em exposições, mas sobretudo numa massa colossal de publicações de divulgação e entretenimento, raramente com algum vínculo com pesquisa, ou indicando vínculos demasiado fracos a algo que se possa entender como pesquisa – evidentemente, não cabe a um acervo julgar o mérito das demandas de interessados, e é nosso dever contemplar essas demandas. Por outro lado, as instituições não podem se deixar consumir e direcionar pela pressão da massificação (e mercantilização) do campo da cultura. Em suma: como garantir o caráter formador de nossos acervos, o compromisso com a pesquisa, sobretudo porque essa pressão, que onera a instituição com tempo considerável e expertise altamente qualificada, raramente provém de instituições de pesquisa?

3. Como responder à tarefa de resgate de memórias dispersas, não expressas na tradição culta, de segmentos importantes e negligenciados da sociedade brasileira?
4. Desafios operacionais: quanto uma coleção pode se expandir num país como o Brasil, com limitações de orçamento, acesso a tecnologias de última geração etc.?



Por uma Noção Ecológica de Raridade Bibliográfica¹

João Cardoso

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

433

O acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) formou-se a partir de dois grandes pilares: 1. é uma biblioteca de livros e outros documentos (manuscritos, iconografia, periódicos etc.) relacionados ao Brasil e 2. esses livros são em sua grande parte considerados livros raros ou especiais. No mundo da bibliofilia, livros raros são o motor fundamental do colecionismo, pois são eles os mais cobiçados, muitas vezes os únicos itens de fato colecionáveis. Tomo aqui o termo bibliófilo no sentido mais estrito de colecionador de livros raros. Rubens Borba de Moraes, em seu *Bibliófilo Aprendiz*, define o que são obras raras para esses amantes de livros:

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem que ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra².

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Simpósio Internacional Novas Comunidades, Novas Coleções, realizado em 15 de maio de 2024, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

2 Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*. São Paulo, Publicações BBM, 2018, pp. 79-80.

Por essa passagem, é possível dizer que a bibliofilia opera numa lógica econômica. Deve-se entender econômico num sentido amplo, isto é, algo que envolve trocas monetárias, mas também trocas simbólicas, que conferem ao bibliófilo prestígio, admiração, autoridade. Dizer que a bibliofilia opera numa lógica econômica não significa que esta determine todo seu alcance. Basta lembrar que, por décadas, a biblioteca privada de Guita e José Mindlin esteve aberta a pesquisadores do Brasil e do Mundo, servindo, assim, a finalidades públicas.

Um ponto problemático da lógica econômica como base da bibliofilia está no conjunto de processos que determinam que certas obras, autores, livros têm valor e outros não; que certos livros sejam cobiçados, colecionados, conservados, lidos, comentados e outros não; que certos livros sejam cuidados com todo zelo e outros sejam jogados às traças. Ao contrário do que diz Borba de Moraes, o que torna o livro procurado não são apenas as “particularidades inerentes a cada obra”, mas são também, e talvez principalmente, as particularidades inerentes às comunidades em que se situam os bibliófilos. São os valores desta que determinam os valores daquela.

Passando para o outro pilar, em *O Bibliófilo Aprendiz*, Borba de Moraes definiu também o conceito de coleção Brasileira, que, para ele, limitava-se a livros raros de alguma forma relacionados ao Brasil. Contudo, agora a raridade define-se não tanto por critérios econômicos, quanto cronológicos. Diz ele que formam uma Brasileira “todos os livros sobre o Brasil impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros impressos no estrangeiro até 1808”³.

Borba de Moraes reconhece que esse tipo de critério é em larga medida arbitrário, mas não chega a refletir que classificações arbitrárias socialmente compartilhadas são propriamente o que produz valor. Quer dizer que esse tipo de definição pode influenciar o que é mais ou menos digno de ser desejado, conservado e transmitido. A biblioteca indisciplinada de Guita e José Mindlin sem dúvidas se formou por influência de seu amigo Borba de Moraes. Mas sua indisciplinada permitiu que ela ampliasse bastante o que era digno de constar em sua Brasileira.

Ainda está a ser feita uma investigação aprofundada sobre como a coleção de Guita e José Mindlin incorporou a ideia de Brasileira. Essa investigação ajudaria a compreender como o Brasil era entendido e valorizado por meio dos livros que formam a coleção. Intuo que a formação dessa coleção é mais um item do conjunto de reflexões sobre a formação do Brasil, que contemporâneos de Mindlin fizeram nos meados do século XX: penso na *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, na *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., na *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, entre outras obras do gênero. Contudo, não pretendo avançar nessa investigação, mas refletir sobre certas implicações da doação da coleção de Guita e José Mindlin à USP e de seu estabelecimento, a partir de 2013, como uma instituição pública e universitária.

3 *Idem.*, p. 223.

Como herdeira de um inestimável legado, cabe à BBM/USP conservar e valorizar não apenas a coleção formada por seus doadores, mas também a história de sua formação. Ao mesmo tempo, creio que seja igualmente importante que ela reflita sobre os impactos derivados das transformações pelas quais essa coleção tem passado. Agora, a lógica econômica da bibliofilia cede espaço a outras premissas.

É comum encontrar na literatura sobre livros raros uma divergência entre bibliófilos, que têm uma ideia de raridade atrelada mais ao valor econômico, e bibliotecas públicas, que pensam a raridade mais em termos cronológicos, geográficos, de potencial para pesquisa etc. Se há de fato diferenças importantes entre os pressupostos que sustentam o colecionismo privado e os que sustentam os acervos públicos, é preciso admitir que a Coleção BBM situa-se num ponto de encontro entre ambos.

Pensando em sua condição de instituição pública e universitária, eu gostaria de propor que a BBM pense na sua coleção em termos ecológicos, mais do que econômicos. Trata-se de um esboço apenas, de uma ideia que se abre à discussão e ao debate.

Assim como a economia, a ecologia deve ser pensada num sentido amplo. Em vez de trocas, a ecologia pensa nas relações que organismos de um sistema mantêm entre si e com o mundo circundante. Ela aborda as condições de existência, assumindo que todos os elementos do sistema são importantes, pois são as relações entre eles que produzem equilíbrios e desequilíbrios. Por esse aspecto, não se pode conceber coleções bibliográficas desconectadas de suas comunidades, pois o sistema só se compreende ao se atentar para ambas, ou melhor, o sistema é a relação entre conjuntos de documentos e conjuntos de pessoas.

Arrisco um exemplo tirado do mundo dos livros. Desde sua publicação, em 1865, *Iracema*, de José de Alencar, foi continuamente republicado. Apenas no Acervo BBM, há, além da primeira edição, edições de 1870, 1878, 1911, 1913, 1923, 1941, 1948 (Figs. 1-6) etc. Até hoje, a transmissão do livro perpetua-se no ecossistema cultural brasileiro, e isso torna sua primeira edição cobiçada por bibliófilos e instituições de guarda.

Anos antes, em 1859, foi publicado o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Mais de cem anos depois, em 1975, saiu uma edição fac-similar do livro. Neste século, a obra passou a ser reeditada de maneira regular. Até que ressurgisse o interesse pelo título, sua primeira edição passou décadas não “valendo mais que o seu peso como papel velho”. Era tamanho o desinteresse que, até onde estou informado, não é conhecido nenhum exemplar da primeira edição. Esse objeto está extinto.

O fato de Maria Firmina dos Reis ser uma mulher negra, habitante da distante província do Maranhão e contestadora do sistema escravocrata ajuda a explicar tanto o duradouro desinteresse por sua obra quanto a sua redescoberta. Essa redescoberta está conectada a uma série de mudanças em vários âmbitos da sociedade brasileira, incluindo as universidades.

Há mais ou menos uma década, a Universidade de São Paulo, com considerável atraso em relação a outras universidades públicas brasileiras, tem implementado um sistema de cotas no processo de seleção de seus estudantes. A implementação das cotas, diga-se, é fruto direto da luta de muitos setores marginalizados da



FIG. 1. Capa da primeira edição de *Iracema* (1865).

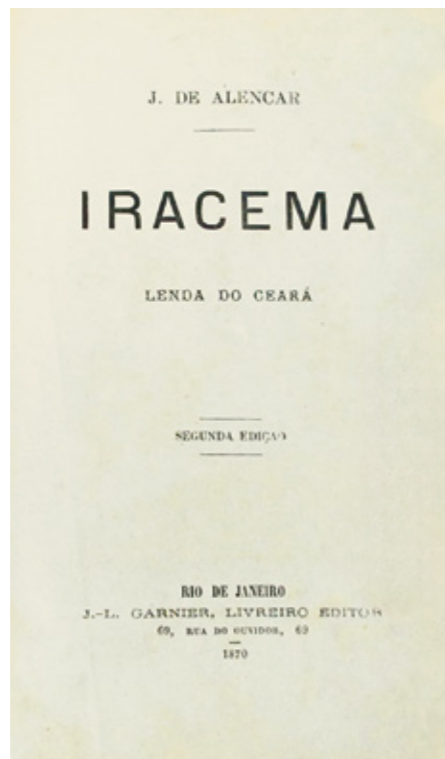


FIG. 2. Folha de rosto da 2ª edição de *Iracema* (1870).

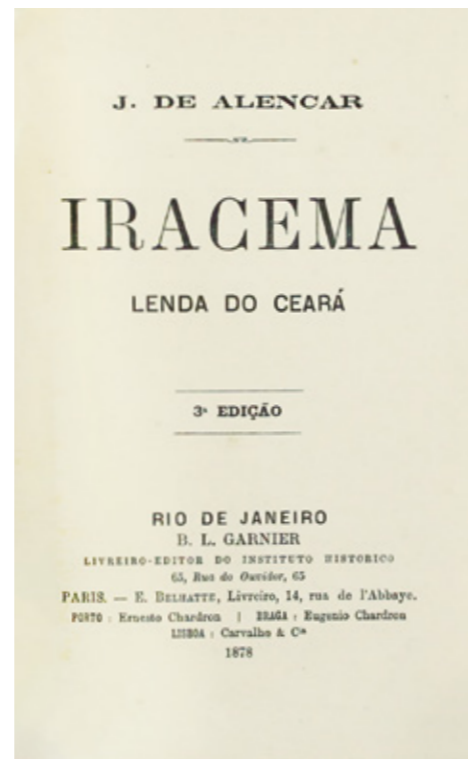


FIG. 3. Folha de rosto da 3ª edição de *Iracema* (1878).

FIG. 4 E 5. Folha de rosto das edições de 1911 e 1913, respectivamente.

ACERVO BBM

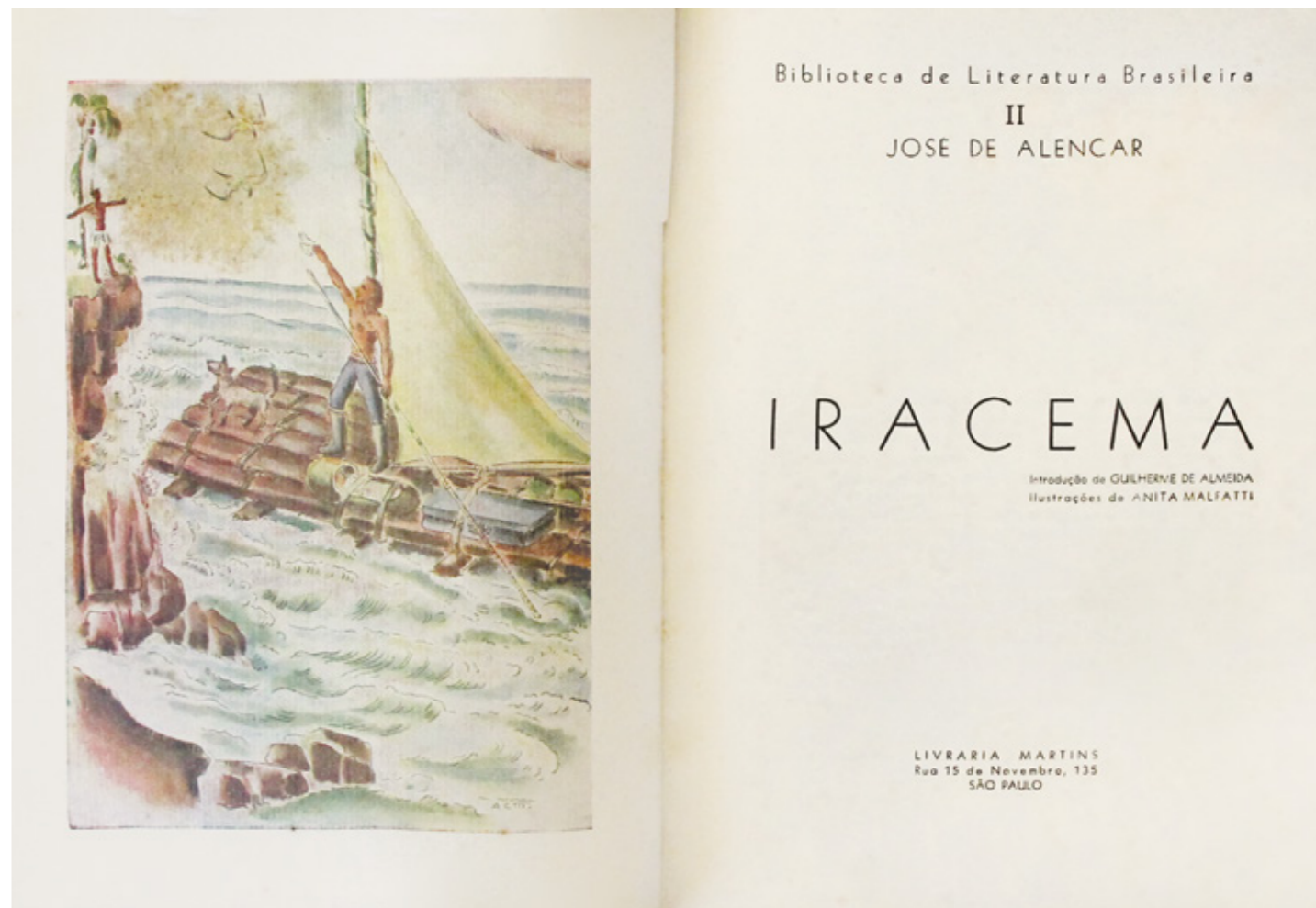
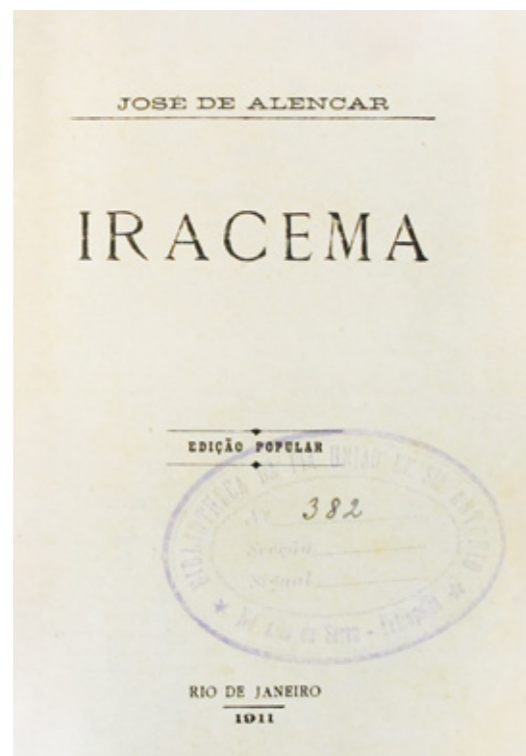


FIG. 6. Edição de *Iracema* com ilustrações de Anita Malfatti (1941).
ACERVO BBM

sociedade. O impacto mais flagrante dessa política é ver os espaços da universidade frequentados por uma diversidade cada vez mais vistosa de rostos, cores de pele, origem geográfica e social, modos de vestir, de falar, de interpelar o mundo e a própria universidade.

Essa pluralidade crescente passa a ser parte ativa da Universidade, repercutindo tanto na maneira como políticas acadêmicas devem ser pensadas e executadas quanto na forma como o conhecimento é produzido e transmitido. Sobre esse último ponto, é preciso assumir definitivamente que a produção de conhecimento nunca esteve e nunca estará dissociada de questões sociopolíticas. Isso quer dizer que a progressiva mudança da comunidade acadêmica virá acompanhada de novos problemas e questões colocados a objetos, fenômenos, eventos e processos já estabelecidos ou que até agora não tiveram espaço nas pesquisas acadêmicas.

Como parte de um ecossistema sociocultural, as transformações de contexto produzem transformações nas relações. E, considerando que são as relações que conferem os valores dos organismos do sistema, se uma instituição como a BBM não se atentar para as transformações, corre o risco de não cumprir com os compromissos públicos para com as comunidades que a orbitam.

Há vários exemplos de que a BBM tem estado atenta às transformações das comunidades, tanto acadêmicas, numa escala mais próxima, quanto da sociedade brasileira, numa escala mais abrangente. Por exemplo: na exposição *200 Livros Para Pensar o Brasil*, realizada na Biblioteca no segundo semestre de 2022, havia um convite para que o público expandisse a lista de 200 livros. Houve muitas sugestões, ou mesmo reivindicações, de autoras e autores periféricos, negros, indígenas, LGBTQIAPN+.

Não por acaso, no ano seguinte, as comemorações dos 10 anos da BBM na USP levaram o título de BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva. O que vive se transforma, a capacidade de se transformar é um sinal de vitalidade. Assim, em seminário, exposição, publicações etc., foram pautados os desafios da BBM em seu novo contexto. Novamente notamos as reivindicações de que a BBM abra espaço para obras de autorias de que tinham pouco destaque ou representatividade no acervo.

A redescoberta do romance de Maria Firmina dos Reis faz parte de todo esse processo de reivindicações. Por meio dele, a obra pode assumir seu lugar no ecossistema sociocultural brasileiro. Com isso, o livro de Maria Firmina dos Reis pode contribuir com um entendimento mais diverso, profundo e complexo da literatura brasileira do período, da autoria feminina, da autoria negra, da luta abolicionista, entre outros temas.

A trajetória de papel velho que o romance percorreu por anos a fio poderia ter resultado no desaparecimento completo da obra, antes que ela pudesse ter se preservado numa nova edição. Essa extinção teria resultado numa visão empobrecida do ecossistema cultural brasileiro e só disporíamos de uma imagem bem menos complexa da literatura, da atividade intelectual, artística e política das pessoas negras na segunda metade do século XIX no Brasil. Felizmente,

a obra, enquanto entidade imaterial, foi preservada em outras edições, e a extinção, ainda que muito lamentável, resume-se ao legado material da primeira edição do primeiro ou pelo menos de um dos primeiros romances de autoria feminina escrito no Brasil.

Esse é um de muitos exemplos que me inspira a pensar a raridade de um livro em termos ecológicos. E é a partir dele que esboço a seguinte definição ecológica de raridade bibliográfica:

A raridade de uma determinada edição de uma determinada obra define-se pelo risco relativo de ela se extinguir, deixando de fazer parte de um ecossistema cultural, seja completamente, quando todo o conteúdo da obra se perder com a edição extinta, seja materialmente, quando o conteúdo da obra tiver sido preservado em outras edições não extintas.

Essa proposta de definição de raridade, decididamente abrangente, situa-se numa etapa anterior à de definição de valor individual. Ela postula que toda obra, em todas as suas edições, é parte de um ecossistema cultural, que se preserva e se transmite, num processo que inevitavelmente produz transformações, apagamentos, extinções. Os valores das obras (culturais, históricos, políticos, monetários) são produtos das relações entre os elementos do sistema, que incluem objetos e humanos, distribuídos em comunidades diversas, cada qual com interesses, propósitos, pensamentos próprios. Todos esses atores são importantes para se definir o valor de raridade de um livro e, no limite, de qualquer objeto cultural.

Os critérios que definem a raridade de uma obra devem ser determinados pelo entendimento do ou dos ecossistemas em que um livro está inserido e pela responsabilidade de cuidar daqueles cuja perda teria mais impacto para o sistema e para as comunidades que o formam. Essa determinação envolve decisões técnicas, mas também, e sobretudo, político-epistemológicas.

A USP e outras universidades públicas estão cada vez mais plurais e essa pluralidade tem repercutido de muitas maneiras. As reivindicações que nós na BBM temos ouvido revelam que muitas vozes, muitas línguas, muitas formas de pensar e de se expressar têm sido relegadas ao esquecimento, ameaçadas pelo rolo compressor do mundo ocidental-capitalista. Essas reivindicações reafirmam que é a diversidade a maior garantia de que um ecossistema pode se preservar num equilíbrio dinâmico e fértil.

Sem excluir o legado valiosíssimo que uma certa lógica de formação nos transmitiu, creio que é a hora de dedicarmos nossa atenção e cuidado a obras, autoras e autores que têm sido sistematicamente informados de que eles não têm lugar no sistema. São emblemáticas, nesse sentido, as reflexões de Davi Kopenawa, xamã ianomâmi e um dos mais brilhantes pensadores da atualidade. A passagem que segue está no livro *A Queda do Céu*, que ele compôs em parceria com o antropólogo francês Bruce Albert:

Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos *xapiris* estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. São as palavras de *Omama*. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. Agora é minha vez de possuí-las. Mais tarde, elas entrarão na mente de meus filhos e genros, e depois, na dos filhos e genros deles. Então será a vez deles de fazê-las novas. Isso vai continuar pelos tempos afora, para sempre. Dessa forma, elas jamais desaparecerão. Ficarão sempre no nosso pensamento, mesmo que os brancos joguem fora as peles de papel deste livro em que elas estão agora desenhadas; mesmo que os missionários, que nós chamamos de “gente de *Teosi*”, não parem de dizer que são mentiras. Não poderão ser destruídas pela água ou pelo fogo. Não envelhecerão como as que ficam coladas em peles de imagens tiradas de árvores mortas. Muito tempo depois de eu já ter deixado de existir, elas continuarão tão novas e fortes como agora. São essas palavras que pedi para você fixar nesse papel, para dá-las aos brancos que quiserem conhecer seu desenho. Quem sabe assim eles finalmente darão ouvidos ao que dizem os habitantes da floresta, e começarão a pensar com mais retidão a seu respeito?⁴

Para Kopenawa, o conhecimento valioso é sempre novo e forte e quem o possui tem a obrigação de fazê-lo circular. Sem isso, ele não tem razão de ser. É por isso que ele desconfia das instituições de preservação da memória que os brancos mantêm: “Afim, depois de ver todas as coisas daquele museu [Museu do Homem, em Paris], acabei me perguntando se os brancos já não teriam começado a adquirir também tantas de nossas coisas só porque nós, ianomâmis, já estamos começando também a desaparecer”⁵. Kopenawa entendeu muito profundamente o mundo dos acervos ocidentalizados e nós só começamos a tatear como ele pode ser para comunidades que pensam o mundo de outra forma.

Para Kopenawa, raridade não é um valor, mas um sinal de alerta. Que conhecimentos materializados em objetos possam ser valorizados e cobiçados por instituições de preservação da memória, em razão de sua raridade, é um indício de que eventos catastróficos podem estar por vir. Por esse entendimento, a raridade impele as instituições a uma dupla responsabilidade: 1. contribuir para que objetos raros e os conhecimentos a eles associados possam alcançar uma situação mais segura, afastados do risco de extinguirem e 2. contribuir para que as comunidades que produziram esses objetos e que estão diretamente vinculadas aos conhecimentos e valores a eles associados sejam as protagonistas de sua salvaguarda.

4 Davi Kopenawa e Bruce Albert, *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Vanomami*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, pp. 65-66.

5 *Idem*, p. 429.





A Brasileira Guita e José Mindlin na USP

Alexandre Macchione Saes

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

É com enorme alegria que compartilho¹ essas reflexões sobre o conceito de Brasileira com colegas que hoje dirigem instituições que estão entre as mais relevantes brasileiras do país e do mundo: Biblioteca Nacional, Instituto de Estudos Brasileiros e Arquivo do Estado de São Paulo. Diálogo ampliado durante o evento **BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva**, com a presença de instituições voltadas para a preservação de coleções como a da BBM, tais como o Instituto Moreira Salles, o Itaú Cultural, a Biblioteca Mário de Andrade, a Biblioteca Oliveira Lima e a Biblioteca Nacional da França. Agradeço a adesão de todos ao convite para estabelecer esse ambiente de trocas, nos oferecendo relevantes contribuições, com a convicção de que a reflexão sobre “o futuro das brasileiras” não terá nenhum sucesso se não for produzida coletivamente. Isto é, um trabalho coletivo que deve caminhar tanto para fomentar a reflexão e a problematização do conceito que nos une como coleções quanto o trabalho coletivo que pode potencializar nossos projetos voltados para a preservação da memória e da cultura brasileira.

¹ Texto baseado em palestra proferida no dia 17 de maio de 2023 na mesa “O Futuro das Brasileiras”, no Seminário **BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva**.

A preocupação com a temática não é propriamente nova na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. No contexto de inauguração do prédio que passou a abrigar a generosa doação do casal Guita e José Mindlin na Universidade de São Paulo, em 2013, a BBM organizou o primeiro seminário Brasileira, Brasileiras e, no ano seguinte, a Jornada de Estudos Rubens Borba de Moraes. Ao homenagear o bibliófilo e responsável pela canonização do conceito, o seminário propunha “discutir a validade e a atualidade do conceito de brasileira na formação de coleções especializadas e na pesquisa bibliográfica contemporânea”². Chamava atenção, naquela altura, o desafiador projeto de digitalização e de formação da biblioteca digital, num contexto de crescente utilização da expressão brasileira para designar os acervos e coleções de livros raros sobre o Brasil³. Como afirmou a então pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária, atual vice-reitora da USP, professora Maria Arminda do Nascimento Arruda: “Esta primeira jornada de estudos neste espaço especialmente comprometido com o livro traz uma reflexão importante sobre a sua preservação e também sobre a documentação dos manuscritos e divulgação via internet”⁴.

O tema, que esteve presente na rotina da biblioteca, por meio do desenvolvimento de projetos de estudos, da seleção das obras para o fluxo de digitalização e da elaboração de pareceres sobre as propostas de doações recebidas na BBM, recebeu novo esforço de síntese com o segundo seminário Brasileira, Brasileiras, realizado em fevereiro de 2022⁵. Quase uma década depois, novas questões passaram as contribuições desta segunda edição do evento. Com a frase “Que Brasil é esse que estamos querendo endereçar com o conceito de brasileira?”, Miguel Palmeira captou a essência das comunicações realizadas ao longo de seis mesas-redondas. Conforme sua exposição, estabelecer os critérios que definem o que precisamos ler, guardar e preservar para pensar o Brasil é um ato político, uma luta que exige refletir sobre quem são os enunciadores da sociedade que acabam formando nossas brasileiras.

Em suma, na versão de 2022, a ampliação da noção de brasileira refletia uma explosão das fronteiras do conceito e não necessariamente da dimensão material, produto dos projetos digitais, ressaltados outrora. Para captar a complexidade

2 Leila Kiyomura, “Jornada de Estudos Promove Reflexão sobre o Conceito de Brasileira”, *Jornal da USP*, 12 nov. 2014.

3 Para Marisa Midori Deaecto, o projeto da Biblioteca Brasileira Mindlin reunia um sofisticado projeto arquitetônico, de uma biblioteca fundada nos mais elevados princípios de conservação e preservação, mas também garantindo o amplo acesso ao livro, por meio de sua biblioteca digital. Os dois desafios para o futuro, conforme a autora, seriam tanto seguir na formação de uma rede integrada de bibliotecas brasileiras, para alcançar uma visão de conjunto do patrimônio bibliográfico brasileiro, como de integrar a vida da biblioteca ao museu, como espaço cultural (Marisa Midori Deaecto. “Uma Brasileira para o Leitor do Século XXI: De Sala de Leitura a um Projeto Museológico Imponente”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 7-8, pp. 67-84, out. 2019).

4 Leila Kiyomura “Jornada de Estudos Promove Reflexão sobre o Conceito de Brasileira”.

5 O seminário, organizado sob a direção de Carlos Zeron, contou com seis mesas, e todas as comunicações estão disponíveis no canal da BBM no YouTube.

das Brasileiras, da construção das narrativas, da recuperação de vozes silenciadas, as estantes das brasileiras precisavam crescer em 2022: crescer com a inclusão de obras teóricas de autores estrangeiros que, publicadas no Brasil, formam o pensamento crítico nacional; de obras que transbordam as fronteiras políticas para compreender a realidade do país, tais como aquelas sobre a América Latina ou sobre o amplo espaço amazônico; de autoras e autores marginalizados pelo mercado editorial, cujas contribuições foram esquecidas ou renegadas ao longo da história; e, inclusive, com aqueles registros de agentes fundamentais da construção de nossa ideia de Brasil, mas que ainda pouco foram incorporados nas bibliotecas, como as narrativas indígenas e africanas.

Sem poder abandonar o conhecimento produzido, a atual direção da BBM retomou o estudo sobre o conceito de brasileira como prioridade. O tema é da maior relevância para a instituição, pois seu sentido é instrumento central para a própria definição da política de desenvolvimento de coleção da biblioteca. Ter clareza sobre o que entendemos como uma biblioteca brasileira, que preserva obras raras e fundamentais para a memória e a cultura brasileiras, é agir como Janus, estabelecendo a mediação entre o passado e o futuro. O passado que retoma as origens da “inDisciplinada biblioteca” de José Mindlin, que preserva identidade com os critérios e preocupações do bibliófilo na formação de seu acervo composto, como definição original da doação realizada em 2006, “por obras de literatura, história, relatos de viajantes, manuscritos históricos e literários, periódicos, mapas, livros científicos e didáticos, iconografia e livros de artistas”⁶. Mas é garantir a conexão com o futuro, preservando a missão de ser uma biblioteca viva, conforme desejo de José Mindlin, por meio do diálogo com as novas gerações, conectando seu acervo com as demandas da sociedade brasileira contemporânea.

Afinal, olhar para as características que marcam nossas “brasileiras” permite indicar, com maior clareza, para onde o acervo pode e deve crescer. A BBM, por exemplo, nasceu da doação de sessenta mil itens, mas com uma reserva técnica capaz de receber outros noventa mil livros, isto é, seu projeto já previa o crescimento do acervo. Se a expansão reforça um dos desejos de José Mindlin, de que a biblioteca deve ser viva, por outro lado, com a possibilidade de dobrar o acervo, o risco é que, sem uma política clara de desenvolvimento da coleção, a indisciplinada biblioteca possa se tornar uma incompreensível biblioteca...

Assim, como apreendido pelos seminários de 2013 e 2022, a ideia de brasileira deve assumir sua especificidade na pluralidade das brasileiras, encontrando ou renovando sua vocação entre esses variados e diversos acervos materiais e digitais, mas que podem ser conectados para ampliar sua potencialidade; por outro lado, dialogando com o presente, as novas coleções de brasileiras devem refletir

6 Definição presente no site da BBM, que faz referência à própria classificação de José Mindlin, *Uma Vida entre Livros*, São Paulo, Edusp, 2008, p. 134; ou mesmo como está organizado o livro *Destaques da Biblioteca Brasileira InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, São Paulo, Edusp, 2013.

as identidades sociais e culturais que extrapolam as fronteiras do conceito original de Rubens Borba de Moraes.

A seguir, no intuito de problematizar o conceito de brasiliana para o século XXI, busco retomar o ambiente de sua conceituação, a partir da geração de Rubens Borba de Moraes, de meados do século XX, momento que define as principais linhas de formação de acervos como o de José Mindlin, para confrontar com as questões que nos formam como sociedade hoje.

Os primeiros catálogos especializados de bibliografias sobre o Brasil surgiram ainda no século XIX. Eram pesquisas voltadas para a formação de acervos, com pioneiras ações lideradas pela Biblioteca Real (futura Biblioteca Nacional) e,

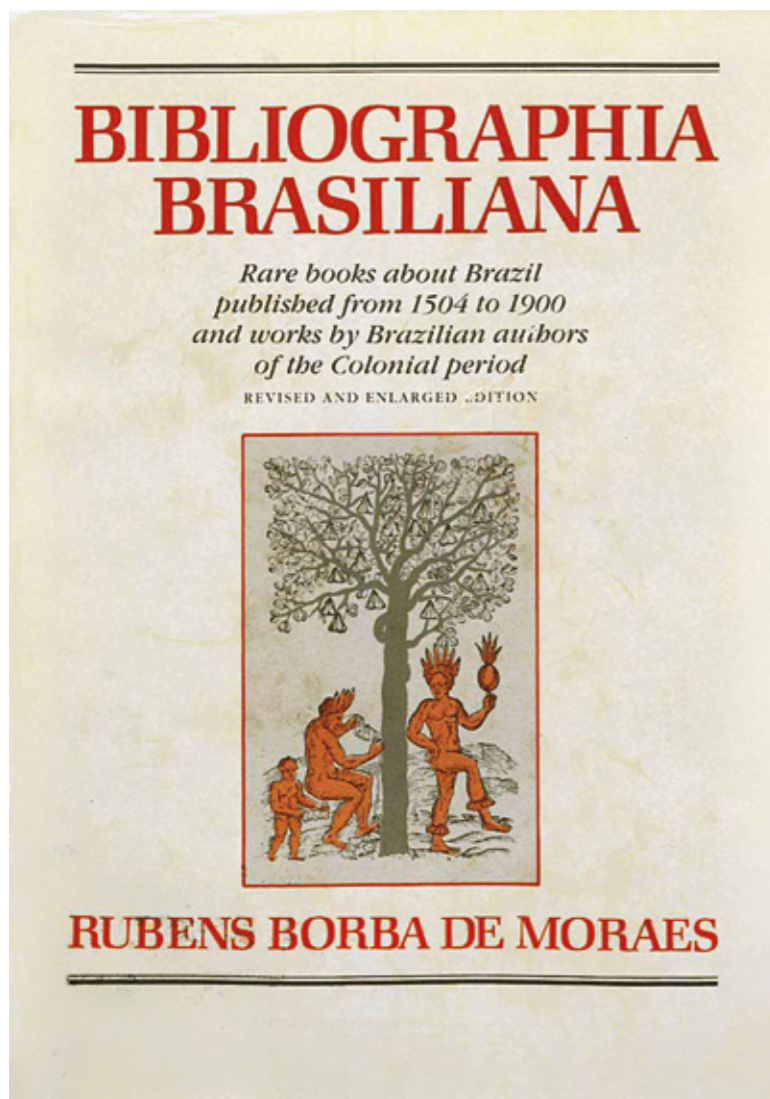


FIG. 1. Capa da obra *Bibliographia Brasiliana*, 1958.
ACERVO BNDIGITAL

mais tarde, sob a coordenação de Francisco Adolfo de Varnhagen, pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. No exterior, a noção de “brasiliana” se formava como parte de coleções denominadas “americanas”. Não obstante, como afirma Marisa Deaecto⁷, “a palavra e a ideia [de brasiliana] serão forjadas após a publicação de *Bibliographia Brasiliana*” (Fig. 1) obra-prima de Rubens Borba de Moraes, lançada no exterior em 1958⁸.

Borba de Moraes, ao retomar o conceito na obra *O Bibliófilo Aprendiz*, afirma que em sua acepção mais geral, num sentido mais amplo e livre, “brasiliana” comportaria “todos os livros que tratam do Brasil, todos os livros escritos por brasileiros e todos os livros impressos no Brasil”. Uma definição que, apesar de delimitar os recortes do tema “Brasil”, da autoria “brasileiros” e do perfil da produção “impressos no Brasil”, mantém um universo significativamente extenso, possivelmente distante dos interesses de bibliófilos como ele. Por isso emenda o autor, considerando que na prática o conceito abarca somente os livros antigos sobre o Brasil. Afinal, para ser brasiliana é preciso ser objeto de desejo de colecionadores⁹.

Com tal qualificação, Rubens Borba de Moraes retorna a expressão original para definir o conceito de brasiliana em sua forma conhecida: “É por isso que, como bibliófilo e pacifista, proponho que se classifique como Brasiliana todos os livros sobre o Brasil, impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros, impressos no estrangeiro até 1808”¹⁰. Por meio deste limite cronológico, admite Borba de Moraes, é possível dar o cunho antigo (e potencialmente raro), indispensável para as finalidades e interesses da confraria dos bibliófilos.

Percorrendo rapidamente os recortes temáticos da coleção da BBM, sabemos bem que José Mindlin acabou extrapolando as fronteiras da canônica “brasiliana”. Sua imensa e valiosa coleção “modernista”, formada por exemplares excepcionais – das primeiras edições, obras autógrafas, manuscritos e datiloscritos – reúne obras de contemporâneos de Rubens Borba de Moraes e José Mindlin,

7 Marisa Midori Deaecto, “Uma Brasiliana para o Leitor do Século XXI” *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, vol. 6, pp. 375-390

8 Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana. A Bibliographical Essay on Rare Books on Brazil Published from 1504 to 1900 and Works of Brazilian Authors Published Abroad Before the Independence of Brazil in 1822*, Amsterdam, Colibris, 1958. Nos valemos neste trabalho da terceira edição, traduzida para o português: Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana. Livros Raros sobre o Brasil Publicados desde 1504 até 1900 e Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial*, São Paulo, Edusp/Fapesp, 2010.

9 Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz* [1965], São Paulo, Publicações BBM, 2018, p. 222.

10 *Idem*, p. 223. Rubens Borba de Moraes amplia a delimitação da definição entre a primeira e segunda edição da obra, de 1958 e 1983 [2010], justificando que entre as edições, os livros publicados no século XIX “se tornaram mais acessíveis”, deixando de encaixar-se numa bibliografia de livros raros (Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana*, p. 15). Essa é a definição consagrada na Instrução Normativa n. 01, 11 de junho de 2007, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (que também incorpora a definição de brasiliense do autor). Cf. Ana Virgínia Pinheiro, “Sobre a Coleção Brasiliana da Biblioteca Nacional”, *Biblioteca Nacional 200 Anos*.

publicações que ainda registravam o cheiro da tinta de suas impressões, em que o caráter especial – por vezes único – das obras acabava por redefinir a própria dimensão de raridade.

Para Rubens Borba de Moraes, esses livros, também desejados por bibliófilos, mas que não pertenciam ao conjunto definido como brasileira, seriam classificados como “brasiliense”, isto é, “os livros impressos no Brasil, de 1808 até os nossos dias. É vasto o período e largo o campo”. Mas ele reforça a necessidade de que o caráter do colecionismo permanecesse na seleção: para a coleção ter valor é preciso ser desejada, ter valor nas redes de livreiros e colecionadores: “se o livro não é procurado pelos bibliófilos, nada vale como objeto de coleção”¹¹.

Não sendo possível colecionar tudo, caberia ao bibliófilo estabelecer recortes temáticos para formar suas coleções. Não resta dúvida de que a inDisciplinada biblioteca de José Mindlin percorreu alguns desses recortes que extrapolavam os critérios de brasileira de Rubens Borba de Moraes, mas que a mantinham dentro do ambiente colecionistas de meados do século xx, ao integrar ao acervo os livros da Imprensa Régia, as primeiras edições da literatura oitocentistas, as publicações de pequenas editoras artesanais, os registros do modernismo brasileiro, etc.¹²

O resultado deste diálogo e parceria de Rubens Borba de Moraes e José Mindlin, iniciado ainda na década de 1940¹³, hoje pode ser consultado na Universidade de São Paulo. Esse projeto, cuja construção intelectual está estabelecida na *Bibliographia Brasileira* de Borba de Moraes e cuja construção material pode ser visitada no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, foi uma das sínteses de uma interpretação de Brasil formada pela geração modernista, da qual Borba de Moraes e Mindlin compartilharam ideias, experiências e projetos voltados para a cultura brasileira.

Rubens Borba de Moraes, participando dos círculos literários de São Paulo, integrou o grupo organizador da Semana de Arte Moderna de 1922. Com Mário de Andrade editou as revistas *Klaxon* e *Terra Roxa* (Fig. 2) e, mais tarde, na década de 1930, fundou o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, assumindo a direção da divisão de Bibliotecas – sendo diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo entre 1936 e 1942¹⁴.

Como recupera em cuidadoso trabalho com os arquivos da BBM, Thiago Nicodemo destaca a coordenação de Rubens Borba de Moraes na elaboração

11 Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, p. 230.

12 Mas, reconhecendo que cabe ao colecionador definir seus objetivos, afirma: “Mas se um bibliófilo quiser colecionar a torto e a direito Brasileira e Brasiliense e formar um verdadeiro coquetel de livros, meu Deus, deixem-no juntar seus livrinhos em paz” (*idem*, p. 224). Desconfio que esse parágrafo deve ter sido escrito após mais uma visita à rua Princesa Isabel.

13 José Mindlin, “Introdução”, *Destaques da Biblioteca Brasileira InDisciplinada de Guita e José Mindlin*, 2013

14 Ludwig Lauerhass Jr., “Apresentação”, em Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasileira*, p.11

FIG. 2. Primeiro número de *Terra Roxa...e Outras Terras*, 1926. Jornal literário modernista de São Paulo, de periodicidade quinzenal, editado por Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade. ACERVO BBM



do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, publicado em 1949¹⁵. Um ousado projeto desenvolvido com William Berrien, da Universidade de Harvard, e financiado pela Fundação Rockefeller, que tinha como objetivo produzir um guia para estudos brasileiros. Contando com a participação de intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, Alice Canabrava, Pierre Monbeig, entre outros, o projeto oferecia uma perspectiva civilizatória de dotar o Brasil de uma cultura própria, de estabelecer as bases para sua autonomia cultural.

Essa é a mensagem presente nas interpretações do Brasil, de obras centrais para a formação do pensamento social brasileiro; esse é o movimento extraordinário de transformação da literatura brasileira, dos modernismos em suas especificidades regionais e temporais, mas que marcavam uma nova forma de conhecer e de edificar o país. A brasilidade de “conhecer, descobrir, inventar o Brasil”, que nos transporta das rupturas modernistas dos anos 1920 para a construção da modernidade dos anos 1930 em diante, com a “consolidação da vertente modernista que enfatiza a relação modernidade-nacionalismo”, como nos informa Celso Favaretto¹⁶.

Na ossatura material deste novo projeto de país, paralelamente ao florescimento das obras literárias e daquelas sobre nossa história e interpretação social, um conjunto de instituições se desenvolviam ou se reestruturavam¹⁷. Uma crescente preocupação com o desenvolvimento de acervos, arquivos e bibliotecas públicas no pós-Segunda Guerra Mundial; mas também de acervos dos colecionadores-bibliófilos como José Mindlin, Mário de Andrade, Alberto Lamago, Paulo Prado e Félix Pacheco, que formavam seus próprios espaços de convívio, como a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil¹⁸.

As brasileiras, portanto, formadas ao longo deste período de construção do Brasil moderno, acabavam por incorporar os critérios e os interesses coletivamente construídos por essa geração de pensadores e promotores do país. O espaço de sociabilidade, que conectava autores como Carlos Drummond de Andrade e João Guimarães Rosa, críticos literários como Décio de Almeida Prado, Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza, e bibliófilos como José Mindlin e Rubens Borba de Moraes.

15 Thiago Lima Nicodemo, “Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 7, p. 69-88, 2019.

16 Celso Favaretto, “O Modernismo e seus Desdobramentos: Continuidades e Descontinuidades”, em Ivan Marques (org.), *Releituras do Modernismo*, São Paulo, Publicações BBM, 2023, p. 23.

17 Borba de Moraes foi, ainda na década de 1930, precursor do curso de biblioteconomia do município de São Paulo, que depois foi incorporado pela Escola Livre de Sociologia e Política (1933); era o contexto de formação da Universidade de São Paulo (1934); de reestruturação da Universidade do Brasil sob Gustavo Capanema (1937); de constituição do Iphan para a preservação do patrimônio histórico e cultural (1937); da aquisição da brasileira de Félix Pacheco pela Biblioteca Municipal de São Paulo (1936) e sua posterior expansão para o prédio da Praça Dom José Gaspar (1942); sem falar dos museus criados em meio à efervescência cultural de São Paulo, como Masp (1947), MAM (1948), MAC (1963).

18 Marcos Antonio de Moraes, “Mário de Andrade, Apaixonado Bibliófilo”, *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 7-8, pp. 237-239, out. 2019.

Uma brasileira que passava pelo necessário conhecimento da produção literária e histórica do Brasil, cujos projetos de Rubens Borba de Moraes, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (1949) e *Bibliographia Brasiliana* (1958), eram os mais completos instrumentos de sistematização dessa produção; uma versão sobre a história do Brasil que reunia a reflexão produzida pela geração modernista, cuja *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenada por Sérgio Buarque de Holanda e lançada em 1960, era uma verdadeira síntese; e, finalmente, a formação de acervos de brasileiras em sua acepção estendida, que pudessem incorporar inclusive a produção literária e artística modernista, cujo projeto foi concretizado na criação do Instituto de Estudos Brasileiros em 1962.

Ao solicitar que a doação de sua coleção fosse disponibilizada no mesmo espaço que o Instituto de Estudos Brasileiros, José Mindlin reivindicava que sua biblioteca retornasse para o espaço de sociabilidade de sua geração e de formação dos dois acervos.

Passados dez anos de inauguração da nova casa da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, cabe avaliarmos se os critérios que nortearam a formação do acervo do casal, por aproximadamente oitenta anos, ainda são aqueles que devem ser priorizados para o desenvolvimento futuro da coleção. Se a transformação de um acervo particular em biblioteca universitária e pública já exigia uma reflexão sobre os processos de preservação e de disseminação, por outro lado, também não restam dúvidas de que a sociedade brasileira se transformou profundamente nas últimas décadas, renovando as demandas e os sentidos sobre tão expressivos acervos que tratam da memória e da cultura nacional. Assim, frente ao novo contexto institucional e social, nos questionamos: qual é a brasileira do século XXI da BBM?

Sem ter respostas conclusivas para a questão, mas acreditando não ser possível perseguir a utopia de uma “brasileira ideal”, como defendido por Pedro Corrêa do Lago, retomo a noção de “brasileiras”, como expresso nos seminários realizados em 2013 e 2022. Para o futuro das brasileiras, entendo que dois caminhos devem ser percorridos para pensarmos a coleção da BBM: 1. Qual é o papel de nossas coleções para a sociedade brasileira? 2. Qual é o lugar de nossas coleções no universo de outras brasileiras?

Para discutir a primeira dimensão, sobre a transformação da sociedade contemporânea, gostaria de retomar o discurso de Gilberto Gil, no contexto de lançamento da pedra fundamental do espaço brasileira na Universidade de São Paulo, no dia 7 de dezembro de 2006. O então Ministro da Cultura destacava o papel da leitura e da escrita na formação cidadã, como instrumento formador da autonomia dos indivíduos. Por isso defendia a centralidade do investimento público para gerar a igualdade de condições, fosse por meio da expansão das universidades, ou

dos aparelhos culturais como a biblioteca brasileira. Isto é, “O Governo deve criar meios adequados para que os mais distintos atores sociais possam efetuar, por si mesmos, a necessária construção de perspectivas estratégicas para o País”.

Para enfrentar o debate sobre a exclusão da igualdade de direitos, dos povos negros e indígenas, naquele contexto, Gil defendia a luta pelas cotas nas universidades, que avançava na pauta política. Como afirmava Gilberto Gil, com a democratização do acesso ao ensino universitário, seria possível também reforçar a democratização do processo de produção dos discursos sobre a história brasileira. Nas palavras do ministro:

Muitos dos livros reunidos aqui são testemunhas e falas sobre essas populações, que são descritas, mas que não têm ainda sua própria voz. Há também registrada na tinta das impressões uma história nossa, que é de violência excludente. São documentos que nos dizem respeito, também naquilo que apontam para o passado não transposto, resíduos que fazem nosso presente problemático. Temos que construir instituições democráticas para que outras pessoas, gente como eu, como o grande intelectual Milton Santos, tenham sua palavra ouvida, sua contribuição reconhecida e valorizada¹⁹.

Na última década, avançamos significativamente na direção de promover uma primeira fase da inclusão, por meio da política de reserva de vagas. Mas ainda precisamos avançar na segunda dimensão da inclusão, do pertencimento e da produção dos discursos. Num breve exercício realizado a partir do acervo da BBM, como toda coleção, as ausências podem indicar relevantes questões sobre o que queremos para o futuro. Ausências que foram resultado da impossibilidade de aquisição, como no caso da primeira edição, de 1711, do livro *Cultura e Opulência do Brasil*, do padre Antonil. Mas ausências que podem representar também as narrativas menos prestigiadas, que não faziam parte das prioridades do colecionismo das décadas de 1950 e 1960, como das obras de Ruth Guimarães e Carolina Maria de Jesus, tão prestigiadas nos últimos anos.

Em suma, uma brasileira para a BBM do século XXI pode percorrer os discursos, as vozes e os personagens que, a despeito de produções contemporâneas às publicações colecionadas pela geração do casal, não fizeram parte do acervo. Um amplo espaço de pesquisa para completar a coleção, identificando ausências de autoras e autores e obras dos conjuntos existentes na biblioteca, como as primeiras edições da literatura oitocentista ou do modernismo entre as décadas de 1920 e 1940. Por outro lado, um espaço ainda maior de pesquisa para percorrer autoras e autores de movimentos, estilos e lugares da produção literária ofuscados durante a formação do acervo. Uma pesquisa que permita amplificar as representações de grupos sociais, raciais e de gênero dentro da biblioteca.

¹⁹ Gilberto Gil, “Nova Sede do IEB e da Biblioteca Guita e José Mindlin”, *Revista do IEB*, n. 44, pp. 311-312, fev. 2007]



FIG. 3. Átrio central da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin
FOTO: GABRIEL ALEGRETI

Numa segunda dimensão, reconhecendo a impossibilidade de uma única instituição se constituir como uma “brasileira ideal”, cabe às nossas instituições buscar ampliar os espaços de interação. Evidentemente essa ideia tampouco é nova, boas iniciativas já avançam nesse sentido. Projetos como a Brasileira Iconográfica, que reúne o IMS, a Pinacoteca, o Itaú Cultural, a BN e a BBM, é um exemplo de como acervos podem se conectar e ampliar seu potencial de difusão e de produção de conhecimento. Em suma, precisamos aproveitar o contexto de reconstrução das políticas culturais do país para fortalecer as iniciativas já existentes e expandir projetos que estreitem os laços de nossas instituições. Penso que a formação de uma rede de brasileiras para a troca de experiências, para o compartilhamento de acervos, quem sabe na construção de novos projetos digitais, seja um caminho a ser trilhado por nós.

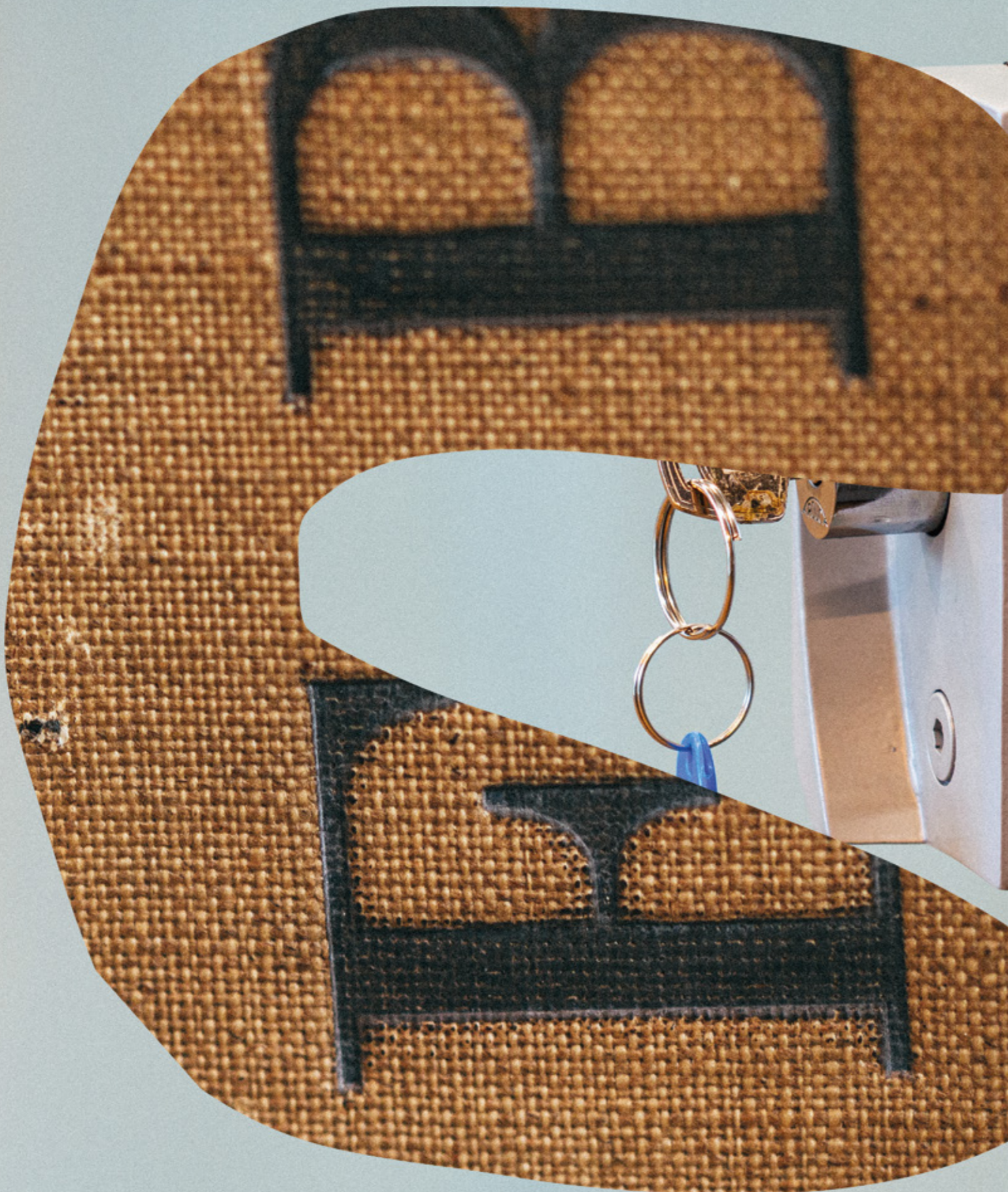
Finalmente, ainda como ação institucional, na impossibilidade de encontrarmos uma “brasileira ideal”, vejo que devemos retomar uma das lições de Rubens Borba de Moraes: para colecionar é preciso ter foco, definir o perfil da coleção. Mesmo em amplas instituições como as nossas, visando o desenvolvimento de coleções, processos que dependem de recursos, de espaços, a definição de temas e perfis dos acervos certamente fortalecerá o papel de cada brasileira específica

no universo de uma brasileira. Quando pensamos nos acervos de brasileira sobre iconografia do século XIX e musical da primeira metade do século XX, lembramos do IMS; quando pensamos nos arquivos pessoais de importantes intelectuais modernistas, pensamos no IEB.

Para a BBM, me parece, no sentido de garantir sua coerência com a formação da “inDisciplinada” biblioteca de Guita e José Mindlin, mas para avançar na proposição de uma brasileira do século XXI, devemos não somente percorrer o universo da produção literária de outrora, para mitigar as possíveis ausências do acervo – reforçando a aquisição da produção de autoras e autores somente iluminados nas últimas décadas –, mas também redobrar a aposta no fortalecimento da vocação da BBM como o acervo da produção literária brasileira.

Passadas sete décadas da canonização do conceito de brasileira por Rubens Borba de Moraes, não teria hoje a ousadia de sugerir um novo conceito para substituí-lo. Segui a sugestão das reflexões oferecidas na última década, de que as margens podem se alargar, no tempo, no espaço e nas autorias. Isto é, a brasileira ideal pode ser compreendida muito melhor a partir da diversidade de brasileiras.





Posfácio

Betty Mindlin

Antropóloga e escritora

Este livro é uma excelente oportunidade para agradecer à USP, bem como a todos os que colaboraram com a BBM nesta década, por acolherem a doação. Concordearam em receber o que foi o centro da vida de nossos pais, os livros raros sobre Brasil. Doar não é um processo fácil, e cuidar depois, atribuição da Universidade, é ainda mais complicado, exige recursos e administração. Para nós, da família, participar do Conselho da BBM – uma das condições da doação por nossos pais – trouxe um espaço de atuação social e cultural, um convívio com professores, estudantes, pesquisadores, além de realizações e aprendizado que não teríamos em nossos percursos individuais. Nossos pais e nós, quatro irmãos, e boa parte de nossos filhos, estudamos na USP, mas nenhum é docente. É um dom precioso continuar, de certa forma, na companhia dos livros que vimos se multiplicarem desde a infância. É como se nossos pais estivessem conosco, ao termos contato com um campo privilegiado de expressão, ideias e posicionamento na sociedade. Recebemos, não somos doadores.

Evoco o capítulo sobre Trótski no livro de Paulo Leminski, *Vida: Cruz e Sousa, Bashô, Jesus e Trótski – 4 Biografias*, no qual surge o debate sobre como, na Revolução de 1917, estender ao povo, por política de Estado, o repertório cultural da elite, antes inacessível aos destituídos. Trótski sonhava, em um de seus textos, com uma sociedade igualitária do futuro, na qual a arte e a vida fossem uma só esfera, resolvidos os problemas materiais. Bela utopia!

No caso do Brasil, ao sairmos em 2023 de um período nefasto, renasce a esperança. Nossa verdadeira riqueza está no vigor da expressão crescente da negritude, dos povos indígenas, dos movimentos sociais de vertentes múltiplas. Vozes escritas ou orais, arte, teatro, música, cinema, literatura inundam e fertilizam o que se considerava um cânone. Não se trata, como desejava Trótski, de outorgar um repertório cultural, oriundo dos livros, da história, da ciência e da pesquisa. Compartilhar, sim, e inculcar na sociedade outras visões de sentido e humanidade. Talvez seja a única força capaz de combater a iniquidade econômica e a tragédia ambiental.

No que me coube participar, lembrei minha admiração por dezenas de protagonistas e novidades autorais e de instituições. Imaginemos se no encerramento tivéssemos a presença e o canto de Mateus Aleluia orquestrando tantas magníficas figuras!

Gostaria, por minha experiência de vida, de falar horas ou dias do heroísmo e arte indígenas ancestrais e novos, um universo transformador. Escolho então, como emblema, a escritora pioneira, consagrada, Eliane Potiguara, com seu livro recente, *Conhori e as Icamiabas - Guerreiras da Amazônia*. Eliane faz numerosas menções a Carvajal, e a BBM tem exemplares raros deste autor descrevendo a Amazônia. Um mundo que encontra hoje, felizmente, uma digna intérprete indígena. Minha mãe, Guita Mindlin, nos falava muito de Carvajal e adoraria ler Eliane. Guita apaixonou-se e leu Carvajal e os demais viajantes ao se dedicar, por décadas, a restauro e encadernação na biblioteca doméstica; domínios agora indispensáveis na BBM.



Alexandre Macchione Saes

Professor do Departamento de Economia da FEA/USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP. Possui graduação em Ciências Sociais pela Unesp/FCLAR (2003) e Doutorado em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp (2008). Foi Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Vice-Diretor da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP) e Coordenador do curso de Economia da FEA/USP. Autor das obras *Conflitos do Capital* (Edusc, 2010), *História Econômica Geral* (em coautoria com Flávio Saes, Saraiva, 2013), é o atual Diretor da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Ana Luiza Martins

Doutora em História Social pela USP, é historiógrafa do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico de São Paulo), da Secretaria de Estado da Cultura. É autora de *Arcadas: História da Faculdade de Direito da USP* (Melhoramentos, 1999), *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República* (Edusp, Fapes, Imesp, 2008), coautora do *O Historiador e Suas Fontes* (Contexto, 2009) e organizadora do *História da Imprensa no Brasil* (Contexto, 2008).

Ana Paula Hirata Tanaka

Conservadora-restauradora independente, mestre em Conservação (Camberwell College of Arts, University of the Arts London) e arquiteta e urbanista (FAU/USP), tem experiência em coleções no Brasil, Espanha, Egito e Reino Unido. Membro associada da Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (Aber) e do britânico The Institute of Conservation, é membro do Editorial Advisory Panel do *Journal of Icon*. Atua com sua empresa Tanaka Filmes e Livros Ltda. em projetos e trabalhos de conservação e preservação de acervos, com ênfase em livros, documentos e arquivos, e capacitação de equipes. Consultora em conservação, integrou equipes participantes nos concursos de arquitetura para Museu da Imagem e do Som (MIS PRO), Rio de Janeiro (1º lugar) e Museu do Ipiranga (2º lugar).

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Formado em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional (1957), com Mestrado pela Loughborough University (Reino Unido, 1977). Professor aposentado da Universidade de Brasília. Dirigiu o Centro de Documentação do Ministério da Saúde, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Editora Universidade de Brasília e a Editora/Livraria Briquet de Lemos/Livros.

Antonio Dimas

Professor de Literatura Brasileira na FFLCH/USP, entre 1969 e 2012, Antonio Dimas fez graduação em Letras pela Unesp-Assis (1965); fez seu Mestrado e Doutorado em Literatura Brasileira pela USP, em 1970 e 1975, respectivamente. Graças a uma bolsa da Fulbright Foundation, passou o ano de 1974 na University of Illinois, em Urbana/Champaign, EUA. Foi Vice-Diretor do IEB/USP (1994-1998), bem como foi seu Conselheiro em vários mandatos; fez seu Pós-Doc na EHES de Paris, entre 1987-1988; Livre-Docência pela USP (2000); tornou-se Professor Titular da USP (2006). Foi coordenador da Área de Letras na Capes (1999-2001 e 2001-2004) e membro do Comitê Científico da Biblioteca Brasileira Mindlin, USP (BBM/USP). Autor das obras *Bilac, o Jornalista* (Edusp, 2006), *Espaço e Romance* (Ática, 1985), *Tempos Eufóricos* (Ática, 1983).

Betty Mindlin

Antropóloga, doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), e economista, mestre pela Universidade de Cornell, trabalha há anos em projetos de pesquisa e apoio a numerosos povos indígenas da Amazônia e de outras regiões. Publicou sete livros de mitos em coautoria com narradores sem escrita, nascidos antes do contato. É autora dos livros *Moqueca de Maridos* (Record, 1997), *Terra Grávida* (Record, 1999), *Diários da Floresta* (Terceiro Nome, 2006), *Crônicas Despidas e Vestidas* (2017, Contexto), dentre muitos outros.

Carlos Augusto Calil

Professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA/USP. Cineasta, ensaísta, editor de mais de 30 livros sobre cinema, fotografia, teatro, história, literatura e gestão cultural. Dirigiu instituições culturais como a Embrafilme, a Cinemateca Brasileira e o Centro Cultural São Paulo. Foi Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, em cuja gestão (2005-2012), foi implantado o Sistema Municipal de Bibliotecas, que teve o seu acervo catalogado e informatizado; ampliou-se o programa Ônibus-biblioteca; foram reformadas 48 bibliotecas de bairro e renovada a Biblioteca Mário de Andrade, que passou a contar com a sua Hemeroteca em prédio próprio. Tinker visiting professor na Columbia University, em 2019. Atual presidente do Conselho de Administração da SAC – Sociedade Amigos da Cinemateca, que administra a Cinemateca Brasileira. Por deferência do governo francês, tornou-se “Officier dans l’Ordre des Arts et des Lettres” (1987), “Commandeur dans l’Ordre des Arts et des Lettres” (2009) e “Chevalier de la Légion d’Honneur” (2011).

Carlos Zeron

Professor Titular de História da USP. Membro da Academia Ambrosiana (Milão, Itália). Possui graduação em História (1985) e Mestrado em História Social pela USP (1991), Doutorado em Histoire et Civilisations pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França (1998) e livre-docência em História Moderna pela USP (2010). Foi Diretor da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (2016-2022); atualmente, é membro do seu Conselho Deliberativo (desde 2022). É autor do livro *Linha de Fé. A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII)* (Edusp, 2011).

Catarina Ianni Segatto

Professora do DCP/USP e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Possui graduação em Administração Pública pela UNESP, mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo pela FGV Eaesp, com período como pesquisadora visitante na University of Kent, e Pós-doutorado pelo CEM e pela Johnson Shoyama Graduate School of Public Policy (University of Regina). Foi coordenadora das pesquisas TIC Osfil e TIC Cultura no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), professora visitante na Universidade Federal do ABC e professora colaboradora na FGV Eaesp.

Cristina Sanches Moraes

Mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em preservação, conservação e restauro de obras de arte em documentos gráficos Senai Aber (2001). Atualmente é a responsável técnica do laboratório de conservação e restauro do Senai (2016), professora de conservação e restauro (2003) e professora do curso técnico de Comunicação Visual, e Design Gráfico (2019) no Senai Theobaldo de Nigris.

Danilo Santos de Miranda (Campos dos Goytacazes, 1943 – São Paulo, 2023)

Sociólogo, filósofo, gestor cultural e autor, foi uma das figuras mais relevantes do cenário cultural do país. Em 1968, foi admitido como orientador social no Sesc-SP e por meio das Unidades Móveis de Orientação Social (Unimos), visitou cidades do interior do estado com o objetivo de engajar a população em debates, cursos, atividades culturais e práticas esportivas. Em 1984, tornou-se diretor regional e iniciou uma gestão baseada nos princípios da qualidade de vida e da educação permanente. Algumas de suas iniciativas foram a criação do programa Mesa São Paulo (1994), centrado no combate à fome e contra o desperdício, e a implantação do trabalho social com idosos. Atuava também como conselheiro no Itaú Cultural, Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), Bienal de São Paulo e Fundação Itaú. Por todos os seus feitos, recebeu homenagens como a de Comendador da Ordem Nacional do Mérito do governo francês, Oficial de Artes e Letras da França, e a Grande Cruz do governo alemão.

Fabiano Piúba

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Professor, escritor, historiador e gestor cultural, Fabiano Piúba foi Secretário de Cultura do Estado Ceará, de 2016 a 2022; Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, entre 2017 e 2018; e Presidente do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura do Nordeste, em

2021 e 2022, sendo Coordenador da Câmara de Cultura do Consórcio Nordeste. É Secretário Nacional de Formação Cultural, Livro e Leitura do Ministério da Cultura. Entre 2012 e 2013 esteve como diretor de Leitura, Escrita e Bibliotecas do CERLAC-UNESCO, organismo internacional ibero-americano com sede em Bogotá, na Colômbia.

Gustavo Piqueira

Artista gráfico, designer, pesquisador e escritor, com mais de quarenta livros publicados, nos quais mistura livremente texto e imagem, ficção e não ficção, pesquisa e experimentação. À frente da sua Casa Rex, é um dos mais premiados designers gráficos do Brasil, com mais de seiscentos prêmios. Piqueira tem relação antiga com a BBM: sua caixa *Oito Viagens ao Brasil* (Publicações BBM/WMF Martins Fontes), de 2017, foi a primeira publicação a sair pelo selo da BBM. Também pela Publicações BBM foi o designer dos livros *Bibliotecas de Maria Bonomi* (2017), *O Bibliófilo Aprendiz* (2018), *Revistas BBM* (2019 -) *Viagem Fluvial do Tietê a Amazônia pelas Províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará* (2023), este último premiado com o 1º lugar na categoria “Projeto Gráfico” no prêmio da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu) e bronze na categoria “Design editorial” no Prêmio Brasileiro de Design (BDA), promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Design (Abedesign).

Hélio de Seixas Guimarães

Professor livre-docente de Literatura Brasileira no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas na Universidade de São Paulo, Vice-Diretor da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e pesquisador do CNPq. Mestre e Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas, fez estágios de Pós-doutorado na University of Manchester (2007), Reino Unido, e na Fundação Casa de Rui Barbosa (2015-2016), no Rio de Janeiro. Autor dos livros *Machado de Assis, o Escritor Que Nos Lê — As Figuras Machadianas Através da Crítica e das Polêmicas* (Unesp, 2017) e *Os leitores de Machado de Assis — o Romance Machadiano e o Público de Literatura no Século 19* (Nankin/Edusp, 2004, 2ª ed. 2012), entre outros. Organizou diversas obras, entre elas os 26 volumes da Coleção Todos os Livros de Machado de Assis (Todavia/Itaú Cultural, 2023).

Jacques Marcovitch

Professor Sênior da FEA/USP e do IRI/USP, possui Mestrado na Owen Graduate School of Management, Vanderbilt University, e obteve grau de doutor pela USP em 1973. Tornou-se Reitor da USP, entre os anos de 1997 e 2001, e em 2016 recebeu o título de Professor Emérito da FEA/USP. É membro do Conselho Superior do Graduate Institute of International and Development Studies (IHEID) em Genebra, Suíça, e autor de mais de uma dezena de livros e inúmeros artigos e ensaios com repercussão no meio acadêmico e fora dele. Sua contribuição concentra-se nas áreas de estratégia e inovação, energia, florestas e meio ambiente, governança universitária, pioneirismo empresarial e relações internacionais.

Jayme Spinelli Junior

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV/RJ. Pós-graduado como especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) na EBA/UFMG; Pós-graduado em Arqueologia pelo Museu

Nacional da UFRJ e bacharel em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Atua como conservador-restaurador de bens culturais e coordenador de preservação da Fundação Biblioteca Nacional.

João Cardoso

Possui graduação em Letras – Francês (2009), Mestrado em História Social (2022) e cursa doutorado em Antropologia Social, todos pela USP. Atualmente é Especialista em pesquisa da USP e atua na curadoria do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM). Na BBM, coordena o projeto *Atlas dos Viajantes no Brasil*, cuja primeira versão foi lançada em novembro de 2019.

José Francisco Guelfi Campos

Professor da Escola de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Atualmente, é Diretor de Arquivos Institucionais da UFMG e membro do Conselho Diretor do Acervo de Escritores Mineiros. Doutor e Mestre em História Social pela USP, com estágio de aperfeiçoamento em Gestão de Arquivos Privados no Archivo Histórico de la Nobleza (Espanha). Entre 2008 e 2016, atuou em projetos de organização e descrição de arquivos pessoais, desenvolvidos em diversas instituições na cidade de São Paulo. Entre 2014 e 2016, foi coordenador do Setor de Arquivos da BBM/USP.

José Teixeira Coelho Netto (São Paulo, 1944 – São Paulo, 2022)

Professor universitário, crítico de arte, curador, pesquisador e escritor. Graduado em Direito, obteve seu título de Mestrado em Ciências da Comunicação e seu Doutorado em Teoria Literária, ambos pela USP. Entre 1993 e 1996 dirigiu o Departamento de Informação e Documentação Artística da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Assumiu, em 1998, a direção do Museu de Arte Contemporânea (MAC-USP), e entre 2006 e 2014, foi curador-coordenador do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Atuou como coordenador do Curso de Especialização em Gestão e Política Cultural do Observatório Itaú Cultural, em colaboração com a Cátedra Unesco Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona, da Espanha. Em 2021, tornou-se professor sênior da ECA/USP, pesquisando cultura eletrônica no âmbito do Grupo de Estudos Culturais e Humanidades Computacionais.

Julia Saenz Kovensky

Bacharel em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Foi pesquisadora do Laboratório de Cartografia Histórica da USP. Atuou em diversos projetos de pesquisa e catalogação de acervos científicos e artísticos. Desde 2010 coordena a área de Iconografia do Instituto Moreira Salles, dedicada a conservação, catalogação e difusão de seu acervo por meio de projetos especiais como publicações e exposições. Foi Curadora das exposições: Araújo Porto-Alegre: Singular & Plural, Millôr: Obra Gráfica, O Mapa de Von Martius - ou Como Escrever a História Natural do Brasil, J. Carlos - Originais, entre outras.

Jurandy Valença

Artista visual, curador, jornalista e poeta, desenvolve trabalhos em fotografia desde 1998. Participou de mais de 75 exposições, entre individuais e coletivas, nas quais recebeu três prêmios; realizou cerca de quinze curadorias e foi tema de documentário exibido na TV

Sesc-Senac. Foi coordenador da Oficina Cultural Oswald de Andrade, em São Paulo, entre 2007 e 2010, diretor de projetos do Instituto Hilda Hilst entre 2012 e 2014, e curador da galeria *on-line* www.conectearte.com.br. Foi coordenador geral dos Centros Culturais e Teatros da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, redator do Mapa das Artes São Paulo por dezesseis anos e diretor adjunto do Centro Cultural São Paulo (CCSP). Atualmente é Diretor da Biblioteca Mário de Andrade.

Luís Crespo de Andrade

Mestre em História Cultural e Política e Doutor em História e Teoria das Ideias, especialidade de História das Ideias Políticas, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É professor aposentado do Departamento de Filosofia (FCSH/UNL), coordenador do Seminário Livre de História das Ideias e do Grupo de Investigação Pensamento Moderno e Contemporâneo do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Entre outras obras, é autor dos livros *Sol Nascente. Da Cultura Republicana e Anarquista ao Neo-realismo* (2007), *Intelectuais, Utopia e Comunismo. A Inscrição do Marxismo na Cultura Portuguesa* (2010), e coautor do livro *Atlantida. A Invenção da Comunidade Luso-Brasileira* (2013). Criou e dirige o Portal Revistas de Ideias e Cultura (revistasdeideias.net).

Marco Lucchesi

Poeta, escritor e tradutor, é Professor Titular de Literatura Comparada no Departamento de Ciência da Literatura na UFRJ. Recebeu os títulos de Mestre e Doutor em Ciência da Literatura, UFRJ, com estágio de pós-doutoramento em Filosofia, pela Capes/Daad no Petrarca Institut da Universidade de Colônia, Alemanha. Foi editor das revistas *Poesia Sempre*, *Tempo Brasileiro* e *Mosaico Italiano*. Diretor (2012 – 2017), na fase VIII da *Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras*. Recebeu diversos prêmios e títulos durante a trajetória profissional, entre eles o Prêmio Internacional da Latinidade (2019), Jabuti (2004 e 2015), Alceu Amoroso Lima (2008), Doutor honoris causa da Universidade Aurel Vlaicu din Arad (2020) e Doutor Honoris Causa da Universitatea Tibiscus (2016). Foi editor de obras raras da Biblioteca Nacional (2006 – 2011), membro da Academia Brasileira de Letras e a presidiu no quadriênio de 2018 – 2021. Atualmente é presidente da Fundação Biblioteca Nacional.

Marisa Midori Deaecto

Professora Associada do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Doutora Honoris Causa da Universidade Eszterházy Károly, Eger, Hungria. Editora de *Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. Coordenadora do Nupel/USP (Núcleo de Pesquisa do Livro). Coordenadora da Com-Arte, Editora Laboratório do Curso de Editoração da ECA/USP e colunista do Jornal e da Rádio USP. Autora, entre outros títulos, de *História de um Livro. Sobre A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849)* (Ateliê Editorial, 2021), *Império dos Livros* (Edusp, 2011; 1. ed. 2009), vencedor do Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Biblioteca Nacional, na categoria Melhor Ensaio e do Prêmio Jabuti, 1º Lugar - Comunicação.

Maud Lageiste

Encarregada da coleção de Línguas e Literatura em Língua Portuguesa, e responsável científica pelo *site* França-Brasil da Biblioteca Nacional da França desde 2021. Trabalhou anteriormente em várias bibliotecas públicas, durante vinte anos, seu último cargo sendo o de Directora-Adjunta das bibliotecas de Gennevilliers (Île-de-France). Estudou no Lycée Henri IV e na Universidade Panthéon-Sorbonne, onde graduou-se em História e Ciência da Informação. Fez várias estadias no Brasil, onde foi estagiária da Aliança Francesa de Belo Horizonte e voluntária no núcleo de Documentação do Museu Afro-Brasil de São Paulo.

Otávio Alexandre Jeremias de Oliveira

Bacharel em Biblioteconomia pela UNIRIO (1995), com Pós-Graduação em Gestão Estratégica da Informação (2000). Profissional dedicado e experiente, com uma sólida carreira como bibliotecário na Fundação Biblioteca Nacional (2006 – atual). Possui um profundo conhecimento em tecnologias da informação e gestão de conteúdo digital. Com dezoito anos de experiência na área de biblioteca digital, chefiou o Laboratório de Digitalização da FBN por 11 anos (2011 – 2022) e atualmente atua como Coordenador da Biblioteca Nacional Digital (2022).

Pedro Botton

Pedro Botton é aluno do curso de Editoração da ECA/USP, *designer* e editor. Nascido em São Paulo, em 1988, é também, desde 2021, pai da Sofia. Fundou em 2014 a Editora Canhoto e em 2016, o Estúdio Arquivo, escritório de *design* gráfico especializado em projetos editoriais. Ao lado da também designer Hannah Uesugi, vem trabalhando com editoras como Carambaia, Todavia, Ateliê Editorial, Laranja Original, entre outras.

Plínio Martins Filho

Mestre (1987) e Doutor (2006) em Ciências da Comunicação (Editoração) pela ECA/USP. É docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e atua no mercado editorial há cinquenta anos. Iniciou suas atividades na Editora Perspectiva e foi Diretor editorial e Presidente da Editora da Universidade de São Paulo. Participou da edição de mais de três mil livros pelas editoras por que passou, dos quais uma centena contemplada com o prêmio Jabuti. É editor da Ateliê Editorial, com dezessete prêmios Jabuti em seu catálogo. Atualmente é responsável pelas publicações da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e da Com-Arte, Editora Laboratório do Curso de Editoração da ECA/USP, e editor da revista *Livro*, do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, e da *Revista BBM*. Em 2023, ganhou o Prêmio Rubén Bonifaz Nuño, na modalidade Trajetória Editorial Universitária, devido a relevância de sua carreira editorial no meio universitário, suas contribuições à editoração brasileira, a qualidade do seu trabalho com o livro e o reconhecimento do meio literário por mais de 50 anos. É autor, entre outros títulos, do *Manual de Editoração e Estilo*, vencedor do Prêmio Jabuti 2017 de melhor livro de Comunicação.

Rodrigo Mindlin Loeb

Formou-se Arquiteto e Urbanista pela FAU/USP. Mestre em Energia e Meio Ambiente pela Architectural Association School of Architecture em Londres, Inglaterra (1998), atualmente é professor de projeto e teoria, e história da arquitetura e urbanismo contemporâneos

da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Desenvolveu a nova sede da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e IEB com o arquiteto Eduardo de Almeida, o 3º Batalhão da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, a nova Embaixada da República Islâmica do Irã em Brasília e o Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído na UNB. Pela Biblioteca Brasileira recebeu, com Eduardo de Almeida, o Prêmio de Melhor Obra de 2013 da APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte), e o Prêmio Oscar Niemeyer da Bienal de Arquitetura Latino Americana.

Rubens Borba de Moraes (Araraquara, 1899 – São Paulo, 1986)

Foi autor, bibliófilo, bibliógrafo, bibliotecário e ensaísta. Um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, foi colaborador da *Revista Klaxon* (1922), e da *Revista de Antropofagia* (1928). Entre 1935 e 1943 ocupou o cargo de diretor da atual Biblioteca Municipal Mário de Andrade e colocou em prática o plano de estabelecer uma rede de bibliotecas na cidade de São Paulo. Em 1938 fundou a Associação Paulista de Bibliotecários. De 1945 a 1947 exerceu o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, cuja administração mereceu destaque no que tange à organização e à metodologia da instituição. Entre 1948 e 1949 ocupou o cargo de Vice-Diretor da Biblioteca da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York; posteriormente foi nomeado diretor do Centro de Informações da ONU. Em 1954, retornou à Biblioteca da ONU, como Diretor. De 1963 a 1970, trabalhou como professor na Universidade de Brasília. Morreu em São Paulo, em 1986, deixando seu vasto acervo para José Mindlin.

Sônia Salzstein

Sônia Salzstein é professora-titular aposentada de História da Arte e Teoria da Arte do Departamento de Artes Plásticas da ECA/USP. Publicou inúmeros estudos sobre arte moderna e contemporânea, com interesse especial em questões culturais ligadas à globalização e à noção de modernidade em contextos periféricos. Entre 2006 e 2010, lançou extensa coleção de títulos de arte na Editora CosacNaify, onde atuou como editora. Integrou diversos conselhos diretores e comitês assessores de instituições acadêmicas e de arte e cultura no país, como a Comissão Nacional de Artes Plásticas da Funarte/MINC (1987 – 1988), a Fundação Iberê Camargo (2000 – 2006), o Instituto de Arte Contemporânea – IAC (2007 – 2010) e o Conselho de Curadoria do Centro Universitário Maria Antonia/USP (2008 – 2012). Desde 2022 é membro do Comitê Científico do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da UFMG. Foi Diretora do IEB no período de 2022 – 2023.

Thiago Lima Nicodemo

Formado em História pela Universidade de São Paulo e em Direito pela PUC/SP (ambos em 2002), é Mestre e Doutor em História Social pela USP e duas vezes Pós-doutor pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, ambas com apoios Fapesp. Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Presidente da Comissão Estadual de Acesso à Informação (CEAI), Professor de Teoria da História da Unicamp e responsável pelo Centro de Humanidades Digitais do IFCH/Unicamp. Autor dos livros *Urdidura do Vivido* (Edusp, 2008), *Alegoria Moderna* (Unifesp, 2014) e *Uma Introdução à Historiografia Brasileira, 1870-1970* (2018, FGV, com Pedro A. C. dos Santos e Mateus Pereira).

Título *BBM 10 Anos: Uma Biblioteca Viva*

Organizadores Alexandre Macchione Saes
Plinio Martins Filho
Hélio de Seixas Guimarães

Produção Editorial Plinio Martins Filho
Graciele Carnevale

Design Casa Rex

Ensaio Visual Gustavo Piqueira

Fotografias Kaique Xavier

Revisão e Preparação de Texto Carolina Bednarek Sobral
Graciele Carnevale

Revisão de Provas Graciele Carnevale
Plinio Martins Filho

Formato 21 × 25,8 cm

Tipografia Object Sans e Utopia

Papel Certificado FSC® Papel Couchê 150g/m² (capa)
Papel Pólen Bold 90 g/m² (miolo)

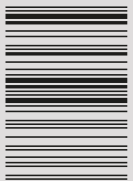
Número de Páginas 468

Tiragem 1000

Impressão e Acabamento Gráfica CS



publicações
BBM



ISSN 978-65-87936-57-6